

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

LUCAS WOLTMANN FIGUEIRÓ

“Raça” em revista:

uma análise antropológica e histórica sobre a criação de cães “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil

Porto Alegre

2023

LUCAS WOLTMANN FIGUEIRÓ

“Raça” em revista:

uma análise antropológica e histórica sobre a criação de cães “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil

Tese de Doutorado em Antropologia Social, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Bernardo Lewgoy

Porto Alegre

2023

CIP - Catalogação na Publicação

Woltmann Figueiró, Lucas
"Raça" em revista: uma análise antropológica e
histórica sobre a criação de cães "de raça" nas
regiões sul e sudeste do Brasil / Lucas Woltmann
Figueiró. -- 2023.
349 f.
Orientador: Bernardo Lewgoy.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia
Social, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. Relações humano-animal. 2. Raça e racismo. 3.
Cães e raças caninas. 4. História do Brasil. I.
Lewgoy, Bernardo, orient. II. Título.

Lucas Woltmann Figueiró

“Raça” em revista:

uma análise antropológica e histórica sobre a criação de cães “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil

Tese de Doutorado em Antropologia Social,
apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, 01 de dezembro de 2023.
Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Bernardo Lewgoy (Orientador)
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Jean Segata
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Ivana Teixeira
Departamento de Antropologia
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Caetano Sordi
Departamento de Antropologia
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

AGRADECIMENTOS

Agradeço:

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, pelo suporte financeiro em forma de bolsa, e ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS, pela oportunidade de ingressar no curso de doutorado através de ações afirmativas voltadas a pessoas com deficiência.

À minha companheira, Maria Clara Guaragna Schorn, pelo amor e suporte diário.

À minha mãe, Miriam Woltmann, e irmã, Paula Woltmann Figueiró, pelo amor e incentivo.

Às nossas saudosas companheiras caninas, Suzi e Mona, e saudosos companheiros felinos, Ziggy e Elvis, pelo amor e aprendizado.

Ao meu orientador, Bernardo Lewgoy, pelas contribuições intelectuais, parceria e incentivo.

Aos gentis Jean Segata, Caetano Sordi e Ivana Teixeira por aceitarem compor a banca de avaliação desta tese.

A todas/os professoras/es que conheci, pelas aulas, discussões e lições, e aos colegas de formação que ingressaram comigo na turma de doutorado de 2019 do PPGAS/UFRGS, pelos bons momentos antes da pandemia de COVID-19 e o espírito coletivo e agregador durante seu agravamento.

Ao amigo e antigo orientador, Guilherme Radomsky, pela importante influência durante meu percurso acadêmico.

A criadores, auxiliares, dirigentes de associações de canis e expectadoras/es que pude conhecer e conversar antes da pandemia de COVID-19.

A todas/os que trabalham para preservar, digitalizar e permitir o acesso público a livros, jornais, revistas, boletins, mapas e toda série de registros que tive a oportunidade de consultar para a produção desta pesquisa.

RESUMO

A presente pesquisa consiste em um estudo antropológico e histórico sobre a criação de cães e cadelas “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil. Foram muitas as perguntas que orientaram sua realização: como e em que contextos a categoria “raça” foi utilizada para designar e criar parte da diversidade da espécie canina no país entre 1820 e 2020? O que fazia e faz cães e cadelas serem considerados “de raça”? Seriam propriedades do seu corpo? Seriam propriedades herdadas de seus antepassados? Seriam registros e certificados de acasalamentos e *pedigrees* fornecidos por associações destinadas a regular e gerir sua criação? Seria tudo isso e algo mais? Como isso ocorre? Na medida em que as respostas para essas perguntas não passavam por apenas um ou outro aspecto citado, mas da coordenação deles e outros cuja presença ou relevância oscilava de contexto para contexto, raça para raça, associação para associação, escolhi estudar a diversidade dos modos pelos quais isso acontecia como objetivo de pesquisa. Para dar conta disso, conduzi um estudo qualitativo que articulou pesquisas bibliográficas, documentais e observação participante. Em termos teóricos e conceituais, me inspirei em pesquisas produzidas nas interfaces da antropologia da ciência, do parentesco e das relações multiespécie, com especial influência da proposta analítica de Amade M'charek.

Palavras-chave: Relações humano-animal. Raça e racismo. Cães e raças caninas. História do Brasil.

ABSTRACT

The present research consists of an anthropological and historical study on the breeding of “purebred” dogs and bitches in the southern and southeastern regions of Brazil. There were many questions that guided its realization: how and in what contexts was the category “breed” used to designate and create part of the diversity of canine species in the country between 1820 and 2020? What made and makes dogs and bitches considered “purebred”? Could they be properties of your body? Would they be properties inherited from their ancestors? Would records and certificates of matings and pedigrees be provided by associations designed to regulate and manage their breeding? Was it all this and something more? How does this happen? As the answers to these questions did not go through just one aspect or another mentioned, but rather through their coordination and others whose presence or relevance fluctuated from context to context, breed to breed, association to association, I chose to study the diversity of ways in which this happened as a research objective. To address this, I conducted a qualitative study that combined bibliographical and documentary research and participant observation. In theoretical and conceptual terms, I was inspired by researches produced at the interfaces of the anthropology of science, kinship and multispecies relations, with special influence from Amade M'charek's analytical proposal.

Keywords: Human-animal relations. Race and racism. Dogs and dog breeds. History of Brazil.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - <i>Le chien de berger</i>	70
Figura 2 - <i>Le chien courant</i>	70
Figura 3 - <i>Geographische Verbreitung der Menschen-Rassen</i> (1848).....	74
Figura 4 - <i>Prospetto di tutte le razze del globo e loro fogge di vestire</i> (1853)	75
Figura 5 - <i>Climatic Chart of the World, Showing the Distribution of the Human Race and the Animal and Vegetable Kingdoms</i> (1893)	76
Figura 6 - <i>Dog Map of the World</i> (1933)	77
Figura 7 - <i>Dogs of the World and their countries of origin</i> (2019)	78
Figura 8 - Ilustração de Sr. Smith's Major.....	90
Figura 9 - Ilustração da equação sugerida por Millais	96
Figura 10 - Ilustração de cães <i>basset bound</i> de George Krehl, nessa ordem: Jupiter, Fino de Paris e Pallas.....	97
Figura 11 - Ilustração de um exemplar <i>bloodbound</i> , de nome Don, de Mrs. Humphries	98
Figura 12 - Ilustração do Brasil Kennel Club	105
Figura 13 - Fragmentação do corpo canino como recurso para análise e seleção de um “bom exemplar”	107
Figura 14 - Ilustração incluída nos padrões raciais da FCI e suas associadas, com partes do corpo e nomenclaturas	108
Figura 15 - Cobertura da primeira exposição realizada pelo BKC em 1923.....	110
Figura 16 - Exposição organizada pela Liga Internacional de Assistência aos Animais e o BKC	111
Figura 17 - Fotografias de exposição promovida pelo BKC.....	113
Figura 18 - Fotografias registradas na metade do século XX.....	114
Figura 19 - Fotografia de Tina, cadela do Canil Vila Elvio, na companhia de Luiz Roberto, filho do proprietário e “futuro herdeiro” do canil, como informado em texto que a acompanha	122
Figura 20 - “O fabricante de bull-dogs”.....	130
Figura 21 - “Cena de caçada em Mato Grosso, com animais nacionais”, incluindo no texto de Eurico Santos	143
Figura 22 - Capa da edição de junho de 1953 da revista <i>Fauna</i>	157

Figura 23 – Fotografia inserida na primeira edição da revista Fauna de 1949: à direita, J. A. P. de Magalhães, em mãos, os perdigões caçados em Camaquã, e ao chão, JAHÚ, descansando	162
Figura 24 – DARK, filho de NOÉ, sendo avaliado em exposição.....	167
Figura 25 - Nesta ordem: Frederico Carlos Lang, presidente em exercício do PSKC, segurando a guia de POLO de JAPMA; a funcionária da empresa área que acompanhou o voo; José Azevedo Pinto de Magalhães e Gilberto Viana.....	171
Figura 26 – Anúncios no <i>Diário do Rio de Janeiro</i> em 25 de janeiro de 1833.....	175
Figura 27 – Anúncios no <i>Jornal do Commercio</i> em 15 de dezembro de 1865	176
Figura 28 - Anúncio de “Cães de Fila” para guarda, de José Junqueira, da Fazenda do “Engenho”, em Silvestre Ferraz (Minas Gerais)	178
Figura 29 - Frente e verso do Certificado de Registro Inicial do cão Bumbo da Vila Paulista, com preenchimento de “antepassados” de primeiro a quarto “grau” em branco.....	182
Figura 30 - Ilustração e texto jocoso sobre a relação entre <i>pedigree</i> , hereditariedade e saúde	185
Figura 31 – <i>The Hunted Slaves</i> (1862)	187
Figura 32 - Ilustração da coluna “Cães e canis”, assinada por Paulo Santos Cruz	188
Figura 33 – Colagem em muro localizado em Buenos Aires, Argentina, registrada em fevereiro de 2020.....	218
Figura 34 – Charge publicada em 04 de abril de 1931	219
Figura 35 - Ilustração de parte do procedimento divulgada pelo próprio Francis Galton.....	251
Figura 36 – “Retrato composto dos membros de uma família”	253
Figura 37 – “Retratos compostos de exemplares de sangue puro”	254
Figura 38 - Charge publicada em 11 de julho de 1936.....	261
Figura 39 - Alan, cão do Canil <i>Chateaux de France</i> , aguardando no “camarim” antes de desfilar.....	272
Figura 40 – Alerta do <i>Club du Bouledogue Français</i> (CBF) contra cores ditas “raras”.....	273
Figura 41 – Imagem que sugere a flexibilização de condutas em razão da pandemia de COVID-19.....	299
Figura 42 - Fotografia de exposição especializada na raça <i>boiadeiro bernês</i> , sábado pela manhã.	306

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABINPET	Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação
ACOG	Associação de Criadores de Ovelheiro Gaúcho
AKC	American Kennel Club
BND	Biblioteca Nacional Digital
BKC	Brasil Kennel Club
CAFIB	Clube de Aprimoramento do Fila Brasileiro
CBKC	Confederação Brasileira de Cinofilia
CBPA	Clube Brasileiro do Pastor Alemão
ESALQ	Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz
EXPOINTER	Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários
FCB	Federação Cinológica do Brasil
FCI	Federação Cinológica Internacional
IPB	Instituto Pet Brasil
KGRGS	Kennel Clube do Rio Grande do Sul
PSKC	Princesa do Sul Kennel Clube
SGCCPA	Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães
SBCCPA/SPA	Sociedade Brasileira de Criadores de Cães Pastores Alemães
SPCPA	Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães
WKU	World Kennel Union
WUSV	Weltunion der Vereine für Deutsche Schäferhunde

APOIO DE FINANCIAMENTO CNPq

O presente trabalho foi realizado com apoio do CNPq, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – Brasil.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. TEMA, OBJETO E UNIVERSO DE PESQUISA.....	13
1.2. TRAJETÓRIA, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E OBJETIVO	18
1.2.1. Trajetória.....	18
1.2.2. Revisão bibliográfica e objetivo	21
1.3. CAIXA DE FERRAMENTAS.....	32
1.3.1. Métodos, técnicas de pesquisa e materiais.....	32
1.3.2. Inspirações afetivas, teóricas e conceituais	41
1.4. CAPÍTULO POR CAPÍTULO	52

PARTE I - DOMESTICAÇÃO, PARENTESCO E RAÇA

2. DOMESTICAÇÃO E TÉCNICA	55
3. RAÇA, PARENTESCO E NÓS INTERESPECÍFICOS	61
4. RAÇAS ANIMAIS, ASSOCIAÇÕES E CRIADORES	80
4.1. CRIANDO ANIMAIS, CONFECCIONANDO RAÇAS.....	82
4.2. CRIANDO CÃES, CONFECCIONANDO RAÇAS E ASSOCIAÇÕES	87
4.3. AJUSTANDO A DOSE.....	93

PARTE II - RAÇA, SANGUE E NAÇÃO

5. ASSOCIAÇÕES DE CANIS, SEUS DISPOSITIVOS E A “POLÍTICA CANINA” (1910-1980)	102
5.1. A EMERGÊNCIA DO BRASIL KENNEL CLUB E SEUS DISPOSITIVOS..	102
5.2. POLÍTICA CANINA: VAMPIROS, FANTASMAS E RELAÇÕES ESTREMECIDAS	115
6. CONFIGURANDO POSSIBILIDADES E RAÇAS CANINAS (1820 AO PRESENTE)	130
6.1. TIPOS, VARIEDADES OU RAÇAS BRASILEIRAS? (1820-1950)	131
6.2. UM PERDIGUEIRO “NOSSO PARA NÓS” (1920-1960).....	156
6.3. O “NOSSO” CÃO DE FILA (1820-2020).....	173
7. NÓS INTERESPECÍFICOS E A EUGENIA (1870-1950)	218
7.1. A MISTIÇAGEM E O NACIONAL	222

7.2.	O “PEDIGREE HUMANO”	244
7.3.	ENTRE NÓS	262

PARTE III - O INÍCIO E O FIM: EVENTOS E DOBRAS

8.	ENTRE ESTÉTICA E ÉTICA, O EXÓTICO	265
9.	A MATÉRIA DA RAÇA	281
9.1.	“OS PAIS DA PRÓXIMA GERAÇÃO”	282
9.2.	TREMOR À VISTA	298
9.3.	O INÍCIO PELA PERSPECTIVA DO FIM.....	307
10.	À GUIA DE CONCLUSÃO: O PALIMPSESTO DA RAÇA	310
REFERÊNCIAS		316

1. INTRODUÇÃO

1.1. TEMA, OBJETO E UNIVERSO DE PESQUISA

A presente pesquisa consiste em um estudo antropológico e histórico sobre a criação de cães e cadelas “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Pelo controle deliberado da reprodução e consequências não intencionais igualmente significativas, humanos contribuíram para moldar os vários tipos e populações de cães que apareceram ao longo da história. O reconhecimento de “raças” como forma de classificar, produzir e se relacionar com parte da diversidade da espécie canina, contudo, é mais recente. Ainda que o termo possa ser encontrado desde o século XIV (MIRAROM, 2009; WADE, 2017) e as condições para sua ascensão tenham sido gestadas ao longo do século XVIII, quando da sistematização dos princípios e práticas de reprodução seletiva (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019), sua afirmação e popularização pode ser rastreada na criação organizada em associações de canis na Grã-Bretanha da segunda metade do século XIX (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018).

A atividade de criar cães e cadelas “de raça” seguiu princípios e práticas utilizados na criação de caprinos, bovinos, equinos e aves igualmente adjetivadas, entre as quais se destaca a seleção e a inscrição de animais e acasalamentos em livros de registro genealógico, o estabelecimento de um padrão morfológico e comportamental para cada “raça” reconhecida e a promoção de exposições. Promovidos e certificados por associações de canis, a articulação desses e mais “dispositivos”¹ (AGAMBEN, 2009, p. 40) pode ser entendida como uma “tecnologia genética historicamente específica para a produção de cães na sociedade industrial urbana” (HARAWAY, 2003b, p. 112-113, tradução livre). Acompanhando circuitos imperiais e comerciais ingleses na passagem do século XIX para o XX, esse tipo de atividade, seus dispositivos e práticas (conjunto geralmente capturado pelo rótulo de “cinofilia”²) foi estendido para o continente europeu e além (SKABELUND, 2011).

Apesar de a criação e a exposição de cães e cadelas acrescidos daquilo que se diz “de raça” ser tematizado no Brasil desde o século XIX, a história de associações de canis e suas atividades no país data da década de 1920, com a fundação do Brasil Kennel Club (BKC) na

¹ Entendido como “qualquer coisa que, de algum modo, tenha a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes” (AGAMBEN, 2009, p. 40).

² Composição de “cino”, do grego *kynos*, e de significado “cão” (MACIEL, 2016, p. 77), e “philia”, do grego *φιλία* e, de modo, geral traduzido como “amizade”, “vínculo” fortuito ou interessado “de união” (ROCHA, 2006, p. 65).

cidade do Rio de Janeiro. Passados cem anos, essa associação é parte de um profuso emaranhado que, alternando entre parceria e concorrência, se estende através de confederações, federações, uniões, sociedades e clubes ecléticos (dedicados a várias raças caninas) ou especializados (ocupados de raças específicas) organizados em escalas internacionais, nacionais, estaduais e municipais. Associações de menor envergadura se filiam a outras de escala nacional e internacional como forma de obter sua certificação, suporte técnico e ingressar em seu circuito de exposições e competições.

De acordo com dados fornecidos pela Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação (ABINPET), considerando cães, gatos, aves canoras e ornamentais, peixes e outros (répteis, pequenos mamíferos, etc.), a população de animais de estimação no Brasil em 2020 girava em torno de 140 milhões. O número de cães e cadelas, em especial, se supõe ultrapassar a casa dos 54 milhões (ABINPET, 2021). Ainda que imprecisos, esses números dão a tônica da amplitude do que está em jogo quando se discute a presença de animais de estimação na sociedade brasileira, sejam eles considerados “de raça” ou não. Segundo a ABINPET, o Brasil seria o terceiro país no mundo em quantidade de animais de estimação, sendo o segundo na posse de cães, gatos e aves (ABINPET, 2021). A robustez desses números faz com que instituições como a ABINPET valorizem a relevância desse mercado para a economia nacional, destacando indústrias e serviços que compõem cadeias de distribuição de alimentos, artefatos e serviços de saúde, higiene e lazer, redes de comercialização (pet shops, lojas agropecuárias, etc.) e criadouros. Para se ter uma ideia dos valores aventados, José Edson Galvão de França (2019), então presidente da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva de Animais de Estimação (CSPet) do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sugeriu com base em informações do Instituto Pet Brasil (IPB) que o montante movimentado em 2018 girou em torno de R\$ 34 bilhões.

Parte integrante desse mercado, mas também uma “economia de afetos” ou um espaço de sociabilidade no qual as relações interespecíficas são marcadas por forte apreço e carinho (TEIXEIRA, 2016), a criação registrada em associações de canis tem números mais modestos dentro desse panorama. Entre 2013 e 2019, o número de cães e cadelas “de raça” registrados em uma das associações ecléticas de maior alcance no país, a Confederação Brasileira de Cinofilia (doravante CBKC) conveniada à Federação Cinológica Internacional (doravante FCI)³, alternou entre 120 e 159 mil por ano (CBKC, 2017a; 2019a). Associações

³ Criada em 1911, a Federation Cynologique Internationale (FCI) é uma organização social sem fins lucrativos com sede em Thuin, Bélgica. De modo geral, seu objetivo é “regular” e “organizar” associações de canis conveniadas (FCI, 2019) e “promover a criação, registro e utilização de cães com pedigree” (FCI, 2018, p. 5, tradução livre). A relação dessa federação com seus associados é dividida em três “seções”: Europa, com 52 países associados; Américas e Caribe, com 20; e, Ásia, África e Oceania, com 27 (FCI, 2021a). Ao menos até a redação

situadas no estado de São Paulo são líderes em número de registros, com cerca de 35 mil dos 120 mil contabilizados no ano de 2019, mais que o dobro daqueles registrados no Rio de Janeiro, que contou com cerca de 15 mil, seguido de associações em Minas Gerais (11 mil), Rio Grande do Sul (8 mil), Paraná (6 mil), entre outros. Os números mudam bastante em outros estados, como Acre, com 128, e Amapá, com 23 exemplares registrados (CBKC, 2019a, p. 9). Esses dados parecem estar em sintonia com a quantidade de associações de canis conveniadas com a CBKC em cada estado. São Paulo também é o campeão nesse quesito, contando com treze, seguido por Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, com seis cada, Santa Catarina com quatro, e outros estados com duas ou apenas uma associação (CBKC, 2019a, p. 11-12). Esse panorama, convém lembrar, sequer considera outras associações de canis extintas ou ativas que disputam sócios, popularidade e primazia técnica sobre raças caninas.

Interessado no cotidiano de reprodução, cuidado e engajamento com exposições e atividades promovidas pelas referidas associações, em um primeiro momento me propus a realizar um estudo etnográfico com criadores de cães e cadelas “de raça” do município de Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). A ideia era conhecer o dia a dia de duas associações, uma eclética e outra especializada: o Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS)⁴ e a Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães (SGCCPA)⁵. Contudo, ainda nos primeiros passos da pesquisa, a arrebatadora pandemia motivada pelo Sars-CoV-2, causador da COVID-19, me interpelou a revisar os rumos traçados. Pelo agravamento da pandemia no Brasil a partir de março de 2020 e o compromisso ético e sanitário com o isolamento social, interrompi minha entrada no círculo de exposições de cães e cadelas “de raça” no Rio Grande do Sul. Essa opção foi seguida pelas próprias associações de canis que, pouco a

desta tese, a FCI possuía 99 associações conveniadas, uma por país, posto que no Brasil é preenchido pela CBKC. A história do CBKC é abordada ao longo da pesquisa. Por agora, convém registrar que em conjunto com suas associadas, FCI e CBKC não apenas normatizam o reconhecimento de novas “raças” caninas, como trabalham na organização de um calendário anual de eventos (palestras, seminários, simpósios), exposições (de modalidades diversas, como *agility*, trabalho, adestramento, conformação, beleza) e na condução de procedimentos, tecnologias de identificação e de aferição de pertencimento racial (serviço de registro genealógico, mapa de registro de ninhadas, pedigree, padrão racial, exposições) destinados a regular e orientar “criadores, expositores, árbitros e cinófilos em geral” (CBKC, 2020b).

⁴ Fundado em 1945, esse clube é uma sociedade civil sem fins lucrativos dedicada a “desenvolver, orientar e fiscalizar a criação de cães de puro sangue” (KCRGS, 2019a, p. 1). Para tal, esse clube eclético dispõe de uma sede social e um “estádio” onde eventos (exposições, confraternizações, seminários, etc.) são organizados (KCRGS, 2019b). Segundo mapeamento realizado a partir do site institucional do KCRGS (2021), o clube contava com mais de 600 canis associados que criavam e comercializavam cães de raça, com destaque para Porto Alegre, capital e município mais representativo com cerca de 180.

⁵ Fundada em 1960, essa sociedade se propõe a dar “suporte a criadores e amantes” da raça *pastor alemão* (SGCCPA, 2020). Para isso, ela dispõe de sede situada na Zona Sul de Porto Alegre (RS), onde realiza exposições, treinamentos, palestras e mais atividades. Quando da última revisão desta pesquisa, ela mantinha convênio com o Clube Brasileiro do Pastor Alemão (CBPA) e por extensão à Weltunion der Vereine für Deutsche Schäferhunde (WUSV).

pouco, suspenderam suas atividades presenciais, incluindo procedimentos burocráticos para registro, exposições, confraternizações, entre outras.

Como alternativa a esse contexto excepcional, busquei seguir dois caminhos: conhecer criadores através de contatos mediados por plataformas de comunicação (WhatsApp e ligação telefônica) e me engajar com atividades e materiais “virtuais” (palestras, congressos, revistas, jornais, mapas, sites, blogs e páginas em redes sociais) que me permitissem conhecer a história e o universo de associações de canis.

Com objetivo de convidar criadores para conversar sobre sua história e ofício, comecei catalogando canis cadastrados nos sites do KCRGS, da SGCCPA e de outras associações espalhadas pelo Brasil, incluindo endereços, telefones e e-mails para contato. A ideia era propor conversas e entrevistas virtuais, mas caso não houvesse interesse em participar, também abrir meu contato para qualquer registro (fotografia, depoimento, relato, etc.) que as/os interlocutoras/es quisessem fazer a respeito da cinofilia em geral. O que fiz inicialmente foi redigir e-mails para associações, e a seguir para criadores e juízes de exposições. Em um segundo momento, tentei me apresentar e conversar através de aplicativos de comunicação como WhatsApp, e em seguida por meio de ligação telefônica convencional. Na esmagadora maioria dos contatos feitos entre abril de 2020 e fevereiro de 2023, não obtive retorno. Entre aqueles que retornaram, parte rejeitou o convite e, embora sempre gentis, parte optou por se limitar a contribuir com respostas formais por e-mail.

Dada a dificuldade para contatar, mas especialmente para estreitar laços com criadores nesse cenário, cada vez mais atividades e materiais virtuais se tornaram companheiros de quarentena e de pesquisa. Ainda que esses registros sejam detalhados na próxima seção, considero relevante antecipar ao menos dois aspectos que resultaram desse caminho. Em primeiro lugar, o contato com registros que se estendem do século XVIII ao XXI, de livros, jornais e revistas a palestras e redes sociais, ajudou tanto a enveredar a pesquisa para aquilo que foi e é feito público por bibliotecas e meios de comunicação, quanto acentuar sua dimensão histórica. A cada material que tinha acesso crescia minha curiosidade sobre como e em que contextos a categoria “raça” era utilizada para designar e criar parte da diversidade da espécie canina no Brasil desde o século XIX. Em segundo lugar, pela grande maioria desses registros falar desde os estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, mas também Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, associações de canis, raças caninas e criadores desses estados passaram a ganhar espaço na pesquisa. Antes o centro de tudo, Porto Alegre se tornou parte e ponto de partida para realização de uma pesquisa sobre a criação de cães e cadelas “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Como muitos em 2020, imaginava (ou talvez, desejava) que a pandemia de COVID-19 seria breve, permitindo o retorno ao trabalho de campo junto ao cotidiano das exposições que havia iniciado entre o final de 2019 e os primeiros meses de 2020. Quanto mais a pandemia se acentuava, no entanto, mais via minha proposta inicial se distanciar como possibilidade. Mesmo com o início do tardio e negligenciado processo de vacinação da população brasileira em 2021, as restrições impostas pelo Sars-CoV-2 e suas *cepas* (ou, para usar um termo incomum na virologia, mas recorrente na presente pesquisa, *linhagens*) impossibilitaram a retomada de investidas presenciais em canis e eventos públicos como exposições caninas, que contam com aglomerações e pessoas de distintas cidades, estados e países.

Esse contexto e seus atenuantes pesaram contra uma parte importante daquilo me estimulou a fazer uma formação em antropologia, a saber, o prazer e o desafio de manter “engajamentos diretos, práticos e sensíveis” com nossas/os parceiras/os de pesquisa (INGOLD, 2016, p. 407). Porém, “Deus te livre, leitor, de uma ideia fixa; antes um argueiro, antes uma trave no olho”, como provocou o narrador-defunto Brás Cubas no clássico “Memória Póstuma de Brás Cubas”⁶ de Machado de Assis (2010 [1880], p. 28). Entre insistir em uma “ideia fixa”, optei pelas “cabriolas”. Inspirado pela potência dos registros documentais e encontros “virtuais” que vinha acompanhando, decidi dar caráter permanente aos caminhos até então provisórios. Algo tão importante como o tato, o olfato, a presença carnal e situada, cedeu lugar ao conforto de lupas digitais, telas de computador e celular. Busquei me engajar, mesmo que por outros caminhos e sensibilidades mais adaptadas não apenas ao contexto de pandemia, mas também a minha deficiência visual.

No que se refere a minha deficiência, além de diagnósticos mais comuns como astigmatismo e hipermetropia, convivo com o que a oftalmologia classifica como nistagmo e visão subnormal em ambos os olhos. No meu caso congênito e resultado de uma má formação no nervo óptico, o nistagmo impõe o desafio de conviver com movimentos oculares rápidos e incontrolláveis de um lado para outro. Ao longo da vida já li e presenciei oftalmologistas chamarem essa condição de “olhos dançantes”, embora nunca tenha simpatizado com essa definição. Sempre achei sua coreografia excessivamente uniforme e dolorosa para gozar de um rótulo tão alegre. Fixar uma imagem nunca foi tarefa simples, envolvendo a busca por um ângulo da cabeça e da visão enviesado, cuja estabilidade pode variar de segundos a minutos. Essa condição obviamente tem efeitos sobre os modos pelos quais vejo e me relaciono com aquilo que está ao meu redor, pessoas, animais e objetos, para mim sempre em

⁶ Publicada primeiro de forma fragmentada na *Revista Brasileira* (Rio de Janeiro, Brasil) em 1880 e mais tarde como livro.

movimento, em zig-zag, com contornos e fronteiras que vacilam. Como espero demonstrar ao longo da pesquisa, essa condição vivida na carne tem curiosa relação com a criação de “raças caninas” e cães e cadelas assim identificados, atividade guiada pelo desejo de fixação, mas em constante movimento e aberta à contingência.

Percebi essa curiosa relação, bem como sua extensão para assuntos de difícil trato como a eugenia, enquanto trabalhava para reunir histórias e coreografias marcadas pela diversidade. Inspirado em problemas e conceitos discutidos no âmbito da antropologia da ciência, do parentesco e das relações multiespécie, a presente pesquisa parte da hipótese que uma “raça canina” e uma população de cães e cadelas assim certificada “não caem do céu: são fruto de um trabalho natural-cultural historicamente localizado” (HARAWAY, 2003b, p. 127, tradução livre). Práticas de seleção, reprodução, cuidado e registro de ninhadas em um livro genealógico, adequação a padrões raciais preestabelecidos, performances estéticas e funcionais em exposições públicas, exames de DNA, de saúde, histórias sobre a origem de raças, entre outros elementos, são ou podem ser necessários no trabalho que possibilita trazer à vida e atender a tudo aquilo que permite o reconhecimento de cães e cadelas como “de raça”. Considerando que, a depender da associação de canis, raça canina ou contexto, nem sempre certos elementos desse trabalho natural-cultural são exigidos, interpretados ou coordenados da mesma forma, conduzi a presente pesquisa buscando retratar a diversidade e as contradições dos modos pelos quais isso acontece. Antes de chegar nesse ponto, no entanto, considero oportuno apresentar a trajetória e as dúvidas que me colocaram diante dessas questões.

1.2. TRAJETÓRIA, REVISÃO BIBLIOGRÁFICA E OBJETIVO

1.2.1. Trajetória

Minha motivação para realização da presente pesquisa reflete tanto meu envolvimento afetivo com diferentes “espécies companheiras” (HARAWAY, 2021a), umas mais que outras, quanto uma antiga e persistente curiosidade científica sobre a história de quem se dedica ao ofício da criação e reprodução de animais. O conceito de “espécies companheiras” é mais heterogêneo que o habitual “animais de estimação” (cujo sentido geralmente aponta para cães, gatos e pássaros) e denota desde caracóis, abelhas e espadas de São Jorge (*Sansevieria trifasciata*). Meu fascínio com animais e plantas data da infância. Sempre me encantei com árvores, flores, frutos, lagartixas, cágados e jabutis, pássaros, cães, gatos, cavalos, e a relação que nutríamos, mesmo que por vezes ela fosse restrita à minha admiração e contemplação.

Algumas relações estão marcadas no coração e na carne de modo distinto, como o cão Godofredo II, as companheiras caninas Suzi e Mona, de raças *poodle* e *shih tzu*, respectivamente, e os companheiros felinos Ziggy e Elvis, o primeiro resgatado de situação de abandono e o segundo adquirido em condições igualmente negligentes. Essas/es companheiras/os marcaram minha vida e, direta ou indiretamente, me inspiraram para o estudo das relações entre humanos e animais.

Ao longo da minha trajetória acadêmica e profissional fui capturado pelo estudo daquilo que pode se dizer “natural”. Durante minha graduação no curso de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tive a oportunidade de trabalhar em duas secretarias de governo do estado do Rio Grande do Sul, como estagiário na Secretaria de Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo (SDR), e consultor no Projeto “RS Biodiversidade” conduzido pela Secretaria do Meio Ambiente (SEMA). Como consultor, pude conhecer famílias de pecuaristas familiares que residiam no interior de Rosário do Sul (RS), quase duas horas de distância do centro do município, e em especial, conviver repetidos finais de semana com Roneide, sua esposa Neusa, e Marlon, filho do casal. Ao acompanhar e compartilhar suas atividades, andando a cavalo e fazendo a lida do gado e das ovelhas (conduzindo entre os piquetes, marcando, tratando de sua saúde e mais), tive a oportunidade de conhecer um pouco dos múltiplos entrelaçamentos entre pessoas, cavalos, cães, gado, ovelhas, gramíneas, cactos e pássaros.

Logo que saíamos para buscar os cavalos, quatro cães e cadelas identificados como *ovelheiros*, dois de pelagem cor preto e branco e dois de cor marrom e branco, passavam a nos seguir. Não era necessário nenhum convite formal. A cavalo, Roneide, vizinhos, eu e meu gentil colega de SEMA Denis Patrocínio, lidávamos com o desdém do gado lado a lado desses cães e cadelas. Dois, mais experientes, apenas cercavam e, como forma de estimular o movimento do gado, rosnavam quando necessário. Os outros, mais novos e inexperientes segundo Roneide, mordiam ou beliscavam as patas de touros e vacas, a fim de dar um alerta ou susto. Eles estavam realizando a lida como nós e os cavalos, e, em muitos momentos, melhor que nós, consideração que o próprio Roneide bradava rindo: “eles também são pecuaristas”. Como sugeriu Donna Haraway (2021a, p. 49), enquanto categoria, cães de trabalho como esses *ovelheiros* que nos acompanhavam ficam “em algum lugar entre ‘animal de criação’ e ‘colega de trabalho’”.

À época da graduação não sabia bem como lidar teórica ou conceitualmente com esse tipo de relação que tanto me marcou, sequer conhecia a obra de Donna Haraway ou estudos multiespécie. Preocupado com as abruptas transformações na paisagem que Denis e

eu percebíamos em nossas longas idas e voltas de Porto Alegre à Rosário do Sul, quando da redação de meu trabalho de conclusão de curso em 2015 busquei estudar e problematizar o processo de reestruturação produtiva que o cone sul da América do Sul vinha passando por meio da substituição da pecuária em campo nativo pela produção de monocultivos industriais, como a soja e a silvicultura (com espécies exóticas de pinus, eucalipto e acácia). Nessa pesquisa, examinei o sedutor discurso do desenvolvimento, seus riscos e as contradições de um projeto transnacional dedicado à promoção da pecuária em campo nativo, analisando práticas de mediação social e técnica levadas adiante para sua consecução (WOLTMANN, 2015).

Interessado em pesquisar pecuaristas familiares da metade sul do estado que, como Roneide, pareciam estar a margem de assistência, infraestrutura de saúde, educação e apoio produtivo, no ano de 2016 ingressei no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR) da UFRGS. A ideia era novamente estudar um projeto dedicado a pecuária, ainda que promovido pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e oferecido a pequenos pecuaristas qualificados como “familiares”. Contudo, leituras promovidas no início da formação, especialmente o livro “*Extensão ou comunicação?*” (1968) de Paulo Freire, me inspiraram a seguir novos rumos: estudar a extensão rural e o discurso do desenvolvimento. Entre 2016 a 2018, me dediquei ao estudo de marcadores sociais da diferença de gênero na história da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RS-ASCAR) e de suas/seus colaboradoras/es (WOLTMANN, 2018). Ao longo desse percurso tive a oportunidade de conhecer estudos feministas e intelectuais como Anne Fausto-Sterling, Judith Butler, Marilyn Strathern, Donna Haraway, entre outras autoras fundamentais para que, entre 2018 e 2019, optasse pelo estudo do tema desta pesquisa e pelo ingresso no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS.

Donna Haraway teve papel decisivo nessa escolha. Enquanto lia estudos feministas da ciência e tecnologia e tentava tirar lições e pistas analíticas para pensar minha pesquisa de mestrado, esbarrei no livro “*The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness*” (HARAWAY, 2003a), mais tarde relendo sua versão traduzida para o português (HARAWAY, 2021a). Pelos prazos colocados para a conclusão da dissertação, outras atividades acabaram se impondo e naquele período não concluí a leitura. No entanto, desde essa primeira impressão, fiquei intrigado com as ideias que abriam sua obra, particularmente quando Haraway descreve a si e Cayenne Peper, sua cadela de raça *pastor australiano*: as duas seriam o “produto de uma vasta mistura”, ainda que a primeira seja considerada branca e a segunda

de raça pura, mas ambas precisavam lidar com as consequências desse discurso racial (HARAWAY, 2021a, p. 9). Até esse momento tinha uma perspectiva um tanto romantizada sobre animais de estimação, incluindo aqueles “de raça”, e pouca noção sobre o conjunto de associações, discursos e práticas que isso mobilizava, mas restou grande curiosidade dessa leitura. Com a conclusão do mestrado, retomei a leitura de Haraway (2021a, p. 11) e levei minhas interrogações “para dentro do canil”.

1.2.2. Revisão bibliográfica e objetivo

Como a própria etimologia do nome da disciplina sugere, a primazia do humano é basilar na Antropologia (INGOLD, 1995; HURN, 2015). No entanto, isso não significa que animais tenham sido desprezados em sua história, antes pelo contrário. Animais estão presentes nas obras de Lewis Henry Morgan (1868), Bronislaw Malinowski (1983 [1929]), Edward Evan Evans-Pritchard (2005 [1940]), Edmund Leach (1983 [1964]), Clifford Geertz (2008 [1973]), Marvin Harris (1978 [1974]), Marshall Sahlins (1979), Claude Lévi-Strauss (2009 [2001]), para citar alguns nomes bastante conhecidos na disciplina, ainda que, de modo geral, tenham sido tomados como “bons para pensar sobre nossos informantes” (HURN, 2015, p. 184, tradução livre).

Convém um exemplo. Em “*A vida sexual dos selvagens*” publicado em 1929, Bronislaw Malinowski (1983, p. 181) reservou seu sétimo capítulo para tratar das concepções que os habitantes das ilhas Trobriand nutriam a respeito do organismo humano, particularmente suas “crenças sobre a procriação e a gestação” e como elas influenciavam na produção do parentesco. Depois de tratar das teorias trobriandesas sobre a origem da vida e do vocabulário utilizado para se referir à anatomia e à fisiologia humana, em especial os órgãos sexuais e suas funções, Malinowski (1983, p. 193) descreve os “esforços combinados do mundo dos espíritos e do organismo feminino” por meio das quais os *baloma* (espíritos) são transportados pelo espírito de algum ancestral do lado materno e se alojam no ventre de uma mulher. Por defender a capacidade de geração sem a participação de um homem, ainda que em ao menos algum momento fosse necessário relações sexuais para “remover o obstáculo fisiológico” de nome *kalapatu*, Malinowski interpretou que as teorias explicativas dos trobriandeses não deixavam “espaço para a paternidade física” (Ibidem, p. 193).

Buscando provocar seus interlocutores e “testar a solidez das suas convicções”, Malinowski (1983, p. 197) relata ter decidido “assumir a posição de defensor resolutivo e agressivo da teoria fisiológica, ou seja, da teoria da verdadeira procriação”. Além do valor de

“verdadeiro” concedido a sua concepção e o desprezo dispensado às teorias explicativas dos habitantes da ilha, as quais considerava “ideias bizarras e fantasias” (Ibidem, p. 181-182), entre os temas que Malinowski levantou para discussão estava a relação dos nativos com porcos: é “nos cuidados de que cerca esses animais, zelando pelo seu bem-estar e por sua qualidade”, sugeriu o autor, onde “melhor se revelam, talvez, toda a seriedade e toda a sinceridade de sua convicção”, e isso na medida em que “os nativos das ilhas do Pacífico se esforçam ao máximo para ter porcos de boa qualidade e de boa raça, robustos e sadios” (Ibidem, p. 200). Segundo o autor, os trobriandeses distinguiram os porcos em dois tipos: “selvagens, da floresta”, e “domesticados da aldeia”. O segundo seria valorizado, enquanto o primeiro se apresentaria como tabu, gerando “horror e repugnância” (Ibidem, p. 197). No entanto, sugere ele, os habitantes da ilha não apenas permitiam que porcas domésticas andassem “soltas” em torno da aldeia e na floresta, onde poderiam “se acasalar livremente com os machos selvagens”, como castravam todos os “porcos-machos na aldeia a afim de melhorar sua qualidade” (Ibidem, p. 200). Segundo Malinowski, os trobriandeses sugeriam que a contínua fertilidade das porcas domésticas mesmo com a castração dos porcos era a “prova decisiva de que o ato sexual nada tinha a ver com reprodução”, ou seja, de que como se passava com as mulheres, “a porca gera os filhotes sozinha” (Ibidem, p. 201).

É curioso e digno de nota que em seu texto Malinowski tenha demonstrado frustração com o fato de, ao adquirirem porcos europeus de “raça superior”, os nativos desprezassem os ensinamentos de zootecnia que amparavam homens de ciência a falar em “melhoramento” e não tomassem

[...] qualquer precaução para cruzar as fêmeas com machos da mesma raça superior, embora não lhes fosse difícil conseguir isso. Um dia, ao constatar que eles haviam castrado todos os machos de um lote de porcos europeus recém adquiridos, um comerciante branco censurou-os, vivamente, e lhes disse que, agindo dessa maneira, aviltavam toda a raça. Tal raciocínio foi por eles considerado inteiramente incompreensível e continuam deixando os belos porcos da preciosa raça europeia cruzarem a esmo, ao saber das suas andanças pela ilha. (Ibidem, p. 201-202).

Essa passagem lembra que, além de animais, ideias sobre “raças” consideradas “superiores” ou “inferiores” também grassavam na disciplina. Seja como for, nas últimas décadas o interesse pelas “complexidades etnográficas e teóricas” de diferentes formas de “coexistência e engajamento” entre animais e humanos em “contextos urbanos e rurais não indígenas” cresceu e se diversificou (BEVILAQUA; VELDEN, 2016, p. 12). Exemplos de investimentos nesse sentido incluem tanto a própria criação da linha de pesquisa “Relações Humanos-Animais” (mais tarde reformulada como “Relações multiespécie, ciência e tecnologias, ambientes e sustentabilidade”), o Grupo Espelho Animal e o Núcleo de Estudos

Animais, Ambientes e Tecnologias (NEAAT) no âmbito do PPGAS/UFRGS, quanto a produção de artigos, dossiês e grupos de trabalho em eventos como a Reunião Brasileira de Antropologia, Reunião de Antropologia do Mercosul, Reunião de Antropologia da Ciência e da Tecnologia, entre outros.

Logo que iniciei minha formação no PPGAS/UFRGS ainda não tinha certeza dos rumos precisos que gostaria de dar à pesquisa. Sabia que queria estudar como “raça” atravessava a criação de animais, em especial de cães e cadelas, mas parava por aí. Como o programa já contava com um acúmulo importante de pesquisas dedicadas a espécies companheiras e, particularmente, animais de estimação e sua inserção em contextos urbanos, vi nessa produção intelectual um caminho seguro para iniciar minhas explorações. O objetivo era valorizar e se somar a esse legado. Dividindo atenções com javalis (SORDI, 2017; SORDI; LEWGOY, 2017), abelhas (PASTORI, 2017), mosquitos (VARGAS, 2018; SEGATA, 2019) e outras espécies companheiras, referências nesse sentido incluem tanto pesquisas conduzidas pelos professores Jean Segata (SEGATA, 2012a; 2012b; 2012c; 2014; 2015; 2016) e Bernardo Lewgoy (LEWGOY, SORDI, PINTO, 2015; LEWGOY, 2016), quanto por graduandas e pós-graduandas (MATOS, 2012; PASTORI, 2012; GAUER, 2015; TEIXEIRA, 2015; 2016; PINTO, 2016).

Tocando em pontos comuns, mas ostentando diferenças e particularidades teóricas e metodológicas adequadas aos diferentes encontros etnográficos em jogo, parte da curiosidade científica de pesquisas interessadas em animais de estimação parece ter sido direcionada ao tema das moralidades e dilemas em torno do abandono e das redes de proteção animal (resgate, cuidado e encaminhamento para adoção) em âmbito urbano. Pesquisas de Matos (2012), Gauer (2015), Lewgoy, Sordi, Pinto (2015) e Pinto (2016), por exemplo, me levaram a interpretações nessa direção. Esse interesse mais ou menos compartilhado, no entanto, não impediu que o tema das raças caninas surgisse na trajetória de Ivana Teixeira dos Santos. Mesmo que sua pesquisa não tenha sido levada adiante, sendo reorientada para a relação entre humanos e animais no contexto das terapias assistidas por animais (TEIXEIRA, 2015), sua inserção e os primeiros passos em campo observando exposições caninas no estado do Rio Grande do Sul resultaram em um interessante capítulo de livro (TEIXEIRA, 2016). Nele, a autora tematizou o circuito da criação registrada e refletiu sobre a exibição de cães e cadelas “de raça” em exposições de conformação organizadas pelo KCRGS, “eventos-rituais” (Ibidem, p. 110) nos quais exemplares registrados em associações de canis eram avaliados tanto por sua conformidade a um padrão racial preestabelecido, quanto pelo desempenho que eles e seus condutores/as apresentavam em pista.

Quando passei a transcender as discussões produzidas no âmbito do PPGAS/UFRGS, segui me encontrando com o tema do abandono e das redes de proteção animal (SANTOS, 2015; OSÓRIO, 2016; 2017; 2018a; 2018b). Apesar de apreciar e me identificar com a opção científica e política pelo tema, estranhei o fato de gatos e cães “de raça” gozarem de um interesse diminuto na literatura antropológica. Quando apareciam, era em virtude de serem o alvo predileto de possíveis adotantes, e isso apesar das frequentes campanhas para desconstrução da fronteira conceitual entre eles e os chamados “vira-latas” (LEWGOY, SORDI, PINTO, 2015). Como sugeriu Liziane Gonçalves de Matos (2012, p. 75-76) com base em sua pesquisa etnográfica sobre cuidado e proteção de animais abandonados em Porto Alegre (RS), ainda que “animais de raça” também fossem “abandonados e, uma vez recolhidos por protetores” se tornassem “candidatos à adoção”, era incomum serem levados e expostos nas feiras para esse fim, “pois caso isso acontecesse, os demais, sem raça definida, não seriam adotados”.

Algo semelhante surge no trabalho de Pedro Santos (2005) quando, ao estudar o encaminhamento de cães e gatos para adoção na região metropolitana do Rio de Janeiro, sugere haver uma demanda quase espontânea por cães e cadelas com raça “definida” ou “traços marcantes” que as lembrem, sendo inclusive com base nisso que, no afã de angariar possíveis adotantes, essas características (como a combinação de certas cores, tipo de pelagem, orelhas, focinho, etc.) fossem usadas como atrativo. No entanto, isso acontecia apesar do trabalho dos protetores em convencer possíveis adotantes que “ajudar um animal abandonado é mais importante do que consumir outro de raça” (SANTOS, 2015, p. 241). Enquanto isso, entre os cães “sem raça definida” ou “vira-latas”, o interesse por eles dependia de um “trabalho de convencimento” que apresentava as “vantagens destes em relação aos de raça, por serem mais longevos e menos propensos a problemas de saúde” (Ibidem, p. 240). Transparecem dessas passagens argumentos morais, onde “ajudar” um animal abandonado é mais importante do que “consumir” outro de raça, e variáveis que tentam racionalizar a escolha transformando em melhor opção custo/benefício, já que “vira-latas” teriam “menos propensão a problemas de saúde” do que aqueles considerados “de raça”.

Aos poucos fui percebendo que, como parte dos argumentos e estratégias persuasivas mobilizadas em redes urbanas de proteção animal, eram recorrentes críticas à possível falta de ética de criadores de cães e cadelas “de raça” em seu ofício. Pesquisas online me conduziam a inúmeros sites com campanhas críticas à criação e aquisição de animais “de raça”, grande parte motivada pelo slogan “não compre, adote”. Acusações de reprodução forçada, descarte de animais “fora do padrão”, segurança sanitária imprópria para criação, comércio

clandestino, cruzamento entre animais aparentados com altos níveis de consanguinidade, baixa variabilidade genética, ideias e práticas racistas e eugênicas, entre outras, se repetiam em sites, blogs e redes sociais. Como exemplifica o artigo “*Cães de raça x Vira-latas*” divulgado no *Portal Viés* (2011), mantido sob domínio da UFRGS e assinado por Patrícia Tanabe, à época estudante do curso de Comunicação Social desta universidade, a ideia geral que sobressaía era que a “falta de moralidade está a favor da supremacia da raça pura, em detrimento do bom senso ético”.

Essa aparente tensão, mais complexa e escorregadia do que se pode deduzir em um primeiro momento, é parte importante do livro “*O manifesto das espécies companheiras*” (2021a) de Donna Haraway, e foi em parte através desses caminhos que iniciei a presente pesquisa. Nessa obra, Haraway (2021a) é convincente ao defender que a história importa nas *naturezas-culturas* (“*naturecultures*”, originalmente), conceito que condensa sua convicção na inseparabilidade daquilo que, sob o manto da modernidade, se tentou separar e purificar como diferentes ordens ontológicas. Em vez de “fundações preexistentes”, Haraway (2021a, p. 15) convida a pensar em categorias como “natureza” e “cultura” como “provisórias e locais”, ainda sim passíveis de gerar “consequências potentes”. A luz da proposta teórica de Haraway, “pode-se afirmar que algo é natureza ou é cultura apenas temporária e tentativamente em uma rede material-semiótica muito específica, na medida em que se separa o que estava junto e se coloca muito trabalho em mantê-los separados” (SILVA E SILVA, 2021b, n. p.). De modo geral, sua proposta sugere ficar atento a esse trabalho de separação e analisar o que conta como natureza e cultura, quando, de que maneiras e com que efeitos. Depois de elaborar essa e outras premissas em um primeiro capítulo introdutório, “*Naturezas-culturas emergentes*”, onde suas bases conceituais e teóricas são apresentadas, Haraway desenvolve quatro capítulos sobre “histórias”: de evolução, de amor, de adestramento e de “raças”.

Essa opção não é um acaso. Falando sobre sua formação acadêmica e sua identidade profissional, Donna Haraway (2021b, p. 28) afirmou se sentir mais “confortável em ser chamada de contadora de histórias” do que de bióloga. Partindo de experiências situadas, Haraway conta histórias sobre relações com seu pai, marido, afilhado, sua cadela Cayenne, a comunidade de *agility*, criadores e associações de canis, tudo sem se desconectar do que define como *tempo histórico* e *tempo evolutivo*, os quais acenam para a escala de décadas e séculos, nações e populações. No quinto capítulo da obra, em especial, Haraway (2021a, p. 77) conduz suas elaborações por meio de “histórias ilustrativas” de três diferentes categorias usadas para designar cães: dois “tipos” (cães guardiões de rebanho e pastores) formados por influências ecológicas, topográficas, migratórias, inclinações sexuais dos próprios cães e também

seleções deliberadas; duas “raças” (*cão de montanha dos Pirineus* e *pastor australiano*) derivadas desses tipos e assim categorizadas por serem objeto de investimento de associações de canis e seus “esforços para isolar e fragmentar populações reprodutoras” (Ibidem, p. 18-19); e, por fim, cães sem um tipo ou raça definida chamados de “sato”, termo genérico que identifica cães e cadelas de/na rua de diferentes tamanhos, cores e aparências em Porto Rico.

De forma a sublinhar a diversidade e as controvérsias dessas histórias ilustrativas sobre “tipos” e “raças”, Haraway aborda tanto projetos encabeçados por associações de canis, criadores e pesquisadores que fossem caracterizados pela construção conjunta de conhecimento, preocupação com a saúde genética, bem-estar e cuidado com os cães e cadelas envolvidos, quanto projetos que levaram ao surgimento de “limbos da produção comercial de filhotes” e práticas de reprodução marcadas por crueldade e “indiferença quanto à saúde animal” (Ibidem, p. 92). O mesmo vale para histórias sobre cães *sato*, os quais Haraway narra desde a dura condição nas ruas e abrigos em Porto Rico até o momento de resgate, cuidado e a burocracia necessária em seu encaminhamento para adoção nos Estados Unidos. Nesse caso, Haraway destaca as contradições entre uma “ética do bem-estar animal” baseada na castração obrigatória e a vida concreta de cães e cadelas férteis e ninhadas em situação de rua cuja vulnerabilidade à fome e aos maus-tratos levam à dor, ao adoecimento e à morte (Ibidem, p. 103).

Ao ressaltar a diversidade dessas histórias multiespécie, “que vão da exploração ao companheirismo, da hostilidade à solidariedade, da crueldade às trocas afetivas” (MACIEL, 2017, p. 39), Haraway colocou em prática o que em mesa redonda promovida pela revista *Humanimalia* em 2017 considerou urgente para pensar a criação de animais “de raça”:

Acho que vou abordar esta questão de maneira particular, motivada pelo título de uma coleção recente, *Arts of Living on a Damaged Planet* [de Anna Lowenhaupt Tsing]. Eu quero pensar na criação em relação ao cultivo das artes de viver bem uns com os outros em um planeta danificado - sem uma sensação de apocalipse e o resto, mas com um alerta real para a urgência. [...] Então, por exemplo, estou muito interessada em alianças com alguns criadores de cães de raça pura e não com outros; e sou contra a oposição de alguns defensores dos direitos dos animais a toda a criação de, por exemplo, cães e cavalos. Eu acho que é importante pegar as histórias de criação, a situação histórica, a não pureza de tudo, e ser por algumas práticas e não por outras, e tentar esclarecer uns com os outros como algumas dessas coisas se relacionam claramente às questões tecnológicas contemporâneas. [...] É claro que as contradições são infinitas; e suponho que se tenho algum papel a desempenhar no estudo disso, é tentar descobrir uma maneira de narrar as contradições para que possamos fazer parte da luta. Assim, podemos cultivar a capacidade de resposta, o que chamo de *response-ability* [em tradução livre, algo como *habilidade-de-responder*, modulado de *responsability*, de sua *responsabilidade* inerente] (DERRY, HARAWAY, LANDRY, RITVO, SWART, 2018, p. 24-25, tradução livre)

Essas sugestões foram muito importantes para a construção da presente pesquisa. Nesse ponto da revisão bibliográfica já me perguntava sobre o que fazia cães e cadelas serem considerados “de raça”, se seriam propriedades do seu corpo (genes ou aparência), propriedades herdadas de seus antepassados, registros e certificados de acasalamentos e *pedigrees* fornecidos por associações destinadas a regular e gerir sua criação, ou tudo isso e algo mais. Curioso pelas lições que o estudo de “histórias de criação” de épocas e locais distintos poderiam oferecer para entender como “raças caninas” eram feitas, trabalhei para interrogar a “prática material-semiótica do ‘amor pela raça’ que permeia o mundo dos cães” (HARAWAY, 2003b, p. 113-114, tradução livre). Como Haraway defendeu ao citar Anna Tsing, isso é relevante “não apenas por razões históricas, mas também por considerar os desafios contemporâneos de como viver bem com os outros – tanto outras espécies quanto outras culturas” (TSING, 2019 [2011], p. 177), premissa que baliza a proposta teórica feminista para estudos multiespécies. Entretanto, com algumas exceções (ARO, 2003), pesquisas antropológicas dedicadas à cinofilia (CALMON DE OLIVEIRA, 2006; BARRETO, 2015; TEIXEIRA, 2016) pareciam menos preocupadas com histórias e contradições. Lidas na companhia de pesquisas dedicadas a outros animais “de raça”, como equinos (BORNEMAN, 1988) e bovinos (DETURCHE, 2012; 2017; LEAL, 2014; 2016), essas referências conduziram minha atenção para outros temas e problemas que tentei incorporar à sugestão de Haraway.

A primeira pesquisa dedicada às raças caninas que tive contato foi a dissertação de mestrado de Samantha Brasil Calmon de Oliveira (2006) junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Com base na observação de exposições, visitas a canis e um centro de treinamento (adestramento e *handling*, de condução dos cães em exposição), essa pesquisadora buscou compreender “como se organizam as categorias de pensamento e o modo de vida das pessoas que têm animais de estimação como objeto simbólico de identificação e distinção social” (Ibidem, p. 9). Fazendo associações um tanto estereotipadas, muitas vezes falando em termos do que seria “mais comum” (Ibidem, p. 85), Calmon de Oliveira considera a escolha de um cão de raça como um “signo” capaz de expressar a identidade daqueles que adquirem, criam e/ou expõe, algo que os “satisfaça/represente socialmente” (Ibidem, p. 11).

Ao longo de sua pesquisa, no entanto, associações de canis, dispositivos (livro de registro genealógico, pedigree, documentos de padrão racial e exposições), conceitos e princípios (*raça, mestiço, puro, melhoramento racial*, etc.) foram tratados de forma breve, a-histórica e pouco crítica. Um exemplo emblemático dessa postura me parece ser quando, depois de explicar quais seriam as diferenças entre um cão de “raça pura” (para ela, fruto do

acasalamento entre dois cães de uma mesma raça reconhecida pela CBKC) e um “mestiço” (produto do acasalamento entre cães “sem raça” ou dois cães de raças distintas) e sugerir que “todas as raças conhecidas atualmente foram frutos de acasalamentos entre cães de diferentes raças puras” (Ibidem, p. 86), essa pesquisadora sequer questionou a bagagem histórica dessas categorias e a aparente contradição ou paradoxo entre “pureza” e “mestiçagem” na criação de raças caninas.

Preocupações com raça, sangue (como substância e símbolo) e pureza também surgem de forma breve na tese de doutorado de Jean Segata (2012a) defendida junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Em sua pesquisa, Jean Segata optou por seguir veterinários em seu ofício e estudar os modos pelos quais a humanidade dos animais de estimação era negociada. Para ele, essa negociação não se nutria apenas de equivalências culturais (como o controle de alguns instintos, uso de roupas, etc.), mas igualmente das ditas naturais, como equivalências biológicas que permitiriam a partilha de certos diagnósticos e tratamentos medicamentosos à base de fármacos (SEGATA, 2012a; 2016). Conversando com um veterinário que acompanhava, Jean questionou se ele não teria problemas com donos de cães “de raça” se, por ventura, eles descobrissem que em uma transfusão sanguínea o material utilizado vinha de cães sem *pedigree*, e, portanto, sem seu atestado de origem familiar e “pureza”. A resposta foi que, tecnicamente, em termos de compatibilidade sanguínea, não haveria problema, mas pediu para Jean Segata que não questionasse os clientes sobre isso, pois poderia causar algum tipo de desconforto. Como lembra Segata (2012a, p. 170) à luz dessa situação e ao comentar o estudo de Calmon de Oliveira (2006), “o sangue, nesse ínterim, tem um papel fundamental – especialmente na composição do imaginário ocidental sobre o parentesco ou a pureza racial – é o ‘puro sangue’, que faz a diferença”.

Capazes de causar calafrios quando lidos com pessoas, o nefasto legado do racismo científico e seu aparato político-ideológico em mente, categorias como *raça*, *tipo*, *variedade*, *pureza* e *impureza*, *mestiço*, *aperfeiçoamento* ou *melhoramento*, *degeneração*, entre outros, são recorrentes no universo de animais “de raça”, entre os quais, cães. Pelo meu compromisso antirracista, perceber isso causou bastante desconforto e uma imediata rejeição. No entanto, na medida em que me apropriava de discursos e categorias como essas, esse desconforto foi se convertendo em curiosidade e motor para uma práxis analítica que levasse esse compromisso adiante. Ao passo que, como sugeriu Edward Said (2005, p. 10), “uma das tarefas do intelectual reside no esforço em derrubar os estereótipos e as categorias redutoras que tanto limitam o pensamento humano e a comunicação”, estudar a diversidade das formas de operação de

discursos e práticas de racialização surgiu como caminho para contribuir com sua desnaturalização e desestabilização. Para tal, longe de representar “um conceito fechado, fixo e natural”, na presente pesquisa o conceito de “raça” foi tomado “como um objeto de conhecimento” cujo significado é “constantemente renegociado e experimentado” em contextos históricos e sociais que carecem de compreensão (SCHWARCZ, 1993, p. 23-24). Pela íntima relação entre discursos raciais e racistas sobre humanos e outros animais, incluindo cães, ao longo da pesquisa optei por estender minhas análises para essa relação, o que me colocou frente a frente com concepções e práticas eugênicas.

O tema da presente pesquisa também foi retratado por Eric Silveira Batista Barreto em sua dissertação de mestrado junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Em sua pesquisa, Barreto (2015) se dedicou ao estudo da relação e do trabalho compartilhado entre pessoas e cães na atividade de manejo de gado bovino e ovino no estado do Rio Grande do Sul, particularmente no interior do município de Piratini. Ao longo de seu percurso etnográfico, Barreto também acompanhou o investimento da Associação dos Criadores de Ovelheiro Gaúcho (ACOG) para que o tipo de cão identificado como *ovelheiro* fosse reconhecido enquanto “raça” pela CBKC e, por extensão, pela FCI, agora como *ovelheiro gaúcho*. Na sua análise, o “ativismo cultural” da ACOG vinha se inspirando “na longa tradição de trabalho com esses cães” e ambicionava “um porvir” que reconhecesse a “importância da raça como elemento cultural e simbólico”, ainda que, para isso, seguisse “práticas novas, contemporâneas e distantes da aclamada tradição”, como registro genealógico, adequação a um padrão racial, exposições em exposições caninas, entre outras que, segundo o autor, pecuaristas não viam importância (BARRETO, 2015, p. 74-78).

Ainda que Barreto trate conceitos como “tipo” e “raça” de forma alternada e com conotações múltiplas, algo que Donna Haraway (2021a) alertou ser relevante observar com cautela, o objetivo e os investimentos da ACOG descritos pelo autor não me pareciam, como ele sugere, se resumir à “manutenção da raça ante o *risco de extinção por cruzamentos* devido às mudanças observadas no setor agropecuário” (BARRETO, 2015, p. 113, *grifo nosso*). Mais do que apenas manter ou preservar, ao investir no reconhecimento de um tipo heterogêneo de cães e cadelas tais quais aqueles que conheci em Rosário do Sul como uma “raça” nos termos e requisitos colocados por associações de canis como a CBKC e a FCI, a ACOG parecia estar tentando reinventar a tradição no signo e na carne. Em argumento parcialmente semelhante à ACOG, Haraway (2021a, p. 109) chegou a sugerir que, “nas naturezas-culturas de hoje, as raças talvez se façam necessárias, ainda que profundamente falhas, para dar

continuidade aos cachorros de tipos úteis dos quais estas raças se originaram”. Provocado por dúvidas como essas, também achei relevante interrogar aspectos como invenção, extinção ou continuidade de tipos ou raças caninas.

A última pesquisa antropológica dedicada a raças caninas e associações de canis que encontrei em minhas explorações é, curiosamente, a mais antiga em termos cronológicos: “*Gone to the Dogs?*”, publicada em 2003 como resultado da pós-graduação de Judoth Aro junto ao Departamento de Sociologia e Antropologia da Concordia University, de Montreal (Canadá). Com base na observação de exposições, visita a canis, entrevistas, questionários pré-estruturados, exame de registros como pinturas, tapeçarias, vasos, estátuas, entre outros, Judoth Aro (2003) buscou explicar a origem e desenvolvimento dessa atividade e conhecer a perspectiva de criadores em Montreal. Semelhante à abordagem epistemológica de Calmon de Oliveira (2006), Aro (2003) também buscou ler a criação de cães registrados em associações de canis como um sistema de signos sociais. No entanto, ao abordar a história, os métodos de seleção para reprodução, cuidado e comercialização, a autora também trouxe sua materialidade para primeiro plano da análise.

Atenta à história da “raça” como forma de classificar e criar cães, Judoth Aro (2003) sugere que, antes da era vitoriana na Grã-Bretanha, cães costumavam ser reconhecidos e distinguidos por seu tipo e utilidade (pastoreio, caça, guarda, companhia), sem que se atribuísse grande relevância à aparência. A diversidade de cores, tamanhos, pelagens, formatos de orelha, etc., seria a tônica. Para ela, a maior valorização da aparência e a busca por uniformidade esteve intimamente ligada à organização de associações de canis, atividade que articulava tanto a nobreza, quanto a classe média britânica do século XIX. Um dos aspectos-chave para essa reorientação teria sido a promoção de acasalamentos seletivos e sistemáticos entre cães e cadelas aparentados. Ao menos durante minha revisão bibliográfica, Judoth Aro (2003) foi a primeira antropóloga interessada em cães “de raça” a tratar de seleção e métodos reprodutivos (*inbreeding*, *line-breeding*, *outbreeding*, *outcrossing*, debatidos no decorrer da pesquisa), e a ressaltar a importância do *pedigree* não apenas como certificado de origem familiar, mas base para escolha de reprodutores.

Aquilo que no início dessa seção surgia como denúncia ou prova de falta de ética e imoralidade daqueles criavam ou adquiriam cães e cadelas com base na “raça”, surgia nessa e em outras pesquisas históricas como método não apenas aceitável na criação animal, mas necessário para inventar, materializar e dar continuidade a raças caninas. Segundo criadores e analistas, é por meio da reprodução entre exemplares aparentados que se tornaria possível “acumular a contribuição genética” de certos ancestrais e, por conseguinte, aumentar a

chance de que sua prole expresse certas características, sejam elas desejadas ou não (ARO, 2003, p. 123, tradução livre). Essa prática prefigurou a padronização e a possibilidade de reprodução de certa conformação física e/ou comportamental ao longo das gerações. Os conceitos “breeding” e “breed” são ilustrativos nesse sentido. No inglês, *breeding* é tanto um verbo, quanto substantivo. Como verbo, *breeding* se refere à “reprodução” (no sentido de faculdade reprodutiva, incluindo animais ditos selvagens ou domésticos), enquanto como substantivo, a animais “com reprodução” (*with breeding*), no sentido uma “herança genealógica” (*pedigree heritage*) acumulada por meio da seleção contínua de reprodutores que amparou a segmentação de espécies de animais em grupos considerados “raças” (breeds) (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 393, tradução livre). Semelhante àquilo que sugeriu Roger Bastide (1961, p. 10, tradução livre) ao comparar pesquisas sobre relações raciais conduzidas em São Paulo (Brasil) e Paris (França), em minha revisão bibliográfica “a pergunta ‘raça’ sempre provocou a resposta ‘sexo’”⁷, por isso também problemas relativos ao parentesco.

Em artigos, entrevistas e livros publicados na década seguinte, historiadores/as como Michael Worboys, Julie-Marie Strange e Neil Pemberton forneceram mais detalhes sobre esse contexto histórico e as práticas que permitiram a invenção conceitual e material de “raças” e cães assim identificados. Como objeto de estudos da história, relações entre humanos e animais ganharam corpo a partir da década de 1980. Nomes como Keith Thomas (2010 [1983]) e Harriet Ritvo (1986; 1987) deram forte impulso nesse campo. Afirmando se distanciar de pesquisadoras/es como Ritvo, Aaron Herald Skabelund (2008; 2011) e Sandra Swart (2003), cujo privilégio analítico recai sobre a potência simbólica ou metafórica de raças e cães, como uma “janela” para conhecer mais sobre relações sociais e temas como classe, identidade nacional, colonização e imperialismo (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 727, tradução livre), Worboys, Strange e Pemberton se propuseram a estudar as conexões entre representações e mudanças materiais no corpo de cães e cadelas (PEMBERTON, 2013; PEMBERTON, WORBOYS, 2015; PEMBERTON, WORBOYS, STRANGE, 2019; WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018; WORBOYS, 2018; 2019). Na medida em que valorizavam a inseparabilidade constitutiva entre matéria e signo proposta por Donna Haraway, suas pesquisas sobre a criação na sociedade britânica do século XIX e XX me inspiraram a propor investimento semelhante sobre aquilo que se passava no Brasil.

Esses e outros temas também surgem de forma instrutiva em pesquisas antropológicas dedicados à criação de bovinos e equinos “de raça” (BORNEMAN, 1988; DETURCHE,

⁷ No original: “the question ‘race’ always provoked the answer ‘sex’”.

2012; 2017; LEAL, 2014; 2016). Apesar das particularidades inerentes a cada universo de pesquisa, essas referências foram importantes no momento em que trabalhava para saber “onde pisar” em minha pesquisa, ou seja, que categorias usar e analisar, de que modo, com atenção a que problemas ou contradições. Aliadas às referências tratadas nesta breve revisão, essas pesquisas reforçaram minha percepção de que uma “raça” animal não se resumia a uma população de animais relacionados pela ancestralidade e/ou pela posse de certas características, pois em todos casos, sua invenção, criação e certificação como “de raça” carecia da coordenação desses aspectos com performances e parâmetros negociados na política de associações de criadores, como registros genealógicos, padrões raciais, exposições e perícias públicas, exames de saúde, testes genéticos, entre outros.

Mas como essa coordenação era e é posta em prática por criadores de cães e cadelas “de raça” no Brasil? Na medida em que, a depender da associação de canis, raça canina ou contexto, mudam esses aspectos e como são interpretados e relacionados, defini estudar a diversidade dos modos pelos quais isso acontece como o objetivo da pesquisa. Com base na análise de discursos e práticas que vão do século XIX ao presente, apresento o desenvolvimento da pesquisa e seus resultados em forma de “histórias ilustrativas” (HARAWAY, 2021a, p. 77) sobre associações de canis, raças caninas e criadores situados nas regiões sul e sudeste do Brasil.

1.3. CAIXA DE FERRAMENTAS

1.3.1. Métodos, técnicas de pesquisa e materiais

Para dar conta deste objetivo, conduzi um estudo de natureza qualitativa, articulando pesquisas bibliográficas, documentais e observação participante. Como não poderia deixar de ser em um contexto de pandemia e de isolamento social, os métodos, as técnicas e os materiais de que lancei mão para produção da pesquisa refletem as limitações e as possibilidades que esse cenário excepcional ofereceu.

No geral, é possível distinguir um antes e um durante a pandemia. Entre o final de 2019 e o primeiro trimestre de 2020, antes do início da pandemia de COVID-19, tive a oportunidade de acompanhar três exposições caninas como expectador. Em agosto de 2019, visitei a 42ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (EXPOINTER) realizada no município de Esteio (RS), que graças a 2ª Expocani, nesse ano contou com a até então incomum presença de cães e cadelas. O objetivo do

espetáculo era entreter, aproximar interessados por cães de todos os tipos e valorizar a criação e a comercialização daqueles ditos “de raça”. Em março de 2020, acompanhei duas exposições promovidas por associações de canis: a 231ª Exposição de Criação promovida pela Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães (SGCCPA), com provas de avaliação da conformação, sensibilidade ao tiro e proteção, e as exposições de conformação promovidas como parte da comemoração do aniversário de 75 anos do Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS). Nessas vivências, pude conversar de modo informal com criadores, assistentes, adestradores, tirar fotografias, observar e conhecer um pouco dos processos, objetos e performances nesses espetáculos.

Esse tipo de experiência cessou logo após a exposição organizada pelo KCRGS. O adensamento da pandemia de COVID-19 em março de 2020 impediu a realização de exposições previamente agendadas, que foram adiadas e canceladas, afetando não apenas o início da minha pesquisa e os contatos que estava começado a estabelecer a fim de conhecer associações e canis, como também o sustento de muitas pessoas que viviam dessa atividade, como, por exemplo, auxiliares de preparação e profissionais que conduzem exemplares em pista. Enquanto ainda me perguntava como seriam os próximos passos da pesquisa e tentava me acostumar com o “novo normal”, associações de canis passaram a oferecer atividades “virtuais”. Em 28 de março de 2020, doze dias depois de adiar atividades cinófilas por tempo indeterminado, a CBKC inaugurou a promoção de “webconferências”. Promovidas semana sim, semana não no âmbito de seu programa de formação técnica, cinquenta e oito transmissões ao vivo foram realizadas até abril de 2022, todas com acesso público. Criadores, juízes, geneticistas, médicos veterinários, entre outros profissionais eram convidados a dar palestras sobre temas como “raças” e seus padrões; noções de genética; saúde, nutrição e bem-estar; seleção, manejo reprodutivo, suas técnicas e tecnologias; julgamentos e condutores; adestramento; e balanço das contas do clube.

Acompanhar essas “webconferências” exigia o contato com um ainda novo, mas crescente em popularidade por força da pandemia de COVID-19, conjunto de tecnologias e meios de comunicação. Fazendo uso do aplicativo *Zoom*⁸ em computadores ou celulares, expectadores que, como eu, tinham feito inscrição prévia no site da CBKC, eram aceitos em uma sala virtual criada para o evento. Conversas descontraídas entre os presentes antecediam uma hora de exposição feita pelo palestrante com o auxílio de slides, seguido de um breve intervalo e um momento dedicado a perguntas via chat da plataforma e mediadas por um

⁸ Plataforma de comunicação digital que, mediante cadastro e adesão a planos gratuitos ou pagos, oferece a possibilidade de realizar videoconferência, reuniões on-line e bate-papo em dispositivos como computador ou celular.

representante da CBKC a cargo da condução do encontro. Depois de editada e reduzida à exposição feita pelo palestrante, as atividades eram publicadas na página que a CBKC mantém no *YouTube*⁹. Os eventos ocorreram, em sua grande maioria, aos sábados pela manhã, durando cerca de três horas. Ao longo de 2021, as palestras passaram a ser realizadas em dias de semana, das 19h às 21h. Nesses encontros pude acompanhar não apenas formas de bem dizer certas questões e a discussão de temas considerados importantes, mas também relações jocosas e formais entre criadoras/es e curiosos/as. A periodicidade dos eventos mudou ao longo do tempo, arrefecendo *pari passu* a gradual redução de casos de COVID-19 e o afrouxamento das até então já brandas medidas contra sua disseminação, quando rotinas presenciais foram retornando.

Entre 2020 e 2021, pude acompanhar dez palestras de forma síncrona. Contudo, como se verá, ao longo da pesquisa são feitas poucas menções explícitas a esses eventos. De acordo com o compromisso tácito firmado entre os participantes no início de cada encontro, é vedada a reprodução completa ou parcial de relatos e informações discutidas entre seus participantes. O mesmo não precisa ser dito de palestras bem parecidas promovidas pela associação de canis conveniada ao CBKC no Rio Grande do Sul, o KCRGS. Se valendo da plataforma *YouTube*, a partir de 28 de junho de 2020 o KCRGS passou a realizar “lives”¹⁰. Diferente do CBKC, as palestras oferecidas pelo KCRGS a partir das 19h eram disponibilizadas de forma assíncrona no próprio *YouTube* tão logo se encerrava sua transmissão síncrona, sem edição prévia ou restrição de uso. De junho a dezembro de 2020, pude acompanhar vinte dessas “lives”, cujos temas incluíam genética, cores e saúde canina, movimentação e condicionamento físico, nutrição, oftalmologia, dermatologia, ortopedia e odontologia veterinária, protocolos vacinais, reprodução (fertilidade, inseminação artificial e gestação) e divulgação digital para criadores ampliarem seu alcance comercial. Esse conjunto de experiências presenciais e virtuais foram registradas em diário de campo, no qual articulei descrições, impressões, fotografias e conversas.

Enquanto acompanhava essas palestras, também investi na consulta e análise de documentos que tivessem relação com o tema da pesquisa. De modo geral, esse material pode ser dividido em dois tipos: produzidos e/ou veiculados por associações de canis, páginas, sites e blogs alimentados por criadores; e publicações periódicas, livros e materiais oferecidos por bibliotecas virtuais.

⁹ Site lançado em 2005, mas desde 2006 administrado e desenvolvido pela *Google, Inc.*, no qual além de vídeos gravados e transmissões ao vivo sem a exigência de cadastro, também oferece serviços pagos de streaming de músicas e vídeos.

¹⁰ Para mais informações sobre o fenômeno “live” e sua popularidade no contexto da pandemia de COVID-19 no Brasil, ver Lupinacci (2021).

Buscando examinar aspectos históricos e normativos ligados à criação, reprodução e exposição de cães e cadelas “de raça” no Brasil, ao longo da primeira metade de 2021 analisei documentos produzidos ou veiculados por associações de canis. Se em um primeiro momento exploratório busquei por tudo que fosse público, aos poucos fui delimitando e direcionando minhas pesquisas para associações como a Federação Cinológica Internacional (FCI) e sua conveniada no Brasil, a Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), o Clube Brasileiro do Pastor Alemão (CBPA) e o Clube de Aprimoramento do Fila Brasileiro (CA-FIB). Para tal, acessei seus sites institucionais e consultei documentos como estatutos, regulamentos, regimentos, diretrizes, memorandos, circulares, artigos técnicos e temáticos, padrões raciais e banco de dados genealógicos, todos abertos à consulta pública. A esses registros se somam tanto páginas públicas e grupos de discussão e comércio mantidos por criadores em sites como *Facebook*¹¹, como acervos pessoais feitos públicos em sites e blogs, a exemplo do acervo mantido pelo ex-criador da raça *fila brasileiro* Francisco Peltier de Queiroz, nos quais disponibiliza a consulta de um grande número de recortes de periódicos (jornais e revistas), cartas pessoais, fotografias e textos opinativos, para os quais, entre o final de 2021 e início de 2022, estendi minha pesquisa.

Entre dezembro de 2020 e junho de 2023, me debrucei sobre um inspirador material hemerográfico disponível para consulta pública na Hemeroteca Digital Brasileira, da Fundação Biblioteca Nacional. Com a missão de resguardar e ampliar o acesso a documentos digitalizados, através da Biblioteca Nacional Digital (BND) essa fundação preserva um rico acervo de materiais cartográficos, iconográficos, manuscritos, bibliográficos e periódicos (jornais, revistas, boletins, anuários, entre outros) (BND, 2021a). Trabalhando na conversão de registros de papel para formatos digitais, a BND se vale da tecnologia de *reconhecimento ótico de caracteres* (OCR, acrônimo de *optical character recognition*) e oferece ao visitante a inebriante possibilidade de se agarrar a certas palavras e, com elas, viajar através de estados, municípios, séculos e décadas. Animado por essas possibilidades, parti de um número seletivo de palavras-chave (como *raças caninas*, *cão de raça*, *cinofilia*, *Kennel*, *canil*, *tipo racial*, *pedigree*, nomes de raças caninas, associações de canis e pessoas, aspectos ligados à reprodução, entre outras, sempre tentando me adaptar às diferenças ou convenções ortográficas impostas pelo período e local)

¹¹ Rede social de propriedade da *Facebook, Inc.*, criada no ano de 2004 com a missão de “dar às pessoas o poder de criar comunidades e aproximar o mundo” (FACEBOOK, 2021). Em 2022, foi reformulada como *Meta Platforms, Inc.*, incorporando plataformas como Instagram e WhatsApp e oferecendo “tecnologias e serviços para que as pessoas se conectem umas com as outras, criem comunidades e expandam seus negócios” (META, 2022). Mediante cadastro, usuários do Facebook podem compartilhar conteúdos e interagir através de fotografias, textos, vídeos (incluindo transmissão ao vivo), criar grupos de discussão e afinidades, jogar, utilizar seu *marketplace*, entre outros serviços.

e seguiu suas aparições em periódicos distribuídos entre 1820 a 2010, primeiro década a década, depois estado por estado.

Curioso sobre o que se falava a respeito de cães e cadelas, raças caninas, criadores, associações e suas atividades, o objetivo era ver o quão longe essas e outras palavras-chave me levariam e para que caminhos seria lançado. Nesse percurso, as palavras pesquisadas me conduziam a novos temas e novas palavras, as quais submetia novamente às pesquisas. De palavra em palavra, me encontrando com textos, charges, fotografias e ilustrações, fui ampliando o alcance da pesquisa e estudando seus desdobramentos. A centralidade desses materiais para a composição desta pesquisa está implícita em seu título, **“Raça” em revista**, no qual o termo “revista” busca sinalizar tanto como “raça” foi tematizada e retratada nesses periódicos em geral, quanto o sentido de constante reanálise que prevaleceu ao longo de sua realização. A seguir apresento tabela que lista os periódicos que foram consultados e citados na pesquisa:

Tabela 1 - Periódicos consultados junto à BND

Rio de Janeiro	
A Época	Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes
A Manhã	Revista da Exposição Anthropologica Brasileira
Archivos Brasileiros de Hygiene Mental	Vida Domestica: revista do lar e da mulher
Boletim de Eugenia	Sciencia para o Povo: seroes instructivos
Caretá	São Paulo
Chacaras e Quintaes	A Constituinte: Orgam Liberal
Correio da Manhã	A Tribuna (Santos, SP)
Correio Mercantil	Correio Paulistano
Diario Carioca	Fauna: revista mensal de caça, pesca, cães, tiro e aventuras em geral
Diario da Noite	
Diário do Rio de Janeiro	O Criador Paulista: periódico de divulgação científica para pecuaristas
Diário Mercantil	Minas Gerais
Fon-Fon: semanário alegre, político, crítico e esfusante	Diário da Manhã
Fru Fru: magazine mensal illustrado	Diário de Minas (Ouro Preto, MG)
Jornal do Agricultor: principios praticos de economia rural	Pharol (Juiz de Fora, MG)
Jornal do Brasil	Rio Grande do Sul
Jornal do Commercio	Diário de Notícias (Porto Alegre, RS)

Kosmos: Revista Artística, Científica e Literária	Jornal de Caxias (Caxias do Sul, RS)
Manchete	Paraná
Museo Universal: jornal das famílias brasileiras	Diário do Paraná: Orgão dos Diários Associados
O Campo: revista mensal ilustrada de lavoura, criação, indústria, commercio	O Dezenove de Dezembro
O Chronista	Santa Catarina
O Imparcial: diário ilustrado do Rio de Janeiro	O dia: Orgão do Partido Republicano Catarinense
O Jornal	Outros
O Mercantil	Correio Braziliense (Brasília, DF)
O Portuguez ou Mercurio Politico, Commercial, e Literario	O Publicador (João Pessoa, PB)

Presente na América portuguesa desde o século XVII através das publicações portuguesas e de outros países da Europa, a imprensa periódica foi inserida no Brasil no início do século XIX, como sugere o historiador Marco Morel em página da própria Biblioteca Nacional Digital (BND, 2021b). Financiadas por propagandas comerciais, assinaturas e comercialização avulsa, e tendo como público-alvo aquelas/es cuja condição econômica e o acesso à educação lhes permitiam o privilégio da leitura, os periódicos consultados se ocupavam de temas diversos. Alguns eram dedicados exclusivamente à vida no campo, à caça, à criação de animais, enquanto outros, tinham um cunho urbano, informativo, dedicando apenas colunas ou matérias ocasionais a cães e outros animais de estimação. Em sua maioria, combinavam anúncios comerciais, artigos, notícias cotidianas, comentários editoriais e peças literárias (contos, novelas, poemas). A depender da relevância para a pesquisa, quando da primeira aparição de um periódico será apresentada uma breve contextualização em forma de nota de rodapé.

Conhecer o acervo da BND me estimulou a pesquisar os temas estudados em outras bibliotecas virtuais, nacionais e internacionais. Em agosto de 2021 consultei o *David Rumsey Map Collection*, acervo aberto à consulta pública que conta com mais de 150 mil mapas, atlas, cartas marítimas e uma grande variedade de materiais cartográficos que vão do século XV ao século XXI (RUMSEY, 2021a). Nesse portal, busquei mapas e ilustrações produzidas entre os séculos XIX e XX que tivessem correlação direta ou indireta com o tema da presente pesquisa. Entre o final de 2021 e o início de 2023 consultei portais como a Biblioteca de História das Ciências e da Saúde mantida pela Fundação Oswaldo Cruz, a Biblioteca Virtual do Senado Federal do Brasil, a Biodiversity Heritage Library (BHL) e a Bibliothèque

Nationale de France (BnF), especialmente a Gallica, que reúne um acervo público de materiais digitalizados. Nesses portais tive acesso a obras originais de historiadores naturais, veterinários, médicos, juristas e caçadores. Enquanto alguns tinham relação direta com o tema das “raças” caninas, criação ou exposição, como o francês Conde de Buffon e os britânicos John Henry Walsh e Everett Millais, outros apresentavam problemas e conceitos afins, os quais me permitiram arriscar comparações e tirar lições, tais quais os juristas José Vieira Couto de Magalhães e Sylvio Romero e os médicos Raimundo Nina Rodrigues e João Baptista de Lacerda.

A consulta, a análise e a incorporação desse material à pesquisa impôs o desafio de compreender e apresentar ao leitor materiais cuja grafia e os sentidos podem ser estranhos ao leitor contemporâneo. Buscando não alterar a organização dos textos consultados ou trair os sentidos pretendidos pelos autores, quando de citações diretas busquei respeitar e seguir a ortografia adotada no período de sua produção. Essa opção responde a um desafio metodológico que enfrentei e gostaria que aquelas/es que me sucedem possam superar com mais facilidade. Pelo tipo de tecnologia oferecida pela BND e demais plataformas, a pesquisa pode ser feita por palavras-chave. Além de confusões que o sistema oferece em razão da semelhança das palavras e das letras que as diferenciam, como por exemplo, uma pesquisa por “fila” direcionar, entre outras, para palavras como “fita”, foi difícil antever diferenças ortográficas que a ausência de normatização ou variações ao longo dos anos impõe à pesquisa, a exemplo das palavras “typo” e “tipo”. Aos poucos fui percebendo que, entre uma década e outra, alguns termos surgiam com pequenas alterações, quando, a partir daí, refazia as pesquisas. Ao reproduzir passagens sem adequar seu conteúdo aos padrões ortográficos contemporâneos, pulo esse desafio às leitoras e aos leitores que desejam tanto consultar a fonte, quanto dar continuidade à pesquisa por certos termos e ideias. Decerto o desafio para leitura é grande. Algumas palavras e frases exigem esforço, mas creio que seja algo necessário e até mesmo estimulante para que se tenha sempre em mente seu distanciamento temporal e social. Diria até que esse esforço ajuda a sentir a textura dessa temporalidade colocada entre fonte e leitor.

Entendo esse conjunto de materiais como documentos, mas não em um sentido restrito, apenas como testemunho escrito, formal ou fundamento do “fato histórico” como interpretou a escola histórica positivista do fim do século XIX e do início do século XX. Tenho em mente a etimologia do termo latino *documentum*, derivado de *docere* e significado “ensinar” (LE GOFF, 2013 [1977]). Cada registro consultado serviu como ensinamento, uma pista para pensar sobre as relações entre suas condições de produção, seu conteúdo e aquilo

que buscavam afirmar e perpetuar. Como sugeriu Walter Benjamin (1994, p. 224), considero que falar a partir de ou sobre o passado não significa conhecê-lo “como ele foi de fato”, mas apropriar-se de uma reminiscência. Segui sua convicção de que “um acontecimento vivido é finito, ou pelo menos encerrado na esfera do vivido, ao passo que o acontecimento lembrado é sem limites, porque é apenas uma chave para tudo o que veio antes e depois” (Ibidem, p. 37).

Apesar do número generoso de registros que selecionei para incluir na pesquisa, tive que deixar muita coisa de lado. Sem pretensões de fazer uma história completa ou um relato geral sobre “raças” e cães, na seleção que fiz tentei incluir na pesquisa os materiais que, pelo autor, período, assunto ou estilo narrativo, pareciam adequados para reflexão. Em relação a seu tratamento, parti da premissa que, como sugeriu Adriana Vianna (2014) ao refletir sobre documentos como “peças etnográficas”, considerar aqueles que escrevem ou são retratados por esses registros

[...] nos leva, como em qualquer etnografia, não à fantasia de personagens isolados e individualizados, mas ao rastreamento de conexões, interações, condições desiguais de fala. As gramáticas por eles mobilizadas revelam limites discursivos dados por sua posição e atribuição em cenas específicas, mas também suas margens de agência, escolha e expertise. Crer e descrever da ficção que esses personagens documentados nos apresentam é parte, portanto, do nosso trabalho de dialogar com eles, torná-los “nossos” e, ao mesmo tempo, sermos por eles conduzidos, seduzidos e, quem sabe, enganados. Na etnografia documental contamos, refletimos e delineamos, portanto, algo desse encontro arisco, tenso e cheio de afetos que empreendemos com essas vidas feitas papel, arquivo e administração. Nossas precauções, como em qualquer etnografia, envolvem levar a sério o que nos é mostrado, o modo como essa exibição se ordena, a multiplicidade de vozes e mãos presentes na sua confecção, sua dimensão material, seu lugar em cadeias de outros documentos e ações, suas lacunas e silêncios. (VIANNA, 2014, p. 48)

Para ser conduzido e relatar essas “vidas feitas papel” de que fala Adriana Vianna, levei em consideração premissas elaboradas por Michel Foucault e Edward Said. No célebre *A arqueologia do saber* (1987), Michel Foucault indica que o discurso de uma área específica de conhecimento seria formado por um conjunto de enunciados (quer eles tenham sido falados ou escritos) em sua dispersão de ocorrências, algo capaz de colocar em relação objetos, temáticas, teorias e conceitos diversos. Conviria à análise do discurso descrever essas dispersões, esses elementos que “não se organizam como um edifício progressivamente dedutivo” (FOUCAULT, 1987a, p. 43). Para o autor, isso exigiria identificar as condições a que estão submetidos e explorar as regras comuns que regem a sua formação e dão força à sua existência, coexistência, manutenção, modificação e/ou desaparecimento. No momento em que se torna possível definir determinada regularidade em um certo número de enunciados, uma ordem, correlações, posições, funcionamentos específicos e transformações, estaríamos diante de uma formação discursiva.

Em sua perspectiva, Foucault renuncia à ideia de uma irrupção do acontecimento verdadeiro, da crença de que “além de qualquer começo aparente há sempre uma origem secreta”, algo que poderia conduzir a análise a um “ponto indefinidamente recuado” e “já-mais presente em qualquer história”, defendendo, por outro lado, não ser “preciso remeter o discurso à longínqua presença da origem”, antes, “tratá-lo no jogo de sua instância” (Ibidem, p. 28). Para Foucault, a análise do campo discursivo precisa ser orientada para a compreensão do “enunciado na estreiteza e singularidade de sua situação”, buscando determinar “as condições de sua existência, de fixar seus limites da forma mais justa, de estabelecer suas correlações” com “outros enunciados a que pode estar ligado, de mostrar que outras formas de enunciação exclui” (Ibidem, p. 31). Ao menos em parte, estaria em questão estudar o contexto e os princípios que tornariam possível a ocorrência de certos enunciados em determinadas épocas, lugares e instituições, em detrimento de outros.

No entanto, ainda que os discursos precisem ser tratados em sua instância, é preciso levar em consideração que eles sempre pressupõem “algum conhecimento prévio, a que se refere e em que se baseia”, já que cada escrito se associa, direta ou indiretamente, a outras obras, públicos, instituições, “cuja presença no tempo e no discurso lhe dá força e autoridade” (SAID, 2007, p. 51). Edward W. Said compartilha com Michel Foucault a percepção de que os enunciados respondem a discursos anteriores e viabilizam outros. Enunciar, portanto, é situar-se em relação a um já dito e a uma possibilidade, ficando “ligado não apenas a situações que o provocam, e as consequências por ele ocasionadas, mas, ao mesmo tempo, e segundo uma modalidade inteiramente diferente, a enunciados que o precedem e o seguem” (FOUCAULT, 1987a, p. 32).

Por outro lado, os autores divergem quanto à importância atribuída a um texto individual ou autor específico. Ao passo que Michel Foucault (1997) parece argumentar que o conjunto de regularidades discursivas nunca coincidiria com obras individuais, mesmo que se manifestem através delas ou que apareçam pela primeira vez justamente dentro de alguma delas, Edward Said (2007, p. 54), ao contrário, investe em leituras “minuciosas cuja finalidade é revelar a dialética entre o texto individual ou o escritor e a complexa formação coletiva para a qual sua obra contribui”. Na esteira do que propôs Said (2007, p. 51), conduzi minha pesquisa buscando analisar os modos deliberados de se dirigir ao leitor através de textos e imagens, observando seu conteúdo, “as figuras de retórica, o cenário, os esquemas narrativos, as circunstâncias históricas e sociais”.

Após acompanhar exposições caninas com árbitros e expositores de diferentes estados, países da América do Sul, Central e do Norte, em palestras técnicas virtuais que

contavam com a presença de cinófilos de todo país, de Portugal, Argentina, Espanha, etc., de análise de documentos produzidos por associações de canis locais, estaduais e internacionais, do exame de matérias e colunas de periódicos de distintos municípios brasileiros e períodos históricos, de conversas com participantes da rede cinófila de diferentes locais do país, percebi que circunscrever um espaço ou período delimitado para realização da pesquisa nunca foi uma possibilidade. Na pista do que sugerem os antropólogos Jean Comaroff e John Comaroff (2013, p. 165-170), ao longo desse percurso tão diverso em termos geográficos e temporais, tentei observar e aprender com pessoas, práticas, imagens, discursos (argumentos, conceitos e ideias) recorrentes ou emblemáticos, pontos de articulação ou desconexão entre os períodos, contextos e escalas em que o tema surgiu. Observar os discursos ao longo do tempo, examinando os sentidos diversos que adquirem ou ignoram, as práticas com que se imbricam, o que há ou não de novo, de recorrente, suas transformações, semelhanças ou diferenças, interrogando onde e em quais circunstâncias discursos afins ou dessemelhantes surgem, se mostraram caminhos instigantes, ainda que desafiadores.

1.3.2. Inspirações afetivas, teóricas e conceituais

Embora seja um entusiasta do cuidado, resgate e adoção de animais abandonados, algo do que se diz “raça” está no meu coração. Conheci e me apaixonei por minha companheira, Maria Clara, no ano de 2012, durante nossa graduação em Políticas Públicas (UFRGS). Maria ganhou Mona com quinze anos, em 2008. Cadela “de raça” *shih tzu*, de cor creme e branco, olhar doce, inteligente, decidida e fiel. Conheci Maria quando Mona tinha cerca de três anos de idade. Desde o início de nosso namoro, virei pai. Diferente de Haraway (2021a), nunca vi problema com esse tipo de identificação, que via como manifestação de afeto. Isso em nada mudou minha relação com Mona, que longe de ser reconhecida como uma criança humana com pelos, sempre foi tratada como uma alteridade significativa com a qual aprendi a me comunicar, respeitar e amar. Meu namoro com Maria Clara virou casamento, e em 2020 nós três passamos morar juntos.

No que se mostraram os golpes mais duros em nossa recente família, a partir de seus 12 anos e alguns meses, Mona passou a conviver com problemas de saúde. Complicações gastrointestinais, ferimentos no olho, torcicolos, gastrites, calcificação e *bico de papagaio* nas costas, e, especialmente, uma insuficiência cardíaca congestiva diagnosticada por manifestações clínicas e exames complementares como radiografias de tórax e ecocardiografias. Dedicados a fazer de tudo por nossa companheira, passamos a ser presença constante na

Bichomania Clínica Veterinária, situada em Porto Alegre (RS) e aberta 24 horas, e na clínica Hub, onde fazíamos os exames. O cuidado de Mona demandou um intenso envolvimento afetivo, material e financeiro mediado por muito carinho, noites mal dormidas e medicações periódicas, incluindo remédios como pimobendan, furosemida, espironalactona e outros escondidos em saborosos pedaços de sua ração em pasta produzida e comercializada como específica para cães com problemas cardíacos.

Enquanto aguardávamos na clínica, “raça” e saúde pareciam temas quase obrigatórios. Eram muitos os cartazes publicitários sobre raças de cães e gatos, rações especializadas para raças, portes e condições ou patologias, produtos e brindes (copos, estojos, imãs, etc.) estampados com raças populares (*bull terrier*, *dachshund*, *bulldogue*, *shih tzu*, entre outras) que se acumulavam nas prateleiras. Cães e cadelas do que se considera raças distintas chegavam e saíam, para banho, prevenção, consulta emergencial, tratamento de saúde ou internação. De um filhote de *spitz alemão* que vinha para tomar vacinas de rotina, até um *bulldogue inglês*, o brincalhão, simpático e robusto Juca que, em razão de um excesso de rugas e da compressão de suas narinas, infelizmente sofria um incômodo mal-estar ao respirar. Mesmo que Juca tenha me chamado atenção pelo efeito do que a busca por certo padrão pode levar, vi entrar e sair cães e cadelas de todos tipos e variedades, com ou sem registro genealógico ou alinhados às exigências colocadas por padrões raciais convencionados por associações de canis, todos com problemas sérios, lesões e patologias.

“Raça” importa nesses espaços, mas não era o centro. Por um momento eu e Maria nos perguntamos se a raça de Mona tinha relação com seu estado de saúde, algo que Lizi, nossa gentil e dedicada veterinária, atribuiu apenas relativa pertinência. Ainda assim, antes e depois do falecimento de nossa companheira, sentimos na carne o amor, o carinho, a saudade, a dúvida e o peso de histórias de associações de canis e todo aparato que produz cães e cadelas “de raça”. Com o coração quebrado e o desejo de produzir um conhecimento parcial e situado, segui minha pesquisa buscando explorar o que significava “herdar o legado multiespécie e implacavelmente complexo que atravessa as escalas de tempo evolutivo, pessoal e histórico das espécies companheiras” (HARAWAY, 2021a, p. 109). Para entender esse legado, busquei inspiração em pesquisas situadas nas interfaces da *antropologia da ciência, do parentesco e das relações multiespécie*.

Ao longo das últimas décadas, autoras/es de diferentes campos teóricos e disciplinares têm desafiado os limites explicativos de dualidades associadas ao pensamento moderno (natureza e cultura, matéria e discurso, objeto e sujeito, entre outras). Ao evitar endossar essas e outras cisões como ponto de partida, conduzindo suas análises às práticas e relações

historicamente situadas por meio das quais suas fronteiras são performadas, autoras como Amade M'charek, Donna Haraway, Annemarie Mol, Charis Thompson e Anna Tsing forneceram pistas, conceitos e deslocamentos instrutivos enquanto me aproximava do tema e do objeto de pesquisa. Graças a elas, pude conhecer um novo conjunto de metáforas e alternativas conceituais, nem sempre tão claras ou de simples apropriação metodológica, mas analiticamente provocativas. Sem pretensões de esgotar seu potencial, me limito a apresentar pistas analíticas (como atentar às práticas e à relacionalidade) e metodológicas (incluindo conceitos como *objeto dobrado*, *enact/performance*, *atores materiais-semióticos* e *coreografia ontológica*) úteis à presente pesquisa. Obviamente que, com meu uso, transcendo o universo e a proposta inicial dessas autoras, mas faço isso de forma consciente e apenas com a intenção de inserir o objeto desta pesquisa dentro do quadro mais amplo de temas e possibilidades analíticas abertas por elas.

Nascida em 1967, mestre em Ciências Políticas (1994) e doutora em Ciências Sociais (2000) pela *University of Amsterdam* (UvA), Amade M'charek conduz pesquisas em torno de temas como “raça” e processos de racialização¹², genética, antropologia forense, tecnologias e práticas biomédicas. Para apresentar os elementos teóricos e conceituais que me inspiraram em seu legado intelectual, consultei artigos e capítulos (M'CHAREK, 2010; 2013; 2014; 2016; 2022; M'CHAREK, SCHRAMM, SKINNER, 2014a; 2014b; M'CHAREK, SCHRAMM, 2020), entrevistas (DUARTE; BESEN, 2017; NIEUW WIJ, 2022) e modulações feitas por pesquisadoras/es com passagem pelo PPGAS/UFRGS (BESEN, 2017; 2020; ROHDEN, 2018; DUARTE, 2018). De modo geral, esses trabalhos me provocaram a pensar na relevância de materialidades, temporalidades e da história para o estudo de associações de canis, criadores, “raças caninas” e cães que me interessava.

O conceito de “objeto dobrado” (no original, “*folded objects*”) proposto por M'charek, em particular, foi um recurso analítico muito útil ao longo da pesquisa. Esse termo é inspirado na “noção topológica de tempo” e em uma “teorização específica do espaço na matemática” elaborada a partir do filósofo e matemático Michel Serres (DUARTE; BASEN, 2017, p. 393). Se apoiando em Serres e em Bruno Latour, M'charek (2014) explica a potencialidade metodológica desse conceito através da imagem de um lenço. Ainda que, em um primeiro momento, referências pré-estabelecidas em um lenço estendido possam parecer fixas, quando se esboça um círculo em qualquer parte do lenço e, a seguir, se amaça ou se dobra o mesmo, pontos antes aparentemente distantes podem se aproximar, se tocar, se

¹² Para fugir do essencialismo em relação à categoria “race” (“raça”), afirmou, em entrevista não usar o termo sem aspas, preferindo, inclusive, falar em termos de “processos de racialização” [No original: “*processen van racialisering*”] (NIEUW WIJ, 2023)

sobrepôr e/ou mudar de distância. Diferindo da “metáfora dominante do tempo como uma linha reta onde os fatos se sucedem” (DUARTE, 2018, p. 65), a abordagem topológica proposta por M’charek (2014, p. 31-32) convida a pensar em dobras capazes de reunir, aproximar ou afastar lugares e tempos distintos.

No artigo “*Race, time and folded objects: the HeLa error*” (M’CHAREK, 2014, p. 30), a autora apresenta essa ferramenta com base na leitura que Michel Serres fez de “*Da Terra à Lua*” (no original em francês, “*De la Terre à la Lune*”, de 1865), romance de ficção científica do escritor francês Jules Gabriel Verne (1828-1905), e sua sequência, “*À roda da lua*” (no original em francês, “*Autour de la Lune*”, de 1869). Tentando conhecer e explorar a potencialidade desse conceito, me debrucei sobre as obras de Verne. O primeiro romance narra o início de um empreendimento científico levado adiante pelo Gun-Club, associação de interessados em canhões, armas de fogo e balística fundada em Maryland, nos Estados Unidos da América. Sob a presidência do personagem Impey Barbicane, o Gun-Club propõe a construção de um projétil grande o suficiente para ser tripulado e enviado à lua. Três astronautas (o próprio Barbicane, Michel Ardan e Stuyvesant Nicholl) e dois cães (a cadela Diana e o cão Satélite) são escalados para a missão. Sem me deter nos detalhes do romance, vale reter a ideia geral de que, depois de lançado, o projétil tripulado não consegue pousar na lua e entra em sua órbita. A história fica em aberto até a publicação de “*À roda da lua*”, quando após desafios tristes e inesperados, os tripulantes (ou ao menos grande parte deles) retornam à terra.

Lendo esses romances, me deparei com uma inspiradora correlação com o tema da presente pesquisa. Isso veio à tona quando, na segunda obra, o personagem Michel Ardan expressa sua expectativa de “ensinar aos cães celestes as bonitas maneiras dos cães cá da Terra”, e, o que talvez seja mais relevante, sua “vontade de trazer um tipo cruzado de *moon-dogs*, que há de fazer furor” no retorno à terra, defendendo de forma otimista a igual existência de cavalos, vacas, burros e galinhas lunares em aposta firmada com Nicholl (VERNE, 2013 [1869]). A presença dos tripulantes caninos Diana e Satélite ia na esteira desses desejos, sendo ambos “destinados a aclimar a raça canina nos continentes lunares” (Ibidem). Entretanto, ao longo da viagem, Satélite se acidenta e sofre graves ferimentos na cabeça. Os tripulantes tentam prestar cuidados a ele, mas sem sucesso. Seu falecimento é recebido com lástima pelos tripulantes, que se revestem de alta responsabilidade pelo ocorrido. Essa triste ocorrência coloca os planos reprodutivos de Michel Ardan em xeque: “Agora é que eu te digo, minha pobre Diana, que decerto não servirás de estirpe nas regiões lunares!” (Ibidem). No lugar do desejo de reproduzir cães terrestres e, talvez, lunares, os tripulantes da expedição

espacial deste romance precisaram lidar com a morte de Satélite. Expectativas de que Diana “talvez [viesses] a ser a Eva dos cães selenitas” (Ibidem) cedem lugar ao dilema prático que a morte de Satélite, seu “Adão”, impõe.

Chateados, mas resignados com a perda, os tripulantes debatem o que fazer com o cadáver de Satélite. Superadas as dificuldades e riscos técnicos para a manobra, os tripulantes concluem que “nada mais havia a fazer do que arremessá-lo ao espaço, pela mesma forma que nos navios se deita um cadáver ao mar” (Ibidem). Depois de lançado no espaço na companhia de outros resíduos e materiais, o cadáver de Satélite surpreende os personagens e surge flutuando em volta da nave, aparecendo e desaparecendo do campo de visão dos tripulantes. Como sugere Verne em seu romance, “o espectro do cão e os diferentes objetos que tinham atirado para fora do projétil continuavam a acompanhá-lo com teimosia”, para tristeza de Diana que, ao ver “os despojos de Satélite, uivava com melancolia” (Ibidem). Diana e os tripulantes passam a ter que conviver com esse “cadáver acusador” que, desde então, os “segue no espaço como um remorso” (Ibidem). Amade M’charek se apoia na leitura de Michel Serres sobre esse momento do romance, quando os tripulantes decidem abrir uma escotilha e descartar Satélite e outros resíduos no espaço, para propor suas provocações teóricas e conceituais. Para ela, a morte de Satélite é seguida pela tentativa de exclusão do cão daquilo que era social, o interior do projétil. No entanto, como sugeriu M’charek (2014, p. 33), a imagem de Satélite circulando no entorno da nave, periodicamente dentro e fora do campo de visão dos tripulantes sem desaparecer completamente, nos lembra que, apesar do esforço investido para tornar algumas histórias inacessíveis, elas nunca são deixadas para trás (M’CHAREK, 2014, p. 31).

O ponto chave dessa elaboração teórica é que a história se recusa a ser apagada (Ibidem, p. 47). Como nas palavras de Amade M’charek (2014, p. 49, tradução livre), “não há fim para a história, não há fim para a política”, ainda que isso não signifique que o “futuro dos objetos seja dado de antemão ou que seja inerente à essência do objeto”. O convite feito por essa premissa teórica é abrir mão de um interesse “exclusivo na performance do objeto aqui e agora” em favor de uma igualmente importante atenção às muitas “camadas de temporalidade que também comporiam os objetos” (ROHDEN, 2018, p. 139). Nesse movimento, a proposta analítica de M’charek acena para a relevância de atentar a “retornos, recorrências, citações de algo que vêm à tona, em certas situações e não em outras, em estrita correlação com seus efeitos políticos” (Ibidem, p. 139). Como a antropóloga Fabíola Rohden resumiu didaticamente, o conceito de “objeto dobrado nos permitiria falar em diversas

camadas ou dobras, nem sempre evidentes ou presentes, que compõem um objeto” (Ibidem, p. 139).

Com essa proposta em mente, passei a me perguntar como a imagem do cão Satélite no romance de Jules Gabriel Verne, elaborada por Serres e M’charek, poderia servir de inspiração para minha pesquisa. Inicialmente, me chamou atenção que a presença de Satélite nas elaborações de Serres e M’charek curiosamente faz ausente o papel de Diana no romance de Verne - e, particularmente no que se refere a meu objeto de pesquisa, a expectativa que Michel Ardan nutria a respeito dessa tripulante, a Eva e possível estirpe canina em regiões lunares. Entre aquelas/es companheiras/os de PPGAS que lembraram ou usaram sua proposta analítica (ROHDEN, 2018; DUARTE, 2018; BESEN, 2020; MUNIZ, 2021), essa cena do romance também carece de menção, se restringindo à referência que M’charek faz sobre a elaboração de Michel Serres. Apesar de estar aparentemente ausente, porém, Diana está presente na história que animou essas apropriações metodológicas e foi inspiradora para a presente tese.

Mas, como fazer presente histórias que os “objetos” carregam com eles e, em alguns momentos, são feitas ausente? Falando sobre o potencial metodológico do conceito “objeto dobrado” em entrevista concedida a Larissa Costa Duarte e Lucas Riboli Basen (2017, p. 391-392), Amade M’charek foi didática ao indicar que “a ideia da dobra está relacionada com a noção de que, se você quer entender raça, você tem que prestar atenção na história e na história da raça”. Sua sugestão, em particular, é “educar-se nos detalhes específicos de como a raça tem sido produzida historicamente”, incluindo campos de conhecimento e tipos de categorias relevantes, e tentar “rastrear as ressonâncias disso aqui e agora” (DUARTE; BASEN, 2017, p. 391-392). Ao se basear “no pressuposto de que elementos distantes no tempo e no espaço podem tornar-se próximos e relevantes no aqui e agora”, a abordagem topológica pode ajudar a “compreender como as tecnologias que parecem indiferentes às diferenças raciais contribuem para o *enactment* da raça” (M’CHAREK, SCHRAMM, SKINNER, 2014b, p. 472, tradução livre). Por isso, a ideia é conhecer os “vários campos que podem nos ajudar a entender o que é raça na prática – como ela é ‘feita’, que elementos devemos levar em conta” (DUARTE; BASEN, 2017, p. 392).

Além da história, portanto, a atenção às práticas é central na proposta analítica de M’charek. Na esteira de Donna J. Haraway (1995 [1988]), M’charek define “raça” como um “objeto material-semiótico”, elaboração conceitual formulada a fim de ressaltar a inseparabilidade constitutiva entre carne e signo, entre matéria e sua constituição relacional com processos de significação. Segundo M’charek, a semiótica material deriva do estudo dos signos,

especialmente dos modos pelos quais as palavras adquirem significado em relação a outras, mas estende essa premissa para a matéria (M'CHAREK, 2013, p. 421). Esse conceito foi forjado para minar a distinção ontológica entre representação e a realidade que supostamente representaria. Como sugeriu Haraway em entrevista, o discurso não seria apenas ideia, linguagem ou algo que pode ser vinculado a um corpo, mas corporificação em si (WEIGEL; HARAWAY, 2022). Se “toda a história é sobre gerúndios” (Ibidem, p. 10), a alternativa analítica nesse caso passaria por deslocar a atenção dos problemas de correspondência entre representação e realidade para “questões de práticas/fazeresses/ações” (BARAD, 2017 [2013], p. 9). Me valendo de termos oferecidos por Karen Barad (2017, p. 22), essa abordagem propõe que é através de diferentes práticas e relações historicamente específicas que “os fenômenos chegam à matéria [originalmente, *come to matter*] — nos dois sentidos da palavra”, de *chegar a ser matéria e importar*.

Com o uso instigante do termo “ontologias políticas”, Annemarie Mol (2007 [1999]) engrossa esse conjunto de discussões. Segundo a autora, o termo ontologia faz parte do arcabouço conceitual utilizado pela filosofia para definir o que “pertence ao real, as condições de possibilidade com que vivemos” (MOL, 2007 [1999], p. 2), que, de acordo com os cânones modernos, nunca poderia ser apreendida por completo pelo fato de o conhecimento ser sempre epistemicamente mediado por “categorias de conhecimento” (MOL, 2012 p. 381, tradução livre). Na compreensão mais tradicional do termo, portanto, faz menção a algo estável, singular e fora do alcance do conhecimento. Para autora, porém, ao se perguntar sobre as maneiras pelas quais versões contrastantes da realidade são coordenadas em práticas científicas, os esforços críticos dos estudos sociais da ciência e da tecnologia têm levantando dúvidas sobre esse paradigma. Diferente de abordagens perspectivistas e construtivistas onde a realidade se mantém única, mas aberta à diversidade de olhares, Mol (2007 [1999], p. 6) sugere que, por ser passível de manipulação através de “vários instrumentos, no curso de uma série de diferentes práticas” históricas, cultural e materialmente situadas, a realidade seria múltipla.

O “termo de referência” para levar essa perspectiva adiante é “enact” (MOL, 2007 [1999], p. 4). Como sugeriu em entrevista concedida à Denise Martin, Mary Jane Spink e Pedro Paulo Gomes Pereira (2018), para Mol não haveria muita diferença entre as modulações que faz do termo “enact” (*atuar, ocasionar, instituir, implementar*) e o uso da noção de *performance* – citando, por exemplo, as modulações feitas por Judith Butler. Mol sugere tratar o uso do termo com cautela em razão de uma interpretação um tanto problemática de que poderia haver uma “realidade verdadeira” por trás da cortina onde a realidade seria

“encenada”, interpretação equivocada que poderia terminar revigorando a cisão entre realidade e sua suposta representação. O ponto chave do termo “enact”, no entanto, é sugerir que o presente em si é permanentemente instável, “aberto e disputado” (MOL, 2007 [1999], p. 2). Se a realidade é múltipla e provisória, assumindo “formas diferentes à medida que se engajam e se envolvem em relações diferentes” (MOL 2012, p. 382, tradução livre), ela também exige uma “posição filosófica que implica escolha e, portanto, tem implicações políticas” (MARTIN; SPINK; PEREIRA, 2018 p. 301). A adição do termo “políticas” a “ontologias” visa justamente valorizar essa ligação fundamental.

Para demonstrar a validade analítica de sua abordagem, Mol procura estudar como profissionais da saúde e pacientes *enact* a realidade, para isso analisando condições como diabetes, arteriosclerose e anemia. No caso da última, por exemplo, a análise da autora sugere que a anemia seria *performada* de pelo menos três formas: clínica, laboratorial e patofisiológica (MOL, 2007 [1999]). Sem me prender aos detalhes de cada performance, insisto no ponto de que não se tratam de visões diferentes sobre uma mesma realidade, a anemia, mas de realidades múltiplas. A autora deixa claro que “as várias anemias performadas” têm “muitas relações entre si” (Ibidem, p. 18), podendo se suceder, colidir, “colaborar e mesmo depender umas das outras” (Ibidem, p. 15), quando não até mesmo “incluir a outra” (Ibidem, p. 18), ao passo que separá-las “como se fossem uma pluralidade de opções” seria “passar por cima das complexas interconexões que as unem” e dos efeitos que produzem (Ibidem, p. 20). Na medida em que os objetos são performados nesse percurso, sugeri Annemarie Mol, eles “trazem consigo modos e modulações de outros objetos” (Ibidem, p. 11-12) que, por sua vez, ocasionam interferências em outras realidades cujos impactos e nuances precisam ser rastreados analiticamente. “O mais difícil e surpreendente”, avaliou Fabíola Rohden (2018, p. 137), “parece ser exatamente a possibilidade de coordenação entre essas múltiplas existências”.

Pensando no tema da presente pesquisa, colocar as práticas e suas possibilidades de coordenação em primeiro plano previne contra o “atalho” de entender raça como algo “oculto no corpo ou sob a pele” (MOL, 2004, p. 48, tradução livre). Na proposta analítica de Amade M’charek, “raça” não seria algo inerente a elementos como cor da pele, características físicas, ancestralidade, genes, roupas, hábitos, identidade social, etc. mas um objeto relacional, “uma configuração, um efeito das relações entre diferenças” que incluem corpos, mas não se limitam a eles (M’CHAREK, 2013, p. 435, tradução livre). Essa configuração, que é sempre contingente e resultado de práticas de racialização, precisa ser considerada tendo em mente que “a bagagem histórica, política e representacional que raça carrega não é

a mesma em todos os lugares” (M’CHAREK; SCHRAMM; SKINNER, 2014a, p. 461, tradução livre). É essa diversidade e especificidade que precisa ser reconhecida analiticamente, conquanto isso não signifique reduzir tudo a essa bagagem. Como em sua proposta tudo permanece em aberto, essa herança precisa ser lida tendo em mente que essas configurações podem “ser estáveis ou não, dependendo do trabalho de manutenção que entra nas relações que ajudam a produzi-las” (M’CHAREK, 2010, p. 7, tradução livre).

Essa perspectiva anti-essencialista também reflete meu apreço intelectual e político com a obra de Frantz Fanon (2008 [1952]), Edward Said (2007) e outros associados à crítica pós-colonial. Santiago Castro-Gómez (2005), por exemplo, também forneceu lições para essa perspectiva que descentra a “raça” do corpo para interrogar os elementos e os roteiros para sua configuração. Amparado em artigos publicados na imprensa periódica, autos de processos, leis e outros materiais, em “*La hybris del punto cero*” (2005) Castro-Gómez seguiu a perspectiva aberta pelos estudos culturais e em particular a teoria pós-colonial e estudou as relações entre “raça”, ciência e nação no Novo Reino de Granada, província do império espanhol na América do Sul, entre 1750 e 1816. Sem restituir todos os detalhes e o cerne desta obra - os modos pelos quais a partir do imaginário da “limpeza de sangue” a elite de Nova Granada traduziu e enunciou a ilustração europeia - sublinho a lição analítica de que, nesse contexto, “raça” não se resumia apenas à cor da pele ou ao fenótipo, mas sua articulação com crenças religiosas, vestimentas, adornos, riqueza e poder, narrativas genealógicas de antepassados, certificados de origem e nobreza (atas de nascimento, de batismo, livros de casamento e de enterros), modos de ser e se comportar.

Considerando que, nessas perspectivas, “raça emerge por meio da ordenação espaço-temporal de componentes díspares que são reunidos” (M’CHAREK; SCHRAMM; SKINNER, 2014a, p. 461, tradução livre), a proposta analítica de M’charek que adotei na pesquisa parecia exigir uma boa dose de atenção sobre os modos pelos quais essa configuração se dá em práticas historicamente situadas de racialização. Na presente pesquisa, estou particularmente interessado em rastrear “a sutileza dos vários traços e elementos que produzem tais configurações raciais” (Ibidem, p. 462, tradução livre) quando cães e cadelas rumam para o centro, o que inclui corpos, histórias, dispositivos tecnológicos e procedimentos administrativos como bancos de dados, registros genealógicos, testes genéticos, exames de saúde, avaliações de conformação racial em exposições, entre outras.

Para que isso fosse possível, busquei casar essa perspectiva com a potencialidade do conceito “coreografias ontológicas” proposto por Charis Thompson e apropriado por Donna Haraway no estudo de espécies companheiras, sob justificativa de ressaltar que

“roteiro da dança do ser é mais que uma metáfora; corpos, humanos e não humanos, são desmontados e montados” na prática (HARAWAY, 2021a, p. 16-17). Mestre em Filosofia, Psicologia e Fisiologia pela Oxford University e doutora em Sociologia pela University of California (LSE, 2023), Charis Thompson se dedica a pesquisas sobre temas como teoria feminista, gênero, raça, nação, ciência e tecnologias reprodutivas. No livro *“Making parents: the ontological choreography of reproductive technologies”* (2005), Thompson lança mão do termo “coreografia ontológica” como forma de retratar a “coordenação dinâmica de aspectos técnicos, científicos, de parentesco, de gênero, emocionais, jurídicos, políticos e financeiros” necessários para dar “continuidade à tarefa em questão” no cotidiano de clínicas dedicadas à reprodução assistida na Califórnia: “produzir pais, filhos e tudo o que for necessário para seu reconhecimento enquanto tal” (THOMPSON, 2005, p. 8, tradução livre).

Essa pista analítica me parecia bastante produtiva. Longe de representar uma “bagunça híbrida indiferenciada”, as experiências de campo da autora trouxeram à tona uma “combinação habilmente equilibrada de coisas que geralmente são consideradas partes de diferentes ordens ontológicas” (Ibidem, p. 8, tradução livre). Por se deparar com essa coordenação, Thompson (2001, p. 197, tradução livre) criticou tanto a implosão “contraprodutiva” do dualismo natureza e cultura, quanto a predileção explicativa por uma ou outra ordem ontológica. O caminho analítico proposto pela autora inclui valorizar a “coprodução” entre ambos, ou seja, observar os modos pelos quais, na prática, dentro daquilo identificado como biogenético, pulsam, embutidos, elementos sociais sem os quais um ou outro não teriam sentido ou relevância. Graças a essa orientação, sua etnografia demonstra como, através de tecnologias reprodutivas e alternativas à disposição, as pessoas fazem escolhas, reivindicam ou rejeitam vínculos de ancestralidade, descendência, ideologias em torno de sangue, genes, nacionalidade, etnia e raça (THOMPSON, 2001, p. 177-178).

Em sua pesquisa, a autora também buscou chamar atenção para a coordenação entre “o enxerto de partes e a calibração do tempo” (THOMPSON, 2005, p. 9, tradução livre). Além da importância de instrumentos e materiais corporais (óvulos, sêmen, leite, sangue, etc. que muitas vezes levam consigo propriedades políticas ligadas à identidade social, étnica ou racial), Thompson (2005, p. 10, tradução livre) analisa os “dispositivos” que são acionados “para calibrar e coordenar diferentes tipos de tempo” envolvidos no trabalho da reprodução assistida. Semelhante a M’charek, Charis Thompson não se limita a incorporar o tempo como algo linear, progressivo e “uniformemente calibrado”, buscando demonstrar como ciclos menstruais (repetitivos, mas finitos), dilemas em torno da idade biológica (linear, unidirecional e não repetitiva), o tempo da individualidade de tentantes (que liga aspectos biográficos

à infertilidade no presente e à possibilidade futura da produção de parentesco), o calendário de tratamentos (suas etapas e expectativas), entre outros, precisam ser coordenados e, através das práticas que tornam possível produzir o parentesco, “colocados em camadas uns sobre os outros” (Ibidem, p. 10-11, tradução livre).

Esse conjunto de lições e operadores analíticos se mostrou muito profícuo para re-tratar o tema desta pesquisa. A luz dessas propostas, a pergunta “o que é uma raça canina” e um cão ou cadela assim identificado não parece ter uma resposta única ou estabilizada. Partindo do pressuposto de que a realidade é múltipla, é apenas quando se atenta aos elementos devemos levar em conta e ao que está sendo feito na prática, que se torna possível conhecer como “raças”, cães e cadelas assim reconhecidos são *enact*. Essa premissa possibilita ver uma “raça” não como algo natural ou inscrito no corpo, mas um objeto relacional, uma configuração ou um efeito das relações entre diferenças que carecem de coordenação e manutenção. Para dar continuidade à tarefa de criar e atender a tudo o que for necessário para garantir sua certificação como “de raça”, dispositivos para calibrar e coordenar diferentes tipos de tempo e matéria são acionados, como livros de registro genealógico, documentos de pedigree, de padrão racial, histórias de origem, performance em exposições, registro de ninhadas, seleção e acasalamentos que exigem uma boa dose de atenção à temporalidade de ciclos reprodutivos, técnicas e tecnologias reprodutivas, testes genéticos e exames de saúde, e até mesmo elementos inesperados, como brinquedos, petiscos caninos, microchip’s e carros tipo picape, que, articulados de modo sempre particular, fazem com que cães de raça *come to metter*, nos dois sentidos da palavra, de *chegar a ser matéria* e *importar*.

Para estudar essas configurações, escrevi histórias que ensinassem sobre a ordenação espaço-temporal de componentes díspares que são reunidos para esse fim, chamando atenção para a diversidade e as contradições dos modos pelos quais isso ocorre em práticas historicamente situadas. Pela riqueza e extensão das experiências vividas e do material consultado, parti das lições e operadores analíticos citados e optei por seguir o caminho narrativo sugerido por Anna Tsing (2019, p. 142): “empilhar histórias sobre histórias, adicionando contexto ao contexto”. No sentido adotado, “contexto” não se refere a algo externo ao “texto”, mas aos múltiplos aspectos que são parte de seu fazer. Enquanto “texto” deriva do latim *texere*, de significado tecer, “contexto”, por sua vez, como sua composição denuncia, deriva de *contexere*, de significado tecer junto ou tecer com (ASDAL, 2012, p. 388). Com isso, minha intenção foi aproximar, distanciar e justapor histórias e lugares talvez distantes, fazendo e desfazendo costuras entre preocupações, conceitos e ideias. Ainda que a pesquisa tenha início retratando autores, princípios e práticas que remetem à experiência francesa e

britânica, os quais fornecem o pano de fundo histórico e intelectual que tornou possível falar em “raças caninas”, a presença de Diana no romance de Verne forneceu o impulso decisivo que meu interesse recaísse no Brasil e em cães e cadelas “destinados a aclimar a raça canina” não “nos continentes lunares” de sua obra, mas deste lado do oceano.

1.4. CAPÍTULO POR CAPÍTULO

Além deste primeiro capítulo introdutório, a presente pesquisa se divide em três partes e nove capítulos.

A primeira parte, de título “*Domesticação, parentesco e raça*”, está organizada em três capítulos. Pela relevância para pensar a história das relações entre humanos e animais, no segundo capítulo (“*Domesticação e técnica*”) apresento um pequeno panorama sobre a *técnica* e a *domesticação* como temas e categorias de análise na antropologia. No terceiro capítulo (“*Raça, parentesco e nós interespecíficos*”) faço considerações históricas e etimológicas sobre o conceito de “raça”, tentando chamar atenção para seu caráter turvo entre diferentes ordens ontológicas (*natureza e cultura, animal e humano*) e sua relação com problemas e conceitos ligados ao estudo de gênero e parentesco. No quarto capítulo (“*Raças animais, associações e criadores*”), que se divide em três seções, introduzo quando e como “raça” ganhou força como referência para classificar e criar animais na Grã-Bretanha, em especial cães, retratando alguns princípios e práticas importantes para que isso fosse possível, como métodos reprodutivos, promoção de exposições, construção e adoção de padrões raciais, associação de criadores, entre outros. As descrições e análises apresentadas nesta primeira parte se amparam em revisões bibliográficas, registros iconográficos, cartográficos, livros e jornais disponíveis para acesso público em bibliotecas virtuais.

Trazendo para o primeiro plano da análise aquilo que se refere à história do Brasil, a segunda parte, de título “*Raça, sangue e nação*”, mais robusta que a primeira, também está organizada em três capítulos.

Amparado em jornais e revistas publicadas entre 1910 e 1980, no quinto capítulo (“*Associações de canis, seus dispositivos e a ‘política canina’*”) descrevo a emergência da criação de cães e cadelas registrada em associações de canis no Brasil, sublinhando ideias, dispositivos e algumas controvérsias. Para melhor compreensão, ele está dividido em duas seções. Enquanto na primeira (“*A emergência do Brasil Kennel Club e seus dispositivos*”) apresento uma versão protocolar (com fotografias, datas e regulamentos) da história e das atividades do Brasil Kennel Club (BKC), primeira associação de canis eclética criada no país na década de 1920, na

segunda (*“Política canina: vampiros, fantasmas e relações estremecidas”*) retrato disputas entre o BKC e outras associações de canis (eccléticas e especializadas) fundadas ao longo do século XX pela condução do gerenciamento da reprodução, do registro e da exposição de cães e cadelas “de raça”.

A luz desses e outros materiais publicados de 1820 ao presente, no sexto capítulo (*“Configurando possibilidades e raças caninas”*) apresento como a possibilidade e tentativas concretas de criar raças caninas consideradas “brasileiras” foram retratadas antes e durante a institucionalização da criação registrada no Brasil. Esse capítulo está organizado em três seções. Na primeira (*“Tipos, variedades ou raças brasileiras? (1820-1950)”*), apresento os modos pelos quais diferentes tipos, variedades ou raças eram identificados no Brasil e como a possibilidade de criar raças “nacionais” foi tratada na literatura e em publicações periódicas. Na segunda (*“Um perdigueiro “nosso para nós” (1920-1960)”*), analiso como entre 1920 e 1960 o criador e caçador José Azevedo Pinto de Magalhães contou o processo de criação de uma raça canina denominada *braco de JAPMA*. Na terceira (*“O “nosso” cão de fila (1820-2020)”*), por fim, trato da raça *fila brasileiro*, cuja disputa pela coordenação necessária para sua criação e certificação rumam para o primeiro plano da análise.

Provocado por problemas e conceitos discutidos nos dois capítulos anteriores, no sétimo e último capítulo desta parte (*“Nós interespecíficos e a eugenia (1870-1950)”*) analiso a relação entre discursos e práticas ligados à criação de plantas e animais, especialmente cães e cadelas, e o contexto e o discurso racista e eugênico no Brasil no período que compreende o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Para tal, esse capítulo se divide em três seções. Enquanto na primeira (*“A mestiçagem e o nacional”*) faço isso a partir de referências que se pode dizer antropológicas, como José Vieira Couto de Magalhães, Sylvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e João Baptista de Lacerda; na segunda (*“O ‘pedigree humano’”*) me amparo sobretudo, ainda que não unicamente, em um periódico, o *Boletim de Eugenia* (Rio de Janeiro, RJ/Piracicaba, SP). Na terceira e última seção (*“Entre nós”*), teço algumas considerações conclusivas.

A terceira e última parte desta pesquisa, de título *“O início e o fim: eventos e dobras”*, também está disposta em três capítulos, embora seu desenho seja um pouco distinto: ao mesmo tempo em que tematiza os primeiros passos da pesquisa, ainda antes da pandemia de COVID-19 e durante seu agravamento, também marca seu encerramento. Além de descrever o “aqui e agora” que vivi entre 2019 e 2021, quando pude acompanhar exposições caninas e palestras virtuais e analisar documentos de associações de canis, no oitavo e nono capítulo sublinho como nessas experiências me encontrei com problemas, categorias e práticas que

vinha estudando em perspectiva histórica. Enquanto no oitavo capítulo (“*Entre estética e ética, o exótico*”) parto de um cão *bulldogue francês* de coloração *merle* e tematizo algumas das tensões entre aquilo que escapa do padrão estético estabelecido para a raça e alcança os liames entre lucro, ética e saúde; no nono (“*A matéria da raça*”) descrevo e analiso os fatores retóricos, materiais e operacionais que precisam ser coordenados para sustentar, no interior uma rede contínua de efeitos, os vínculos que permitem trazer à vida, certificar e continuar uma “raça” de geração em geração. À guisa de conclusão, um décimo capítulo encerra a pesquisa (“*O palimpsesto da raça*”).

PARTE I - DOMESTICAÇÃO, PARENTESCO E RAÇA

2. DOMESTICAÇÃO E TÉCNICA

Com raízes em intelectuais como Marcel Mauss (1872-1950), André-Georges Haudricourt (1872-1927) e André Leroi-Gourhan (1911-1986), a afirmação da técnica ou tecnologia como “tema ou categoria de análise” na Antropologia aconteceu apenas no último quartel do século XX (SAUTCHUK, 2017, p. 14). Nesse período, herdeiros mais ou menos declarados dessas linhagens como, por exemplo, Jean-Pierre Digard, François Sigaut, Ludovic Coupaye, Jeremy Deturche, Carlos E. Sautchuk, entre outros, lançaram novos conceitos, problemas e desafios para as discussões sobre o tema. Um importante objeto de revisões críticas foi o conceito de “domesticação”, cujo significado mais popular costuma remeter a um momento da história das relações entre humanos e animais que arqueólogos datam de 20.000 ou mais anos (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 394). O objetivo deste capítulo é introduzir um panorama sobre esse extenso debate.

A obra “*As técnicas do corpo*” (2003 [1934]), de Marcel Mauss, pode ser considerado um marco para o desenvolvimento desse campo de estudos. Nesse trabalho, fruto de uma comunicação apresentada à Sociedade de Psicologia (HAIBARA; SANTOS, 2016), Mauss problematiza as imbricações entre aquilo que conta como “natureza” e como “sociedade”. Divergindo da perspectiva que restringe as técnicas a formas de manejo, uso de instrumentos e artefatos, Mauss (2003 [1934], p. 407) se arrisca a pensar as técnicas do corpo, “o primeiro e o mais natural instrumento do homem”. De modo a explicar sua percepção e reconhecendo as influências do tempo e das relações que regulam essas técnicas, Mauss se vale de exemplos como as mudanças em relação às técnicas de nado e seus modos de ensino e aprendizagem para sugerir que não existiriam maneiras “naturais” de usar o corpo, mas que essas técnicas seriam aprendidas e transmitidas através de relações.

Como sugere em “*Esboço de uma teoria geral da magia*”, a “tradição é controlada a todo momento pela experiência que põe constantemente à prova o valor das crenças técnicas” (MAUSS, 2003 [1904], p. 57). De modo geral, a proposta analítica do autor aponta para uma compreensão das técnicas como atos dinâmicos, sempre abertos à revisão no que se refere a sua eficácia e reprodução. Em uma definição já bem conhecida, Mauss (2003 [1934], p. 407) define como “técnica um ato tradicional eficaz” que, segundo ele, e isso é relevante, “não difere do ato mágico, religioso, simbólico”. A potência analítica dessa definição é sublinhada por outro pesquisador dedicado ao tema, Ludovic Coupaye (2017, p. 480), para quem o ato

de evitar definir de antemão que tipo de eficácia está em jogo aponta para a premissa de que a “eficácia sobre a qual o etnógrafo concentra sua atenção é naturalmente aquela concebida pela própria pessoa”.

Abordando possíveis classificações das técnicas do corpo em função de seu “rendimento”, Mauss (2003 [1934], p. 410) sugere que elas seriam “as normas humanas do adestramento humano”, pois, “assim como fazemos com os animais, os homens as aplicaram voluntariamente a si mesmos e a seus filhos”. Na mesma obra e página, sugere Mauss, provavelmente “as crianças” tenham sido as “primeiras criaturas assim adestradas, antes dos animais, que precisaram primeiro ser domesticados”. Aproveito esse paralelo estabelecido por Marcel Mauss e a inserção do conceito de “domesticação” para apresentar alguns de seus significados na literatura antropológica e explorar lições analíticas que em maior ou menor extensão foram consideradas no decorrer da presente pesquisa.

Decerto não há como pensar “domesticação” sem seu par “asselvajamento”, rubricas diretamente associadas à dicotomia cultura e natureza e centrais para considerar as relações entre humanos e outros viventes no discurso ocidental (INGOLD, 2000, p. 61). Mas que significados se acoplam sobre o conceito de domesticação? Que elementos ou problemas suscita? No âmbito antropológico, os pesquisadores geralmente manejam conceitos oriundos de disciplinas como a arqueologia, biologia evolutiva (SAUTCHUK, 2018, p. 88) e zoologia (SEGATA, 2012a, p. 70; DIGARD, 2012, p. 211). Como lembra Caetano Sordi (2019, p. 310), de forma semelhante a conceitos carregados como “cultura”, “sociedade” e “parentesco”, a noção de “domesticação” habita a literatura antropológica desde seus fundadores e, como tal, é “herdeira” do “velho evolucionismo cultural”. Na obra “*Ancient Society*” (1877) de Lewis Henry Morgan (1818-1881), por exemplo, a progressão através das já bem implo-didas etapas evolutivas entre selvageria, barbárie e civilização envolvia superar certos estágios “tecnológicos” emblemáticos, sendo o início da barbárie marcada justamente pela domesticação de animais (CASSIDY, 2007, p. 7-8).

Como Caetano Sordi (2017a, p. 30) elabora de forma didática, talvez o sentido mais recorrente dessa categoria seja uma forma de relação assimétrica entre humanos e animais através da qual, a partir “de uma relação original de captura e isolamento do animal de seu habitat original”, os humanos passaram a controlar “o comportamento, a reprodução e a morte destes”. Interpretada por Sordi (2017a, p. 31) como mais taxonômica e categórica que processual e analítica, essa definição vai ao encontro de outra importante referência da Antropologia da Técnica e das discussões sobre “domesticação”, Jean-Pierre Digard (2012, p. 211), em especial aquilo que ele qualifica como “concepção zoológica clássica”. Segundo ele,

essa concepção se baseia na premissa de que a domesticação seria “atingida” no momento em que o humano passaria a deter o controle reprodutivo de certo animal e, a partir daí, orientaria o surgimento de uma “nova espécie reputada doméstica”, em tese “distinta da espécie selvagem originária” (DIGARD, 2012, p. 211). Um dos exemplos usados para explicar essa concepção é o cão, interpretado nessa perspectiva como resultado de um percurso que fez do lobo, *Canis lupus*, *Canis familiaris*.

Essa diferenciação categorial entre *lupus* e *familiaris* inspira a pensar os significados latentes que o prefixo “dom-” carrega, meio de inserir na discussão outras concepções e potencialidades analíticas desse conceito. Caetano Sordi (2019, p. 321) percebeu que, na concepção clássica antes apresentada, prevalece a interpretação da domesticação como expressão de “*dominium*”, isto é, de “poder sobre”. No entanto, nesse prefixo também permanece latente a ideia de “*domus*”, “habitat”, “lar”, algo como a “partilha de um mesmo espaço, das mesmas condições de vida” (SORDI, 2019, p. 321). Pensando em cães e cadelas, ambos significados parecem profícuos, pois além de terem sua vida, reprodução e morte como esferas passíveis de controle, também estão em profusão em residências brasileiras e costumam ser chamados de “filhos/as”, “bebês” e qualificações análogas que denotam vínculos de parentesco e alto grau de intimidade e carinho.

Permanecer aberto para esses sentidos, tentando fazer aparecer sua multiplicidade e ambiguidade, me parece um caminho analítico mais relevante do que escolher um sentido considerado mais verdadeiro. Essa postura exige tanto a consideração da presença do animal a partir de sua especificidade interacional (PIETTE, 2003), quanto o transbordamento da noção tradicional de domesticação como formas de dominação e controle para captar laços de reciprocidade, mutualismo e participação ativa de outros viventes (CASSIDY, 2007; SAUTCHUK, 2018, p. 95). Seguir esse caminho não significa desconsiderar a “existência de conflitos entre as partes, assim como certa dose de assimetria”, já que “sob certo aspecto, a existência de tensões e paradoxos é, como sempre foi, o corolário da intimidade, mesmo entre humanos” (SORDI, 2019, p. 321). É justamente essa ambiguidade e as torsões que a pesquisa pode revelar que precisam permanecer no horizonte analítico de interessados no assunto.

Além disso, convém mencionar ideias do agrônomo, etnólogo e linguista André-Georges Haudricourt (2011 [1962]; 2019, [1964]). Ainda que de forma “um tanto anacrônica e excessivamente genérica”, como avaliou de forma sagaz Sautchuk (2018, p. 95), Haudricourt sugeriu que:

Face ao mundo vegetal e animal, a partir do neolítico o homem não é mais somente um predador e um consumidor, pois a partir de então ele assiste, ele

protege, ele coexiste longamente com as espécies que ele “domesticou”. Novas relações, de caráter “amistoso”, se estabelecem, lembrando aquelas que os homens mantêm entre si no interior de um grupo. [...] (HAUDRICOURT, 2011 [1962], p. 1-2)

Tratando da domesticação vegetal e animal, Haudricourt se debruça sobre diferentes modos de relações entre humanos e outros viventes e chama atenção para sua correlação com as relações estabelecidas apenas entre os primeiros. Isso é elaborado pelo autor a partir de dois casos contrastantes: se por um lado a cultura do inhame levada adiante pelos melanésios da Nova Caledônia envolveria modalidades de “ação indireta negativa” cujo objetivo central seria “não atrapalhar” seu crescimento, por outro, formas de criação de ovelhas no mediterrâneo seriam caracterizadas como um tipo de “ação direta positiva” que exige contato e direcionamentos intensos (Ibidem, p. 2-3). Sugerindo que a religião, as relações de poder, a “genealogia” e a organização de clãs na Nova Caledônia teriam estreita relação com modos pelos quais sua população cultivava tubérculos e grãos, Haudricourt chama atenção para as correlações estabelecidas entre o mundo *anthropos* e além. Para ele, inclusive, “o conhecimento de princípios de botânica e de agronomia” poderia ser “mais útil ao etnólogo do que o conhecimento de grupos sanguíneos ou de impressões digitais” (HAUDRICOURT, 2019, [1964], p. 21-22). Sem endossar qualquer determinismo ecológico ou geográfico, trata-se de considerar que a presença e a relação mantida com distintos animais e vegetais exercem influências sobre o modo de vida e a organização das sociedades humanas e vice-versa. A pista analítica, nesse sentido, parece ser partir do estudo das técnicas como formas de ação (direta ou indireta, positiva ou negativa) entre humanos, animais e plantas, e ficar atento às correlações que os atravessam e os conectam.

Outro autor importante para o estudo do tema é François Sigaut (1988, p. 64, tradução livre), crítico da utilidade analítica da noção de “domesticação”, segundo ele um conceito ambíguo e impreciso capaz de confundir “coisas que estão em planos diferentes”. De forma a construir seu argumento, o autor atribui três sentidos à domesticação: jurídico, zootécnico e etológico. O primeiro diz respeito à apropriação de animais pelo homem, numa relação de posse e propriedade. O segundo, por sua vez, se refere à dimensão zootécnica em jogo, ou como bem resume o analista Caetano Sordi (2019, p. 312), às “mudanças morfológicas produzidas nos animais e sua prole por meio do exercício de reprodução controlada”. Por fim, aborda a dimensão etológica, reflexo de mudanças comportamentais geradas a partir de sua constante familiarização com o ser humano (SIGAUT, 1988). Apesar de sua crítica ao conceito de domesticação, Sigaut (1988) parece concordar que, seja qual for o tipo de relação

em jogo, se está diante de atos técnicos que, como tal, precisam ser estudados levando em consideração suas particularidades e dilemas.

Influenciado por Marcel Mauss e pelo arqueólogo André Leroi-Gourhan (SAUTCHUK, 2018, p. 92-94), o já citado etnólogo francês Jean-Pierre Digard também merece comentários. Defensor de uma abordagem orientada às práticas, dois conceitos elaborados por Digard (2012) parecem pertinentes para o estudo do assunto: “ações domesticatórias” e “sistemas domesticatórios”. Para ele, a domesticação poderia ser entendida como uma “ação contínua, entretida dia após dia” onde o humano, guiado por “necessidades econômicas, considerações religiosas, curiosidade intelectual ou pulsões psicológicas”, produz “modificações mais ou menos profundas” nos “animais que ele detém” (Ibidem, p. 208-209). Para ele, esses atos contínuos teriam levado à preservação e à diversificação de certos animais, incluindo “novas variedades, novas raças e até mesmo novas espécies” (Ibidem, p. 205). Ainda que reconheça o peso de atos inconscientes e efeitos não intencionais, Digard (2012, p. 212) sugere que aquilo que chama de “biodiversidade doméstica” também seria um reflexo do processo de “aperfeiçoamento” dos “métodos da zootecnia” consolidados ao longo do século XIX. A invenção e proliferação de diferentes “raças caninas” a partir do século XIX e ainda hoje, quando já alcança em média 500 raças reconhecidas por diferentes associações de canis, seriam exemplares desse tipo de investimento. O **Capítulo 4**, em particular, dá mais ênfase a esse aspecto. Como sintetiza de forma didática o filósofo Jacques Derrida,

[...] No decurso dos dois últimos séculos, [...] formas tradicionais de tratamento do animal foram subvertidas [...] pelos desenvolvimentos conjuntos de saberes zoológicos, etológicos, biológicos e genéticos sempre inseparáveis de técnicas de intervenção no seu objeto, de transformação de seu objeto mesmo, e do meio e do mundo de seu objeto, o vivente animal [...]. (DERRIDA, 2002, p. 51)

O diálogo com problemas e conceitos de campos de conhecimento *inseparáveis de técnicas de intervenção e transformação do vivente animal* como a zootecnia, a zoologia, a biologia e a genética é parte importante do estudo do tema da presente pesquisa. Decerto isso não significa “importar seus argumentos” de forma irrefletida, mas sim “pensá-los como fatores cujo sentido se dá no interior de um determinado sistema ‘domesticatório’”, uma trama de “relações sociais e de representações” (SAUTCHUK, 2018, p. 92-93). O antropólogo Jeremy Deturche (2017, p. 388) sugere que o aspecto central do conceito de “sistema domesticatório” elaborado por Digard seria sua condição como “fato social total”, o que permitiria ao pesquisador não se limitar a uma “análise que reduziria as práticas” de “criadores à aplicação de uma técnica”, mas sim “reinsere a domesticação na sociedade, em seus mais diversos aspectos”, como “parentesco, política ou economia” (DETURCHE, 2017, p. 388). Essa conexão com outras dimensões parece fundamental para considerar as técnicas para além de sujeitos,

gestos, artefatos, saberes e intenções mais imediatas, permitindo ao pesquisador conectar outros campos e relações talvez inesperadas.

Essa premissa parece convergir com minha opção pelo conceito geral de “criação” de cães e não “produção”. Como analisa Sordi (2019, p. 319), a categoria “criação” não seria “apenas tecnoeconômica, mas também moral”, e isso na medida em que “mais que uma profissão, o envolvimento com os animais e seus ciclos de vida” pode se tornar “uma atividade absorvente que contagia todos os aspectos da vida do criador”. A categoria “produção”, por sua vez, parece remeter à “aplicação da ideologia zootécnica” que culminou no “universo do animal-máquina postulado pela filosofia cartesiana no início da Modernidade” e sua materialização sob a égide do capitalismo na “indústria alimentar a partir de meados do século XIX” (SORDI, 2019, p. 320). Se na primeira categoria a dimensão utilitária e econômica é parte, mas não a explicação preponderante para suas práticas, algo endossado pela literatura interessada em cães e cadelas “de raça” (ARO, 2003; CALMON DE OLIVEIRA, 2006; TEIXEIRA, 2016; HARAWAY, 2021a [2003]), na segunda, essa dimensão está no centro das relações estabelecidas.

No entanto, como provoca a antropóloga Anna Lowenhaupt Tsing (2018), muitas vezes a ideia de “casa” evocada no conceito de domesticação tem o poder de *adoçar o cativo*. Tsing prefere ver esse conceito como um elemento de economia política, para isso chamando atenção para a relação histórica que, como narrada por pensadores ao longo dos séculos XVIII e XIX, embutiu a domesticação no tempo evolutivo e nas narrativas de progresso (TSING, 2018, p. 233). Para ela, a domesticação não seria apenas um elemento na descrição das relações humanas com outras espécies, antes um padrão ao qual muitas relações interespecíficas não se adaptam bem. Tanto o estudo de modos de criar galinhas, porcos, abelhas e frutas tropicais entre cultivadores itinerantes na floresta tropical na região das montanhas Meratus (cordilheira na província indonésia de Kalimantan do Sul, localizado na ilha de Bornéu) (TSING, 2018), como do trabalho colaborativo de catadores, alces, pinheiros, cogumelos matsutake e plantas *candy stick* no Japão (TSING, 2019), apoiam sua argumentação. Para a autora, a atenção à diversidade daquilo que não se enquadra no termo domesticação pode marcar o “início de uma apreciação do ser de espécies interespecies”¹³, forma de chamar atenção para o devir-com de toda espécie (TSING, 2012, p. 144, tradução livre).

Donna Haraway também se preocupa com o devir-com, para isso buscando maneiras de narrar histórias de “coevolução e coconstituição sem retirar dessas narrativas suas brutalidades e belezas multiformes” (HARAWAY, 2021a, p. 36). Criticando concepções da

¹³ No original: "*interspecies species being*".

“domesticação como o ato paradigmático masculino e uniparental de autonascimento, por meio do qual o homem repetidamente se faz à medida que inventa (cria) suas ferramentas”, Haraway (2021a, p. 36) classifica essa ideia como um “onanismo”, ironizando essa narrativa de cunho masturbatório construída sobre o terreno da autorrealização humana. Como alternativa, Haraway prefere valorizar teorias e versões que concedem aos cães e outras espécies companheiras papel ativo e decisivo na aproximação histórica entre as espécies, cuja relação teve como efeito moldar ambos.

Com isso, seu objetivo é chamar atenção para a “interminável dança de agências distribuídas e heterogêneas” que, por ir além de “um simples reflexo de intenções individuais”, tem “mais chances de nos ensinar a prestar atenção à alteridade significativa” (Ibidem, p. 36). Propondo ver a “domesticação” como um “processo emergente de coabitação que envolve agências de muitos tipos e histórias” (Ibidem, p. 40), Haraway está convidando pesquisadores a diluir a diferença conceitual entre seleção artificial e natural e valorizar histórias de “reprodução diferencial” (Ibidem, p. 39). Esse pressuposto é resgatado da paleobióloga e arqueóloga canina Darcy Morey. Em suas pesquisas, Morey (2010, p. 67, tradução livre) se valeu do termo *domesticação* como ponto de partida para considerar o desenvolvimento de relações simbióticas e variadas entre organismos “intimamente envolvidos nos ciclos de vida um do outro”¹⁴. Se as espécies se moldaram através de sua coexistência e convivência, sejam elas mais ou menos harmônicas, discursos raciais tem sua parcela nessas histórias. Esse aspecto atravessa as próximas seções.

3. RAÇA, PARENTESCO E NÓS INTERESPECÍFICOS

O conceito de “raça” sempre exige algumas considerações preliminares do pesquisador. Geralmente o termo vem carregado por aspas, em itálico, qualquer marcação ou convenção narrativa que deixe claro seu caráter impreciso e disputado. Sua carga histórica e a responsabilidade ética e política de seu trato analítico justifica com sobras esse cuidado. No caso de raças animais, particularmente cães e cadelas, não estamos tão distantes dessa complexidade. Se não há história que não seja uma história multiespécie (TSING, 2019; HARAWAY, 2008; 2021a), isso vale e muito para o conceito de “raça”. Aberta a definições múltiplas, ora reivindicada como real, enraizada no corpo físico e natural, ora como ilusória e socialmente construída, “raça” seria exemplar da “textura inextricável da realidade discursiva, científica e física historicamente específica” (HARAWAY, 2004b, p. 265, tradução livre). No

¹⁴ No original: “*closely involved in each other’s life cycles*”.

presente capítulo faço considerações etimológicas sobre esse conceito e apresento uma síntese histórica (parcial e limitada) dessa textura e os “nós interespecíficos” que enredam pessoas e cães.

Em “*Raça: natureza e cultura na ciência e na sociedade*”, o antropólogo Peter Wade esboça uma trajetória do conceito de raça e dos modos pelos quais foi e é compreendido por “cientistas da natureza e da sociedade” (WADE, 2017, p. 48). Na cronologia organizada pelo autor, o conceito de “raça” não teria surgido antes do século XIII (WADE, 2017), e embora as percepções sobre a diversidade certamente fossem distorcidas por preconceitos e desprezo, até o final da renascença isso carecia de um argumento racial como fundamento (HUDSON, 1996). Entre os séculos XIV e XVIII, o termo “raça” passou a surgir associado à criação de animais e termos como “estirpe” e “linhagem”, evocando a ideia de um “grupo de indivíduos que têm algo em comum por meio de vínculo genealógico” (WADE, 2017, p. 50). Um exemplo é o poema “*La Chasse*” (*A caçada*, em tradução livre), atribuído ao senescal Jacques de Brézé (cerca de 1440-1494) e datado de 1481, onde a categoria “raça” (race) é utilizada em referência a cães de caça e linhagens criadas pela nobreza normanda (MIRAROM, 2009, p. 208).

Para quem estava tentando levar adiante uma análise crítica do conceito de “raça” para pensar sua presença em relações historicamente situadas entre humanos e cães, as palavras de Wade e indicativos como esse poema de Brézé me estimularam a procurar pesquisadores/as interessados/as na etimologia do conceito de “raça”. Reforçando seu caráter impreciso e disputado, o linguista Anatoly Liberman (2009) afirma existirem diferentes hipóteses sobre a origem do termo. Semelhante ao que sugeriu o filósofo e historiador das ciências da vida Carlos López-Beltrán (2004), Liberman (2009) chama atenção para o termo italiano “*razza*”, surgido por volta do século XIII. Possíveis étimos (vocábulo ou elemento morfológico que serve de base para a formação de uma palavra) e transformações que poderiam ter originado esse termo são apresentados ao leitor, incluindo o substantivo alemão “*reiz*”, como referência a *straight line, stroke, mark*; “*root*”, do latim, de significado *raiz*; “*razza*” como forma recortada do latim “*generatio*” (geração), seguindo transformações de “*naraccia*”, “*narazza*” a “*razza*”; “*ra’s*”, do árabe, de significado “cabeça”, e; “*arraca*”, de origem basca, derivado de “*arraz*” e referência a “animal com pedigree masculino”.

De modo geral, duas hipóteses são mais valorizadas por Liberman. A primeira, associada ao crítico literário Leo Spitzer, defende que “*razza*”, do italiano, se desenvolveu a partir da palavra latina “*ratio*”, cujos significados remetiam a *account, calculation, reason, order, law, system, way*, que, quando disseminada e transformada ao longo da Idade Média europeia, surgiu

designando também “*type*” (tipo), “*kind*” (classe, espécie, grupo, gênero, qualidade, entre outros) e “*species*” (espécie). Spitzer notou também que a palavra francesa “*race*” era frequentemente aplicada a cavalos, algo que o autor explicava pela popularidade da cavalaria e equitação na França.

A segunda hipótese é associada ao filólogo italiano Gianfranco Contini, que na metade do século XX percebeu que o termo “*razza*” na Itália teria sido traduzido do substantivo francês “*haras*” (em inglês, “*stud*”), referente a criação e reprodução de cavalos e éguas (LIBERMAN, 2009, n. p.; GINZBURG, 2017, p. 115; PROSPERI, 2019, p. 12). Nesse caso, o étimo de raça seria o francês “*haras*”, que perdera seu “h” inicial. Valorizando essa hipótese, Anatoly Liberman (2009, n. p., tradução livre) afirmou já “esperar que raça surgisse não como uma criação livresca, mas como um termo de criação de gado ou cavalos (qualquer que seja a etimologia de *haras*) e que seria aplicada aos humanos mais tarde”. Lembrando escritos de Dante Alighieri (1265-1321), Liberman sugere que “*razza*” era um termo restrito a animais, enquanto para humanos o termo “*schiatto*” (descendência, linhagem) seria mais recorrente. Os termos “*ra’s*” do árabe, “*arrazza*” do basco e a as percepções de Leo Spitzer sobre o peso da equitação, seguiam pista semelhante a essa hipótese, o que leva Liberman a comentar que ambas as designações, incluindo “*ratio*”, talvez tenham se aliado para produzir o conjunto de sentidos que o termo foi adquirindo.

Em “*From ‘nation’ to ‘race’: the origin of racial classification in eighteenth-century thought*” (1996), Nicholas Hudson examina as mudanças no significado do termo raça da Renascença ao Iluminismo e sua relação com as noções de “nação” e “tribo” (HUDSON, 1996). Atento ao surgimento do conceito de “raça” em dicionários franceses e britânicos, Nicholas Hudson endossa a ideia de que, até o século XVII, o termo se referia sobretudo a “linhagens familiares” ou “raças de animais” (*breed of animals*) (Ibidem, p. 248, tradução livre). Essa era a definição do *Dictionnaire de l’Academie Franaise* em 1694. Ela ganhou novos contornos em 1835, quando “raça” adquiriu o sentido de “uma multidão de homens originários do mesmo país, que se assemelham uns aos outros pelas características faciais e pela conformidade exterior” (Ibidem, p. 247, tradução livre). Hudson sugere haver uma afinidade etimológica entre os conceitos de “raça” e “nação”, já que ambos deveriam parte de seu sentido aos conceitos de “linhagem” (*lineage*) e “estoque” (*stock*). Para ele, essa afinidade perde fôlego na passagem do século XIX ao XX, quando “nação” deixa de ser reconhecido como uma subcategoria de raça humana e animal para se aproximar do sentido de uma comunidade linguística, cultural e política.

No que se refere particularmente ao objetivo de seu artigo, Nicholas Hudson sugere que uma das principais mudanças no significado de raça ao longo desse período de quase dois séculos teria sido seu uso para descrever populações cada vez mais extensas. Analisando a literatura clássica e medieval europeia, Hudson (1996) sugere que o principal termo para descrever a diversidade humana nesse período seria “*gens*”, palavra latina que o autor associa a termos como “povo” e “nação”. Semelhante ao sentido de raça como linhagem, o termo “*gens*” faria menção a uma “ancestralidade ou estoque comum” (o que, sugere Hudson, explicaria sua ligação etimológica com “gênero” e “gerar”), refletindo uma maneira de “entender uma nação não como uma unidade social ou política, mas como um grupo de pessoas ligadas por origem” (Ibidem, p. 248, tradução livre). A diversidade entre as “*gens*”, sugere Hudson ao citar enciclopedista medieval Isidoro de Sevilha, incluía incontáveis variações de caráter e temperamento explicadas pela influência do clima e do ambiente. A opção de pensadores iluministas por obscurecer essa variedade em nome da identificação de poucos troncos “raciais” considerados possuidores de características físicas e mentais comuns é caracterizado por Hudson (1996, p. 251, tradução livre) como uma “tendência generalizante” das letras europeias do século XVIII.

Essa tendência foi exemplar no âmbito da “história natural”, um campo de estudos que, de modo geral, se refere “às observações e escritos de elites europeias e observadores coloniais”, ainda que a antropóloga Anna Tsing (2019, p. 17) considere uma “tarefa urgente” tirar ele “desse legado limitador e abri-lo às muitas tradições e práticas dos povos em todo o mundo, à medida que eles interagem com as plantas, animais, terras e águas ao redor deles”. Nomes como Carl Nilsson Linnæus (1707-1778), Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon (1707-1788), Johann Friedrich Blumenbach (1752-1840), entre outros, se dedicaram a um projeto comum da história natural do período: propor uma “ciência geral da ordem” (PRATT, 1999, p. 61; ABU EL HAJ, 2007). No decorrer do século XVIII, relatos de viajantes envolvidos com expedições científicas, comerciais e imperiais europeias foram gradualmente se afastando das tradições literárias até então vigentes, como literatura de sobrevivência, descrição cívica e narrativas de navegação, e se engajando no projeto intelectual inaugurado pela publicação de *Systema naturae* (“O sistema da natureza”, em tradução livre) do sueco Carl Nilsson Linnæus em 1735 (PRATT, 1999, p. 55). Como seu título denuncia, a obra propunha um sistema de classificação que, a partir da descrição de características físicas e reprodutivas, ordenasse e agrupasse vegetais, projeto mais tarde estendido para animais e minerais (TORRES, 2007, p. 20).

O enquadramento de humanos nesse tipo de taxonomia foi na esteira desses desdobramentos. Em seus escritos, Linnæus dividiu o *homo sapiens* em seis “*varietates*” (“variedades”, em tradução livre): *homem selvagem, americano, europeu, asiático, africano e homo monstrosus* - categoria pela qual identificava *anões, eunucos e gigantes da Patagônia* (PRATT, 1999, p. 68). Segundo Pratt (1999, p. 68), diferente daquilo proposto para animais e plantas, a classificação de humanos foi comparativa, reverberando o desejo de “naturalizar o mito da superioridade europeia”. Os muitos estereótipos que compõem a descrição de cada variedade proposta por Linnæus são exemplares:

- a) Homem selvagem. Quadrúpede, mudo, peludo.
- b) Americano. Cor de cobre, colérico, ereto. Cabelo negro, liso, espesso; narinas largas; semblante rude; barba rala; obstinado, alegre, livre. Pinta-se com finas linhas vermelhas. Guia-se por costumes.
- c) Europeu. Claro, sanguíneo, musculoso; cabelo louro, castanho, ondulado; olhos azuis; delicado, perspicaz, inventivo. Coberto por vestes justas. Governado por leis.
- d) Asiático. Escuro, melancólico, rígido; cabelos negros; olhos escuros; severo, orgulhoso, cobiçoso. Coberto por vestimentas soltas. Governado por opiniões.
- e) Africano. Negro, fleumático, relaxado. Cabelos negros, crespos; pele acetinada; nariz achatado, lábios túmidos; engenhoso, indolente, negligente. Unta-se com gordura. Governado pelo capricho. (Ibidem, p. 68)

A descrição de características físicas, temperamentais (que seguiam o modelo humoral¹⁵ ligado à tradição da antiguidade clássica europeia) e culturais dessas variedades vem carregadas de elogios ao “europeu” e desprestígio às demais. Através dos muitos tomos de sua “*Histoire Naturelle Générale et Particulière*”, Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, seguiu suas pesquisas tentando “formar uma coleção ordenada de todas as obras da Natureza”¹⁶ (BUFFON, 1749a, p. 4-5, tradução livre). Diferente de Linnæus, que usou o termo “*varietatē*” para classificar supostas subdivisões no âmbito de uma espécie, Buffon optou pelo termo “*race*” (raça). Buffon foi crítico a divisão de gêneros e espécies utilizadas por Linnæus, segundo ele, estáticas e arbitrarias. Enquanto a obra do sueco deixava pouco espaço para mudança, o conceito de “raça” utilizado por Buffon enfatizava a natureza mutável da diferença

¹⁵ Com origem em Hipócrates (460-377 a. C.) e Galeno (129-199 ou 217 d. C.), a medicina dos humores atravessou a Idade Média europeia (THOMAS, 2010 [1983], p. 76). O termo é derivado do vocábulo latino *humor*, que remete a “líquido” ou “fluido”. Essas teorias se apoiavam na premissa de que a “personalidade” ou o “estado emocional do indivíduo” (dividida entre sanguíneo, fleumático, colérico e melancólico) seria diretamente relacionada ao equilíbrio ou não dos quatro “humores” ou sucos que compunham o corpo humano: sangue, fleuma, bÍlis amarela e bÍlis negra. Isso gerou expressões comuns no cotidiano como, por exemplo, “mal humor” para se referir a um estado emocional indesejável, e “humor-negro” como menção a um humor frio e seco, como a bÍlis negra representava à época (JERÓNIMO, 2015). No que se refere à medicina, acreditava-se que, quando os quatro fluidos do corpo estivessem equilibrados, pessoas e animais estariam saudáveis, ao passo que desequilíbrios atribuídos a excessos ou “deficiências” produziram problemas de saúde e doenças (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, 11-12).

¹⁶ No original: « *former unne collection bien rangée de tous les ouvrages de la Nature* » (BUFFON, 1749a, p. 4-5).

física e moral dos seres em razão da reprodução e de influências ambientais (HUDSON, 1996, p. 254; CARTON, DAVID, 2007).

Em suas elaborações, Buffon usou a categoria “raça” para descrever e classificar humanos e outros animais, muitas vezes tecendo comparações e correlações entre ambos. Entre outros animais, no quinto tomo de sua “*Histoire Naturelle Générale et Particulière*” Buffon (1755, p. 224, tradução livre) tratou desde hábitos cotidianos do que lhe parecia ser uma “doce maneira de existir”¹⁷ até aspectos relativos à anatomia, fisiologia (geral e reprodutiva, do usual¹⁸ ao excepcional¹⁹) e à diversidade “racial” da espécie canina. Pela capacidade de gerar descendentes férteis²⁰ e semelhante “conformação interior”²¹ (BUFFON, 1755, p. 192-193, tradução livre), Buffon acreditava que, a despeito da grande variedade em relação à “forma exterior”²² e ao “instinto”²³ (Ibidem, p. 216, tradução livre), todos os cães e cadelas deveriam ser considerados membros de uma mesma espécie (Ibidem, p. 192-193, tradução livre). De acordo com sua hipótese, “as semelhanças e as diferenças”²⁴ entre raças caninas poderiam ser explicadas pela sempre provisória e particular influência de aspectos como clima, abrigo, cuidado, alimentação, competição e “mistura entre raças estrangeiras ou diferentes”²⁵

¹⁷ No original: « *une douce manière d'exister* » (BUFFON, 1755, p. 224).

¹⁸ Escrevendo sobre cães, Buffon (1755, p. 220-221) inicia suas elaborações abordando aspectos relativos ao nascimento, à idade média em que filhotes abrem os olhos, trocam sua dentição, desenvolvem sua ossatura, conformação física e iniciam sua vida reprodutiva. A esse respeito, o autor trata das temporalidades e do ciclo reprodutivo da fêmea, incluindo alguns “sinais exteriores” (*signes extérieurs*) de seu cio e do momento adequado para realizar o acasalamento (como inchaço da vulva, secreções e comportamento diante de um possível par reprodutor), bem como, da suposta disposição sexual intermitente de machos (Ibidem, p. 221-222). Buffon também discorreu sobre anatomia dos órgãos genitais do par reprodutor, a cópula, a união característica que sucede os movimentos pélvicos deste ato (que considerou “uma singularidade da Natureza”), a gestação, o número de cães nascidos por ninhada e a expectativa de vida média da espécie (Ibidem, p. 222-223, tradução livre).

¹⁹ Em versão de parte da obra de Buffon traduzida para o espanhol por Joseph Clavijo y Faxardo, Vice-diretor do Real Gabinete de História Natural (fundado sob o reinado de Rey Carlos III, em 1771, mas desde 1847 reorganizado como Museo Nacional de Ciencias Naturales em Madrid, Espanha), e publicado no início do século XIX, uma parte ausente do Tomo V que consulte em francês é apresentada ao leitor: “Otra adición del autor á la historia del Perro”. Nessa adição de duas páginas (BUFFON, 1806, p. 94-95), Buffon reproduz um fragmento de carta escrita por Mr. Mailly, apresentado como membro da Academia de Dijon, datada de 06 de outubro de 1772. Pela descrição talvez inusitada à época, Buffon acreditou que seu conteúdo, quando Mr. Mailly relata aquilo mais tarde ficou conhecido como gravidez psicológica, merecia um “lugar na História Natural do cão” (BUFFON, 1806, p. 94, tradução livre).

²⁰ Na proposta de Buffon (1755, p. 192-193), animais pertenceriam à mesma espécie quando partilhariam a capacidade de, através da procriação e da geração de descendentes férteis, “perpetuar” (*perpétuer*) a própria espécie. Em sua teoria, Buffon sugeriu que os seres possuíam um fundamento orgânico interno ou “molde interior”, cuja conformação passava por absorções ocorridas tanto na nutrição e crescimento ao longo da vida dos seres, quanto através da procriação. Ele supôs que novos organismos eram configurados com base no “excedente de matéria orgânica que os espécimes adultos de determinada espécie conseguiram acumular” (GALFIONE, 2013, p. 823, tradução livre). A produção de diferenças dentro de uma espécie era explicada tanto pela herança de características acumuladas e passadas de uma geração a outra, quanto por influências ambientais.

²¹ No original: « *organisation intérieure* » (BUFFON, 1755, p. 192-193).

²² No original: « *forme extérieure* » (BUFFON, 1755, p. 216).

²³ No original: « *instinct* » (BUFFON, 1755, p. 216).

²⁴ No original: « *les ressemblances & les différences* » (BUFFON, 1755, p. 204).

²⁵ No original: « *mélange des races étrangères ou différentes entre elles.* » (BUFFON, 1755, p. 204)

(Ibidem, p. 204, tradução livre), seja o intercuro sexual ocorrido “no estado de liberdade ou de domesticidade”²⁶ (Ibidem, p. 193, tradução livre). Em suas palavras,

[...] todas essas causas alteram, com o tempo, as formas mais constantes; e a marca da natureza não se conserva pura nos objetos que o homem manuseou muito. Animais suficientemente independentes para escolher seu próprio clima e alimentação são os que melhor preservam essa marca original; e pode-se acreditar que, nestas espécies, a primeira, a mais antiga de todas, ainda hoje é representada com bastante fidelidade por seus descendentes; mas aquelas que o homem submeteu a si mesmo, aquelas que ele transportou de clima a clima, aquelas cuja alimentação, hábitos e modo de vida ele mudou, também mudaram sua forma, mais do que todos os outros; e há de fato muito mais variedade nas espécies de animais domésticos do que nas de animais selvagens²⁷ (Ibidem, p. 193, tradução livre).

Como essa passagem sugere, concepções sobre o que conta como *selvagem* ou *doméstico*, como *natureza* ou *cultura*, estruturam a hipótese de Buffon. Discriminada sob o selo da domesticidade, transporte para novos climas, educação e cuidado, o reconhecimento da contribuição humana na produção de variações na espécie canina é lido como um afastamento daquilo considerado “Natural”, cuja “marca original” passaria a ser diluída ou tornada impura na mesma medida da extensão dessas intervenções. Na concepção de Buffon, as variadas raças de cães descenderiam todas de uma mesma “raça primitiva”²⁸, “raça original”²⁹ ou “raça mãe de todas as outras raças”³⁰ (Ibidem, p. 193, tradução livre) que, por escolha própria ou força da domesticidade, teria sido mais ou menos exposta a esse conjunto de influências. Esse processo de afastamento da “marca original” é capturado pelo rótulo “degeneração”, e parte disso está enredado em juízos sobre “raças humanas”. No livro, Buffon especulou que o que chamou de raça *chien de berger* (em tradução livre, *cão pastor* ou *de pastor*) seria aquela que mais se aproximava da “raça primitiva desta espécie, pois em todos os países habitados por homens selvagens, ou mesmo semicivilizados, os cães se assemelham mais a este tipo de cão do que a nenhum outro”³¹ (Ibidem, p. 201, tradução livre). Para ele, essa raça de cães seria não apenas o “verdadeiro cão da Natureza”³², mas “a estirpe e o modelo de toda a espécie”³³

²⁶ No original: « dans l'état de liberté ou de domesticité » (BUFFON, 1755, p. 193)

²⁷ No original: « toutes ces causes altèrent avec le temps, les formes les plus constantes, & l'emprunte de la Nature ne conserve pas toute sa pureté dans les objets que l'homme a beaucoup maniés. Les animaux asses indépendans pour choisir eux mêmes leur climat & leur nourriture, sont ceux qui conservent le mieux cette empreinte originaire; & l'on peut croire que, dans ces espèces, le premier, le plus ancien de tous, nous est encore aujourd'hui assez fidèlement représenté par ses descendans: mais ceux que l'homme s'est soumis, ceux qu'il a transportés de climats en climats, ceux dont il a changé la nourriture, les habitudes & la manière de vivre, ont aussi dû changer pour la forme, plus que tous les autres; & l'on trouve en effet bien plus de variété dans les espèces d'animaux domestiques que dans celles des animaux sauvages. » (BUFFON, 1755, p. 193)

²⁸ No original: « race primitive » (BUFFON, 1755, p. 193)

²⁹ No original: « race originaire » (BUFFON, 1755, p. 193)

³⁰ No original: « race mère de toutes les autres races » (BUFFON, 1755, p. 193)

³¹ No original: « race primitive de cette espèce, puisque dans tous les pays habités par des hommes sauvages, ou même à demi civilisés, les chiens ressemblent à cette sorte de chiens plus qu'à aucune autre » (BUFFON, 1755, p. 201).

³² No original: « vrai chien de la Nature » (BUFFON, 1755, p. 202).

³³ No original: « la souche & le modèle de l'espèce entière » (BUFFON, 1755, p. 202).

(Ibidem, p. 202, tradução livre). Sob um fundamento genealógico, humanos e cães são lidos com base no mesmo conjunto de hipóteses:

[...] assim como a espécie humana se vê rústica e diminuída nos climas gelados do norte; que só se encontram pequenos homens muito feios na Lapônia, na Groenlândia e em todos os países onde o frio é excessivo; mas então, no clima vizinho e menos rigoroso, de repente se vê aparecer a bela raça de finlandeses, dinamarqueses, etc. que por seu rosto, sua cor e seu grande tamanho, são talvez os mais belos de todos os homens; também encontramos nas espécies de cães a mesma ordem e as mesmas relações³⁴ (Ibidem, p. 202-203, tradução livre)

Tanto nesse quinto tomo, quanto no terceiro tomo de sua obra, quando publicou “*Variété dans l'espèce humaine*” (1749b) e tratou do que julgava serem as raças humanas, Buffon falou em raças como *finlandeses, dinamarqueses, tártaros, lapões, suecos, samoiedos, ostiakés, groenlandeses, japoneses, chineses, senegaleses, etiópios*, entre outros. Categorias semelhantes também foram usadas para falar sobre cães associados a esses “países”, caso de raças como *cão da Sibéria, da Lapônia, da Islândia, grande dinamarquês* (todos em tradução livre) e mais. Em sua hipótese, quando “transportado para os climas severos do Norte”³⁵, o *chien de berger* teria se “desconfigurado” (*enlaidi*) e permanecido assim até ser “aperfeiçoado na Islândia, na Rússia, na Sibéria, cujo clima é um pouco menos severo, e onde as pessoas são um pouco mais civilizadas”³⁶ (BUFFON, 1755, p. 225, tradução livre). “O mesmo *chien de berger*”, sugeriu, “transportado para climas temperados e entre povos inteiramente civilizados, como na Inglaterra, França, Alemanha, teria perdido seu ar selvagem, suas orelhas eretas, sua pelagem rude, grossa e comprida, e se tornado o *Dogue, o Chien courant e o Mâtin*”³⁷ (Ibidem, p. 225-226, tradução livre). Falar em termos de “degeneração” desde a “raça primitiva” matriz não inibia Buffon de valorizar a influência do que julgava ser o peso da tão valorizada civilização para o aperfeiçoamento da espécie. “O homem”, sugeriu Buffon (1755, p. 195, tradução livre), poderia “não apenas fazer com que todos os indivíduos do Universo sirvam às suas necessidades, ao seu uso”, como, “com o tempo, mudar, modificar e aperfeiçoar as espécies; sendo este mesmo o mais belo direito que ele tem sobre a Natureza”³⁸.

³⁴ No original: « de même que l'espèce humaine paroît agreste contrefaite & rapetissée dans les climats glacés du nord; qu'on ne trouve d'abord que de petits hommes fort laids en Lapponie, en Groenland, & dans tous les pays où le froid est excessif; mais qu'ensuit dans le climat voisin & moins rigoureux on voit tout-à-coup paroître la belle race des Finlandois, des Danois, &c. qui par leur figure, leur couleur & leur grande taille, sont peut-être les plus beaux de tous les hommes; on trouve aussi dans l'espèce des chiens le même ordre & les mêmes rapports. » (BUFFON, 1755, p. 202-203)

³⁵ No original: « transporté dans les climats rigoureux du Nord » (BUFFON, 1755, p. 225)

³⁶ No original: « perfectionné en Islande, en Russie, en Sibérie, dont le climat est un peu moins rigoureux, & où les peuples sont un peu plus civilisés » (BUFFON, 1755, p. 225)

³⁷ No original: « Le même Chien de Berger, transporté dans des climats tempérés, & chez des peuples entièrement policés, comme en Angleterre, en France, en Allemagne, aura perdu son air sauvage, ses oreilles droites, son poil rude, épais & long, & sera devenu Dogue, Chien courant & Mâtin » (BUFFON, 1755, p. 225-226)

³⁸ No original: « L'homme peut donc non seulement faire servir à ses besoins, à son usage, tous les individus de l'Univers; mais il peut encore, avec le temps, changer, modifier & perfectionner les espèces; c'est même le plus beau droit qu'il ait sur la Nature. » (BUFFON, 1755, p. 195)

Com objetivo de “dar uma ideia mais clara da ordem dos cães, de sua degeneração em diferentes climas e da mistura de suas raças”, Buffon apresentou uma “árvore genealógica” organizada “como os mapas geográficos”, seguindo, “na medida do possível, a respectiva posição dos climas”³⁹ (Ibidem, p. 225, tradução livre). Semelhante àquilo fez a teoria antropológica ao “estabelecer relações com o seu Outro por meio de mecanismos temporais”, ao se valer da categoria *raça primitiva* (pois primeira) e sobrepor genealogia e geografia através de texto e representação gráfica Buffon produziu uma “afirmação da diferença como distância” (FABIAN, 2013 [1983], p. 52).

Entre todas, Buffon acreditava que a raça *chien courant* seria a mais distinta/distante da raça primitiva, ou seja, aquela cuja docilidade, “timidez”, orelhas compridas e caídas seriam “tanto provas da grande degeneração”, quanto, “se quisermos, da grande perfeição produzida por uma longa domesticidade, aliada a uma educação cuidadosa e contínua”⁴⁰ (BUFFON, 1755, p. 226, tradução livre). Cães associados a regiões e a contingentes humanos considerados mais “civilizados” são genealogicamente ordenados como estando distantes da raça primeira, cujos vínculos são retoricamente estabelecidos com a “Natureza” e populações humanas pejorativamente consideradas “selvagens” ou “semicivilizadas”. Ilustrações das raças *chien de berger* e *chien courant* (**Figuras 1 e 2**) inseridas na obra de Buffon dão mostras dos aspectos morfológicos e estéticos que, segundo ele, separavam um cão com *ar selvagem* de um civilizado:

³⁹ No original: « Pour donner une idée plus nette de l'ordre des chiens, de leur dégénération dans les différens climats, & du mélange de leurs races [...] arbre généalogique [...] orientée comme les cartes géographiques, & l'on a suivi, autant qu'il étoit possible, la position respective des climats. » (BUFFON, 1755, p. 225)

⁴⁰ No original: « sont autant de preuves de la grande dégénération, ou, si l'on veut, de la grande perfection qu'a produite une longue domesticité, jointe à une éducation soignée & suivie. » (BUFFON, 1755, p. 226)

Figura 1 - *Le chien de berger*

Fonte: Buffon (1755, p. 300-301)

Figura 2 - *Le chien courant*

Fonte: Buffon (1755, p. 300-301)

No quinto tomo de sua obra, Buffon listou e descreveu trinta raças caninas, deixando margem para existência de outras que desconhecesse (Ibidem, p. 217-218). Dezesete delas, consideradas “raças principais”⁴¹ (Ibidem, p. 239, tradução livre), tinham sua formação atribuída sobretudo à “influência do clima, ao que se somou a ternura do abrigo, o efeito do alimento e o resultado de uma educação cuidadosa”⁴² (Ibidem, p. 227, tradução livre). As outras treze, por sua vez, divididas entre “raças mestiças”⁴³ (Ibidem, p. 250, tradução livre) e “raças provenientes de raças mestiças”⁴⁴ (Ibidem, p. 253, tradução livre), resultavam desse mesmo conjunto de fatores e mais aquilo que definiu como “mistura”⁴⁵ (Ibidem, p. 218, tradução livre), sendo as primeiras fruto do acasalamento de duas das dezessete consideradas “raças puras”⁴⁶ (Ibidem, p. 227, tradução livre) e as segundas daquelas consideradas “raças

⁴¹ No original: « *raças principales* » (BUFFON, 1755, p. 227), a saber, « *le Chien de Berger, le Chien-loup, le Chien de Sibérie, le Chien d'Islande, & le Chien de Lapponie, le Mâtin, les Levriers, le grande Danois & le chien d'Irlande, le Chien courant, les Braques, les Bassets, les E'pagnouls & le Barbet, le petit Danois, le Chien-turc & le Dogue* » (BUFFON, 1755, p. 217).

⁴² No original: « *l'influence du climat, joint à la douceur de l'abri, à l'effect de la nourriture, & au résultat d'une éducation soignée* » (BUFFON, 1755, p. 227)

⁴³ No original, « *raças métives* » (BUFFON, 1755, p. 227), a saber, « *Chien-turc métais, le Levrier à poil de loup, le Chien-bouffe, le Chien de Malthe ou Bichon, le Roquet, le Dogue de forte race, le Doguin ou Mopse, le Chien de Calabre, le Burgos, le Chien d'Alicante, le Chien-lion, le petit Barbet & le Chien qu'on appelle Artois, Islois ou Qua-trevingt* » (BUFFON, 1755, p. 217)

⁴⁴ No original: « *raças provenientes de raças métives* » (BUFFON, 1755, p. 253).

⁴⁵ No original: « *mélange* » (BUFFON, 1755, p. 218).

⁴⁶ No original: « *raças pures* » (BUFFON, 1755, p. 227).

mestiças”. Para se referir a essas treze, Buffon usou o termo “mestiço”⁴⁷ e acresceu o grau desta mistura: o termo “mestiço simples”⁴⁸ foi usado para se referir à “mistura de duas raças puras”⁴⁹, “duplo mestiço”⁵⁰ para aqueles/as que descenderiam do acasalamento “de uma raça pura e outra já misturada”⁵¹ e “triplo mestiço”⁵² em caso de descenderem de “raças já várias vezes misturadas”⁵³ (Ibidem, p. 229, tradução livre). Cães que não se encaixassem nessas categorias eram apresentados como “cães de rua”, os quais nas suas palavras “se assemelham a todos os cães em geral e a nenhum em particular, pois derivam da mistura de raças já várias vezes misturadas”⁵⁴ (Ibidem, p. 229, tradução livre).

Para ordenar e classificar essas trinta raças, Buffon (1755, p. 206) seguiu o critério de semelhanças e dessemelhanças relativas à “forma” (*forme*) e ao “instinto” (*instinct*). Por “se parecem mais do que os outros” em seu focinho, orelhas, pelagem e “instinto [que] os leva a seguir e guardar os rebanhos”⁵⁵, Buffon (1755, p. 218, tradução livre) acreditava que “raças” chamadas de *chien de berger*, *chien-loup*, *chien de Sibérie*, *chien de Lapponie* e *chien d'Islande*, para citar algumas, seriam um “mesmo cão”⁵⁶. O mesmo valia para aquelas mais distintas/distantes, como, por exemplo, *chien courant*, *basset*, *braque*, *barbet* e *l'épagneul*, que a despeito de diferirem entre si na altura das pernas e na largura das orelhas, em geral longas, macias e penduradas, guardariam semelhanças físicas e instintivas, devendo ser considerados os “verdadeiros cães de caça”⁵⁷ (Ibidem, p. 218, tradução livre). Além de uma tabela com a sistematização das “dimensões de cães das principais raças”⁵⁸ (Ibidem, p. 260, tradução livre), Buffon (1755, p. 239-258) também descreve a conformação de todas as raças. Como exemplo cito, respectivamente, três raças consideradas “puras” (*Mâtin*⁵⁹, *Dogue* e *Grand Danois*) e uma “mestiça” (*Dogue de forte race*) cuja origem era interpretada como resultado da união das três primeiras:

⁴⁷ No original: « *métis* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁴⁸ No original: « *métis simples* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁴⁹ No original: « *mélange de deux races pures* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁵⁰ No original: « *doubles métis* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁵¹ No original: « *d'une race pure & d'une race déjà mêlée* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁵² No original: « *triples métis* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁵³ No original: « *raças déjà plusieurs fois mêlées* » (BUFFON, 1755, p. 229)

⁵⁴ No original: « *Chiens des rues, qui ressemblent à tous les chiens en général sans ressembler à aucun en particulier, parce qu'ils proviennent du mélange de races déjà plusieurs fois mêlées.* » (BUFFON, 1755, p. 229).

⁵⁵ No original: « *parce qu'ils se ressemblent plus qu'ils ne ressemblent aux autres par la figure & par le poil, qu'ils ont tous cinq le museau pointu à peu près comme le renard, qu'ils sont les seuls qui aient les oreilles droites, & que leur instinct les porte à suivre & garder les troupeaux.* » (BUFFON, 1755, p. 218)

⁵⁶ No Original: « *même chien* » (BUFFON, 1755, p. 218)

⁵⁷ No original: « *vrais chiens de chasse* » (BUFFON, 1755, p. 218).

⁵⁸ No original: « *dimensions des chiens des principales races* » (BUFFON, 1755, p. 260).

⁵⁹ Termo oriundo do francês antigo *mastin* (no moderno, *mâtin*) ou do Provençal *mastis*, ambos provavelmente derivados do latim vulgar *mansuetinus* (*domesticated, tame*), do latim *mansuetus* (*tame, gentle*), e em afinidade com o termo *mansuescere*, de *manus* (mão) e *suescere* (acostumar, habituar), ou seja, “acostumar à mão” (*to accustom to the hand*). Seu sentido aponta para uma raça de cães habituada a permanecer no *domus*, geralmente com finalidade de guarda. A forma em inglês, *mastiff*, pode ter sido influenciada pelo francês antigo *mestif* (em inglês, *mongrel*) (HARPER, 2022a). A expressão *mongrel*, convém pontuar, data de meados do século XV e indica um *individuo*

[*Mâtin*] Estes cães têm o focinho tão comprido quanto os *grands danois*, mas menos grosso. A cabeça é alongada e a testa achatada, as orelhas são pequenas, eretas desde o nascimento até cerca de metade do seu comprimento, e bastante grandes. O corpo é alongado e de uma grossura proporcional ao tamanho, sem ser grosso, pois é um pouco inclinado para os flancos. A cauda se curva para cima e forma um arco, cuja extremidade é direcionada para a frente. Os *mâtins* geralmente têm pelos mais longos na garganta, na frente do colar, sob a barriga, atrás das coxas e na cauda, do que no resto do corpo, onde o pelo é bastante curto. Esses cães são de muitas cores, como branco, cinza, fulvo, marrom, preto, etc., no entanto, em algumas províncias, e especialmente na Borgonha, a maioria é preta com manchas brancas, mas talvez seja porque se acredita que os *mâtins* pretos são melhores que os outros, e que são criados de preferência.⁶⁰ (Ibidem, p. 239, tradução livre)

[*Grand Danois*] Os cães desta raça têm todas as partes do corpo maiores que os *mâtins*, e parecem diferir deles apenas pelo seu caráter/temperamento: seu pelo é curto, a cor varia nos diferentes indivíduos; a maioria é de cor fulva; existem cinzas, pretos e outros que têm branco, cinza, preto, fulvo, etc. [...].⁶¹ (Ibidem, p. 240, tradução livre)

[*Dogue*] Esses cães têm um focinho grande, curto e achatado, nariz arrebitado e lábios grossos e pendentes; esses caracteres são tão marcantes, que bastam para distinguir os dogues dos outros cães que acabaram de ser mencionados. A cabeça é grande e larga, e a testa achatada, as orelhas são pequenas e penduradas na extremidade, o pescoço é inchado e encurtado, as pernas são curtas e grossas, o corpo é grande e alongado, a cauda levantada e dobrada para a frente na ponta. Este cão tem pelo curto em quase todo o corpo, exceto atrás das coxas e da cauda, onde é um pouco mais longo. Os lábios, a ponta do focinho e a superfície externa das orelhas são pretos, e o resto do corpo é de cor fulva-pálida.⁶² (Ibidem, p. 249-250, tradução livre)

[*Dogue de forte race*] Esses cães têm muita semelhança com os *dogues* verdadeiros, mas são muito maiores; é por isso que eles foram chamados de *dogues de forte race*. Essa diferença de tamanho vem da mistura do verdadeiro *dogue* com *mâtins*, ou de *danois* altos; também o *dogue de forte race* tem em grande parte as proporções do verdadeiro *dogue*, com exceção do focinho que é mais longo, mas também é grande, e os lábios são mais grossos e mais longos. As cores são as mesmas dos *mâtins*. O *dogue de forte race*, representado, tinha branco, preto e fulvo.⁶³ (Ibidem, p. 252-253, tradução livre)

ou raça de cão resultante de cruzamentos repetidos ou da mistura entre muitas variedades diferentes, e deve seu sentido ao obsoleto *mong* (*mixture*) e do proto-germânico *mangjan* (*to knead together*, algo como *amassar junto* ou *modelar*) (HARPER, 2022b).

⁶⁰ No original: « Ces chiens, ont le museau aussi long, mais moins gros que les grands danois . La tête est allongée & le front aplati, les oreilles sont petites, droites depuis leur naissance jusqu'à environ la moitié de leur longueur, & assez grosses. Le corps est allongé & d'une grosseur proportionnée à la taille, sans être épais, car il est un peu levreté à l'endroit des flancs. La queue se recourbe en haut, & forme un arc dont l'extrémité est dirigée en avant. Les mâtins ont ordinairement le poil plus long à la gorge, au devant du col, sous le ventre, derrière les cuisses & sur la queue, que sur le reste du corps, où le poil est assez court. Ces chiens sont de plusieurs couleurs, telles que le blanc, le gris, le fauve, le brun, le noir, &c. néanmoins, dans quelques provinces, & surtout en Bourgogne, le pluspart sont noirs avec des taches blanches, mais c'est peut-être parce qu'on croit que les mâtins noirs sont meilleurs que les autres, & qu'on les élève par préférence. » (BUFFON, 1755, p. 239)

⁶¹ No original: « Les chiens de cette race, ont toutes les parties du corps plus grosses que les mâtins, & semblent n'en différer que par ce caractère: leur poil est court, la couleur varie dans les différents individus; la pluspart sont de couleur sauve; il y en a de gris, de noirs, & d'autres qui ont du blanc, du gris, du noir, du fauve, &c. [...] » (BUFFON, 1755, p. 240)

⁶² No original: « Ces chiens ont le museau gros, court & plat, le nez retroussé, & les lèvres épaisses & pendantes; ces caractères sont si marqués, qu'ils suffisent pour faire distinguer les dogues des autres chiens dont il vient d'être fait mention. La tête est grosse & large, & le front aplati, les oreilles sont petites & pendantes à l'extrémité, le cou est renflé & raccourci, les jambes sont courtes & épaisses, le corps est gros & allongé, la queue relevée & repliée en avant par le bout. Ce chien a le poil presque ras sur tout le corps, excepté le derrière des cuisses & la queue où il est un peu plus long. Les lèvres, la bout du museau & la face extérieure des oreilles sont noirs, & ont le reste du corps est de couleur fauve-pâle. » (BUFFON, 1755, p. 249-250)

⁶³ No original: « Ces chiens ont beaucoup de ressemblance avec les vrais dogues, mais ils sont bien plus grands; c'est pourquoi on les a appelés Dogues de forte race. Cette différence de grandeur vient du mélange du vrai dogue avec des mâtins, ou des danois de haute taille; aussi le dogue de forte race a en grand les proportions du vrai dogue, à l'exception du museau qui est plus long, mais

Para Buffon, a perpetuação de uma “raça” exigia tanto a garantia das condições ambientais consideradas adequadas à sua formação, quanto a reprodução entre semelhantes. Enquanto o acasalamento entre cães e cadelas de uma mesma “raça” seria o suficiente para manter ela “pura”, a continuidade de uma raça “mestiça” dependeria ou do acasalamento entre dois exemplares dessa mesma raça “mestiça” ou da reedição da “mistura” da qual ela derivaria. De acordo com Buffon, sem isso, uma raça “mestiça” tenderia a desaparecer ou, então, dar lugar à produção de novas raças (Ibidem, p. 250). Longe de ser algo permanente e estável, Buffon falou em “raça” como referência a uma linhagem familiar formada de geração em geração (HUDSON, 1996, p. 253-254). Segundo Carlos López-Beltrán (2004, p. 183, tradução livre), na medida em que a reprodução sexual e o parentesco determinavam o pertencimento à uma espécie e raça, é provável que graças ao antigo axioma “semelhante gera semelhante” a ideia de “raça” tenha se associado à posse de semelhanças físicas. Não por acaso, para ele, esse axioma estaria na “origem de todos os agrupamentos genealógicos: família, raça, nação” (Ibidem, p. 215, tradução livre).

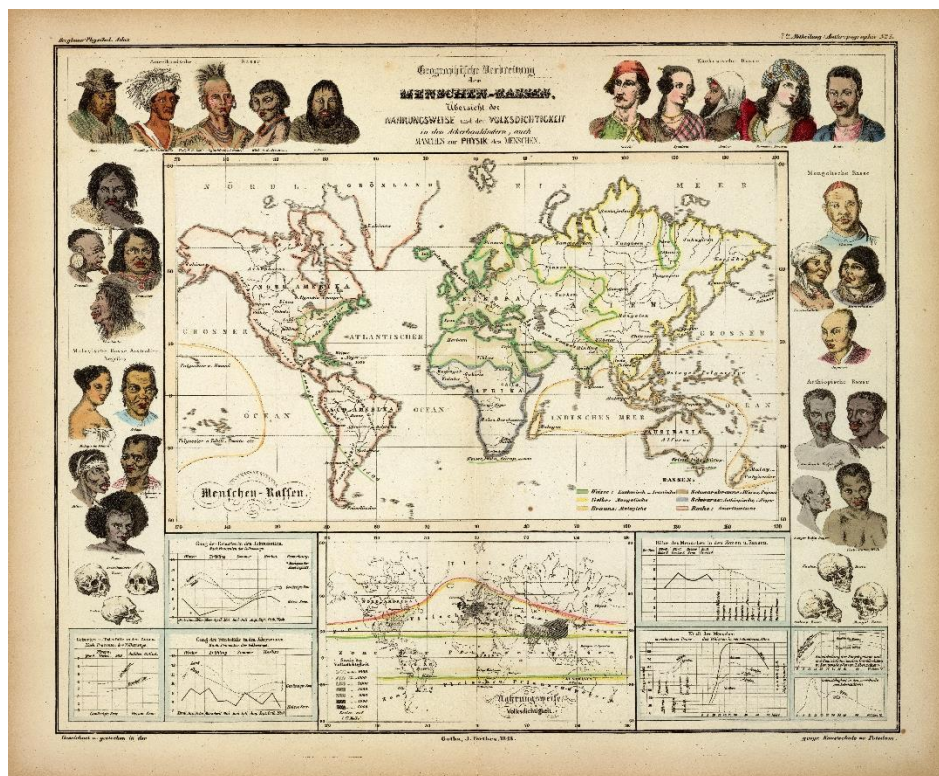
O modelo de Buffon atraiu e influenciou pensadores que o sucederam, a exemplo de Johann Friedrich Blumenbach. Segundo Nicholas Hudson (1996), se na primeira edição de “*De generis humani varietate nativa*” (1775) Blumenbach utilizou o termo “varietate”, inspirado em Linnæus, na terceira edição (1795), o autor optou pelo termo “*gens*”, à época traduzido no alemão como “raça”. Em seus escritos, Blumenbach sugeriu existirem cinco *gens* ou raças (caucásica, mongólica, etiópica, americana e malaia), cada qual subdividida em variedades nacionais cujas supostas diferenças poderiam ser reconhecidas por meio de técnicas de descrição da anatomia craniana. Sem abandonar o pressuposto da natureza mutável da diferença, Blumenbach imaginava o conjunto de características atribuídas a uma entidade genealógica (raça ou família) “como um contínuo entre as mais recentes, superficiais e facilmente erradicáveis, e aquelas cada vez mais antigas, mais persistentemente incorporadas como uma ‘segunda natureza’” (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 134, tradução livre). Semelhante a Buffon, Blumenbach sustentou que essa divisão racial seguia a divisão geográfica da terra em continentes, alinhando o “mapa geográfico e o mapa das raças humanas” (HUDSON, 1996, p. 255, tradução livre).

As obras de Buffon e Blumenbach, portanto, são exemplares do ímpeto generalizante diagnosticado por Hudson (1996, p. 255, tradução livre) nas letras europeias, onde a

il est aussi gros, & les lèvres sont aussi épaisses & aussi longues. Les couleurs sont les mêmes que celles des mâles. Le dogue de forte race, représenté, avoit du blanc, du noir & du fauve. » (BUFFON, 1755, p. 252-253)

“imaginação [...] tornou-se dominada pela imagem de grandes massas de terra continentais, cada uma, aparentemente, com sua própria cor de humano”. Com objetivo de ilustrar esse ímpeto, para pessoas e cães, em agosto de 2021 consultei o *David Rumsey Map Collection*, acervo que conta com mapas, atlas, cartas marítimas e uma grande variedade de materiais cartográficos que vão do século XV ao presente (RUMSEY, 2021a). Nesse portal, busquei mapas e ilustrações produzidas entre os séculos XVIII e XX que tivessem correlação direta ou indireta com o tema da presente pesquisa, ao que se somou outro material divulgado com finalidades comerciais no século XXI, por meio do qual tento chamar atenção para a continuidade dessas ideias. As imagens apresentadas a seguir e as descrições que as acompanham, dão mostras de interpretações que, quando “raça” vinha à tona, condensavam aspectos físicos, geográficos e culturais:

Figura 3 - *Geographische Verbreitung der Menschen-Rassen* (1848)



Fonte: Berghaus (1848)

Produzido em 1848 pelo geógrafo e cartógrafo alemão Heinrich Berghaus (1797-1884), esse mapa de título “*Distribuição geográfica das raças humanas*” (em tradução livre) traz em sua descrição os seguintes pontos: “Levantamento da dieta e densidade da população nos países arábeis; também algumas coisas sobre a física humana” (em tradução livre). Aquilo

chamado de “raças” (divididas entre *caucásica*, *mongólica*, *etiópica*, *americana* e *malaia*) e suas variações são apresentadas através de ilustrações consideradas “típicas” de suas características fenotípicas, cranianas e indumentárias, tudo *pari passu* sua suposta distribuição geográfica. Modelo muito semelhante pode ser encontrado na imagem apresentada a seguir, de título “*Visão geral de todas as raças do globo e seus estilos de vestimenta*” (em tradução livre), mapa datado de 1853 cuja autoria é atribuída aos italianos F. Corbetta, Giuseppe Civelli e Paolo Bezzera.

Figura 4 - *Prospetto di tutte le razze del globo e loro fogge di vestire* (1853)



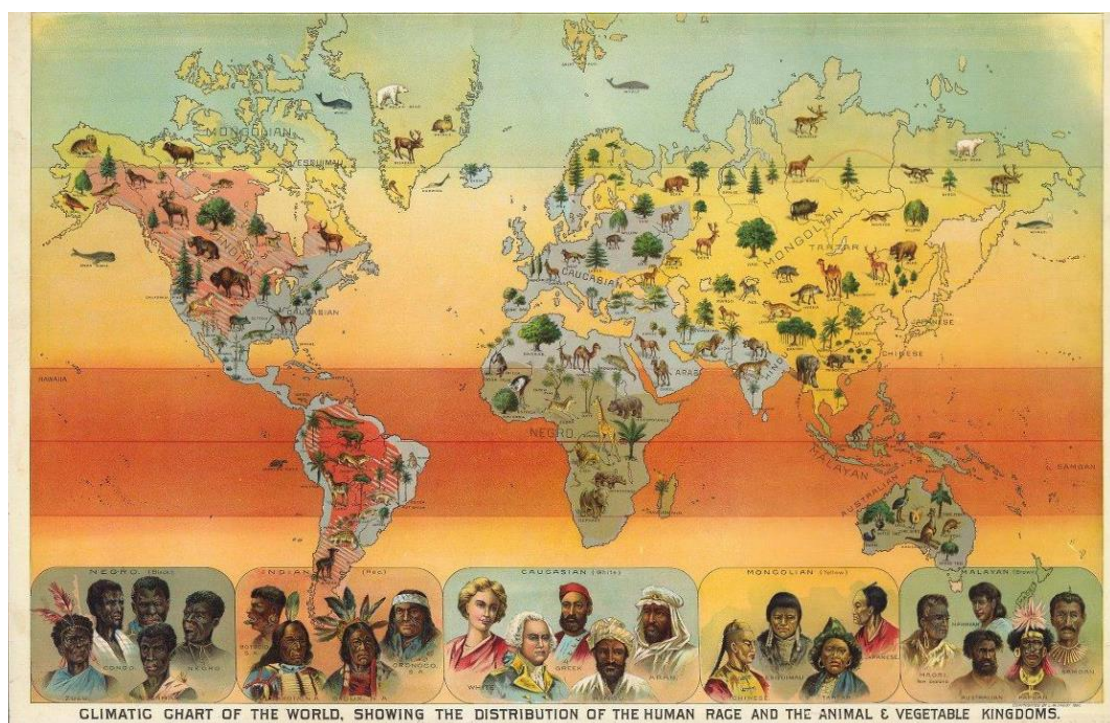
Fonte: Corbetta; Civelli; Bezzera (1853)

Nesse mapa, os termos usados são “tipo”, “raça” e seu suposto equivalente cromático (*caucásica* ou *branca*, *mongólica* ou *amarela*, *negra*, *americana* ou *vermelha*, *malaia* ou *morena*), cada qual ainda subdivida em variedades (como, por exemplo, a raça *caucásica*, possuidora de variedades como *grego*, *espanhol*, *árabe*, *persa nobre* e *hindu*). Cada tipo e raça vem acompanhada de desenhos ilustrativos de possíveis variações estéticas e de vestimentas consideradas típicas, de corpo inteiro ou de rosto, muitas vezes de perfil. A distribuição geográfica de ambos é definida por cores (*caucásica* como azul, *mongólica* como amarela, e as demais com um tom de cinza). Ainda que o leitor não consiga visualizar, pelo tamanho da imagem acionada no corpo do texto, cada tipo ou raça ganha uma descrição morfológica (inserido a baixo das ilustrações dos tipos e suas vestimentas). Para citar alguns exemplos, a raça *caucásica* é descrita como

“pele branca, testa alta, rosto oval, nariz longo do rosto aberto, boca mediana, lábios nunca muito grossos, olhos abertos e quase horizontais, cabelo macio, reto ou encaracolado”, enquanto a raça de *americanos* é descrita como “homens fleumáticos, grandes, fortes e ágeis. Cor de pele vermelho-cobre. Cabeça oval, testa muito deprimida; nariz muito aquilino, boca medíocre, lábios não grossos, cabelo preto duro e brilhante. Quase sem pelos”.

Um exemplo notável da correlação entre geografia, raças humanas, animais e plantas é o “*Mapa climático do mundo, mostrando a distribuição da raça humana e dos reinos animal e vegetal*” (em tradução livre) de autoria do norte-americano Levi Walter Yaggy (1848-1912) no ano de 1893. No mapa apresentado a seguir, cores associadas ao clima identificam e diferenciam cinco tipos (*negro, indígena, caucásico, mongol e malaio*, seguido de uma identificação cromática de, respectivamente, *preto, vermelho, branco, amarelo e marrom*) distribuídos pelo globo a fim de demonstrar sua suposta ascendência geográfica e/ou abrangência da ocupação territorial (vide a ocupação de populações consideradas *caucásicas* na costa da América do Sul e na América Central).

Figura 5 - *Climatic Chart of the World, Showing the Distribution of the Human Race and the Animal and Vegetable Kingdoms* (1893)

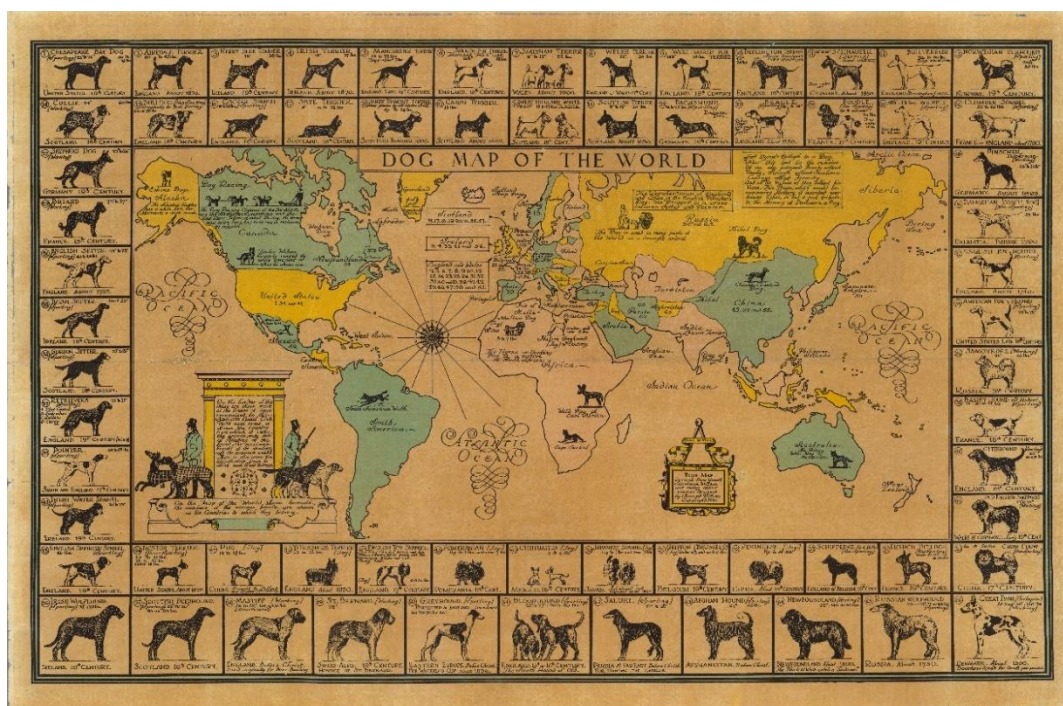


Fonte: Yaggy (1893)

Através desses mapas, a categoria “raça” parece integrar e se mover entre diferentes escalas, do geográfico ao indivíduo. No que concerne a cães, a estética e a estrutura de mapas

do século XX não foge à regra daqueles produzidos um século antes. A imagem apresentada a seguir, “*Dog Map of the World*”, com autoria do arquiteto, litógrafo e cartógrafo Joseph Patterson Sims (1890-1953) em 1933, parece dar continuidade a esse tipo de configuração quando, nos mesmos moldes, ilustra raças à época reconhecidas pelo *American Kennel Club* (AKC) e identifica “os países aos quais pertencem” (tradução livre de texto que compõe o mapa):

Figura 6 - *Dog Map of the World* (1933)

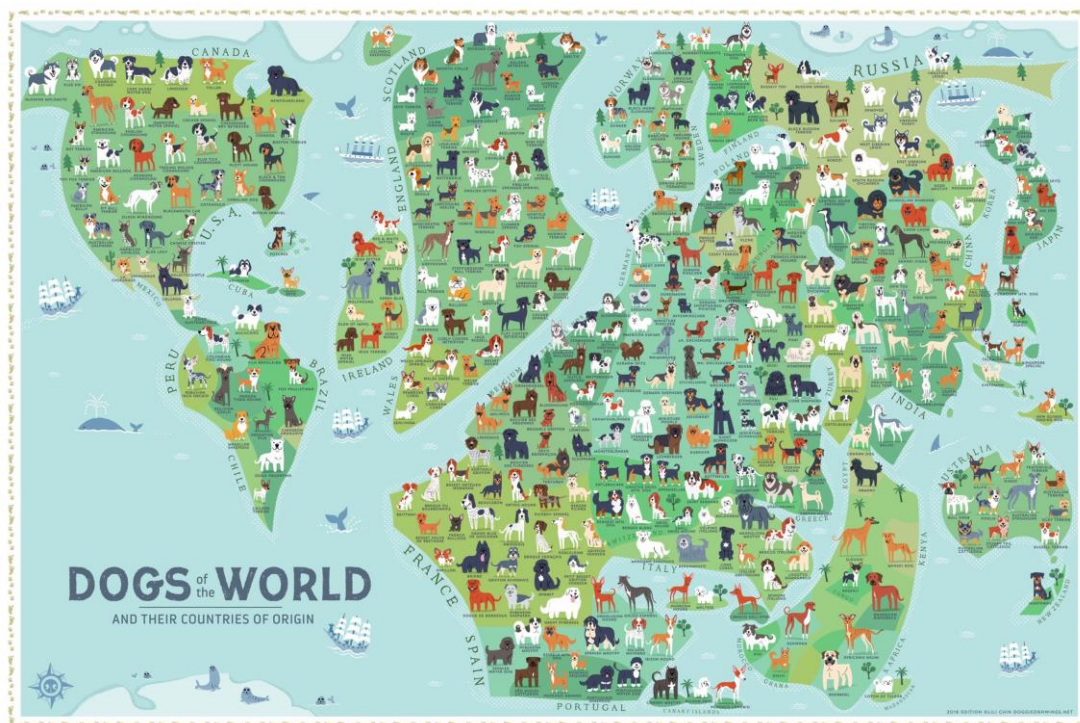


Fonte: Sims (1933)

Esse mapa condensa imagens ilustrativas de “raças”, data aproximada de sua criação, características morfológicas (altura, peso, estrutura) e a utilidade “original” a qual são associadas. Poucas “raças” que não fossem oriundas de metrópoles coloniais são mencionadas, nenhuma de África ou da América Latina (com exceção do *chihuabua* mexicano e uma sútil menção ao *lobo sul-americano*). Como indicado no próprio mapa em letras miúdas e irreconhecíveis pelo tamanho, a inspiração para sua produção vem daquilo escrito pelo veterinário William Youatt (1776-1847) e o médico e jornalista Stonehenge, pseudônimo usado por John Henry Walsh (1810-1888), intelectuais britânicos influenciados pela história natural francesa, especialmente Buffon. Ambos são mencionados no próximo capítulo, sobretudo Walsh. A figura a seguir, de título “*Dogs of the World and their countries of origin*” (2019), da artista Lili

Chin⁶⁴, não apenas ilustra a durabilidade dessa associação entre “raça”, geografia e nação, como da desproporção numérica entre “raças” de cães oriundas de países europeus e não-europeus, aspecto enfatizado pela distorção do tamanho da área dos continentes em sintonia com a quantidade de “raças” caninas consideradas originárias de cada país.

Figura 7 – *Dogs of the World and their countries of origin* (2019)



Fonte: Doggie Drawings (2021)

Gostaria, no entanto, de voltar ao século XVIII e me deter por um momento na força dessas ideias em relação a pessoas. De modo geral, entre os elementos associados ao conceito de “raça” como “subgrupo” da espécie humana é possível destacar aspectos como aparência, ancestralidade, clima e ambiente, diferenças comportamentais, morais, culturais, linguísticas e religiosas com doses mais ou menos intensas de determinismo ou flexibilidade⁶⁵ (WADE, 2017). Na passagem do século XVIII ao século XIX, no entanto, cresceu a ênfase naquilo que se encontrava no corpo. De acordo com Donna Haraway (2004b), como a natureza e o

⁶⁴ Como Lili Chin indicou no site Doggie Drawings (2021), a proposta inicial do mapa era ressaltar as “origens geográficas” das raças caninas, incluindo até mesmo cães sem *pedigree*. Porém, ao ser contatada por uma empresa americana dedicada à produção e comercialização de quebra-cabeças, cujo objetivo era lançar um mapa de “raças” caninas para ilustrar um novo modelo de quebra-cabeça, Chin reorientou seu trabalho para aquelas “raças” reconhecidas por associações de canis como “puras”.

⁶⁵ Essas concepções não escondem o fato que o racismo e seus ecos estejam presente em ambos, “tanto na ideia de que o trópico e nativos podem contagiar ao branco com a degeneração racial”, como na ideia de que populações não brancas seriam inferiores “devido a uma natureza imutável” (WADE, 2017, p. 59-60).

sexo, “raça” foi constituída como um objeto de conhecimento por ciências como antropologia física, medicina e biologia. Recursos, instituições, projetos de pesquisa, instrumentos e técnicas de medição cujo objetivo era caracterizar, classificar e hierarquizar grupos humanos em termos civilizacionais e cognitivos ajudaram a criar “raça” como objeto (ABU EL-HAJ, 2007). Dando continuidade àquilo gestado na história natural, as ciências raciais e racistas que se conformaram no período buscavam revelar no corpo hierarquias que as sociedades industrializantes, colonizadoras e capitalistas precisavam naturalizar para justificar seu auto-proclamado status superior (THOMPSON, 2006, p. 547-548).

Estudando o discurso racial da passagem dos séculos XIX e XX na Europa e nos Estados Unidos da América, Donna Haraway (2004b, p. 264-265, tradução livre) observou que cada vez mais aquilo que se dizia “laços de sangue” assumiu o status de “fios de proteína expelidos pela passagem física e histórica da substância de geração em geração, formando os coletivos orgânicos altamente entrelaçados da família humana”. Esse processo de biologização da raça preparou as condições retóricas para que “preocupações em torno da higiene, decadência, saúde e eficiência orgânica” fossem coordenadas (Ibidem, 264-265, tradução livre). Na esteira do racismo científico, ideologias como eugenia e nazismo emergiram. Como avaliou Michel Foucault (1998, p. 205-206), com base no princípio de que a morte de alguns membros de uma população equivalia ao fortalecimento biológico de outros de seus integrantes, o racismo como mecanismo de Estado assegurou a função da morte dentro da economia do biopoder. Nas suas palavras:

[...] El racismo, en efecto, permitirá establecer una relación entre mi vida y la muerte del otro que no es de tipo guerrero, sino de tipo biológico. Esto permitirá decir: "Cuanto más las especies inferiores tiendan a desaparecer, cuantos más individuos anormales sean eliminados, menos degenerados habrá en la especie, y más yo -como individuo, como especie- viviré, seré fuerte y vigoroso y podré proliferar". La muerte del otro -en la medida en que representa mi seguridad personal- no coincide simplemente con mi vida. La muerte del otro, la muerte de la mala raza, de la raza inferior (o del degenerado o del inferior) es lo que hará la vida más sana y más pura. (FOUCAULT, 1998, p. 206)

Ao tornar público a perversidade das formas de violência organizada, sistemática e industrializada através de campos de trabalho e de genocídio por meio de campos de extermínio justificadas por uma suposta “superioridade racial”, a vitória dos aliados na segunda guerra mundial foi emblemática para o declínio e o repúdio ao racismo científico na política internacional (THOMPSON, 2006, p. 547-548). Entre outros desdobramentos, a antropologia social e cultural do século XX, a se ressaltar Franz Boas e sua crítica ao determinismo da antropologia física e campos correlatos, contribuiu para a promoção de uma “ordem epistemológica diferente” (HARAWAY, 2004b, p. 265, tradução livre). Para negar a biologização

da raça, porém, a estratégia foi investir “na separação conceptual de biologia e de cultura, com o propósito de buscar explicações do cultural dentro da esfera do cultural” (WADE, 2017, p. 60). No entanto, como a história parcial do conceito de raça esboçada neste capítulo permite pensar, em vez de falar em “rupturas” parece mais profícuo analiticamente se perguntar sobre como “biologia e cultura se entrelaçam” (WADE, 2017, p. 71) ou se coproduzem (THOMPSON, 2001). Faço coro às palavras de Peter Wade:

Entender a raça como um conjunto ou em enredo natural-cultural e compreender o caráter turvo das fronteiras entre a esfera da natureza e a esfera da cultura me parece importante para entender o âmbito de ação do racismo e do conceito de raça. Se enfocamos somente uma biologia determinista e reducionista como o mecanismo central – o *locus classicus* – do processo que é a raça, então, perdemos outras dimensões desse campo operacional, como o são os regimes de regulação do corpo para evitar a “contaminação” racial (WADE, 2017, p. 72)

Enfim, inicialmente associado a um grupo de pessoas e animais ligados pela origem, aparência e influência de semelhantes condições ambientais, costumes, religião, etc., o conceito de “raça” foi, do Renascimento ao Iluminismo, se conformando em torno do corpo e de uma aceção como subdivisão biológica da espécie humana e das espécies animais, sem com isso perder seus vínculos com os sentidos que a antecederam. A negação desse determinismo biológico fez crescer versões de raça como construto social, esvaziado de fundamento material, ainda que potente em seus efeitos. Apesar de alguns desses sentidos permanecerem ocultos ou não explícitos em certos momentos, isso não significou seu apagamento. Por não ser um objeto singular, mas sim um padrão de vários elementos submetidos a diferentes regimes de visibilidade, Amade M’charek sugeriu que “raça” pode ser lida como presença-ausente (*absent presence*). Segundo ela, olhar para aquilo que está presente ou é feito momentaneamente ausente se mostra um caminho analítico mais provocativo do que deixar a história para trás. No próximo capítulo entro definitivamente no tema das “raças animais”, concedendo ênfase naquilo que se refere a cães.

4. RAÇAS ANIMAIS, ASSOCIAÇÕES E CRIADORES

[...] Sob o pretexto da hibridação, os ingleses cruzarão as raças caninas mais diversas. Do cão feipudo setters cruzado com a grande raça Terra nova obtiverão o admirável mestiço retriever; conseguirão productos não menos notáveis das uniões dos setters com o cão de São Bernardo, de cães de caça com cães d'agua destes com os Terra nova e daquelles com o pointer ou chien d'arret, e com o bull-dog. Se os ingleses podesem, observa Baron, levantarião fabricas separadas, uma para a produção de pés, outras de orelhas, estas de narizes, aquellas de pescoços, muitas de espanhaços, rins, etc. dirigidas por ajustadores zootechnicos, que confeccionarião da noite para o dia - cães, cavalos, bois, etc. de todos os feitios. Este mesmo conceito já foi humoristicamente expresso por um brasileiro na comedia intitulada *O inglez machinista*. O certo é que ninguem conheceo ainda melhor que os

inglezes o mecanismo animal, sob o ponto de vista da zootechnia. (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00321, p. 3)

Publicado ao longo das edições 299, 311 e 321 do *Jornal do Commercio*⁶⁶ (Rio de Janeiro, RJ) em 1891, esse fragmento é parte do texto “*Especialização dos animaes aos diversos fins da industria criadora: estudo de zootechnia pratica*”, redigido pelo à época engenheiro agrônomo e auxiliar técnico da diretoria da agricultura e indústrias do estado do Rio de Janeiro, Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. A pedido dessa diretoria, Carvalho redigiu e publicou esse texto que, segundo ele, sintetizava os “ensinamentos mais essenciaes de zootechnia”, incluindo conceitos preliminares e exemplos de “aplicações praticas ou methodos de reprodução” (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00299, p. 3). A passagem destacada, em especial, vincula ideias sobre expertise fabril, zootécnica e a confecção de “raças” e partes de cães por criadores ingleses. A imagem de “ajustadores zootécnicos” que, se pudessem, levantariam fábricas para confeccionar “cães de todos os feitios”, me pareceu instrutiva para introduzir a influência que intelectuais britânicos tiveram na construção material e simbólica de “raças” caninas a partir na segunda metade do século XIX.

A fim de redigir um panorama introdutório sobre o contexto e os efeitos da adoção da categoria “raça” como referência para classificar e se relacionar com cães na Grã-Bretanha, dividi o presente capítulo em três seções. Na primeira, faço uma breve introdução à história da criação de raças animais entre os séculos XVIII e XIX, apresentando alguns dos princípios, práticas e pessoas importantes para que isso fosse possível. Na segunda e terceira, por sua vez, trato dos modos pelos quais a partir do século XIX cães foram pensados e “confeccionados” seguindo os mesmos moldes. Enquanto a segunda trata o assunto de modo geral, introduzindo temas como a promoção de exposições, adoção de padrões raciais, modos de acasalamento, associação de canis, entre outros aspectos importantes, a terceira traz à tona temas afins, porém, concede ênfase a um criador e raça canina em particular. Como forma de chamar atenção para a proximidade e a relação entre aquilo que era escrito e praticado na

⁶⁶ Publicado a partir de outubro de 1827, o *Jornal do Commercio* é o segundo periódico diário mais antigo do Brasil e de toda a América Latina, atrás apenas do *Diário de Pernambuco*. Sua redação e distribuição foi encerrada no ano de 2016. Como texto veiculado na própria Biblioteca Nacional Digital sugere, o jornal "veio a lume pelo tipógrafo parisiense Pierre René François Plancher de La Noé, que, fugido de seu país por sua convicção bonapartista, já que a Restauração havia levado Luís XVIII ao trono francês, instalou-se na Corte brasileira em 1824, acompanhado por artesãos gráficos, prelos de ferro, caixas de tipos, livros e outros materiais raros ou inexistentes no Brasil. Após fundar sua própria oficina, a Imperial Typographia, no centro do Rio de Janeiro (RJ), o jornal que passou a produzir pretendia explorar o mercado até então monopolizado pelo Diário do Rio de Janeiro; tinha, portanto, caráter estritamente comercial, como seu próprio nome indica" (BND, 2015a). Do "Primeiro Reinado à redemocratização brasileira com o fim da Era Vargas, o *Jornal do Commercio* passou a integrar, em 1959, a rede de comunicação Diários Associados, de Assis Chateaubriand", contando com a colaboração de nomes como "visconde de Taunay e o barão do Rio Branco, Rui Barbosa, Joaquim Nabuco, José de Alencar", entre outros (BND, 2015a).

Grã-Bretanha e o Brasil e abrir caminho para a Parte II desta pesquisa, na qual o Brasil salta para o primeiro plano da análise, começo duas dessas seções com passagens extraídas do texto escrito por Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho para o *Jornal do Commercio*.

4.1. CRIANDO ANIMAIS, CONFECIONANDO RAÇAS

Os celebres criadores inglezes Bakewell e Collins recorrerão á consanguinidade para a formação das novas raças, com que dotarão o seu paiz, e que são positivamente creações suas. [...] Logo, porém, que conseguirão fixar os caracteres, conservados ou accentuados pelas uniões consanguineas, ou pelo 'in and in', souberão continuar os effeitos menos favoraveis da consanguinidade, cruzando as novas raças com individuos de parentesco cada vez mais remoto. [...]

Foi pelos effeitos da consanguinidade que os grandes praticos Bakewell, Collins, Ellman, Chamard, e Massé, chegarão ao conhecimento da Lei das semelhanças, cuja fórmula é a seguinte: Quando se unem dous organismos reproductores; os traços semelhantes congregão-se e reforção-se ao passo que os differençaes tendem a se destruir (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00299, p. 3)

A selecção exclue absolutamente á heterogeneidade dos typos, na qual se fundão o cruzamento, a mestiçagem, e a hybridação; e constitue um methodo a parte, cujo fim essencial é - melhorar uma raça por si mesma, e mantê-la pura ou sem mescla de sangue estranho, por meio da reprodução consanguinea. [...]

[O zootecnista] Escolhe os reproductores tendo sempre em vista o stud book ou registro genealógico da família a que pertencem, suas qualidades individuais e especificas, seus caracteres excepcionais, suas formas exteriores, sua constituição organica, idade, aptidões, temperamento, e, enfim, o grão da concentração atávica que lhes permita transmitir com segurança o typo, de que são elles mesmos uma encarnação. (Ibidem, edição 00311, p. 2)

É [...] certo que os individuos oriundos do cruzamento continuo e progressivo, chegados a um certo grão de consanguinidade, adquirem aquella constancia de raça, ou faculdade de transmettir hereditariamente, não sómente os caracteres typicos da especie, senão tambem as aptidões e qualidades especiais dos progenitores. (Ibidem, edição 00321, p. 3)

Na Grã-Bretanha, a noção de “raça” (em inglês, *breed*) e animais assim identificados pode ser rastreada inicialmente na criação de bovinos, caprinos, equinos e aves, para apenas mais tarde ser estendida para cães e gatos (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 394). As condições de possibilidade para isso foram colocadas ao longo do século XVIII, quando, pela sistematização de certos princípios e práticas, ganhou força a ideia de animais “com reprodução” (*with breeding*), no sentido de acúmulo de uma “herança genealógica” (*pedigree heritage*) (Ibidem, p. 393, tradução livre). Nas passagens que abrem a presente seção, esse acúmulo e a possibilidade de sua transmissão de geração em geração através da reprodução sexuada é capturado pelo “*grau da concentração atávica*”⁶⁷ que lhes permita transmitir com segurança o

⁶⁷ Atavismo é conceituado por Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho como “concentração de todas as gerações ascendentes de uma raça” ou “ação collectiva e secular de todos os ascendentes paternos e maternos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00299, p. 3). Nesse sentido, um fenômeno atávico seria algo como uma “actualização de caracteres, que havião passado temporariamente ao estado latente” (Ibidem). Esse termo

típo, de que são eles mesmos uma encarnação”. Para entender o que isso conta sobre raças animais, acredito que uma introdução aos conceitos de “pedigree” e “herança” pode ser instrutiva.

Adaptado na Inglaterra, o termo *pedigree* é derivado da expressão latina *pied de grue*, de significado “pé de uma garça” (RICHARD, 2007, p. 147; INGOLD, 2015, p. 156; LEAL, 2014, p. 60). Usado sobretudo na criação de animais, mas também para indicar antigas genealogias familiares na Europa, o termo está ligado à imagem de um diagrama de três linhas, semelhante aos pés de uma garça, e faz referência à genealogia e às linhas sucessórias (INGOLD, 2015, p. 156). A ideia era que características constituintes de um vivente (humano ou animal) seriam recebidas de seus genitores por meio de uma ou várias linhas de descendência e transmitidas às gerações seguintes. Para o antropólogo Tim Ingold (2015), menos do que a unificação de linhas divergentes em uma raiz comum, a principal conotação do termo *pedigree* e sua representação em forma de diagrama seria a de sucessão contínua ao longo de uma mesma linha.

Os precedentes para visualizar o parentesco nesses termos tem ancestrais seculares, religiosos e científicos (BOUQUET, 1996). Em termos seculares, um exemplo é a *stemmata* romana, nas quais genealogias de famílias aristocráticas eram registradas e lidas de cima para baixo, trazendo à tona a metáfora de algo que *desce* de parentes no alto das representações gráficas (ascendentes) para aqueles situados a baixo (descendentes), incluindo “sangue”, valores e riquezas. Os precedentes religiosos, por sua vez, podem ser ilustrados pela linhagem bíblica expressa na Árvore de Jesse, interpretação da profecia de Isaías que traça a genealogia divina e humana, dos céus à terra. Sua apropriação científica, por fim, pode ser verificada tanto na iconografia padrão adotada para a representar a filogenia e a evolução, como os modelos produzidos por Ernst Haeckel (1834-1919) e Charles Darwin (1809-1882)⁶⁸, como nos usos de William Halse Rivers (1864-1922) com objetivo de estudar o parentesco e a organização social. Ao situar antepassados acima e descendentes abaixo, à moda da antiga tradição da *stemmata*, Rivers converteu a *linha genealógica* em *método genealógico* para a pesquisa antropológica (BOUQUET, 1996; INGOLD, 2015, p. 151). Comentando os usos que sucederam a Árvore de Jessé, Tim Ingold sugere que eles teriam incorporado o

é diferenciado do que o autor chama de “hereditarismo”, que inclui tanto os “caracteres atavicos de que elles são os depositarios e portadores”, quanto a “acção directa e immediata dos dous progenitores pai e mãe.” (Ibidem). Para ele, “uma qualidade deixa de ser hereditaria, e torna-se accidental e transitoria quando não affecta organicamente a constituição dos reproductores immediatos” (Ibidem). Esse conceito e os problemas que suscita retorna ao longo da pesquisa: **Capítulo 6, Seção 2**, e **Capítulo 7**.

⁶⁸ Como sugeriu Strathern (1992, p. 16), para suas teorizações Darwin se amparou em ideias sobre genealogia e parentesco entre os seres humanos no século XIX para representar graus de afinidade entre outras espécies. Strathern analisa que, no século XX, os euro-americanos voltaram essa imagem para si e passaram a conceber a relação biológica como primordial.

[...] principio de que las futuras generaciones, lejos de pasar sin más al flujo de sustancia ancestral, podrían exceder a sus antepasados creciendo hacia un estadio más alto de realización, pudiendo así el futuro ser superior que el pasado. Ahora en su forma más cabal – que todavía mantenía como referente al Árbol de Jesé – el árbol genealógico combinaba una declaración de ancestralidad con una expresión de ambición [...]. Así pues, en el amanecer de los tiempos modernos, el árbol se convirtió en un icono de progreso. Sin embargo, nunca se llegaron a resolver por completo las contradicciones entre crecimiento ascendente y flujo descendente [...] (INGOLD, 2015, p. 153)

Essa *declaração de ancestralidade* (ligada ao fluxo descendente) combinada com uma *expressão de ambição* (crescimento ascendente) diagnosticada pelo autor é relevante para pensar a criação de raças animais. No entanto, antes de chegar nesse ponto, acredito que o conceito de “herança” também careça de contextualização. Com objetivo de estudar a “estruturação histórica do conceito de herança biológica” na tradição intelectual francesa, o historiador das ciências da vida Carlos López-Beltrán (2004, p. 40) achou necessário diferenciar metodologicamente os conceitos de “hereditário” e “herança biológica”. O adjetivo “hereditário” foi adotado pelo autor como conceito guarda-chuva capaz de capturar a percepção antiga que se tinha sobre a transmissão (irregular e imprevisível) de certas características de pais a filhos, de maneira análoga ao que ocorria com a sucessão de propriedades e títulos. Esse uso metafórico antecedeu a ideia de “herança” como um “substantivo que presume a presença de uma estrutura causal regular” ou “lei natural” que remete aos séculos XIX e XX e ao nome do biólogo Gregor Johann Mendel (1822-1884) (Ibidem, p. 119, tradução livre).

Para Carlos López-Beltrán, esse adjetivo esteve historicamente associado à observação de “padrões de semelhança” entre membros de gerações distintas de um mesmo grupo familiar e casos de “dessemelhança” que confundiam esses padrões, irregularidade que intrigava filósofos e médicos ocupados de entender a saúde e a “reprodução humana e animal”⁶⁹ (Ibidem, p. 65-66, tradução livre). Desde enfermidades e deficiências a características como cor da pele, do cabelo, voz, formas dos olhos, do nariz, algum talento artístico ou ofício,

⁶⁹ Na análise de Pemberton, Strange e Worboys (2019, p. 396-397), duas interpretações sobre a reprodução humana e animal disputaram primazia no ocidente. De um lado, ideias apoiadas em Aristóteles (384-322 a. C.), de outro, hipóteses associadas a Hipócrates e Galeno. Esses historiadores dividem as interpretações inspiradas em Aristóteles em duas: uma dava conta de que a prole era pré-formada na fêmea e o processo de crescimento era iniciado pela relação sexual ou sêmen do macho, enquanto outra, sugeria que o desenvolvimento do material generativo na fêmea seria iniciado e moldado pelo sêmen. Em ambas, Pemberton, Strange e Worboys (2019) reconhecem a atribuição de um papel passivo à fêmea e ativo ao macho, embora reconhecessem o peso de influências maternas ocasionadas pela gestação e alimentação. Por outro lado, a hipótese de que a geração é um processo de composição do material reprodutivo de macho e fêmea, defendida em textos hipocráticos e mais tarde reformulada por Galeno, adquiriu status de versão *standard* entre os médicos europeus (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 69). Boa parte da aceitação dessa segunda hipótese foi fornecida pela observação de “padrões familiares de recorrência” de certas características e/ou enfermidades do lado materno e paterno (Ibidem, p. 69, tradução livre). A descoberta da fusão de óvulos e espermatozoides “mudou a compreensão do mecanismo da concepção, demonstrando a continuidade da vida de geração em geração” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 11-12, tradução livre).

entre outras, convidavam a “pensar que o corpo dos filhos, aos se formar, recebia influxos de certo tipo, que copiavam ou repetiam as qualidades dos pais” (Ibidem, p. 16, tradução livre). Em casos de maior recorrência de traços corporais (físicos) e comportamentais (morais) entre pais e filhos, algumas semelhanças acabavam ganhando o status de marca de uma “família ou linhagem” (Ibidem, p. 16, tradução livre).

Ainda que na língua francesa o termo “sangue hereditário” possa ser rastreado no início do século XIV (MIRAMON; VAN DER LUGT, 2019, p. 25), foi apenas ao longo dos séculos que a “ideia metafórica de acumulação no tempo de um patrimônio hereditário físico e moral no seio de famílias, cães e outras linhagens” (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 64, tradução livre) se conectou à representação simbólica do sangue como o laço “líquido que trama as genealogias, arrastrando com ele virtudes e defeitos” (Ibidem, p. 17, tradução livre). Seguindo tradições colocadas pelo modelo humoral do corpo, o sangue representava tanto “o fluido que continha ‘o princípio vital’ que animava o corpo, dando e sustentando a vida, quanto fornecendo a continuidade material da vida entre as gerações” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 11-12, tradução livre).

De acordo com Nicholas Russell (1986), antes do século XVIII expectativas e investimentos em busca da “melhora” de qualidades produtivas, econômicas, de fertilidade ou estéticas de uma população de animais eram atitudes incomuns. Em um contexto no qual o passado se reveste de maior valor, vide a percepção renascentista da superioridade de todas as coisas clássicas, arrefecer supostas degenerações era uma preocupação mais provável. No entanto, a partir de personagens como Robert Bakewell (1725-1795), agricultor de Leicestershire (Inglaterra), cujos princípios e práticas de reprodução seletiva para criar caprinos, equinos e bovinos foram divulgadas e adotadas na Europa e América do Norte (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019), o valor atribuído ao “patrimônio hereditário” de uma linhagem ganhou uma boa dose da ambição sugerida por Tim Ingold (2015).

Como Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho escreveu nas páginas do *Jornal do Comercio* citadas na abertura desta seção, Bakewell ganhou projeção pública pela promoção de acasalamentos seletivos, primeiro entre exemplares de variedades distintas, a fim de alcançar determinada conformação ou capacidade produtiva, depois entre animais aparentados, como forma de estabilizar e favorecer a reprodução contínua dessas características de geração em geração (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 397). O nome dado a esses acasalamentos costuma partir de um modelo genealógico - no qual a procriação está no centro “de um sistema em que o sangue” simboliza “a proximidade ou distância entre um indivíduo e seus parentes” (FONSECA, 2004, p. 28-29) - e expressar a extensão do grau de

parentesco entre reprodutores, sendo identificado na língua inglesa pelo acréscimo dos prefixos “in-”, “line-”, “out-” e “cross-” ao termo “breeding”: *inbreeding*, *linebreeding*, *outbreeding* e *crossbreeding*⁷⁰. Bakewell propunha que, ao concentrar o “sangue” de uma linhagem por meio de acasalamento entre parentes consanguíneos, crescia a probabilidade de que características valorizadas em gerações ascendentes (como capacidade de ganhar de peso, qualidade da carne, quantidade e qualidade da lã, etc.) se repetissem ou se intensificassem em seus descendentes. Ele supôs que, mantidos esses princípios de geração em geração, o futuro de uma linhagem poderia se revelar “superior” ao que seria no passado.

A fim de mensurar essa concentração de “sangue” e a “prepotência” que acreditava gerar, Bakewell registrava e avaliava não apenas a conformação e o desempenho das gerações ascendentes dos indivíduos usados na reprodução, como de sua progênie⁷¹. Com isso, além de manter um registro genealógico, Bakewell popularizou o que ficou conhecido como “teste de progênie”, no qual a análise de descendentes buscava diagnosticar quais seriam os reprodutores machos (considerados mais eficientes, pois poderiam ser cruzados com muitas fêmeas durante uma mesma temporada reprodutiva) que melhor teriam transmitido os traços de conformação e/ou utilidade desejados e, por isso, deveriam ser reproduzidos em maior extensão (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 397, tradução livre). Bakewell parece ter colocado as bases para a sobreposição de diferentes camadas de temporalidade que atravessa a atividade de seleção para reprodução de animais “de raça” desde então, juntando um “olhar para o passado de um animal, como evidenciado em seu *pedigree*; seu presente, como visto em sua aparência física; e seu futuro, conforme revelado em testes de progênie” (Ibidem, p. 397, tradução livre). Com isso seu objetivo não era criar indivíduos excepcionais, mas alcançar “consistência e uniformidade” no plantel e aumentar a previsibilidade de suas ninhadas (Ibidem, p. 397, tradução livre).

⁷⁰ De modo geral, essas categorias parecem remeter a diferentes graus de interioridade (“in-ness”) de um grupo familiar ou racial (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018 p. 170-171). Enquanto o termo *inbreeding* costuma fazer referência a relações consideradas muito próximas, incluindo membros de um mesmo grupo “familiar”, como entre pai-filha, mãe-filho, irmão-irmã, o termo *linebreeding* se refere a relações mais distantes, pulando uma geração ou mais, como avô-neta, primo-prima, tio-sobrinha, entre outras. Ainda que não haja uma diferença fundamental entre ambos além do “grau de parentesco” (ARMSTRONG, 1998), o termo *linebreeding* geralmente gira em torno de um ancestral considerado excepcional que se repete entre os antepassados dos animais acasalados como forma de reforçar suas características na linhagem criada (ARMSTRONG, 1997). O termo *outbreeding* costuma identificar o acasalamento entre cães e cadelas de mesma raça sem grau de parentesco ou, quando sim, não nas gerações mais imediatas. Por fim, a categoria *crossbreeding* costuma identificar o acasalamento entre exemplares de raças distintas.

⁷¹ De acordo com Marco Antonio Abrantes de Barros Godoi (2018, p. 72), progênie seria “o termo em latim para designar a progeneritura, vem do prefixo pro- indicador de direção para frente, mais geniens, de gerar a, procriar, passar a diante a vida; demarcação que estabelece uma direção de continuidade [...] pois o que vem depois foi fruto do que se havia antes”.

Pela sistematização desses princípios e práticas, Bakewell recebeu o crédito por ter inventado e popularizado a noção moderna de “raça” animal (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 4, tradução livre). No início do século XIX, suas práticas se tornaram mais populares entre criadores britânicos⁷². Livros de registro genealógico, muitas vezes estabelecidos de modo análogo aos registros de famílias reais ou aristocráticas que definiam linhagens para herança de títulos e propriedades, foram organizados. Ainda que inicialmente representassem um artefato para identificação de animais e prevenção contra possíveis fraudes, a se ressaltar o primeiro livro não privado de cavalos “puro-sangue” (*stud book*) publicado pelo Jockey Club britânico no ano de 1791, ao longo das décadas esses livros passaram a representar também um “recurso à história hereditária” (PEMBERTON, STRANGE, WORBOYS, 2019, p. 398, tradução livre). Por reunir informações e subsidiar a análise e a seleção de reprodutores e acasalamentos, o livro de registro genealógico se tornou a “base para a política reprodutiva” (RUSSELL, 1986, p. 19, tradução livre). A crescente popularidade desses princípios, práticas e tecnologias levou ao desenvolvimento de um mercado de “estoque de sangue”, com comércio e arrendamento de animais reprodutores. Como outras espécies, cães e cadelas foram parte desse mercado.

4.2. CRIANDO CÃES, CONFECCIONANDO RAÇAS E ASSOCIAÇÕES

Ainda que a criação, a companhia e o trabalho de cães e cadelas possam ser rastreadas na idade média e moderna europeia, como apontam respectivamente Harriet Ritvo (1986) e Keith Thomas (2010 [1983], p. 143-154), nos termos propostos por Bakewell sua genealogia é mais curta. Amparados em livros, periódicos, cartas, registros iconográficos e muito mais, os historiadores Michael Worboys, Julie-Marie Strange e Neil Pemberton (2018, p. 8, tradução livre) fornecem um panorama sobre o contexto e os modos pelos quais, à modo do que ocorria com outros animais, raças caninas passaram a ser “coproduzidas social e materialmente” na Grã-Bretanha a partir do século XIX. Para isso, os autores caracterizam o “antes” e “depois” da ascensão de “raça” como forma de designar e se relacionar com parte da diversidade da espécie canina através de duas analogias: respectivamente um arco-íris e uma palheta com amostras de tintas.

⁷² Apesar da popularidade, suas ideias não eram um consenso. Por ir na contramão de convenções sociais e tabus sobre o relacionamento entre parentes próximos na Europa, a aposta na consanguinidade foi recebida com ressalvas entre criadores de animais, que tendiam a associar a endogamia com a perda de qualidades e vigor. Segundo Pemberton, Strange e Worboys (2019, p. 398), a popularidade desses princípios e práticas foram acompanhadas de publicações e intensos debates sobre os perigos da consanguinidade ao consolidar tanto os pontos “bons”, quanto “ruins”. Críticos a esses métodos atribuíam maior valor à seleção, já que apenas o acúmulo de sangue não seria suficiente para direcionar o que se desejava alcançar ou deixar de lado na criação.

Reconhecidos pelas atividades com que se engajavam ou pela região de origem, até a década de 1860 diferentes tipos de cães integravam a paisagem britânica. Em geral, criadores presumiam que a morfologia, a anatomia e a fisiologia dos cães refletiam seu emprego. Um focinho comprido, por exemplo, representava um *proxy* para um olfato virtuoso (PEMBERTON, 2013; WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 24), enquanto o tipo de pelagem respondia a necessidades de aquecimento, proteção contra a vegetação ou visibilidade do caçador (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 88). Entre eles, reinava grande variação em relação à aparência, com gradações de forma, tamanho, coloração, pelagem, formato de cabeça, orelhas, rabo, etc. Worboys, Strange e Pemberton (2018, p. 2) comparam o cenário pré-1860 com a disposição de cores em um arco-íris: as “cores” ou variedades de cães seriam pouco numerosas, ainda que marcadas pela diversidade de nuances que se fundem nas margens. As categorias para identificar essa diversidade eram múltiplas, incluindo não apenas *breed e race*, mas linhagem, tipo, variedade, gênero e espécie.

Para esses historiadores, na Grã-Bretanha desse período a atividade de criar cães se estendia de proprietários de terra da elite britânica a classes médias e baixas de trabalhadores (Ibidem, p. 24). Com finalidade esportiva e social, proprietários de terra criavam cães para caça de raposas (*foxhounds*), encontrar e recuperar a caça (*pointers, setters e retrievers*), participar de eventos públicos de *coursing* (perseguição da lebre) e corridas (*greyhound*)⁷³. Entre classes trabalhadoras, por outro lado, enquanto um grupo fornecia cães pequenos (*toys*) ou distintos pela beleza e *glamour* para companhia de senhoras da elite, outro grupo vinculado às tavernas, ao pugilismo e às apostas criavam exemplares para rinha de cães e confronto com touros (*bullbaiting*), ainda que após o *Cruelty to Animals Act* de 1835 tenham se envolvido com disputas de caça de roedores (*rattling*) e exposições centradas na beleza dos cães (*beauty shows*) (Ibidem, p. 24).

No contexto da era vitoriana e sua “economia do prazer”, quando eventos públicos e apostas cresceram em popularidade (Ibidem, p. 38), exposições de cães passaram a ser promovidas em associação com outros eventos agropecuários já consolidados na Grã-Bretanha (PEMBERTON, WORBOYS, 2015). Uma vez organizados de forma exclusiva, as exposições caninas cresceram em número e escala entre as décadas de 1850 e 1870. Além de problemas como a perda ou morte de cães, traumas causados pela exposição à exaustão, contaminação por doenças contagiosas, entre outros, eram muitas as discordâncias em relação ao

⁷³ Nos moldes do *stud book* mantido pelo Jockey Club, a partir da década de 1840 foi organizado o *Thacker's Courser's Annual Remembrancer and Stud Book*, livro que registrava informações sobre os competidores, suas linhagens e desempenhos. Nesse registro, o nome do proprietário era fornecido junto com o do cão, uma vez que o valor de um *pedigree* dependia da confiança concedida àquele que fornecia as informações (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 40).

propósito das exposições. Enquanto para alguns elas deveriam contribuir para “melhorar” cães de trabalho e esporte, ainda que o significado disso variasse substancialmente, outros davam prioridade para o entretenimento e o lucro, apoiando a “inclusão de cães de todas as formas e tamanhos” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 55, tradução livre). De forma gradual, foram se delineando dois tipos de exposições: de conformação, com apelo morfológico e estético, e de trabalho, com testes de campo que tentavam simular situações de trabalho e determinar a qualidade dos cães e cadelas em apontar ou buscar a caça.

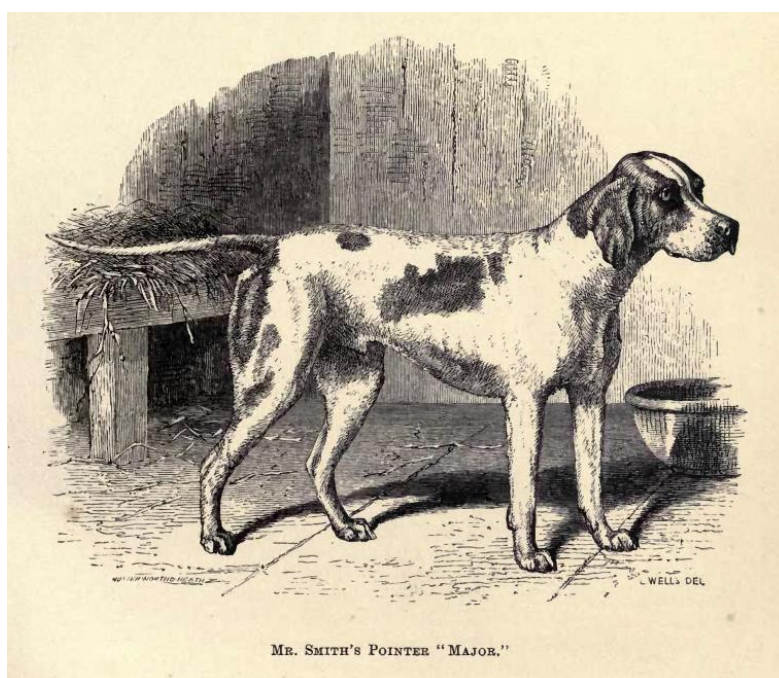
Por envolver apostas e o valor de um cão ou cadela para posterior venda ou arrendamento como reprodutor, denúncias de “preconceito, favoritismo, suborno, corrupção” (Ibidem, p. 55, tradução livre) levantavam dúvidas sobre quem deveria julgar os certames, se de forma pública ou privada, com base em que critérios e com que objetivos (Ibidem, p. 76). A fim de amenizar as discordâncias em relação aos julgamentos, John Henry Walsh (1810-1888) propôs uma alternativa de grande impacto na história de raças caninas. Nascido em Londres, Walsh se formou em medicina e atuou como cirurgião, mas com a perda de uma mão, rumou para o jornalismo. Entre 1857 e 1888, ele ganhou projeção por editar o jornal *The Field: The Country Gentlemen's Newspaper*, tratando de temas como *coursing*, caça e tiro (Ibidem, p. 57-59). Pela crescente popularidade, a partir de 1860 Walsh incluiu exposições caninas entre os temas. Além de sua atuação na indústria periódica, Walsh publicou dezenas de livros sob pseudônimo de “Stonehenge”, como “*The Dog in Health and Disease*” (1859), “*The Dogs of the British Islands*” (1867), “*The dogs of Great Britain, America, and other countries*” (1879), entre outros (Ibidem). Em seus escritos, o autor reverberou parte da tradição intelectual que o precedia⁷⁴ e relacionou fragmentos de história natural, manejo do canil, saúde, adoecimento, formas tratamento (medicamentos úteis e como administrar), princípios que deveriam amparar criadores, julgamento em exposições de conformação e em testes de campo.

A fim de definir critérios comuns para orientar a avaliação nos certames, dos quais acreditava que apenas cães “de raça pura” deveriam competir, pois seriam os únicos passíveis

⁷⁴ De modo geral, John Caius em “*Of Englishe Dogges: the diversities, the names, the natures and the properties*” (1576) e Buffon em “*Histoire Naturelle generale et particuliere*” (1755) foram obras de referência para ilustradores, médicos, veterinários, jornalistas e criadores do século XIX (WALLEN, 2011; WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 25). Convém ressaltar os nomes de figuras como o ilustrador de história natural Sydenham Edwards (1768-1819) e sua inacabada “*Cynographia Britannica: consisting of coloured engravings of the various breeds of dogs existing in Great Britain, drawn from the life, with observations on their properties and use*” (1800), na qual buscou compilar as raças, tipos ou variedades de cães encontrados na Inglaterra à época (*newfoundland, beagle, spaniel, bulldog, terrier, shepherd dog e british bloodhound*) não apenas em relação a características físicas e funcionais, mas como animais morais, dotados de valores e modos específicos de comportamento (EDWARDS, 1800, p. 3), e o veterinário William Youatt (1776-1847), que com a obra “*The Dog*” (1845) transcendeu patologias caninas e modos de tratamento para também prefiar a descrição do que considerava serem as “variedades” caninas com relatos sobre sua história (YOUATT, 1854 [1845]), dando início a uma tradição persistente que atravessa as formas de se referir a cães e cadelas “de raça” desde então, da Grã-Bretanha ao Brasil.

de “aperfeiçoamento” (Ibidem, p. 59, tradução livre), Walsh importou alguns dos princípios e práticas usados na criação de outras raças animais e propôs o estabelecimento de padrões de conformação para “variedades” de cães (Ibidem, p. 19). Em uma série de artigos publicados no jornal *The Field*, Walsh apresentou sua proposta para dividir o corpo canino em partes (cabeça, estrutura, simetria geral, coloração, pelagem, etc.) e pontos (de 0 a 100) cuja relevância e qualidade de cada raça e exemplar poderia ser avaliada e quantificada nas exposições (Ibidem, p. 83). O primeiro padrão foi lançado em setembro de 1865 e se referia à raça *pointer*⁷⁵, inspirada em um cão de carne e osso de nome Sr. Smith’s Major, apresentado como *The Model Pointer* (WALSH, 1882 [1867]; WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 83). O mesmo se seguiu com outras variedades de cães ao longo de 1866. Ciente de que se tratava de um tema controverso, Walsh acreditou que esses padrões publicados no *The Field* seriam seus “primeiros rascunhos”, sendo os leitores encorajados a enviar comentários para contribuir com a definição desses padrões (Ibidem, p. 83-84, tradução livre). Por envolver diferenças sobre o que deveria ser considerado ideal em termos de cor, tamanho, pelagem, estrutura, crânio, movimentação, entre outros, aspectos divergências e disputas sobre os designs considerados “padrão” foram e ainda são uma constante na criação de cães e cadelas “de raça”.

Figura 8 - Ilustração de Sr. Smith's Major



Fonte: WALSH (1882 [1867], p. 88)

⁷⁵ A raça *pointer* é importante para a presente pesquisa, e é interessante ver sua parcela nessa história. Assunto para o **Capítulo 6, Seção 2**.

Buscando produzir um guia de referência para criadores, expositores e juizes, Walsh compilou padrões produzidos com base em experiências de criadores e campos de conhecimento como história, história natural, fisiologia, anatomia e arte (WORBOYS, 2019) e, em 1867, publicou “*The Dogs of the British Islands*” (WALSH, 1882). A definição de padrões baseados na conformação física teve como efeito uma busca cada vez maior por populações de cães com uma “aparência mais consistente e uniforme” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 84-85, tradução livre). Falando sobre a definição de um código de pontos para a “variedade” *basset bound* em 1889, o médico, criador e expositor Everett Millais (1829-1896) resumiu esse aspecto: com a redação e o estabelecimento de um padrão “todo criador teria o mesmo objeto em vista, a saber, a reprodução em vida de uma forma modelo”⁷⁶ (MILLAIS, 1889, p. 20, tradução livre). Enquanto a prática sistemática de acasalamentos seletivos entre cães e cadelas considerados parentes próximos (*inbreeding*) permitiu que populações reprodutoras fossem isoladas, fragmentadas e homogeneizadas de forma a se aproximar do modelo, o uso pontual de reprodutores com graus mais distantes de parentesco ou não aparentado (*outbreeding*) buscava mitigar efeitos colaterais relacionado ao excesso de consanguinidade.

Pouco a pouco a variedade e a gradação que antes lembrava um arco-íris foi sendo remodelada, cada vez mais se assemelhando às cores como dispostas em uma palheta com amostras de tintas, com um alto número de cores separadas e uniformes (WORBOYS, 2018; 2019; WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018). Para Worboys, Strange e Pemberton (2018, p. 55), o movimento de Walsh em direção a padrões de conformação teria iniciado o domínio de “raça” como forma de classificar e de criar cães, o que se acentuou com a “institucionalização das práticas culturais” que possibilitaram essa “remodelação” (Ibidem, p. 19, tradução livre).

Antes da hegemonia do londrino *The Kennel Club* por volta de 1880, “lutas contínuas por poder e influência” foram a tônica entre associações, sociedades e clubes de criadores concorrentes, a se ressaltar a rivalidade regional mantida com Birmingham e sua *National Dog Show Society*, Liverpool e seu *National Dog Club* e Nottingham e sua *National Canine Society* (Ibidem, p. 111, tradução livre). Livros de registro genealógico privados e exposições com avaliações prévias e também privadas, que em muitos casos desdenhavam da importância de padrões raciais em favor do “olho crítico” dos juizes, a exemplo da política da sociedade de Birmingham, dividiam opiniões. Sem me deter nos meandros dessas disputas regionais, me

⁷⁶ No original: “with it every breeder would have the same object in view, namely, the reproduction in life of the model form”

limito a atentar que, quando da conquista de sua hegemonia nacional, o *The Kennel Club* assumiu uma postura reguladora, partindo do pressuposto de que a competição seria a melhor forma de “melhorar” os cães do país:

[...] A política do clube poderia ser considerada darwiniana, ou melhor, baseada no Spencerismo Social, em homenagem a Herbert Spencer, que sistematicamente popularizou o evolucionismo competitivo como garantidor do progresso. Assumiu-se que as decisões dos juizes (seleção) identificariam os melhores (mais aptos) cães que iriam se reproduzir (sobrevivência), mas permitiria que as conformações mudassem (evoluissem) ao longo do tempo (Ibidem, p. 115-116, tradução livre).

Na análise desses historiadores, essa atitude *laissez-faire* do *The Kennel Club* gerou insatisfação entre parte daqueles envolvidos com a criação de cães com *pedigree*, inspirando a fundação de associações de canis especializadas em apenas uma “raça” (Ibidem, p. 133). Por volta de 1880, essas associações passaram a estabelecer padrões raciais, publicar seus próprios livros de registro genealógico, promover juizes e eventos, disputando autoridade sobre assuntos associativos e técnicos ligados às raças e cães com o *The Kennel Club*. A intensidade desse movimento fez com que, em muitos casos, o clube londrino cedesse, incorporando padrões e mantendo convênios para que seus juizes atuassem em eventos promovidos por ambas as associações. Essas tensões se desdobravam em debates públicos em jornais e revistas nacionais e locais na Grã-Bretanha, fossem especializados em cães ou não. Pela relevância da imprensa escrita, jornalistas como Hugh Dalziel (1879; 1881) e Vero Shaw (1881) passaram a ganhar o status de autores de referência, sobrepujando figuras como Walsh e outros com novos livros e artigos sobre raças e todos os aspectos da criação, alimentação, manutenção, tratamento e exibição de cães. Como é possível perceber ao longo da **Parte II** desta pesquisa, disputas entre associações de canis e o papel da imprensa periódica na produção e divulgação de conhecimentos e informações também são elementos relevantes para o estudo da história da criação e exposição de cães “de raça” no Brasil.

Entre o final do século XIX e início do século XX, a proliferação de associações e interessados na criação, exposição e comercialização de cães na Grã-Bretanha fez crescer também o número de raças caninas. Muitas vezes em resposta ao *lobby* de associações especializadas, o número de raças no livro de registro genealógico do *The Kennel Club* aumentou de quarenta em 1874 para cinquenta uma década depois e setenta e seis no início do século XX⁷⁷. Os gatilhos para essa diferenciação eram múltiplos, como interesses financeiros pelo arrendamento e venda de reprodutores, discordâncias cinológicas e políticas (como

⁷⁷ As exigências para aceite no livro de registro genealógico do *The Kennel Club* incluíam a posse de um número suficiente de cães para serem apresentados em exposições de forma regular, bons registros de linhagem e redação de um padrão racial.

dificuldades em chegar num acordo pelo padrão racial), seleção consciente de certos atributos físicos de reprodutores de raças diferentes (combinando características) ou por acaso (buscando dar continuidade a variações hereditárias inesperadas, mas apreciadas e valorizadas), importação de cães de outros países e interesse em recuperar “raças” supostamente extintas (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018).

4.3. AJUSTANDO A DOSE

O aparelhamento ou união sexual entre semelhantes tende a engendar descendentes semelhantes em tudo aos ascendentes. [...] Os individuos que nascem um dos outros são uniformes, e a uniformidade é ininterrupta; os caracteres typicos, bem como as variações accidentais, fixão-se e tornão-se transmissiveis. Se se perdesse de vista a faculdade persistente de grupos assim formados de transmittirem e perpetuarem por si mesmos os dotes adquiridos, poder-se-hia attribuir ao homem a criação de especies no genero, de raças na especie, de variedades na raça, e, enfim, de individuos excepcionais na variedade. Em todo caso a cooperação do homem nessa obra da criação é immensa, e é quando os animaes chegados ao monomorphismo, e ao enfraquecimento gradual, consequentemente da consanguinidade exagerada, elle, o homem, os salva da degeneração pelo cruzamento intercorrente. (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00311, p. 2)

O cruzamento é o aparelhamento de individuos de raças differetes, ou o processo que se emprega em zootechnia para conseguir-se a absorpção de uma raça por outra, ou corrigir os desvios do processo selectivo. [...] Chama-se cruzamento intercorrente o que se pratica durante uma operação selectiva para retemperar o sangue enfraquecido pelas reiteradas diluições ou dynamisações da consanguinidade. [...] (Ibidem, p. 2-3)

Quando uma raça tende a regenerar, revigora-se-lhe o sangue enfraquecido por meio de uma dose variavel de sangue puro. No primero grão de cruzamento a raça inferior adquire 1/2 de sangue puro, no segundo grão 3/4 de sangue, no terceiro de 7/8, no quarto 15/16, e assim por diante, de tal sorte que na decima geração o sangue puro fica representado pela fracção 1023/1024, e o sangue commum reduzido a 1/1024, ou a um millesimo (0,001) aproximadamente.

Para tornar comprehensivel essa especie de dosemetria do sangue, alguns professores usão da seguinte imagem ou comparação:

'Quando se introduz uma gotta de agua em um vaso cheio de qualquer outro liquido, de vinho, por exemplo, este perde a sua pureza.

Supponha-se que existe um reactivo capaz de combinar-se com a gotta de agua e separa-la do vinho, precipitando-a, quer por decantação, quer por filtração. Aplicado o reactivo, - o vinho voltará á sua pureza primitiva.'

Na physiologia da reproducção o vinho é o sangue puro, a gotta de agua - a mescla de sangue estranho e o atavismo o reactivo misterioso, que selecciona os caracteres puros da especie, o elimina tudo quanto lhe é estranho. (Ibidem, p. 2)

Enquanto essas edições do *Jornal do Commercio* circulavam na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, o mesmo conjunto de preocupações e soluções nela retratado estava sendo discutido por criadores, médicos e jornalistas britânicos. A história de uma variedade de cães e cadelas *basset*⁷⁸ ilustra bem essa afinidade. Por volta de 1860, criadores como Everett Millais,

⁷⁸ De acordo com o Basset Hound Owners Club (BHOC) da Grã-Bretanha, clube especializado na raça *basset hound*, o nome *basset* deriva do francês “*bas*”, algo como *baixo porte* ou *anão*, sendo aplicado a vários tipos de cães

Conde de Onslow e George Krehl importaram da França cães *basset*, se dedicando à reprodução, registro⁷⁹ e exposição. No entanto, pelo pequeno número de exemplares importados e o uso reiterado daqueles premiados em exposições como reprodutores⁸⁰, aspectos desta variedade como baixa fertilidade, ninhadas pequenas, alto índice de natimortos e vulnerabilidade constitucional à cinomose⁸¹ passaram a ser diagnosticados como efeitos de “degeneração por *inbreeding* sucessivo e excessivo” (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 733-734, tradução livre). Em “*The Theory and Practice of Rational Breeding*”, publicado em 1889, Millais (1889, p. 69, tradução livre) reconheceu que “se uma espécie, se uma variedade, se uma linhagem, se dois indivíduos permanecem isolados, eles eventualmente devem se deteriorar, degenerar e deixar de existir”. Se fosse o único e primeiro par, sugeriu Millais (1889, p. 69), nem Eva e Adão escapariam desse destino. Ainda assim, Millais defendia não existir motivo para prescindir do *inbreeding*, o qual acreditava ser prejudicial apenas se “levado longe demais”⁸² (Ibidem, p. 41).

As soluções propostas por ele para mitigar esses excessos seguiram os moldes da “dosemetria do sangue” apresentada por Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho no *Jornal do Commercio*. Nos capítulos V e VI de seu livro, Everett Millais (1889) apresentou o que chamou de sistemas de “Fator Igual” e “Fator Desigual”⁸³. Millais amparou sua teoria e prática na perspectiva de Francis Galton (1822-1911) sobre a hereditariedade (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 167). Segundo Valdeir Del Cont (2008), Galton defendeu que a herança seria mediada por partículas presentes no plasma germinativo. Ele acreditava que, obedecendo à proporção de 1/2 mãe e 1/2 pai, 1/4 avós e 1/4 avôs, 1/8 bisavós e 1/8 bisavôs e assim sucessivamente, cada progenitor transmitiria metade de suas partículas à próxima geração (DEL CONT, 2008, p. 214). A abordagem proposta por Millais seguia na esteira dessa leitura fracionária do hereditário. Tomando entidades genealógicas

com pernas curtas (*chiens bassets*) acionados para caça desde o período medieval na França (BHOC, 2021a). Esse clube se apoia na hipótese de que a população de cães assim reconhecida descendia de cães chamados de *St. Humbert bound* (em tradução livre, algo como *caçador de Santo Humberto*), criados por monges da abadia de Santo Humberto, em Ardenas (França) (Ibidem). A variação encontrada nesse tipo de cães seguia uma interpretação comum entre os séculos XVIII e XIX e era justificada por sua adaptação a diferentes atividades e ambientes (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 729-730).

⁷⁹ Juntos, esses três criadores colaboraram para criação de um clube especializado nos assuntos da raça, o *Basset Hound Club*, de 1884. O clube foi dissolvido no ano de 1921, tanto pelo declínio do registro de cães dessa raça durante a primeira guerra mundial, quanto por surtos de cinomose (BHOC, 2021b).

⁸⁰ O que costuma ser reconhecido como efeitos do “pai popular” (*popular sire*) (ARMSTRONG, 1997, n.p., tradução livre).

⁸¹ Doença viral altamente contagiosa causada pelo vírus da cinomose canina, um Morbillivirus da família Paramyxoviridae (SILVA et al, 2009, p. 644). Millais, em especial, fez campanhas em defesa da importância da prevenção e reivindicou reformas sanitárias em exposições caninas (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 169)

⁸² No original: “*if it is carried too far*”

⁸³ No original, “*equal-factor system*” e “*unequal-factor system*”.

(família, linhagem e variedade)⁸⁴ como unidades aritméticas ou alfabéticas (as quais sugeriu serem mais instrutivas para reflexão), Millais apresentou cálculos que ilustravam possíveis resultados de acasalamentos entre formas parentais distintas. Um cão da variedade “A” cruzado com uma cadela “B”, sugeriu como exemplo, produziria um “mestiço”⁸⁵ “AB” cuja explicação incluía analogias bem semelhantes àquelas feitas no *Jornal do Commercio*:

AB/2 não se parece mais com um de seus fatores do que com o outro; assemelha-se a ambos na proporção de seu valor em sua composição, e como cada um é 1/2, o poder hereditário de A e B será o mesmo; portanto AB/2, o produto será uma liga proporcional de ambos. Como uma experiência disso, deixe qualquer homem pegar um copo de água e um copo de vinho e depois misturá-los. O produto não é mais vinho, nem é água; é uma liga de ambos, uma composição das duas metades iguais, vinho e água.⁸⁶ (MILLAIS, 1889, p. 30, tradução livre)

Nesse exemplo, o acasalamento de cães e cadelas de “variedades” distintas teria resultado em uma “composição de metades iguais”. Para ele, o cenário seria diferente se algum cão da variedade “AB” fosse acasalado com um exemplar “AC”. Como ilustrou por meio de uma equação (**Figura 9**), Millais inferiu que, pelo fator “A” estar em maior “proporção” hereditária que “B” e “C”, a aparência de “A” tenderia a preponderar na prole resultante. Diferente de quando se unem fatores iguais, Millais indicou que “quanto maior for feito o fator [A], maior será a semelhança da unidade com o tipo representado por A”⁸⁷ (MILLAIS, 1889, p. 37). Desse princípio advinha a potência do *inbreeding*. Para Millais (1889, p. 52, tradução livre), “se um tipo é resultado de maior *inbreeding* do que o outro, o poder hereditário das unidades desse tipo é maior; consequentemente, embora o produto de dois tipos diferentes seja um composto, uma preponderância em favor do tipo que é o resultado de uma grande desproporção de fatores será encontrada no composto”⁸⁸.

⁸⁴ Em seu livro, Millais sugeriu que todo “indivíduo” pertencia a uma “família”, famílias a uma “linhagem”, linhagens a uma “variedade”, variedades a uma “espécie” e espécies a uma “ordem” (MILLAIS, 1889, p. 14). Para ele, ao descrever um indivíduo, consequentemente “também descrevemos a família, linhagem e variedade da espécie a que pertence” (MILLAIS, 1889, p. 14, tradução livre). No original: “we also describe the family, strain, and variety of the species he belongs to”.

⁸⁵ No original: “mongrel”.

⁸⁶ No original: “AB/2 does not resemble one of its factors more than the other; it resembles them both in proportion to their value in its composition, and as each is 1/2, the hereditary power of A and B will be the same; therefore AB/2, the produce, will be an alloy of them both equally. As an experiment of this, let any man take a glass of water and a glass of wine, then mix them. The produce is no longer wine, nor is it water; it is an alloy of both, a composition of the two equal halves, wine and water.”

⁸⁷ No original: “the higher the factor is made the greater will be the resemblance of the unit to the type represented by A.”

⁸⁸ No original: “if one type be the result of greater *inbreeding* than the other, the hereditary power of the units of that type is greater; consequently, although the produce of two differing types is a composite, a preponderance in favour of the type which is the result of great inequality of factors will be found in the composite”.

Figura 9 - Ilustração da equação sugerida por Millais

$$\begin{array}{l} A \} \frac{AB}{2} \\ B \} \\ A \} \frac{AC}{2} \\ C \} \end{array} \left\{ \frac{A_2BC}{4} \right.$$

Fonte: Millais (1889, p. 36)

Millais sugeriu que o mesmo princípio tornaria possível amenizar os efeitos do *inbreeding* excessivo. Em seu livro, Millais (1889) tomou a variedade *basset* como exemplo e relatou alguns dos cruzamentos que, entre 1870 e 1890, conduziu com indivíduos de outras variedades, como *spaniel*, *beagle* e *bloodhound*. O acasalamento entre exemplares *basset* e *spaniel*, por exemplo, produzia uma prole considerada 1/2 *basset* e 1/2 *spaniel*. Quando essa prole resultante era acasalada com um exemplar das variedades das quais descende, como *basset*, Millais inferiu que o fator *basset* cresceria de forma proporcional à redução do fator *spaniel*, ficando 3/4 *basset* e 1/4 *spaniel*. Insistindo no aumento do “fator” *basset* de geração em geração, o “fator” *spaniel* seria diluído a um oitavo, um dezesseis avos e assim sucessivamente, chegando a quase um milésimo em dez gerações (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 733). Com esse ajuste, Millais (1889, p. 40-41) acreditava que o fator de qualquer variedade poderia ser “atenuado” até perder “seu poder hereditário” e retornar “ao tipo original de um dos protótipos”⁸⁹, princípio que também se estendia as demais entidades genealógicas, como “famílias” e “linhagens” de uma mesma “variedade”.

Millais abordou esse e outros temas na palestra “*Dois problemas da reprodução*”⁹⁰ proferida no Hospital St. Thomas (Londres, Reino Unido) em 1895, na qual também relatou o “experimento 12”, em que acasalou um cão *basset* de nome *Nicholas* e uma cadela *bloodhound* de nome *Inoculação*. Com objetivo de aumentar as chances de concepção e superar as diferenças de altura entre o par reprodutor, Millais fez uso de técnicas de inseminação artificial, coletando o sêmen de *Nicholas* e inserindo em *Inoculação*⁹¹ por meio de uma seringa. O objetivo era “introduzir sangue novo” e “aumentar o tamanho” da variedade *basset* (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 734, tradução livre). Se a escolha da variedade *bloodhound* foi justificada pelo semelhante espírito de caça e formato de cabeça, a escolha por *Nicholas* foi justificada pelo alto grau de consanguinidade identificado nas sete gerações ascendentes

⁸⁹ Na passagem original: “*The unit produced would in a short time return to basset type, since the factor representing the spaniel prototype would be reduced, attenuated, and, in consequence, lose its hereditary power entirely. / In conclusion, then, the units would return to the original type of one of the prototypes.*”

⁹⁰ No original: “*Two problems of reproduction*”.

⁹¹ Dada a opção inovadora pela inseminação, talvez não fosse casuístico o batismo dessa cadela de raça *bloodhound* como *Inoculação*, do latim *inoculatio*ne, algo como “enxerto”, ato ou efeito de introduzir ou fazer entrar algo.

registradas em seu *pedigree*. De seus 128 ancestrais, Millais identificou a repetição reiterada de oito nomes, sendo “quase metade” do sangue atribuída ao cão de nome *Fino de Paris*, importado da França à Grã-Bretanha por George Krehl (Ibidem, p. 734-735). Pela proporção desigual desse antepassado, Millais acreditava que o alto grau de *inbreeding* revelado no registro do *pedigree* de *Nicholas* aumentava seu poder hereditário.

Figura 10 - Ilustração de cães *basset bound* de George Krehl, nessa ordem: Jupiter, Fino de Paris e Pallas



Fonte: Shaw (1881, p. 336-337)

O *crossbreeding* entre *Nicholas* e *Inoculação* produziu doze filhotes, mas foi marcado por um parto via cesariana e a morte de *Inoculação*. Todos filhotes dessa ninhada eram anatomicamente parecidos com *Nicholas*, ainda que tivessem as cores de sua mãe. Millais se valeu das mesmas técnicas e acasalou uma cadela desta ninhada de nome *Rickey* com um cão *basset* “puro” de nome *Champion Forrester*, pai de *Nicholas*. Dessa cruzada nasceram sete filhotes considerados 3/4 *basset* e 1/4 *bloodhound*, todos com anatomia *basset* e apenas um sem sua coloração considerada típica. Na sua avaliação, a cada geração que o fator *basset* era aumentado, a forma física dos filhotes resultantes se movia em direção ao padrão de conformação de *Fino de Paris* que considerava encarnado em *Nicholas* (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 171; PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 735). Feitos mais dois cruzamentos nesses moldes, Millais avaliou que a ninhada então retratada como 15/16 *basset* e 1/16 *bloodhound* já não poderia mais ser distinguida de exemplares *basset* considerados “puros”. Após experimentos e insucessos com efeitos deletérios para alguns reprodutores e filhotes,

Millais concluiu que, seguindo os princípios para uma “criação racional”, em poucas gerações criadores podiam reestabelecer a conformação de uma variedade “sem danificar ou alterar o tipo existente” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 171).

Figura 11 – Ilustração de um exemplar *bloodhound*, de nome Don, de Mrs. Humphries



Fonte: Shaw (1881, frontispiece)

Com seu “experimento 12”, Millais tentou demonstrar que reprodutores que importam ou são significativos em suas contribuições para o “patrimônio genético” de uma variedade, a exemplo de *Fino de Paris* e *Nicholas*, frutos de alto nível de *inbreeding* e *line breeding*, conseguiriam imprimir seu tipo a despeito de um *crossbreeding* pontual, tornando “eficaz” – ao menos no sentido atribuído por Marcel Mauss (2003 [1934], p. 407) – que certo padrão físico e comportamental seja reestabelecido e materializado de forma mais ou menos semelhante de geração em geração. Entre 1884 e 1896, Millais promoveu outras 17 “experimentos” nesses moldes, material que foi apresentado por Francis Galton na *The Royal Society of London for Improving Natural Knowledge* em 1897 (PEMBERTON, WORBOYS, 2015, p. 734), quando, um ano após a morte de Millais, o ideólogo da eugenia se valeu do registros genealógicos dos *basset's* deste a fim de amparar sua discussão sobre hereditariedade (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 167-168).

Exemplar de “nós interespecíficos” que exploro com mais ênfase no **Capítulo 7**, as trocas entre Millais e Galton parecem ilustrativas dos modos pelos quais “a ciência da criação de animais foi influenciada e, por sua vez, ajudou a moldar o pensamento darwinista social e as ideias eugênicas” que contribuiu “para o aumento das ansiedades nacionais sobre a

preservação e a melhoria da ‘higiene racial’ de humanos e animais” (SKABELUND, 2011, p. 8, tradução livre). O próprio Millais sublinhou essa ansiedade e a proximidade dessas ideias. Respondendo dúvidas sobre a prepotência de cães “selvagens” e “domesticados” em sua palestra no Hospital St. Thomas, Millais afirmou existir

[...] apenas uma resposta para isso, se tem a ver com o homem ou com os animais inferiores, e ela é que os animais domésticos e o homem branco – isto é, os tipos superiores de homem – são de criação mais recente da evolução do que o selvagem ou o negro; consequentemente, seu tipo é menos fixo do que os mais antigos, e quando em qualquer circunstância eles são cruzados, o tipo mais novo desce antes do antigo. [...] Se um homem deseja ter sucesso como criador, ou melhor, como um "cross-breeder" tal qual me propus ao cruzar o basset e o bloodhound, ele deve, até certo ponto, estar familiarizado com tais questões.⁹² (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 171-172, tradução livre)

Millais não era o único preocupado com esse tipo de questão. Em troca de correspondências com criadores de animais, Charles Darwin buscava tirar dúvidas sobre os resultados da reprodução sexuada entre formas parentais não apenas distintas em aparência, como em antiguidade. Em “*Questões sobre a reprodução de animais*”, traduzido por Luis Ernesto Arruda Bezerra e Gustavo Arruda Bezerra (2020, p. 1317-1318), Darwin sistematizou algumas perguntas a criadores:

[...] para dar um exemplo extremo, podemos presumir que um *dingo australiano* é uma raça mais antiga do que um cachorro *pug*: se ambos fossem cruzados com cadelas *Spaniel*, a ninhada, em um caso, seria mais parecida com a australiana do que, no outro caso, o pug; e por mais que assim seja, o pug ou o caráter australiano seria mais persistente em circunstâncias semelhantes em gerações sucessivas? Como seria isso nas várias raças de gado? Assim, se um touro (ou vaca) de uma raça que há muito era conhecida por ser branca com chifres curtos, fosse cruzado com uma vaca preta com chifres longos, (ou touro, se o primeiro fosse uma vaca) que tivesse surgido acidentalmente de alguma raça, não caracterizada assim, haveria alguma inclinação marcada no caráter dos bezerros para um dos lados; ou as gerações sucessivas teriam uma tendência mais forte a reverter para um do que para o outro lado? Por favor, mencione em detalhes quaisquer casos que você possa estar familiarizado.

Darwin estava curioso sobre aquilo que chamou de “Lei de Yarrell” (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 162-163). William Yarrell (1784-1856) foi um zoólogo britânico, amigo e correspondente de Darwin. Semelhante à associação entre maior antiguidade e maior poder hereditário feita por Millais, Yarrell defendia que, no cruzamento entre variedades ou raças, a considerada mais antiga tendia a mostrar domínio sobre os descendentes (BEZERRA; BEZERRA, 2020). Como busco elaborar no próximo capítulo, esse

⁹² No original: “There is but one answer to this, whether it has to do with man or the lower animals, and that is, that the domestic animals and the white man—that is, the higher types of man,—are of newer creation of evolution than the wild or dark; consequently their type is less fixed than the older ones, and when they by any circumstances are bred together the newer type goes down before the old. [...] If a man wishes to succeed as a breeder, or, rather, as a cross-breeder with such as I entertained when crossing the basset and the bloodhound, he must, to a certain extent, be conversant with such questions.”

conjunto de preocupações ganha contornos particulares a luz da história do Brasil entre os séculos XIX e XX, especialmente no que se refere ao desejo de controlar o resultado de acasalamentos entre diferenças que eram reivindicadas.

Se comparado ao final do século XIX retratado até o momento nessa seção, muita coisa mudou entre os séculos XX e XXI, a exemplo da própria consolidação da genética como ciência. Preocupações com *inbreeding* excessivo, porém, atravessaram o tempo, ainda que os modos pelos quais esse tipo de questão seja tematizado e atenuado ganhe novos contornos. Um exemplo interessante é o texto “*Significant Relationships*” de John Armstrong (1998), ex-professor de biologia e genética na University of Ottawa (Canadá). Armstrong viveu uma vida dedicada à ciência e ao amor por cães, especialmente de raça *poodle*. Como Millais, Armstrong também nutriu preocupações pelo excesso de acasalamentos consanguíneos e seus efeitos em termos de saúde e bem-estar dos cães que criava. Trazendo essas experiências para o conhecimento genético de seu tempo, Armstrong valorizou tecnologias não tão novas, como o *coeficiente de inbreeding* ou *consanguinidade* proposto pela primeira vez por Sewell Wright em 1922, como forma de examinar e trabalhar para tentar mitigar esses problemas (ARMSTRONG, 1998, s.p., tradução livre). Nas suas palavras:

Se houver dados suficientes disponíveis, uma maneira de determinar a importância de um ancestral é calcular sua contribuição percentual para os cães atuais. A % de contribuição (também conhecida como porcentagem de sangue) é determinada pela forma como os genes são passados dos pais para a progênie. Um indivíduo herda um conjunto de cromossomos, e os genes que eles carregam, de seu pai, e um segundo conjunto homólogo (equivalente), de sua mãe. Assim, cada ancestral contribui com 50%. Como os pais em qualquer geração sempre contribuem com 50% de seus genes para sua progênie, parece razoável esperar que 25% venham de cada avô, 12,5% de cada bisavô e assim por diante. No entanto, uma vez que passamos pelos pais, estamos lidando com probabilidades, não com certezas. Isso não é como misturar tinta! Quando o pai te passa um conjunto de cromossomos, eles incluirão uma seleção de cromossomos herdados de ambos os ascendentes, mas não há garantia de que a seleção será exatamente igual. Existe até uma pequena chance (muito pequena) de que ele transmita apenas as de um de seus pais.

No momento em que recuperamos 10 gerações, a contribuição de cada um dos 1.024 ancestrais seria, em teoria, um pouco menos de 0,1%. No entanto, no pedigree do cão de raça pura comum, raramente existem mais de 100-200 nomes diferentes e alguns aparecem 50 vezes ou mais. Esses são os ancestrais significativos que fizeram as principais contribuições genéticas (ARMSTRONG, 1998, n. p., tradução livre⁹³).

⁹³ No original: "If sufficient data is available, one way of determining the significance of an ancestor is to calculate his percent contribution to the current dogs. The % contribution (aka percentage of blood) is determined by the way genes are passed from the parents to the progeny. An individual inherits one set of chromosomes, and the genes they carry, from his or her sire and a second, homologous (equivalent) set from the dam. Thus, each parent makes a 50% contribution. As the parents in any generation always contribute 50% of their genes to their progeny, it seems reasonable to expect that 25% will come from each grandparent, 12.5% from each great-grandparent, and so on. However, once we are past the parents, we are dealing in probabilities, not certainties. This is not like mixing paint! When dad passes you one set of his chromosomes, they will include a selection of ones inherited from both his parents, but there is no guarantee that the selection will be exactly equal. There is even a small chance (very small) that he will pass on those from only one of his parents."

A ideia de que esse exame da ancestralidade e sua contribuição “não é como misturar tinta” é interessante. Essa passagem não apenas relativiza e mina a força de lei como supunha Francis Galton, como retoma a metáfora do arco-íris e da amostra de tintas proposta por Worboys, Strange e Pemberton (2018) para explicar o “antes” e “depois” da adesão do conceito de “raça” na criação de cães na Grã-Bretanha. Ciência, saúde e “raça” se entrelaçam e atravessam um século, sem com isso deixar para trás preocupações, práticas e metáforas sobre “sangue”. Embora Everett Millais tenha tido pouco sucesso em convencer outros criadores de cães “de raça” sobre seus métodos para contornar o *inbreeding* excessivo e em campanhas para livrar as exposições caninas da cinomose, frustração que motivou seu afastamento do *The Kennel Club*, seus esforços para fundir ciência e saúde na criação de cães foram pioneiros (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 182).

O nome de Everett Millais circulou inclusive em jornais publicados na década de 1950 no Brasil, ainda que menos para tratar da promoção de saúde e mais para valorizar seu pioneirismo na prática da inseminação artificial em cães. Um exemplo é o texto “*Inseminação artificial em cães*” publicado na coluna *No mundo dos cães* do jornal carioca *Correio da Manhã* (1955, edição 18994, p. 2), sob autoria de Antônio Barone Forzano, professor de histologia e fisiologia (AMVERJ, 2010) e décadas mais tarde presidente do Brasil Kennel Club (BKC), quando Millais foi lembrado pela realização de seu “experimento 12”. Essa lembrança não arrefeceu ao longo do tempo. Mais de 60 anos depois, um documento produzido pelo Conselho de Árbitros da Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) em 2017 com objetivo de instruir árbitros que julgassem cães *basset bound* em exposições promovidas pelo sistema FCI/CBKC sugeriu que, “com a exceção de suas pernas curtas, na aparência e temperamento, o Basset Hound se assemelha a uma versão reduzida de seu primo, o Bloodhound” (CBKC, 2017c, p. 1). Se raças são feitas por acasalamentos entre parentes, acasalamentos entre representantes de raças consideradas distintas pode fazer raças parentes. Ver a criação de cães e cadelas “de raça” como um “aparato de produção de parentesco” (HARAWAY, 2021a, p. 107-108) parece fazer bastante sentido.

By the time we get back 10 generations, the contribution from each of the 1024 ancestors would, in theory, amount to slightly less than 0.1%. However, in the pedigree of the average purebred dog, there are seldom more than 100-200 different names and some appear 50 times or more. These are the significant ancestors that make the major genetic contributions."

PARTE II - RAÇA, SANGUE E NAÇÃO

Toda a história é sobre *gerúndios* - mundificando, corporificando, tudo-ndo [*worlding, bodying, everything-ing*]. As camadas são herdadas de outras camadas, temporalidades, escalas de tempo e espaço, que não se encaixam perfeitamente, mas que têm geometrias estranhamente modeladas. Nada começa do zero. Mas o jogo - e acredito que o conceito de jogo é incrivelmente importante nisso tudo - propõe algo novo, quer seja o jogo entre cachorros ou entre cientistas em seu campo de ação. (WEIGEL; HARAWAY, 2022, n. p., *grifo original*)

Enquanto consultava jornais, revistas e livros em bibliotecas virtuais, fui sendo capturado pela curiosidade de conhecer o que e de que maneiras interessados em cães e “raças caninas” no Brasil (como criadores, caçadores, veterinários, jornalistas, etc.) escreveram sobre dois aspectos em particular: categorias e hipóteses que tentassem explicar a diversidade da espécie canina; e aspectos organizacionais, retóricos e práticos considerados necessários para emergência e continuidade de “raças caninas”. A ideia nunca foi fazer uma exegese, selecionar definições e interpretações mais ou menos fiéis, métodos ou procedimentos mais ou menos adequados, nada disso. Essa curiosidade se apoiou na convicção teórica de que termos como *pastor alemão, bulldogue, fila brasileiro* e outros não são nomes inerentes a determinadas populações de cães e cadelas “por natureza” ou de uma vez por todas, mas categorias adotadas por pessoas historicamente situadas com o objetivo de designar, criar e se relacionar com cães e cadelas. Na pista do que propôs a antropóloga Anna Tsing (2019, p. 176), estava interessado em interrogar o que dizia respeito à ligação “entre conceituar e fazer o mundo”. Por meio de três capítulos, nessa parte apresento algumas das histórias e lições que aprendi enquanto seguia o rastro dessa curiosidade.

5. ASSOCIAÇÕES DE CANIS, SEUS DISPOSITIVOS E A “POLÍTICA CANINA” (1910-1980)

5.1. A EMERGÊNCIA DO BRASIL KENNEL CLUB E SEUS DISPOSITIVOS

A história de associações de canis no Brasil pode ser rastreada na década de 1920. Não que a criação de cães e cadelas no Brasil inexistisse até o período, muito pelo contrário. Em edições de periódicos veiculados ao longo do século XIX e no início do século XX, é possível encontrar artigos escritos por entusiastas da criação, peças publicitárias veiculados por canis e anúncios em classificados que descreviam, ofereciam e procuravam cães de todos os tipos, raças e variedades. A despeito da ausência formal de associações de canis, ideias e

dispositivos importantes para criação registrada de cães e cadelas “de raça” já vinham sendo debatidas e idealizadas.

Como exemplo destaco um informe publicitário promovido pelo “*Canil ‘La Paloma’*” na trigésima sexta edição do periódico *O Criador Paulista: periódico de divulgação científica para pecuaristas*⁹⁴ (São Paulo, SP). Segundo esse informe, o canil se dedicava à criação de cães de raça para caça, seguindo o “systema inglez” e os “princípios e as normas mais modernas” (O CRIADOR PAULISTA, 1910, edição 00036, p. 735-736). Após comentários relativos à infraestrutura, o canil é exaltado por ter importado da Europa “esplendidos exemplares” de raça *pointer, setter-gordon, irlandezes e laverak* “para reprodução” (Ibidem, p. 735), muitos deles vencedores de exposições organizadas na Inglaterra, Áustria, Suíça e Itália, por isso “reprodutores que honram o canil ‘La Paloma’, que cuida essencialmente em criar com paixão e entusiasmo cães de raça, para caça e em melhorar as raças caninas do Brasil” (Ibidem, p. 736). Após reforçar que “todos os reprodutores” do canil seriam “puros” e “importados da Europa”, o texto anuncia que o “estabelecimento fornece os seus ganhões para cobertura de cadellas puro sangue e de boas raças mestiças, vende cães importados ou filhos de paes importados, com pedigrees garantidos, e fornece a pedido dos moradores, informações e instruções” (Ibidem, p. 736). Inspirado no modelo inglês, preocupações com *pedigree*, ideias sobre pureza e mestiçagem, e a conformação de um mercado de estoque de “sangue” já ocupava algum espaço no discurso público.

Abordando a inauguração da “V Exposição de Aves, Cães e Gatos” promovida pela Sociedade Nacional de Avicultura em primeiro de setembro de 1918, o texto “*Os cães de raça e o ‘Dog-book’*” veiculado no jornal *A Época*⁹⁵ (Rio de Janeiro, RJ) é mais um exemplo dessa presença. Publicado sem referência ao autor, a matéria narra os meandros dessa exposição e, para meus interesses, torna pública a percepção de membros dessa sociedade de que, como “entre nós muita gente ha que se dedica, com todo o carinho, á reprodução e á pureza das raças caninas, bem lembrada foi a criação de um ‘Dog-Boock’” (A ÉPOCA, 1918, edição 02240, p. 2). Inspirado pelos moldes daquilo que, segundo o jornal, vinha sendo organizado na Argentina, dirigentes dessa sociedade passaram a considerar a possibilidade de reunir criadores de cães no país e organizar um livro de registro capaz de “estabelecer a genealogia canina”, onde “far-se-á então o registro official dos cães e raças”, ainda que para isso fosse

⁹⁴ Periódico mantido e publicado pela Secretaria de Agricultura de São Paulo entre 1906 a 1933. Seu objetivo era “melhorar o setor zootécnico”, para isso publicando artigos que tratassem temas relativos à “criação de animais, medicina veterinária, importação de animais, pastagens e exposições de animais e de produtos de origem animal” (WELTMAN, 2008, p. 121).

⁹⁵ Jornal de publicação diária lançado no Rio de Janeiro (RJ) em 31 de julho de 1912. Propriedade da Sociedade Anônima *A Época*, teve como primeiros editores figuras como Vicente de Toledo de Ouro Preto, Vicente Ferreira da Costa Piragibe e J. B. Câmara Canto (BND, 2014)

necessária certa engenharia política para obter “aprovação do governo, por intermédio do Ministério da Agricultura” (Ibidem, p. 2). Semelhante à história britânica, exposições de cães e cadelas “de raça” também foram organizadas junto de eventos dedicados a outros animais, já possuidores de associações organizadas que se dedicavam a sua promoção. Sob forma de preocupação com a “pureza” dos cães da nação, o registro e a certificação pública de genealogias era aventado como possibilidade.

Não tardou para essas ideias serem postas em prática. Sob iniciativa da Liga Internacional de Assistência aos Animais (FON FON, 1922, edição 0045, p. 61) e pessoas como Raul Peixoto, João Luso, Heitor Mello e Domingos Lino Gaspar⁹⁶, no dia 10 de novembro de 1922 foi fundado o Brasil Kennel Club (doravante, BKC) (VIDA DOMESTICA, 1929, edição 00137, n. p.; FAUNA, 1947, edição 0012, p. 21-23; JORNAL DO BRASIL, 1984, edição 00275, p. 5, Caderno B). Com sede na cidade do Rio de Janeiro, o BKC era uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos⁹⁷. Como retratado no texto “*A fundação do 'Kennel Club' da Inglaterra e do 'Brasil Kennel Club'*” publicado no periódico *Vida Domestica: Revista do Lar e da Mulher*⁹⁸ (Rio de Janeiro, RJ), sua fundação levou à organização de um “Registro genealógico” de cães, ou seja, o Dog Book Brasileiro” (VIDA DOMESTICA, 1929, Edição 00137, s. p.). Cabia a esse clube assegurar esse registro e prestar informações “com detalhes a todas as pessoas que recorrem á sua secretaria, favorecendo, igualmente, o seleccionamento, pelos cruzamentos, das mesmas raças” (Ibidem). Enquanto possibilidades de acasalamentos como aquelas oferecidas pelo canil ‘*La Paloma*’ parecem gradualmente perder espaço no discurso público, a prática de registrar a ascendência em um livro foi institucionalizado como dispositivo para ateste da origem familiar, “pureza” e seleção de cães e cadelas para reprodução.

⁹⁶ Uma fotografia deles pode ser consultada na revista Fon Fon (Rio de Janeiro, Brasil) de 17 de novembro de 1923 (FON FON, 1923, edição 00046, p. 45)

⁹⁷ Em 21 de dezembro de 1929 o BKC e a Liga Internacional de Assistência aos Animais foram considerados de “utilidade pública”, ficando isentos de pagamento de todos os impostos, licenças e outras quaisquer taxas municipais” (COLLEÇÃO DE LEIS MUNICIPAES E VETOS, 1929, edição 00053, p. 318). Disponível em: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq="ken-nel"&pasta=ano%201922&hf=memoria.bn.br&pagfis=11522](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=)>.

⁹⁸ Periódico fundado em março de 1920 pelo jornalista Jesus Gonçalves Fidalgo, repórter fotográfico com passagem pelo carioca *Jornal do Brasil*. Publicado até a década de 1960, essa revista tinha como público-alvo a mulher, alternando entre “discursos que significavam as mulheres como mães, esposas e donas de casa” ou “como a feminista, a melindrosa, a moça independente, a emancipada, a trabalhadora, a mulher moderna e a consumidora” (CARDOSO, 2009, p. 105).

Figura 12 - Ilustração do Brasil Kennel Club



Fonte: *Vida Domestica* (1929, edição 00137, n. p.)

A interpretação era de que, com a fundação do BKC, o Brasil seguia aquilo que vinha florescendo nos “centros civilizados”:

[...] são inúmeras as sociedades caninas que florescem nos vários centros civilizados, sociedades essas que têm diversas finalidades, mas sobretudo a de zelar pela pureza das múltiplas raças caninas. O nosso país não podia fazer exceção e assim é que possui o já bem conhecido Brasil Kennel Club [...] (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 21)

Essa passagem foi publicada em dezembro de 1947, em artigo intitulado “O Brasil Kennel Club, a Maior Entidade Cinofila do País”, publicado na edição número doze da *Fauna: revista mensal de caça, pesca, cães, tiro e aventuras em geral*⁹⁹ (São Paulo, SP). Entre outros tópicos, esse artigo também reproduz o “Regulamento” que criadores precisavam observar para fazer o registro genealógico de seus cães e cadelas junto ao BKC. Após conduzir um acasalamento e apresentar à secretaria do clube a “comunicação” e o “atestado de cruza”, ambos “com assinaturas e firma reconhecida” dos proprietários do par reprodutor¹⁰⁰, dois tipos de registros eram facultados a um “criador” (termo pelo qual o clube identificava o proprietário da cadela¹⁰¹) associado: no “Livro de Registro Genealógico” e no “Livro de Registro Inicial de Origens” (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 22).

⁹⁹ Fundada em 1942 por iniciativa de Thomaz D'amato, a revista de publicação mensal *Fauna: revista mensal de caça, pesca, cães, tiro e aventuras em geral* se ocupou de temas relacionados a atividades cinegéticas e a fauna brasileira. Com sucursais em cidades como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Curitiba, São Luís, Recife, Porto Alegre, Campo Grande, Natal e Manaus, a revista tinha sua redação e administração em São Paulo, contando com D. A. Severi como diretor responsável. Entre 1943 e 1968, a revista publicou anúncios comerciais e artigos sobre temas como armamento, munição e tiro, descrições de espécies para caça (veados, perdizes/perdigões, etc.) ou outras da fauna nacional, divulgação de temporadas de caça, de associações de caça e seus eventos, escritos sobre a contribuição de cães (geralmente de raça) para o exercício cinegético, exposições caninas e temas ligados à criação (saúde, alimentação, entrevistas), informações sobre pesca, pombos correio e assuntos correlatos ligados à vida rural.

¹⁰⁰ Conforme o regulamento, ao presidente do BKC era facultado “mandar verificar a exatidão dos dados fornecidos, podendo notificar ao criador, em caráter reservado, sempre que julga necessário, exigindo para o próximo acasalamento aviso prévio de cruzamento, para que seja testemunhado, sob pena de não ser concedido o registro” (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 22).

¹⁰¹ Isso se reflete no nome atribuído aos exemplares registrados, nos quais o prefixo ou o sufixo seria o nome do canil deste.

Em teoria, poderiam ser inscritos no Livro de Registro Genealógico aqueles/as que possuísem ao menos “três gerações anteriores imediatas ou mais” registradas junto ao BKC ou “certificados” equivalentes que estivessem autenticados por entidades conveniadas à francesa Federação Cinológica Internacional (FCI), ao britânico *The Kennel Club* ou ao norte-americano *American Kennel Club* (AKC) (Ibidem). Para registrar um cão ou cadela no Livro de Registro Inicial de Origens, por outro lado, as exigências incluíam ao menos “uma ou duas gerações anteriores imediatas” registradas no BKC e ser considerado um “exemplar rigorosamente padrão com todas as características da raça respectiva”, avaliação “a juízo de uma comissão especialmente nomeada pelo Presidente e de que farão parte um Juiz especializado e um Diretor” (Ibidem). Se no primeiro caso a ancestralidade registrada parece bastar como critério para certificar um exemplar como “de raça” e emitir seu *pedigree*, no segundo, a ancestralidade apenas parcialmente registrada exigia a coordenação com avaliações feitas por uma comissão e características consideradas “padrão” para cada raça canina.

Ao descrever o conjunto de características físicas e mentais esperadas em cada raça canina, o “*standard*” ou documento de “padrão racial” era usado como parâmetro na avaliação feita por essa comissão do BKC. Boa parte de textos sobre cães e raças publicados em periódicos veiculados nas regiões sul e sudeste entre 1920 e 1980 consultados na BND oferecem a reprodução integral destes “padrões” ou mesmo descrições análogas em termos de retórica e forma, ainda que diversas em conteúdo. Como exemplo cito texto de Gil de Magalhães, representante e juiz de exposições do BKC desde sua fundação (VALLE, 1981), publicado no jornal *Correio da Manhã*¹⁰² (Rio de Janeiro, RJ) em 08 de agosto de 1926. Na mesma página das seções de agricultura e outros esportes (como futebol e corrida de cavalos), Gil de Magalhães descreveu o “*standard*” da raça *pastor Grænendael*. Além da ilustração de um exemplar desta raça sentado, Gil de Magalhães relata sua “origem belga” e descreve suas supostas “qualidades phisicas e moraes”, incluindo aparência geral, cabeça, crânio, nariz, olhos, focinho, pescoço, ombros, peito, barriga, coxa e nádega, perna, jarrete, pés, cauda, pelagem, cor, altura, peso, variedade (cão *pastor Terrueneren*, do qual diferiria pela cor) e “defeitos” que deveriam ser evitados, como orelhas caídas, focinho curto e cor branca (CORREIO DA MANHÃ, 1926, edição 09677, p. 14).

Essa forma de descrever “raça” com base na origem e na decomposição de uma versão padrão do corpo canino me parecia reverberar ideias de séculos anteriores e nomes como Conde de Buffon, William Youatt, John Henry Walsh e outros. No Brasil, ela precedia

¹⁰² Jornal fundado pelo advogado Edmundo Bittencourt e lançado em 15 de junho de 1901 no Rio de Janeiro (BND, 2020a).

inclusive a própria institucionalização da criação de cães e cadelas “de raça” com *pedigree*. Para citar um exemplo, apresento uma ilustração publicada em 1906 no *Jornal do Brasil*¹⁰³ (Rio de Janeiro, RJ), onde a fragmentação do corpo canino é apresentada como recurso para análise e seleção de um “bom exemplar”:

Figura 13 - Fragmentação do corpo canino como recurso para análise e seleção de um “bom exemplar”



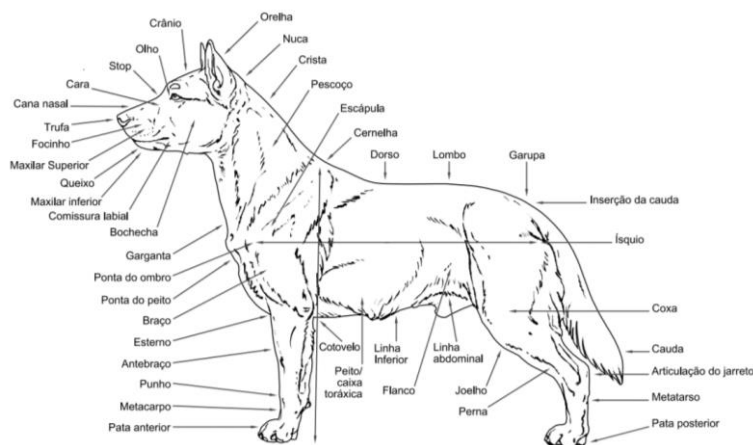
Fonte: *Jornal do Brasil* (1906, edição 00280, n. p.)

Ao mesmo tempo em que tipifica e normatiza diferenças estabelecidas, o padrão de uma “raça” instrui quem consulta sobre o que procurar em um cão ou cadela de carne e osso. Ainda que no ano de 1924 o BKC projetasse se filiar ao *The Kennel Club* da Grã-Bretanha, o que conforme avaliação em jornal coroarria “a perseverança de seus esforços como obra de engrandecimento e patriotismo” (JORNAL DO BRASIL, 1924, edição 00269, n. p.), na década de 1940 o BKC já estava filiado à FCI (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 21), fazendo com que diretrizes, regulamentos e “padrões” raciais controlados e certificados pela FCI fosse adotados pelo BKC. Isso se seguiu com a Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) que, na década de 1980, deu continuidade a esse convênio firmado pelo BKC. Sua durabilidade pode ser observada em padrões certificados pela FCI e adotados pelo CBKC ainda

¹⁰³ Jornal diário Fundado no Rio de Janeiro (RJ) em 9 de abril de 1891 por Rodolfo de Sousa Dantas e Joaquim Nabuco (BND, 2015b).

quando da redação e última revisão desta pesquisa em 2023¹⁰⁴. Além de ilustrações, esses documentos esmiúçam em forma de texto o que seria o “arquétipo de uma raça” (FCI, s/d, p. 1, tradução livre), incluindo um “breve resumo histórico”, características como “comportamento/temperamento”, utilidade, “aparência geral” e características morfológicas (cabeça, região facial, pescoço, tronco, cauda, membros, pele, pelagem, cor, tamanho/peso), “proporções importantes” das e entre as partes do corpo, movimentação e, na medida em que exemplares se afastam desses aspectos, “faltas”¹⁰⁵. A ilustração inserida ao fim de todo “padrão” racial certificado pela FCI endossa a longevidade dessas ideias (**Figura 14**).

Figura 14 - Ilustração incluída nos padrões raciais da FCI e suas associadas, com partes do corpo e nomenclaturas



Fonte: CBKC (2020c, p. 7)

Sublinhados esses aspectos, gostaria de retornar à primeira metade do século XX, mais precisamente àquilo que o regulamento para registro genealógico do BKC falava sobre a inscrição de um cão ou cadela no “Livro de Registro Inicial de Origens”. Quando da avaliação, a comissão composta por um juiz e um diretor do BKC poderia condicionar o registro de “filhotes” considerados “fora de padrão da raça respectiva” a ressalva de que, em seu *pedigree*, constasse a mensagem “tipo fora do padrão” e a observação que “este animal não deve ser aproveitado para reprodução, não se obrigando o Brasil Kennel Club a fornecer certificado de registro aos seus descendentes” (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 22). Algo semelhante acontecia com exemplares “já registrados, mas de tipo fora de padrão da raça

¹⁰⁴ A redação dos desses documentos, bem como sua manutenção e possível revisão (detalhamento ou retificação), é considerada uma responsabilidade partilhada entre as associações nacionais conveniadas da FCI que primeiro registraram a raça e das comissões científicas e de padrão da FCI.

¹⁰⁵ Algumas “gerais” e eliminatórias, motivadas por condições como cegueira, surdez, anomalia física, entre outras que revelam problemas de saúde ou bem-estar, outras “específicas”, dedicadas a “manter as características raciais dentro dos limites utilitários considerados aceitáveis para a mesma” (CBKC, 2013a, p. 145) e penalizar aquelas que iriam na contramão do “tipo ideal da raça” (FCI, s/d, p. 1, tradução livre).

respectiva”, cujas normas interditavam a possibilidade de serem “aproveitados para mais de uma reprodução” (Ibidem, p. 23). Ainda que seus genitores fossem certificados como “de raça”, a possibilidade de seus descendentes também o serem não estava assegurada. Raças caninas são objetos relacionais, “uma configuração, um efeito das relações entre diferenças” (M’CHAREK, 2013, p. 435, tradução livre). Sem se limitar à ascendência registrada, a concessão de um registro inicial de origem e um *pedigree* estava condicionada à coordenação desses registros com parâmetros preestabelecidos em forma de padrão, avaliações conduzidas por uma comissão do BKC e um corpo adequado.

Além de tornar público regulamentos, “padrões” raciais e procedimentos exigidos pelo BKC, periódicos publicados ao longo do século XX nas regiões sul e sudeste também cumpriam funções informativas, comerciais e sociais para criadores e entusiastas de cães e cadelas “de raça”. São muitas as edições de jornais e revistas que anunciavam a perda, o nascimento e a venda ou o arrendamento de cães e cadelas para reprodução ou companhia, que informavam sobre aspectos ligados à saúde (lesões, doenças e modos de tratamento), higiene, alimentação, reprodução e gestão de um canil comercial, que veiculavam notas de nascimento, casamento e falecimento de criadores, que divulgavam a associação de novos canis, palestras e a realização de exposições caninas.

As exposições, em especial, merecem destaque. Anúncios e descrições de exposições caninas promovidas não apenas pelo BKC, mas por outras associações de canis fundadas no Brasil entre 1930 e 1970, são justamente os aspectos mais retratados em artigos escritos sobre raças e cães em jornais e revistas no acervo da BND, casos do *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, *Vida Doméstica*, *Fon Fon*, *Fauna*, *Diário do Paraná*, entre outros. Com mais ou menos detalhes, periódicos descreviam o dia, o local do evento e o ânimo da plateia, relatavam confraternizações (jantares e festas), nomeavam juizes, personalidades políticas presentes, criadores e criaturas premiados, em muitos casos oferecendo fotografias. Apesar de notícias sobre exposições realizadas fora do país não serem novidade, vide relato sobre evento realizado em Hanover, na Alemanha, no *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, RJ) no ano de 1879 (JORNAL DO COMMERCIO, 1879, edição 00292, p. 2), a primeira exposição canina organizada pelo BKC teria sido realizada apenas em 14 de julho de 1923 (VIDA DOMESTICA, 1923, edição 00049).

Figura 15 - Cobertura da primeira exposição realizada pelo BKC em 1923

V I D A D O M E S T I C A

NO BOSQUE FLORÃ E DIANÃ

Inauguração
da
Exposição
de
Cães

promovida
pelo
Brasil
Kennel
Club



Organizada pelo Brasil Kennel Club realizou-se no dia 14 de Junho andante no Bosque Flora e Diana do jardim da Praça da Republica a inauguração da exposição de cães de raça, que teve um successo verdadeiramente digno do esforço dos seus organizadores.

A concorrência foi o que de melhor se poderia imaginar, vendo-se alli bellos typos de cães de todas as raças finas.

Pela demonstração feita, pode-se dizer que a criação de cães de raça, que *Vida Domestica* ha muito vem preconizando como

uma das mais interessantes e lucrativas, está entre nós augmentando de anno para anno, produzindo as especies mais lindas e curiosas. E' sabido que a criação de cães tem de ha muito chamado a attenção dos particulares, visto que ainda não podemos afirmar existirem já creadores perfectos.

Todavia, pelo que a nós revelou a recente exposição pode dizer-se que já possuímos um bcn nucleo de amadores que se dedicam com carinho ao desenvolvimento do cão.

O Brasil Kennel Club com as exposições que promove e promoverá, muito concorre para intensificar o interesse por esse admiravel animal, companheiro fiel e dedicado do homem e que ao homem presta bellos serviços quando educado e tratado para isso.

No acto da inauguração da exposição canina, que revestiu um caracter verdadeiramente festivo, pela animação que alli reinou, viram-se innumerables pesscas de destaque social e sobretudo muitas senhoras e senhoritas que deram aquella inauguração uma bella nota de cor e alacridade que deve ter desvanecido os seus promotores.

MANTEIGA PHOSPHATADA SIMÕES

Alimenta - Nutre - Tonifica
Para
creanças e adultos

Nos alimentos e na mesa á vontade. -- Pasteurizada -- Pura -- Saborosa. --- Dep. R. Andradas, 43. RIO

Figura 16 - Exposição organizada pela Liga Internacional de Assistência aos Animais e o BKC



Fonte: *Fon Fon* (1923, edição 00019, p. 48)

Convém citar um exemplo. Em 08 de novembro em 1927, o *Correio da Manhã* (Rio de Janeiro, RJ) comentou a 7ª Exposição Canina organizada pelo BKC em comemoração ao seu aniversário de cinco anos. O evento foi realizado em um domingo no campo do Clube de Regatas Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar de diagnosticar “muita falta de animação e estímulo” à criação e exposição no país, o autor não identificado deste artigo é enfático nos elogios concedidos ao BKC, que segundo ele “a custo vaie vencendo as inevitáveis dificuldades que se lhe antepõem os passos” (CORREIO DA MANHÃ, 1927, edição 10067, p. 5). Elogios aos “exemplares magníficos” das “variadas raças caninas” que desfilarão dividiam espaço com comentários sobre o julgamento e seus resultados (Ibidem). No geral, exemplares eram julgados tanto por sua maior ou menor adequação ao “*standard*”, quanto em relação aos demais concorrentes, o chamado “*methodo comparativo*” (Ibidem, 1933, edição 11798, p. 5). Nessa exposição, “o trabalho de apuração do julgamento [...] feito consoante as regras mais aproximadas do ‘*standard*’ de cada raça” a cargo da “comissão

technica” ou “Jury” foi feito no dia anterior à exibição pública, que acabou ganhando ares mais festivos do que competitivos (Ibidem, 1927, edição 10067, p. 5).

Entre os vencedores desta exposição, o artigo lista tanto exemplares de raças como *pekinez, griffon alemão, dinamarquez, bulldog inglês, granendael, fox-terrier* e outras, alguns destacados como “descendentes de alta linhagem de campeões europeus”, como também aqueles inscritos nas classes “mestiços” e novas “raças que nunca figuraram nos certamens anteriores dessa associação, as quaes precisam ser fixadas e desenvolvidas em nosso meio” (CORREIO DA MANHÃ, 1927, edição 10067, p. 5). Todavia, essa classe e a diversidade de cães e cadelas até então aceitos como participantes de exposições não parece ser a tônica, sendo apenas tolerada nos primeiros anos e feita ausente já na década seguinte. Em 1924, por exemplo, a coluna “*Vida dos cães*” publicada desde 1922 na revista *Fon Fon* (Rio de Janeiro, RJ) elogiou “a influencia que o Brasil Kennel Club tem exercido sobre a selecção da especie canina, basta[ndo] dizer que os seus *pedigrees* já são feitos até os bisavôs paternos e maternos, e na sua última Exposição, recentemente realizada, quasi não figuraram cães mestiços, o que é, positivamente, entre nós, pára admirar!” (FON FON, 1924, edição 00037, p. 6). Na década de 1930, as classes adotadas já se limitavam a dividir cães e cadelas entre de *luxo, pastores, guarda, utilidade, caça, corridas e terriers* (CORREIO DA MANHÃ, 1931, edição 11308, n.p.; Ibidem, 1932, edição 11517, p. 7; Ibidem, 1933, edição 11798, p. 5), indicando uma classificação orientada pelo tipo e pela virtual utilidade. Essa divisão de classes adotada pela BKC mudou ao longo do tempo, assim como foi e é diferente de associação para associação de canis.

Na edição de julho de 1933 da revista *Vida Domestica* (Rio de Janeiro, RJ), estimava-se que, ao mesmo tempo em que ajudavam a “melhorar” os tipos e agregar valor à criação, as exposições despertariam a consciência do público em relação à suposta diferença entre um cão “de raça” e um “de rua”:

Pela selecção, chegou-se a pôr um pouco de ordem nas raças; e com a ajuda das exposições conseguiu-se melhorar os typos, dando-se, por todo esse trabalho, valor ao cão. Actualmente admite-se que se pôde vender ou comprar um cão de raça; o que público começa a differençar entre o bonito cão e o cão de rua, o cão vagabundo; a creação do cão se generalisa á medida que o gosto pelo cão bom se desenvolve entre os amadores que, pouco a pouco, chegam a pagar aos criadores, preços bem compensadores. (VIDA DOMESTICA, 1933, edição 00184, n.p.)

Em um primeiro momento realizadas anualmente, o número de exposições organizadas no Brasil cresceu nos anos que se seguiram. Falando em tom de retrospectiva, a revista *Fauna* (1947, edição 0012, p. 22) noticiou em 1947 que, desde sua fundação, o BKC já tinha realizado trinta e oito exposições entre os estados do Rio de Janeiro (cidades do Rio de Janeiro, Petrópolis e Niterói), Minas Gerais (Juiz de Fora e Belo Horizonte) e São Paulo (na

capital homônima). Conforme as fotografias veiculadas em jornais e revistas, expositores e plateia parecem diversos, incluindo homens e mulheres de todas idades, de crianças a idosos. Em muitos registros, especialmente entre periódicos dirigidos e/ou redigidos por e para mulheres no Brasil – algo que a historiadora Mônica Y. Jinzenji (2012, p. 391) chamou de “imprensa feminina” –, chama atenção a grande participação e premiação de expositoras, ao ponto de, como sugere edição de agosto de 1924 da revista *Vida Domestica*, serem consideradas “quem mais concorre para o esplendor das exposições caninas”, pois “o producto exposto por ellas é sempre magnífico de selecção e de cuidado” (VIDA DOMESTICA, 1924, edição 00079, p. 88).

Figura 17 - Fotografias de exposição promovida pelo BKC



Fonte: *Careta* (1931, edição 1196, p. 13)

Entretanto, convém ressaltar que, quando o olhar recai sobre cargos e posições de direção ou de juiz de exposições, os registros escritos e fotográficos parecem indicar uma presença mais significativa de homens com mais de 30 anos. Enquanto a primeira diretoria do BKC em 1922, incluindo presidente, vice-presidente, secretário geral, secretário assistente, subsecretário, tesoureiro, subtesoureiro, procurador, bibliotecário, diretor veterinário e diretor jurídico era composta exclusivamente por homens, a diretoria em 1947, nesse caso composta por presidente, vice-presidente, secretário e tesoureiro, também (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 21). Na avaliação de parte dos comunicadores, não se tratavam de homens quaisquer, mas de “alta distinção”, vide avaliação sobre Aginaldo Pinheiro de Barros, presidente do BKC, feita em 1947: “Cavaleiro de alta distinção, grandemente relacionado na nossa melhor sociedade e de grande devotamento ao assunto” (Ibidem, p. 22). A figura apresentada a seguir ajuda a ilustrar essa percepção.

Figura 18 – Fotografias registradas na metade do século XX



Fonte: *Vida Domestica* (1949, edição 00379, p. 39)

O status “nacional” do BKC foi confirmado na década de 1930, quando o clube adquiriu exclusividade para o “registro genealógico dos cães, tendo o privilégio da emissão de ‘pedigrees’ para todos países” (FAUNA, 1950, edição 0011, p. 42). Em 1932, o governo federal teria conferido ao BKC a responsabilidade pelo “registro de cães de raça, pastores e outros, e emissão de ‘pedigrees’”, algo referendado por contrato firmado em 13 de setembro de 1938, com anuência do Ministério da Agricultura (FAUNA, 1947, edição 0012, p. 22). Até a metade do século XX, mais associações de canis ecléticas (envolvidos com múltiplas raças) e especializadas (dedicados a uma raça em particular) foram fundadas no Brasil. Para citar algumas, convém lembrar a Sociedade de Amadores de Cães Pastores Alemães do Brasil (1927) de São Paulo, o Kennel Club Paulista (1931), o Kennel Club do Rio Grande do Sul (1945), o Paraná Kennel Clube (1948), a Sociedade Paulista Pro Cães Pastores Alemães (1948), o Princesa do Sul Kennel Club (1949) de Pelotas (RS), o Minas Kennel Club (1949), o Santos Kennel Club (1949), entre outras (CBKC, 2013b). Chama atenção o fato de esse tipo de associação emergente se concentrar em sua grande maioria nas regiões sul e sudeste do país, distribuição desigual que, como dados fornecidos pela Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC, 2019a) em relatórios anuais permitem afirmar, ainda é a sina no primeiro quartel do século XXI.

Ao longo da segunda metade do século XX, associações com objetivos semelhantes continuaram surgindo. “Vários clubes caninos tem se fundado no Brasil e em todos êles se observa um interêsse em bem servir a causa comum dos cinófilos: difundir o cão de raça pura”, publicou o jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro, RJ) em 27 de março de 1951 (A MANHÃ, 1951, edição 02960, p. 7). Seus procedimentos e rotina, por conseguinte, também ganharam espaço no discurso público, algo em parte estimulado pela crescente presença de presidentes, diretores e juízes cinófilos assinando colunas e textos avulsos em publicações periódicas. De forma alguma tenho intenção de restituir esse percurso longo, diverso e disperso pelo país. No entanto, diferente do tom elogioso e quase protocolar que vinha encontrando em minhas análises na primeira metade do século XX, a leitura de periódicos publicados entre 1940 e 1980 também trouxe à tona dissensos, denúncias e brigas públicas entre associações de canis e pessoas que me pareciam contribuir para o surgimento ou o declínio de associações de canis e “raças”. A despeito de atravessarem toda pesquisa, esses aspectos são introduzidos na próxima seção.

5.2. POLÍTICA CANINA: VAMPIROS, FANTASMAS E RELAÇÕES ESTREMECIDAS

Esbarrei com o termo “política canina” enquanto fazia pesquisas década a década no catálogo da BND, particularmente quando passei a acompanhar a coluna “Cães” assinada por Mário Tavares e Rolando Cruz no *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, RJ) no início da década de 1970¹⁰⁶. Ele surgiu em um contexto de disputas e relações estremecidas entre a sociedade especializada que esses comunicadores integravam, a Sociedade Brasileira de Criadores de Cães Pastores Alemães (SBCCPA, depois SPA¹⁰⁷), e o eclético Brasil Kennel Club (BKC). Curioso com a incidência de relações como essas, passei a refazer minhas pesquisas no portal do BND, retrocedendo década a década, e a reler análises pregressas nesse e em outros jornais e revistas. As pesquisas indicaram tensões de todo tipo, a exemplo de carta assinada pelo Presidente do Conselho Deliberativo do BKC, João Alvares de Assis, anunciando sua “renúncia irrevogável e imediata dêste Club” em 1952 devido a um “caso de pedigrees rasurados e confessado de público pelo autor” (CORREIO DA MANHÃ, 1952, edição 18228, p. 7). A recorrência dessas tensões e o potencial do termo “política canina” para capturar e, quando alçado a outros contextos e épocas, expressar parte das preocupações e práticas envolvidas em sua emergência, me estimulou a incorporar esse termo pinçado das páginas do *Jornal do Brasil* como um recurso para análise.

Para entender a emergência desse termo, é preciso observar como a hegemonia do status nacional do BKC foi desafiada entre 1960 e 1980. Em 11 de março de 1961, um grupo de dirigentes de associações de canis¹⁰⁸ até então conveniadas com o BKC, com sede no Rio de Janeiro (RJ), abriram mão desse vínculo e fundaram a Federação Cinológica do Brasil (FCB), com sede em São Paulo (SP). Até o encerramento de suas atividades e reintegração ao BKC em 1975, esse movimento “separatista” (O JORNAL, 1961, edição 12278, p. 9) contou com a gradual adesão de outras associações do ramo sediadas nas regiões sudeste, sul, norte e nordeste do país¹⁰⁹. Como justificativa, jornais apontavam “um sensível

¹⁰⁶ Nessa década e jornal, a criação de cães de raça também foi tratada em outras colunas, como “Cães e gatos”, assinada por João Lacerda, e “Cinofilia”, assinada por Paulo Roberto Godinho.

¹⁰⁷ Inicialmente SBCCPA, depois redefinida como SPA sob justificativa de melhorar sua promoção fora do país (JORNAL DO BRASIL, 1970, edição 00207, p. 4).

¹⁰⁸ Kenel Clube Paulista, Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães (SPCPA) e suas filiadas regionais (sociedade “carioca”, “gaúcha”, “campineira”, “paranaense” e “pernambucana”), Campinas Kenel Clube (CKC), Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS), Estado do Rio de Janeiro Kennel Clube, Doberman Clube Paulista, Terrier Clube do Brasil, Minas Kenel Clube e Santos Kennel Clube (A TRIBUNA, 1961, edição 00299, p. 7).

¹⁰⁹ Colunas dedicadas a cães de raça em periódicos costumavam anunciar a adesão de novas associadas conveniadas. Como veiculado *Diário de Notícias* (Porto Alegre, RS) em janeiro de 1968, entre associações conveniadas com o FCB à época constavam o Princesa do Sul Kennel Clube (de Pelotas, RS), Kennel Clube Santa Catarina, Kennel Clube Florianópolis, Paraná Kennel Clube, Clube Paulista do Cocker, Collie Clube Paulista, Dálmata Clube de São Paulo, Terrier Clube de São Paulo, Clube Paulista do Pequinês, Kennel Clube do ABC, Kennel Clube Carioca, Dobermann Clube da Guanabara, Kennel Clube do Espírito Santo, Kennel Clube do Estado

descontentamento” com a gestão do BKC (Ibidem) e falavam em represália à dissolução do Conselho Confederativo do BKC, instância de “representação das entidades cinófilas” filiadas (A TRIBUNA, 1961, edição 00009, p. 7). À época, no âmbito desse conselho estaria sendo discutida a organização de uma federação ou confederação cinófila que assumisse a prerrogativa e o status de nacional, a se sublinhar a “promessa formal da própria diretoria do B.K.C. de que a federação seria constituída” dentro desta instância e que “dela participaria o B.K.C., como clube que é”, conservando seu nome e patrimônio (O JORNAL, 1961, edição 12465, p. 5).

A interpretação pública em relação a essa separação oscilou entre 1960 e 1980. De modo geral, comunicadores vinculados ou simpáticos a associações conveniadas com o BKC ou a FCB defendiam sua legitimidade e faziam críticas (por vezes nominais) a associações e pessoas. No texto “*Brado de alerta*” publicado na coluna “*Cães e canis*” do jornal *A Tribuna* (Santos, SP), por exemplo, Paulo Santos Cruz, advogado, criador, juiz, presidente do Santos Kennel Clube (SKC) e apoiador da recém fundada FCB, criticou o BKC pela “influência de dirigentes sobre os julgamentos” em exposições caninas e “sua passividade cúmplice ante a influência de terceiros”:

De nada adianta aos dirigentes promulgar regulamentos de criação, exigir o cumprimento rigoroso dessas normas, se depois por ação ou omissão anulam suas próprias atividades, e as dos criadores e expositores, levando os melhores cães, resultantes das seleções impostas por aqueles regulamentos, a perder para animais medíocres, assim oficialmente apontados como superiores, num ludíbrio talvez não desejado, mas nem por isso menos danoso, principalmente no que tange à eugenia dos cães. (A TRIBUNA, 1962, edição, 00177, p. 7)

Paulo Santos Cruz não foi o único a reclamar de ingerências políticas em decisões que, teoricamente, deveriam ser técnicas. Em entrevista concedida ao *Diário de Notícias* (Porto Alegre, RS), Erwin Waldemar Rathsan, simpatizante da FCB, criador e juiz paulista, sugeriu que, apesar dos avanços parciais desta federação, “permanecem vários êrros que deverão ser sanados de pronto”, entre os quais citou fazer “menos política” e “mais ação em proveito da cinofilia” (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1967, edição 00160, p. 1, quarto caderno). Seja a fundação da FCB considerada um “grito de rebelião” (A TRIBUNA, 1968, edição 00186, p. 14) justificado pelo “golpe” encabeçado pelo BKC (O JORNAL, 1961, edição 12465, p. 5) ou ato de “imprudência”, “atitude inoportuna e certamente prejudicial” à união da cinofilia nacional (O JORNAL, 1961, edição 12278, p. 9), essa separação deu início à concorrência pela posição de “entidade máter” no país (A TRIBUNA, 1961, edição 00299, p. 7). Desde então,

de Pernambuco, Kennel Clube Norte Riograndense, Kennel Clube do Estado do Ceará (DIÁRIO DE NOTÍCIAS/RS, 1968, edição 00269, p. 8).

BKC e FCB passaram a disputar tanto a filiação de associações de canis ecléticas e especializadas espelhadas pelo país, quanto a exclusividade pelo governo de ideias, processos e dispositivos que atravessam o ofício da criação registrada e a exposição de exemplares “de raça”. Entre outros aspectos, como discordâncias sobre padrões raciais, julgamentos em exposições e mais, a disputa pela manutenção do Livro de Registro Genealógico e emissão de *pedigrees* parecia ganhar centralidade no material consultado.

Essa centralidade soava proporcional à expectativa que recaía sobre esses dispositivos. O “pedigree”, escreveu A. J. Mendes na coluna “*Resenha Cinófila*” publicada no jornal *A Tribuna* (Santos, SP), “é o certificado de registro de origem” de um exemplar, no qual constam dados sobre o “nascimento, nomes dos pais, avós, bisavós e tetravós, irmãos, consanguinidade e outros detalhes”, algo que “nem os homens possuem”, ressalva o autor, mas que é necessário na atividade de criação de cães e cadelas de raça “para que se possa, mediante estudo e confronto das diversas correntes sanguíneas, recomendar o acasalamento adequado e melhorar o padrão da raça” (A TRIBUNA, 1968, edição, 00123, p. 6). Algo semelhante pode ser encontrado no texto “*A importância do pedigree*”, publicado em 1976 na sessão “*Cinofilia em destaque*” do *Jornal de Caxias* (Caxias do Sul, RS), quando o “pedigree” é exaltado por “provar a autenticidade da procedência para que nunca possa ser contestada, o aprimoramento das raças, possibilitando assim um cruzamento orientado” (JORNAL DE CAXIAS, 1976, edição 00185, p. 22). Isso seria relevante na medida em que, como exclamou Fernando M. Guimarães no texto “*Criação de cães e seus segredos*”, publicado pelo *Diário do Paraná: Orgão dos Diários Associados* (Curitiba, PR):

Ninguém pode exigir que de cruza de urubú nasça pavão. Se a cadela mãe é de sangue ruim, não adianta o reprodutor ser muito bom e de sangue nobre. Não basta só cinquenta por cento de qualidade. Devemos, acima de tudo, ter auto-crítica e tranquilidade para admitirmos que nossos cães muitas vezes embora sejam carinhosos e amigos, não possuem o pedigree exigido para se obter uma boa criação. (DIÁRIO DO PARANÁ, 1970, edição 04456, p. 3, terceiro caderno).

Nesses e em outros materiais, é comum que seus autores falem em “sangue” como matéria do hereditário, por isso aquilo que não apenas continha como possibilitava a transmissão de características (ruins ou “nobres”) de geração em geração, e em *pedigree* como fonte de informações genealógicas para análise e seleção de reprodutores e acasalamentos. A fim de resguardar um “bom pedigree” e represar o que se considerava “sangue ruim”, alguns comunicadores fundamentavam o papel de associações de canis no princípio de que o desaparecimento de parte dos membros da população de cães e cadelas equivalia ao fortalecimento biológico de outros de seus integrantes. O texto “*Cão, um campeão da amizade*”, de

Nelson Luis Ribas, publicado no mesmo jornal, me parece um exemplo didático nesse sentido:

Existem duas classes caninas muito distintas: o cão de raça e o mestiço, vulgarmente chamado vira-latas. Êste é um paria da sociedade canina, nascido de um descuido do criador ou de um cruzamento mal sucedido. Por isso, atualmente, a razão da luta, nas sociedades cinófilas para acabar com os vira-latas. É claro que não se fala numa exterminação em massa, mas no impedimento de sua procriação. Criamos animais para que nos possam ser úteis, que possuam características definidas. Um controle sobre o cão de rua seria coisa excelente, impedindo casos de hidrofobia [forma pela qual costumava-se se referir à raiva], tão comuns. Além de tudo, é necessário pensar em termos de aprimoramento das raças, porque cão também se exporta. [...] (DIÁRIO DO PARANÁ, 1968, edição 03812, p. 3, terceiro caderno).

Nessa passagem, cães e cadelas “mestiços” ou “vira-latas”¹¹⁰ são interpretados como resultado do “descuido do criador” ou fruto “de um cruzamento malsucedido”. Para Nelson, a razão do trabalho de associações de canis era tanto “acabar com os vira-latas”, segundo ele pelo “impedimento de sua procriação” e não do extermínio em massa¹¹¹, como promover o “aprimoramento das raças”. No entanto, a crescente tensão entre o BKC e a FCB colocava alguns desafios para essa intervenção eugênica.

A despeito de, em 31 de agosto de 1961 (O JORNAL, 1962, edição 12600, p. 4), o Ministério da Agricultura outorgar à FCB a exclusividade¹¹² pela “manutenção do livro de registro genealógico” (O JORNAL, 1961, edição 12389, p. 6) e emissão de *pedigrees* no país (O JORNAL, 1962, edição 12492, p. 4), desde então essas duas associações ecléticas e auto-proclamadas nacionais passaram a funcionar por meio de dispositivos e circuitos paralelos. BKC e FCB emitiam *pedigrees* para cães e cadelas, mas rejeitavam aqueles registrados na

¹¹⁰ Sem esgotar seus significados, o termo costuma ser associado à ausência de “raça”, à indefinição e desconhecimento dos ancestrais, às ruas e à carência, enfim, tudo que, segundo essa retórica, difere da nobreza e da padronização conferida à “raça” e ao *pedigree*.

¹¹¹ Apesar dessa afirmação, uma perturbadora matéria veiculada no mesmo *Diário do Paraná* indicava o contrário. Em 23 de novembro de 1971 foi publicado nesse jornal um texto de Desiderio Peron, de título “Uma câmara de gás para muitos cachorros”. Nele, foi veiculado que a Organização Mundial da Saúde teria considerado Curitiba (PR) a “capital da raiva” da América do Sul. Para aumentar a eficiência do controle, a “injeção de estriquinina” seria suplantada por uma promessa de “ano novo”: a construção de uma câmara de gás. As preocupações, porém, não se limitam à raiva, alcançando outras zoonoses e muito preconceito: “No entanto, não é só de raiva que morre um cão. Nem representa um perigo à saúde somente por causa da raiva. Explica o sr. José Gomes [veterinário que ocupava a chefia da Divisão de Matadouros da Prefeitura Municipal] que um cão 'vadio' é capaz de transmitir em seu pêlo toda a sorte de contaminações a chácaras, granjas, etc. O cachorro ainda é grande transmissor de leptospirose (uma doença que destrói o rim e as hemácias do sangue). Justamente por êste fato é que os cães deveriam ser vacinados semestralmente. Faz-se isto, em Curitiba, anualmente. Muitos proprietários de cães ainda não compreenderam a importância da vacina. E há muitos cachorros sem dono, andando por aí... GÁS MORTÍFERO PARA ELES” (ênfase do próprio jornal). Nesse texto, cães e cadelas “vira-latas” são considerados, uma “raça de cão que só serve para vadiar, roubar linguiça, que late-mas-não-morde... êsses cachorros geralmente não têm dono e proliferam como pulgas”. A mensagem era que “a Prefeitura [...] vai acabar com a 'vadiagem' de cães, a partir do próximo ano”, quando da conclusão das obras da câmara (DIÁRIO DO PARANÁ, 1971, edição 04912, p. 2, segundo caderno).

¹¹² À exceção daqueles geridos por parte de clubes especializados em um tipo ou raça de cães que fossem “filiais à FCB” (O JORNAL, 1962, edição 12683, p. 4) como, Dobermann Clube da Guanabara, Terrier Clube do Brasil e Sociedade Paulista Cães Pastores Alemães (SPCPA).

concorrente, fazendo com que a seleção para reprodução conduzida por criadores/as precisasse ser pensada a luz dos parâmetros de criação e registro genealógico fixados pelo lado assumido nessa querela. Notas patrocinadas pela FCB em jornais anunciavam não apenas que juízes, criadores e criaturas não conveniados à federação estavam vedados em seus eventos, como sansões para sócios que participassem de atividades promovidas pelo BKC ou associações filiadas (O JORNAL, 1963, edição 12858, p. 8). Para uma ou para outra associação, um mesmo cão ou cadela poderia ser considerado “de raça” ou não, sendo permitido ou vedado seu acasalamento, registro da descendência e participação em exposições. Se como objeto relacional a configuração de uma “raça canina” nos termos do BKC demandava comunicações, atestados, registros, “padrões”, um corpo adequado e avaliações conduzidas por seus agentes, tal qual tratado na seção anterior, esse contexto de disputas lembrava que esses elementos e sua coordenação não poderiam ser dissociados dessa “política”.

Na esteira dessa celeuma, associações de canis longevas ou emergentes passaram a disputar espaço, primazia técnica e controle sobre o destino de raças. Artigos publicados em jornais e revistas por canis e associações especializadas na raça *pastor alemão* entre 1940 e 1980, em especial, foram os que mais me chamaram atenção, pois antes mesmo dessa querela de escala nacional entre associações ecléticas, mas também por sua extensão e efeitos, davam acesso a preocupações e procedimentos adotados por essas associações tentando regular e promover o trabalho eugênico da criação. Como exemplo, cito a Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães (doravante SPCPA), fundada em 1948 com o propósito “propiciar toda orientação zootécnica de que carece o criador da raça alsaciana” (FAUNA, 1956, edição 0006, p. 23). Uma descrição dessa orientação e dos procedimentos seguidos por essa sociedade podem ser encontradas em texto de Silvío Pedroso publicado na revista *Fauna* em 1954: “O canil Vila Elvío autêntico solar do cão Pastor Alemão”. Além de um informe comercial deste canil, de propriedade de Roberto Teixeira Pinto Filho, que além de expositor, estudava para se tornar juiz, o artigo trata da criação e “depuração máxima da raça” *pastor alemão* nos termos da SPCPA (FAUNA, 1954, edição 0001, p. 22). A respeito, ele escreveu:

Sabemos perfeitamente quão esquecido é o problema da questão do aprimoramento da raça. Vía de regra o que se observa é o seguinte: a cadela na época do cio começa por abandonar o ler, fazendo-se nomade, entra em abstinência alimentar, tudo em consequência daquele estado fisiológico. Dentro de uma liberdade errante, a cadela espalha uma espécie de propaganda de seu estado passando a ser cotejada por cães de todas as raças e tamanhos.

E quem poderá obstar semelhantes copulas declaradamente condenadas?

Resultado: de uniões daquele gênero, aparecem péssimos produtos apelidados grotescamente de vira-latas.

São os parias, os filhos incógnitos da grande família canina.

Entretanto, a seleção processada no recinto de um canil de vida regular é cem por cento rigorosa como soi acontecer de VILA ELVIO. As primeiras crias foram obtidas com o acasalamento de reprodutores oriundos da Inglaterra e Estados

Unidos, todos eles detentores de um acervo de riquíssimas medalhas alegóricas, diplomas e citações honrosas por parte da Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães [S.P.C.P.A.], Kenel Clube Paulista [KCP] e outras entidades congêneres. Quando esta ou aquela fêmea caminha para o estado de cio, o que ocorre duas vezes por ano, o proprietário do canil faz uma exposição antecipada do cruzamento desejado, mencionando o nome do reprodutor com o qual pretende incrementar a raça e ato contínuo remete a sua proposta à S.P.C.P.A. A S.P.C.P.A., por intermédio de seus técnicos especializados, estuda as vantagens ou não do cruzamento, emitindo um parecer judicioso em face da proposta. Diante da resposta, emitida por pessoa doutra em zootecnia e, conseqüentemente credenciada - faz-se o chamado registro da cobertura.

Uma vez satisfeita essa exigência, passemos a considerar o registro da ninhada. Semelhante registro vem de ser processado com a presença de um técnico da S.P.C.P.A. que estudará o desenvolvimento dos recém-nascidos, esmiuçando a genealogia do novel representante canino, robustez, condenando sem tergiversões tôda e qualquer espécie de tara ou vício. O seu parecer imparcial é acatado pelo proprietário do canil e se resume num dilema: condenação ou aprovação da ninhada.

[Caso tudo esteja de acordo] [...] o cão tem o seu registro de modo particularizado: traços que o caracterizam, pelagem, nome do pai, da mãe, ascendentes de 1.º e 2.º grau em suma, trazendo à baila aquilo que se chama – ‘pedigree’. (FAUNA, 1954, edição 0001, p. 22-23)

Essa passagem torna público aquilo que, nos termos da SPCPA, permitia trazer à vida e certificar cães e cadelas como “de raça” *pastor alemão*. Como alternativa à “liberdade errante” de uma cadela e o cotejo que recebe de cães de “todas as raças e tamanhos”, o controle e a seleção para reprodução conduzida em um canil como o Vila Elvio são valorizados tanto pelos reprodutores com que trabalhavam (importados e em tese enobrecidos pela posse de *medalhas alegóricas* e *citações honrosas* obtidas em exposições), quanto pelos procedimentos e perícias que eram submetidos a fim de controlar desde a ancestralidade e a consumação do acasalamento até o exame e a certificação de conformidade racial da ninhada. Nessa passagem, em especial, Pedroso relata que o acasalamento planejado pelo criador¹¹³ associado deveria ser submetido à apreciação de técnicos da SPCPA, que, ao acenar positivamente à escolha do par reprodutor, procede com o *registro da cobertura*. Feito o acasalamento e nascida a ninhada, outro técnico dessa sociedade seria responsável por “esmiuçar a genealogia” dos reprodutores e avaliar a conformidade da prole resultante a ela, cujo parecer levaria à condenação ou aprovação da ninhada. Cumpridos os procedimentos e estando atestados e perícias em dia, a ninhada estaria habilitada para ingressar no livro de registro genealógico da SPCPA e receber seu documento de *pedigree*.

¹¹³ Sob recomendação de evitar o uso de exemplares de até dois anos como reprodutores e observar o “estado de saúde, obstando sempre os laços de consanguinidade, a ascendência, os traços morfo-fisiológicos” (FAUNA, 1954, edição 0001, p. 22),

Figura 19 - Fotografia de Tina, cadela do Canil Vila Elvio, na companhia de Luiz Roberto, filho do proprietário e “futuro herdeiro” do canil, como informado em texto que a acompanha¹¹⁴



Fonte: *Fauna* (1954, edição 0001, p. 41)

Outras edições do mesmo periódico ofereciam comentários dessa sociedade sobre a seleção de cães e cadelas da raça para reprodução. Em “*Generalizações sobre a criação do cão pastor alemão*”, Cláudio Fioravanti trata dos “principais métodos” para “criar bons produtos, para que a criação Nacional seja provida de cães que sejam dignos da sua alta origem Européia” (FAUNA, 1951, edição 0004, p. 4). Para ele, seria

[...] preciso reunir as qualidades e os defeitos existentes em ambos os animais a serem cruzados, a fim de que o produto desse acasalamento reúna em seus descendentes um todo harmonioso das linhas dos animais acasalados.

Por exemplo: reunir as qualidades físicas e morais entre dois animais, ou seja um reprodutor que tenha um ótimo temperamento com uma cadela que tenha qualidades físicas excepcionais. O resultado desse cruzamento não poderá deixar de ser bom e estaremos assim trabalhando para uma boa obtenção de produtos que amanhã serão sem dúvida os expoentes da nossa criação Nacional. Em um par de animais a serem acasalados, as primeiras considerações a serem estudadas, antes de se proceder o seu cruzamento são: idade, aparência geral, capacidades, caráter

¹¹⁴ No qual consta: "PASTORA ALEMÃ / CH. TINA OF GLENVOCA - Produtora do CANIL VILA ELVIO de propriedade do Dr. Roberto Teixeira Pinto Filho. Detentora de sete primeiros lugares na Inglaterra. Em pose especial aparece ao lado do garoto Luiz Roberto, futuro herdeiro daquele canil" (FAUNA, 1954, edição 0001, p. 41).

e consanguinidade. Êsses elementos deverão combinar muito bem entre si ou compensadores entre os dois animais [...]. (FAUNA, 1951, edição 0004, p. 3)

Por agora, no entanto, convém reter que, a despeito do título de “Paulista”, Fioravanti promovia a SPCPA como aquela que, mantendo convênio com os ecléticos Kenel Club Paulista (KCP) e BKC, “orienta, funde e estimula a criação do Pastor Alemão em todo o território Nacional”. Isso mudou em 1961, quando a SPCPA optou por apoiar a fundação da separatista FCB. Com seu afastamento do BKC, a SPCPA buscou semelhante status nacional e exclusividade no governo da raça. Promovida pela própria SPCPA e assinada por Junca, a coluna “Notícias” publicada no *Correio Paulistano* (São Paulo, SP) informou em 26 de março de 1961 que, em convênio firmado junto ao Ministério da Agricultura, a SPCPA se tornou a sociedade especializada na raça responsável pela “manutenção do ‘stud-book’ para todo o território brasileiro” (CORREIO PAULISTANO, 1961, edição 32210, p. 10). A despeito desse status, no entanto, ideias do presidente da SPCPA, Júlio Brisola, de “transformar a ‘Paulista’ em ‘Brasileira’” entre 1966 e 1968, suscitavam dúvidas entre aqueles que discutiram o tema em jornais: “não seria muito mais lógico a ‘Paulista’ continuar com o mesmo nome gerindo apenas os interesses estaduais com a criação de novos núcleos?”, deixando a posição de “entidade mater” no Brasil para uma possível “união de sociedades pastoreiras”? “Não somos todos irmãos e brasileiros?” (A TRIBUNA, 1968, edição 00186, p. 14).

No mesmo período, pretensões semelhantes também germinaram sob o selo do BKC. No ano de 1964 foi fundada a Sociedade Brasileira de Criadores de Cães Pastores Alemães (doravante SBCCPA), com sede na cidade do Rio de Janeiro (JORNAL DO BRASIL, 1968, edição 00088, p. 19; 1984, edição 00290, p. 2). Até 1971, essa sociedade era valorizada publicamente como a responsável pela manutenção do “stud book”, emissão de pedigrees e a “única legalmente reconhecida pelo BKC como mentora da criação de cães da raça ‘pastor alemão’”¹¹⁵ (CORREIO DA MANHÃ, 1965, edição 22298, p. 6). Sem contar com o crivo concedido pelo Ministério da Agricultura à FCB, a SBCCPA dava mais valor ao convênio mantido com o BKC e a Federação Cinológica Internacional (FCI). Apoiada na credibilidade dessas associações, a SBCCPA certificava a comercialização de ninhadas “puro sangue” (JORNAL DO BRASIL, 1964, edição 00264, p. 8), promovia exposições caninas (O JORNAL, 1967, edição 14123, p. 4), desfiles e demonstrações de adestramento (JORNAL DO BRASIL, 1964, edição 00207, p. 3), oferecia “assistência veterinária com desconto,

¹¹⁵ Quatro anos depois de sua fundação, a SBCCPA já contava com cerca de seiscentos criadores associados, cujo pagamento de inscrição em exposições, de anuidade, registros e emissões de *pedigree* se somavam à “colaboração anual do Estado” a fim de subsidiar seu funcionamento (JORNAL DO BRASIL, 1968, edição 00094, p. 10).

adestramento gratuito para os associados”, “palestras sôbre técnicas de criação” e “um boletim noticioso sôbre suas atividades, promovendo intercâmbio entre os criadores” (JORNAL DO BRASIL, 1968, edição 00094, p. 10).

Esse cenário que separava, de um lado, SPCPA, FCB e suas associadas, e de outro, SBCCPA, BKC e suas associadas, ganhou novas configurações durante a década de 1970. A coluna “Cães” veiculada no início desta década no *Jornal do Brasil*¹¹⁶ e assinada por Mário Tavares e Rolando Cruz fornece pistas sobre essas mudanças. O comunicador, juiz e criador de cães e cadelas da raça *pastor alemão* Rolando Luiz Alvares da Cruz escrevia para o *Jornal do Brasil* com o status de quem, mais de uma vez, foi presidente da SBCCPA (CORREIO DA MANHÃ, 1967, edição 22720 p. 11; JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00074, p. 14). Após uma série de críticas públicas, foi sob sua gestão que, em 1971, a relação com o BKC entrou em crise, levando ao encerramento deste convênio e à adesão da SBCCPA junto à FCB, sob justificativa de “não concordar com medidas administrativas tomadas pela diretoria do BKC e a fim de obter reconhecimento do Ministério da Agricultura para os seus cães” (CORREIO DA MANHÃ, 1972, edição 24433, p. 7).

Em 21 de agosto de 1970, Tavares e Cruz tornaram público sua insatisfação com resolução do Conselho Federal do BKC que autorizou outras de suas associações de canis conveniadas a “fazer seus próprios regulamentos para a raça pastor alemão, como, por exemplo, de criação, de trabalho, etc.” (JORNAL DO BRASIL, 1970, edição 00117, p. 2). Os autores sublinharam que essa “medida vinha conflitar flagrantemente com a autorização que havia sido dada [pelo BKC] à Sociedade Brasileira de Criadores de Cães Pastôres Alemães para regular a raça pastor alemão em todo o Brasil” (Ibidem, p. 2). A sensação era de que, com essa medida que desfazia a exclusividade da SBCCPA e descentralizava o controle sobre as diretrizes da criação, reprodução e registro de ninhadas desta raça no país, “foram cerceados os poderes da SBCCPA” (Ibidem, p. 2). Se por ventura “outros filiados do BKC venham a solicitar tratamento idêntico”, reclamaram Tavares e Cruz, “qualquer raça canina, de acôrdo com a vontade soberana do Egrégio Conselho Federal do BKC, poderá ter diversos regulamentos de criação, atendendo, naturalmente, às condições políticas ou geográficas das Sociedades ou Kenneis filiados” (Ibidem, p. 2).

¹¹⁶ Nessa coluna, Tavares e Cruz apresentavam à população carioca que lia o *Jornal do Brasil* temas como a descrição de uma ou mais raças caninas (seguindo o roteiro de padrões raciais), anúncios ou relatos sobre exposições caninas (local, horário, classes, juízes, divulgação de vencedores, menção a figuras públicas presentes), promoção de serviços de adestramento e cursos para juízes, conselhos e espaços para “perguntas e respostas” (que contemplavam temas como vacinação contra cinomose, hepatite, cuidados nos primeiros dias de filhotes, etc.) e “comentários”.

Críticas a essa resolução deram fôlego a mais manifestações públicas de descontentamento com o BKC e sua direção. Foi nesse contexto que me encontrei com o termo “política canina”. Em edição publicada em 25 de setembro de 1970, Tavares e Cruz sugeriram que, “quem vive fora do ambiente cinófilo, certamente, não irá acreditar no que acontece nos bastidores da política canina, em detrimento daquele que deveria ser o fim de tudo, o cão” (JORNAL DO BRASIL, 1970, edição 00147, p. 4). Essa crítica é enfatizada em edição publicada em 05 de fevereiro de 1971, quando Tavares e Cruz denunciam o “político que vive da cinofilia”, segundo eles “o verdadeiro monstro que cria criaturas, para delas se aproveitar de todas as formas, como um Drácula sugando o sangue de suas vítimas” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00259, p. 5). Essa passagem é seguida pela afirmação esperançosa na redenção de associações de canis que, como a SBCCPA, eram retratadas como vítimas da diretoria do BKC: “esperemos que este monstro, ou melhor este vampiro, encontre uma de suas vítimas, com um cinto de aço em volta do pescoço, que lhe venha quebrar as suas odientas présas, para o bem da cinofilia brasileira”¹¹⁷ (Ibidem, p. 5).

É no mínimo curiosa a opção de Tavares e Cruz pela figura do vampiro em suas críticas ao BKC, evocado inicialmente sob a imagem do popular conde Drácula. Em livro, Donna J. Haraway (2004b, p. 246, tradução livre) aciona essa mesma figura para instruir suas elaborações críticas sobre raça e parentesco: o vampiro, imagem daquilo que, não sendo natural, “contamina linhagens” durante a noite, sombrio, sorrateiro, sugando e causando “infusões de sangue” através de um “ato paradigmático que consiste em infectar tudo que se apresenta como puro”. Os motivos das críticas públicas ao vampiro-BKC passavam tanto por aspectos administrativos ligados ao governo da raça, incluindo a perda da exclusividade pela manutenção do livro de registro genealógico, emissão de pedigrees e regulamentação da criação e exposição da raça *pastor alemão* no Brasil, quanto aspectos financeiros e políticos, como usar a estrutura e o poder do BKC para usufruir do “prestígio” e das “vantagens que o cargo que ocupam oferecem” (viagens, vaidade, relações estratégicas, etc.) (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00276, p. 11; JORNAL DO BRASIL, 1970, edição 00147, p. 4), dar excessiva dedicação à política da FCI¹¹⁸ em detrimento de “mais assistência a parte nacional” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00175, p. 2), falta de colaboração para realização de congressos e exposições organizadas pela SBCCPA (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição

¹¹⁷ O incômodo era tamanho que, em 14 de setembro de 1971, esses comunicadores se valeram da coluna para apelar a Luís Fernando Cirne Lima, ministro da Agricultura no governo do ditador-presidente Emílio Garrastazu Médici (1969-1973), para “que ponha de uma vez por todas fim a essa comédia macabra, que está destruindo o que já foi feito pelo cão em nosso país” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00136, p. 4).

¹¹⁸ Conforme publicado em 28 de dezembro de 1970, o BKC foi eleito para a vice-presidência da FCI entre 1971 e 1972 (JORNAL DO BRASIL, 1970, edição 00117, p. 2).

00121, p. 7), preocupações com um crescente prestígio concedido à concorrente SPCPA¹¹⁹ (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00175, p. 2), entre outros.

Criticando o “estado caótico em que se encontra” a cinofilia brasileira em edição publicada no dia 08 de janeiro de 1972, Tavares e Cruz sugerem que “a confusão é total, diversas entidades emitem certificados de registros, poucas cumprindo à risca os regulamentos da criação e muitas não o fazendo, ou pior, para conseguir renda ou atender amigos, alterando registros dentro das próprias secretarias” (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00234, p. 6). Vinte dias depois, Tavares e Cruz reiteram essas críticas e avaliam como “estarrecedor que seja permitido pelas autoridades públicas o descabro reinante, pois como já escrevemos anteriormente, a multiplicidade de Stud Books vem prejudicando sobremaneira a criação nacional, pois enquanto as sociedades especializadas procuram orientar os criadores a criar cientificamente, aconselhando os acasalamentos, verificando as ninhadas, selecionando os reprodutores, somente autorizando o acasalamento dos reprodutores permitidos, os Kennels em geral, registram indiscriminadamente, concedendo até Registro Inicial” (que possibilitava a cães e cadelas sem três gerações ascendentes registradas obterem *pedigree*), uma prática que julgavam “condenado em todo o mundo” (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00251, p. 4).

Essas preocupações com a existência de livros (no plural) de registro genealógico e o descumprimento de critérios exigidos para seleção, reprodução e registro de cães e cadelas da raça ganhavam relevância na medida em que, como defendido em momentos de autovvalorização do papel de associações de canis, é com base nesses registros e nos procedimentos de que lançam mão que busca-se “autenticar a veia nobre de seus cães” (MANCHETE, 1994, edição 2203, p. 56). Entre vampiros, veias e laços de “sangue” imprecisos, talvez “inautênticos”, germinava o problema relativo à análise do *pedigree* que deveria amparar a escolha do casal reprodutor, e, por conseguinte, garantir sua pureza e orientar sua eugenia. Tavares e Cruz temiam que, como resultado da “política canina”, registros genealógicos que sequer informavam ou não refletiam a ascendência fidedigna dos exemplares da “raça” poderiam por toda expectativa de controle sobre o resultado do ofício da criação em xeque. Sem confiança no *pedigree*, nos registros e nas avaliações a que cães e cadelas da raça *pastor alemão* costumavam ser submetidos, o que sustentaria a diferença entre eles e aqueles qualificados como “vira-latas”? Estariam todos à mercê das “contaminações” provocadas pelo vampiro que inspirou a provocação teórica de Donna Haraway (2004b)?

¹¹⁹ Pois, se tratando da “acérrima inimiga” da SBCCPA (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00269a, p. 8), sugerem Tavares e Cruz, “quem nos diz que uma entidade não procurará engolir a outra”? (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00175, p. 2)

Edição após edição, as críticas se acentuaram. Tavares e Cruz acusavam o BKC de tentar “impedir o crescimento” de “suas filiadadas especializadas” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00181, p. 6) e, por “medo de perderem o prestígio que a posição lhes dá”, impedir a “pacificação e unidade de princípios” na “cinofilia nacional” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00276, p. 11). Durante a presidência de Rolando Cruz em 1971, a SBCCPA não apenas processou o BKC e seu presidente Antônio Barone Forzano (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00183, p. 8), como desfez seu convênio a fim de se aproximar da dissidente FCB. Se desde 1961 a disputa política e judicial entre BKC e FCB era assunto em revistas e jornais, ela se aguçou entre 1971 e 1972, quando a FCB garantiu na justiça seu convênio com o Ministério da Agricultura. Em edição publicada em 18 de março de 1972, Tavares e Cruz comentaram:

Isso vale dizer que os pedigrees emitidos pelo Brasil Kennel Club nada valem. Para o Governo do Brasil, só valem aqueles da FCB¹²⁰, como já foi dito.

[...] seria o mesmo que um escritório particular passasse a registrar nascimentos de pessoas, fazer casamentos e atestar óbitos. Entenderam? [...]

Assim, podemos afirmar, seguramente, que qualquer clube ou entidade que não seja a FCB, filiado a ela, ou que com a mesma não mantenha um convênio - é fantasma: não existe de direito.

[...] Essa nova é auspiciosa para a cinofilia brasileira que está começando a se organizar em torno da única entidade autorizada pelo Governo a efetuar o Serviço Genealógico dos Cães no Brasil. (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00292, p. 13)

Se antes o crivo “público” parecia secundário se comparado ao convênio internacional celebrado com a FCI por meio do BKC, desde então, ele se revestia de fator de legitimidade para um cartório de cães e cadelas “de raça”. Não por acaso, Tavares e Cruz anunciam em edição publicada seis dias depois que a SBCCPA firmou convênio com a FCB e assumiu a dianteira no “controle nacional” sobre a raça *pastor alemão* (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00297, p. 2). Porém, na prática, o convênio com o Ministério da Agricultura não desfazia a organização dual e paralela vigente entre FCB e BKC. A essa altura, mesmo apoiadores do FCB, como Luis Carlos von Sohsten, presidente do Carioca Kennel Club, insistiam nos riscos desse cabo de guerra: “a diversidade de contratos existentes entre os Kennel Clubs estaduais e diversos ‘studbooks’”, bradou, “não permitia um perfeito controle do governo

¹²⁰ Essa espécie de vitória ou conquista da hegemonia diante do BKC é comemorado por Tavares e Cruz em tom irônico: “Pobre Brasil Kennel Clube! Pobre Fédération Cynologique Internationale! (FCI), entregues a mão tão incompetentes, que estarão irremediavelmente envolvidos num rotundo fracasso, principalmente agora, que o Governo federal está tomando medidas saneadoras na cinofilia nacional, que resultarão na expulsão de seus *profiteurs*” [aproveitadores] (JORNAL DO BRASIL, 1972, edição 00304, p. 9). Em plena ditadura civil-militar no Brasil, chega a ser engraçado cobrar medidas saneadoras do governo estabelecido. No entanto, esse sentimento de alívio com a mudança era coerente com o forte incômodo desses colonistas e cinófilos com a política canina e aqueles acusados de usufruir das “vantagens que o cargo que ocupam oferecem” (JORNAL DO BRASIL, 1971, edição 00276, p. 11).

sobre a criação nacional de cães, tornando-se, pois, uma necessidade o reconhecimento de apenas uma entidade” (CORREIO DA MANHÃ, 1972, edição 24329, p. 14).

A possibilidade de diálogo entre BKC e FCB começou a circular publicamente por volta de 1974. Através da coluna “*CB-cinófilo*” e o texto “*Política Cinófila*”, o *Correio Braziliense* (Brasília, DF) noticiou “o recebimento de correspondência” do presidente da FCB, Rubens Gisondi, “sugerindo a realização de um amplo debate, entre os colunistas cinófilos e os principais responsáveis pelos caminhos da cinofilia nacional, visando encontrar soluções para as divergências que, de há muito, vêm cindindo a criação brasileira” (CORREIO BRAZILIENSE, 1974, edição 04355B, p. 5). Em 20 de abril de 1975, esse mesmo jornal e coluna noticiou a concretização de um “pacto de união” na “criação brasileira” (CORREIO BRAZILIENSE, 1975, edição 04498, p. 6), embora pela disputa da posição de entidade “mater”, por “filiadas” e pelo governo do registro da ancestralidade e da reprodução, talvez “pacto de sangue” fosse mais adequado.

“Felizmente”, interpreta a coluna, “prevaleceu o bom-senso de alguns dos principais dirigentes da cinofilia nacional, que deliberaram por têrmo a tanta divergência e chegaram a um denominador comum, visando à tão ansiada pacificação, não obstante uns poucos estarem trabalhando ativamente contra ela” (CORREIO BRAZILIENSE, 1975, edição 04498, p. 6). Entre as resoluções adotadas nessa reintegração ou “pacto”, o *Correio Braziliense* (1975, edição 04498, p. 6) tornou público que, além de serem “anuladas todas as sanções de ordem administrativa ou técnica, impostas por qualquer entidade associada, a juiz, expositor ou criador”, o BKC reconheceu juízes, canis registrados, pedigrees, títulos de exposições emitidos pelo FCB e incorporou à sua estrutura todas suas “entidades filiadas”, respeitando seus acordos internacionais e concedendo “direito a assento, voz e voto no seu Conselho Federal”, desde que, dali em diante, seguissem regulamentos e diretrizes do BKC e da FCI.

Em 1979, a recém fundada Confederação do Brasil Kennel Clube (CBKC), mais tarde renomeada como Confederação Brasileira de Cinofilia e mantendo a mesma sigla, assume essa prerrogativa e o convênio com a FCI. Isso de forma alguma significou o encerramento da “política canina”. Como o *Jornal de Caxias* (Caxias do Sul, RS) noticiou em 22 de março de 1980, a sensação era de que estava “cada vez mais confusa a situação da nossa cinofilia” (JORNAL DE CAXIAS, 1980, edição 00371, p. 38). Segundo Carlos Abraão Maschio, que assinava a coluna “*Cinofilia*” nesse jornal, o BKC contava com Henrique Pereira de Lucena como superintendente, ainda que, curiosamente, o mesmo Lucena fosse também o “testa” dessa nova organização de nome CBKC, sendo que, “em tese” e em parte devido ao “poder” residual mantido pela BKC, ambas estivessem coexistido como “os órgãos mater da

cinofilia nacional” (Ibidem, p. 38). Com o passar dos anos, o BKC se tornou mais um clube de alcance municipal a engrossar o quadro de associações vinculadas à CBKC e FCI (DIAS, 2012), mas confusões como essas também pareciam ser a tônica em âmbito estadual. Como o próprio Carlos Abraão Maschio sugere ao traçar paralelos entre a dinâmica nacional e o que ocorria no estado do Rio Grande do Sul:

[...] soubemos que teria ocorrido um conflito entre cinófilos porto-alegrenses, sobre a existência legal ou não da Federação Gaúcha de Cinofilia. E tal confronto teria desembocado em expulsões, suspensões, e até na declaração de ‘persona non grata’ a uma colega jornalista. Confusões à parte, o que mais chama atenção no quadro é a eterna sede de poder de certos elementos, que só se sentem recompensados quando o tem na mão, em toda a sua plenitude, ou outros, que, a todo custo, tentam conservá-lo. [...] [fatos que, somados,] acarretam a desilusão daqueles que, fazendo cinofilia porque gostam da cinofilia, estão deixando de lado ao verem tal tráfico de influências e discussões sobre a disputa deste ou daquele poder... (JORNAL DE CAXIAS, 1980, edição 00371, p. 38)

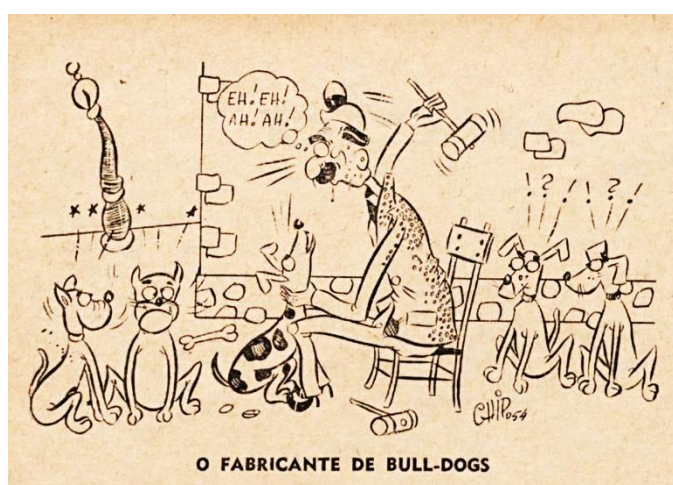
Falando sobre a realização da 1ª Exposição Geral de Todas as Raças patrocinada pelo Kennel Club do Rio Grande do Sul (KCRGS), que inclusive contava com a presença do recém citado Henrique Pereira de Lucena como árbitro, Carlos Abraão Maschio sugere que, num evento dessa envergadura, seria comum a presença de mais de trezentos cães em disputa. No entanto, o número de inscritos não teria alcançado cento e oitenta, algo interpretado por ele como “bastante sintomático” do “momento em que a cinofilia gaúcha é estremecida por desagradáveis desentendimentos e cisões, iniciadas quando da fundação e instalação da Federação Gaúcha de Cinofilia, o órgão que, em tese, seria o traço de união entre os Kenneis gaúchos” (Ibidem, 1980, edição 00365, p. 36). Segundo esse comunicador, o efeito colateral dessa disputa recai sobre o “verdadeiro cinófilo, o que faz realmente cinofilia”, que se frustra com a “transformação de seu *bobby* em motivo para disputas políticas entre pessoas que talvez nem cinófilos possam ser considerados”, pois “cinófilo verdadeiro” seria “aquele que antes de tudo gosta do cão, e não do que o cão pode lhe proporcionar...” (Ibidem, p. 36). Múltipla em seus sentidos, a “política canina” parece atravessar a história de associações de canis, da região sudeste à sul.

Ainda que nenhuma associação de canis (ecclética ou especializada) possa monopolizar a ancestralidade ou a capacidade reprodutiva de cães e cadelas, de raça “pura” ou não, os fragmentos retratados nesta seção lembram que a disputa pela definição e imposição de critérios para criação, registro e exposição em uma associação de canis dominante não se limita a uma disputa pela dianteira de processos administrativos ligados aos rumos de raças e sua população (detalhes de seu padrão racial, das exigências em uma prova de trabalho, do respeito ou não às exigências para registro, etc.), mas também sobre rendimentos (pagamento de inscrições em exposições, taxas de adesão, de registro, patrocínios, etc.) e prestígio (dentro

ou fora do âmbito cinófilo). De forma alguma o alcance disso se encerra nas citações que fiz presente ao longo dessa seção e mesmo naquelas que minha seleção fez, analiticamente, ausente. Ao longo da pesquisa utilizo novamente o termo “política canina” à tona para discutir parte das preocupações e práticas tematizadas nessa seção e explorar sua ressonância em outros contextos e períodos.

6. CONFIGURANDO POSSIBILIDADES E RAÇAS CANINAS (1820 AO PRESENTE)

Figura 20 – “O fabricante de bull-dogs”



Fonte: *Careta* (1954, edição 2385, p. 4)

Essa imagem foi publicada na revista *Careta* (Rio de Janeiro, RJ) em 13 de março de 1954. Como seu nome suscita (*careta*: expressão facial cujo objetivo é fazer graça e provocar o riso), essa revista de distribuição semanal fundada em 1908 por Jorge Schmidt após experiências negativas com as revistas *Kosmos* e *Fon-Fon* e veiculada até 1964 tinha pretensão humorística (PINTO, 2017, p. 41-42). Essa imagem, em particular, retrata a atividade de um “fabricante de bull-dogs”: à sua direita, cães possuidores de um focinho fino e longo aguardam com espanto para se tornarem “bull-dogs”, do mesmo modo como aqueles que, ainda um pouco tontos pela marretada usada para modelar seu focinho, se situam à esquerda. Ela me parece uma forma bem-humorada de representar a busca e o fabrico em série de cães e cadelas com determinada aparência, nesse caso uma raça representada especialmente, ainda que não unicamente, pelo formato curto e largo do focinho. O presente capítulo parte do que essa charge representa, mas volta os olhos para o fabrico de “raças”, cães e cadelas acrescentadas do rótulo de “brasileiras”.

O interesse nesse fabrico ganhou forma aos poucos. A medida que fazia pesquisas exploratórias, tentando conhecer o material hemerográfico disponível e me cercar de bibliografias que ajudassem a lidar analiticamente com aquilo que vinha encontrando, três persistentes dúvidas me ajudaram a dar uma direção ao presente capítulo: o que era escrito sobre raças e cães “no” e “do” Brasil ao longo dos séculos XIX e XX? Como tipos ou variedades de cães e a possibilidade de criar “raças” ditas “brasileiras” foram tratadas na literatura e em publicações periódicas distribuídas antes e durante a institucionalização da criação registrada no país? De que modo esse material conta o processo exigido para configurar uma “raça” nos termos colocados por associações de canis?

Para tratar dessas questões, dividi o presente capítulo em três seções. Na primeira, apresento os modos pelos quais diferentes tipos de cães eram identificados no Brasil e como a possibilidade de criar raças nacionais foi tratada entre os séculos XIX e XX, observando comentários sobre o uso estratégico de princípios, práticas e “sangue” de cães de “raças” consideradas europeias. Nas seções que se seguem, trato de algumas das maneiras pelas quais interessados em cães e raças caninas no Brasil experienciaram essas possibilidades e, em diálogo com os termos colocados por associações de canis, trabalharam para criar ou preservar raças ditas brasileiras. Enquanto a segunda trata da história da raça *braco de JAPMA*, a terceira se ocupa da *fila brasileiro*.

6.1. TIPOS, VARIEDADES OU RAÇAS BRASILEIRAS? (1820-1950)

Cão de raça, caça. (provérbio antigo)

Nenhum outro animal, como o cão, é mais digno de possuir inteiramente toda a estima, toda a confiança, toda a amizade do homem, ele é uma parte mesmo do homem, elle é indispensavel ao seu bem estar, á sua prosperidade.

[...] Os cães inglezes são productos de cruzamentos, feitos com o intuito de especializar a raça, para todas as caças, como a do cervo, do javali, a lebre, onça, etc.

Os inglezes procuraram e obtiveram das raças caninas o mais resultado que conseguiram dos consecutivos cruzamentos do cavallo arabe que lhes deu o famoso purosangue que é o galgo da raça cavalari. Os Perdigueiros Europeus caçam tambem a lebre, que elles amarram do mesmo modo que amarram as perdizes¹²¹. Os cães de caça no Brazil, isto é, os que apresentam typos especificos de raças definidas, qualidades adquiridas de seus proceres, não excedem de tres: o veadeiro, o perdigueiro e o paqueio.

Constituem-se variedades de raças com cães de primeira ordem:

Os nossos cães, coitados, não têm historia, pois não têm raça certa á qual se filiem, sendo entretanto dignos de nossa affeição pelas excellentes e superiores qualidades de que são ornados.

Parecem-se com os filhos de familias modesta e pouco afortunada, que poucos conhecem, os quaes entretanto conseguiram sahir de seus meios por suas habilitações e esforços. (O DIA, 1907, edição 01761, p. 2)

¹²¹ Segundo o “*Vocabulário de caça*” redigido por Clado Ribeiro de Lessa (1906-1960), “cães perdigueiros, quando topam a perdiz no campo, param e fixam nela o olhar, sem latir, abanando a cauda, e dirigindo-o depois para o caçador (amarrar). Este faz um sinal e o cão avança” (LESSA, 1944, p. 30).

Atribuído ao caçador, criador e comerciante Geraldo da S. Furtado, essa passagem é parte do texto “*Cães de caça*”, publicada de forma fragmentada ao longo de três edições do periódico *O dia: Organ do Partido Republicano Catharinense*¹²² (Santa Catarina, Brasil) em 1907. Encontrei esse texto enquanto lia publicações reunidas pela busca da palavra-chave “raças caninas”. Depois de elogiar a criação de cães e sua especialização para a caça na Inglaterra, Geraldo comenta sobre cães de caça no Brasil. Ainda que, segundo ele, dignos de afeição pelas qualidades superiores adquiridas às custas do esforço de superação do meio, os tipos de cães no Brasil são considerados “sem história, pois não tem raça certa a qual se filiem”. Além de vincular “raça” a aquilo que gira em torno de termos como origem e ancestralidade, para isso seguindo uma teoria da história baseada na “raça” e naquilo que pode ser transmitido de modo mais ou menos regular de geração em geração, essa pequena, mas instrutiva passagem, introduz algumas das modalidades de classificação de tipos, variedades ou raças de cães no Brasil desde o século XIX.

Veadeiro, *perdigueiro* e *paqueiro* (redigido como ‘paqueio’), como destacou Geraldo, mas também *onzeiro*, *anteiro*, *rateiro*, *boiadeiro*, *de fila*, entre outras, são algumas das categorias que podem ser encontradas em reportagens, anúncios de perda e/ou oferta comercial de cães e cadelas, livros e publicações periódicas sobre caça e criação, novelas, contos e poemas produzidos e/ou veiculados ao longo dos séculos XIX e XX no Brasil. Em 13 de janeiro de 1838, por exemplo, o periódico *O Chronista* (Rio de Janeiro, RJ) publicou o conto “*Costumes Brasileiros. Os três desejos*”, assinado por F. R. da S., iniciais de Firmino Rodrigues da Silva, jornalista e senador do Império (MURATORE, 2005, p. 53). Sem me deter nos detalhes do conto¹²³, convém sublinhar que entre os personagens envolvidos da trama, Maria, Felisberto e seus filhos Juca e Mariquinhas, consta “Galafre, o fiel Galafre, famoso veadeiro, leal, valente” (O CHRONISTA, 1838, edição 00130, p. 1). Duradouras, essas identificações também podem ser encontradas mais de cem anos depois em “*Campo geral*”, uma das sete novelas que

¹²² Ativo entre 1900 e 1918, esse periódico que chegou a contar com duas edições diárias foi resultado de uma cisão interna no Partido Republicano Catarinense, envolvendo o à época governador Felipe Schmidt e Hercílio Luz. Em resposta ao periódico *A República*, que “apoiava a ala hercílita”, Schmidt fundou *O Dia* (MACHADO, 2020, p. 86).

¹²³ O conto retrata a pobreza e a ambição do casal Maria e Felisberto. Depois de descrever o trabalho do mineiro Felisberto como tropeiro, o saudosismo com que contava sobre a riqueza de seus avós (isto é, “dos bois, dos carros, das fazendas, dos escravos, das lavras de seus antepassados” que lembrava com certa inveja) e a “miserável choupana” na qual a família vivia, Firmino narra uma noite chuvosa e fria de junho na qual, enquanto todos dormiam em volta da fogueira, Maria sonha com a aparição de uma fada, que lhe concede três desejos. Com pretensões cômicas, ele explora como antes de acordar e perceber se tratar de um sonho, a ambição do casal acaba interferindo na escolha dos desejos, que por fim são desperdiçados (O CHRONISTA, 1838, edição 00130, p. 1).

compõe a obra “*Corpo de baile*” (1956), do escritor e diplomata mineiro João Guimarães Rosa (1908-1967). Sem me deter na história do personagem Miguilim, menino residente em Mutum (Minas Gerais), seus familiares e dilemas, gostaria de destacar as designações e as descrições dos companheiros caninos que compõe o texto:

Tantos, os cachorros. Gigão — o maior, maior, todo preto: diziam o capaz que caçava até onça; gostava de brincar com os meninos, defendia-os de tudo. Os três veadeiros brancos: Seu-Nome, Zé-Rocha e Julinho-da-Túlia — José Rocha e Julinho da Túlia sendo nomes de pessoas, ainda do Pau-Rôxo, e de quem o pai de Miguilim tivera ódio; mas, com o tempo, o ódio se exalara, ninguém falava mais o antigo, os dois cachorros eram só Zerró e Julim. Os quatro paqueiros de trela, rajados com diferenças, três machos e uma fêmea, que nunca se separavam, pequenos e reboludos: Caráter, Catita, Soprado e Floresto. E o perdigueiro Rio-Belo, que tresdoidado tinha morrido, de comer algum bicho venenoso. (ROSA, 2001 [1956], n. p.)

Três *veadeiros*, quatro *paqueiros*, um *perdigueiro* e Gigão, nessa passagem lembrado como possível *onceiro*, ainda que ao longo da obra descrito como quem “gostava de mexida de gado” e era capaz de “derruba[r] qualquer boi” (ROSA, 2001, n. p.). Como a presença do nome de outros animais e o sufixo “-eiro” denunciam, essas designações seguiam a atividade em que cães e cadelas eram ou poderiam ser empregados, como caça de perdigões (também chamado de perdizes), veados, pacas, onças, guarda e/ou manejo do gado, entre outras. A despeito desse critério-chave, as categorias usadas para identificação eram flexíveis, mesmo entre diferentes gerações de um mesmo grupo familiar. Comentando sobre a presença do “cão mestre”¹²⁴ Macóta em relato de caça à onça no “Brasil Central”, mais especificamente em Goiás, o então presidente do *Club de Caça e Pesca* de Santos (São Paulo) José Leite da Costa Sobrinho sugeriu que, “embóra aleijado duma mão, éra ainda forte e activo, um bello animal de raça perdigueiro mestiçada com veadeiro, um onceiro de primeira ordem” (CHACARAS E QUINTAES, 1909, edição de ensaio, p. 53).

Na pista da expressão “rajados com diferenças” de João Guimarães Rosa, descrições físicas de cães e cadelas incluídas em anúncios e em textos sobre caça publicados por jornais e revistas dão mostras de que, a despeito de serem descritos pela partilha de certas características físicas (como a baixa estatura de *paqueiros*, o corpo esbelto e veloz de *veadeiros* ou grande e robusto de *boiadeiros* e *onceiros*), variações na forma, pelagem, cor, tipo de orelha, focinho, rabo, etc. eram a tônica. Ainda que detalhes fossem úteis para identificar um cão ou cadela em particular, essas designações e descrições não pareciam ser mobilizadas tendo em mente um grupo com fenótipo definido e uniforme entre congêneres. No que se refere particularmente a cães e cadelas de trabalho, até as primeiras décadas do século XX a

¹²⁴ Em seu “*Vocabulário de caça*”, Lessa (1944, p. 90) define um cão “mestre” como aquele “capaz de, por si só, farejar o rasto e levantar a caça arrastando após si tôda a cachorrada”.

classificação de variações na espécie e o processo de seleção para reprodução conduzido por criadores parecia seguir sobretudo, embora não apenas, a ascendência e a utilidade (atestada na prática) de um exemplar.

Olhando para a literatura, esses aspectos chamam atenção. Reproduzido na *Revista Brasileira: jornal de ciencias, letras e artes*¹²⁵ (Rio de Janeiro, RJ) no final do século XIX, o conto “Violento”, de Valdomiro Silveira (1873-1941), trata das aptidões cinegéticas e do falecimento de um cão *paqueiro* de nome Violento, de propriedade de Nho Quim (REVISTA BRAZILEIRA, 1897, edição 00011, p. 69). Sem dar atenção à aparência do cão, o conto investe em descrições de sua atuação como parceiro de caça, valorizando, por exemplo, que Violento “não era [...] de gritar que nem papagaio, logo na soltada, mas também, quando se ouvia um quarteado fino lá no meio do mato, podia-se contar certo que rasto já havia. Coelava uma cambucica, por mais esperta e marralheira que fosse, e não largava mais; quando percebia que ella estava cançada, ferrava-lhe os dentes a todo o risco, sem medo e sem dó” (Ibidem, p. 65). Muitos elogios são feitos a sua capacidade de raspar e cavoucar a terra, espalhar folhas secas, sem deixar uma presa escapar. No conto, essa capacidade é interpretada como se precedesse Violento. Para Valdomiro, ela “já vinha de raça, e quem puxa aos seus não degenera. O pai, chamado de Bocca-negra, foi afamado neste centro do sertão, a mãe, por nome Candimba, teve histórias largas, e até queria o dono dizer (de certo, prosa atôa) que os avós já tinham sido assim” (Ibidem, p. 65). Nesse conto, as virtudes cinegéticas de Violento são associadas à família e à linhagem as quais pertence, cuja semelhança ao longo das gerações afastaria o risco de degeneração.

Outro exemplo é a novela “Os palmares”, de Jorge Velho, pseudônimo adotado por Joaquim de Paula Souza (1833-1887), médico, higienista, fazendeiro e escritor (BLPL, 2022). Veiculada pelo jornal *A Constituinte: Orgam Liberal*¹²⁶ (São Paulo, SP) como folhetim¹²⁷ entre maio e julho de 1880, mas em 1885 publicada em forma de livro, essa novela trata sobre a

¹²⁵ Inicialmente publicado de forma quinzenal, depois mensal, essa revista de circulou entre 1895 a 1899. A Revista foi editada por “Laemmert & C., Rio de Janeiro - São Paulo”, inicialmente usando “z” em seu nome e mais tarde “s”, quando passou a ser editada pela “Sociedade Revista Brasileira” (FRANCO NETO, 2019, p. 46). Os temas tratados eram diversos, incluindo letras, artes, história, economia, ciências sociais, entre outros, sendo que, como sugere apresentação da revista escrita pelo seu diretor, José Veríssimo, o Brasil e as “coisas brasileiras” mereceriam “carinhosa preferência, sem sacrifício da indagação de quanto do estrangeiro possa também interessar” (Ibidem, p. 47). Nomes como o próprio Veríssimo, Machado de Assis, Aluisio Azevedo, Sylvio Romero, entre outros, colaboraram escrevendo para a revista.

¹²⁶ Fundado em 1879 por Joaquim de Almeida Leite de Moraes, Bento Francisco de Paula Souza e Basílio Augusto Machado de Oliveira, seus redatores, mas gerenciada por Alfredo D’Almeida, esse jornal possuía tipografia própria e circulava diariamente na província de São Paulo, sendo vendido por meio de assinatura ou de forma avulsa.

¹²⁷ Um “espaço tipográfico” que, situado no pé da página de um jornal, apresentava textos de caráter ficcional, como romances, contos, entre outros. No *Jornal do Commercio*, por exemplo, o folhetim era editado no rodapé da primeira e da segunda página (NÓBREGA, 2008, p. 1).

capitania hereditária de São Vicente e os últimos momentos do Quilombo dos Palmares, no final do século XVII. Oferecida ao público leitor do final do século XIX, momento de avanços legais e de fortalecimento da luta em favor da abolição da escravidão, a novela oferece uma perturbadora, mas não surpreendente romantização de genocidas como Domingos Jorge Velho (1641-1705), mercenário contratado pelo governador da capitania de Pernambuco para destruir o quilombo dos Palmares e inspiração para o pseudônimo usado pelo autor. Sem me deter em detalhes do contexto, do autor e do conteúdo da novela que tenta vincular o mito bandeirante com o passado e a identidade nacional, algo que a historiadora Jaqueline Martinho dos Santos (2020) elabora de forma didática, gostaria de chamar atenção para duas passagens que compõem seu segundo capítulo, “*A caçada*”, a primeira delas publicada no dia 23 de maio de 1880 e a segunda dois dias depois:

[...] Tinha inclinação louca para caça. Era o maior gozo de Velho. Era tão exaltada a sua paixão, que para refreal-a, o pae não dera-lhe licença de trazer espingarda, apesar de já contar desoito annos, no momento que encetamos nossa narração.

Nada fazia-lhe, porém, diminuir o gosto: antes os obstaculos o faziam crescer. Não teve, tambem, licença para crear cães; e o velho Barros, que dava cães a todos, não os consentia ao filho.

Um domingo que Velhinho andava a caça, armado apenas do seu bodoque e de uma faca, ao passar por um tanque que havia no matto, e que por isso era chamado Tanque do Matto, um rumor e bater de agua chamou a sua atenção.

Velhinho chegou-se a ele e vio uma cachorrinha que mal abriera os olhos, em risco de se afogar. Pela fraqueza com que batia as mãosinhas n'agua, via-se que havia muito que ella alli estava lutando com a morte. Debalde chegava á barranca. Tão ingreme era e tão alta, que mal achava n'ella um enconsto para não se afogar. Ali descansava um instante, e logo dava de caminhar tentando mais adeante, e vêr se em algum logar seria menos difficil a subida da barranca. N'esta tentativa estava, e já bem pequeno era o barulho, que fazia, pois, não tinha mais forças, quando Velhinho chegou á beira do tanque e observou por algum tempo a sua agonia. E condoendo-se d'ella, desceu, e a trouxe para a terra. A poder de cuidados, pôde fazel-a espertar com o seu calor.

Por indagações a que procedeu, veio a saber que aquella cachorrinha era filha de uma cadella paqueira e do Martyrio, o melhor veadeiro que tinha seu pae, e descendente de outro Martyrio, que foi o primeiro cão de caça que veio á provincia de S. Paulo.

Esta cachorra paqueira pertencia á um caboclo, casado com uma bugra mansa, e por isso assim que, com o trato, pôde fazel-a espertar, Velhinho levou a cachorrinha a casa do caboclo que se chamava Chico Grande.

Este contou que fazia mais de um dia que tinha atirado n'agua a cadelinha, que lhe era de mais, visto ter deixado tres irmãos, que não eram fanados, e iras como ella; mas condoendo-se pela grande resistencia que tinha apresentado á morte, propoz-se a creal-a, e offereceu a Velhinho creal-a para elle.

Este acceitou como um grande favor, e a cadellinha, á que pozeram o nome de Pinduca, que os indios disseram significar - minha vida - foi creada na casa do Chico Grande. (A CONSTITUINTE, 1880, edição 00251, p. 2)

[...] Entrementes, Velhinho foi aos poucos conseguindo licença do pae, para ter essa cachorra só, conteve o pretexto de que era um presente do velho aggregado, que não queria desfeitar.

Estava agora a Pinduca com mais de um anno de idade, e comquanto peva, mostrava em outros traços do corpo, e sobretudo nas qualidades raras que a distinguam o sangue de que descendia. Era vermelha, tirando para o amarello, baixa, comprida, de longo e flexivel pescoço, e bonito focinho.

Os irmãos de Velhinho diziam por chacota que elle dormia com a Pinduca na cama. O certo é que a fazia dormir em baixo da sua cama e comer com elle na roça.

Era a companheira infallivel de Velhinho. Tanto se estimavam, que já se entendiam. No brejo, ella fazia voar marrecas e frangos d'agua: no matto corria pacca. Encontrando um bando de urús, acuava e fazia Velhinho acudir e acabar o bando. De tal maneira comprehendia o dono, tinha qualidades tão apreciaveis, que se fossemos a narrar seus feitos, suas proezas passariam por couzas encantadas.

Pedro Vaz não consentia que Velhinho levasse a Pinduca aos veados: depois de muita insistencia d'este, sempre concedeu-lhe que fosse; porém, presa, só soltando depois de estar em pé o veado, para não perturbar a caçada com levante de cacinha, que como meia raça, estava mais sujeitar a fazer.

Depois de levantado o veado, Velhinho a soltava e tinha-se mostrado de grande ligeireza e faro, seguindo sempre na frente, com a Mulata, que era sua irmã, pois ambas eram filhas do Martyrio, que já um tanto velho, cedia a danteira unicamente ás duas filhas.

Se havia resvallada, ou perdida, o velho Martyrio, que vinha atraz, tomava a dianteira, endireitava sua resvallada ou barroava, se era perdida, e regia por algum tempo a corrida, até suas duas filhas de novo tomarem a dianteira.

A Mulata estava então em toda a sua força, a mestreza, tinha quatro annos; era filha do Martyrio e da Peléca, notavel veadeira, e de raça inteira, que pelos seus dedos esparramados em fórma de leque, tinha sido alcunhada pé de leque, ou por contracção - Peléca.

Esta conformação dos pés fazia com que, apesar de extraordinario faro, não pudesse a Peléca reger as corridas.

Pedro Vaz á custo consentia Velhinho levar a Pinduca aos veados; e nas perdidas, mandava segural-a immediatamente, com medo que levantasse immundicia, como chamam os caçadores a toda a caça que não é veado e anta.

Mas, até então, apesar de paqueira, Pinduca não tinha envergonhado o dono.

A superioridade dos cães de raça inteira de tal maneira se tinha tornado evidente aos paulistas, que entendo que, bem como foi a superioridade do cavallo de puro sangue que mais arraigou nos inglezes as suas idéas aristocraticas, foi a do cão de raça o que as firmou entre os paulistas.

Era este cão muito superior á todo outro, que tinha mescla de meia raça, ou de uma raça differente. Pelo que caprichavam os paulistas em conservar pura esta raça, que até hoje se tem perpetuado, apresentando os melhores cães de caça que existem hoje no mundo.

Os caçadores apuravam esta boa raça, com cães da mesma procedencia, e de outros caçadores, ligando-os com muito criterio, de modo a ter boas qualidades physicas e moraes, e desfazer defeitos e más partes. Aquelles que tinham mancha de bastardia, que não eram de raça inteira, e os que tinham defeitos que os tornassem improprios á caça, iam á agua com uma pedra ao pescoço.

Era tão grande a cautela que tinham, que até hoje os caçadores podem contar os avós de seus cães desde remotos tempos, e sem ter um Stud-book, conservam na memoria a genealogia de seus cães, de certo mais antiga do que a dos cavallos inglezes, pois data de pouco depois de povoada a capitania de S. Vicente.

Eram em começo grandes, membrudos, tornando-se hoje menores pelos continuos cruzamentos entre si.

A robusteza servia-lhes para lutar contra as feras e o pezo para vencer o intrincado dos cipós e matto, maior naquelles tempos do que hoje. [...] (A CONSTITUINTE, 1880, edição 00253, p. 2)

A primeira passagem fala do encontro de Domingos Jorge Velho com uma cadela filhote, mais tarde batizada como Pinduca, filha de uma cadela *paqueira* e um cão *veadeiro* de nome Martyrio. A cena descreve a agonia da cadela atirada na água pelo “caboclo” (uma das muitas identificações raciais e racistas adotadas pelo autor para descrever pessoas) Chico Grande, mas resgatada por Velho em reação a sua manifesta resistência e força na luta pela

sobrevivência. Tendo seu corpo e qualidades explicadas pelo “sangue de que descendia”, Pinduca é descrita como uma *paqueira* de “meia raça”, baixa, comprida, de pescoço longo e coloração entre vermelho e amarelo. A despeito de seu bom desempenho diante de pássaros, pacas e outros animais, como diagnosticou Velho, essas passagens retratam a a desconfiança de Pedro Vaz em relação a utilização de Pinduca na caça de veados. Tanto a posição de destaque concedida à “mestreza” do grupo, a cadela Mulata retratada como filha de Martyrio e de uma *veadeira* de “raça inteira” de nome Peléca, quanto a desconfiança e as restrições colocadas à atuação de Pinduca, seguem convicções em relação a uma suposta “superioridade dos cães de raça inteira” se comparados àqueles de “meia raça”.

Digno de destaque como, na segunda passagem, Joaquim de Paula Souza tenha sido enfático sobre a suposta preocupação de criadores e caçadores paulistas em, a partir de uma genealogia conservada na memória, apurar e “conservar pura” a raça de *veadeiros*. Sob justificativa de “desfazer defeitos e más partes” e obter “boas qualidades físicas e morais”, escreveu, exemplares “que tinham mancha de bastardia, que não eram de raça inteira, e os que tinham defeitos que os tornassem impróprios à caça” eram afastados da reprodução e sacrificados em nome de acasalamentos seletivos entre “cães da mesma procedência”. Cães e cadelas que, quando de seu sacrifício, sobreviviam, como Pinduca, eram taxados de “mestiços” e estavam expostos ao desdém narrado na primeira passagem. Interessante perceber como, apesar de Joaquim de Paula Souza reconhecer a ausência da prática de manter registros genealógicos nesse final do século XVII retratado em forma de novela, tenha ainda assim se esforçado para tentar fazer presente a preocupação em relação à ancestralidade e à “pureza” racial de cães e cadelas.

Em todo caso, fossem de “raça inteira” ou “meia raça”, homens, cães e cadelas eram narrados em situações de confronto que exigiam provas de coragem. Em fragmento publicado em 30 de maio de 1880, por exemplo, Joaquim de Paula e Souza escreveu sobre o momento em que Velho, outros mercenários e vinte cães e cadelas usados na caça se encontram com uma onça:

Velho ia na frente, levando a Mulata puxada e ajojada com a Pinduca. Atraz d'elles vinham os cães com passo apressado, seguidos dos indios, atraz dos quaes, á pequena distancia, vinham os dous caçadores, a cavallo.

De repente ouvio-se um pequeno barulho do lado esquerdo do caminho, e uma onça pintada, de malha muida, appareceu [...]

[...] um cão mais atrevido, por isso que era mestiço de veadeiro e perdigueiro, se atirou primeiro sobre ella. Os outros tambem se atiraram, mordendo-a por todo o corpo o que ficaram cravados pelos dentes. A onça seguiu o primeiro, e ouvio-se o estertor de morte do mestiço.

Mas não póde ella fazer mais resistencia. Pelas largas feridas se escapava o sangue, e os cães a mordiam furiosamente, sem se importar com as feridas que ella fazia. Foi ella aos poucos pendendo o corpo e afinal cahio, tendo perdido de todo as forças na luta.

Os caçadores festejaram-lhe a queda com gritos de alegria, e a custo os cães, que podiam ficar feridos nos extreboxamentos da fêra, mettendo dentro da boca desta um páo que ella esbrugava nas ancias da morte.

Mandou então o velho caçador que quatro indios alli mesmo enterrassem o cão morto e levassem depois a onça e o veado em um varal para a casa: e afastando-se do lugar da luta, caminharam para o logar mais alto do morro donde se avistava o rio Tieté. (A CONSTITUINTE, 1880, edição 00257, p. 2)

Cenas como essas ou mesmo relatos de seus efeitos não são incomuns em escritos que versam sobre cães de trabalho entre o século XIX e XX, incluindo não apenas peças literárias como essa de Joaquim de Paula e Souza, mas notícias veiculados em jornais e livros que relatam caçadas, a exemplo de reportagem do jornal *Pharol* (Juiz de Fora, MG) em 18 de fevereiro de 1902, quando noticiou o aparecimento de uma “onça jaguatirica que tem devastado grande número de galinhas” como essa “fera matou um cão de fila que lhe ataçaram” (PHAROL, 1902, edição 00195, n. p.), e o livro “*Viagens e caçadas em Matto-Grosso*” escrito pelo oficial da Marinha brasileira Heitor Pereira da Cunha, quando sugeriu que Rompe, “o mais franzino dos cães, aproximou-se da fera [onça pintada], mas pagou caro fesse acto de imprudência: foi degolado de um só golpe” (CUNHA, 1922, p. 110). De substância à metáfora, esses registros apontam para os múltiplos sentidos associados ao “sangue”, de fluído vital e matéria de sofrimento ou falecimento de cães, cadelas e outros viventes, a símbolo e marcador de ancestralidade e parentesco. Em alguns momentos, esses sentidos pareciam inclusive se chocar, vide comentário de Heitor Pereira da Cunha sobre como a alta mortalidade de cães usados “em combate” tornava ainda mais árdua a tarefa de obter bons cães *onceiros*, considerados fundamentais à caçada:

Uma das maiores, senão a maior dificuldade para a realização de uma caçada de onça consiste, em Matto-Grosso, ou em qualquer parte, na obtenção da cachorrada; esses cães *onceiros*, não constituindo uma raça fixada como a dos nossos veadeiros, ou como as diversas raças de cães estrangeiros, são de obtenção assás difícil e trabalhosa, e se considerarmos o numero dos que morrem "em combate", fácil tornar-se-á avaliar das dificuldades a que alludo. No rio Taquary, afluente da margem esquerda do Paraguay, existe um fazendeiro, Sr. "Janjão", de Barros, cujos cães *onceiros* têm fama tradicional, fama tão grande que para dar ideia da excellencia de qualquer cão *onceiro* basta que se diga: é raça do "Janjão". Eu já conhecia dous dignos representantes d'essa cachorrada, "Coxé" e "Pombinha" [...]. (CUNHA, 1922, p. 85)

Naturalistas que visitaram o Brasil no início do século XIX também comentaram sobre a prática da caça, o emprego de cães, sua classificação e criação. Em “*Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*” (1830), traduzida pelo criador e caçador Clado Ribeiro de Lessa, o naturalista Auguste de Saint-Hilaire (1779-1853) dedicou algumas palavras sobre a caça de veados e cães *veadeiros*:

A caçada de veados é, ao que parece, uma das principaes distracções dos habitantes de Villa do Príncipe, e, em geral, dos de toda a província das Minas. Faz-se

sempre a cavalo. Utilizam-se, nessa caça, cães chamados *veadeiros*, cuja raça parece mestiçada como a de todos os cães do Brasil, e [que parecem] participar da do lebreu e da do grande cão de corso. Seu pello é geralmente arruivado; têm o corpo fino e alongado, focinho comprido, orelhas curtas e um pouco cahidas, cauda longa e pontuda. Não são fechados em canis como nos da Europa; é-lhes permitido andarem pelas casas, geralmente ajoujados dois a dois com uma corrente de ferro, e são alimentados com angu e canjica¹²⁸. [...] (SAINT-HILAIRE, 1938 [1830], p. 285-286)

Com base na aparência e no emprego de cães na caça, Saint-Hilaire especulou sobre os possíveis ancestrais de *veadeiros* “do” Brasil, sugerindo, como hipótese, cães e cadelas de raças como *lebreu* e *cão de corso*¹²⁹ (respectivamente, *lévrier* e *chien courant*), cujas características fenotípicas e funcionais lhe pareciam semelhantes. Apoiado em categoriais herdadas desde a Idade Média¹³⁰, Saint-Hilaire sugeriu que essa raça parecia “*mélangée*” (traduzido por Lessa como “mestiçada”) *como a de todos os cães do Brasil* (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 336). Quando de suas viagens pelo Brasil entre 1816 e 1822, esse naturalista também descreveu pessoas que conheceu ou observou. Sua leitura seguia no mesmo sentido. Vejamos duas passagens extraídas, respectivamente, de “*Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*” (1847) e “*Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo*” (1851):

Entre os numerosos habitantes do Sitio do Pari [em Goiás], todos irmãos ou primos, havia alguns perfeitamente brancos, com cabellos louros e faces rosadas; outros cuja côr amarellada e cabellos crespos trahiam uma origem africana. Apesar da pouca sympathia que, em geral, existe entre brancos e mulatos, essas misturas não são muito raras nas famílias pobres, que não podem ser muito exigentes nas alianças. Frequentemente, também, famílias de sangue mestiçado tornam-se outra vez brancas por novos cruzamentos; assim, um dos habitantes de Pari tinha evidentemente, um quarto de sangue negro; desposára uma mulher branca, os cabellos do filho eram lisos e de um bello louro. De tantos cruzamentos diversos resulta que, muitas vezes, é difícil decidir si um homem é realmente branco, ou si deve ser classificado entre os mestiços. (SAINT-HILAIRE, 1937 [1847], p. 202)

A população da França, como a de toda a Europa ocidental, é perfeitamente homogênea – uma só raça de homens e não existem escravos. O mesmo, infelizmente, não ocorre no Brasil. Não somente a escravidão é ali admitida, como também três raças completamente distintas (e os numerosos mestiços que as ligações entre as mesmas produziram) constituem a população do país. Escravos negros,

¹²⁸ No original: « *La chasse au cerf est, à ce qu'il paraît, un des principaux amusemens des habitans de Villa do Principe, et en général de ceux de toute la province des Mines. Elle se se fait toujours à cheval. On a, pour chasser le cerf, des chiens appelés veadeiros, dont la race paraît mélangée comme celle de tous les chiens du Brésil, et qui semblent participer du lévrier et du grand chien courant. Leur poil est ordinairement fauve; ils ont le corps long et étroit, le museau allongé, les oreilles courtes et un peu pendantes, le queue longue et pointue. On ne les enferme point dans des chenils comme ceux d'Europe; mais on les laisse aller et venir dans les maisons, ordinairement attachés deux à deux avec une chaîne de fer, et on les nourrit avec de l'angu ou de la canjica. [...] » (SAINT-HILAIRE, 1830, p. 336).*

¹²⁹ Em seu “*Vocabulário de caça*”, Lessa definiu o termo “cães de corso”, adotado nessa tradução, como aqueles “que perseguem os animais corredores”, sejam eles veados, lebres, raposas, entre outros, incluindo cães chamados de “galgos, sabujos e lebréus” (LESSA, 1944, p. 59). O termo *lebreu*, como seu nome denuncia, faz referência à caça de lebres.

¹³⁰ Para se ter uma ideia, em 1568, o fidalgo Jacques Fouilloux (1519-1580) publicou “*La Vénerie*”. Na obra, Fouilloux (1568, p. 1 tradução livre) tratou sobre a “antiguidade dos *chiens courants*, e quem primeiramente os trouxe para a França” da Bretanha, aspectos relativos à linhagem e à compleição de cães brancos, fulvos, cinzas e pretos, formas de cuidado (alimentação, tratamento de moléstias e treinamento), faz comentários e sugestões para reprodução seletiva e caça de cervos, javalis, coelhos, raposas e texugos.

uns crioulos, outros africanos; negros livres, africanos e crioulos; alguns indígenas batizados; um número considerável de indígenas selvagens; mulatos livres e mulatos escravos; homens livres, todos considerados, perante a lei, como da raça caucásica, entre os quais se encontra, porém, grande quantidade de mestiços de brancos e de indígenas – tais são os habitantes da província de São Paulo. Estranha confusão de raças, do que resultam complicações embaraçosas e perigosas, quer para a administração pública, quer para a moral social. [...] (SAINT-HILAIRE, 2002 [1851], p. 220).

De modo análogo ao que fez com cães “do Brasil”, Saint-Hilaire distribuiu designações raciais a pessoas com base em critérios ligados à aparência e à ancestralidade, para isso seguindo aquilo que Peter Wade (2017, p. 65) chamou de “congruência parentesco-raça”, quando a “aparência física racializada de alguém é explicável com relação à origem familiar”. Além de exemplar daquilo que Roberto DaMatta (1981, p. 58) chamou de “fábula das três raças”, a perspectiva comparativa adotada por Saint-Hilaire na segunda passagem, em especial, expressa de forma didática o que era respectivamente fonte de preocupação e desejo na leitura racial que o mesmo fez da história: enquanto o Brasil é negativamente caracterizado pela admissão da escravidão e a posse de uma população dividida entre três raças “completamente distintas” (branco, negro e indígena) e “mestiços”¹³¹ resultantes de sua fusão, criando, nos seus termos, uma “estranha confusão de raças” na qual pode ser “difícil decidir” sobre a classificação racial de alguém, a França e a Europa, em contrapartida, são valorizadas pela ausência da escravidão (em um esquecimento seletivo, mas nunca inocente de investimentos coloniais) e uma população considerada “perfeitamente homogênea” ou “uma só raça”. Pessoas e cães do Brasil eram lidos por Saint-Hilaire sob o signo de uma depreciativa heterogeneidade racial. No que se referia a pessoas, em especial, Saint-Hilaire não conteve seu racismo e sugeriu que isso poderia gerar “complicações embaraçosas e perigosas, quer para a administração pública, quer para a moral social”.

Especulações sobre a origem de tipos de cães e cadelas usados para caça no Brasil também podem ser encontradas em publicações periódicas sobre caça e cães no país. Um exemplo é o artigo “*Nossos cães de caça*”, de Henrique Silva¹³², publicado na revista *Chacaras e Quintaes*¹³³ (São Paulo, SP) em 15 de junho de 1916. No texto, Henrique contesta a hipótese

¹³¹ Sua avaliação nesse aspecto era negativa, mas ambivalente, vide quando em sua “*Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz*” sugere que, “si se tomar por objecto de comparação a intelligencia de uns e outros; talvez mesmo se possa affirmar que os mulatos têm maior vivacidade de espírito e facilidade em aprender do que os homens de raças caucasica; mas compartilham da falta de character inherente á raça africana” (SAINT-HILAIRE, 1937, p. 64-65).

¹³² “Entusiasta das grandezas da nossa terra”, “bravo caçador”, “militar, jornalista e publicista” nascido em Goiás, como sugeriu Eurico Santos em julho de 1935 ao redigir a nota de pesar de seu falecimento no periódico *O Campo* (1935, edição 00007, p. 30).

¹³³ Publicado mensalmente entre 1909 e 1969 e contando com Amadeu A. Barbiellini como editor, o periódico *Chacaras e Quintaes* tratou de temas diversos ligados à produção agropecuária e a vida no campo, entre eles raças de cães e o emprego de cães na caça. Em 1939 o periódico adotou o nome de *Chacaras e Quintais*.

atribuída ao historiador e visconde de Porto Seguro Francisco Adolfo de Varnhagen¹³⁴ (1816-1878) de que cães *onceiros* “do” Brasil seriam resultado do “cruzamento do galgo europeu com os perdigueiros desta mesma origem” (CHACARAS E QUINTAES, 1916, edição 0013-0006, p. 425). Fruto de “selecção desordenada”, contra argumenta Henrique, “*onceiros* do Brasil constituem variedades de raça obtidas pelo cruzamento do *veadeiro* com outras espécies”, sem detalhar quais (Ibidem, p. 425).

Para conhecer “os próceres dos nossos veadeiros”, por sua vez, Henrique sugeriu ser “mais natural que os procurássemos entre os cães das raças francezas, como por exemplo os de Santo Humberto, os da Gasconha, que bem poderiam ter vindo ao Brasil desde as primeiras expedições de Dugay-Trauin, Villegaignon e outras que se aprestaram para a conquista e colonização do nosso paiz” (Ibidem, p. 425). A justificativa para essas hipóteses sobre a origem das “variedades de raça” *onceiro* e *veadeiro* se apoiava em uma suposta inadequação de pessoas e cães, pois se o colonizador “portuguez não era caçador”, opina, como “poderiam resultar do cruzamento destas duas espécies distintas de cães – uma incapaz absolutamente de caça (o galgo), a outra avessa a caça nos mattos (o perdigueiro) –, animaes tão aptos e afeiçoados a este mister, como o são os nossos veadeiros?” (Ibidem, p. 425).

Passados exatos um mês, esse periódico publicou carta submetida à redação pelo assinante Paulo Pereira Barreto, na qual discordava da tese defendida por Henrique Silva. Na carta, Paulo endossa a hipótese de Henrique no que se refere à origem de cães *onceiros*, porém, diverge sobre *veadeiros*. Citando relação com José Augusto Junqueira Junior, lembrado como membro de “distinta família de caçadores deste Estado”, conta que ambos promoveram cruzamentos entre cães e cadelas de tipo *galgo* e *perdigueiro* a “fim de obter cães *veadeiros*” (CHACARAS E QUINTAES, 1916, edição 0014-0001, p. 499). A despeito de não nutrir “esperanças sobre as aptidões desses mestiços”, Paulo afirmou se surpreender com o fato de seus filhotes terem “sahido de primeira ordem como veadeiros, e ainda com a especialidade de caçarem perdizes como si fossem genuínos perdigueiros” (Ibidem, p. 499). Em resposta publicada na mesma edição, Henrique Silva sugeriu que a possibilidade de um cão se tornar ou não um bom caçador de veados e perdizes “depende[ria] da domesticação, do ensino”, advertindo ser “preciso não confundir raça, que implica transmissão de qualidades, com produtos inqualificados ou inqualificáveis, como geralmente o são os de mestiçagem” (Ibidem, p. 499). Nesse comentário, “raça” é associada à transmissão de qualidades de uma geração a

¹³⁴ Para conhecer a vida e obra desse historiador, entusiasta do Império e da construção de uma história e identidade para a nação, ver Guimarães (2011). No periódico *O Campo*, supõe-se que Varnhagen teria publicado “*A Caça no Brasil*”, ou “*Manual do caçador, por um devoto de Santo Humberto*” em 1860 (O CAMPO, 1941, edição 00140, p. 41), reproduzido em três edições de 1930 (O CAMPO, 1930, edição 00009, p. 50; edição 00010, p. 18; edição 00011, p. 73).

outra, enquanto “mestiçagem”, à ausência dessa transmissão, à falta de qualidades e à incapacidade de definição.

Esses assuntos se estenderam às décadas seguintes, a exemplo de textos do agrônomo Eurico Santos¹³⁵ (1883-1968) publicados na revista *O Campo: revista mensal ilustrada de lavoura, criação, industria, commercio*¹³⁶ (Rio de Janeiro, RJ) entre 1930 e 1940. Em um período caracterizado pela emergência de associações de canis, no qual cães e cadelas considerados de raças europeias vinham sendo importados, criados e comercializados no país, Eurico usou a coluna “*Cães & Canis*”¹³⁷ que assinava no periódico para falar também sobre “*As nossas raças caninas*” (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36) e “*Cães de caça brasileiros*” (O CAMPO, 1941, edição 00140, p. 27). O uso do pronome possessivo “nosso” e do gentílico “brasileiro” nesse e em outros textos é exemplar do crescente sentimento nacionalista em discursos públicos sobre criação de animais “de raça” no país, entre os quais cães.

Segundo Eurico Santos, os “caçadores brasileiros” reconheceriam “três tipos de cães nacionais: o veadeiro, o perdigueiro e o paqueiro”, os quais, por serem “produtos de cruzamentos diversas e ainda com caracteres flutuantes, não constituem raças rigorosamente falando” (O CAMPO, 1941, edição 00140, p. 27). Além de descrever características fenotípicas consideradas comuns em cães e cadelas desses “tipos”, Eurico Santos também opina sobre suas origens. Depois de citar Henrique Silva e sua teoria em relação aos *veadeiros*, Eurico Santos sugere não crer “que deixem de ter razões os que supõem o veadeiro descendente do galgo”, pois dadas as semelhanças físicas entre ambos (como ventre recolhido, peito alto e largo, pernas finas, cabeça afilada, focinho comprido e pontudo e cauda longa), na sua opinião seria “mais facil adaptarem-se estes cães a caçar na mata que com o cruzamento se

¹³⁵ Agrônomo, Eurico começou sua trajetória no jornalismo em 1910. Fundou as revistas *A Fazenda*, *A Fazenda Moderna*, *O Campo* e *Seleções Agrícolas*, e colaborou em veículos como *Gazeta de Notícias*, *O Jornal*, *Chácaras e Quintais*, *Caça e Pesca*, *Fauna e Sítios e Fazendas* (NOMURA, 2009). A despeito da diversidade de sua produção intelectual, seu primeiro livro foi “*Manual do Amador de Cães – Origem, domesticação, classificação das raças, reprodução, criação, alimentação, habitação, higiene, adestramento, moléstias e seu tratamento*”, publicado em 1927 e cuja oferta estampava as páginas d’*O Campo*.

¹³⁶ Publicado entre 1930 e 1952 na cidade do Rio de Janeiro, esse periódico era dirigido por Horacio Claudio da Silva. Como sugere primeira edição publicada em janeiro de 1930, a ideia do periódico era que, seu público alvo, “agricultores, sustentáculos da nossa prosperidade, victimas eternas e inconscientes da ignorancia secular de nossos antecessores, deveis nos libertar deste fatalismo aniquilador”, para isso, o periódico lembrava que “cultivar a terra não é mais uma arte e sim uma sciencia positiva” (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 13). O “intuito” dessa publicação seria informar e dar conselhos para que produtores seguissem o rumo de empresas comerciais do ramo agropecuário, sendo sua “maior aspiração” que “o agricultor mude de rumo, substitua as crendices do povo ignorante por informes positivos dos technicos” (Ibidem, p. 13).

¹³⁷ Os temas tratados nessa coluna variavam, incluindo “Alimentação de cães novos” (Ibidem, 1930, edição 00004, p. 109), “A escolha de um cão de raça” (Ibidem, 1930, edição 00005, p. 71), “O pointer, cão de mostra inglês de pêlo curto” (Ibidem, 1930, edição 00006, p. 50), “Origem de nossos cães domesticos” (Ibidem, 1931, edição 00003, p. 72), “O 'coursing' e a corrida de cães” (Ibidem, 1932, edição 00004, p. 45), “O fox-terrier pêlo de arame” (Ibidem, 1936, edição 00083, p. 44), “Eczema do cão” (Ibidem, 1940, edição 00131, p. 42), “As verminoses dos cães” (Ibidem, 1947, edição 00134, p. 47), entre outros.

conseguir das raças francesas citadas pelo cap. Henrique Silva um tipo engalgado como é o nosso veadeiro” (Ibidem, p. 28). “Ao lado destas três raças, ainda em formação, visto lhes faltar a fixidez de caracteres, que é o que constitui a raça”, escreveu Eurico Santos, “existe em vários Estados uma canzoada incaracterística, produto de cruzamentos a lei da natureza mas que presta serviços de caça”, com destaque ao “cão *onceiro* que se supõe ser descendente do cruzamento do veadeiro e do perdigueiro”, como aquele “denominado cabeçudo, ‘raça’ criada no Estado de Minas” (Ibidem, p. 28). Após reproduzir relatos de bravura de cães na caça da onça, Eurico Santos sugere que, “apesar de não possuir o sangue nobre dos cães europeus, o bastardo nacional, o pobre cão brasileiro, não é nem covarde nem destituído de inteligência” (Ibidem, p. 28). Nesse texto, o cão *onceiro* “do” Brasil é construído como *bastardo*¹³⁸, *pobre*, mas *corajoso e inteligente*.

Figura 21 – “Cena de caçada em Mato Grosso, com animais nacionais”, incluindo no texto de Eurico Santos



Fonte: *O Campo* (1941, edição 00140, p. 27)

Nessa leitura ambivalente, Eurico Santos tentou amparar a possibilidade de ascensão de “raças” que pudessem ser consideradas “brasileiras”. No texto “*As nossas raças camina*”,

¹³⁸ Para se ter uma ideia dos significados pejorativos que rondam o termo, uma consulta ao dicionário da Michaelis (2022b) aponta sentidos como “designativo do filho que nasceu fora do matrimônio”, “que degenerou de sua origem ou natureza”, “que se tornou diferente do tipo ordinário ou primitivo”. A cientista social Rosely Gomes Costa (2009, 105) sugeriu que “na época colonial, o termo bastardo era considerado pejorativo pela Igreja, por ser derivado do grego *bastaris* e significar ‘mulher depravada’”. Nota-se, portanto, sua associação ideias sobre depravação, laços parentais desconhecidos, relações extraconjugais, degeneração e diferença daquilo que antecede.

Eurico Santos sugeriu que, introduzidas pelos “conquistadores e colonizadores”, as “raças aqui criadas ao deus-dará, em contacto com um meio ambiente diverso, tomaram novos aspectos e se transformaram em verdadeiras ‘variedades’”, ou seja, uma “collecção de individuos da mesma especie, possuindo um ou varios caracteres communs não transmissiveis por hereditariedade” (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36). Em alguns casos, as designações dessas variedades eram acrescidas com os nomes de seus criadores ou das regiões da qual vinham, como *veadeiro Paula Souza* e *veadeiro paulista* (O CAMPO, 1941, edição 00140, p. 28). Segundo Eurico, no entanto, apenas quando essas variedades fossem capazes de transmitir à descendência as características compartilhadas com seus congêneres, seria possível falar na formação de uma raça canina. Otimista com essa possibilidade, Eurico Santos sugeriu que o que “vem succedendo com o nosso veadeiro paulista, com os onceiros em Minas, com certos paqueiros e perdigueiros, mostra bem o caminho que irá ter na constituição duma raça”, mesmo que, “até então”, o “caminho seguido” pelos criadores não possuísse “nenhuma diretriz absolutamente zootechnica” (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36). Avaliando o contexto do início do século XX, ele sugeriu que:

Cada criador [...] procura procriar seus cães, acasalando-os com outro que se tem revelado excellentes na caça. Ha, pois, neste acasalamento, uma direcção selectiva, elegendo-se para reproducção os animaes ‘bons caçadores’. Nada ha, portanto, de surprehender quando os caçadores falam nos veadeiros paulistas e noutras ‘raças’, que, se zootechnicamente, ainda não o são, possivelmente poderão vir a ser. (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36)

[...]

A exemplo do que se está fazendo com as gallinhas crioulas, com os bovinos, equinos e suínos, engendrados em nosso meio, bem se poderia proceder com os ‘nossos cães’.

Eis ahi uma tarefa interessante e grandemente seductora: erguer do chaos onde se agitam, as raças caninas em via de formação e sob os principios da zootechnia, depural-as e apural-as, para que surgisse o cão brasileiro. (Ibidem, p. 37).

Tingido com cores semelhantes à história das raças caninas na Grã-Bretanha, o exemplo para a formação de um “cão brasileiro” passaria pela inspiração em princípios e práticas da zootecnia e daquilo que se estaria fazendo com o bovinos, equinos, suínos e aves. Caso isso fosse seguido, cães e cadelas “mestiços” ou “bastardos”, como sugeriram respectivamente Henrique Silva e Eurico Santos, poderiam se transformar em uma “raça” no sentido definido por ambos? A reconhecida heterogeneidade de tipos ou variedades de cães e cadelas de caça no país poderiam dar lugar à uniformidade fenotípica e à consistência (capacidade de transmitir ela de geração após geração) desejada para uma raça animal no sentido zootécnico? Mais do que uma possibilidade, Eurico Santos falava de um processo em curso, ou em seus termos, de “raças caninas em via de formação”. Decerto não havia consenso a respeito, pois, como comenta Eurico Santos, também era comum encontrar “caçadores e esportistas

habituaados com as raças estrangeiras [que] não supportam os ‘gosos’¹³⁹ nacionaes e negam, de pés juntos, com o evangelho zootechnicamente na mão, a existencia das raças crioulas, sem se lembrarem, do que está acontecendo com os bovinos caracús e outros animaes crioulos”¹⁴⁰ (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36).

Aquilo que estava “acontecendo” com outros animais, como sugeriu Eurico Santos, pode ser particularmente ilustrado pelo texto “*Valor das raças puras*”, publicado no ano de 1934 pelo zootecnista Alcides Di Paravicini Torres, da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ)¹⁴¹, no estado de São Paulo. Expressando surpresa por “raças puras” ainda não terem “prosperado no Brasil” como “em outros países”, Torres comenta sobre a criação de gado, porcos, burros e define “raça pura”:

[...] Denominamos raças *puras*, ás raças antigas, melhoradas do ponto de vista da precocidade, do rendimento, da conformação, da uniformidade, etc. e que são capazes de transmitir á sua descendencia, mesmo nos cruzamentos com animais de raça comum, suas bôas qualidades zootecnicas, pelo que são tambem chamadas 'raças melhoradoras'. São animais de grande aquisitivo, cuja exploração lucrativa entre nós muito depende da natureza da exploração. Seu grande valor para nós, está na possibilidade de melhorar nossos produtos animais, pelo cruzamento, aproveitando o lastro de raça comum pouco produtivo, que possuimos. (TORRES, 1934, p. 204)

Além de associar “raça pura” a antiguidade e prepotência, aquelas que “transmitem com grande fidelidade suas qualidades” (Ibidem, p. 207), Torres sugeriu que, aproveitando o “lastro de raça comum” encontrado no Brasil, seria possível melhorar nossos produtos animais pelo cruzamento com “raças melhoradoras”. Falando particularmente sobre bovinos¹⁴², Torres (1934, p. 206) indicou que o “estrangeiro entra nessa sociedade com suas qualidades nobres e o nacional com sua resistência, sua adaptabilidade, sua rusticidade”. Se valendo de uma retórica semelhante ao método fracionário de Everett Millais tratado no **Capítulo 4, seção 3**, Torres criticou criadores “em geral ignorantes dos conhecimentos de genética animal” que, “por esta razão, dão preferência aos reprodutores 1/2, 3/4, 7/8 de sangue, por

¹³⁹ Segundo o “*Vocabulário de caça*” de Clado Ribeiro de Lessa (1944, p. 81), “goso” significava um “cão ordinário, muito mestiçado”. Divergindo de Henrique Silva em seu livro “*Caças e Caçadas no Brasil*” (1898), quem sustentava que o termo “goso” se referia a um cão “que não caça”, Lessa deu um sentido mais racial ao termo e enfatizou que “a maior parte dos cães empregados para a caça no interior do Brasil se com põe de gosos, isto é, de cães sem raça definida” (LESSA, 1944, p. 81). A obra de Henrique Silva foi inicialmente publicada como “*A Caça no Brasil Central*”, mas reeditada provavelmente após 1906 sob título “*Caças e caçadas no Brasil*”, como citado por Lessa (FERREIRA, 2014, p. 51).

¹⁴⁰ Carregado por conotações racistas, o termo *crioulo* parece também se revestir de um dos sentidos contemporâneos oferecidos pelo dicionário de língua portuguesa da Michaelis, isto é, “animal ou vegetal já nascido em país colonizado, por oposição ao que veio de outros países, em particular do continente europeu” (MICHAELIS, 2022).

¹⁴¹ Localizada em Piracicaba, município do centro-oeste do estado de São Paulo, e fundada em 1901, até 1934 essa instituição integrava a Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo, quando então foi incorporada à Universidade de São Paulo (USP).

¹⁴² Esse tema é trabalhado de forma exemplar por Natacha Simei Leal (2014; 2016) em suas pesquisas sobre a pecuária de elite em Minas Gerais, Brasil

serem mais baratos e apresentarem um aspecto tão bom como o puro e às vezes melhor” (Ibidem, p. 206) e recomendou o uso de animais “puros”, sob justificativa de estar “provado científica e praticamente ser esse o único meio de obter resultados seguros” (Ibidem, p. 207). Ainda assim, ressalva Torres, esses aspectos não seriam garantia última de qualidade. De acordo com ele, “é bom fazer notar que o reprodutor póde ser de raça fina, puro de pedigree, e ser um indivíduo degenerado ou não ter qualidades de ‘raçador’”, de modo que, considerando que “maos genitores existem em todas as raças”, seria “mister saber distingui-los” no processo de seleção para reprodução (Ibidem, p. 206).

Para o caçador, criador e comerciante de cães Geraldo da S. Furtado, redator do texto “*Cães de caça*” publicado em 1907 no periódico catarinense *O Dia* que abre esta seção, o acréscimo de “sangue” de cães “estrangeiros”, particularmente de origem europeia, era considerado de grande utilidade para a constituição de uma raça canina “nacional”. Em seu texto, Geraldo fez comentários vagos sobre a origem de cães *onceiros* no país, equiparou as qualidades de “*veadeiros* de São Paulo e Minas” ao que chamou de “cães goyanos” e descreveu alguns “caracteres” ou “traços physiologicos” de *perdigueiros* (O DIA, 1907, edição 01762, p. 2). Falando de “sangue” nos termos fracionários de Everett Millais, Geraldo contou sobre acasalamentos conduzidos por ele e, entre rasgados elogios à linhagem de seus cães, ofereceu sugestões aos leitores que se dedicassem à caça:

Effectivamente dou testemunho das brilhantes qualidades de meus cães de caça. Como caçador, sempre tive matilha, e matilha boa, excepcionalmente boa, com muitos filhos do meu melhor cão, e da minha melhor cachorra. Obtive um bom cão inglez, misturei com um boa cachorra daquellas que chamamos raça franceza e com o filho dessa cachorra, formei cães verdadeiramente notaveis, que por seu turno, produziram cães tambem notaveis: Hoje estão elles com um quinto apenas de sangue inglez, e são ainda de primeira ordem. Continuassem os nossos caçadores a proceder deste modo em breve trecho, estaríamos com uma raça constituída, e essa seria, sem questão, superior a tudo quanto tem o estrangeiro, pela duração, saúde e astucia. [...] (O DIA, 1907, edição 01762, p. 2)

Como se percebe dessa e da próxima passagem citada, além de oferecer comercialmente cães de caça e matilhas, Geraldo defendeu que a “regeneração” dos “nossos cães”, os quais caracterizava como tenazes, robustos e ativos, poderia ser alcançada por meio do cruzamento com exemplares “puro-sangue” de raças inglesas, francesas e alemãs:

Até aqui o que tenho feito è apenas conservar, melhorando a raça de cães pela escolha inteligente dos mais aperfeiçoados typos; mais, perdoem-me os caçadores meus patricios, convém, pois, antes de tudo, a regeneração pelo cruzamento com os cães de puro-sangue, os cães francezes e inglezes, que reúnem os melhores attributos, qualidades estas creadas egualmente pela selecção bem comprehendida. Dos productos dos puro-sangue inglez com a raça franceza e allemã, tira-se mestiços de primeira ordem. Quanto aos perdigueiros, nós possuimos os melhores do mundo, pois os recebemos de primeira mão vindos da Hespanha, de onde os

ingleses buscaram o Pointer e o Setter, duas raças que se completam formando o tipo ideal do cão de perdizes.

É aquelle *desideratum* está pendente apenas da intelligente compreensão e boa vontade de nossos caçadores, dos quaes, muitos em vez de procurarem melhorar a raça, e dispondo aliás de fortuna, limitam-se a “comprar cachorros de caboclos, cães apenas bem puxados pelo dono, em geral bom caçador”. O que precisamos é de “caçadores criadores” que, quanto antes, aproveitem a materia prima que ahi temos em nossos cães que são tenazes, robustos, activos, na preparação dos cães para a caça. [...]

Aos amadores de cães, bem como aos caçadores, faço sciente que tenho em minha chacara diversos e importantes cães para guarda de chara, cães legitimos - Atravessado.

Tenho tambem matilhas, trelas de primeira ordem, para caça, com os preços, a quem os pedir.

Bela Vista, 4 de janeiro de 1907.

Geraldo da S. Furtado. (O DIA, 1907, edição 01763, p. 2)

Esses fragmentos dão mostra de discussões sobre a possibilidade de formar ou melhorar qualidades de um tipo, variedade ou raça por meio do acasalamento entre tipos considerados distintos. Apesar de ser debatido no âmbito de um discurso no qual “pureza” e homogeneidade (a “uma só raça” de Saint-Hilaire) eram um valor, essa possibilidade se enquadrava bem na leitura que era feita de cães e cadelas no país: “mestiços” com uma incerta e discutida ancestralidade europeia apreendida pelo fenótipo e pelas qualidades funcionais. Sob o horizonte da “melhora”, a “mestiçagem” entra no rol de possibilidades como instrumento de “regeneração”. Geraldo defende que o cruzamento seletivo dos tipos nacionais com “puro-sangue” europeus (cujas qualidades derivariam da seleção) poderia produzir “mestiços de primeira ordem”. Ainda que essa possibilidade fosse objeto de discordância, algo que anima o restante desse capítulo com casos historicamente situados, discursos semelhantes aos de Geraldo da S. Furtado e Alcides Di Paravicini Torres podem ser rastreados do último quartel do século XIX à segunda metade do XX.

Exemplos podem ser encontrados na revista *Fauna* (São Paulo, SP). Em sua sexta edição de 1951, no artigo “*Dos cães de caça*” assinado por Bento Arruda, a possibilidade de aperfeiçoar *veadeiros*, *paqueiros*, *perdigueiros*, *onzeiros* e outros tipos de cães no Brasil através do acasalamento com cães de raças europeias é exaltada, para isso bastando “a aplicação cuidadosa de seleção e cruzamento” (FAUNA, 1951, edição 0006, p. 17). Para Bento Arruda, “nada mais simples” que “tomar para base de uma tal reforma o excelente elemento que já possuímos” (Ibidem, p. 17). Por serem dotados de “aptidões especiais como faro, resistência” e “condições mesológicas de quase dois séculos”, cães *veadeiros* são valorizados como “elemento primordial para obtenção de diversas outras matilhas com aptidão especial” (Ibidem, p. 17). A contraparte europeia, opina Bento Arruda, poderia vir da “raça de cão inglês” *foxhound*. No que se refere a cães a *paqueiros*, o acasalamento com exemplares de raça *dachshund*, “cão de pernas curtas, mas direitas, ao contrário de *basset* que as tem tortas e muito

deselegantes”, é considerada capaz de produzir “paqueiros de extraordinárias qualidades, prestando-se pelo seu porte para penetrar com facilidade nas tocas”, enquanto cães *onceiros*, por fim, poderiam ser melhorados através do “cruzamento com o *mastim inglês*” (Ibidem, p. 17).

No texto “*Conversa entre caçadores*” assinado por Cassiano Coelho Gusmão e publicada na nona edição da *Fauna* em 1952, o mesmo conjunto de possibilidades é apresentada para o assinante da revista:

Um outro problema é, como dissemos em nosso artigo inicial, o da criação dos cães de caça. Necessitamos de animais adaptados ao nosso meio e às condições predominantes nas diversas regiões climáticas do Brasil. Não temos cães nacionais. Em todo este vastíssimo território de oito milhões de quilômetros quadrados, cinquenta milhões de habitantes e as mais diversas condições de clima, habitat e sistemas de caçar, não existe uma só raça de cão de caça nacional, com caracteres definidos, capaz de ser oficialmente reconhecida pelo Kennel Club do Brasil. O nosso veadeiro, pobre cão plebeu renegado ao abandono e aos acidentes da reprodução natural, desordenada, é um cão que possui muitas qualidades excelentes, mas carece de um tipo estável, definido, capaz de fixar para sempre as qualidades boas que já possui, para melhorá-las depois, por meio de cruzamentos judiciosos com raças nobres, tais como o Blood Hound, ou o American Fox Hound que já vem sendo utilizado entre nós, onde é geralmente conhecido pelos nomes de 'veadeiro americano' ou 'americano urrador'. [...]

E o que se dá com o veadeiro nacional, da-se em maior escala ainda com os cães utilizados para a caça à paca, os chamados 'paqueiros', onde cada matilha apresenta uma variedade infinita de tipos impossíveis de classificar, desde o mais autêntico 'vira-latas', até cães de raça, como os Bassets, que estão longe de representar o tipo mais adequado para tal gênero de caçadas. (FAUNA, 1952, edição 0009, p. 7)

Para a caça à onça, temos o chamado cão onceiro, ou 'cabeçudo', do Sul de Minas, animal de grande coragem e resistência, mas de tipo racial instável, incapaz, portanto, de ser reconhecido pelo Kennel Club do Brasil como uma raça definida. Este é ainda outro tipo de cão que, cruzado com o Blood Hound, Plot Hound, Conhound ou Bluetick Hound (estes três últimos americanos) poderia dar uma raça nacional de cães onceiros capaz de ser registrada e oficialmente reconhecida. (FAUNA, 1952, edição 0009, p. 7-8)

Ao diagnosticar a ausência de raças de cães de caça nacionais, Gusmão sustenta a necessidade de criar raças adaptadas ao meio, ao clima e aos sistemas de caça no país. Cães de tipo *veadeiro*, *paqueiro* e *onceiro* são descritos pela ausência de tipos estáveis, definidos, capazes de *fixarem para sempre as qualidades boas que já possuem, para melhorá-las depois, por meio de cruzamentos judiciosos com raças consideradas nobres*. Para que isso que já estaria ocorrendo com alguns tipos¹⁴³ fosse levado adiante com outros, a exemplo do *onceiro* de apelido “cabeçudo”

¹⁴³ Registros sobre *veadeiros* também podem ser encontrados no “*Vocabulário de caça*”, de Clado Ribeiro de Lessa. Nele, Lessa escreve que o “Dr. Paula Sousa, velho caçador paulista”, teria importado e criado cães de raças como cão de Santo Humberto (bloodhound) e foxhound inglês que, “cruzados com os nossos veadeiros da velha raça, deram alguns bons produtos” cujo “sangue está dinamizadíssimo nas nossas matilhas”. Lessa não detalha a qual membro da família "Paula Sousa" se refere. No entanto, é interessante observar que, desde Francisco de Paula Sousa e Melo e três de seus quatro filhos, João Francisco, Antônio Francisco e Bento Francisco de Paula Sousa, fruto de sua relação com Maria de Barros Leite, remetem a uma “linhagem” ligada à vida política

criado no sul do estado de Minas Gerais, Gusmão defendia a importância de “despertar o espírito associativo dos esportistas brasileiros, reunindo-os em torno de clubes especializados, com programas nacionais bem definidos para persecução de cada um desses objetivos” (Ibidem, p. 8). Para ele, isso incluía criar um “clube do veadeiro nacional”, “clube do paqueiro nacional”, e por aí vai. A inspiração para isso vinha daquilo que as cada vez mais numerosas e estruturadas associações de canis especializadas estavam propondo para a raça *pastor alemão* desde a década de 1930, pois, segundo Gusmão, “o que eles fizeram simplesmente como amadores, ou animados por um muito louvável espírito patriótico, poderia ser feito, com muito mais razão ainda, pelos caçadores” (FAUNA, 1952, edição 0009, p. 8-9). Se raças caninas com origem atribuída a outros países vinham sendo criadas e registradas em associações de canis no Brasil, isso também poderia ser aplicado para cães de trabalho “no” Brasil, ou, quem sabe no futuro, “do” Brasil.

Na décima edição da revista *Fauna* publicada em 1952, Gusmão dá continuidade à matéria “*Conversa entre caçadores*”, tratando particularmente sobre o aperfeiçoamento do “nosso veadeiro” (FAUNA, 1952, edição 0010, p. 12-14). Nessa edição, Gusmão traz para as páginas da Fauna dúvidas recebidas através de cartas de leitores: “‘Por que’, diz o missivista, ‘aconselha V. S. o cruzamento do nosso veadeiro com o Bloodhound?’ Haja vista que, para o leitor, essa raça de cães inglesa seria demasiada lenta e pesada para o ‘trabalho do mato’”. Essa sugestão, responde Gusmão, “baseia-se em sólidos princípios de cinologia, de vez que o Bloodhound tem sido usado em larga escala para trabalhos de recuperação racial [...] e ainda para a formação de grande maioria das raças de cães de caça que hoje conhecemos” (Ibidem, p. 12). De fato, o que apresentei através da atuação de Everett Millais no contexto britânico do final do século XIX se enquadra bem nesse comentário. Para Gusmão, inclusive, essa iniciativa não estaria “acontecendo por mero acaso, mas deliberadamente e com conhecimento de causa; pois esta raça possui em grau superlativo uma série de qualidades que nenhum outro cão ostenta em tão alto grau” (Ibidem, p. 12). Todas suas “qualidades”, defendeu o comunicador, seriam “essenciais em um cão de corso, seja ele veadeiro, paqueiro, onceiro ou raposeiro” (Ibidem, p. 12). Entretanto, por envolver o acasalamento entre cães e cadelas considerados distintos, Gusmão demonstrava preocupações de que, em série e sem critério, essa possibilidade pudesse trazer prejuízos:

e aos interesses do Império. Enquanto o patriarca foi deputado geral (1826-1833), senador do Império (1833-1851), ministro dos Negócios do Império e da Fazenda, presidente do Conselho de Ministros e conselheiro do Império, seus três filhos ocuparam cargos semelhantes e outros, como deputado provincial, ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Império, ministro da Marinha, entre outros (CPDOC, 2022). No que se referia aos cães, Lessa endossou idéias de Saint-Hilaire de um século antes e afirmou que “os cães veadeiros do Brasil não têm raça definida”, se tratando, portanto, de “gosos escolhidos dentre os que apresentam pernas longas e focinho fino e comprido” (LESSA, 1944, p. 123).

Cruzar um animal com outro de raça ou tipo diferente, com o fim de melhorar suas qualidades ou formar uma raça nova, não significa estabelecer uma fábrica permanente de mestiços. Cruzamentos judiciosos não alterariam o aspecto geral do nosso veadeiro, mas seriam suficientes para legar-lhe certas qualidades raciais que ele absolutamente ainda não possui. (Ibidem, p. 13).

A despeito dessa ressalva, entre aqueles que escreviam para periódicos vigorava um olhar otimista. Com o texto “*Interessantes observações de um grande cinegetista brasileiro sobre a arte de caça*” veiculado na oitava edição da revista Fauna de 1954, Mario A. Silva fez comentários sobre o legado de qualidades raciais que resultaria do acasalamento entre exemplares *veadeiros de velha raça paulista* e da raça *fox-hound* importados dos Estados Unidos da América (FAUNA, 1954, edição 0008, p. 38). Enquanto o *veadeiro paulista* é apresentado como possuidor “de superior inteligência, de grande resistência”, “de gênio humilde” e disciplinado, mas de “faro [...] um tanto deficiente e inferior ao dos americanos” (Ibidem, p. 38), a raça *fox-hound* é lembrada pela posse de um faro superior, precoce “predisposição para caçar” e rápida “aprendizagem”, ainda que dotada de uma “resistência inferior” se comparada ao nacional, relativa indisciplina, excessiva fome e latidos (Ibidem, p. 34). Bastante otimista em relação à complementariedade dessas características, Mario A. Silva acreditava que “o cruzamento com cães nacionais, principalmente machos americanos com fêmeas nacionais”, resultava em um “produto cruzado” de “tão boas qualidades que quase chega à perfeição” (Ibidem, p. 34). Esperava-se que, por meio da procriação, uma raça suprisse à outra as qualidades que teoricamente lhe faltariam.

Ideias nesse sentido podem ser encontradas desde o final do século XIX. Ao reproduzir fragmentos de escritos sobre história natural, medicina veterinária, zootecnia, genética, eugenia, economia, entre outros, periódicos ofereceram aos leitores algumas das bases teóricas, conceituais e práticas consideradas necessárias para esse fim. Convém citar um exemplo. Publicado entre 1879 e 1893 sob administração de Manoel Francisco Dias da Silva Júnior, editor, redator e proprietário¹⁴⁴, o *Jornal do Agricultor* (Rio de Janeiro, RJ) tratou de temas relacionados à vida rural, oferecendo aos assinantes “notícias dos mais modernos inventos, quer de machinas e instrumentos, quer de cultivo e criação; quer para a grande, quer para a pequena lavoura” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1879, edição 00001, p. 2). Entre os muitos assuntos tratados pelo jornal¹⁴⁵, constavam maneiras de “melhorar raças de animaes” e

¹⁴⁴ Quando passou a editar esse jornal, Manoel já possuía experiência prévia na indústria periódica do estado do Rio de Janeiro, colaborando em publicações como *Diário do Rio de Janeiro*, o *Mercantil* e o *Brazil Litterario*, mas foi em 1870 que fundou a *Typografia Carioca*, por meio da qual publicou livros, manuais e o *Jornal do Agricultor* (SILVA, 2021).

¹⁴⁵ Incluindo desde textos sobre economia doméstica para “senhoras”, modos de “abrir poços, fazer represas e desvios”, de criar animais, de fecundar a terra, plantar e colher, de “preparar e acondicionar os produtos naturaes” para comercialização, a “noções de história natural” para o público jovem, cujo objetivo era

“conseguir cruzamentos ou a conservação da espécie em sua pureza” (Ibidem, p. 3). Como parte de sua proposta, Manoel anunciou em 10 de dezembro de 1887 que seu periódico reproduziria, sob o título “*As raças caninas*”, escritos do médico-veterinário “A. Bénion” traduzidos para o português (Ibidem, 1887, edição 00441, p. 388). Mesmo que o jornal não dê mais detalhes sobre esse autor e a obra reproduzida na íntegra, ainda que de modo fragmentado ao longo de muitas edições, acredito ser possível especular se tratar de Adolphe Bénion (1833-1880), naturalista e veterinário francês (BNF, 2021), e sua obra “*Les races canines*” (BÉNION, 1867).

Por tratar de temas relacionados “a origem, as transformações, os cruzamentos e aperfeiçoamentos das raças caninas desde a mais remota antiguidade até nossos dias”, o objetivo com esta publicação em série era tanto “desenvolver e apurar o gosto pelos exercícios cynegeticos”, que segundo Manoel começava a “revelar-se e a desenvolver-se na provincia de S. Paulo e outras”, quanto “concorrer para disseminar os conhecimentos necessarios para obtenção de boas raças de cães, destinadas ao pastoreio e guarda de gado nas provincias do Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catharina, Minas, Goyaz, Matto-Grosso, Amazonas e Piauhy”, algo considerado um “assumpto completamente desconhecido em nosso paiz por não se lhe ter dado até hoje a importância que tem elle na agricultura, especialmente na industria pastoril” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1887, edição 00441, p. 388).

Para tal, a obra trata desde lições de história natural sobre a espécie canina e sua diversidade racial, até aquilo que se refere à “educação” de cães e cadelas, termo usado para condensar explicações e sugestões relacionadas à seleção do par reprodutor, tipos de acasalamento, gestação, nascimento, cuidados com a prole e seu crescimento, fases da vida e envelhecimento, nutrição, saúde (sintomas de possíveis doenças e medicamentos úteis, formas de cuidado e prevenção contra parasitas), aspectos ligados à habitação, qualidade de vida, atividades físicas, treinamento e utilidade¹⁴⁶. Coordenados, esses aspectos forneceriam os “cuidados necessários” para promover o que Bénion chamou de “melhoramento ou aperfeiçoamento” (Ibidem, 1888, edição 00001, p. 36).

Em sua obra, Bénion adotou e reproduziu as categorias, o modelo explicativo e a classificação das raças caninas consagradas um século antes por Georges-Louis Leclerc, o conde de Buffon, quem qualificou como “ilustre” naturalista (Ibidem, 1887, edição 00441, p. 389). Procurando sobre cães “no” e “do” Brasil, não apenas me vi diante daquilo retratado

apresentar “os grandes e maravilhosos segredos da natureza” e despertar “nelles o amor pelas plantas e animaes” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1879, edição 00001, p. 3).

¹⁴⁶ Especialmente guarda e caça, como desejava Manoel com sua publicação, pois segundo Bénion, “raças de pequenos cães” para companhia seriam “capricho” e “moda” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1887, edição 00442, p. 401).

no **Capítulo 3**, como percebi a reprodução *ipsis litteris* de muitas partes da “*Histoire Naturelle Générale et Particulière*” de Buffon¹⁴⁷. A passagem que me permitiu sentir a textura de dobras temporais, aproximando lugares e temporalidades aparentemente distantes, discutia a fronteira entre cães considerados “mestiços” e “de rua” e possibilidades relacionadas à seleção para reprodução. Enquanto raças caninas consideradas “mestiças” eram caracterizadas pela “mistura” de raças ou variedades passíveis de reconhecimento mediante análise retrospectiva dos acasalamentos que precediam e viabilizavam sua emergência (como especularam Saint-Hilaire, Henrique Silva e Eurico Santos ao escrever sobre cães de caça no Brasil dentro do intervalo de um século), “cães de rua” eram interpretados como

[...] resultado do cruzamento de variedades pertencendo a espécies, já muitas vezes misturadas. Seu cruzamento, sendo devido ao acaso, resulta que é impossível distinguir sua raça.

Assemelha-se a todos os cães em geral, e a nenhum em particular, visto que varia de talho, fôrma, pello, etc. Seu nome de cão da rua lhe foi dado porque vive sempre errante e nunca é chamado por ser senhor, que o deixa copular e produzir á sua vontade. Tem-se visto cadellas d'esta especie terem filhos, de um só parto pertencendo a muitas variedades. (Ibidem, 1888, edição 00466, p. 360)

[...] deixando-os vagar e reproduzir á vontade, trazem a degeneração da especie domestica. (Ibidem, 1887, edição 00442, p. 401)

Além do rótulo que faz menção à ausência de *domus* e controle humano, os cães identificados como “de rua” são apresentados ao leitor do periódico por sua inadequação racial e classificatória, algo capturado pela ideia que “se assemelham a todos os cães em geral, e a nenhum em particular”, reproduzindo na íntegra convicção de Buffon (1755, p. 229). Essa reaparição enquanto lia um registro voltado para o público leitor do Brasil me estimulou a

¹⁴⁷ Depois de especulações sobre a origem da espécie canina, sua relação com outras da família *canidae* e a relevância da reprodução para distinguir espécies (seguindo o critério da descendência fértil), Bénion endossou a hipótese de Buffon de que todos os cães (divididos entre *selvagens*, *semis selvagens* e *domésticos*) descendiam de uma raça primeira e selvagem, explicando diferenças de “conformação” e “maneira de ser” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, edição 00451, p. 118) entre raças consideradas *puras* ou *mestiças* como resultado dos múltiplos “efeitos produzidos pelo clima”, “emigração, educação, liberdade e domesticidade” (Ibidem, 1887, edição 00441, p. 389). Ressaltando a natureza mutável da diferença racial, Bénion sugeriu que raças podiam ter início, continuar ou se extinguir por meio da influência desse conjunto de fatores, sobretudo a reprodução – pois, para ele, “na raça, como na variedade”, o que definiu como “collecção de individuos que, ainda que da mesma raça, offerecem em seu talhe, sua côr ou sua fôrma differenças marcadas”, as “differenças que se perpetuam pela geração tornam ao typo commum da especie quando se cessa de despertar o ajuntamento” (Ibidem, 1888, edição 00451, p. 118). Como Buffon, Bénion teceu paralelos com populações humanas e faz descrições de raças como *cão dinamarquez*, *cão de pastor da Islândia*, *da Sibéria*, *da Lapônia*, *galgo da Itália*, *da Inglaterra*, *da Escócia*, *da França*, *da Rússia*, *turco mestiço*, *dogue da Havana*, *cão de Nova-Hollanda*, *cão do Himalaya*, *cão das Indias Orientaes*, entre outras. Longe de ser algo já claro ou estável no final do século XVIII e XIX, o conceito de “raça” dividia espaço com outras muitas formas de enquadrar e lidar com a diversidade canina. Termos como tipo, variedade, espécie, subespécie, etnia, gênero, entre outros, foram acionados para delimitar semelhanças e dessemelhanças dentro da espécie canina. No caso da obra de Bénion, em particular, suas opções conceituais parecem bem flexíveis. Bénion fala em “raça canina” como sinônimo de espécie, mas também usa “espécies” caninas em menção a divisões dentro da espécie, no que, segundo seu modelo, seria o espaço conceitual reservado a raças e suas subdivisões. Termos como “mestiço”, comumente pejorativo em discursos raciais e racistas, também podem vir acrescidos do adjetivo “excelente”, correspondendo mais à mistura entre cães e cadelas de duas raças em tese distintas do que, necessariamente, um problema.

refletir sobre algumas de suas implicações em relação àquilo que se pensava para cães “no” ou “do” Brasil.

Como sugere Maria Esther Maciel (2007, p. 156), o inclassificável pode ser lido como algo que não se resigna dentro uma só classe ou categoria, que excede qualquer precisão ou limite, que “mantém sua incômoda diferença, sua explícita alteridade”. Em parte, ele pode ser associado à noção de ubiquidade, pois ainda que todas categorias possam ser inadequadas, remete a aquilo que está inserido “em vários lugares ao mesmo tempo, dada a diversidade muitas vezes contraditória de seus traços” (MACIEL, 2007, p. 156). Inspirada em Roland Barthes, Maciel (2007, p. 155) sugere que o inclassificável também guarda afinidade com o termo grego *atopos*, pois além de apontar para algo que “não se fixa em um lugar, caracteriza também o que é estranho, extraordinário, insólito e original”, uma “originalidade imprevista” e desafiadora. Considerando o duplo sentido da palavra *topos* em grego, lugar e discurso, a adição do prefixo de privação “a” parece remeter não apenas a algo “que não se confina em um lugar, mas também o que resiste à descrição, à definição, à linguagem” (Ibidem, p. 155).

Esse é justamente o caso da classificação proposta por Buffon (1755) e seguida por Bénion, para quem, diferente de raças e variedades consideradas “puras” ou “mestiças”, a categoria “cão de rua” carece de identificação em termos geográficos, territoriais ou nacionais. Essa originalidade imprevista, e por isso mesmo imprecisa, não é compatível com alguns dos princípios que tornam possível *falar em e configurar uma* raça canina, como “fixidez” e um vínculo geográfico-territorial que forneça um cenário capaz explicar e narrar sua origem. Como alternativa para conter essa “originalidade imprevista” que resiste à classificação e à uniformização, Bénion aconselhou controle e seleção de reprodutores, segundo ele o caminho para aperfeiçoar a espécie:

Nos cães de rua, as fêmeas que, em cada calor são cobertas por cães de variedades diferentes mais ou menos misturados, produzem filhos sem semelhança alguma entre si.

Vi muitas vezes, cadellas de caça, de raça sabuja, cobertas no mesmo dia por um sabujo e um braco, dar mais tarde nascimento a tres cães de pello comprido e tres de pello rente.

Essas observações levam-nos a concluir que, quando são feitas por primiparas, as duas aproximações foram fecundadas e levaram a formação de duas variedades. [...] nada ha mais extraordinario do que a diversidade dos productos da reprodução; essa extravagancia cessaria de admirar-nos se se cuidasse sempre na copula, que se faz muitas vezes sem sabermos.

A cópula deveria ser o objecto da atenção continua dos proprietarios, que por isso aperfeiçoariam a raça canina. (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, edição 00001, p. 54)

Um de seus principais argumentos em favor desse controle era a hipótese de que “a primeira cópula exerce uma influencia sensível sobre o producto das gestações que se seguem” (Ibidem, 1888, edição 00001, p. 37). Bénion acreditava que, quando do início da vida

sexual e reprodutiva, “a madre conserva a impressão do primeiro macho, impressão indelével que se repete sem se alterar” nas gestações seguintes, resultando que seus filhotes “conservarão mais ou menos os caracteres do macho que a tiver fecundado primeiro” (Ibidem, 1888, edição 00001, p. 54). Criadores de animais, cientistas e médicos discutiam essa antiga suposição¹⁴⁸ que, como forma de argumentar por sua rejeição em 1890, Friedrich Leopold August Weismann (1834-1914) chamou de “telegonia”. Esse conceito captura a já desacreditada hipótese de que relações sexuais anteriores, sobretudo as primeiras, exerceriam influências nas ninhadas subsequentes, algo como uma impressão ancestral deixada na fêmea que, em tese, seria capaz de afetar continuamente gestações e descendências futuras. Ao “manchar” o útero da cadela¹⁴⁹, qualquer acasalamento que escape do controle do criador teria o poder de afetar toda uma vida como reprodutora. Como sugerem Worboys, Strange e Pemberton (2018, p. 158, tradução livre), “a telegonia também foi presumida como ocorrendo em humanos”, assim, uma “mãe com um filho ilegítimo primogênito não sofreria apenas condenação moral e social, mas teria que suportar uma ‘punição biológica’, desencorajando qualquer futuro marido porque seus filhos iriam ‘herdar’ características do homem (provavelmente desacreditado) que gerou o primeiro filho”. Pelas preocupações que condensa, essa hipótese funcionava como um instrumento moralizador da mulher e da cadela, sendo simultaneamente um regulador da pureza moral e biológica.

Por aspectos como esses, criadores eram aconselhados a controlar e investir na reprodução seletiva. A respeito, Bénion indicou duas modalidades de acasalamento: “aparelhamento” e “cruzamento”. O primeiro envolveria cães e cadelas de uma mesma raça, algo como o “melhoramento de uma raça por si mesma” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, edição 00004, p. 246). Fundamentando raça na semelhança viabilizada pelo parentesco, Bénion defendeu que “juntando-se com a fêmea, o macho communica a vida ao germen que ella possúe; desenvolvendo-se este germen toma a conformação, as qualidades e faltas de

¹⁴⁸ Ideias parecidas podem ser encontradas já no século XVI. Em “*La Vénerie*”, publicado em 1568, o fidalgo Jacques Fouilloux (1519-1580) tematizou, entre outros aspectos, a seleção para reprodução, quando listou os “sinais pelos quais se pode reconhecer um cão bom e bonito”, incluindo aspectos físicos como cabeça longa e de tamanho médio, narinas grandes e abertas, orelhas grandes e de espessura média, tronco, pernas, cauda, pelagem, patas e unhas (Ibidem, p. 18, tradução livre). A análise desses aspectos tinha em vista parâmetros de desempenho, como força, resistência e velocidade. A pelagem grossa a baixo da barriga, por exemplo, indicava que deveriam se tratar de cães resistentes, que não temeriam contato com água ou frio quando na caça. Ainda assim, além disso era preciso ser “de boa raça”. Se dirigindo ao leitor, Fouilloux (1568, p. 19-20, tradução livre) sugeriu que “se você quer ter belos cães, você deve ter uma bela matriz, que seja de boa raça, forte e bem proporcionada em seus membros”. Entre outros elementos, ele destacou a importância de cuidar da primeira vez que uma cadela entraria no cio, quando deveria “ser coberta por algum belo cão de boa raça” pois fosse “de *Mastin*, *Lévrier*, ou *Chien-courant*, em todas as outras ninhadas que ela tiver depois, sempre haverá alguém que se parecerá com o primeiro cão que a cobriu” (Ibidem, p. 20, tradução livre).

¹⁴⁹ Em outros momentos isso surge como “impregnação materna, ou transmissão por influência” (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00311, p. 2), sem citar o termo telegonia, mas fazendo presente suas ideias.

seus parentes, de sorte que pela geração se estabelece entre os pais e os filhos uma similitude criando o carácter das raças” (Ibidem, 1888, edição 00004, p. 246). Demonstrando menos confiança do que Everett Millais e outros criadores em uniões endogâmicas, no entanto, Bénion recomendou a, “tanto quanto possível, evitar as alianças de parentesco, por que a consanguinidade tem por fim operar um sentido negativo” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 311). O criador é aconselhado a buscar “conhecimentos bastante extensos sobre as bellezas e as imperfeições, as qualidades e defeitos da raça sobre que opera” (Ibidem, 1888, edição 00004, p. 246), e selecionar o par reprodutor com base na análise das qualidades próprias de sua raça, estado de saúde, em um histórico livre de doenças hereditárias (incluindo a exclusão daqueles que tenham “tendência a degenerar”) e convicções de que o “macho esteja em relação com a fêmea” e que as “partes perfeitas de um possam corrigir as defeituosas de outro” (Ibidem, 1888, edição 00001, p. 55).

O segundo tipo de acasalamento, o “cruzamento”, foi retratado por Bénion como a reprodução entre cães e cadelas de raças distintas, o que subdividiu em três tipos: entre reprodutores (i) selvagens e domesticados¹⁵⁰, (ii) domesticados de um mesmo país, e (iii) de países diferentes, isto é, entre uma raça considerada “exótica” e outra “indígena” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 311). O “cruzamento” é apresentado ao leitor por suas múltiplas possibilidades. Por um lado, poderia ajudar a regenerar uma raça, remetendo tanto a problemas e soluções análogas às experiências de Everett Millais apresentadas no **Capítulo 4, Seção 3**, quanto às propostas defendidas na revista *Fauna* da década de 1950. Por outro, através da “mestiçagem”, permitiria a criação de uma nova raça, “não tendo mais os caracteres quer de uma quer de outra” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 312). Se em relação à primeira Bénion sugeriu ser “na importação de raças exóticas que se deve procurar a regeneração das raças indígenas” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 312), em relação à segunda, alertou que “em mãos inhabeis, exerce uma funesta influencia”, aconselhando a observação de duas “regras”: “estudar as conveniências entre as duas raças que se quer unir” e fazer a “escolha judiciousa da raça typo e dos seres a dar para cruzar com a que se deseja aperfeiçoar” (Ibidem, 1888, edição 00007, p. 363). Quando da criação de uma nova raça por meio da mestiçagem, sugeriu Bénion, “se esta raça agradar, se fôr do gosto da generalidade”, ela pode ser aperfeiçoada e mantida “pura” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 312).

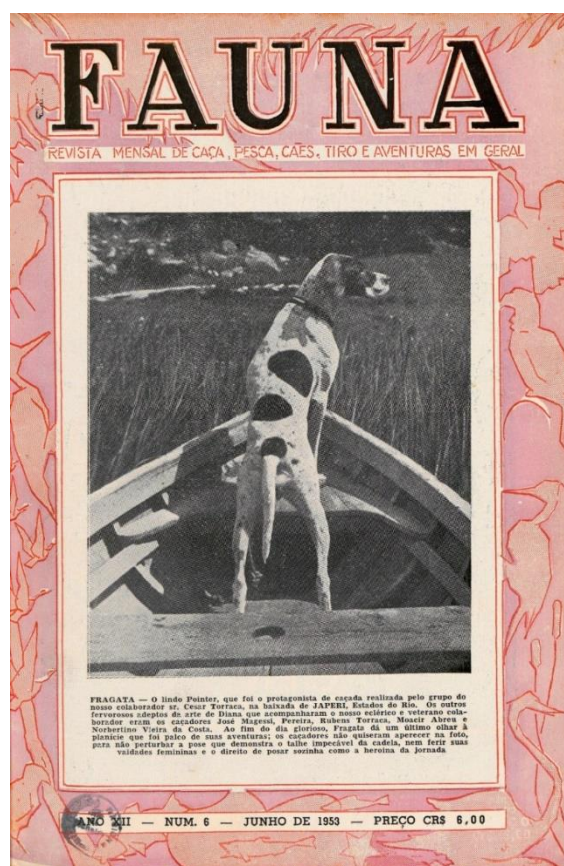
¹⁵⁰ Essa possibilidade, mais que outras, é atravessada por um inquietante “emparelhamento retórico” entre cães e humanos, colonizadores e colonizados, civilizados e selvagens (SKABELUND, 2011, p. 19, tradução livre). Se cães europeus são lidos pela chave das virtudes, cães de regiões colonizadas como a Guiana Francesa são lembrados pelo fato de a “maior parte dos habitantes possu[ir]em mestiços nascidos d’este ajuntamento” que resulta em cães “semi-selvagens, cruéis, ladrões e sem utilidade” (JORNAL DO AGRICULTOR, 1888, edição 00006, p. 311).

De modo geral, a mensagem era que a “geração” dava “o poder de melhorar o cão, perpetuando n'ele suas qualidades” (Ibidem, 1888, edição 00004, p. 246). Mais que isso, antecipando desejos que também encontrei oitenta anos depois em publicação de 1968 no *Diário do Paraná* (Curitiba, PR) (ver **Capítulo 5, Seção 2**), Bénion defendeu que, por meio dos mesmos poderes, seria possível fazer “desaparecer a multidão de cães de rua, cujas fôrmas desengraçadas são devidas aos ajuntamentos de acaso e aos cruzamentos caprichosos” (Ibidem, 1888, edição 00006, p. 310-311). Além de registrar a longevidade e a violência dessas ideias e sua naturalização em textos públicos sobre cães e cadelas do século XIX ao XX, apresentei a tradução da obra de Bénion com objetivo de sublinhar o espaço em que se inseria a possibilidade de criar raças caninas “brasileiras”: no cruzamento entre raças, entre “regeneração” e “mestiçagem”.

Diferente dos cães “de rua”, cuja “originalidade imprevista” resistiria à classificação e à uniformização, e em última instância à desejada fixação, a regeneração e a “mestiçagem” surgiam no rol de possibilidades oferecida pela zootecnia para criar raças “puras”. Se como sugeriu o médico-veterinário Adolpe Bénion, aquilo que o criador de animais “tem feito pelo cavallo, o boi, o carneiro, o porco e as gallinhas, deveria fazel-o pelo seu mais fiel companheiro, isto é, aperfeiçoal-o por todos os modos” (Ibidem, 1887, edição 00442, p. 400), me perguntava como criadores de cães no Brasil recebiam essas ideias e investiam na materialização (criação e preservação) de raças ditas “brasileiras”. Me valendo de periódicos publicados entre os séculos XIX e XX, sites e documentos veiculados por associações de canis, criadores e interessados em cães e cadelas “de raça”, ao longo das duas próximas seções trato dessas questões. Raças caninas como *braco de JAPMA* e *fila brasileiro* servem de ponto de referência para minhas elaborações: a primeira, criada por José Azevedo Pinto de Magalhães entre 1920 e 1960 e “extinta”; a segunda, narrada em torno do nome de Paulo Santos Cruz, registrada na década de 1940 e continuada desde então, ainda que sob discordâncias e disputas que acredito serem exemplares da “política canina”.

6.2. UM PERDIGUEIRO “NOSSO PARA NÓS” (1920-1960)

Figura 22 - Capa da edição de junho de 1953 da revista Fauna



Fonte: *Fauna* (1953, edição 0006)

Nessa imagem, capa da sexta edição da *Fauna: revista mensal de caça, pesca, cães, tiro e aventuras em geral* (São Paulo, SP) publicada em 1953, uma cadela de nome Fragata, de raça *pointer*, foi fotografada em Japeri (Rio de Janeiro) depois de um dia de trabalho na companhia de seu proprietário, César Torraca, e outros cinco “adeptos da arte de Diana”, a caça. Ainda que essa menção faça referência a Diana, deusa da caça na mitologia romana¹⁵¹ (GODOI,

¹⁵¹ Diana, deusa da caça na tradição mitológica romana cujo nome se supõe derivar de *dinuis*, de significado *céu luminoso*, costuma ser vinculada “à lua, à virgindade e a proteção das mulheres parturientes”, indo na esteira da antiga associação da “lua à fertilidade das plantas e dos animais” (GODOI, 2018, p. 3-4). Diana na tradição romana, mas Ártemis na mitologia grega. A justaposição entre ambas teria ocorrido entre o século III e II a.C. (Ibidem, p. 3). No estudo dessa tradição, Ártemis é apresentada como irmã gêmea de Apolo, que teriam nascido junto de uma oliveira na ilha grega de Delos. Filhos de Leto e Zeus, sua genealogia inclui um *coeficiente de consanguinidade* de arrear criadores de animais “de raça”. Entre outras, como Leto, Zeus mantinha relações com Hera, sua irmã, com quem tivera dois filhos, Ares e Hefesto. Junto de Deméter, Hades, Héstia, Zeus e Hera seriam filhos de Cronos e Reia, os quais por sua vez também seriam irmãos, filhos de Gaia e Urano. (DEMGOL, 2013). Ao conhecer Zeus, Ártemis pode lhe pedir o que quisesse. Escolheu “arco e flechas, uma matilha de cães para a caça, ninfas que a acompanhassem, uma túnica curta para que pudesse melhor correr, a vida e a natureza selvagem (bosques, rios, variedade de animais selvagens) como seu espaço natural” (ARAÚJO; RIBEIRO, 2017, p. 128). Como avalia, Karina Oliveira Bezerra, “Ela se identifica não apenas com o caçador, mas também com a presa.” (BEZERRA, 2018, p. 3). Entre aquilo escrito sobre ela, consta cena em que fora surpreendida pelo caçador Acteon enquanto se banhava nua, sendo “transformando em um veado e executado pelos cães do mesmo caçador” (GODOI, 2018, p. 2).

2018), o conteúdo das muitas edições dessa revista me colocou a pensar simultaneamente naquilo que a cadela-personagem Diana representava do romance de Jules Gabriel Verne: o desejo de aclimatar a espécie canina na lua e servir como estirpe para sua criação. Me deparei com desejos nesse sentido, embora mais terrenos por assim dizer, folhando as páginas virtuais da revista *Fauna* e outros periódicos veiculados na metade do século XX, em especial quando me encontrei com José Azevedo Pinto de Magalhães, criador de cães e caçador residente da cidade de Pelotas (Rio Grande do Sul). Por meio de artigos autorais, concessão de entrevistas e menções em artigos de terceiros, J. A. P. de Magalhães ganhou espaço público contando sobre um tipo de cão *perdigueiro* que, com base na raça *pointer* e outras, começou a criar no final da década de 1920, culminando com a invenção da raça batizada como *braco de JAPMA*.

No acervo da BND, registros sobre cães *perdigueiros* podem ser encontrados desde a segunda década do século XIX. Exemplos incluem anúncios sobre a perda de “um cão perdigueiro côr de saragoça, com uma orelha rachada, que dá por o nome de Melibeo” (O PORTUGUEZ, 1816, edição 00005, p. 433), de “hum cachorro preto grande, de raça perdigueiro” (JORNAL DO COMMERCIO, 1834, edição 00275, p. 5), o roubo de um “cão perdigueiro mestiço, grande, e ainda em crescimento, preto, cauda com a ponta branca munhecas e orelhas grandes, olhos vermelhos e grandes” (O DEZENOVE DE DEZEMBRO, 1854, edição 00040, p. 4), personagem em folhetim (JORNAL DO COMMERCIO, 1842, edição 00065, p. 1) e mais.

No jornal *O Dia* (Santa Catarina, Brasil), o criador, caçador e comerciante de cães e cadelas Geraldo da S. Furtado sugeriu que cães *perdigueiros* “se assinalam pelas orelhas largas e pendentes *deux nez*, dos francezes e variedades de cores distintas, especiaes, como a saragoça (chumbadinho), e os malhados de branco, castanho e preto, são estes os cães mais doces, obedientes, inteligentes, e de olfacto mais fino que conhecemos”, ainda que suas qualidades dependessem também “do bom ensino que dà o caçador” (O DIA, 1907, edição 01762, p. 2). No “*Vocabulário de Caça*” publicado em 1944, Clado Ribeiro de Lessa (1944, p. 100) definiu *perdigueiro* como “raça de cães próprios para a caça das perdizes, codornas, codornizes e narcejas”, e falou em ao menos dois tipos: aqueles que “farejam de focinho baixo, de rasto (setters, dos inglêsés), provenientes de raças ibéricas, de pêlo longo, e os que o fazem de focinho alto, ventores (pointers, dos inglêsés)”.

Referências a J. A. P. de Magalhães e a raça *braco de JAPMA*, por sua vez, começaram a circular em periódicos na metade do século XX, geralmente contando acontecimentos ocorridos entre 1920 e 1960. Um artigo publicado em junho de 1953 na revista *Fauna* me

parece um ponto de partida didático. Nele, J. A. P. de Magalhães conta um pouco de sua biografia, seu envolvimento com a caça de perdigões/perdizes em sua cidade natal, Pelotas (Rio Grande do Sul), e a criação de cães e cadelas para o que considerava o “fidalgo esporte cinegético”:

Descendente de uma família de caçadores, muito cedo fui iniciado no fidalgo esporte cinegético, acompanhando meu avô, meu pai e meus tios em suas caçadas de perdiz. Nessa altura, com 9 para 10 anos de idade, já atirava aos passaros com uma 'Flaubert' de calibre 9m/m. Aos 14 anos criei e eduquei meu primeiro perdigueiro, de nome 'SULY', um 'cruzado' de *Kurzhaar* [cão de tipo braco alemão] com setter, de pêlo curto, que deu ótimo cão de campo e proporcionou-me excelentes caçadas. Mais tarde, com o desaparecimento desse cão, comeci a utilizar perdigueiros de outras raças, que não me satisfiziam plenamente.

E, em minhas excursões venatórias, sentia saudade de meu 'SULY'.

Afastei-me um pouco do esporte, quando, isso pelo ano de 1928, presentearam-me um cão de 9 para 10 meses, produto de um acasalamento entre 'braco' e 'setter' (nota-se a afinidade, por cruza, dêste com o 'SULY') de côr preta, com manchas côr de fogo sobre os olhos, no focinho e partes baixas (Osco, como vulgarmente chamados essa pelagem). Era um animal esperto, agil, extraordinariamente nervoso, de uma energia invulgar e possuidor de uma agudeza de olfato como jamais encontrei superior em cães que conheci e tive. Não deixava-me de ser estranho o nervosismo dêsse cão, pois, de modo geral, os 'setters', como os 'bracos', são, relativamente, dóceis e calmos. Sempre tive na idéia que um de seus pais descendesse, em grau próximo, do 'pointer' e que meu cão tivesse herdado tais predicados dessa raça, na qual eles são comuns. O ensino desse animal custou-me os maiores sacrifícios e força de vontade que pode ter um caçador. Mas consegui subjugá-lo e tornou-se o celeberrimo 'JAHU', que, a despeito de já ter morrido há muitos anos, ainda é lembrado e citado como um simbolo de valor cinegético. (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 32-33)

Iniciado na caça com a presença de avô, pai e tios, J. A. P. de Magalhães fala sobre linhagens de caçadores, homens e cães. Conta ele que, ainda adolescente, criou e educou um cão de nome SULY, lembrando como um “cruzado” de *braco alemão* com *setter*, cujo desaparecimento deixou saudades. A ideia de J. A. P. de Magalhães em criar uma raça passou a ser gestada a partir de JAHÚ, “produto” de um acasalamento entre cães de tipo *braco* e *setter* que recebeu de presente no ano de 1928 e cuja semelhança de origem com SULY rende menções valorosas. Pelas características percebidas em JAHÚ (inteligência, energia, alta capacidade olfativa e nervosismo, no sentido de menos dócil e calmo), J. A. P. de Magalhães acreditou que esse cão teria alguma ascendência “em grau próximo” com a raça *pointer*. Como de habitual em discursos e práticas sobre raças e cães, J. A. P. de Magalhães via no enquadramento a certo tipo ou raça a posse de um conjunto de virtudes ou características inerentes ou essenciais, embora fosse distribuído em maior ou menor intensidade entre os membros do grupo, o que justificava a necessidade de seleção e depuração de linhagens e raças. Como o fragmento apresentado a seguir sugere, foi a partir de uma perspectiva comparativa entre JAHÚ (“cruzado”) e “pointers puros” na caça, em especial como ambos desempenhavam

sua função de aponte e busca dos perdigões na região rural de Pelotas, que seu “projeto” em favor de uma raça nacional teve início:

Nessa época havia em nossos círculos de caçadores, cães puros de raça 'pointer' que nunca conseguiram acompanhar o 'JAHU' nas grandes 'batidas' que fazíamos aos perdigões (chama-se perdiz, no norte), aves ariscas, que refugiam-se em lugares de brejo, gravatasais e outras sujeiras que dificultam enormemente o trabalho do cão, exigindo deste fibra inquebrantável.

Muitos dos meus companheiros limitavam-se a ver-me caçar nesses ásperos lugares, sem ter o prazer de obter os resultados de minhas caçadas, o que era-me desagradável, pois que a maior atração de uma caçada reside no bom companheirismo e na satisfação que todos desfrutam nesses momentos de convivio fraternal. Seus cães ou refugavam em face de tais obstáculos ou em poucas horas de trabalho ficavam em lestemável estado, dado à voluntariedade característica da raça e deficiência de defesa de pêlo que tem. Naturalmente, os mestres ingleses não a criaram para esse ambiente. Observando isso e analisando os resultados conseguidos com os 'cruzados' SULTY e JAHU, comecei a compreender o 'porque' de os nossos colegas e mestres europeus terem criado as tantas variedades de cães de mostra que existem, cuja razão fundamenta-se, certamente, na imperiosa necessidade que os inteligentes caçadores do velho mundo, sobretudo os franceses, ingleses, alemães e italianos, sentiram de adaptar seus cães de caça às condições gerais do ambiente em que seriam utilizados. E daí se originaram os 'pointers', os 'setters', os 'griffons', os 'epagneuls' [em francês; e *spaniels*, em inglês] e as dezenas de variedades de 'bracos' que há. Todas essas raças se acham subdivididas em muitíssimas sub-raças ou variedades com especialidade e caracteres próprios. Observe-se que estou tratando somente dos perdigueiros (cão de mostra) pois o mesmo acontece com os demais, destinados a outros fins. Assim, pensando e refletindo, imaginei formar uma variedade de perdigueiros adaptados às condições mais comuns dos campos onde caçamos, isto é, desta região, e ao nosso clima, e movido por um idealismo patriótico meti mãos à obra. Convém frisar que, se aludo a 'idealismo patriótico', é porque assim foi, pois mais fácil, menos dispendioso e menos trabalho teria, se escolhesse entre as raças europeias uma que se prestasse para tanto, e essas não faltam. (Ibidem, p. 33-34)

Nessa passagem, J. A. P. de Magalhães indica ter diagnosticado um baixo desempenho e uma certa inadequação de cães e cadelas de raça *pointer* à paisagem onde vivia e caçava, “dado à voluntariedade característica da raça e deficiência de defesa de pelo que tem”. Observando e comparando o desempenho destes diante dos ditos “cruzados” SULTY e JAHU, cães que marcaram sua vida e seu envolvimento na caça, J. A. P. de Magalhães relata ter entendido o objetivo da criação inglesa, francesa, alemã e italiana em busca de “sub-raças” ou “variedades” que estivessem adaptadas às condições gerais do ambiente em que seriam empregados. Impulsionado por seu “idealismo patriótico” e ideias sobre como deveria ser esse companheiro de caça mais adaptado, tendo em mente cães de carne e osso como SULTY e JAHU, J. A. P. de Magalhães passou a conjecturar sobre os tipos e raças que poderiam compor o que chamou de seu “projeto” em busca de uma nova raça canina:

Ora bem: Reconhecendo no 'pointer inglês' qualidades insuperáveis, tais como a energia, vigor muscular, sutileza de olfato, interesse em caçar e forma elegante de trabalhar, e, também, seus graves inconvenientes para nosso meio e sistema de caçar, que são: o nervosismo, manifesta rebeldia em obedecer e trazer a caça abatida à mão, a tendência que tem em machucá-la, e, muito especialmente, sua escassa defesa de pêlo, resolvi aproveitá-lo como principal elemento para meu projeto. Restava-me eleger o segundo ramo, que não desmerecesse as ótimas

qualidades do celebre ventor inglês, e que, ao mesmo tempo, corrigisse as que não nos servem, e julguei acertado dar-lhe como par o 'griffon' de pêlo duro, possuidor de grande inteligência, apurado olfato, rústico, pêlo espesso e forte, dóceis e calmos, e excelentes para buscar a caça, tanto em terra como na água; extremamente afeiçoado ao dono. Almejei, em resumo, ter um 'pointer' modificado. (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 34)

Com base em sua compreensão essencialista, J. A. P. de Magalhães escolheu raças que julgava complementares para incorporar o tipo de cães que desejava criar. Reconhecendo as “qualidades” (energia, vigor muscular, olfato apurado, interesse por caçar e forma elegante de trabalhar) e os “graves inconvenientes” da raça *pointer* para seu meio e formas de caçar (temperamento nervoso e rebelde, tendência em danificar o animal caçado quando de sua busca e escassa defesa na pelagem), J. A. P. de Magalhães estabeleceu essa raça como “principal elemento” ou ponto de partida do qual adequações a fim de “corrigir” características “que não servem” seriam promovidas por meio de seleção e acasalamentos dirigidos. Me valendo de termos tratados na seção anterior, o “lastro” da raça *pointer* serviu como base para a tentativa de J. A. P. de Magalhães em modificar e adaptar uma raça de cães dita inglesa para a caça nos campos de Pelotas. Dotada de qualidades pretensamente essenciais como olfato apurado, composição rústica, pelo espesso e forte, temperamento dócil, tranquilidade para buscar a caça em água e terra, a raça *griffon de pelo duro* foi escolhida por J. A. P. de Magalhães como o “segundo ramo”. A ideia era adicionar características físicas e temperamentais que cobrissem os “inconvenientes” da raça *pointer*.

Figura 23 – Fotografia inserida na primeira edição da revista Fauna de 1949: à direita, J. A. P. de Magalhães, em mãos, os perdigões caçados em Camaquã, e ao chão, JAHÚ, descansando



Fonte: *Fauna* (1949, edição 0001, p. 9)

Essas ideias foram postas em prática depois que J. A. P. de Magalhães selecionou um grupo de cães e cadelas dessas duas raças. O primeiro acasalamento, que talvez possa ser chamado de “evento fundador” (BRAGG, 1996, s.p., tradução livre) na criação de uma raça canina, contou com GRIFO, um cão da raça *griffon*, e BELGA, uma cadela da raça *pointer*. Nas palavras de J. A. P. de Magalhães:

Em 1931 realizei o primeiro cruzamento, unindo o cão *griffon* ‘GRIFO’ com a cadela *pointer* ‘BELGA’, que deu origem ao meu ‘YORK’, um soberbo animal, de linhas harmoniosas, temperamento ativo mas sério, pêlo curto porem bem encorpado. Caçou precocemente, revelando-se em seguida um perdigueiro de respeito. Seus irmãos de ninhada, si bem não tão bonitos de tipo, foram bons cães de trabalho. Trabalhei o YORK, o exigi a fundo, apesar da pouca idade, e êsse belo animal sempre correspondeu plenamente. Caçava de vento, com parada firme, bom olfato, cauteloso para tirar, busca larga, ora o trote, ora em galope. (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 34)

Para ele, da ninhada GRIFFO-BELGA, todos teriam se mostrado bons cães de trabalho, ainda que nem todos tenham sido diagnosticados como “tão bonitos de tipo”, temperamento e conformação como um em especial, YORK. Foi ele quem J. A. P. de Magalhães escolheu como o exemplar que poderia dar continuidade aos elementos herdados de seus ascendentes que eram valorizados para a construção da raça. Sendo exigido “a fundo”, ou seja, testado em sua capacidade como cão de mostra, YORK teria correspondido às

exigências impostas por J. A. P. de Magalhães. Linhagens de caçadores são feitas na prática, entre homens e cães. Segundo J. A. P. de Magalhães:

Animado por esse sucesso continuei os cruzamentos, procurando, dentro de consanguinidade bem dirigida, como era indispensável e inevitável, fixar o tipo e caracteres do YORK, aperfeiçoando-o tanto quanto possível, eliminando sumariamente os produtos enfraquecidos e aqueles que pendiam, marcadamente, para um dos ramos básicos. Com intervalos relativos, como refrescamento de sangue, introduzi uma dose de sangue do *braco italiano*, servindo-me de cadelas cruzadas dessa raça com o 'pointer', e selecionando os produtos dentro do tipo e predados estabelecidos. Trazem os 'JAPMAS' nas veias, portanto, o sangue '*Pointer - Griffon - Braco italiano*', em percentagem hipotética de 3/4 para o primeiro e 1/4 para os demais. São animais ativos, dóceis e calmos, inteligentes, pêlo curto mas bem encorpado e grosso; de fácil ensino, caçam com precocidade, ventores, e trazem a caça à mão com perfeição sendo que revelam essa tendência desde tenra idade. Animais fortes, de agradável estampa, de pelagem marron e branca mais ou menos salpicados aparecendo em alguns exemplares, a côr de fogo sobre os olhos, focinho e proximidades do anus; olhos castanhos ou côr de ouro, expressivos, dando ao cão a aparência simpática de inteligência e docilidade. São muito dedicados ao dono. (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 34)

Nessa passagem, J. A. P. de Magalhães relata ter promovido acasalamentos entre parentes consanguíneos, algo considerado “indispensável e inevitável” para “fixar o tipo e caracteres” de YORK, e selecionado aqueles que mais se adequavam ao “tipo e predados estabelecidos” em detrimento daqueles “enfraquecidos” ou que “pendiam, marcadamente, para um dos ramos básicos”, cujo destino era o sacrifício. Em outro artigo, J. A. P. de Magalhães chamou esse cruzamento entre exemplares aparentados de acasalamentos “em ascendência” (FAUNA, 1951, edição 0008, p. 8). Em “intervalos relativos”, contou ter adicionado uma “dose de sangue” de cães meio *braco italiano*, meio *pointer*, para “refrescamento de sangue”. Enquanto a consanguinidade tornava possível uniformizar e transmitir os atributos idealizados para raça de forma mais ou menos regular, nesse caso aqueles que seguiam YORK, esse “refrescamento” buscava amenizar possíveis efeitos de seu excesso. Sua compreensão baseada na representação simbólica do sangue como líquido que traça genealogias (arrastrando virtudes e defeitos) e a promoção de um cálculo percentual (e hipotético, como ele sugere) da ascendência, me levaram de volta à presença de Everett Millais e sua *teoria da fração*. No caso de J. A. P. de Magalhães, porém, saúde não foi o ponto de arranque para essa compreensão matemática e estatística do hereditário, mas sim o desejo de promover a adaptação ao meio, à caça e o florescer de uma raça nacional com base em raças diagnosticadas como europeias.

Questionado sobre os cruzamentos que deram origem a raça em entrevista concedida à revista *Fauna*, publicada sob o título “*A visita de um grande cinófilo sulino a nossa redação*” (FAUNA, 1948, edição 0010, p. 2-3), J. A. P. de Magalhães sintetizou esse percurso e enfatizou seu objetivo em fixar esse tipo de *perdigueiro*:

De início, baseado nos estudos dos maiores cinófilos mundiais que não nego são os ingleses, resolvi cruzar o Pointer com o Grifon de Pelo Duro, as quais determinadas qualidades são completamente opostas as daqueles, isto é, são calmos, um pouco pesados, têm ótima defesa de pelo; índole dócil, trazem a caça na mão muito bem, possuindo um olfato que o coloca neste ponto em grau inferior ao Pointer. Dos produtos desse casamento, escolhemos sempre os de pelo curto, mais logicamente mais incorporados que os do Pointer, fomos selecionando esses espécimes aperfeiçoando-os com cruzamentos sucessivos, até obtemos o tipo que idealizamos e está nos dando ótimos resultados, o qual reúne predicados das duas raças que lhe deram origem. E temos o propósito de levar avante esse nosso trabalho, até fixarmos o mais possível esse tipo de perdigueiro que nos satisfizes plenamente. (FAUNA, 1948, edição 0010, p. 2)

Orgulhoso, J. A. P. de Magalhães usava o espaço concedido na revista para elogiar a inteligência e a capacidade dos cães e cadelas da raça *braco de JAPMA* em caçadas. Os exemplares de sua criação eram retratados como “rústicos, resistindo perfeitamente bem não só as mutações do nosso clima como a aspereza da maioria dos campos desta região onde caçamos” (FAUNA, 1948, edição 0010, p. 2). A comparação daquilo que se diz “nosso” com raças “puras” inglesas e “estrangeiras” talvez fosse inevitável para um nacionalista como ele, que, vaidoso, repetia em entrevistas que “no mesmo local onde temos utilizado com êxito êsses cães, tivemos oportunidade de ver ‘pointers’ puros fracassarem por completo” (ibidem, p. 2). No entanto, quando questionado se o *pointer* seria “um cão inferior”, o caçador e criador pelotense optou por refutar a superioridade ou a inferioridade de um ou outro, do estrangeiro e do nativo, do “puro” e do “bastardo”, enfatizando a especificidade e adaptabilidade às atividades e às condições ambientais:

- Quer dizer então que o 'pointer' é um cão inferior? perguntamos ao nosso entrevistado.

- Não absolutamente, seria um absurdo imaginar isso. Mas, simplesmente, porque os mestres ingleses não o criaram para fazer o que exigimos que os nossos perdigueiros façam, nem tão pouco para caçarem em tal ambiente. Devemos dar 'a César o que é de César'. O 'pointer' é um notável cão de mostra, possuidor de qualidades, insuperáveis, mas requer um caçador de pulso de ferro para conduzi-lo e deverá ser empregado em ambiente para o qual foi idealizado e aperfeiçoado. O mesmo acontece com as demais raças as quais uma vez mal adaptados jamais darão o máximo de suas possibilidades.

- E alguns caçadores que insistiram em utilizar os 'pointers' puros obtiveram bons resultados?

- Não lograram mais do que resultados negativos; tanto assim que até os mais aferrados admiradores do grande ventor inglês, acabaram se convencendo dessa impraticabilidade ou, senão tanto, pelo menos dum sacrifício inútil e desnecessário.

É notoriamente sabido em círculos cinogéticos daqui, que o nosso extinto e celebre 'Jahu', um cruzado que trazia nas veias uma miscelânea de 'braco', 'setter' e 'pointer', deu alarmantes sovas em muitos 'pointers' puros, quando caçando nos campos e nos banhados 'brabos' do Camaquã, em cujos lugares íamos buscar os perdigões ariscos. E acontecimentos como esse se passaram, também com muitos dos nossos colegas. Pois bem, será que o cão de uma raça pura não serve? Tornamos a repetir, convictos do contrário. Absolutamente não. O que não serve e está lamentavelmente errado, é um caçador não ter a mínima noção sobre as aptidões duma raça pura, ignorar por completo para que fim e com que fito a criaram, e utilizá-la talvez por simples espírito de imitação e, possivelmente, até de moda ou

vaidade, para mais tarde jogar uma injustiça clamorosa, a culpa do seu fracasso ao pobre animal, quando essa culpa cabe, exclusivamente, a sua imprevidência ou teimosia esnóbica.

Continua o nosso entrevistado: Não comentamos por exemplo, a injustiça de submeter o impetuoso 'pointer' ao sacrifício de trabalhar num campo dobrado, cheio de obstáculos, pontilhado com os terríveis espinhos de cruz, ou no gravatazal, onde sómente um cão calmo com boa proteção de pêlo, poderá suportar a fazer isso. Na impossibilidade de obtermos um cão 'puro' apropriado para tais circunstâncias, então, é nosso parecer sincero, devemos usar um 'bastardo' que êsse nos dará melhores resultados e nos deixará a consciência mais aliviada.

Usemos, pois os cães de raças puras, é lógico, sempre que seja possível e nossas posses permitam, que eles são insuperáveis, mas tenhamos a cautela de escolher com o maior cuidado a raça que esteja perfeitamente adaptada as nossas condições de temperamento e de físico, as condições climáticas e sobretudo, do solo da região onde será com maior frequência utilizada. Façamos isso para jamais depreciarmos sem razão, ante insucessos que possamos ter, aquilo que outros, com capricho, com acerto e com muito trabalho conseguiram realizar [...]. (FAUNA, 1948, edição 0010, p. 2-3).

Sem reduzir o valor de raças “puras” de origem europeia, J. A. P. de Magalhães abriu uma importante brecha: “Na impossibilidade de obtermos um cão ‘puro’ apropriado para tais circunstâncias”, um “bastardo”, aquele que traria “nas veias uma miscelânea”, poderia apresentar um desempenho melhor, pois mais adaptado. À sombra do desejo e do investimento para aclimar uma estirpe ao Brasil, Diana late! Quando sua criação foi tematizada por outros comunicadores, como no artigo “*O nosso cão de amostrar*” de J. Gonçalves publicado na segunda edição da *Fauna* em 1949, essas ideias são reafirmadas. No artigo, Gonçalves elogia o “competente cinófilo”, que, “baseado em seus conhecimentos sôbre cruzamentos e seleção, conseguiu formar uma variedade de perdigueiros que, em tipo, pelagem e maneira de caçar, muito se assemelham ao ótimo braco alemão” (FAUNA, 1949, edição 0002, p. 7). No entanto, se comparado a esse e outros tipos de cães, seu mérito estaria na correta adaptação, tratando-se de uma “raça criada de acordo com o nosso clima e com a situação dos terrenos em que caçamos, enfrentando os matagais e as dobradas das coxilhas, onde precisamos de um cão com relativa calma e muita segurança” (Ibidem, p. 7). A raça, nesse ínterim, é exaltada como fonte de inspiração nacionalista, uma lembrança de que “devemos cuidar mais de nossos cães, criar o que é nosso para nós” (Ibidem, p. 7).

Como o próprio J. A. P. de Magalhães bradou em outro momento, considerando que “cinófilos” franceses, alemães, italianos e os “mestres” ingleses criaram raças caninas que “enriquecem o patrimônio cinófilo das nações europeias, por que não será possível um cinófilo e caçador brasileiro fazer o mesmo? E por eu pensar ao contrário”, disse, “foi que surgiram os JAPMAS na cidade de Pelotas” (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 37). Semelhante ao que sugeriu Renato Ortiz (1986, p. 21) ao tratar da temática da “mestiçagem” na identidade e na cultura brasileira, a “mestiçagem” levada adiante pelo criador e caçador pelotense

também parecia ser simultaneamente “real e simbólica”: ela se referia tanto à prática material de acasalar cães e cadelas considerados de raças ou tipos distintos, quanto conotava “aspirações nacionalistas” de J. A. P. de Magalhães na construção de uma raça brasileira, uma raça que nas suas palavras enriquecesse o “nosso patrimônio cinófilo”.

Os acasalamentos descritos nas publicações que apresentei marcaram o início da linhagem do que se tornou a raça *braco de JAPMA*, nome dado com base na reunião das letras iniciais do nome de José Azevedo Pinto de Magalhães (FAUNA, 1951, edição 0008, p. 8), em uma curiosa composição que condensa seu nome pessoal, sobrenome por parte de mãe e pai, e é estendido à raça de sua criação, marcada pelo parentesco no signo e na carne. Mas para ser uma raça reconhecida para além dos círculos cinogéticos de Pelotas e entre seus pares caçadores, incluindo criadores e expositores, era preciso uma série de formalizações exigidas pela criação registrada nos termos de associações de canis. Nesse momento, a história de J. A. P. de Magalhães se cruza com a história do Princesa do Sul Kenel Club (PSKC), fundado na cidade de Pelotas no ano de 1949, já passados dezoito anos “após o primeiro acasalamento que deu origem aos ‘JAPMAS’” (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 34). Nesse ano, a raça teve seu “Registro Inicial de Origem” reconhecido pelo PSKC e, por extensão, pelo Brasil Kennel Clube (BKC). J. A. P. de Magalhães afirmou ter registrado apenas os exemplares que possuía no momento, sendo eles, NOÉ 1º, YARA e DARK, ambos descendentes da linhagem do já citado YORK. Outros filhotes de YORK teriam sido dados na forma de presente “a colegas”, sob justificativa de que o “interesse estava em que fossem eles divulgados e devidamente experimentados por caçadores competentes, o que só poderia ser útil para minha orientação” (Ibidem, p. 35).

Seguindo exigências de associações de canis, J. A. P. de Magalhães apresentou seus cães e cadelas em exposições caninas de conformação (**Figura 24**). Avaliando o desempenho dos herdeiros de YORK em exposições organizadas pelo Princesa do Sul Kenel Club (PSKC), Rio Grande Kennel Clube e Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS), J. A. P. de Magalhães sugeriu que eles teriam sido “distinguidos com as mais destacadas recompensas” (Ibidem, p. 35). Além de afirmações vaidosas, J. A. P. de Magalhães também comentou sobre a relevância de exposições para o processo de seleção para reprodução. No artigo “*As exposições caninas*” publicado na nona edição da revista Fauna de 1950, ele comentou sobre o papel de exposições e do crivo dos juizes para o “cultivo e melhoramento das raças caninas” (FAUNA, 1950, edição 0009, p. 14). No artigo, atribuiu “grande responsabilidade” ao juiz, “pois dele dependerá muitas vezes, a eleição ou eliminação de um reprodutor, o que sob os dois aspectos, é muitíssimo delicado” (Ibidem, p. 14). Segundo J. A. P. de Magalhães,

caberia ao juiz “apontar com segurança aos expositores o valor ou inferioridade de seus produtos, dentro do padrão da raça, para que o criador, sobretudo, o inexperiente, possa conduzir sua criação com acerto” (Ibidem, p. 14). Pessoalmente, ele estava interessado em encontrar um juiz que fosse “franco, positivo e até rigoroso em suas decisões” (Ibidem, p. 14).

Figura 24 – DARK, filho de NOÉ, sendo avaliado em exposição



Fonte: *Fauna* (1953, edição 0006, p. 41)

Ressalva semelhante foi feita em relação ao registro genealógico. Lembrando que vampiros e a “política canina” seguem rondando a nave desta pesquisa, J. A. P. de Magalhães enfatizou a importância deste dispositivo no processo de seleção para reprodução de cães e cadelas de raça e pediu “cautela” em sua manutenção, pois, nas suas palavras, o “quão desastroso será um criador adquirir um animal para reprodução, confiado nesse registro, e o mesmo animal, por pobreza de origem, dar-lhe descendência defeituosa e inferior, ou mesmo, se não tanto, heterogênea, e portanto sem valor específico da raça” (FAUNA, 1950, edição 0009, p. 14). Nessa passagem, “pobreza de origem” é associada a uma descendência defeituosa, inferior e possivelmente heterogênea, enquanto “raça”, ao oposto. J. A. P. de Magalhães reverberou a importância desse aspecto em dois artigos, “*Seleção de cães perdigueiros*” (FAUNA, 1949, edição 0009) e “*Em prol da Cinofilia*” (FAUNA, 1950, edição 0011, p. 52). Vejamos o que ele escreveu respectivamente em ambos os escritos:

[...] ainda há muita pouca atenção na criação e seleção do nosso útil e fiel companheiro [...]. [...] muitos caçadores teimam na prática errônea de tomarem como reprodutores cães que, simplesmente por atavismo, caçam bem, mas cuja ascendência é desconhecida ou tenha elementos de estirpe duvidosa. Para eleger um cão como reprodutor não deve bastar sabermos ser ele bom caçador. É

indispensável conhecermos as qualidades de seus ascendentes, pois se trouxer nas veias de sangue de um ramo inferior será um padreador falho e perigoso, muito embora êle, individualmente, possua predicados apreciáveis. Os mais rudimentares princípios da genética nos esclarecem nessa particularidade. Conhecemos casos de cães mestiços que se revelaram ótimos, mas que nunca deram um só filho que se destacasse. O mesmo se dá com cães baldosos e tarados, os quais estendem por varias gerações os seus graves defeitos. A escolha, pois, de reprodutores é um ponto muito delicado e que deve merecer cuidado maximo, se não quisermos perder tempo e sofreremos grandes contrariedades. Nunca utilizemos para reprodução casais cuja origem não nos fosse perfeitamente conhecida e que estivessem devidamente experimentados, e daí os resultados satisfatorios que temos obtido. Praticando assim, poderemos tirar especimens menos bons, mas será sempre numa percentagem muito insignificante. (FAUNA, 1949, edição 0009, p. 7-8).

É muito comum encontrarmos criadores que se deixam impressionar e utilizam para tal fim animais de bonita estampa, que tenham, mesmo, se salientado dentro de sua especificada finalidade, sem se preocuparem, entretanto, com a origem desses elementos que serão responsáveis por uma nova geração.

Isso constitui um grave êrro, ocasionando, na maioria das vezes, resultados desastrosos, pois um determinado espécime poderá herdar, por um fenômeno atávico, tais qualidades, mas, desde que não traga ascendência garantida por linha materna, será sempre duvidoso que as transmita a seus descendentes. Geralmente, êle se torna, como se costuma dizer em genética, um individual. Portanto, os predicados de beleza e, ainda, de especialidade, por si só não devem categorizar um animal como reprodutor. Esse deve ser escolhido, com maior cuidado, já pelo valor de seus ancestrais, do maior ao menor grau, já pelos caracteres morfológicos que traga. Daremos absoluta preferência entre um espécime bonito, mesmo que de boa aparência racial, mas de origem desconhecida, e um outro de aspecto menos soberbo, porém portador de bom 'pedigree'. É este último que nos oferecerá, como reprodutor, maior segurança do que o primeiro.

Sendo assim, se os mais simples conhecimentos de genética nos esclarecem de maneira lógica e precisa sôbre essa particularidade, por que continuarmos a perder tempo com a aventura? Por que não lançarmos mão do mais aconselhável e seguro que nos poupará tempo, gastos inúteis e descontentamentos? É isso, justamente, que visamos advertir aos cinófilos menos experientes, para que fundamentem em bases sólidas sua criação, e se ponham a salvo de desilusões tão prejudiciais ao progresso da cinofilia. [...]

E é em face da complexidade tão delicada desse problema, que aconselhamos os nossos colégas que ainda não dispõem de experiência precisa, a lançarem mão de reprodutores que sejam portadores de uma árvore genealógica conhecida, que mais se assemelhem em tipo, caracteres raciais, físico, pelagem e outras qualidades especificadas, oriundos, enfim, de canis conceituados, de preferência aos que não tenham outra recomendação que vá além do uso constante do sabão, da escova e da fidalga alimentação que proprietários caprichosos lhes proporcionam. Esses se nos afiguram a uma obra literária, cujo valor se encerre, simplesmente, em uma capa de luxo e muito habilmente sugestiva. (FAUNA, 1950, edição 0011, p. 52)

Surgido de forma pontual no **Capítulo 4**, o termo atavismo¹⁵² ou fenômeno atávico faz referência à possibilidade do reaparecimento de características (sejam elas apreciadas ou não) que pertenciam a gerações antepassadas e há muito não se manifestavam. Nessas passagens, J. A. P. de Magalhães alertou seus leitores sobre o “grave erro” de escolher como

¹⁵² Também reconhecido em inglês como *throwing back*, algo como “jogar” ou “arremessar para trás” em tradução livre (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 152). Esse termo ganhou contornos pejorativos no endurecimento do racismo científico ao longo do século XIX, sendo usado para retratar indivíduos considerados “retrocessos” ou “reversões” a um estágio anterior da evolução humana, a exemplo do que fez o criminologista italiano Cesare Lombroso (1835-1909) (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 152).

reprodutores exemplares que, apesar de possuírem predicados apreciáveis (como beleza e boa capacidade para caça), tivessem ascendência desconhecida. Às costas dessa “estirpe duvidosa”, sugeriu, florescia a indesejada possibilidade de que certos predicados (funcionais, físicos ou comportamentais) fossem apenas resultado de atavismo, com possibilidade de transmissão duvidosa para as próximas gerações, abrindo a linhagem para um futuro heterogêneo ou inconsistente, segundo ele sem valor de “raça”. Em nome de maior “segurança” sobre o resultado, J. A. P. de Magalhães aconselhou criadores a escolherem reprodutores “pelo valor de seus ancestrais” ou a “árvore genealógica conhecida”. De modo geral, portanto, ele considerava o presente de um exemplar secundário se comparado ao passado como potência, especialmente no que se referia à “ascendência” por “linha materna”. Ainda assim, sugeriu,

Nem todos elementos bons, de reputada estirpe, servem para ser unidos. Devemos observar que haja entre macho e fêmea uma semelhança de caracteres morfológicos, para que os produtos seja o mais homogêneo possível, principalmente se lançarmos mão de reprodutores de raças diferentes. Em síntese: Será muito difícil conseguirmos bons cães perdigueiros se não houver a cautela de nos valermos de reprodutores de linhagem nobre e sobejamente conhecida, que tenham dado provas cabais de bons caçadores, e, ainda, com a mesma cautela, selecionarmos os produtos, reservando aqueles que mais se aproximem, pelos caracteres gerais, de seus parentes que maior confiança nos mereçam. [Seria preciso deixar de lado] [...] os acasalamentos de palpite, nos convencendo de que só o fato do cão caçar bem não é garantia suficiente para boa reprodução [...] (FAUNA, 1949, edição 0009, p. 8).

Como a história de YORK que permitiu a materialização da raça de sua criação demonstrou, apesar dos mesmos antepassados, nem todos irmãos de uma ninhada partilhavam as características procuradas pelo criador. Não bastaria uma “reputada estirpe”, alertou, seria preciso selecionar reprodutores morfológicamente semelhantes, para assim aumentar a possibilidade de seus descendentes serem “o mais homogêneo possível”. No caso particular da raça de sua criação, uma vez “fixada”, comercializada para caçadores de outros estados¹⁵³ (**Figura 25**) e crescente em número de registros entre 1940 e 1960, comparações com a raça “cão de fila brasileiro” – que, como veremos ao longo da próxima seção, nesse mesmo período ganhava projeção no meio cinófilo e era reconhecida como raça pelo BKC, incluindo abertura para ingresso em um Livro de Registro Inicial de Origem e redação de seu padrão racial – e decisões sobre os próximos passos de sua criação passaram a intrigar J. A. P. de Magalhães:

[...] já havendo registrados no P.S.K.C., com REGISTRO INICIAL DE ORIGEM, reconhecido pelo Brasil Kennel Clube, 23 exemplares, podendo em breve,

¹⁵³ “Caçadores de São Paulo”, como sugeriu o *Diário de Notícias* (Porto Alegre, RS) (DIÁRIO DE NOTÍCIAS, 1954, edição 00090, p. 3)

êsse numero ser aumentado grandemente, perguntamos: DEVE OU NÃO ser continuada e aperfeiçoada minha iniciativa?

DEVEM OU NÃO os 'JAPMAS' serem reconhecidos como de uma variedade de perdigueiros nacionais, como já o foi o cão de fila brasileiro?

Não tendo êsses cães igualdade típica com nenhuma variedade conhecida e oficializada, como de fato não tem, e possuindo características próprias que se estendem a uma família já numerosa, DEVE OU NÃO ser registro oficialmente o 'standard' dessa variedade, com a denominação já conhecida de BRACO DE JAPMA? Aguardemos o pronunciamento dos ilustres e competentes juizes que o julgaram e classificaram, e do BRASIL KENNEL CLUBE prestigiosa entidade que preside os destinos da cinofilia em nossa Pátria. [...] (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 37)

A dúvida pública sobre sua continuidade colocada aos leitores da revista *Fauna* lembra que raças caninas não apenas são criadas e materializadas, como dependem de um trabalho natural-cultural permanente de seleção, reprodução, cuidado e registro sem o qual tipos, raças e variedades podem perder sua suposta homogeneidade ou prepotência hereditária, e, por extensão, sua continuidade no tempo. Tentando garantir isso, em 1953 da revista *Fauna* publicou o “*standard*” (padrão) provisório estabelecido para a raça *braco de JAPMA*. Semelhante àquilo tratado no **Capítulo 5**, esse “padrão” descreveu aspectos como “apreciação geral”, “talhe”, cabeça (focinho, narinas, orelhas, maxilares), pescoço, peito, pernas dianteiras, dorso, lombo, garupa, cauda, pernas traseiras, pés, pelagem, “defeitos” e “pontos desqualificativos” (FAUNA, 1953, edição 0006, p. 37). No texto “*O standard do 'braco de japma'*” veiculado na coluna “*No mundo dos cães*” do Correio da Manhã (Rio de Janeiro, RJ), Antonino Barone Forzano apresentou sua versão “definitiva”, por meio do qual acreditava que “criadores de norte a sul do país poderão preservar as características da raça de geração em geração, selecionando os descendentes que preencherem as suas exigências” (CORREIO DA MANHÃ, 1953, edição 18426, p. 3). A se sublinhar, também, a valorização que Forzano faz da produção de conhecimento sobre essa raça como caminho para preservar raças e valores “nacionais”:

Concluindo, queremos sugerir à Diretoria do Princesa do Sul Kennel Club o aproveitamento dos preciosos documentos que possui José A. P. de Magalhães, para a organização de um livro, que divulgará por todo o mundo as qualidades vantajosas do cão de caça brasileiro, o 'braco de Japma'. Esta iniciativa não deve ser muito retardada, do contrário, iremos ter que estudar esta raça em compêndios editados em língua espanhola, porque nossos vizinhos de além fronteiras já estão se utilizando satisfatoriamente do 'braco de Japma', esquecendo-se da sua origem brasileira e citando-o como uma nova raça que está surgindo nas 'haciendas'. (CORREIO DA MANHÃ, 1953, edição 18426, p. 3)

Figura 25 - Nesta ordem: Frederico Carlos Lang, presidente em exercício do PSKC, segurando a guia de POLO de JAPMA; a funcionária da empresa área que acompanhou o voo; José Azevedo Pinto de Magalhães e Gilberto Viana



Fonte: *Fauna* (1954, edição 0007, p. 30)

Um ano depois, nesta mesma coluna e jornal, Antonino Barone Forzano tornou público que, “dando os passos finais para a oficialização da raça ‘japma’, o departamento de cães de caça [DCC], do Rio Grande do Sul” teria emitido seu parecer sobre o reconhecimento da “nova raça” e a “fixação do standard” (CORREIO DA MANHÃ, 1954, edição 18701, p. 6). Respondendo à solicitação de J. A. P. de Magalhães, que segundo o jornal apresentou “copiosa documentação fotográfica bem como o pronunciamento de conceitos cinófilos e cinogéticas do país através de artigos e estudos”, o parecer deliberou apenas sobre a “utilidade” da raça *braco de JAPMA* “como cão de caça, dado que o estudo genético cabe[ria] ao Serviço Genealógico do Kennel Clube do Rio Grande do Sul” e, em última instância, da “exclusiva alçada” do BKC (Ibidem, p. 6).

O parecer relata como, em sua construção, seria “tão evidente a dissemelhança morfológica do ‘braco de japma’ que não se pode confundir com nenhuma das raças que o formaram, embora possua os característicos especiais de cada uma” (Ibidem, p. 6). Para o DCC, a raça teria perdido a “esbelteza fidalga do ‘pointer’”, a “compleição robusta e pesada do ‘braco’” e o “porte avantajado do ‘grifon’”, ainda que, como “síntese” dos “três tipos” dos quais foi formada, seus congêneres tenham adquirido uma movimentação serena (sem lentição ou espírito afoito), docilidade, pelagem densa se comparada ao *pointer* e “rusticidade

herdada do ‘griffon’ [que, juntas,] permitem a execução da caça em clima frio e ambiente áspero” (Ibidem, p. 6). Como conclusão, o resultado daquilo que J. A. P. de Magalhães já chamou de *miscelânea* ou *bastardo* foi nesse parecer considerado um “biótipo distinto, com características especiais, a exigir uma classificação especial, para fins de registro e fixação do ‘standard’” (Ibidem, p. 6). Apesar do que a opção pelo nome *braco* possa indicar, o parecer se vale dos mesmos conceitos e reforça a história narrada por J. A. P. de Magalhães ao sugerir que “o ‘pointer’ entrou no cruzamento em maior dose” (Ibidem, p. 6). A opção pelo nome *braco* e não *pointer de JAPMA* é justificada no parecer pela constatação de que o *braco* não seria “uma raça, indicando mais cruzamentos”, como aqueles que levaram à criação de cães JAPMA (Ibidem, p. 6).

No entanto, essa avaliação parecia destoar um pouco daquilo que vinha encontrando nas páginas da revista *Fauna* no mesmo período. Na matéria “O cão *pointer* - rei da caça de campo”, por exemplo, publicada no ano de 1960, mas sem menção explícita de sua autoria (FAUNA, 1960, edição 0006, p. 16), informações adicionais sobre o “pointer” ou “perdigreiro inglês” podem ser encontradas. No artigo, seus autores abordam de forma elogiosa esse grupo racial “pacientemente ‘fabricado’ pelos ingleses, que conseguiram nêle concentrar, plasmar e fundir um monumento artístico de valor inestimável” (Ibidem, p. 16). Os termos *plasmar* e *fundir* parecem chamar atenção para o ato de modelar, formar, juntar, unir ou incorporar elementos essenciais das raças das quais o pointer teria derivado, a qual julgavam “originário do velho cão inglês, o braco, cruzado com o ‘foxhound’” (o cão para “caçar raposa”), ainda que, para “não poucos” cinófilos, fosse possível “se encontra[r] muito do sangue do ‘galgo’, o que pretende justificar a sua forma elegante e o seu modo de galopar” (Ibidem, p. 16). A adoção da metáfora fabril e de uma correlação técnica/arte, em especial, reforçam a ideia de que, para além da natureza, e através de uma laboriosa seleção “que somou mais anos que os da vida normal de um homem”, o *pointer* representava uma “magnífica criação do Homem” (Ibidem, p. 16-17). Desse longo trabalho natural-cultural, uma transformação pode acontecer. Um “bastardo” pode alcançar o estatuto e o reconhecimento de uma raça canina, desde que demonstre “anos de caracteres fixos e transmissíveis”:

É o 'pointer', realmente, uma criação do homem. Era um bastardo que por mérito dos criadores ingleses tem, a par de anos de caracteres fixos e transmissíveis, de forma a constituir uma raça no sentido comum da palavra. (Ibidem, p. 17)

Algo semelhante aconteceu com a criação da raça *braco de JAPMA*. Diagnosticando “os inconvenientes do ‘pointer’ puro sangue, como inadequado ao nosso sistema de caçar e, pior, às condições topográficas e climáticas” de Pelotas (Rio Grande do Sul), J. A. P. de Magalhães gestou conhecimentos e práticas desde adolescente e, quando adulto, se dedicou

para, nas suas palavras, formar um “cão perdigueiro nacional, isto é, um animal que se enquadrasse em um tipo idealizado e aperfeiçoado” (FAUNA, 1951, edição 0008, p. 7-8). Tendo como horizonte a adaptação física e anímica à topografia, ao clima e ao estilo de caça que praticava, entre 1920 e 1960 J. A. P. de Magalhães criou cães e cadelas que encarnaram a raça *braco de JAPMA*. Uma seleção para reprodução baseada no *pedigree*, em acasalamentos “em ascendência” e no manejo da “dosagem” de diferentes tipos raciais de origem europeia considerados portadores de virtudes e defeitos essenciais foi pensada como caminho para criar, fixar e aperfeiçoar um tipo histórico-racial dedicado à caça de perdigões. Isso mudou na década de 1960, quando, como sugeriu o cinófilo e jornalista Paulo Roberto Godinho em informativo da Confederação Brasileira de Cinofilia, o “afastamento” de seu criador “das caçadas, do jornalismo e da criação” conduziu à “extinção” dessa raça (CBKC, 2012, p. 138-139).

6.3. O “NOSSO” CÃO DE FILA (1820-2020)

Os Conquistadores espanhóis e portugueses, desembarcando no Brasil no século XVII, trouxeram Dogues, Mastiffs e Cães de Saint-Hubert. Os mesmos foram cruzados com cães brasileiros, o que resultou no Fila Brasileiro. Originalmente ele era empregado como cão de pista para encontrar os escravos em fuga, em seguida tornou-se condutor de rebanhos e cão de guarda. O reconhecimento da raça ocorreu em 1950. (GRANDJEAN; VAISSAIRE; VAISSAIRE, 2001, p. 92)

Em muitos momentos que aguardava junto de Maria e Mona para atendimento na clínica veterinária Hub, de Porto Alegre (RS), para exames e consulta com seu cardiologista, me via diante da “*Enciclopédia do cão*” patrocinada e editada pela multinacional Royal Canin, empresa do ramo de alimentação e nutrição para cães. Sempre que íamos ao local para realizar exames de acompanhamento em Mona, folheava suas páginas, sem compromisso, apenas a título de curiosidade e forma de conter a ansiedade. Certo dia, no verão de 2021, encontrei a passagem que abre essa seção, espécie de história de origem da raça *fila brasileiro*. Nela, três raças caninas de origem europeia citadas como formadoras da raça *fila brasileiro* são nomeadas *pari passu* aquilo capaz de lhe conferir seu caráter distinto e nacional, por assim dizer, um histórico de cruzamentos com os assim definidos “cães brasileiros”. O cenário de colonização do território e o emprego atribuído aos cães nessa versão de origem da raça, incluindo a busca e captura de pessoas escravizadas em situação de fuga e mais tarde condutor e guarda de rebanhos, tornava essa história sobre espécies companheiras “um tipo de conto bastante mundano e persistente, cheio de mal-entendidos, conquistas, crimes e esperanças renováveis” (HARAWAY, 2021a, p. 14).

Até encontrar essa passagem não tinha pensado em conhecer histórias sobre a raça *fila brasileiro*, sequer considerava dar mais atenção a tipos e raças exaltadas justamente pelo rótulo de “brasileiras”. Acreditava que as duas primeiras seções desse capítulo seriam suficientes para ilustrar o discurso nacionalista que atravessa categorias e práticas ligadas à criação, continuidade ou extinção de raças caninas, contemplando esse aspecto. No entanto, fiquei curioso para conhecer mais sobre a história dessa raça e, em particular, os significados associados à categoria “cães brasileiros”. Seja ou não considerada inerente ao corpo e ao comportamento de certo grupo de cães e cadelas, a apreensão da diferença racial passa necessariamente por formas categoriais. Na pista do que propôs Marilyn Strathern (2006) sobre gênero, acredito que interrogar raça também requer, ao menos em parte, “abordar os princípios sobre os quais essas categorizações se baseiam e que forma assumem em diferentes contextos”. Considerando que no mesmo período do contato com essa enciclopédia estava comprometido com a análise do acervo mantido pela BND, resolvi incluir categorias relacionadas a essa raça canina em minhas buscas, para isso pesquisando década a década algumas das categorias com as quais fui me familiarizando em explorações prévias e menos sistemáticas, como *cão de fila*, *boiadeiro*, *onceiro*, *cabeçudo*, *fila nacional* e *fila brasileiro*.

Por opção, segui minhas pesquisas convicto de que “a base para classificação não é inerente” àquilo que identifica (STRATHERN, 2006, p. 22), ainda que tampouco esteja totalmente desvinculada de sua materialidade. Além de uma convicção teórica, o próprio material documental consultado apontava nesse sentido. Desde suas primeiras aparições no começo do século XIX, quando do início da indústria periódica no país, o termo “cão de fila” não parece carregar a precisão de um padrão físico ou comportamental estabelecido como ideal, de uma raça reconhecida nos termos de alguma associação de canis, nada disso. Essa categoria fazia referência a tipos distintos de cães e cadelas geralmente robustos e com potencial para “filar” a presa, ou seja, dotados de aptidões físicas e técnicas para agarrar outrem com a boca. O termo, portanto, não guardava um sentido restrito ou era emblema de nacionalidade, muito menos um símbolo de Brasil, podendo um cão *bulldogue* ser considerado um “cão de fila de raça inglesa” (CORREIO DA MANHÃ, 1926, edição 09671, p. 12).

Ao longo do século XIX, anúncios de venda, compra, perda ou achado de cães e cadelas assim identificados são os principais resultados de pesquisa em jornais nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, tendo a categoria “raça” surgido tanto como sinônimo de linhagem familiar, quanto grupo de cães e cadelas com utilidade semelhante, especialmente guarda. Se alguns desses anúncios dão ênfase à capacidade funcional e à

procedência¹⁵⁴, outros avançam mais em descrições fenotípicas¹⁵⁵. Enquanto analisava esses resultados, a proximidade entre anúncios sobre cães e sobre pessoas escravizadas (dadas como fugidas ou oferecidas como posse), me interpelou a pensar que os chamados conquistadores não “trouxeram” apenas cães da Europa, mas pessoas de África:

Figura 26 – Anúncios no *Diário do Rio de Janeiro* em 25 de janeiro de 1833

26 Vende-se humma escrava moça, bem figurada, com muito bom leite, e com hum filho mai gordo, e bonito, que tem 10 mezes de idade, e já não precisa de leite, por que come bem; vende-se mais hum escravo official de Çapateiro, nenhum delles tem molestias, nem vicios conhecidos; quem os pertender ambos, ou algum delles, dirija-se a rua do Aljube n. 33.
 ¶ Vende-se hum cão de fila, e grande, na Praia Formosa n. 7.

Fonte: *Diário do Rio de Janeiro* (1833, edição 0100021, p. 3)


¹⁵⁴ Para alguns exemplos, cito oferta de “hum cão de fila, ensinado a guardar humma caza, ou quintal, capaz para viagem, bom pegador de gado, que nada tem de dezubediente a seu dono” (DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO, 1824, edição 0300009, p. 2), de um “cão de fila próprio para chácara ou embarcação” (O MERCANTIL, 1845, edição 00288, p. 4), de “um cão de fila de muito boa raça e muito grande” (JORNAL DO COMMERCIO, 1862, edição 00222, p. 4), de um “magnifico exemplar desta raça, muito bonito, valente e forte” que “chegou de Minas” (JORNAL DO COMMERCIO, 1864, edição 00019, p. 4), de um “cão de fila chegado ultimamente de Portugal” (JORNAL DO COMMERCIO, 1867, edição 00182, p. 4), de “um bonito e valente cão de fila dos melhores que há nesta raça, própria para guardar qualquer chácara ou fazenda” (JORNAL DO COMMERCIO, 1865, edição 00008, p. 3), de um “cão de fila” considerado “muito bravo e grande, para vigia” (JORNAL DO COMMERCIO, 1869, edição 00019, p. 5), de cães de fila “legítimos” (JORNAL DO COMMERCIO, 1861, edição 00305, p. 1), de um “cão de raça fila mestiçado com o de Terra Nova” considerado “bom para guarda” (JORNAL DO COMMERCIO, 1866, edição 00064, p. 4), de um “cão de fila [...] bonito, grande e novo, vindo de Minas” (CORREIO PAULISTANO, 1891, edição 00274, p. 10).

¹⁵⁵ Como, por exemplo, na procura por um “cão de fila, que acode pelo nome de Turco, com os signaes seguintes: focinho preto, pés, mãos e peito brancos e lombo cinzento” (JORNAL DO COMMERCIO, 1867, edição 00229, p. 3), por um “cão de fila, côr de onça, com a cauda cortada” (JORNAL DO COMMERCIO, 1868, edição 00035, p. 2), por um “cão de fila grande, cinzento com listras pretas, orelhas cortadas e boca negra” (JORNAL DO COMMERCIO, 1868, edição 00119, p. 3), por um “cão fila, bem preto”, com “os pés, as mãos e o peito brancos” (CORREIO PAULISTANO, 1864, edição 02369, p. 4), por um “cão de fila, ainda novo, que dá pelo nome de ‘tigre’, [que] tem o pello malhado e traz uma colleira de couro com metal amarelo” (CORREIO PAULISTANO, 1896, edição 00281, p. 8), entre outros.

Figura 27 – Anúncios no *Jornal do Commercio* em 15 de dezembro de 1865

ESCRAVO FUGIDO.

Fugio no dia 5 do corrente o escravo Cosme, pertencente aos herdeiros de D. Maria Isabel Alves da Silva, é de nação Moçambique, altura regular, e apresenta ter 50 annos de idade: levou vestido calça preta e camisa de algodão branco; quem o mesmo apprehender e levar á rua da Alfandega n. 24, sobrado, receberá de gratificação 30\$000.



CÃO PERDIDO.

Gratifica-se a quem levar a rua da Alfandega n. 88 um cão de fila de mais ou menos 8 mezes, branco com malhas grandes cor de café com leite, cabello liso, cauda comprida, pés grandes e tem uma ferida na cabeça; protesta-se contra quem o tiver detido.

Fonte: *Jornal do Commercio* (1865, edição 00347, p. 3)

Na primeira figura, uma mulher, seu filho de dez meses e um homem são colocados à venda como escravos em anúncio seguido pela oferta de um *cão de fila* considerado “grande”. Na segunda, o primeiro¹⁵⁶ dos dois anúncios torna público a fuga do homem de nome Cosme, cuja descrição fornecida como subsídio para aqueles que tentassem sua captura em troca de gratificação inclui detalhes como o dia da fuga, suposta dona, ancestralidade nacional, altura, idade aparente e roupas que vestia. Esse anúncio apresenta uma estrutura perturbadoramente semelhante àquele que o sucede, um anúncio de busca por um *cão de fila perdido*, cuja oferta de gratificação em dinheiro vem acompanhada de descrições relativas à idade aparente do cão, características como cor (branco com malhas cor de café com leite), pelagem, cauda, pés, ferida na cabeça e temperamento arredio. São muitos os anúncios desse gênero em jornais. O anúncio que buscava Cosme, por exemplo, se repete na edição do dia seguinte do *Jornal do Commercio*, na mesma página em que “leilões de escravos” ofereciam a venda de uma “1 família composta de mãe e 4 filhos, de 12 annos para baixo”, “3 pretas que cozinhão, lavão e engommão” e “diversos pretos para o ganho e roça” (JORNAL DO COMMERCIO, 1865, edição 00348, p. 3).

¹⁵⁶ Para melhor compreensão, reescrevo: “Fugio no dia 5 do corrente o escravo Cosme, pertencente aos herdeiros de D. Maria Isabel Alves da Silva, é de nação Moçambique, altura regular, representa ter 50 annos de idade: levou vestido calça preta e camisa de algodão branco; quem o mesmo apprehender e levar á rua da Alfandega n. 24, sobrado, receberá de gratificação 30\$000” (JORNAL DO COMMERCIO, 1865, edição 00347, p. 3).

Ao longo do século XIX, anúncios com a oferta e procura de homens e mulheres de todas as idades em situação de escravidão, incluindo descrições físicas, comportamentais, indumentárias e laborais, podem ser encontrados em jornais publicados nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais¹⁵⁷, Pernambuco, Bahia, Ceará, Paraíba¹⁵⁸, entre outros. Esses anúncios registram parte da face pública da “espoliação organizada” por meio da qual, do século XV ao XIX, “homens e mulheres originários de África foram transformados em homens-objecto, homens-mercadoria e homens-moeda” (MBEMBE, 2014, p. 12), mas, também, formas de resistência e buscas corajosas por liberdade através da fuga. Relatos que, como esses, vendiam pessoas e famílias inteiras destituídas de sua humanidade, dividiam espaço com anúncios comerciais de todos tipos, de terrenos, chácaras, títulos, medicamentos, cavalos, pássaros e esses de *cão perdido* ou à venda, alguns dos quais relativos a *cães de fila*. No entanto, diferente de anúncios sobre pessoas escravizadas, que cessam gradualmente a partir da abolição da escravidão no final do século XIX, os anúncios sobre *cães de fila* podem ser encontrados até a segunda metade do século XX, a exemplo do anúncio de “Cães de Fila” (Figura 28) publicado em junho de 1947 na revista *O Campo* (Rio de Janeiro, RJ):

¹⁵⁷ Exemplos nesse sentido incluem publicações no *Diário Mercantil* (1825, edição 00073, p. 2), *Jornal do Commercio* (1828, edição 00119, p. 3), *Correio Paulistano* (1862, edição 01813, p. 3; *Ibidem*, 1869, edição 04043, p. 4), *Diário de Minas* (1866, edição 00023, p. 2; *Ibidem*, 1875, edição 00572, p. 4), entre outros.

¹⁵⁸ Um exemplo é o jornal *O Publicador* veiculado na Paraíba em 03 de agosto de 1865 ao anunciar a fuga de dois homens escravizados de nome “Venancio e Zacarias, pardos e irmãos”, descritos em idade, dentes, cabelos, olhos, lábios, nariz, pés, características como “bem falante, vive sempre fumando” (em referência a Venancio) (O PUBLICADOR, 1865, edição 00873, p. 4).

Figura 28 - Anúncio de “Cães de Fila” para guarda, de José Junqueira, da Fazenda do “Engenho”, em Silvestre Ferraz (Minas Gerais)



Fonte: *O Campo* (1947, edição 00210, p. 29)

Entre a metade do século XIX e a metade do XX, a categoria *cão de fila* também pode ser encontrada em folhetins, contos e novelas veiculadas em periódicos¹⁵⁹. Ao menos no acervo da BND, outras categorias relacionadas passam a surgir no decorrer da primeira metade do século XX. Entre 1930 e 1940, por exemplo, Eurico Santos falou em “onceiros” e um cão proveniente de Minas Gerais conhecido como “cabeçudo”, especulando se tratar de um “mestiço” descendente de cães da raça *dinamarquez* (atualmente reconhecida como *dogue alemão*) (O CAMPO, 1930, edição 00001, p. 36). A partir da década de 1940, o termo “cão de fila nacional” ou apenas “Fila Nacional” pode ser encontrado em jornais cariocas (DIÁRIO DA NOITE, 1946, edição 06627, p. 3; A MANHÃ, 1950, edição 02595, p. 5) e revistas paulistas (FAUNA, 1948, edição 0009, p. 26; *Ibidem*, 1949, edição 0010, p. 23), sem com isso suplantarem as categorias que as precediam, podendo o termo “boiadeiro cabeçudo” ser encontrado também na década de 1950 (FAUNA, 1950, edição 0012, p. 52). Ainda assim, julgo esse aparecimento significativo. Por um lado, letras maiúsculas e a designação de um nome próprio parecem indicar os primeiros passos na tentativa daqueles que escrevem em

¹⁵⁹ Exemplos de folhetins podem ser encontrados no *Correio Mercantil* (1848, edição 00319, p. 1), *Jornal do Commercio* (1850, edição 00015, p. 1), *Jornal do Brasil* (1902, edição 00073, p. 4), *Correio da Manhã* (1926, edição 09547, p. 11; *Ibidem*, 1928, edição 10414, p. 11; *Ibidem*, 1939, edição 13564, p. 10), enquanto de contos, na *Fon Fon* (1943, edição 0017, p. 48), e de novelas, n’*O Jornal* (1948, edição 08663, p. 2).

essencializar esse tipo de cães como uma entidade singular. Por outro, o acréscimo do termo “nacional” à categoria “fila” aponta para uma crescente vinculação deste processo com a comunidade geográfica, política e imaginária chamada Brasil, como “patrimônio” simbólico e material. Esse aparecimento, portanto, me parece indicar o início de um processo de racialização. Mais do que uma simples mudança retórica ou linguística, isso requereu investimentos concretos que abarcaram o trabalho sistemático e também disputado de associações de canis e de criação seletiva.

Um panorama sobre o início desse processo é oferecido pelo comunicador e cinófilo Paulo Roberto Godinho¹⁶⁰ no livro “*Fila Brasileiro: um presente das estrelas*” (2013). Com base em suas pesquisas, Godinho observou que o interesse por cães e cadelas identificados como “Fila Nacional” no emergente circuito cinófilo de São Paulo¹⁶¹ e suas exposições¹⁶² pode ser rastreado justamente entre as décadas de 1930 e 1940. Nesse período, comerciantes, atravessadores e criadores paulistas, mineiros, fluminenses e mais, teriam passado a adquirir e revender *cães de fila* que eram criados sem quaisquer “registros” ou “cruzamentos anotados” no interior de São Paulo e em cidades do sul do estado de Minas Gerais (GODINHO, 2013, p.

¹⁶⁰ Comunicador e cinófilo com mais de setenta anos de experiência no ramo, como consultor de criadores, handlers profissional (entre 1968 e 1988), juiz de exposições, conduzindo cursos de tosa e *trimming*. Desde jovem, Godinho se interessou por cães, buscando periódicos sobre cães de raça como a revista “*Nossos cães*” e outros adquiridos pelo Brasil Kennel Clube (BKC) e emprestados a ele por uma secretária do clube na metade do século XX. Entre outras atividades profissionais, Godinho se tornou editor e redator de temas relativos à cinofilia em jornais como *O Dia* e *Jornal do Brasil*, revistas como *Animais & Veterinária*, e publicou livros como “*Cães e gente*” (1983) e “*Fila Brasileiro: um presente das estrelas*” (2013). Depois de contatar Godinho e apresentar a pesquisa de doutorado em curso (incluindo o interesse na história da raça *fila brasileiro*), fui apresentado com uma cópia de sua obra. “Somos ambos pesquisadores”, sugeriu gentilmente. Contou que o livro foi produzido ao longo de dezessete anos, entre entrevistas, pesquisas e redação. Para sua composição, Godinho se valeu de sua trajetória pessoal com a cinofilia, por meio do qual teve acesso a depoimentos, cartas, livros, dados e documentos técnicos ou informativos fornecidos por associações de canis, como também de sua experiência na indústria periódica, para isso revisitando revistas como *Animais & Veterinária*, *Dog Mania*, *Nossos cães*, *Notícias caninas*, *Caça & Pesca*, *O Campo*, jornais como *Jornal do Brasil*, *Jornal do Commercio*, *O Dia*, *O Estado de São Paulo*, entre outros, particularmente textos dedicados a cães e raças, o que qualificou como “jornalismo cinófilo” (GODINHO, 2013, p. 27).

¹⁶¹ A primeira associação de canis eclética criada em São Paulo foi a Liga Brasileira de Amadores de Cães, em 1931, depois renomeada como Federação Cinológica do Brasil (FCB) e, em 1936, como Kenel Clube Paulista (KCP). De sua fundação até o ano de 1950, Adolpho Lourenço Rheingantz, nascido em Rio Grande (RS), mas criado em Pelotas (RS) e depois residente de São Paulo (SP), foi presidente do KCP e incentivador de cães e cadelas reconhecidos como *Fila Nacional*. O estado de São Paulo já contava com associações organizadas por imigrantes alemães e dedicados a raças em especial, como a Sociedade de Amadores de Cães Pastores Alemães do Brasil, de 1927, Teckel Clube do Brasil e Terrier Clube do Brasil, fundadas em 1931. Essas associações não mantinham vínculos com o BKC, como fez o KCP no ano de 1936 (GODINHO, 2013).

¹⁶² A primeira aparição de um cão assim identificado em uma exposição cinófila foi no ano de 1939, sendo apresentado “fora de concurso” em exposição promovida pelo Kenel Club Paulista (KCP), vinculada ao Brasil Kennel Club (BKC) (GODINHO, 2013, p. 20; 116). De maneira “oficial”, sua primeira aparição data de 1943, desde então se fazendo mais ou menos presente. Até 1950, uma média de um a oitos cães foram apresentados em eventos promovidos por associações como KCP e SKC. No ano de 1951, esse número saltou para dezoito, mas nos anos seguintes voltou à média de oito exemplares por evento (GODINHO, 2013, p. 107-114). Ainda assim, no *O Jornal* (Rio de Janeiro, RJ) comentou-se exposição promovida pelo BKC em 1949 e como “causou grande interesse a apresentação do cão de fila nacional, [...] a única raça reconhecida até o momento como de procedência e formação exclusivamente brasileira” (O JORNAL, 1949, edição 09010, p. 9).

99-100). Entre os “fazendeiros” e criadores que, segundo Godinho (2013, p. 21), “abasteceram por mais de trinta anos os criadores paulistas” e teriam se tornado os “pilares” da raça, estão José Gomes de Oliveira (1903-1998) da cidade de Varginha (MG), José Junqueira (1863-1951) (ver **Figura 28**) e seu cunhado Pedro Ribeiro Junqueira de Souza (1908-1991) da cidade de Silvestre Ferraz (MG), depois Carmo de Minas (MG), e Willian Frederick Chalmers (1921-2002), de Pedro Leopoldo (MG)¹⁶³. Em sua explicação sobre como tipos variados de cães e cadelas se transformaram em uma “raça”, Godinho recorreu ao parentesco e àquilo que conta como “natural”:

Eles se reproduziam dentro dos limites das propriedades onde viviam, sem controle veterinário, genética ou de preservação de seus tipos que, pela pouca opção quanto a novos reprodutores e matrizes, com o passar do tempo iam formando famílias de linha de sangue extremamente fechadas, o que gerava tipos físicos perfeitamente identificados de parentesco, especialmente quando comparados com cachorros de outras regiões (GODINHO, 2013, p. 61)

De raças de cães e cães de raça, a quase totalidade de sítiantes e fazendeiros mineiros das primeiras décadas do século XX nada sabia. Em várias dessas propriedades houve a entrada de cachorros de muitas raças que foram para lá levados por fazendeiros ou seus familiares que viajavam para a Europa e Estados Unidos, a passeio ou a estudo. Pela falta de seus pares, esses cachorros de raça foram se misturando naturalmente com os já existentes na propriedade, influenciando muito no tipo e no temperamento das gerações futuras. Assim se deu a evolução dos tipos, de forma nada proposital, natural e lentamente. (Ibidem, p. 61)

O sul de Minas Gerais tornou-se o santuário da raça, porque foi de lá que saíram os cachorros que os paulistas utilizaram para serem os primeiros pilares da raça. A uniformidade de tipos de cães daquela região mineira, especialmente os de Varginha e de Carmo de Minas, tornou possível aos criadores paulistas, antes e depois do surgimento de Paulo Santos Cruz, iniciarem suas criações, já então organizadas e registradas no Kenel Clube Paulista, com cachorros de tipagem de bastante definição ao primeiro padrão da raça. [...] (Ibidem, p. 62)

A uniformidade que, segundo Godinho, tivera início pelo acasalamento sucessivo entre “reprodutores” e “matrizes”¹⁶⁴ aparentados e de distintas raças (sem especificar necessariamente quais), parte local e parte vinda da Europa e Estados Unidos, teria precedido e possibilitado o início da criação registrada junto ao Kenel Clube Paulista (doravante, KCP), quando exposições caninas, perícias, papeis, certificados, carimbos e assinaturas cuja finalidade era identificar e atestar o pertencimento familiar e racial entraram em cena. Para

¹⁶³ Para mais informações, fotografias e registros, ver Godinho (2013, p. 64-87). Entre outros personagens, Procópio do Vale (1981, p. 59) também cita e apresenta fotografias de nomes do José Gomes, José e Pedro Junqueira ao tratar de “*incentivadores da criação e divulgação do Fila Brasileiro*” do período.

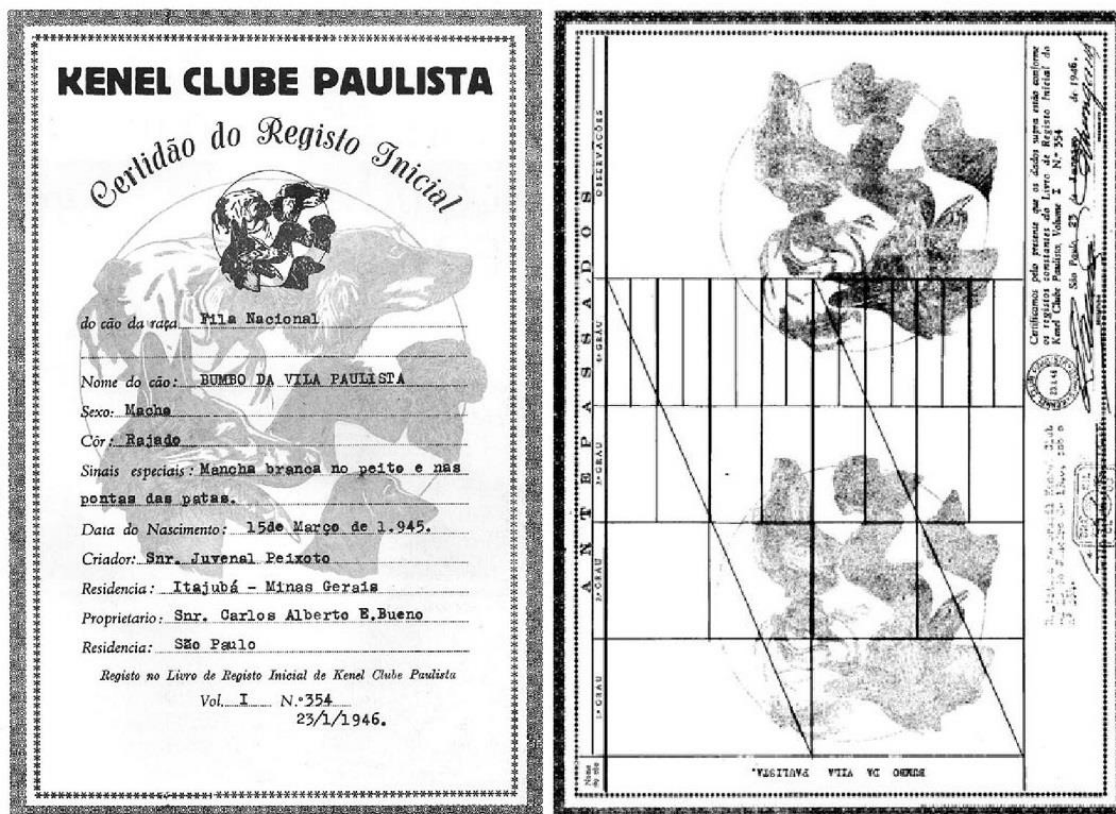
¹⁶⁴ No ramo da criação de cães e cadelas “de raça” no Brasil, “matriz” costuma ser a categoria utilizada para se referir a cadelas que, por condensar certos atributos (genealógicos, morfológicos, comportamentais, etc.), são escolhidas como reprodutoras, como Diana no romance de Jules Verne. O uso dessa categoria para se referir a quem gera e materializa filhotes me parecia ser bastante simbólica. Como sugeriu Anne Fausto-Sterling (2001/02, p. 62), concepções ocidentais sobre matéria e materialidade corporal foram construídas com base em uma “matriz com gênero”, pois tanto em grego, como em latim, “matéria” deriva de “mater [mãe] e matrix [matriz], referindo-se ao útero e a problemas de reprodução”.

estimular a adesão de interessados nesses cães e cadelas no circuito da criação registrada e suas exposições, em 1944 o KCP passou a oferecer a possibilidade de criadores ou proprietários inscreverem cães e cadelas chamados de “Fila Nacional” em um Livro de Registro Inicial de Origem. Como noticiou Antônio Barone Forzano ao promover exposição do Santos Kennel Club (SKC) na coluna “*O cão e seus problemas*” do jornal *A Manhã* (Rio de Janeiro, RJ), o tratamento concedido à emergente “raça” era excepcional: “somente serão admitidas inscrições de cães portadores de *pedigree*, com exceção dos da raça ‘Fila Nacional’, para os quais bastará certificado de registro” (A MANHÃ, 1950, edição 02595, p. 5).

Para obter esse certificado, um exemplar deveria passar por um ainda protocolar “exame de verificação de raça” conduzido por juízes de três exposições distintas, cujo veredito, se favorável, concedia um “*pedigree* de filiação desconhecida” (GODINHO, 2013, p. 23). Protocolar, pois, até então, ainda não havia um parâmetro acordado para as características físicas e comportamentais que deveriam ser consideradas ou não ideais quando da avaliação de um exemplar “Fila Nacional”, ou seja, um “padrão”, valendo o crivo dos juízes¹⁶⁵. “Se êstes o considerarem puro e com qualidades que aconselhem a trazê-lo para a reprodução oficial”, informou o jornal *A Tribuna* (Santos, SP), “ser-lhe-á dado o ‘registro inicial’, com o qual poderá iniciar uma linhagem” (A TRIBUNA, 1966, edição, 00196, p. 9). Depois de registrar um exemplar e duas gerações de descendentes nesse Livro de Registro Inicial de Origem, contando com avós e pais identificados do lado materno e paterno, um cão ou cadela passava a integrar o Livro de Registro Genealógico do KCP e obtinha seu certificado de *pedigree*.

¹⁶⁵ Pela ausência da redação e de reconhecimento de um padrão racial, sugere Paulo Roberto Godinho, até então esses cães eram julgados “sem parâmetros técnicos”, valendo o “gosto dos julgadores, ou melhor, em 90% das vezes, o de um único julgador, um criador da raça Fox Terrier de Pele Liso chamado Tito Pacheco” (GODINHO, 2013, p. 114).

Figura 29 - Frente e verso do Certificado de Registro Inicial do cão Bumbo da Vila Paulista, com preenchimento de “antepassados” de primeiro a quarto “grau” em branco



Fonte: Montagem feita pelo autor a partir de imagens publicadas por Procópio do Valle (1981, p. 83; 272).

Adotado no ano de 1952, o “padrão” para a “raça” foi redigido por Paulo Santos Cruz¹⁶⁶ (Canil Parnapuan¹⁶⁷), Erwin Waldemar Rathsan¹⁶⁸ e João Ebner¹⁶⁹ (Canil Rancho Alto). A escolha por eles não foi um acaso. João (desde 1947) e Paulo (desde 1951) foram alguns dos primeiros a registrar ninhadas de cães “Fila Nacional” junto ao KCP, incluindo, no caso do primeiro, descendentes de *Bumbo da Vila Paulista*, o primeiro cão assim registrado, criado pelo mineiro Juvenal Peixoto, mas de propriedade do paulista Carlos Alberto Euler Bueno (Canil Vila Paulista), cuja frente e verso do Certificado de Registro Inicial apresento

¹⁶⁶ Advogado, comunicador, revendedor, criador e expositor de *cães de fila e chihuahua*, juiz de exposições, dirigente e um dos fundadores do Santos Kenel Clube (SKC) em 1949. Desde 1949, antes de criar uma ninhada sequer de cães de fila, Paulo Santos Cruz fez repetidas viagens Santos (SP) a Minas Gerais a fim de adquirir “cães brancos, pretos, malhados, pequenos, grandes, médios”, enfim, “lotes de Filas, que ele costumava anunciar pelos jornais e vende-los sem nenhum registro” (GODINHO, p. 128-129). Para conhecer sua trajetória, cães e cadelas de sua criação, ver Godinho (2013, p. 23-60).

¹⁶⁷ Inicialmente seu canil tinha o afixo “Von Cadiz y Cadiz”, mas mais tarde ele foi reformulado para “de Parnapuan”, como forma de dar uma imagem mais nacionalista a um canil dedicado à criação de uma raça desde então reivindicada como brasileira (GODINHO, 2013, p. 129).

¹⁶⁸ Médico-veterinário formado na Universidade de São Paulo (USP), juiz de todas as raças e especialista nas raças *pastor alemão* e *dobermann* (VALLE, 1981, n.p.).

¹⁶⁹ Industrial mecânico, nascido em Zurique (Suíça) no ano de 1905, criou e promoveu essa emergente raça nas décadas de 1940 e 1950 (VALLE, 1981, p. 58; GODINHO, 2013, p. 103; 108).

como ilustração (**Figura 29**). Depois de encaminhado pelo Brasil Kennel Club (BKC) à Divisão de Fomento e Produtos Animais do Ministério da Agricultura, e aprovado, o documento de padrão racial foi oficializado não como “Fila Nacional”, mas “Fila Brasileiro”, sendo reproduzido na revista *Fauna* (1954, edição 0011, p. 30; 1961, edição 0009, p. 18), no *O Jornal* (1957, edição 11296, p. 3, terceira seção), entre outros periódicos.

Com esse documento, seus redatores tentavam delimitar os contornos que definiam a “raça” e discriminar as características que aqueles abrigados pela categoria deveria encarnar. Como de habitual, o “padrão” descrevia aspectos físicos, temperamentais, cinéticos e funcionais considerados típicos. Seu texto foi dividido e apresentado em tópicos como “aparência geral” (porte, tamanho, ossatura, musculatura), “pele e pelagem”, “côr” (onde se destaca a flexível afirmação de que “todas as côres e suas combinações são permitidas”), cabeça (crânio, focinho, lábios, etc.), olhos, orelhas, pescoço, corpo (peitoral, ventre, dorso), “movimentos”, “temperamento e qualidades” (incluindo aspectos como “valentia”, “coragem”, “ojeriza a estranhos” e fidelidade à familiares) nas quais se justificava seu suposto *telos* funcional (“inexcedível guarda de propriedade” e “lide do gado”), e “faltas” graves, sérias ou leves que dependiam do quanto se distanciavam daquilo descrito (FAUNA, 1954, edição 0011, p. 30-31). Além de um requisito para seu reconhecimento como raça pela Federação Cinológica Internacional (FCI), esse padrão passara a servir de referência para juízes em exposições e em verificações para concessão de um Certificado de Registro Inicial junto ao BKC e conveniadas, bem como, mais tarde, à dissidente-concorrente Federação Cinológica do Brasil (FCB).

Nos anos que se seguiram, mais medidas de incentivo ao registro de exemplares dessa emergente “raça” foram propostas pelo BKC. Em 1960, por exemplo, Luiz Hermann Filho (canil Guararema) informou na coluna “*O Cão, nosso melhor amigo*” que assinava no *O Jornal* (Rio de Janeiro, RJ) que, no que lhe parecia uma “patriótica deliberação”, o BKC teria reduzido o preço da taxa cobrada pelas verificações para concessão de um Certificado de Registro Inicial a menos de um terço:

Nossas felicitações à Diretoria do B.K.C. pela patriótica deliberação na sua última reunião, de reduzir a taxa de verificação de CR\$ 350,00 para CR\$ 100,00, para a raça Fila brasileiro, reconhecida pelo Ministério da Agricultura e o B.K.C. Como sabemos, trata-se de uma raça relativamente nova e pouco conhecida, a única raça que podemos chamar de ‘nossa’ e, portanto, merece todas as facilidades, não só para a sua divulgação como para animar os donos a registrar os seus cães nos respectivos clubes do seu Estado e assim poderem apresentá-los nas exposições caninas. Como sabemos, só um cão com certificado de registro (R. G.), isto é, registrado num clube, é admitido em exposições caninas. Para se obter o registro no B.K.C. ou no clube do seu Estado, precisa o cão primeiro sujeitar-se à verificação da raça em 3 exposições por 3 juízes diferentes. A despesa, portanto, que antes era de CR\$ 1.050,00 ficou reduzida para CR\$ 300,00. Esperamos, pois, que hoje, com esta pequena despesa os donos que têm o privilégio de possuir um cão

FILA BRASILEIRO se animem a valorizá-lo com o registro no seu respectivo clube sem o qual o rebaixam imediatamente para a classe dos vira-latas, o que, positivamente, essa nobre raça não merece (O JORNAL, 1960, edição 12269, p. 7).

Esse certificado, ponderou Luiz Hermann Filho, permitiria confirmar a *nobreza* da raça e evitar que cães e cadelas fossem *rebaixados à classe dos vira-latas*. Em parte, aqueles que ingressavam no circuito da criação registrada e suas exposições estavam atraídos pela possibilidade de, por meio dessa certificação e possíveis premiações, agregar valor simbólico e financeiro às ninhadas¹⁷⁰.

Para associações de canis, por sua vez, além de angariar rendimentos importantes para sua manutenção, o aumento desse registro favorecia um maior e melhor conhecimento do plantel de cães e cadelas da raça. Luiz Hermann Filho sugeriu algo nesse sentido três anos depois, no mesmo jornal e coluna, quando rasgou elogios ao recém-criado Kennel Club Bandeirante (São Paulo) por oferecer isenção no registro inicial de exemplares da raça. Segundo ele, além do compromisso patriótico, haja vista se tratar da “única raça nossa, brasileira, que tanto necessita duma melhor orientação para sua boa criação”, isso foi valorizado pelo diagnóstico de que, “pela grande falta de conhecimentos de origem”, a raça estaria sendo “muito prejudicada, tornando-se mesmo às vezes desastrosa”, pois “nas muitas criações que encontramos, vemos acasalamentos de pais com filhos, irmãos com irmãs, muitos deles com defeitos hereditários que em geral os criadores, fazendeiros, não conhecem nem observam” (O JORNAL, 1963, edição 12830, p. 7, quarto caderno). Por fornecer o conhecimento da genealogia de cães e cadelas, esse registro poderia subsidiar uma escolha mais assertiva dos acasalamentos, algo valorizado nesses casos cujo excesso de consanguinidade era associado ao diagnóstico de “defeitos hereditários”. Não apenas fonte de tipicidade racial e uniformidade, a proximidade do laço de parentesco surge também como um potencial risco ligado à saúde e à hereditariedade.

¹⁷⁰ Exemplos de seu uso como trunfo comercial em anúncios de cães e cadelas à venda podem ser encontrados no jornal *A Tribuna* (Santos, SP), com a oferta de um “cão de fila (fêmea)” de “ótimo caráter”, “inteligente”, “feroz” e com “pais premiados com medalha de ouro pelo K.C.P” (A TRIBUNA, 1962, edição 00143, p. 13), e no mineiro *Diário da Manhã*, quando anuncia a venda de um cão “fila brasileiro” de “raça pura” fruto de uma “excelente ninhada com pedigree” (DIÁRIO DA MANHÃ, 1979, edição 02793, p. 6).

Figura 30 - Ilustração e texto¹⁷¹ jocoso sobre a relação entre *pedigree*, hereditariedade e saúde



Fonte: *Careta* (1960, edição 2700, p. 16)

Ao mesmo tempo em que publicavam anúncios comerciais de ninhadas, detalhes de seu padrão racial, procedimentos e incentivos para o registro genealógico, jornais e revistas consultados no acervo da BND também veiculavam teorias e hipóteses que, à semelhança da *Enciclopédia* produzida pela Royal Canin, tentavam explicar as possíveis origens desse tipo que se fazia “raça”. Uma, em especial, parece ter repercutido em jornais e revistas publicados entre as décadas de 1950 e 1970, em alguns casos sendo replicada na íntegra, em outros recebendo pequenos adendos ou supressões. A seguir apresento hipótese publicada, respectivamente em 15 e 22 de abril de 1956, sob o título de “*Fila, cão nacional*” na coluna dominical “O cão, nosso melhor amigo” mantida por Luiz Hermann Filho no *O Jornal* (Rio de Janeiro, RJ):

[...] Em seguida damos a opinião do Dr. Paulo Santos Cruz sobre a origem do “Fila”.

“Como na maioria das raças, a origem do Fila encontra-se diluídas nas brumas de um passado bastante longínquo, pois há mais de 100 anos já era a raça conhecida dos fazendeiros paulistas. Hoje temos apenas teorias procurando explicar sua formação, tôdas porém com falhas visíveis. As principais, por serem as mais corrente[s], atribuem-na: 1) - ao cruzamento do Old English Mastiff com o nosso perdigueiro; 2) - a uma raça trazida de Portugal pelos colonizadores e um tanto alterada pelo meio ambiente; 3) - ao caldeamento do Mastiff com o Bloodhound e o Bulldog inglês.

Em nossa opinião, a mais justificável é a terceira hipótese. Realmente, em qualquer exemplar de hoje, é fácil encontrar características dessas três raças. Um Fila

¹⁷¹ "Ela - Sabe, êle tem pedigree! / Êle: Coitadinho! Por que não chama o veterinário?!" (CARETA, 1960, edição 2700, p. 16).

amarelo, de máscara preta, até os 3 ou 4 meses de idade, confunde-se completamente com uma cria de Mastiff. Em adultos já desaparece a possibilidade de confusões, porém o parentesco continua evidente.

Do Mastiff herdou o largo desenvolvimento craneano de braquicéfalo; a profundidade do maxilar inferior; o pescoço curto e grosso; a formidável estrutura óssea; a garupa levemente caída; confundindo-se com a raiz da cauda; o dorso levemente concavilíneo; o tipo geral de molossóide; e a coragem ilimitada.

Do Bloodhound recebeu a pele solta, formando rugas no crânio, barbelas desde a comissura labial até aos peitorais, sendo que, na maioria dos exemplares, se estendem por toda a linha inferior do tronco tomando o peito e ventre. São indistintamente do Bloodhound: seu olhar triste (olhar morteiro - dizem os mineiros); seus lábios pendentes; a linha do ventre sem exceção (pouco tuck-up); o faro aguçado; a pronunciada protuberância do occipital e o latido "arrastado" que, segundo alguns, é próprio do Bloodhound, como outros hounds. A maioria dos 'Filas' destaca os latidos, porém há os que emitem som parecido com uma buzina, embora também latam. Nós mesmo possuímos um que muitas vezes, antes de latir, assim procede.

É também rico o contingente trazido pelo Bulldog representado não só pelo temperamento um tanto violento e teimoso, mas também pela coloração arca - rajado escuro - que, segundo os entendidos, provém do antigo Bulldog. São comuns os Filas de orelha dobrada para traz (rose ears) típicas no Bulldog. O padrão deste menciona pernas trazeiras mais altas que as dianteiras, detalhe encontrado no Fila, notado principalmente quando se movimenta despreocupado e a passo lento.

Quem pela primeira vez conhecer esta explicação da origem do Fila indagará curioso: como foi possível, no Brasil d'outrora, caldear essas três raças. Ao que se sabe, os colonizadores trouxeram-nas por serem, na época, as mais populares e úteis. O Mastiff na guarda dos aldeamentos era insuperável. O Bloodhound, cujo faro impunha sua utilização na caça dos escravos fugidos. E, finalmente, o Bulldog para lida com os rebanhos." (O JORNAL, 1956, edição 10922, p. 5, terceira secção)

[...] Trazida pelos primeiros colonizadores, há longos séculos, sem nunca terem cogitado de aperfeiçoar a raça, sofrendo toda a sorte de mestiçagem, conserva ainda hoje, nos poucos exemplares que ainda sobram, característicos bem marcados e muito peculiares da raça, demonstrando ser ela muito forte, pois resistiu à ação deteriorante do tempo.

Foi o Fila companheiro dos bandeirantes na penetração pelo nosso vasto Brasil; era usado para a caça aos índios, mais tarde guardava as senzalas e era empregado pelos 'Capitães do Mato' para perseguição do escravo fugido, traço que conserva, pois tem marcada prevenção contra homens de côr. Ladra pouco; valente no ataque ao homem, derruba-o e com as patas em cima fica segurando-o, só o molestando se êste oferecer resistência. É esta uma das características que ainda guarda das caçadas aos índios e escravos, os quais deviam ser apanhados vivos.

Nas lides do campo era muito apreciado pela facilidade com que aprendia a lidar com o gado e pela resistência às grandes jornadas. [...]

Como já dissemos, nas exposições, o Fila tem causado pouco interesse ao grande público. Êle é um cão de grande porte que se apresenta tal qual a natureza o criou. A sua côr dominante é o baio escuro, mas há também os brainos, os trigados e os baios claros. De temperamento reservado, olhos tristes, caracteriza-se pela ojeriza a estranhos. No seu lugar, nas exposições vêmo-lo quieto, não liga a ninguém. [...] (O JORNAL, 1956, edição 10928, p. 5, terceira secção)

Ao discriminar atributos físicos (crânio, maxilar, pescoço, lábios, pele, cor), temperamentais (coragem, valentia, dedicação, teimosia e "um tanto" de violência) e funcionais (faro, capacidade de combate, resistência para caça e guarda de outros viventes), essas passagens especulam sobre três tipos ou raças caninas que, por meio de acasalamentos contínuos, teriam contribuído para o "caldeamento" formador do tipo histórico-racial do "Fila": Mastiff,

Bloodhound e Bulldog inglês. Supor que o “Fila” resultava da mestiçagem “de três raças europeias” (Ibidem, edição 10928, p. 5, terceira secção) não impedia Luiz Hermann Filho de a retratar como “raça puramente brasileira” (Ibidem, edição 10922, p. 5, terceira secção). Além da expressão “*tal qual a natureza o criou*”, que de alguma forma fazia ausente a presença de investimentos ligados à seleção humana (consciente ou não), essa hipótese de origem fornece elementos contextuais sobre o suposto passado da raça, incluindo um cruel emprego de seus ancestrais no apoio a bandeirantes na caça de populações indígenas, prevenção junto às senzalas e rastreio de pessoas escravizadas em fuga, em uma “ojeriza a estranhos” que, tal qual resume a “*marcada prevenção contra homens de côr*” descrita como parte do temperamento da “raça”, mais parecia o relato de uma ojeriza a pessoas não brancas. Essa interpretação parecia ir na esteira de registros relativos ao emprego dos tipos ou raças de cães que, na terceira hipótese em questão, comporiam seu “caldeamento” formador, vide a pintura de tinta a óleo sobre tela “*The Hunted Slaves*” (1862), de Richard Ansdell (1815-1885), na qual exemplares identificados como *mastiff* e pessoas escravizadas em fuga se confrontam.

Figura 31 – *The Hunted Slaves* (1862)



Fonte: NMAAHC (2022)

Essas ideias e frases inteiras podem ser encontradas antes e depois dessa publicação (FAUNA, 1950, edição 0012, p. 52; 1961, edição 0009, p. 18; 1962, edição 0008, p. 39; O JORNAL, 1960, edição 12192, p. 11, segunda secção). No entanto, a despeito do que sugeriu Luiz Hermann Filho, elas trazem mais que a “opinião” de Paulo Santos Cruz. Além do artigo “*A origem do Fila*”, escrito por Paulo Santos Cruz e publicado em dezembro de 1950 no número 23 da revista “*Nossos cães*” (Rio de Janeiro, RJ), sua composição também se valeu

de interpretações e trechos do artigo “O FILA” publicado em fevereiro de 1942 na revista “Caça e Pesca” (São Paulo, SP) sob autoria de João Laraya e Benedito Faria de Camargo, o primeiro caçador e criador da raça *pointer* (canil Caçador) e o segundo criador de *cães de fila* e primeiro a expor esses cães em uma exposição do KCP em 1939 (GODINHO, 2013, p. 20-21). Enquanto João e Benedito forneceram a parte do texto relativa ao perverso emprego da “raça”, embora também tenham feito descrições físicas¹⁷² (GODINHO, 2013, p. 250-251; OFB, 2022), foi Paulo Santos Cruz quem apresentou as três hipóteses aventadas, defendeu a terceira e associou aspectos físicos, mentais e funcionais às supostas raças de que descenderia, as quais acreditava serem trazidas ao país para controle de populações não brancas e proteção do gado (NOSSOS CÃES, 1950 apud VALLE, 1981, p. 25-26). Unidas e republicadas as vezes *ipsis litteris* por Luiz Hermann Filho como se fossem uma mesma interpretação, esses textos convergiam com aquela versão apresentada na *Enciclopédia* produzida pela Royal Canin, ainda que sob outras designações raciais e tornando ausente o elemento “cães brasileiros”.

Figura 32 - Ilustração da coluna “Cães e canis”, assinada por Paulo Santos Cruz



Fonte: *A Tribuna* (1962, edição 00038, p. 7)

Além de escrever textos esporádicos em revistas e jornais, como esse no qual especulou sobre a origem da “raça”, ao longo da década de 1960 Paulo Santos Cruz também manteve a coluna periódica “*Cães e Canis*” no jornal *A Tribuna* (Santos, SP), por meio da qual divulgava exposições, anunciava ninhadas à venda (suas e de outros criadores) e fazia comentários sobre o que dizia respeito à “eugenia dos cães” (A TRIBUNA, 1962, edição, 00177, p. 7). Em 11 de janeiro de 1962, ele comentou em sua coluna que “o papel dos Kenel Clubes” seria “orientar a criação dos cães de modo a que não percam, ao contrário, que fixem sempre mais, aquelas virtudes ráticas” consagradas em forma de padrão, “para isso” devendo garantir que se afastassem “da reprodução os exemplares que não revelem bem desenvolvidos os

¹⁷² Escreveram: “Pelo seu porte, desenvolvimento e características é o cão que mais se assemelha ao antigo “Molosso”. Apesar de menor que o Dinamarquês e maior que o “Bull-Mastiff”, é mais reforçado que estes. / Sua semelhança com o leão ou melhor a leoa, é frisante: a cabeça grande e redonda, tórax volumoso, as espáduas musculosas, pernas reforçadas com patas enormes, ventre retraído, pelo curto e amarelo ou baio, a pele solta sobre o corpo, o andar flexível e imponente que faz lembrar um felino. / A cor predominante é baio escuro, mas há também os brásinos ou trígados e os baios claros. A trufa e os lábios são pretos, a cauda deve ser comprida e ligeiramente curvada.” (GODINHO, 2013, p. 250-251; OFB, 2022).

predicados desejados ou que, por algum fenômeno genético, não consigam transmiti-lo aos descendentes” (A TRIBUNA, 1962, edição, 00244, p. 7).

Ao longo das décadas de 1970 e 1980, no entanto, os “predicados” considerados ideias para a raça “Fila Brasileiro”, os rumos de sua “eugenia” e o papel que associações de canis cumpriam nisso se tornaram temas disputados publicamente por meio da imprensa periódica. Tive contato com essas disputas por meio do *Jornal do Brasil* (Rio de Janeiro, RJ) veiculado em 05 de agosto de 1981, particularmente na seção “Cartas” e no texto “O Cão de Fila”, quando Carlos Feijó de Carvalho denunciou que,

Conforme levantamento criteriosamente efetuado pelo executivo de comércio exterior Francisco Peltier de Queiroz, o Cão de Fila Brasileiro, última raça canina originária de nossa pátria, vem sendo vítima de um processo de mestiçagem, não apurado por várias diretorias do Brasil Kennel Club, entidade que também se intitula Confederação do Brasil Kennel Club.

Em busca de uma real solução para este problema, foi fundado o Cafib (Clube de Aprimoramento do Fila Brasileiro) [...] [com sede no estado de São Paulo].

O Cafib apresentou ao Ministério da Agricultura, embasado no levantamento de Peltier - que recebeu apoio da Imprensa, na figura do titular da então coluna de cinofilia do JORNAL DO BRASIL, Sr. Paulo Roberto M. Godinho e na figura do colunista cinófilo de O Estado de S. Paulo, Sr. Antonio Carvalho Mendes - um dossiê sobre a mestiçagem, o qual foi lá tecnicamente apreciado e aceito, ocasionando a elaboração em 1980 de um relevante protocolo (publicado no Diário Oficial da União) entre o Ministério e o Cafib, prévia do reconhecimento deste por aquele, o que viria a outorgar logo em seguida ao Cafib o status de única entidade autorizada pelo Governo brasileiro a emitir pedigrees (certificado de registro de origem de cães de raça) e a realizar exposições caninas especializadas da raça Fila Brasileira.

Esta situação [...] teve seus lógicos rumos subitamente alterados por uma aparente manobra política dos mestiçadores: aconteceu curiosa medida ministerial, excluindo surpreendentemente todos os caninos (de todas as mais de 300 raças estrangeiras também) de qualquer controle por aquela Pasta, dentro do nosso território. Comentam grandes conhecedores de cinofilia, entretanto, que a medida do governo teria provocado suspiros de provisório alívio no seio da mestiçagem, pelas seguintes razões:

a) o Brasil Kennel Club não tem como explicar cinologicamente o impressionante número e a vexatória diversidade de seus filas-mestiços, que, contudo, ostentam pedigrees como se fossem de pura raça. Ao afirmar que semelhantes coquetéis ráricos seriam decorrência do Fila não estar ainda geneticamente fixado, seus dirigentes mentem, contradizendo as evidências cinotécnicas amplamente explanadas nas dezenas de edições do tablóide *O Fila* [boletim publicado pelo próprio CAFIB, com 42 edições], pelo advogado e cinólogo Paulo Santos Cruz e também contradizem a si mesmos, considerando que a raça foi reconhecida décadas atrás no estrangeiro como já fixada, a pedido deles próprios...

b) diante de uma opinião pública cinófila brasileira grandemente iludida pelos mestiçadores e alheia aos mecanismos sutis da mestiçagem, anestesiada ainda por natural apego ao que é seu e que pensa ser puro, porque lhe foi vendido como tal, configurando um círculo vicioso que se origina na reduzida difusão da cinofilia no país em padrões efetivamente técnicos, fruto das péssimas administrações do próprio Brasil Kennel Club, prefere esta agremiação que haja um mínimo de controle às suas atividades por assegurar-se desse modo que as irregularidades nunca seriam devidamente apuradas;

c) persistindo o controle ministerial e a saneadora realidade do reconhecimento governamental ao Cafib, estaria o Brasil Kennel Club fadado a rápida insolvência, peculiarmente vulnerável à uma enxurrada de processos judiciais movidos pelos milhares de pessoas por ele lesadas, proprietários de falsos-filas espalhados nos

últimos anos pelos mestiçadores por todo o Brasil, o que rendeu a estes, livre do Imposto Sobre a Renda, muito dinheiro...

[...]

e) afastada a ação controladora do Ministério [...] sem dúvida o Brasil Kennel Club levava algumas vantagens iniciais no confronto com o Cafib, a saber: foi fundado há muito mais tempo, desfruta de eventual vínculo com a FCI (Bélgica), dispõe de poder econômico elevado (decorrente de congregar aficcionados de todas as raças caninas e decorrentes das altas taxas pelo enorme número de indefesos proprietários dos mestiços) e utiliza o nome pomposo de um quadro de árbitros, formado de conhecedores de algumas raças estrangeiras, para tentar dar credibilidade a um cenário de mestiçagem, através de um padrão de raça tendenciosamente modificado para favorecer os mestiçadores e seus produtos.

Os principais nomes apontados nos trabalhos de Peltier como envolvidos direta ou indiretamente no quase aniquilamento técnico-cultural do puro Fila, são os dos Srs. Eugenio Lucena, Ênio Monte, João Baptista Gomes, Prof. Procópio do Vale e Jacob Blumen.

[...]

O Clube Mineiro de Criadores de Fila Brasileiro desfilou-se do Brasil Kennel Club, em histórica decisão tomada por seu então presidente Cel. Arthur José Walter Verlangléri, solidarizando-se com o cinólogo Paulo Santos Cruz e com o Cafib na luta contra a mestiçagem, e dando colorido especial ao assunto, pois Minas Gerais e São Paulo são os dois principais centros brasileiros de Filas puros.

O brado liderado por Christofer Habig, juiz alemão de Filas, árbitro da FCI e editor da revista Molosser, é o sinal que vem da Alemanha, pátria mundial das grandes raças de trabalho, em defesa do nosso Fila [...], um brado para rapidamente minimizar os malefícios que os mestiçadores muito já causaram e estão causando à imagem de nosso país nesta fronteira cultural junto às cinofílias de todo o mundo. (JORNAL DO BRASIL, 1981, edição 00119, p. 11)

Essa longa, porém, informativa passagem, condensa muitos dos temas que pouco pouco animam o restante da presente seção. Além da curiosa preocupação com a “última raça canina originária de nossa pátria” que parece inverter o argumento comum entre o século XIX e a primeira metade do XX sobre a inexistência de raças “brasileiras” no sentido zootécnico e os debates sobre sua criação, essa denúncia torna público disputas entre entusiastas da associação eclética Brasil Kennel Clube (BKC) e da especializada CAFIB, criada em 19 de março de 1978 como Comissão de Aprimoramento do Fila Brasileiro no âmbito do BKC, depois desvinculada deste e reestruturada como Clube de Aprimoramento do Fila Brasileiro.

Essa celeuma teria sido fomentada publicamente por Francisco Peltier de Queiroz, quem, conforme Carlos Feijó, produziu um “dossiê” sobre aquilo que denunciou ser um “processo de mestiçagem” da “raça” com a conivência de integrantes do BKC. Esse processo foi caracterizado como um “quase aniquilamento técnico-cultural do puro Fila” cujo sintoma seria a “vexatória diversidade” de cães e cadelas da raça e, o efeito, a criação de “filas-mestiços” ou “falsos-filas”. Como contraponto à categoria “Fila puro”, a expressão “filas” com a letra “f” em minúsculo parece buscar, pela linguagem, destituir o termo de sua suposta essência, de concretude, talvez de autenticidade, algo que os acréscimos “falsos-” e “-mestiços” parecem enfatizar. O termo “mestiçagem”, presente na literatura e em publicações periódicas

que falavam sobre todos tipos e variedades de cães e cadelas no país, incluindo *cães de fila* e mesmo “Filas” duas décadas antes, parecia ganhar outra feição nesse trecho: não algo feito, diagnóstico racial de um passado de origem explicado pelo acasalamento de diferentes tipos de cães e cadelas de origem europeia no Brasil, mas algo em curso, uma novidade com potencial para comprometer a “pureza” e o futuro da raça “Fila Brasileiro” como se julgava ideal. Essa reviravolta de sentido e de perspectiva em relação à “mestiçagem” capturou minha atenção.

Em seu texto, Carlos Feijó de Carvalho acusou os cinófilos Ênio Monte (canil ABC), João Batista Gomes (canil Sete Barras), Procópio do Valle (canil Kirimáua) e Jacob Blumen (canil Curumaú) por, “direta ou indiretamente”, promover acasalamentos entre cães e cadelas da raça “Fila Brasileiro” com exemplares de outras raças, mas registrar suas ninhadas resultantes (“coquetel rácico”) no Livro de Registro Genealógico do BKC como descendentes de pais e mães “Fila Brasileiro”, “como se fossem de pura raça”. É um princípio axiomático do parentesco euro-americano que todos teriam pais em um sentido biológico, quer sejam conhecidos ou não, pois costuma-se acreditar que a transmissão da própria substância confira identidade (STRATHERN, 1992, p. 24). No que se refere à raça “Fila Brasileiro”, em especial, a acusação era de que o preenchimento inverossímil do *pedigree*, o documento certificador dessa conexão biológica, colocava em xeque a identidade de parentesco que, coordenada com outros procedimentos, ajudava a legitimar “raça”. Conforme o teor das acusações veiculadas nesse e em outros registros públicos, como “carta aberta” divulgada pelo mesmo Francisco no ano de 1978¹⁷³, isso seria agravado pela promoção de revisões em procedimentos e dispositivos exigidos para criação registrada da “raça”, como o fim da possibilidade de requerer um Registro Inicial de Origem oferecido pelo BKC desde 1944¹⁷⁴ e alterações no

¹⁷³ Francisco chamou essa carta-denúncia de “*Carta aberta de Londres*”, onde, por força de trabalho, residia no momento. Nela, ele sistematizou as principais denúncias de “mestiçagem” que vinha fazendo publicamente com “o apoio e a colaboração da *Revista Animais & Veterinária*, do *Jornal do Brasil*, do *Estado de São Paulo* e do *Diário de Notícias*” e, em 03 de agosto de 1978, as submeteu a revistas cinófilas internacionais e periódicos com circulação nacional (*Jornal do Brasil*, *Estado de São Paulo*, *O Globo*, *Correio Brasiliense*, *revista Animais & Veterinária*, *Isto É*, *Veja*, *Manchete*), associações de canis no Brasil e fora (como FCI, AKC, entre outras especializadas), criadores, juizes, órgãos como Ministério da Agricultura, entre outros. (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1978], p. 1).

¹⁷⁴ Em tese, desde então, apenas exemplares já registrados em associações conveniadas com o BKC poderiam ter seus descendentes registrados, encerrando a possibilidade de criadores que adquiriam cães e cadelas sem registro (para reproduzir ou revender) de requerer a perícia de juizes para concessão de *pedigree*. Esse encerramento foi solicitado por Jacob Blumen ao Conselho Técnico Federal do BKC em 1975, aceito e ratificado um ano depois por associações, juizes, criadores e representantes de órgãos públicos no Simpósio (VALLE, 1981, p. 275). Segundo Godinho (2013, p. 205), a CBKC reabriu o Livro de Registro Inicial de Origens apenas no ano de 2004, com o nome de Certificado de Pureza Racial (CPR), mediante avaliação de três árbitros e análise de sua adequação ao padrão da raça cujo reconhecimento é postulado. À época, essa medida foi semelhante àquela que a então adversária FCB (que contava com o apoio do próprio Paulo Santos Cruz) vinha sugerindo desde 1960, mas levou a termos apenas em 1973. Paulo Santos Cruz sugeriu que em novembro de 1966 que o tema viria à baila e, possivelmente, se aprovaria “tese que pleiteia a proibição das verificações de raça”, sendo,

texto do padrão adotado para a raça desde 1952, ambas convencionadas durante o *1º Simpósio da Raça Fila Brasileiro* organizado em Brasília (DF) em maio de 1976¹⁷⁵.

Durante a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985), a responsabilidade pela gestão dos registros genealógicos de animais domésticos no país foi atribuída ao Ministério da Agricultura por meio da Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965, sem discriminar quais espécies seriam ou não contempladas como domésticas (BRASIL, 1965). Pelo Decreto nº 66.331, de 1970, passaram a ser considerados “animais domésticos as seguintes espécies: asininos, bovinos, bubalinos, equinos, suínos, ovinos, caprinos, caninos, leporinos e outras de interesse econômico”, em uma definição ampla, mas mais tarde revogada (BRASIL, 1970). Como tratado no **Capítulo 5**, o registro genealógico de cães e cadelas “de raça” e sua certificação no Brasil coube majoritariamente ao eclético Brasil Kennel Club (BKC), ainda que entre 1961 e 1975 o referido ministério tenha concedido esse controle à dissidente Federação Cinológica do Brasil (FCB). Amparado no “dossiê” de Francisco Peltier de Queiroz, cujo apoio e espaço concedido por comunicadores dedicados à cinofilia buscava dar legitimidade pública, o CAFIB teria submetido suas reivindicações ao Ministério da Agricultura. Para Carlos Feijó, um aceno positivo do ministério dera a sensação de que, tão logo, o CAFIB gozaria de exclusividade para emissão de pedigrees e a realização de exposições especializadas da raça “Fila Brasileiro”.

Entretanto, se valendo do decreto nº 84.763, de 3 de junho de 1980, o Ministro da Agricultura, Ângelo Amauri Stábile (1979-1984), retirou a espécie canina daquelas consideradas domésticas (BRASIL, 1980). Como efeito, a criação registrada de cães e cadelas “de raça” no país saiu das competências do Ministério da Agricultura e ficou a cargo da estrutura privada de suas associações, o que, como sugere o longo trecho de Carlos Feijó no *Jornal do Brasil* (1981, edição 00119) reproduzido, daria algumas vantagens ao BKC, um clube mais antigo, estruturado, dotado de vínculos internacionais com a FCI e muitos sócios contribuintes. No artigo “*A guerra dos cães*” publicado no mesmo jornal em 13 de dezembro de 1979, Patrícia Mayer levou ao público a posição do à época superintendente do BKC, Henrique Pereira de Lucena, sobre o assunto:

na data oferecida na reportagem, “possivelmente, a última oportunidade para os moradores de Santos, possuidores de cães puros sem registro, de registrá-los”. No mesmo jornal, mas na coluna “Resenha Cinófila”, escrita por A. J. Mendes, sugere-se que esse registro ainda é possível, à exceção de raças como pastor alemão, algo vedado pelas especializadas dedicadas a seu controle. (A TRIBUNA, 1968, edição, 00123, p. 6). Esse tema surge novamente em 1973, quando João Lacerda, chefe do serviço de zoologia do Jardim Zoológico indicou na coluna de título “Cães e gatos” que “a Federação Cinológica do Brasil (FCB) encerrou em 31 de agosto a concessão de registros iniciais a cães julgados de raça pura, mas que por qualquer circunstância não possuíam pedigree” (JORNAL DO BRASIL, 1973, edição 00177, p. 9).

¹⁷⁵ Como de habitual, o evento foi anunciado e promovido via jornal (JORNAL DO BRASIL, 1976, edição 00353, p. 8).

- [...] Todas as raças conhecidas têm mais de 200 anos de existência. A raça fila é nova, além de ser produto controvertido: entraram em sua formação o dog alemão, o bulldog, o bloodhound. Geneticamente, só se obtém uma raça pura se os dois formadores são puros. Então, no cruzamento do fila brasileiro é possível que um determinado filhote puxe à tipagem de um ancestral, dado que a raça é nova. Isso acontece nas raças de mais de 200 anos, sendo portanto muito mais provável que ocorra com o fila.

Segundo Lucena, não há possibilidade de o Kennel Club emitir pedigrees relativos a filhotes mestiços, como vem sendo denunciado pela Cafib. Quando o Kennel é chamado a verificar uma ninhada, um juiz ou veterinário examina os animais e só é concedido o pedigree se o pai e a mãe dos pequenos cães tiverem eles próprios os seus pedigrees:

- De pais bonitos, têm-se filhos bonitos e feios. Com os animais, é a mesma coisa, uns mais fracos, outros mais fortes. As acusações da Cafib não têm fundamento, pois dentro da própria Cafib alguns criadores tinham animais com tipagens diferentes. Para se denunciar algo, precisa-se de experiência. Sou criador há 30 anos. Além do mais, os associados da Cafib são dissidentes do Kennel Club. No caso do Sr. Peltier, encontramos o cão Araribóia como pai de seu reprodutor, o que quer dizer que ele usava na sua criação um cão que ele chama de mestiço. O Dr. Paulo Santos Cruz, um dos primeiros estudiosos da raça fila brasileiro e papa da Cafib, em seus primeiros artigos reconhece o cão preto que essa entidade agora diz ser mestiço.

Para o superintendente do Kennel Club, o fato de uma ninhada trazer cães de tipos diferentes não quer dizer que sejam mestiços, mas sim que todo criador está sujeito a sucessos e insucessos:

- O Brasil Kennel Club explica o surgimento de tipos diferentes como mutações, por ser o fila uma raça nova. Além de fiscalizarmos todas as raças, adotamos o sistema de tatuagens para identificar o pedigree. As acusações do Cafib foram investigadas. O Brasil Kennel Club chegou à conclusão de que, como em toda coletividade, pode haver desonestidades. Mas uma vez detectadas, elas serão aliçadas. Os cães mestiços nunca receberão pedigree. Não podemos eliminar um cão só porque a Cafib, a olho nu, diz que ele é diferente. Temos 10 mil cães registrados, com pedigree. O que é que eles querem? Querem que tenhamos um procedimento contrário às leis internacionais? Dizem que existem, pelas fazendas, cães sem pedigree. Querem que o Kennel Club lhes dê o registro inicial [de origem]. Isso seria trazer à criação cães que não são puros. Um juiz, a olho nu, não pode dizer se um cão é puro ou não. Precisa, sim, do registro dos ancestrais.

A campanha empreendida pela Cafib é, segundo o Sr. Lucena, de pura vaidade e disputa de poder, não de verdadeira amizade ao fila [...]. (JORNAL DO BRASIL, 1979, edição 00248B, p. 6-7, caderno B)

Nessa entrevista, Lucena refuta as acusações recebidas e apresenta a posição do BKC. Sem descartar que práticas como as denunciadas pudessem ocorrer de forma isolada, Lucena sugeriu que processos e dispositivos para identificação e aferição de pertencimento racial adotadas pelo BKC, como verificação da ninhada e tatuagens (marcação intradérmica de pigmento corante com série alfanumérica feita na parte interna da orelha esquerda de um exemplar)¹⁷⁶, davam mostras dos procedimentos feitos no sentido de garantir a confiabilidade

¹⁷⁶ Ao reproduzir o "Regulamento de criação da raça Fila Brasileiro (BKC)", Procópio do Valle comentou sobre esses procedimentos. Quanto ao primeiro, sugeriu que as ninhadas deveriam ser "examinadas após 45 dias até 90 dias de nascidas por um dos membros da Comissão Técnica de Criação ou por quem estiver por ela autorizada" com o objetivo de "constatar a tipicidade rática de cada filhote e conferir a descrição de cor feita pelo criador no impresso modelo próprio" para, assim, "autorizar ou negar registro a toda uma ninhada ou parte dela" (VALLE, 1981, p. 323). Quanto ao segundo, sugeriu que a tatuagem seria feita na face interna da orelha esquerda, cuja inscrição inclui, como prefixo, "sigla da unidade da federação onde se localiza o canil", três dígitos que identifiquem o canil e uma "dezena que indicará o ano do nascimento", seguido pelo "número que

dos registros. Sob pena de contrariar diretrizes estabelecidas no convênio firmado entre BKC e FCI, Lucena se opôs à reabertura do Registro Inicial de Origem, concedendo maior valor ao *pedigree* do que a aparência. Fazendo referência ao parentesco entre pessoas, sugeriu que o nascimento de uma ninhada com filhotes fenotipicamente diversos não significaria, necessariamente, que fossem “mestiços”. Pensando em raças “mais antigas” e “mais novas”, respectivamente mais e menos “puras” e, por isso, mais ou menos uniformes e consistentes, Lucena normalizou a eventual oscilação na raça: por se tratar de uma raça “nova” e “produto controvertido”, pois fruto de raças distintas, seria ser mais provável que ocorressem “mutações” se comparado a raças caninas “mais antigas”, fazendo com que seus descendentes ora puxassem mais à tipagem de um de seus ancestrais, ora mais à de outros.

Lá estava eu, procurando por associações, raças e cães, lendo um jornal de 1979 e sentido a textura de dobras temporais, aproximando lugares e temporalidades aparentemente distantes. Como sugeriu o filósofo e historiador das ciências da vida Carlos López-Beltrán (2004, p. 134, tradução livre), a ideia de que quanto mais perduravam certos traços ao longo das gerações mais eles tendiam a ser “hereditariamente persistentes na linha genealógica”, ou seja, de que “quanto mais se reproduzia certa peculiaridade, mais [ela] adquiria uma forte tendência hereditária”, é bem antiga entre criadores de animais e intelectuais. Hipóteses de Blumenbach, preocupações e experimentos de Everett Millais e curiosidades de Charles Darwin sobre a “Lei de Yarrell”, todas apresentadas no **Capítulo 4**, passavam em frente à “nave” desta pesquisa. Mais do que isso, por conectar preocupações sobre a confiabilidade do registro genealógico e divergências sobre o governo de uma “raça”, os registros públicos sobre essa querela também me colocaram frente a frente com elementos da “política canina”, como tratado no **Capítulo 5, Seção 2**. Para fins de análise, achei conveniente apresentar o que estava em discussão nesse contexto e alguns dos argumentos nos quais as posições assumidas publicamente se basearam. Apesar de descrever ideias e práticas que, de modo geral, tentam afastar ou desacreditar aquelas divergentes, ao realçar esse aspecto não procuro enfatizar o confronto entre associações e pessoas, mas sugerir que “raças caninas”, cães e cadelas são feitos matéria através dessas relações e não razões transcendentais.

Enquanto procurava informações sobre os nomes citados, encontrei bastante conteúdo público escrito por Francisco Peltier de Queiroz, o redator do referido “dossiê”. Francisco possui um site ativo desde 2008 (PELTIER DE QUEIROZ, 2021a) e um blog ativo desde 2012 (Ibidem, 2021b) nos quais busca veicular assuntos sobre a “raça” e seu

identificará o animal nascido naquele canil, começando-se sempre pelo número 1 (um) em cada novo exercício” (Ibidem, p. 323)

envolvimento na história da mesma. Enquanto seu site disponibiliza a consulta de um grande número de recortes de periódicos (jornais e revistas), cartas pessoais e fotografias, seu blog oferece quase oitocentas postagens (com versões em português e em inglês) de textos opinativos dedicados à “divulgação do Verdadeiro Fila Brasileiro, do CAFIB e dos mestiços com pedigree de Fila” (Ibidem, 2021b). Por força do que interpretou se tratar de um “processo de mestiçagem” da raça na década de 1970, sua experiência como criador (canil Cafibra) durou poucos anos. No entanto, desde então seu envolvimento com a raça não teve fim, pesquisando, registrando e tornando sua causa pública em periódicos dos anos 1970 e 1980, cartas, e-mails, site, blog e redes sociais até os dias de hoje¹⁷⁷.

Entre os materiais disponibilizados no site de Francisco, constam trocas de correspondências entre ele e Paulo Santos Cruz. Em carta enviada à Francisco em 17 de julho de 1976, Paulo interpretou a impossibilidade de requerer um Certificado de Registro Inicial como uma inadequada “limitação do campo rático” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1976b]). Em nova carta enviada em 23 de junho de 1976, Paulo não apenas duvidou do sucesso dessa medida, sugerindo que “criadores desonestos” seguiriam “introduzindo sangue estranho e atribuindo as ninhadas a exemplares Filas”, como defendeu que, a despeito do manejo negligente, da ausência de registro genealógico e do descuido com os arranjos reprodutivos, exemplares de criadores externos ao circuito oficial da cinofilia que ostentassem as principais “características ráticas, na cabeça, no caráter, no ‘geitão’” deveriam ser procurados para “trazer gens novos” ao plantel registrado¹⁷⁸ (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1976a]). Sua sugestão para Francisco era não se preocupar muito com essas “medidas administrativas”, mas criar bons cães, lembrando “veadeiros-paulistas e os veadeiros-junqueiras cujos criadores emitem seus próprios pedigrees e resistem a todas as tentativas de aproximação e catequese clubística”, os quais “instintivamente temem as têias de leis, regulamentos, processos, taxas, verificações e os 'proibidos' e os 'nãos', única coisa que os clubes dão em reciprocidade aos seus sócios” (Ibidem).

¹⁷⁷ Após um breve contato com Francisco, passei a fazer parte de sua lista de e-mails, recebendo periodicamente novas postagens publicadas em seu blog.

¹⁷⁸ Comentando publicamente sobre o assunto na revista *Animais & Veterinária* em 1977, Paulo S. C. defendeu que a impossibilidade de obter um Certificado de Registro Inicial tornava mais difícil combater a “consanguinidade estreita” e “refrescar o sangue” das “poucas linhagens” do circuito registrado de criação (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977a]), omitindo, no entanto, que tanto ele como outros criadores valorizados por Godinho (2013, p. 85; 172; 179) como pilares da criação da raça no sul de Minas Gerais, realizavam acasalamentos entre cães e cadelas aparentados sem maiores constrangimentos, incluindo aqueles considerados mais temerosos para a saúde genética, como entre pai e filha. Criadores como José Junqueira e Pedro Ribeiro Junqueira de Souza, para citar dois, inclusive teriam fechado seus canis por doenças relacionadas ou agravadas pela “consanguinidade excessiva” (GODINHO, 2013, p. 75; 76).

Essa preocupação com a introdução de “sangue estranho” foi uma constante em escritos de Paulo e em trocas com Francisco. “Tendo em vista o repentino aparecimento do interesse pela cor negra por parte de alguns admiradores do nosso CÃO DE FILA BRASILEIRO”, escrevera Francisco em carta mais tarde publicada na revista *Animais & Veterinária*, “gostaria de saber se v.s.^a teria condições de informar de que canis estes cães são provenientes e que tipo de cruzamento, seleção, estudo e aprimoramento foram desenvolvidos para se chegar a esta coloração por mim totalmente desconhecida” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977e]. Em resposta, Paulo respondeu afirmando ter ciência de uma “experiência” promovida por Ênio Monte com um “reprodutor preto, comprado no interior de Minas” (Ibidem). Citando enciclopédias e livros sobre raças e modos de transmissão hereditária da cor da pelagem de cães publicadas na Grã-Bretanha¹⁷⁹, Paulo recorreu a sua teoria sobre a origem da raça e sugeriu que, “admitindo provir o Fila do Mastiff, do Bloodhound e do Bulldog, a cor preta deve ser aceita, muito embora, o fato de uma dessas raças ter[em] tido tal cor, a séculos atrás, não signifique, necessariamente, que tenha conseguido transmiti-la ao Fila. Todavia, a probabilidade existe e não é cinológico descartá-la sem exame” (Ibidem). No entanto, por diagnosticar cães e cadelas que, afora a coloração preta, possuíam outros “caracteres” físicos, temperamentais e cinogéticos considerados típicos das raças “Dinamarquês” e “Mastim Napolitano”, Paulo considerou ser mais provável falar em “mestiçagem”. Vejamos o que ele escreveu nesse caso:

Tente uma experiência, bastante elucidativa: procure, em algarismos, obter um puro por crusa (P.C.) Suponha um mestiço de Fila com Mastim Napolitano. Ele seria, geneticamente, 50% Fila e 50% M.N. Procure obter a pureza total (100%) cruzando-o aos descendentes dele, sempre com Filas puros. Obteria, no 1º acasalamento, 75% Fila e 25% M.N.; depois 81,25% Fila e 6,25% M.N.; na 4ª crusa os filhos seriam 83,333% Filas e 2,0833% M.N. Considerando que cada um só poderia ser cruzado aos 2 anos de idade, no 10º acasalamento ter-se-iam passado 20 anos e as crias seriam ainda 99,9023438% Filas e 0,0976562 M.N. No 20º acasalamento os cachorrinhos seriam ainda 99,9999047 Filas e 0,0000953% M.N. e já 40 teriam decorridos. Aos 60 anos de experiência (meio século e mais uma década) os filhotes ainda seriam 99,999999078125% Filas mas ainda 0,000000921875% M.N. Em outras palavras, uma vida humana teria transcorrido, sem ter alcançado a pureza total. Sempre restariam alguns algarismos divisíveis por 2. Uma fração suficiente para trazer uma coloração cinsa, um focinho chato, uma orelha pequena; ou um temperamento apático, paquidermico, lorpa. No entanto fisicamente ele já, talvez, estivesse muito parecido com o Fila. Seria, somaticamente, um Fila, mas mentalmente, um Mastim Napolitano.

Aliás tenho mais medo desses casos, isto é, desses cães que externamente parecem Filas, mas internamente demonstrem ser de outra raça.

O Dr. Ênio contou-me que, encontrou, em Minas, um macharrão rajado, que produzia filhos pretos, adquiriu-o e está tentando 'apurar' o fila preto numa 2ª tentativa. Seria ele um Fila puro, ou um filho de Dinamarqueses com Fila, tendo, por fora a cor do Fila e, por dentro os genes da cor dos pais, ou seja, os genes do Dinamarquês?

¹⁷⁹ Entre outras, “*The dog in health and disease*” (1859), de Stonehenge, pseudônimo adotado pelo criador e jornalista John Henry Walsh, tratado no **Capítulo 4**.

Talvez você compreenda, agora, porque considero difícil, mas não impossível o Fila preto, e porque, também considero um crime de lesa-Natureza, cruzar um Fila com qualquer outra raça. Imagine quantas cruzas, ao azar da sorte, sucederam nesses interiores, acontecendo, na maioria delas, que nos fatores opostos prevaleceram os do Fila, por serem, no caso, dominantes sobre o oponente. Parece que Deus zelou para que tivéssemos uma raça nossa, só permitindo esse tipo de crusa; não deixou ser desfeita a raça canina brasileira. E o que fazemos nós, ao recebê-la? A amestiçamos, e trancamos o RI [Registro Inicial] impedindo [que] venham da fonte natural, aqueles que poderiam ainda formar novas linhagens não poluídas. [...]

O interesse pela cor preta não é tão repentino como você supõe. Talvez há uns bons 10 anos, numa exposição do KCP, ainda na sede de campo, apareceu um Fila preto, pleiteando RI [Registro Inicial]. Era, visivelmente, um filhotão de Dinamarquês, mas com uma barbela imensa, que faria inveja a muito Fila puro. Péssimo Dinamarquês, ou melhor, excelente barbela de Fila, num péssimo filhote de Dinamarquês. O dono ficou furioso, por não ter obtido R.I. [Registro Inicial] e argumentava com a barbela do cão, sem aceitar a explicação de não resumir-se o Fila à barbela. Recusava ver a cabeça comprida e estreita do seu cão, as orelhinhas lá no topo do crânio, o pescoço longo, o tipo geral longilíneo.

O que não entendo é porque os apreciadores da cor preta, não adquirem desde logo um autêntico e puro Dinamarquês preto, ou um Dobermann, ou uma gráua? Ou porque não imitam aquele gosador que pendurou um quadrado totalmente negro na parede da sala, numa rica moldura dourada, esclarecendo, para os que indagavam, tratar-se de um Picasso, da fase negra, representando um preto, beijando uma preta, num quarto escuro, com a luz apagada, numa noite sem lua, em Moçambique.

Atenciosamente,

Paulo Santos Cruz (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977e], n. p.)

Para Paulo, ao impedir que, a fim de “formar novas linhagens não poluídas”, cães e cadelas da raça fossem buscados de sua “fonte natural” e registrados por meio de verificação e registro inicial, o BKC estava abrindo brecha para o que supunha se tratar de um crime “lesa-natureza” chamado “mestiçagem”. Com base em uma leitura fracionária do hereditário, nessa passagem Paulo teorizou sobre o cruzamento entre exemplares de “Fila Brasileiro” e “Mastim Napolitano” e, de forma contínua, entre seus descendentes e “Filas” considerados “puros”. Lembrando elaborações de Everett Millais tratadas no **Capítulo 4, Seção 3**, a intenção era refletir sobre a possibilidade de, de geração em geração, atenuar características físicas e mentais associadas à raça “Mastim Napolitano” até obter um Fila “puro por cruzar”. Porém, levando em consideração a temporalidade do ciclo reprodutivo e o número de gerações necessárias para esse fim, Paulo especulou ser inviável retornar à “pureza total” e demonstrou preocupação com a permanência teimosa de “alguns algarismos” ligados à raça Mastim, cuja presença acreditava ser “suficiente para trazer” determinada cor, formato de focinho, orelha, temperamento, entre outros aspectos para aqueles descendentes com pretensões hipotéticas de cão de fila “puro”. Por isso, Paulo sublinhou a necessidade de cães e cadelas serem “Fila” “por dentro” (gene) e “por fora” (morfologia e temperamento).

Entre teorizações e lembranças, Paulo escrevia com a autoridade de um ex-presidente do Santos Kennel Clube (SKC), juiz, criador e comerciante, um dos primeiros a registrar uma

ninhada de cães da raça e responsável pela redação de seu primeiro padrão, o que lhe garantiu a alcunha de “pai da raça” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977c; 1979a]). Como veterano na cinofilia e nos assuntos da “raça”, ele se valeu desse status para tentar blindar os cânones de gosto e valor que ajudou a estabelecer para ela, embora acabasse indo na contramão da flexibilidade de coloração regulamentada no padrão da raça desde 1952. Sua concepção essencialista, os conceitos de que se valeu e até o tom do comentário que, com pretensões jocosas, encerra a comunicação antes citada, todos com significativas inclinações racistas, não se restringiam a esse escrito. Paulo não apenas promoveu uma teoria sobre a origem da “raça” na qual pressupunha a atuação de seus tipos ou “raças” ancestrais na caça e agressão de populações africanas e indígenas escravizadas, como fez correlações diretas entre o que julgava serem “raças” caninas e humanas. Um exemplo pode ser encontrado em texto autoral publicado no periódico cinófilo “O Fila”, promovido pelo CAFIB e com circulação entre criadores associados:

Insisto num ponto: os caracteres somáticos vinculados à côr preta é que confirmam a origem ilegítima do cruzamento com Dinamarqueses: a) tipo geral longilíneo; b) figura quadrada; c) pernaltas; d) tórax estreito; e) ombros deslocados para a frente; f) falta de antepeito; g) ventre esgalgado; h) pescoço comprido; e) cabeça estreita e comprida; i) cabeça estreita e comprida, mas, vista de perfil, com boa profundidade; j) orelhas pequenas, finas, de inserção alta; k) pele esticada; l) temperamento fraco.

Nem todos reúnem a totalidade desses detalhes, pois foram cruzados com Filas, numa extensão maior ou menor, mas alguns desses caracteres sempre estarão presentes.

Para melhor compreensão, lembramos que o mesmo ocorre entre humanos: acompanhando a cor preta, são transmitidos outros caracteres a ela geneticamente vinculados: a) cabelo crespo; b) testa curta; c) nariz chato e largo; d) orelhas pequenas; e) lábios grossos; f) voz pastosa; g) crânio pequeno; h) ombros largos; i) tórax largo mas chato; j) tronco curto; k) braços longos; l) pernas compridas; m) pés chatos; n) calcanhares salientes.

Nem todos os pretos apresentam esse conjunto de caracteres, mas eles sempre estarão presentes, em número tal qual afastará qualquer dúvida sobre sua pureza rática; ou mesclados com outros, de outras raças, esses caracteres sempre constituirão prova da mestiçagem.

Em suma, esses caracteres presentes, em número maior ou menor, em cada indivíduo, informam sobre a mestiçagem. Pouco importará a presença, concomitante, de caracteres de Fila. A constatação, num mesmo indivíduo, de caracteres de raças diversas prova, insofismavelmente, a miscigenação. (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1979b], p. 4)

Nessa passagem nota-se que, pensando em pessoas e cães, Paulo concebia “raça” como um grupo de indivíduos que partilhavam um “conjunto de caracteres” transmissíveis e distintos de outro grupo. Se para ele uma “raça” não se resumiria a um ou mais desses “caracteres” (como a barbela do cão de coloração preta cujo Certificado de Registro Inicial foi negado ao criador), mas sua totalidade, o reconhecimento da presença de um ou mais caracteres considerados fora de lugar foi lido como signo de um passado familiar “impuro”: “prova de mestiçagem” e “origem ilegítima”. Buscando oferecer bases para regular a “raça”

a identificar exemplares registrados como “Fila Brasileiro”, mas cujos “ascendentes latem com sotaque napolitano, inglês ou dinamarquês” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977b]), em texto publicado em 29 de dezembro de 1977 no jornal *O Estado de S. Paulo* (São Paulo, SP) Paulo discriminou os caracteres associados às raças “Mastim Napolitano”, “Dinamarquês” e “Mastim Inglês” que, se presentes em maior ou menor extensão em um exemplar considerado “Fila Brasileiro”, denunciariam¹⁸⁰ a presença-ausente de algum ancestral dessas raças (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977c]). A realidade daquilo reivindicado como “nosso” parecia estar sujeita à contínua interpretação de suas diferenças em relação ao estrangeiro, que assumia a posição de um “alter-ego diferente e concorrente” (SAID, 2007, p. 441).

Se comparado à história da raça *braco de JAPMA* apresentada na seção anterior, raças consideradas “estrangeiras” não pareciam ser consideradas por Paulo como suporte ou acréscimo na busca pela eugenia de uma população de cães e cadelas “nacional”, mas fonte de desestabilização e risco à continuidade daquilo que seria “brasileiro”, e isso a despeito de o próprio Paulo ter sugerido que a raça devia sua formação ao “caldeamento” de três raças “europeias”. Curiosamente, não apenas Paulo Santos Cruz, mas alguns de seus apoiadores, interpretavam a dita “mestiçagem” diagnosticada no que era seu presente como um atentado às origens da “raça”. Duas passagens escritas por Paulo Roberto Godinho na coluna “*Cinofilia*” do *Jornal do Brasil* ilustram preocupações nesse sentido, a primeira do artigo “*Raças brasileiras*” de 06 de janeiro de 1976, e a segunda de “*Bom-dia, Fila Brasileiro*” publicado em 09 de maio de 1984:

Os Fila, mesmo controlados há muitos anos pelos livros de registro dos Kennels estaduais e diversos clubes especializados na raça, sofrem sucessivos atentados às suas origens. Um ou outro criador de vez em quando pretende “melhorar a raça”, misturando-a com outras, o que, no entender desses “descobridores”, seria a fórmula mais correta de termos Fila de caras mais bonitas, semelhantes a São Bernardo, a Mastim Napolitano, a não sei mais quantos outros cães e outros tantos absurdos. (JORNAL DO BRASIL, 1976, edição 00271, p. 8, caderno B)

Uma dádiva do Rio São Francisco, um presente das estrelas, resultado de uma misteriosa e mágica miscigenação de cachorros trazidos nesses últimos quatro séculos para o Brasil, o cão de fila brasileiro é, queiram ou não os perfeccionistas,

¹⁸⁰ Em relação aos “mestiços de Mastim Napolitano”, aconselhou observar “crânio redondo, quase globuloso; parótidas salientes; focinho curtíssimo, em gritante desproporção com o crânio; consequência: prognatismos e deformações da mordedura, orelhas pequenas; cauda de inserção alta; pernas altas; pés pequenos; pele fina e não solta; dorso reto; andar comum e não de camelo; articulações não soltas; figura grosseira, rotunda”. No caso da raça “Dinamarquês”, ressaltou “os tipos longilíneos: figura quadrada (altura igual ao comprimento); tronco fraco em profundidade e em largura; pescoço longo, com diâmetro aumentando da garganta para os ombros; falta de barbelas e de antepeito; cabeça comprida e estreita, com orelhas pequenas, finas e de inserção alta; articulações não soltas; andar comum e não de camelo; pele fina e não solta; pêlos pequenos, bem acamados; temperamento fraco”. No caso da raça “Mastim Inglês”, por fim, ressaltou “os cães enormes, [com] dorso quase convexo; garupa quase plana; tipo geral grosseiro, pesado, paquidérmico, apático; cauda de inserção alta e tendendo a enroscar; aspecto cansado, indiferente; barbelas exageradas; faltas dentárias, prognatismo inferior; articulações não soltas; andar sem gingar.” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977c], n. p.).

gostem ou não os comerciantes, aceitem ou não os estudiosos, um patrimônio que herdamos de graça dos nossos colonizadores, aqueles que através esses quatrocentos e tantos anos deram pelo Brasil o melhor dos seus esforços e, cada um a seu modo, contribuíram sem querer para o surgimento de um milagre, que no final do século XX surgiu polêmico entre aqueles que acreditaram nele e, antes de sabê-lo, um fenômeno quase inexplicável, quiseram torná-lo mais perfeito, mais explícito, e vieram então algumas misturas com falhas explicações de “volta às origens”. Por não admitirem o milagre quiseram mudá-lo no seu protótipo original, mas o fila sobreviveu e agora luta para mostrar que é um bem nacional e que temos a obrigação de preservá-lo naquele tipo que se escolheu como ideal. (JORNAL DO BRASIL, 1984, edição 00031, p. 2, Caderno B)

Com isso no horizonte, gostaria de destacar a centralidade concedida à ancestralidade e à origem. De modo geral, essas noções parecem se referir tanto a laços parentais de gerações imediatas, vinculando o corpo a ideologias sobre o sangue, o hereditário e o parentesco, quanto a um passado de décadas e séculos que se confunde com geografias e nações. Como resumiu Giralda Seyferth (1996, p. 42), “a crença na origem comum e num processo histórico compartilhado que servem de fundamento à noção de pertencimento a um grupo étnico estão muito próximas aos ideais nacionalistas que dão sentido, primordial à nacionalidade”. Não por acaso, a disputa sobre os elementos do corpo e temperamento que deveriam certificar um cão ou uma cadela “Fila Brasileiro” também foi travada no âmbito das hipóteses sobre a origem da raça. A “carta aberta” veiculada por Francisco Peltier de Queiroz em 1978, por meio da qual sistematizou suas acusações e críticas à “mestiçagem”, me parece exemplar dessa disputa. Vejamos um fragmento da carta:

[...] num jogo de cartas marcadas onde a plateia servia apenas para fazer número, [João Baptista Gomes] planejou e organizou o [1º] Simpósio de Brasília com o intuito de alterar o padrão do Cão de Fila Brasileiro, modificando assim sua anatomia e seu temperamento bem como procurando alterar a História da Formação de nossa raça, através de uma série de vagas suposições hipotéticas sem as devidas comprovações necessárias, numa tentativa gritante de amastifar nosso Fila. Em primeiro lugar, o Sr. Gomes inseriu características do Padrão do Mastiff Inglês no novo Padrão de Fila proposto por ele, tal como mordedura em torques e a tentativa de quebra do temperamento do nosso Fila, tornando-o assim mais dócil à semelhança dos próprios Mastiffs e Dinamarqueses usados nas misturas sem controle. Em segundo lugar, trata-se da tentativa do Sr. Gomes tornar o Mastiff, através do terceiro, o componente principal na formação do nosso Fila numa falsa volta ao passado numa Máquina do Tempo somente conhecida pelos misturadores. (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1978], p. 2)

Nesta carta, Francisco afirma que o criador João Baptista Gomes (canil Sete Barras) estaria tentando reescrever a história de formação da “raça” para, com base nela, justificar as alterações no texto do padrão da raça “Fila Brasileiro” discutidas e acordadas no simpósio da raça em 1976. Francisco criticou particularmente a hipótese defendida por Gomes no livro “*Fila Brasileiro: origens e evolução*” (1976), no qual, diferente de Paulo Santos Cruz, sugeriu que a reprodução entre exemplares das raças *bloodhound* e *bulldog* em Portugal teria produzido um tipo de cães de nome *fila da Ilha Terceira* ou *fila terceirense*, cujo transporte em grande

quantidade para o Brasil e a promoção de cruzamentos com exemplares da raça *mastiff inglês* teria dado origem à raça “Fila Brasileiro” (VALLE, 1981, p. 28). Francisco suspeitava que, fazendo esse link com o *fila terveirence*, essa leitura sobre a origem da raça “Fila Brasileiro” buscava tornar ela mais parecida (em termos de mordedura e temperamento) com as raças *mastiff inglês* e *dinamarquês* que, conforme sua denúncia, estariam sendo usadas em práticas de “mestiçagem”. Além da crítica feita por meio de carta, Francisco também reagiu à hipótese de João Baptista Gomes promovendo investimento semelhante. Escrevendo para a revista *Animais & Veterinária* em 1977, ele partiu da hipótese produzida por Paulo Santos Cruz em 1950 e propôs uma nova versão sobre a origem da raça “Fila Brasileiro”:

É justamente a união dos cães indígenas, selvagens, alçados e imigrantes que chamo de 4º ELEMENTO, que por serem provenientes de tipos caninos diversos, torna-se impossível denomina-lo de forma exata. É impossível não admitir que se os Bulldogs, Bloodhounds e Mastiffs cruzavam entre si, cruzariam também [com] o 4º ELEMENTO. É justamente esse 4º ELEMENTO que, habitando o nosso país, cruzavam com as três raças acima mencionadas (que, sem dúvida, mais contribuíram para a formação do nosso FILA), que viviam e eram criados soltos nos campos, nas fazendas e no interior do nosso país, sem controle e planejamento, cruzando a própria sorte, tendo como Madrinha a Mãe Natureza. É justamente por causa do 4º ELEMENTO que nosso FILA é brasileiro e não inglês. O 4º ELEMENTO nos dá agora condições de fechar o círculo da FORMULA MÁGICA que deu origem ao CÃO DE FILA BRASILEIRO e, por sua vez, torna esta fórmula inatingível e perdida no tempo, de quem sofreu principalmente a influência climática e alimentar. É justamente por isto que qualquer tentativa de reconstituição através de 'experiências' que usam principalmente o Mastiff Inglês e que hoje, infelizmente, chegam ao nosso conhecimento, se constituem em erro e engano grosseiro, tendo em vista o perigo de desvirtuar para sempre o Caráter e o Físico da única raça canina genuinamente brasileira, há tantos anos unidos pela Mãe Natureza (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1977d], p. 6)

Preocupado com o futuro da “raça” e tentando conter mudanças diagnosticadas no presente, Francisco lançou mão de uma revisão do passado. À sua forma, os “cães brasileiros” da Enciclopédia da *Royal Canin* que abre a presente seção me pareciam encapsular isso que ele chamou de “4º elemento” (“união” de cães indígenas, selvagens e imigrantes provenientes de tipos diversos e desconhecidos) e cuja presença acreditava explicar porque o “nosso FILA é brasileiro e não inglês”. Nesta nova hipótese sobre a origem da raça, que me parecia dar continuidade à prosa nativista e à naturalização estratégica seguida por Paulo Santos Cruz, Francisco tentava convencer seu leitor da impossibilidade de recriar a fórmula do coquetel que teria permitido sua emergência enquanto “raça”. Tentando explicar a fórmula, ele concedeu ênfase explicativa ao peso formador do clima, da alimentação, da ausência de controle humano e planejamento reprodutivo e defendeu que, pela sua origem estar “perdida no tempo”, seria impossível criadores “voltarem ao passado” e tentarem refazer aquilo que a “Mãe Natureza” havia feito, sob pena de a “desvirtuar para sempre”. Segundo ele, “experiências” atribuídas à cinófilos como Ênio Monte, João Batista Gomes, Procópio do

Valle e Jacob Blumen, teriam gerado desconfiança sobre um dos dispositivos mais importantes na criação de animais “de raça”, o *pedigree*. Pedindo punições radicais, ele bradou que a “natureza” e o “parentesco” que forjaram a “raça” como tal estariam em xeque:

[...] Os misturadores brincaram com a Mãe Natureza que há mais de 200 anos moldou o corpo e a mente do Cão de Fila Brasileiro. Desrespeitaram a ordem natural das coisas, alteraram o desenvolvimento normal de nossa raça numa falsa evolução que anos e anos levaremos para que seja limpa definitivamente as pegadas desta mistura imunda. O BKC não pode continuar omissos. O BKC não pode permanecer sem punir os responsáveis por este estado de coisas. É necessário afastá-los para sempre da criação organizada de cães no Brasil. Estas misturas desorganizaram todo um plantel, onde ninguém sabe quem é filho de quem, visto que os Pedigrees não representam a real paternidade dos filhotes. Alteraram o corpo, a cor e o temperamento de uma raça ainda nova, cujos primeiros canis se estabeleceram há apenas 30 anos atrás e que [se] afirmava dia a dia no nosso país e no exterior. (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [1978], p. 4)

A criação de Fila é hoje, em termos de paternidade e/ou parentesco, um enorme Registro Inicial [de Origem]. A diferença que existia no passado entre um Fila da cidade, com pedigree, e um do campo, sem Pedigree; hoje já não existe mais, pois em ambos se desconhecem quem sejam os verdadeiros pais, avós, bisavós... Como resultado da mistura sem controle, os misturadores paternizaram os filhotes com nomes falsos de Filas e em consequência disto o que se verifica hoje é a quase impossibilidade de se 'ler' corretamente um Pedigree. A triste realidade na raça Fila é que o Pedigree é um papel sem o menor valor. Sendo assim, a única maneira de purificarmos a raça é selecionarmos os cães que mais se enquadram dentro do novo Padrão a ser revisto pelo CAFIB. Seria a seleção natural de todo o cão com tipicidade de Fila. Caberia então, desta forma, a CAFIB conceder Certificado de Aprovação CAFIB (CAC) aos cães com mais de 2 anos de idade que se enquadrem dentro do Padrão. Seria, em última análise, um novo Pedigree de responsabilidade da CAFIB [...]. O CAC, é, portanto, um processo de julgamento individual de cão por cão, separadamente, afastando-se, assim, da linha sanguínea, visto que esta infelizmente jamais poderá ser atestada com segurança. (Ibidem, p. 4-5)

Julgo essas passagens muito instrutivas. Elas ajudam a perceber como ancestralidades distantes (sob a forma de narrativa de origem) e próximas (sob a forma de laços de parentesco) se justapõem, ou ao menos revelam sua relacionalidade constitutiva. Com uma posição agressiva e intolerante, Francisco afirma que a promoção de acasalamentos inter-raciais teria transformado o corpo e o temperamento que julgava adequado para cães e cadelas da raça. Segundo ele, essa transformação levantava incertezas sobre os laços de parentesco “reais” ou “verdadeiros” registrados e certificados pelo documento de *pedigree*. Dada a impossibilidade de obter um Certificado de Registro Inicial fornecido pelo BKC, o descrédito estendido a seu Registro Genealógico tentava passar uma impressão de terra arrasada, de que toda a criação (registrada ou não) de cães e cadelas da “raça” seria um “enorme Registro Inicial”, no qual “ninguém sabe quem é filho de quem”. Como alternativa, Francisco sugeriu duas medidas: rever o “padrão” da raça modificado em 1976, sobretudo em aspectos como mordedura, cor e temperamento, e criar um novo *Certificado de Aprovação CAFIB* (CAC), cuja perícia de exemplares com base no fenótipo e no temperamento buscaria “purificar” a raça

e refazer seu registro genealógico. Esse processo foi definido por ele como “seleção natural”, categoria por meio da qual acolheu o trabalho de criadores, associações de canis e sua política. Como sugeriu em seu blog em 15 de agosto de 2012, ele acreditava que “controlar e selecionar” era “a melhor alternativa prática para superar os problemas decorrentes da diversidade de tipos e da falta de homogeneidade decorrentes desta mestiçagem” (PELTIER DE QUEIROZ, 2022 [2012]).

A relação entre essa demanda por alternativas práticas feita no final da década de 1970 e as teorias sobre a origem da “raça” me levaram a pensar na presença múltipla e um tanto paradoxal daquilo que, nas palavras de Paulo Santos Cruz, Francisco e apoiadores, parecia contar como “natural” e como “cultural”: enquanto o cruzamento entre “raças” foi compreendido simultaneamente como causa de origem da “raça” (lido como “caldeamento natural”, vide CAFIB, 2021) e de possível extinção tal como é ou deveria ser (entendida como “mestiçagem”, “crime de lesa-natureza” ou “aniquilamento técnico-cultural” que contrariava sua origem “natural”), a seleção para reprodução era apreendida como problema (especialmente quando tentava refazer ou alterar o curso daquilo considerado “natural”) e solução (garantia daquilo que é “natural”, autêntico e “puro” através da seleção, criação e registro nos moldes propostos por Paulo Santos Cruz e entusiastas da CAFIB). Apesar da pressão pública feita por meio da indústria periódica, essas medidas não foram adotadas pelo BKC, sendo levadas adiante apenas a partir de 1979 pelo, desde então e justamente por isso, dissidente-concorrente CAFIB, que ao propor outro padrão para a raça absorveu as sugestões de Paulo Santos Cruz para regular marcadores de características físicas e temperamentais associadas a outras raças¹⁸¹ (CAFIB, 2023).

Procurando pelos nomes daqueles cinófilos que eram alvos dessas acusações, encontrei não apenas registros no acervo da BND, como a obra “*O grande livro do fila brasileiro: quatro séculos de história*” (1981), organizado e redigido por Procópio Rodrigues do Valle¹⁸², médico com trajetória profissional ligada às áreas de endocrinologia e diabetes, e criador de cães da raça “Fila Brasileiro” pelo canil Kirimáua. No livro, Procópio apresentou um compilado de temas relacionados à “raça”, incluindo um tipo “modelo”, história (teorias e comentários), criação, seleção, treinamento, alimentação, diagnóstico e tratamento de doenças consideradas mais comuns, desavenças entre cinófilos, perspectivas para o futuro da “raça”, lembranças e

¹⁸¹ A relevância desses aspectos permanece centrais para o CAFIB, pois ainda em 2023, o padrão adotado pelo clube dispensa uma parte considerável de texto às “desqualificações por miscigenação”, na qual são discriminados aspectos físicos e temperamentais que identificariam supostas “mestiçagens” com exemplares das raças *mastim napolitano*, *dogue alemão* e *mastim inglês*, nos mesmos moldes daquilo pregado por Paulo Santos Cruz desde o final da década de 1970 (CAFIB, 2023).

¹⁸² Para informações sobre ele, ver texto escrito em sua memória por Luiz César Povia (2008).

histórias pessoais. A indústria periódica parece ter contribuído para sua produção e divulgação. Procópio do Valle não apenas aproveitou o espaço e a audiência de jornais e revistas para pedir relatos pessoais sobre a “raça” e antecipar análises mais tarde publicadas em seu livro, como incorporou artigos veiculados nesses periódicos para sua composição e se valeu deles para anunciar sua comercialização¹⁸³. Além de conceder espaço para textos de críticos como Paulo Santos Cruz, Francisco Peltier de Queiroz e o CAFIB, o livro conta com colaboração de Ênio Monte, Jacob e Andréia Blumen, entre outros cinófilos pelos quais teve acesso a contrapontos e comentários sobre aquilo que se referia à “raça” e sua história.

Alinhado a Andréia e Jacob Blumen¹⁸⁴, Procópio do Valle (1981, p. 309-310) não apenas se opôs ao ingresso de cães e cadelas sem registro genealógico no circuito da criação registrada, sob pena de prejudicar a “eugenia da raça”, como ofereceu explicações distintas para a suposta variação fenotípica na raça que Paulo Santos Cruz e Francisco acusavam ser resultado de práticas de “mestiçagem”. Como típico exemplar da raça, Procópio do Valle imaginava “um cão corpulento, ossatura e musculatura desenvolvidas, cabeça em geral pesada (cabeçudo), de cores as mais diversas, de temperamento agressivo, um ‘cão de morder’” (Ibidem, p. 22). Para ele, essa tipicidade refletia sua história: a história de “um mestiço” cujo “interesse do homem para diferentes tipos de caça, como onças, veados, antas etc.” e guarda, “fizeram com que seu aspecto modificasse um pouco” ao longo da tempo: “ora mais fino e

¹⁸³ Procópio do Valle antecipou parte de suas análises no livro de 1981 em edições da revista *Animais & Veterinária* entre 1978 e 1979 (JORNAL DO BRASIL, 1978, edição 00108 p. 8; VALLE, 1981, p. 371). Em alguns momentos de seu livro, Procópio do Valle comentou e mesmo replicou artigos outrora veiculados em jornais e revistas. Aproveitou também o espaço e o público da coluna “Cinofilia”, de Paulo Roberto Godinho no *Jornal do Brasil*, para pedir aos leitores que enviassem “histórias ocorridas com Fila, seja elas dramáticas, curiosas, ou que retratem o nosso Fila em situações que mereçam ser catalogadas” (JORNAL DO BRASIL, 1979, edição 00065, p. 8). Além disso, anunciou sua comercialização ao custo de Cr\$ 6,850 (JORNAL DO BRASIL, 1981, edição 00248, p. 12).

¹⁸⁴ Tanto Procópio do Valle, quanto o casal de proprietários do canil Curumaú, Andreia e Jacob Blumen, foram publicamente favoráveis ao encerramento do Livro de Registro Inicial de Origem. Considerando a medida uma “aberração cinotécnica” que contrariava a criação registrada (VALLE, 1981, p. 275), Jacob Blumen inverteu a opinião pública de Paulo Santos Cruz e Francisco Peltier de Queiroz e sugeriu que “o mal da mestiçagem era o Registro Inicial”, pois, “antes, como podíamos impedir que um cão fila fosse cruzado, por exemplo, com um dog alemão, que é maior e fazia o fila crescer? Isso não podia ser controlado” (JORNAL DO BRASIL, 1979, edição 00248B, p. 7). Defendendo a necessidade de “fechar as porteiras e o curral para contar a boiada”, a assistente social, criadora e juíza de exposições Andréia Blumen sublinhou a relevância do *pedigree* e interrogou: “sem conhecermos nosso plantel, a incidência de determinados caracteres, e seus pontos vulneráveis, como poderemos estabelecer critérios de criação?” (VALLE, 1981, p. 277). Relatando viagens feitas pelo interior de Goiás e Minas Gerais em busca de *cães de fila*, Jacob e Andréia Blumen foram na contramão daquilo defendido por Paulo Santos Cruz: enquanto Jacob criticou os exemplares que conheceu, “seja pela atipicidade em relação ao nosso plantel, seja pelas mutilações congênitas de estrutura e temperamento, fruto de acasalamentos consanguíneos não controlados”, a assistente social, criadora e juíza de exposições Andreia bradou “não procede[re] a existência de um Eldorado com seus Filas maravilhosos e puros nestes Estados”, pedindo “certo comedimento para não transformarmos a história em estória” (VALLE, 1981, p. 276-277). Dispensando a hipótese de “que inúmeros” eram “os Filas do interior, que puros permanecem sem registros e que, portanto, deveriam ser aproveitados na busca da eugenia da raça”, Procópio do Valle (1981, p. 309-310) sugeriu que a concessão de um Certificado de Registro Inicial não apenas poderia colocar “em risco” o convênio entre BKC e FCI, como prejudicar o “trabalho de seleção da raça”.

alto, com cabeça mais leve (*veadeiros, anteiros*), ora pesadão, cabeçudo (*onceiros, boiadeiros*)” (Ibidem, p. 22). Ao apresentar fotografias de exemplares que acreditava se enquadrarem nesses parâmetros, ele sugeriu ser possível “observar uma certa falta de uniformidade, característica do nosso cão de fila”, mas também “muitos pontos que os aproximam, e se acham presentes nestes cães, como, corpulência, cabeça, focinho longo, pele solta, etc.” (Ibidem, p. 23).

Em sua versão sobre a história de formação da raça, Procópio do Valle (1981) alargou a cronologia proposta por outros cinófilos e, com base em materiais escritos e imagéticos de áreas e fontes distintas¹⁸⁵, se propôs a tratar de quatro séculos. Sua origem poderia ser rastreada na metade do século XVII, com a “entrada” de seus mais longínquos ancestrais pela cidade de Olinda, em Pernambuco, quando da ocupação holandesa. Inspirado na história natural de Buffon apresentada de forma introdutória no **Capítulo 3** desta pesquisa, Procópio do Valle especulou se tratarem de “*engelsen doggen*” ou “*dogues de forte race*”, cães e cadelas considerados “mestiços” de *dogue (bulldogue)* com *mâtin (mastiff)*, e caracterizados pelo porte grande, focinho saliente e temperamento agressivo que acreditava serem adquiridos na Inglaterra com objetivo de perseguir e agredir populações africanas e indígenas na América. Sem dar maiores detalhes, ele supôs que esses exemplares teriam seguido para o interior do estado, descido até o vale do Rio São Francisco, se espalhado e permanecidos “puros” por mais de um século enquanto se adaptaram ao clima e ao ambiente, à exceção de acasalamentos com “um ou outro cão de fila atravessado, fila da Terceira, que possam ter chegado com os portugueses”, assimilando a versão proposta por João Batista Gomes (VALLE, 1981, p. 278). Para Procópio, esse cenário mudaria entre a segunda metade do século XIX e o primeiro terço do seguinte:

O Brasil começa a crescer, estamos na segunda metade de 1800. A miscigenação começa primeiro entre os homens. Aqui nos chegam outros europeus, mais numerosos que antes: franceses, prussianos, italianos, espanhóis... O português, mau caçador, vê-se superado por outros europeus e pelos naturais ou bastardos que vão aos poucos tomando conta do seu país. A caça é diversificada. E o nosso Fila, passa a sofrer as primeiras misturas, com cães de maior olfato e mais velozes. Os perdigueiros e os Foxhounds entraram aí em boa conta e talvez mesmo alguns Bloodhounds. Mas a raça não se altera significativamente. Primeiro, porque o Fila já é nacional, está adaptado há dois séculos no país, tem cerne, resistência, e o seu sangue é dominante sobre os outros cães ‘invasores’. Depois, o homem interferiu de maneira importante, [...] procurou selecionar, entre os cães nascidos aqui e ali - os filhotes mais fortes, mais vigorosos, mais cabeçudos, com pele mais solta. E com isso, além da heterose do próprio cão que lhe garantia subsistência às misturas, o homem escolhia, aqueles com maiores características de Fila. (Ibidem, p. 281)

¹⁸⁵ Incluindo periódicos (*Caça e Pesca, Nossos Cães, Animais & Veterinária, Jornal do Brasil*, etc.), livros, enciclopédias, dicionários, relatórios, resoluções, relatos de viajantes, imagens (desenhos de paisagens, gravuras, caricaturas, fotografias, etc.), de áreas como história, história natural, veterinária, zootecnia, eugenia, arte, de personalidades como Conde de Buffon, Auguste de Saint-Hilaire, Louis Agassiz, John Henry Walsh, Octávio Domingues, Gilberto Freyre, Euclides da Cunha, entre outros.

Por volta de 1900, o Brasil já é outro país. A abertura dos portos, a passagem benéfica de D. João VI, a maior penetração de sangue europeu e negro, criaram um país novo, robusto. Os nossos bandeirantes são a síntese de um nacionalismo sadio. Aos poucos, de despovoadores passam a fixar-se na terra e se transformam em povoadores. Cães novos são importados, e entre eles os Dinamarqueses. [...] (Ibidem, p. 281-282)

[...] aqui e ali um Dinamarquês era colocado sobre uma fêmea Fila. Os filhotes nasciam maiores; os mais feios e pênaltas eram eliminados. Estes passavam por acasalamentos com outras gerações de Filas, e mais tarde o Fila dava aos olhos do “geneticista” maior beleza, por sua robustez. Isso, senhores, é seleção. Quem a fez, sobretudo nos idos 1900-1920, não fez mistura. São selecionadores, e não misturadores. [...]

Os nossos Filas estão no centro do país. Seus criadores não se encontram muito satisfeitos com a seleção natural. E acontece o “óbvio”. Um acasalamento com um Mastiff aqui dá maior corpulência ao Fila. Ele já está mais alto, porque recebeu outro sangue dinamarquês. Alguns querem mais pele, corrigir os posteriores - um ou outro Bloodhound ou Mastif Napolitano foi usado. Mas, em verdade, muito poucos. Não afetaram, de fato, o Fila como uma raça. Primeiro, porque são primos-irmãos. Para Buffon, famoso naturalista do século XVIII, são primos, pois são de fato o mesmo cão pelo clima, pela alimentação e pelo homem. A briga sobre essa inoculação de sangue, mostrada neste livro, é emocional. [...] (Ibidem, p. 282).

[O] Fila é um cão mestiço. Como nós brasileiros o somos (Ibidem, p. 325)

Essas passagens permitem ilustrar a modulação parcial da perspectiva promovida por Procópio em relação à “raça” e sua história. Para ele, a “miscigenação” teria se iniciado entre pessoas, mais tarde se estendendo para cães. Com a diversificação de pessoas no país na segunda metade do século XIX, o interesse de caçadores em obter cães de trabalho mais velozes e com olfato mais apurado teria conduzido à promoção de acasalamentos seletivos entre *cães de fila* e exemplares de outros tipos ou “raças”, como *foxhound*, *galgo* e *perdigueiro*. Algo semelhante teria ocorrido no primeiro terço do século XX, ainda que com exemplares de “raças” como *dinamarquês*, *mastiff inglês*, *bloodhound*, *mastim napolitano* e sob pretexto de obter ganhos de altura, quantidade de pele, robustez ou corpulência, correção das posteriores, entre outros. Levadas adiante sob justificativa de que criadores não se encontravam “muito satisfeitos com a seleção natural”, esses acasalamentos são considerados por Procópio do Valle práticas de “seleção” e não de “mistura”.

Dispersos pelo Centro-Oeste e em “grupos mais numerosos” em Minas Gerais, o que Procópio atribuiu ao fortalecimento da atividade pecuária, seus descendentes teriam suscitado o interesse de “cinófilos paulistas” como Paulo Santos Cruz, Ênio Monte, João Ebner e outros quase na metade do século XX (Ibidem, p. 36-38). Esse processo de institucionalização, primeiros registros e redação de um padrão racial são interpretados por Procópio como a “fase moderna do cão de fila”, cuja “cabeça é a de um autêntico ‘cabeçudo’, devendo manter-se dentro das características de seus ancestrais, ou seja, crânio pesado, focinho

comprido, mandíbulas poderosas”¹⁸⁶ (Ibidem, p. 23). Em que pese essa “miscigenação”, escreveu Procópio do Valle (1981, p. 278), a adaptação ao país, o parentesco entre as raças cruzadas¹⁸⁷ e a seleção para reprodução teriam convergido para “que fossem preservados cães grandes, corpulentos, cabeçudos, com pele solta e temperamento agressivo, ou seja, o atual Fila Brasileiro”. Conectando essa hipótese com a história natural de Buffon, ele sugeriu que essa seria “a história no Brasil do cão de fila, núcleo de formação da raça FILA BRASILEIRO. Preservamos, como nosso, o 'DOGUE DE FORTE RACE', já extinto da Europa”¹⁸⁸ (Ibidem, p. 39).

Embora tenha cedido considerável espaço de seu livro para críticas feitas por Paulo Santos Cruz e apoiadores em periódicos durante a década de 1970, muitas vezes reproduzindo seu conteúdo na íntegra, Procópio do Valle (1981, p. 309) foi bastante enfático em sua convicção sobre exemplares de coloração preta. “Queiram ou não os elitistas das cores”, afirmou, “a presença da cor preta é permanente e estável desde a introdução da raça até os dias de hoje”. Entre outros argumentos, Procópio do Valle (1981, p. 309) reuniu afirmações autorais de Paulo Santos Cruz e discriminou o nome e o número de registro de cães e cadelas de todas as cores que o mesmo criara entre 1950 e 1970, incluindo um cão preto de nome Zumbi de Parnapuan, segundo o autor uma “prova da incoerência de suas afirmações”. “Quem mudou?” questionou, “a cinofilia ou o Sr. Paulo Santos Cruz, já que a inegável evidência de ontem é o filho bastardo de hoje”? Posto isso, afirmou: “não podemos deixar de censurar as esdrúxulas posições do referido senhor que de pai transformou-se em padrasto e algoz de todos que não queiram sujeitar-se ao seu despotismo e insensatez e cujos propósitos repelimos frontalmente” (Ibidem, p. 309). Para Procópio do Valle (1981, p. 181), um cão de *fila brasileiro* de coloração preta seria tão “autêntico” quanto qualquer outra, fosse tigrado, amarelo, branco malhado, cinza ou vermelho. Segundo ele,

Não há, portanto, necessidade de se fazer uma guerra, nem a CAFIB ter como princípio 'a nossa luta'. O que querem, é certo, é dar uniformidade à raça (tão sem

¹⁸⁶ Apesar da diversidade fenotípica de cães e cadelas apresentados por Procópio do Valle em ilustrações e fotografias, nem tudo era válido para um *fila brasileiro* nos seus termos. Em seção de nome “A miscigenação”, Procópio do Valle apresenta algumas “pelagens de cães que devem ser eliminados, mesmo que não se consiga comprovar a mestiçagem”, incluindo o que me parece a coloração em padrão merle, branca, entre outras (VALLE, 1981, p. 284).

¹⁸⁷ Essa afirmação se apoia na teoria de Buffon e seu fundamento genealógico. Por um lado, Buffon sugeriu que a raça *dogue de forte race* seria “mestiça”, originada de cruzamentos entre exemplares das raças *dogue* (bulldogue), *mâtin* (mastim) e *grand danois* (dinamarquês) - para sua descrição, ver o **Capítulo 3**. Por outro, acreditava que o *grand danois*, o *mâtin* e o *levrier* (galgo), seriam um mesmo tipo de cães com variações causadas pelo clima, alimentação e domesticidade (sendo o primeiro um mastim mais alto e o último um mastim mais leve e delgado) (BUFFON, 1755, p. 205).

¹⁸⁸ Para ilustrar esse suposto antepassado e suas raças formadoras, como *dogue* (*bulldogue*), *mâtin* (*mastim*) e *grand danois* (*dinamarquês*), Procópio do Valle (1981, p. 320) reproduziu ilustrações de Jacques de Sève (VINCENT, 2018), mas incorporada por Buffon (1755, p. 300-301), de Étienne Geoffroy Saint-Hilaire e Georges-Frédéric Cuvier (1819, p. 33), de John Henry Walsh (1882), de Vero Shaw, entre outros.

homogeneidade, como já se mostrou). E aí, sem dúvida, com os Filas do presente, fazer mistura com raças já citadas, não tem sentido. Quem quiser o Mastiff que crie Mastiff. Quem quiser Mastim Italiano que o crie. O Fila é nosso, é uma raça de cães que foi extinta na Europa. Deve ser preservado, dentro dos seus padrões originais. Mas, vejam bem, isso não significa que o Fila de hoje seja um papel de carbono do Fila de ontem. E o progresso e a dinâmica da evolução dos animais? ‘Evoluir é variar... O conceito de melhor é um resultado natural da própria evolução. A vida tende, naturalmente, a aperfeiçoar-se. [...]’. Tudo isso é inevitável. Alguém já se opôs contra a miscigenação racial neste país? Alguém disciplina quanto de sangue negro devemos ter? Os nipônicos não podem entrar na nossa raça? Ninguém pode ser contra as mulatas, as louras, enfim tudo que é belo. Assim, a seleção natural segue o seu caminho, a gente queira ou não. (Ibidem, p. 282)

Apesar de normalizar a variação fenotípica da raça e conceber a “mestiçagem” como fator distintivo de sua formação, Procópio do Valle também ergueu um entrave temporal ao que, nesse caso, qualificou como “mistura”: retratada como parte do passado, sua reedição no presente foi repreendida sob pena de comprometer o futuro da raça. Além de, como fez Paulo Santos Cruz, costurar interpretações e categorias raciais para retratar pessoas e cães, Procópio do Valle também considerou a “mestiçagem” uma prática lesiva e argumentou que o “Fila Brasileiro” deveria “ser preservado dentro dos seus padrões originais”, embora isso não significasse represar variações considerados “naturais” e até mesmo inevitáveis¹⁸⁹. Ao justapor desejos fixistas (de valorização e manutenção de características consideradas antigas e essenciais) e evolucionistas (de modificar e “melhorar” certos aspectos e capacidades ao longo do tempo) (PELLEGRINI, 2005), Procópio parecia tentar integrar o peso concedido à ancestralidade (distante e próxima) à expressão de ambição diagnosticada por Ingold (2015, p. 153) em relação ao uso da árvore genealógica como ícone de progresso.

A despeito de suas diferenças, as interpretações feitas sobre o passado da raça me pareciam seguir um roteiro bastante similar. Ao integrar lugares, épocas, acontecimentos e “raças” ancestrais, teorias sobre a origem da raça “Fila Brasileiro” escritas por João Laraya, Benedito Faria de Camargo, Paulo Santos Cruz, João Batista Gomes, Francisco Peltier de Queiroz, Procópio do Valle, Paulo Roberto Godinho e até pela multinacional Royal Canin pareciam, cada qual à sua forma, tentar fornecer os contornos geográficos e históricos de sua formação. Não obstante variarem em relação à antiguidade, às características fenotípicas e temperamentais consideradas autênticas e à maior ou menor ênfase concedida à seleção

¹⁸⁹ A relevância dessa ressalva pode ser observada na citação com a qual abre seu livro, uma passagem atribuída ao zootecnista e entusiasta da eugenia Octavio Domingues (1897-1972), na qual criticava a “crença [de] que as raças nasceram acabadas e puras, em determinada região, como Adão e Eva saíram das mãos do Criador”, já “fixas”, argumentando, pelo contrário, que “raça está longe de ser uma coisa estática, pois é antes de tudo, um estágio no processo evolutivo de certa população, em constante processo de adaptação ao ambiente” (DOMINGUES, 1977 apud VALLE, 1981, p. 3). No próximo capítulo retorno a Octavio Domingues e, ao interrogar a eugenia no país, ofereço algumas respostas às perguntas colocadas por Procópio do Valle no segundo trecho citado.

humana, em ambos os casos a formação da “raça” foi explicada como resultado de um histórico de adaptabilidade ao ambiente, às atividades em que seria empregada (caça, agressão, guarda e pastoreio) e à incorporação de características que se suponham constituintes de outras “raças” que, pela reprodução orientada ou aleatória, teriam se inserido hereditariamente em seus representantes. O produto dessa equação, que apesar do mesmo roteiro varia em conteúdo e significação, representa o que seria a imagem mais longínqua de ancestralidade da “raça”, germe de suas características distintivas e seu “*telos* originário” (WALLEN, 2011, p. 130, tradução livre).

Essas interpretações parecem tentar descrever o contexto que tornou possível a formação da raça e, o que é particularmente interessante, a “essência” (ou o florescer de disposições “essenciais” e comuns entre seus congêneres) do que a partir dali deveriam permanecer sendo. Embora divergissem sobre quais seriam essas disposições essenciais, aqueles que escreveram sobre a raça “Fila Brasileiro” pareciam concordar que o trabalho de criadores e associações de canis passava por garantir a continuidade da imagem-produto dessa ancestralidade (incluindo possíveis mudanças acrescidas em sua história) e contornar qualquer sinal de ruptura ou descontinuidade se comparado a ela¹⁹⁰. A historiadora Sandra Swart (2003, p. 199) interpretou esse afã pela continuidade como o desejo de *congelar um ponto no tempo*. Dispositivos como padrões, exposições, tatuagens, registros genealógicos e certificados buscavam regular essa continuidade material e fazer com que, através de acasalamentos feitas nos liames do parentesco, a “raça” assumisse uma forma mais sólida ou durável de geração em geração - embora recebessem coordenações e pesos distintos, pois enquanto parte dos cinófilos citados concederam maior valor ao *pedigree* e tatuagens do que à aparência, outros defenderam que se preterisse *pedigrees* existentes e, através de perícias orientadas pela aparência e modos de se comportar, fossem refeitos.

Nesse ponto, uma comparação com a raça *braco de JAPMA* (**Capítulo 6, Seção 2**) pode ser particularmente instrutiva. Enquanto a origem dessa raça foi o cenário vivido e

¹⁹⁰ Isso não parecia uma exclusividade da raça “Fila Brasileiro”. Quando da análise de documentos produzidos por associações de canis nas duas primeiras décadas do século XXI, em especial o padrão de cada uma das quase quatrocentas raças reconhecidas pela FCI e traduzidas para a língua portuguesa pela CBKC, que oferece tanto um “breve resumo histórico” de origem, quanto descrições do corpo e do temperamento considerado ideal para cada uma das mais de trezentas raças caninas reconhecidas pela FCI e CBKC, percebi que isso se estendia para outras raças. Essa análise, feita em 2020 logo no início da pandemia de COVID-19 por força da necessidade de isolamento social e com base em documentos públicos da Federação Cinológica Internacional (FCI) e sua associada no Brasil, a Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC), foi publicada em forma de artigo no ano seguinte, quando, à luz da proposta feminista para o estudo multiespécie de Anna Tsing (2019), busquei estudar modos pelos quais essas associações explicam as origens do conjunto de características instituídas como típicas e ideais para as raças caninas (WOLTMANN, 2021). De certo modo, seu argumento antecipa parte daquilo tratado na presente subseção, ainda que careça do tratamento e dos complementos que pude agregar ao considerar o conteúdo mais amplo do restante da pesquisa. Ambos devem ser considerados fruto da mesma reflexão, ainda que de materiais e contextos distintos.

contado em primeira pessoa por José Azevedo Pinto de Magalhães, o distanciamento temporal como construído por aqueles que tentaram contar a história da raça *fila brasileiro* parece ter gerado uma disputa por versões sobre sua origem e, por conseguinte, sobre as disposições consideradas “essenciais” e comuns entre seus congêneres. Ao menos nos materiais consultados, as disputas sobre o que deveria ser continuado pareciam pairar sobre o que se dizia “factual” e “ficcional”.

Algumas passagens me parecem ilustrativas. Mesmo enfatizando a relevância de Paulo Santos Cruz para a história da raça, Paulo Roberto Godinho (2013) se referiu à hipótese de origem proposta por ele em 1950 como “invenção” (Ibidem, p. 189), “estória” (Ibidem, p. 253) e “fantasias surrealistas” sem “nenhuma verdade comprovada” (Ibidem, p. 255). Francisco Peltier de Queiroz, mais fiel à hipótese oferecida por Paulo Santos Cruz e autor de uma nova versão na década de 1970, avaliou as hipóteses propostas por João Batista Gomes e Procópio do Valle como “falsa estória” criada como forma de “defender e justificar as mestiçagens que praticavam respectivamente com Mastiff Inglês e Dinamarquês-preto” (PELTIER DE QUEIROZ, 2023 [2020]).

De forma a desacreditar no argumento de Paulo Santos Cruz e de Francisco de que existiria uma “fonte natural” na qual exemplares da raça sem registro genealógico poderiam ser buscados nos interiores de Minas Gerais e inseridos no circuito cinófilo, a criadora Andréia Blumen falou sobre o risco de transformar “a história em estória” (VALLE, 1981, p. 276-277). Procópio do Valle (1981, p. 26), por sua vez, avaliou as hipóteses sobre a origem da raça que precediam a sua e indagou “em que fatos” Paulo Santos Cruz se baseou para propor sua teoria, afirmando não ter encontrado “nada de objetivo, real e fidedigno que nos pudesse confirmar [sua] hipótese”, se tratando por isso de uma “suposição” não baseada “em registros ou fatos”. Sua própria hipótese, por outro lado, é apresentada como aquela que “baseou-se em fatos e registros feitos por exploradores, viajantes, naturalistas, historiadores, etc.” (Ibidem, p. 39).

Como afirmei no início da presente seção, não endosso a suposição essencialista de que, desde séculos remotos, existia um tipo “verdadeiro”, “natural” ou autêntico de cães “Fila” que, como tal, deveria ser preservado. Na perspectiva adotada, parto do pressuposto de que sob a categoria “Fila Brasileiro” residem cães e cadelas com variações mais ou menos sutis em relação à forma, tamanho, coloração, entre outras, embora isso seja objeto de investimento e disputa por associações de canis e criadores. Se “o desafio de estudar a raça é desnaturalizar sem desmaterializá-la e, simultaneamente, atender à materialidade sem fixar a

raça” (M’CHAREK, 2013, p. 424, tradução livre¹⁹¹), para lidar analiticamente com essa disputa sobre os “fatos” da história e dos corpos de cães e cadelas da “raça” sem tropeçar na armadilha *real x fantasia* sublinhada pelos interpretes da raça, recorri a elementos teóricos e conceituais fornecidos por Amade M’charek (2013).

Essa autora explora as categorias “fato” e “ficção” buscando contornar os limites explicativos de “raça” como, por um lado, dado biológico e natural, e, por outro, camada ideológica e cultural. M’charek descreve bem as expectativas que costumam recair sobre ambos: quando lida sob a perspectiva de biologia ou “fato”, raça tende a ser concebida como uma coleção de marcadores biológicos que permitem classificar as pessoas e agrupá-las em tipos considerados naturais. Nesse sentido, os marcadores raciais seriam aqueles que se situam no corpo, e para encontrá-los, em última análise, seria preciso procurar informações no próprio corpo (fenótipo ou genes). A versão de raça como construção social ou “ficção”, por sua vez, iria na contramão, desarmando a existência de “raça” em termos biológicos e lhe concedendo o status de ideologia, a qual, a despeito de suas perversas consequências materiais e simbólicas, representaria uma “ficção”, um excesso.

A sugestão de M’charek para escapar dessa cisão é conceber ficção não como sinônimo de algo que não corresponde ao real, oposto ao fato, mas “vê-lo como um conjunto de dispositivos que ajudam a situar os fatos” (M’CHAREK, 2013, p. 436, tradução livre). Para ela, “raça” não apenas seria “simultaneamente factual e ficcional”, como, inspirada em reflexões de Marilyn Strathern, sugeriu que a “ficção é uma parte inerente do fazer fato” (Ibidem, p. 436, tradução livre). Em diálogo com Bruno Latour e Steve Woolgar, particularmente a consideração destes pesquisadores de que a construção da veracidade dos “fatos” dependeria da capacidade em se desprender das práticas que permitiram sua produção, Amade M’charek (2013) foi além e defendeu que

[...] os fatos devem ser narrados, relatados e situados na ficção para que façam sentido e se tornem relevantes. Um fato e seu status de factualidade dependem, portanto, de sua relação com as ficções (“cenários-chave”, para emprestar livremente [termo] de [Sherry] Ortner). Essa veracidade dos fatos pode ser fixada quando está de acordo com uma ficção operacional, ou desfixada quando está em contradição com ela. (M’CHAREK, 2013, p. 436, tradução livre¹⁹²)

Essa passagem foi particularmente instrutiva. Pensando a partir da proposta da autora, a discussão não me parecia ser sobre se uma “raça” como “Fila Brasileiro” é ou não

¹⁹¹ No original: “The challenge in studying race is to denaturalize without dematerializing it, and to simultaneously attend to materiality without fixing race.”

¹⁹² No original “[...] facts have to be narrated, related and situated into fiction in order to make sense and to become relevant. A fact, and its status of factness, thus depends on its relation to fictions (“key scenarios,” to borrow loosely from Ortner). This factness of facts can either become fixed when in accord with an operating fiction, or unfixed when in contradiction to it.”

socialmente construída ou qual seria a construção mais fidedigna, mas sobre como “fatos” do corpo estavam sendo construídos e sustentados por certos discursos e práticas, fixados quando de acordo com determinada ficção operacional e desfixados quando em desacordo. Parafraseando Edward Said (2011, p. 11), a proposta analítica de Amade M’charek ajudou a perceber que “o poder de narrar, ou de impedir que se formem e surjam outras narrativas”, era tão necessário para o reconhecimento e a certificação de cães e cadelas como “de raça Fila Brasileiro” quanto modos de ser, de se comportar, dispositivos como registros, carimbos, tatuagens, verificações, exposições públicas, certificados e mais. Como sugeriu Said (2011):

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. Esse problema alimenta discussões de toda espécie — acerca de influências, responsabilidades e julgamentos, sobre realidades presentes e prioridades futuras. (SAID, 2011, p. 34)

A centralidade concedida a essas ficções, histórias ou cenários-chave de origem nas disputas em relação à raça “Fila Brasileiro” indicam a influência da “invocação do passado” a fim de explicar, justificar ou reivindicar uma ou outra imagem como autêntica e, por meio dela, definir prioridades futuras e coproduzir não apenas “raças”, corpos e sua legitimidade, mas também associações de canis, dispositivos e conhecimentos. Se conhecer uma “raça” inclui ter domínio sobre todos os elementos que se supõe a caracterizarem, de sua história de origem à detalhes do corpo e do comportamento, afirmar autoridade sobre esses detalhes significava afirmar autoridade sobre a “raça”. Logo, aquilo que se afirmava saber sobre a “raça” se tornava a “raça”, cujos herdeiros de carne e osso precisariam se adequar para garantir sua continuidade. Com isso quero sublinhar que práticas de conhecer e de ser, epistemologia e ontologia, respectivamente, não podem ser dissociadas. Como aprendido no **Capítulo 5**, elas também não podem ser dissociadas de sua política.

Seguindo a sugestão de Amade M’charek para, a fim de tentar “rastrear as ressonâncias disso aqui e agora”, “educar-se nos detalhes específicos de como a raça tem sido produzida historicamente”, incluindo campos de conhecimento e categorias relevantes (DUARTE; BASEN, 2017, p. 391-392), gostaria de finalizar essa seção apresentando um exemplo que me parece ilustrativo. Médico-veterinário e criador de cães da raça “Fila Brasileiro” pelo canil Filas de Fazenda, em Minas Gerais, Aníbal Souza Felipe da Silva (2012) estudou a raça em sua pesquisa de doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Amparado naquilo escrito sobre a história de origem da raça, quando, entre outras, teorias propostas por Paulo Santos Cruz, Procópio do

Valle, João Laraya e Benedito (nesse caso, não explicitamente¹⁹³), Paulo Roberto Godinho e registros fornecidos pelo site de Francisco Peltier de Queiroz foram usados como referência, a justificava de Silva (2012) para escolha do objeto de pesquisa seguiu um diagnóstico familiar:

A criação da raça Fila Brasileiro no Brasil e no Mundo tem sido marcada pela falta de profissionalismo e ausência de utilização de ferramentas técnicas cientificamente validadas para a orientação e a condução aprimorada dos acasalamentos entre os indivíduos escolhidos para a reprodução prejudicando a seleção e multiplicação das populações que devem ser preservadas. O histórico recente da raça, mais especificamente a diluição genética ocorrida no final da década de 70, traz à tona a necessidade de investigação da estrutura genética da raça, avaliada por meios práticos e de elevada precisão, como os testes realizados utilizando-se os marcadores de DNA. Também, outros aspectos relacionados tanto à brevidade do ciclo de vida dos cães, como a surtos de doenças e outros percalços naturais e/ou eventuais que culminem com a interrupção e inviabilidade de propagação do material genético desses animais ainda em vida, ou interesses econômicos, reforçam a necessidade da manutenção de estoques de germoplasma de reprodutores *in vitro*, como os proporcionados pelos bancos de sêmen congelado. (SILVA, 2012, p. 13)

Nessa e em outras passagens, promessas de precisão e possibilidades de escrutínio do corpo decorrentes de análises de DNA¹⁹⁴ pareciam emprestar um novo vocabulário e uma nova escala para problemas e desejos comuns àqueles tornados públicos em publicações periódicas ao longo das décadas de 1970 e 1980, site, blog e redes sociais desde então. No entanto, no lugar da categoria “mestiçagem”, Silva (2012) lançou mão da categoria “diluição genética” para se referir à suposta realização de acasalamentos entre cães e cadelas “Fila Brasileiro” com outras “raças” que, no final de 1970, teriam colocado em risco sua continuidade. Silva (2012) acreditava que, articuladas, a investigação de sua “estrutura genética” e o aproveitamento de biotecnologias reprodutivas como a criopreservação de sêmen de reprodutores, criação de bancos de germoplasma e reprodução por meio de inseminação artificial, poderia contribuir para sua preservação. Esse diagnóstico inspirou a condução de dois experimentos descritos em sua tese: avaliar diluidores para criopreservação e caracterizar a “estrutura genética da raça” por meio de marcadores de DNA.

Para o primeiro experimento, após exames clínicos Silva (2012) selecionou seis cães de idades distintas, férteis e já pais, e procedeu com a coleta¹⁹⁵, análise e comparação da

¹⁹³ Quando, por exemplo, comenta suas “habilidades na guarda, na lida com o gado, na caça às onças e também aos índios e escravos, os quais filava com tenacidade e equilíbrio suficientes para conter, no entanto, sem dilacerar” (SILVA, 2012, p. 14). Isso não é problematizado pelo autor.

¹⁹⁴ Acrônimo de *deoxyribonucleic acid*, em português *ácido desoxirribonucleico*.

¹⁹⁵ Conforme o autor, “as coletas foram realizadas na Escola de Veterinária da UFMG, sem prévio esgotamento das reservas extragonadais, ainda que todos os reprodutores estivessem há, no máximo, três semanas sem realizar cobrições. Foi coletada a fração rica do ejaculado de cada reprodutor, por meio da técnica de manipulação digital sem a presença de fêmea em estro (Linde-Forsberg, 1991). As amostras foram obtidas com auxílio de funil plástico acoplado a um tubo tipo Falcon plástico graduado (15ml), aquecido em estufa a 37°C” (SILVA, 2012, p. 50).

qualidade do sêmen de ambos em estado fresco e depois de congelado junto de quatro diluidores distintos. O objetivo era fornecer informações para, se e quando coordenado com bancos de germoplasma e técnicas de reprodução por inseminação artificial, contribuir para conservação da “raça” *in vitro*. Dando continuidade a pesquisas conduzidos anos antes¹⁹⁶ (FELIPE-SILVA, 2008), no segundo experimento Silva (2012, p. 37) buscou “genotipar e quantificar a variabilidade genética” de quarenta cães e cadelas criados em dezoito canis localizados em Minas Gerais, Goiás, Rio de Janeiro, São Paulo e Paraná. Para isso, depois de extrair células da mucosa oral desses quarenta exemplares por meio de *swabs* e se valer de tecnologias, práticas e softwares¹⁹⁷ específicos para seu tratamento, Silva (2012) testou essas amostras com base em 21 marcadores microssatélites¹⁹⁸ de DNA recomendados em protocolo estabelecido pela *International Society for Animal Genetics* (ISAG) para “determinação de diversidade e parentesco da espécie” (SILVA, 2012, p. 39).

Sem entrar em detalhes, realço que, entre esses quarenta exemplares, Silva (2012, p. 44) identificou existirem duas “subpopulações” fenotipicamente similares, mas com “marcada diversidade genética” entre si. Essa divisão foi interpretada como resultado do “isolamento reprodutivo” e da “prática de endogamia para formação de linhagens” (Ibidem, p. 46), em especial entre exemplares oriundos de canis de Belo Horizonte e região metropolitana e aqueles “provenientes de Goiânia e de alguns canis em cidades do interior de Minas Gerais” (Ibidem, p. 44). Articulando achados genéticos a uma “triagem histórica e de pedigrees”, Silva (2012, p. 44) achou provável especular que essas duas subpopulações descendiam das “linhagens” criadas respectivamente por Pedro Ribeiro Junqueira de Souza e William Frederic Charlmers, e por José Gomes de Oliveira e Paulo Santos Cruz. Curioso como,

¹⁹⁶ O experimento dava continuidade a pesquisas semelhantes feitas com vinte e seis exemplares publicadas em evento da *International Society for Animal Genetics* (ISAG) (FELIPE-SILVA et al, 2008, p. 81).

¹⁹⁷ Nas suas palavras, as “regiões-alvo do DNA foram amplificadas por PCR sendo os produtos marcados com sondas fluorescentes. Os produtos da PCR foram analisados por eletroforese capilar e a leitura realizada por sequenciador automático detectando a fluorescência das sondas. Os resultados foram visualizados com auxílio do Software *Genemapper*® possibilitando determinar o tamanho dos alelos e realizar as análises descritivas de frequências alélicas e polimorfismos (diversidade genética) e a estrutura genética da população.” (SILVA, 2012, p. 39). Outros softwares também foram utilizados, como GeneAIEx_6.4, Computerization of Chisquare for Hardy-Weinberg Equilibrium PE, PIC, Het, PS e MPR - Quickbasic Microsoft V. 4.5 (Ibidem, p. 39), Structure 2.2 e Structure Harvester (Ibidem, p. 40).

¹⁹⁸ De acordo com Silva (2012, p. 17), esses “microssatélites” através dos quais os cães foram genotipados seriam “segmentos curtos de DNA de 2 até 6 pares de base (pb), que se repetem em sequências simples, de forma aleatória por todo o genoma de todos os organismos eucariontes. Apresentam relativa abundância e são altamente polimórficos, com herança mendeliana, e as repetições específicas dos *locos* de microssatélites são facilmente detectadas pelo uso da técnica de amplificação e análise de fragmentos (PCR). Sua hipervariabilidade, codominância e dispersão pelo genoma são as principais razões para sua utilização como marcadores em estudos genéticos, apesar de frequentemente serem encontrados em regiões não codificantes dos genes.” São eles: AHT121, AHTK253, AHTH171, INU030, REN169D01, FH2848, AHTH260, INU005, REN64E19, AHTK211, CXX279, FH2054, INRA21, REN54P11, AHT137, REN169O18, INU055, REN105L03, REN247M23, AHTH130, REN162C04 (Ibidem, p. 39).

nesse caso, “fatos” buscados no corpo também parecem ajudar para que “ficções” ou cenários-chave de origem ganhassem sentido e relevância. Para o autor, esses resultados poderiam ajudar na escolha de reprodutores e na confiabilidade do *pedigree*:

[...] os resultados de pesquisas que empregam marcadores moleculares para a caracterização genética das raças de cães domésticos fornecem subsídios para estudos genéticos das diferenças fenotípicas entre elas e mesmo dentro de determinadas raças, para comprovação de hibridizações com raças estranhas ou não à de sua composição original, como as que ocorreram na raça Fila Brasileiro. (Ibidem, p. 20)

Em contraste ao histórico de problemas relacionados à fidedignidade de registros em pedigrees desses animais (Acervo..., 2012) [em referência ao acervo mantido por Francisco Peltier de Queiroz], a genotipagem e avaliação genética demonstraram ser 100% eficientes para a exclusão de parentesco e para a identificação genética de indivíduos, o que abre uma perspectiva de trabalhos de orientação aos criadores na seleção de seus reprodutores.

Assim, [por meio da “quantificação da variabilidade genética medida por marcadores de DNA”] criam-se possibilidades de indicações de acasalamentos a serem realizados de forma a permitir, com maior grau de acurácia, tanto a fixação de alelos raros como a redução da endogamia em alelos específicos, ou ainda redução da endogamia geral em linhas endogênicas. Ainda, o arquivo permanente de genótipos de cães Fila Brasileiro-PSC possibilita que o germoplasma criopreservado, em especial o sêmen de reprodutores, possa ser utilizado no futuro com garantia absoluta de identificação genética da prole e, conseqüentemente, da confecção correta do seu registro (*pedigree*) auxiliando a conservação e criação profissional desses animais e ainda agregando valor à atividade cinófila. (Ibidem, p. 43)

Como alternativa ao que, amparado em registros oferecidos por Francisco, interpretou como “histórico de problemas relacionados à fidedignidade de registros em pedigrees”, Silva (2012) sugeriu que o conhecimento genético oferecia maior controle sobre o pertencimento de um cão ou cadela a um grupo genealógico (família, linhagem e raça) e promoção de sua eugenia¹⁹⁹. Em caso de suspeição, essa análise permitiria conhecer um passado de acasalamentos com reprodutores de “raças estranhas” ou que não fizessem parte “de sua composição original”, ou para seguir nos termos da proposta analítica de M’charek, atestar a contradição ou a convergência entre os fatos do corpo e sua ficção de origem. Digno de nota como, embora buscasse a essência da “raça” a partir de sua estrutura genética, Silva (2012) tenha colocado suas possibilidades como parte de uma rede mais ampla de dispositivos, mediações técnicas e administrativas geridas por associações de canis, não substituindo, mas articulando performances laboratoriais a registros genealógicos. Como objeto semiótico material relacional que é (M’CHAREK, 2013), uma raça canina não deve seus status apenas a

¹⁹⁹ Segundo Silva: “As baixas frequências alélicas encontradas neste trabalho em alguns locos [...] podem culminar na perda desses alelos por processos aleatórios envolvidos na formação dos gametas, por mortes de animais ou outros processos que se relacionem à deriva genética ou por tamanho efetivo muito pequeno da população. / Por outro lado, a segregação em duas subpopulações aponta para a possibilidade concreta de se trabalharem acasalamentos planejados que possibilitem o nascimento de filhotes com maior vigor, fertilidade e saúde, com reduzida chance de prejuízo das características morfológicas e de comportamento determinantes do padrão Paulo Santos Cruz para o Fila Brasileiro.” (SILVA, 2012, p. 45)

diferenças situadas no corpo, mas nas formas como os corpos e seus marcadores se envolvem e se relacionam com uma variedade de tecnologias (M'CHAREK, 2022).

Mas os experimentos de Silva (2012) oferecem ainda mais lições. Para sua realização, Silva (2012, p. 37) escolheu exemplares “preservados *in vivo*”²⁰⁰ que estivessem “de acordo com os padrões de morfologia e de temperamento propostos por Paulo Santos Cruz para subsidiar a distinção entre Fila PSC, seus cruzamentos e outras raças para fins conservacionistas”. A fim de conhecer a raça “por dentro”, ele selecionou “por fora”, para isso seguindo o padrão adotado pelo CAFIB desde 1978²⁰¹. Além de revelar certa justaposição entre o descritivo e o normativo (BUTLER, 2015), essas escolhas revelam a inseparabilidade entre *natureza* e *cultura* na prática material-semiótica do “amor pelas raças”. Ao incorporar o normativo (o “padrão” da raça e de como rastrear seu desvio) estabelecido por Paulo Santos Cruz na definição de “Fila Brasileiro-PSC” que adotou para sua pesquisa, o suposto fato biológico da raça procurado na “estrutura genética” incorporou o corpo de teoria e prática que há décadas associações e pessoas fazem considerável investimento retórico e material, em especial os cânones de gosto e valor colocados para a raça pelo próprio Paulo Santos Cruz e o CAFIB. O mesmo crivo deveria ser observado na possível formação de um banco de sêmen:

O processo de amostragem para a formação de um banco de sêmen para a raça Fila Brasileiro deve ser rigoroso, com análises de tipo e temperamento e testes de parentesco e de caracterização genética por meio de marcadores genéticos de DNA, evitando-se doadores aparentados ou animais geneticamente fora dos limites de heterogeneidade esperado (mestiços). Além disso, é ideal que as progênes já produzidas sejam consideradas na avaliação para a seleção do doador, assim como o histórico da criação e a distribuição geográfica dos plantéis de origem. A potencial flexibilidade na utilização do material genético estocado nos bancos de sêmen da raça Fila Brasileiro, por meio do aumento do número de fêmeas com características genéticas desejáveis incluídas em programas de inseminações controladas, poderá favorecer a manutenção da variabilidade genética dentro das linhagens-base do Fila puro, de maneira a preservá-las e evitar a endogamia excessiva e a diluição genética. (SILVA, 2012, p. 65)

Ao sublinhar esse aspecto não estou sugerindo que, por isso, cães e cadelas adequados a esse padrão não seriam “naturais” ou que Silva (2012) estaria tentando “naturalizar” o que, por outro lado, seria fruto de um processo exclusivamente “social”. M'charek (2013) preveniu contra isso. Pensando com Charis Thompson (2001), prefiro ler esse contexto pela chave analítica da “coprodução”. Essa categoria convida a observar os modos pelos quais,

²⁰⁰ Para ele, a “criação responsável é uma atividade que preserva partes da tradição, da cultura e da história do nosso País” (SILVA, 2012, p. 17).

²⁰¹ No final da tese reproduz esse padrão, apoiado no padrão de 1978 seguido pelo CAFIB, do qual, entre outras diferenças se comparado ao adotado pelo BKC, exclui a coloração preta da raça (SILVA, 2012, p. 78-83)

na prática experimental de Silva (2012) citada como exemplo, dentro daquilo identificado como biogenético, pulsa, embutido, elementos considerados sociais que vão desde histórias de origem da raça a processos e dispositivos conduzidos por associações de canis sem os quais um ou outro perderia o sentido ou a relevância. Não me parece um acaso que, por meio da linguagem, a definição do material genético que deveria garantir a futura materialização da “raça” e seus membros fosse simbolicamente amalgamada ao acrônimo daquele que entre apoiadores era exaltado como seu “pai” para dar origem à categoria “Fila Brasileiro-PSC” ou “Fila-PSC”, que, pela coordenação de certos elementos, se tornava digno de conservação *in vivo* e *in vitro*. Ideias sobre diferenças entre e dentro de populações se apresentam material e epistemologicamente entrelaçadas com as tecnologias que são empregadas para conhecê-las (M’CHAREK, SCHRAMM, SKINNER, 2014b, p. 469). Na pista do que sugeriu Donna Haraway,

[...] a genética canina é uma rede social tanto quanto biotécnica. Nem os marcadores microssatélites, nem os pedigrees de trinta gerações, caem do céu: são o fruto de um trabalho natural-cultural historicamente localizado. Padrões de raça, genomas de cães e populações caninas são objetos materiais-semióticos que moldam vidas entre as espécies de maneiras historicamente específicas. [...] Fluxos genéticos em cães e humanos têm implicações para os significados das espécies e raças; as histórias de origem permanecem potentes na cultura científica; e a alta tecnologia molecular pode ser mobilizada para sustentar ideias de diversidade e conservação. (HARAWAY, 2003b, p. 127, tradução livre²⁰²)

Em todo caso, porém, a expectativa pela continuidade se revelou um problema crônico (!), como ilustra o texto publicitário “*Brasilidade: o Fila Brasileiro*” veiculado em informativo da CBKC de 2013 promovido por Vera Livia e Luiz Henrique do canil Terra Brasilis, de São Luís (Maranhão):

Brasil Meu Brasil Brasileiro, de samba, futebol, branco, negro, índio, mulato e também de FILA BRASILEIRO. Brasil miscigenado, mas com integração e orgulho nacional. Poucos países no mundo tiveram a rica interação de diferentes raças e etnias. Desde a chegada dos primeiros portugueses assistiu-se à miscigenação em massa com os índios. Décadas depois com a chegada dos escravos negros formou-se uma população tri-híbrida. Assim nasceu o povo brasileiro. Tanta Brasilidade como sentimento de amor as coisas do Brasil.

O Fila Brasileiro faz parte desse amor. Raça Símbolo do país, identidade nacional dentro da Cinofilia. O Fila Brasileiro de hoje como o de ontem, seus ancestrais, e o de amanhã, seus descendentes, fazem a raça que criamos, que amamos. Do passado herdamos o fruto do trabalho de inúmeros abnegados criadores; ao futuro, nós, criadores de hoje, temos a responsabilidade de dar continuidade a esse grandioso trabalho. Isto é imposição, mas também é amor e paixão. [...]” (CBKC, 2013b, p. 64)

²⁰² No original: “[...] *dog genetics is a social network as much as a biotechnical one. Neither microsatellite markers nor thirty-generation pedigrees fall from the sky: they are the fruit of historically located, natural-cultural work. Breed standards, dog genomes, and canine populations are material-semiotic objects that shape lives across species in historically specific ways. [...] Genetic flows in dogs and humans have implications for meanings of species and race; origin stories remain potent in scientific culture; and molecular high technology can be mobilized to sustain ideas of diversity and conservation*”.

7. NÓS INTERESPECÍFICOS E A EUGENIA (1870-1950)

Figura 33 – Colagem em muro localizado em Buenos Aires (Argentina) registrada em fevereiro de 2020



Fonte: acervo pessoal do autor.

Enquanto consultava periódicos veiculados ao longo dos séculos XIX e XX que tratassem de “raça”, passei a me encontrar, de tempo em tempo, com um certo alinhamento ou convergência de discursos raciais e racistas sobre humanos e outros animais, entre os quais cães. Em artigo sobre as origens do cão doméstico publicado quase na metade do século XX, por exemplo, Eurico Santos escreveu que “cada raça humana possui uma raça de cão particular cuja origem se prende a pátria primitiva desta raça e que o segue em todas as suas migrações por terra e por mar” (FAUNA, 1943, edição 0011, p. 29). A imagem que abre o presente capítulo, colagem que junta uma cabeça de cão de “raça” *basset bound* e um corpo humano e masculino a fim de produzir um curioso *homem basset*, é uma provocação para pensar esse alinhamento que, para fins de análise, defini como “nós interespecíficos”. Apesar de sua recorrência, em todos os momentos em que me encontrei com esse alinhamento ficava com certo receio de me perder em convergências entre espécies e acabar ofuscando particularidades daquilo que se referia a cães. Porém, tanto o estudo sobre as raças *braco de JAPMA* e *fila brasileiro*, quanto uma imagem e um texto em particular, me convenceram a

investir no exame desses “nós”. A imagem em questão é uma charge publicada na revista *Careta* (Rio de Janeiro, RJ) em abril de 1931:

Figura 34 – Charge publicada em 04 de abril de 1931



Fonte: *Careta* (1931, edição 1189, p. 30)

Essa charge trata sobre o “tipo étnico” brasileiro resultante de um “cocktail das raças” dos assim classificados “tipos coloridos originários de raças estrangeiras”. A imagem apresenta homens (apenas homens) considerados destacados e, por isso, capazes de inspirar a produção de um tipo étnico e nacional padrão, como, por exemplo, Antônio Augusto de Lima (1859-1934), poeta e magistrado mineiro; Procópio Ferreira (1898-1979), ator, diretor de teatro e dramaturgo carioca; Antônio Evaristo de Moraes (1871-1939), advogado e historiador carioca; Hemetério José dos Santos (1858-1939), maranhense, gramático, filólogo e tenente-coronel honorário do Exército Brasileiro; entre outros. Com uma interpretação de base tipológica e racial, essa ilustração parece ironizar expectativas sobre a “standardização” do tipo nacional, algo que na história da criação de animais “de raça” esteve relacionado à busca por uniformidade e consistência em conformidade com um padrão racial (ou em inglês, *standard*). Me chamou atenção que a imagem fosse composta por doze homens, sendo onze deles ilustrados como brancos e apenas um como negro. O resultado desse “cocktail

das raças” foi apresentado em frente de uma palmeira como um visualmente desengonçado tipo étnico padrão, branco.

Encontrei essa charge enquanto seguia o conceito de “typo padrão” década a década no portal de pesquisa da BND. Procurando por raças animais, cães e sua padronização, acabei conduzido para o tema da eugenia, das teorias e políticas de promoção do “branqueamento” da população brasileira discutidas entre o final do século XIX e a primeira metade do século XX. Consolidiei essa percepção enquanto experienciava meu estágio docente na disciplina “Cultura e Sociedade no Brasil” oferecida ao curso de graduação em Ciências Sociais da UFRGS, na companhia de meu orientador e professor do PPGAS, Bernardo Lewgoy. Nessa disciplina, professor, estagiário e discentes foram convidados a ler, refletir e discutir temas diversos, entre os quais as interfaces entre raça, racismo, ciência e sociedade no Brasil. Lendo pesquisas sociológicas e antropológicas até então não familiares, passei a estabelecer relações entre alguns dos temas, preocupações e conceitos tratados nessas leituras com aquilo que vinha contatando na análise de revistas e jornais do acervo da BND.

Quando pesquisei pelos termos “cock tail” e “coquetel” no mesmo acervo, algo inspirado tanto pela imagem veiculada na revista *Careta*, quanto pela aparição pregressa do termo em meus estudos sobre a raça *fila brasileiro* (**Capítulo 6, Seção 3**), “nós interespecíficos” ficaram ainda mais justos. Entre outras ocorrências relacionadas à pessoas, como quando o *Correio Paulistano* (São Paulo, SP) de 11 de outubro de 1952 sugeriu que o Brasil estaria “na fase de decantação²⁰³, sem raça definida”, como “um ‘cocktail’ de raças em que não se sabe qual o elemento predominante” (CORREIO PAULISTANO, 1952, edição 29604, p. 7), também me deparei com referências a cães e cadelas “de raça”, a exemplo do texto “*Bilhetes de Paris: cock tail de raças*” publicado em 1934 e sem autoria explícita no periódico *Fru-Fru: magazine mensal ilustrado* (Rio de Janeiro, RJ), do diretor e proprietário Jesus Gonçalves Fidalgo:

Uma raça nova que acaba de fazer a sua aparição na terra e que nada deve, seja Deus louvado, a MR. Gobineau, promette, a par do successo alcançado, multiplicar-se com furor.

Não se trata de raça humana.

Felizmente!

É uma raça canina, simplesmente, a do Beddlington Terrier. Este cão extremamente sympathico e original é o producto de um cock tail sabiamente confeccionado. Tem cabeça de porco, o pello cuidado, as patas altas.

Faz-se em azul, ou em rosa, conforme o gosto dos amadores que devem fazer as suas encomendas com antecedencia, caso prefiram uma tonalidade particular, porque a producção do Beddlington ainda não se executa em séries.

Dez raças caninas foram utilizadas para chegar até esta, segundo uma chronologia estudada sobre calculos complicados de physica experimental.

²⁰³ Segundo o *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* da *Michaelis*, “decantação” faz referência, na química, ao “processo de filtragem das impurezas sólidas de um líquido”, e em sentido figurado, à “limpeza ou purificação de alguém ou de alguma coisa” (MICHAELIS, 2023).

Mas a obra prima do jogo creador é que a essencia animica desse cão foi modelada do mesmo modo por que foram compostas as suas fôrmas.
 Quizeram fazel-o de espirito vivo, doce e apegado ao seu dono.
 Apanharam-n'a no craneo de um fox; a affeição no coração de um terrier e a fidalidade nos olhos de um escossez.
 A moda moderna, que está num cock tail de raças - para os cães - suggere taes milagres.
 Caprichos que dão uma folga na obsessão do grande aryano dolichocephalo²⁰⁴ louro. (FRU-FRU, 1934, edição 0036-0037, p. 50)

Noticiando a “confeção” da raça canina *bedlington terrier*, essa publicação faz semelhante uso da figura de um “cock tail”. Nela, a escolha de líquidos base, o aproveitamento de suas características e o cálculo da dosagem visando produzir determinado gosto e/ou apresentação estética tenta capturar o processo material de seleção e reprodução de cães e cadelas de “raças” distintas com o objetivo de alcançar determinada “forma” e “essência anímica”. Se como sugeriu Marilyn Strathern (2017, p. 229), “as metáforas dão forma ou certo sentido de materialidade a um pensamento, intelectualizam uma experiência ou condição corporal”, graças à metáfora do “cock tail” ideias sobre a mistura entre corpos e grupos “raciais” puderam ser conectadas à possibilidade de moldar a matéria física e espiritual, e, em última instância, de fazer “raça”. Essa conexão foi acrescida tanto da inquietante e sutil afirmação de que esse “cock tail” valeria para cães, mas, “felizmente”, não para humanos, quanto do nome de Joseph Arthur de Gobineau (1816-1882), autor de, entre outras obras, “*Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas*” (em tradução livre²⁰⁵), publicada entre 1853 e 1855.

Embora Gobineau tenha proposto uma leitura essencialista de “raças” e dispensado críticas à “mestiçagem descontrolada”, a qual julgava contribuir para a “decadência das civilizações”, ele acreditava que a “dosagem certa de mistura de arianos com povos inferiores teria sido fundamental para desencadear os processos civilizatórios” (SEYFERTH, 1995, p. 180-181). De modo análogo àquilo discutido em relação à possibilidade de criar raças caninas “brasileiras” (**Capítulo 6, Seção 1**), a desidealização do “tipo puro” e a elaboração de um “discurso ideológico que inverteu o argumento da pureza das raças” foi conveniente para que parte da elite letrada no Brasil entre o final do século XIX e início do XX pudesse

²⁰⁴ Essa divisão tende a classificar tipos com base na proporção geral entre largura e altura do crânio e é geralmente apresentada entre dolicocefalo (crânio longo e estreito), braquicefalo (largo e curto) e mesocefalo (tipo médio). Sem entrar em detalhes, convém lembrar que, de acordo com Bruno Cesar Schimming e José Ricardo de Carvalho Pinto e Silva (2013, p. 5), “a terminologia do formato do crânio em mesaticefálico, dolicocefálico e braquicefálico foi adotada pela Medicina Veterinária no final do século XIX. As raças dolicocefálicas são as que possuem cabeça estreita e longa, por exemplo, o Collie. As raças mesaticefálicas, como o Beagle e o Setter, são aquelas que possuem cabeças com proporções médias, já as raças braquicefálicas, como Pequinês, possuem cabeça curta e larga. Hofmann-Appollo afirma que o grupo dos cães mesaticefálicos tem formato craniano intermediário, comportando-se morfologicamente de maneira semelhante às diversas espécies de canídeos silvestres do gênero *Canis*.”

²⁰⁵ No original: “*Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*”

conectar as discussões da ciência racial e racista com o diagnóstico da população brasileira como “mestiça”, oferecendo condições retóricas para a absurda conclusão de “que se poderia chegar à ‘raça pura’ (branca) através da miscigenação seletiva”, forjando “o mito do branqueamento da raça e sua contrapartida, a democracia racial” (SEYFERTH, 1986, p. 54).

Curioso por “nós interespecíficos” como esses, busquei relacionar algumas das principais questões tratadas nesta Parte II com o contexto e o discurso racista e eugênico aos quais, de maneira mais ou menos explícita, mas inequívoca, fazem parte. Para tal, dividi esse capítulo em três seções, “*A mestiçagem e o nacional*”, “*O ‘pedigree humano’*” e “*Entre nós*”. Enquanto a primeira interroga a tese de “branqueamento” da população brasileira e trata de referências que se pode dizer antropológicas, como José Vieira Couto de Magalhães, Sylvio Romero, Raimundo Nina Rodrigues e João Baptista de Lacerda; a segunda se apoia em um periódico em particular, o *Boletim de Eugenia* (Rio de Janeiro, RJ/Piracicaba, SP), e estende a análise para a eugenia em geral. Em ambas, o trabalho de interrogar temas, problemas e categorias que considere paradigmáticos desses “nós” se amparou em registros públicos oferecidos por bibliotecas virtuais, como a já citada BND e seu acervo hemerográfico, mas também a Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF) do Brasil e a Biblioteca da Casa de Oswaldo Cruz. Ao fim, apresento uma terceira e breve seção conclusiva que reúne lições aprendidas na Parte II e abre caminho para a Parte III.

7.1. A MISTIÇAGEM E O NACIONAL

Não me animo a aconselhar, nem a condenar esse processo. São soluções que não escolhemos, que não são impostas pela fatalidade mesológica, política e étnica.

Sr. Presidente, nós fomos e estamos sendo ainda muito criticados pela solução do nosso problema ethnico, solução que também não aceitámos 'de coeur léger' [de coração leve], mas que nos foi imposta pelas circunstancias do meio, sobretudo, ao norte do nosso paiz. A solução foi a mestiçagem; entretanto, hoje, publicistas americanos já chegam a dizer que os brasileiros é que teem razão.

De facto, quando elles se encontram deante dessa questão, de dez milhões de negros, fortes, preparados, que serão vinte milhões, cem milhões daqui a 20 a 50 annos, ao espirito dos norte-americanos se ha de desdobrar uma perspectiva sombria, tenebrosa: quando forem cem milhões de negros, robustos, educados, aquella nação não poderá absolutamente mantel-os segregados de todo o poder, de toda a administração afastados do goso de todos os direitos e vantagens outorgadas aos cidadãos da grande Republica.

Que fazemos nós; com a nossa mestiçagem? Desde que não importamos mais pretos, cessado de ha muito o trafico, desde que o indio mais se interna no recesso das nossas florestas, e continuamos a receber annualmente milhares de brancos, no fim de curto prazo, de 50 annos, digamos, teremos formado um typo ethnico adaptado a todas as nossas condições mesologicas, com os característicos essenciaes da raça branca.

Temos de passar, forçosamente por esta phase de transição, em que predomina a mestiçagem; mas já estamos a ver que a solução nossa, outr'ora unanimemente desprezada, já agora vae sendo acceita e elogiada. [...] (BRASIL, 1917, p. 49)

Proferido pelo deputado Bento de Miranda na sessão legislativa de 01 de novembro de 1915, conforme registrado nos Anais da Câmara dos Deputados publicado dois anos depois, esse comentário permite introduzir a discussão sobre o que, entre o final do século XIX e início do século XX, foi retratado como o “problema étnico” do país e sua respectiva “solução”. Enquanto o suposto “problema” teria origem na diversidade de uma população composta por “negros”, “índios” e “brancos”, mas especialmente na inferioridade atribuída à presença dos dois primeiros, a “solução” proposta seria a “mestiçagem”: um processo seletivo de miscigenação que, dentro de meio século, levaria à formação de “um tipo étnico adaptado a todas as nossas condições mesológicas, com os característicos essenciais da raça branca”. Também discutida por aqueles que ocupavam centros de pesquisa e ensino no país²⁰⁶ e posta em prática pela tentativa sistemática de negação da existência e da cidadania de populações não-brancas e do incentivo público à entrada de imigrantes de origem europeia, essa “solução” eugênica ficou conhecida como “tese do branqueamento” (SEYFERTH, 1996).

Do universo de pessoas e registros que poderia consultar para estudar variações dessa absurda “tese”, me resignei à leitura não exaustiva de quatro referências que trataram desse suposto “problema”: José Vieira Couto de Magalhães e Sylvio Romero, ambos com formação em direito, Raimundo Nina Rodrigues e João Baptista de Lacerda, com formação médica. Por que eles? O contato com Couto de Magalhães foi um tanto fortuito. Procurava mais elementos pessoais do criador e caçador pelotense J. A. P. de Magalhães, e entre outros termos que se associavam, lá estava Couto de Magalhães. Um mesmo sobrenome me colocou diante de pessoas distintas. Enquanto lia (inicialmente de forma despreziosa, depois mais detida) obras de Couto de Magalhães oferecidas pela Biblioteca Digital do Senado Federal (BDSF), passei a comparar ideias e categorias tratadas por ambos os Magalhães, que pouco a pouco soavam cada vez mais parecidos. Curioso, resolvi replicar essa comparação com

²⁰⁶ Como apresentou Lília Moritz Schwarcz (1993, p. 19), a década de 1870 pode ser considerada um “marco para a história das ideias no Brasil”. Ao mesmo tempo em que alguns centros de pesquisa e ensino se fortalecem, como museus etnográficos, faculdades de direito e medicina e institutos históricos e geográficos, um “novo ideário positivo-evolucionista em que os modelos raciais de análise cumprem um papel fundamental” passa a ser introduzido no país (Ibidem, p. 19), em especial “modelos evolucionistas e social-darwinistas originalmente popularizados enquanto justificativas teóricas de práticas imperialistas de dominação” (Ibidem, p. 41). A despeito da diversidade forjada “em função dos vários interesses profissionais, econômicos e regionais — que tendem a se acirrar com a queda da monarquia —”, os “intelectuais” lotados nesse espaços “guardavam [...] certa identidade que os unia: a representação comum de que os espaços científicos dos quais participavam lhes davam legitimidade para discutir e apontar os impasses e perspectivas que se apresentavam para o país” (Ibidem, p. 50).

outros autores. Eis que, me valendo do acervo da BND e de obras preservadas por bibliotecas virtuais, estendi minhas análises para os demais citados.

Nascido na cidade de Diamantina (Minas Gerais, Brasil), José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898) estudou na Faculdade de Direito de São Paulo, da qual recebeu o grau de bacharel em 1859 e o de doutor em 1860. Além de experiências políticas²⁰⁷, associativas²⁰⁸, militares e em negócios privados²⁰⁹, Couto de Magalhães escreveu²¹⁰ sobre temas concernentes à “linguística, botânica, etnologia e antropologia” (SÃO PAULO, 2022). Para conhecer um pouco sobre o autor, consultei duas obras em particular: *“Ensaio de anthropologia: região e raças selvagens do Brasil”* (1874) e *“O selvagem”* (1876). A segunda, em especial, foi posta à mostra no pavilhão promovido pelo Brasil na Exposição Universal da Filadélfia organizada em comemoração ao centenário da independência dos Estados Unidos da América no ano de 1876 (ANDERMANN, 2004; BORGES, 2011; BORGES, MEDINA, MONTEIRO, 2012), no qual, entre outros assuntos, foi fornecido um panorama sobre o “reino animal” no país, incluindo “raças” animais: “As raças de animais domesticos existentes no Brazil”, sugeriu informe oferecido pelo Império em sua autopromoção internacional, “não têm, em geral, melhorado, quanto fôra para desejar. Continuam-se, entretanto, a fazer tentativas, para aperfeiçoal-as” (O IMPÉRIO DO BRAZIL..., 1876, p. 30). Em Couto de Magalhães, esses desejos também se estendiam para pessoas.

Apesar de enfatizarem o que Couto de Magalhães chamou de “raças selvagens”, essas duas obras dão acesso a algumas de suas considerações gerais sobre temas como “raça”, sangue, pureza e mestiçagem, atavismo, aclimação, origem e evolução da humanidade, entre outros aspectos que interessava ele e seus pares no final do século XIX. Em *“Ensaio de anthropologia”*, Couto de Magalhães (1874, p. 33) leu a antropologia de seu tempo como a “moderna sciencia que tem por objecto o estudo da origem, variedades e transformações” do homem. Com base numa abordagem genealógica, ele propôs uma classificação racial baseada em quatro “troncos” definidos por cor, *negro* (ou *preto*), *amarelo*, *vermelho* e *branco*, sendo essa sua respectiva ordem de origem e “desaparecimento” (MAGALHÃES, 1874, p. 35). Em

²⁰⁷ Como deputado por Goiás e Mato Grosso, secretário de governo de Minas Gerais, presidente das províncias de Goiás, Pará, Mato Grosso e São Paulo (BORGES; MEDINA; MONTEIRO, 2012; SÃO PAULO, 2022).

²⁰⁸ Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), sócio fundador da Sociedade Promotora da Imigração em São Paulo e fundador do Colégio de Línguas Princesa Imperial Dona Isabel, que, como parte de sua proposta de colonização e integração nacional dos povos indígenas, foi voltado para a educação de crianças (SÃO PAULO, 2022).

²⁰⁹ Exportação de couro, indústria do papel, navegação a vapor, direção do Banco de São Paulo, entre outros (SÃO PAULO, 2022).

²¹⁰ Além de escrever para periódicos como o *Jornal do Comércio* e o *Diário Popular*, publicou obras como *Os Guaianás: conto histórico sobre a fundação de São Paulo* (1860), *Viagem ao Araguaia* (1863), *Dezoto Mil Milhas do Interior do Brasil* (1872), *Ensaio de anthropologia* (1874), *O Selvagem* (1876), entre outras (SÃO PAULO, 2022).

sua teoria, essa ordem era explicada por diferenças climáticas, em especial à maior e menor adaptação desses troncos à temperatura da terra, que segundo ele caminhava do calor para o frio²¹¹. Em seu prognóstico, um a um e nessa ordem, os troncos desapareceriam “para, quem sabe, dar lugar ao aparecimento d’uma outra humanidade, tanto mais perfeita e tão distante da actual quanto esta o é dos grandes quadrumanos anthropomorphos que chegaram até nossos dias” (Ibidem, p. 35).

Nesse ensaio, Couto de Magalhães sugeriu que o “tronco” *vermelho* se dividia em três “raças” ou “famílias”²¹² indígenas, uma considerada “pura” e duas “mestiças”²¹³. Para ele, a raça “abaúna”²¹⁴, considerada “pura”, seria o “tronco primitivo” do qual, pelo cruzamento ocorrido com o “tronco” *branco* antes mesmo da chegada de Cristóvão Colombo na América, proviriam as outras duas “raças mestiças”, cujo nome usado como referência foi “abajú” (Ibidem, p. 87). De forma articulada com elementos relativos à ancestralidade, Couto de Magalhães enquadrou raça com base nos “caracteres phisicos” que “approximam os selvagens do Brasil uns dos outros” e aqueles que “os distinguem”, incluindo aspectos como cor, estatura, corpulência, cabelo, maxilar, crânio (ângulo e diâmetro), entre outras (Ibidem, p. 87-88). O modo pelo qual Couto de Magalhães (1874, p. 90) justificava o rótulo “mestiça” atribuído à raça *abajú*, a qual julgava “mais poderosa e inteligente” do que aquela considerada “pura”, ata alguns nós interespecíficos:

[...] Penso que ella é mestiça: 1º. porque se approxima mais da raça branca do que a abaúna; segundo porque, ao passo que a côr da primeira é constante e invariavel, esta apresenta nuanças mais ou menos carregadas, o que seria inexplicavel a não ser a primitiva fusão dos sangues, a qual, como se sabe, produz commummente o phenomeno de reproduzir depois do intervallo de muitas gerações, os typos dos progenitores, pela conhecida lei do atavismo. [...]

O phenomeno de differença de côr, que não pôde encontrar explicação na acção dos meios, por que esta foi a mesma para todos elles, é documento de incontestavel autenticidade para provar a mescla do sangue. (Ibidem, p. 90)

[...]

Entre os tupís conheço typos muito approximados do branco; ha no collegio Iza-bel um menino guajajara, de nome Vicente, que, a não ser uma leve obliquidade nas arcadas superciliares, seria tomado como um branco puro. A tribu appareceu no Araguaya em meu tempo vinda dos sertões onde era improvavel um cruzamento recente; eu conheci os pais, indios legitimos, e bastante escuros; se bem que tupis. Portanto, é esse um facto de atavismo bem caracterisado e que pude e pôde ainda ser observado em todos as suas circumstancias. Este facto é aliás commum entre os tupis. (Ibidem, p. 90-91)

[...]

²¹¹ Nas suas palavras: “Como o tronco negro é o que melhor supporta o calor; como a marcha do planeta que habitamos tem sido do calor para o frio, e como todos os phenomenos vitaes se ligam à marcha de temperatura, o tronco negro parece que foi o primeiro creado, e devia sê-lo n’aquella parte do globo onde, primeiro do que em outras, a temperatura desceu ao gráo que era compativel com o organismo do homem” (MAGALHÃES, 1874, p. 35)

²¹² MAGALHÃES, 1874, p. 90

²¹³ Também chamadas de “typos cruzados” (MAGALHÃES, 1874, p. 38)

²¹⁴ Segundo ele, raça de “índio escuro, grande”, que acreditava abarcar os “typos [...] Guaicurú em Matto-Grosso, o Chavante em Goyaz, o Mundurucú no Pará” (MAGALHÃES, 1874, p. 87-88)

D'estes factos resulta: se o atavismo reproduz os typos de onde veio o cruzamento, segue-se que a raça abaju é mestiça e portanto um ramo, e a raça abaúna é primitiva. (Ibidem, p. 91)

Ao ler essas passagens me vi diante de teorias e categorias bem semelhantes àquelas que vinha contatando em meus estudos sobre raças caninas entre o século XIX e XX no Brasil. Chamo atenção inicialmente para a relação entre *fixidez-pureza* e *oscilação-mestiçagem* que se mostrou uma constante em discursos raciais e racistas: enquanto a cor da “raça” *abaúna* dita “pura” é considerada “constante e invariável”, a da *abaju* dita “mestiça” apresentaria “nuanças mais ou menos carregadas”. Como a diferença construída entre ambas não poderia ser atribuída ao meio e ao clima, já que compartilhariam tais condições, Couto de Magalhães se sentiu confortável para interpretar isso como resultado da “primitiva fusão dos sangues” pré-colombiana e da “lei do atavismo”, segundo ele um retorno dos “tipos dos progenitores depois do intervalo de muitas gerações”.

Não há porque repetir aquilo que já foi escrito sobre “atavismo”. Essa categoria esteve presente como palavra nas falas do caçador e criador pelotense J. A. P. de Magalhães (**Capítulo 6, Seção 2**) e, ainda que ausente como palavra, presente como ideia nas críticas à suposta “mestiçagem” da raça *fila brasileiro* feita por Paulo Santos Cruz e seus apoiadores, quando esse mesmo mecanismo de regulação racial usado para julgar o menino Vicente foi reivindicado quase cem anos depois tendo em mente características físicas e temperamentais associadas a “raças” caninas como *mastiff inglês*, *mastim napolitano* e *dinamarquês* (**Capítulo 6, Seção 3**). Em ambos os contextos, falando sobre pessoas e cães, parecia vigorar tanto a ideia de que uma “raça” equivalia a um grupo de indivíduos que partilhavam o “sangue” e um conjunto de características transmissíveis e distintas de outro grupo, quanto a avaliação de que a presença de uma característica supostamente fora de lugar poderia fornecer indicativos ou provas sobre a origem impura de uma “raça”.

No entanto, diferente daquilo que Paulo Santos Cruz e o CAFIB pregavam para a raça *fila brasileiro*, para Couto de Magalhães a feitura do “coquetel” ganhou uma conotação e uma temporalidade distinta. Se a “mestiçagem” e a adaptação ao meio foram interpretadas por Paulo Santos Cruz como etapas já encerradas quando tentava explicar a origem da raça *fila brasileiro* e fornecer argumentos para, tentando conter casos de “mestiçagem” no presente, garantir sua continuidade e futuro, Couto de Magalhães acreditava que esse caminho não apenas ainda estava em curso e por vir, como era requisito necessário para garantir a constituição do “povo brasileiro”. Em vez de comprometer o futuro, a “mestiçagem” poderia garantir seu sucesso. Como outros que escreviam à época, Couto de Magalhães acreditava que a população do Brasil era, sobretudo, “mestiça”. Para ele, o histórico de cruzamentos entre

os diferentes troncos raciais-cromáticos teria produzido “mestiços” cujo reconhecimento e identificação poderia ser feito com base na maior ou menor presença de características de seus “troncos progenitores”²¹⁵ (MAGALHÃES, 1874, p. 92). Se nesse histórico repousava a causa do “problema da população”, isto é, a diversidade racial e a consequente ausência de homogeneidade, como sugeriu Couto de Magalhães em trecho de “*O selvagem*” (1876), nele também residia sua possível solução:

Um dos sabios que mais estuda e amam o Brasil, Mr. Ferdinand Dénis, que sempre nos defende na Europa, encarecendo as nossas virtudes e attenuando os defeitos que necessariamente existem em um povo, que ainda não venceu o período de elaboração para constituir-se nação homogênea, escrevia-me de Paris o anno atrazado, as seguintes palavras, a proposito do meu escripto – Região e Raça Selvagens: - “Eu estou convencido de que a grandeza futura de vosso paiz depende do espirito de raça bem compreendido”.

É assim.

Este grande colosso, que se fórma ainda com o nome de Brazil, é um immenso cadinho onde o sangue europeu se veio fundir com o sangue americano.

A futura população – operária – do Brazil não será uma, nem outra cousa.

Como na América do norte o anglo-saxônio, fundindo-se com o pele-vermelha, produziu o Yank, representante de uma nova civilização, assim o latino, fundindo-se com o tupi, produziu essa raça energética que constitue a quasi totalidade da população de S. Paulo e Rio Grande, e a maioria do povo do império.

Grande parte de nossos compatriotas ainda não quer acreditar que o problema da população só será satisfactoriamente resolvido quando attendermos aos dous elementos: o europeu e o americano.

A grande França, pela voz eloquente do Sr. de Catrefages, nos está a bradar que, como elemento de trabalho, nenhuma raça nos é tão proveitosa como a do branco aclimado pelo sangue do indígena.

E, ao passo que importamos o branco, que nos é aliás essencial, me parece que devemos attender tambem a um milhão de braços indígenas não menos preciosos, porque é a estes, mesmo por causa de sua pouca civilização, que está reservada a missão de ser o precursor do branco nos climas intertropicaes, desbravando as terras virgens, desbravamento que o branco não supporta. (MAGALHÃES, 1876, p. XIX-XXI).

Nessa passagem, Couto de Magalhães relata comunicação com Jean Ferdinand Denis²¹⁶ (1798-1890), historiador e escritor francês cuja viagem pelo Brasil entre 1818 e 1821 suscitou grande fascínio. Contrariando a descrença atribuída a seus “compatriotas”, Couto

²¹⁵ Como “mameluco” (*branco com vermelho*), “cafuz” ou “caburé” (*vermelho com preto*) e mulato (*branco com preto*). Na interpretação que fez da população, Couto de Magalhães sublinhou que “a quantidade de sangue indígena que se tem misturado e confundido na nossa população do Brasil” seria “maior do que commumente se pensa”, em especial nas “províncias do sul (S. Paulo, Minas, Paraná, Rio-Grande), [onde] essa população mestiça é consideravel, e muito maior do que qualquer das provenientes puramente dos troncos branco e preto” (MAGALHÃES, 1874, p. 111). Apesar de falar em sangue, o que parece fazer referência ao corpo, ao parentesco ou ao hereditário, Couto de Magalhães também sugeriu que o “cruzamento d'estas raças, ao passo que misturou os sangues, cruzou também [...] a lingua portugueza, sobretudo a linguagem popular” (Ibidem, p. 93).

²¹⁶ Jean Ferdinand Denis (1798-1890), visitou o Brasil entre 1818 e 1821, e junto de Hippolyte Taunay, membro da Missão Artística Francesa e enviado ao Rio em 1816, publicou seis volumes de *Le Brésil*, ou *Histoire, moeurs, usages et coutumes des habitants de ce royaume*, entre 1821-1822, quando de seu retorno à França, “ocupou o cargo de bibliotecário e depois curador da Bibliothèque Sainte-Geneviève, em Paris, desde 1838 até a sua morte, em 1890” (SANTOS, 2019 p. 12-13). Entre outras obras, também editou, “em 1824, *Scènes de la Nature sous les Tropiques et de Leur Influence sur la Poésie*, em que descreve a exuberância da natureza brasileira como fonte de inspiração poética, antecipando, em duas experiências de ficção que também integram o livro”, o “indianismo romântico” (ITAU CULTURAL, 2022).

de Magalhães se apoiou em nomes como o naturalista Jean Louis Armand de Quatrefages de Breau (1810-1892) para sugerir que o “problema da população” apenas seria “satisfatoriamente resolvido” se, além da presença de pessoas brancas cuja imigração contínua para o país considerava “essencial”, fossem valorizados “um milhão de braços indígenas não menos preciosos”, seja para ocupação e exploração econômica do território nacional²¹⁷ (resposta à ansiedade latente na elite econômica em razão do contexto de desestruturação do sistema escravocrata e de incertezas sobre a composição da força de trabalho livre no país), seja para garantir a aclimação do branco “pelo sangue do indígena”. Para ele,

Nós temos sido ingratos e avaros para com esses mestiços, que já concorrem em alta escala com o seu trabalho para nossa riqueza. Eu que tenho experimentado a rara dedicação d’elles, por que devo duas vezes a vida a individuos d’essa raça, peço licença para examinar, mais detidamente, a sua influencia como elemento de trabalho e de riqueza para nossa terra. Ha ahi uma rica mina a explorar-se, tanto mais quando é hoje sabido, que a mistura do sangue indigena é uma condição muito importante para aclimação da raça branca em climas intertropicaes como o nosso.

Talvez que com os factos que passo a expender, comprehendamos que, ao passo que gastamos quasi esterilmente milhões com colonisação europea, é triste que figure em nossos orçamentos apenas 200 contos para ulilisar pelo menos meio milhão de homens já aclimatados e mais proprios, mesmo pelos seus defeitos e atrasos, a arcarem com os miasmas de um clima intertropical como o nosso, e com a salvageria de um paiz quasi ainda virgem, onde a raça branca não póde penetrar sem ser precedida por uma outra, que arrote e destrua por assim dizer a primeira braveza de nossos sertões. (MAGALHÃES, 1874, p. 98)

Ao passo que as raças aborigenes, expondo-se a acção d’esses agentes, não fazem mais do que seguir o curso natural d’aquelles velhos costumes, que pela acção do tempo as tornaram immunes para soffrer com o seu contacto; a raça branca, que não goza da mesma immunidadade, por isso mesmo que é raça peregrina, expondo-se a elas, entrega-se voluntariamente ou á uma causa de destruição, ou quando menos de degradação. Atire-se uma semente de qualquer planta peregrina no mais fertil de nossos campos e deixemol-a entregue a si mesma. Ella germinará mas não dará fructo, suffocada dentro em pouco pela vegetação indigena. A planta, o animal, o homem, obedecem todos á mesma lei de aclimação. (Ibidem, p. 101)

Os troncos humanos não morrem; transformam-se. Á unica transformação que vinga e predomina é aquella que fica mais em harmonia com as circumstancias locais em que se têm de exercitar as diversas e variadissimas funcções da vida. É isto o que se dá com os homens e com os animaes em toda parte, e é isto o que terá lugar com o Brasil. (Ibidem, p. 112-113)

Como analisou Renato Ortiz (1986, p. 20-21), afirmar que a “raça” branca precisava se “aclimatar” aos trópicos pressupunha “considerar a existência de um fator diferenciador” na leitura que era feita sobre o Brasil e sua população. Em razão das particularidades do clima

²¹⁷ O debate relativo à questão indígena adquire dimensão econômica no Segundo Reinado, quando se discute a respeito de sua utilidade para a economia e a sociedade imperial (CARNEIRO; GOTTFWALD JUNIOR, 2015, p. 392). Diferente de parte de seus contemporâneos, como João Baptista de Lacerda, Magalhães defendeu o aproveitamento da força de trabalho indígena: as “pessoas que se occupam de resolver o difficil e importantissimo problema de braços para utilizar as riquezas quasi infinitas d’este solo onde tudo é grande, excepto o homem”, sugeriu, precisariam considerar que “o braço indigena é um elemento que não deve ser desprezado na confecção e preparo da riqueza publica” (MAGALHÃES, 1974, p. 105).

“intertropical”, o simples transplante de europeus para o Brasil não seria suficiente para garantir sua correta adaptação. Para Couto de Magalhães, a solução seria a aclimação do branco “pelo sangue do indígena”. Como dobra, a leitura dessas passagens fazia presente o casal Satélite e Diana da obra de Jules Gabriel Verne, símbolos adotados para expressar o desejo de povoar e “aclimar a raça canina” a outras geografias (VERNE, 2013 [1869]). Nesse caso, em especial, Couto de Magalhães me colocou a pensar na linhagem criada por J. A. P. de Magalhães na primeira metade do século XX, quando em resposta à diagnosticada inadaptabilidade de cães perdigueiros de raças “puras” europeias aos campos e ao tipo de caça praticada por ele em Pelotas (Rio Grande do Sul), temas como capacidade de trabalho, adaptação, seleção e “mestiçagem” rumaram para o primeiro plano na construção de uma raça “brasileira”. Semelhante a J. A. P. de Magalhães, que em artigos e entrevistas concedidas a revistas e jornais contou se amparar em “raças” caninas e no conhecimento cinófilo herdado da Europa, mas trabalhar para adaptar signo e carne em busca de uma compleição e um modo de se comportar específico, Couto de Magalhães também se inspirou em lições vindas da Europa para refletir sobre a população local:

O Sr. Quatrefages, diante d'este extenso cruzamento, pergunta: « Qual será o resultado em relação á espécie humana d'esta fusão de sangue, operada em tão alta escala no immenso cadinho da America? »

Depois de estudar à opinião dos diversos escriptores que se hão especialmente occupado d'essas questões (dos quaes alguns sustentam que a especie humana perderá com e cruzamento, porque a raça branca, incontestavelmente a melhor que existe, ficará degenerada), conclue, que o resultado final será benefico para a humanidade; nós accrescentaremos que será benefico tambem para o Brasil. (MAGALHÃES, 1874, p. 111)

Se era bom para a humanidade, era bom para o Brasil, concluiu Couto de Magalhães. Para fundamentar essa possibilidade, Couto de Magalhães (1874, p. 112) se propôs a elencar “alguns factos e leis naturaes que confirma[ria]m, para nosso paiz, a consoladora previsão que a sciencia deduz d'estes cruzamentos”. De *problema étnico* à “consoladora previsão” da ciência, a “mestiçagem” estava sendo ressignificada. O primeiro aspecto elencado foi a fecundidade de “cruzamentos” entre pessoas de “raças” distintas, pois se são viáveis, sugeriu, era porque a “Providencia Divina” tinha “em vista um melhoramento e um progresso na espécie” (MAGALHÃES, 1874, p. 112). Sob influência do pensamento evolucionista, Couto de Magalhães teorizou se amparando no “período de civilização” que uma suposta raça humana se encontrava, algo que, nas suas palavras, “não póde ser transposto, ou invertido, sem destruir-se e quasi aniquilar-se a raça que se pretende passar por esta transformação” (Ibidem, p. 100). Sua posição a esse respeito contrariava proposições poligenistas e social-darwinistas que não apenas concebiam “raças humanas” como espécies distintas, como

apontavam uma suposta infertilidade daquele nascido de uma “hibridização”²¹⁸. Rejeitando essas premissas, Couto de Magalhães (1874, p. 112) defendeu que as raças ditas mestiças “não só gozam da faculdade da reprodução, como parecem possuil-a em maior extensão e desenvolvimento do que as raças puras de onde provêm”. Disso, afirmou,

[...] resulta que a diferença entre os troncos humanos é accidental, sem o que os filhos se não reproduziriam; e que, se essa diferença torna-se importante quanto aos phenomenos intellectuaes, não deve ser lançada á conta das raças e sim á falta de educação, pobreza, clima e todas essas que os naturalistas capitulam com o nome de acção dos meios. Hoje está averiguado que existem raças perfeitamente brancas, que ainda estão no periodo da idade de pedra, e, portanto, iguaes em civilisação a nossos selvagens, e inferiores aos negros do Haity e S. Domingos. (MAGALHÃES, 1874, p. 112)

Nessa passagem, Couto de Magalhães interpreta a capacidade intelectual dos troncos raciais como algo “acidental”, resultado da “ação dos meios”, termo pelo qual condensava aspectos como “falta de educação, pobreza, clima” e mais. De certo modo, ele parecia reivindicar que, se haveria inferioridade, ela seria de fonte social ou mesológica, e não algo inscrito no corpo e, por isso, irrevogável. Essa não foi a única afirmação que Couto de Magalhães fez nesse sentido²¹⁹. Desde que adaptada ao meio, a heterogeneidade “racial” não seria um impeditivo para inclusão do Brasil na teleologia evolucionista do final do século XIX. No entanto, e isso é relevante, em *“Ensaio de anthropologia”*, sua posição sobre esse ponto foi ambivalente:

Mas, não seria melhor que o Brasil fosse povoado só por brancos? Para responder sensatamente a esta pergunta é necessario ter em consideração diversos factos, e leis physicas.

E cousa averiguada que a aptidão para a acclimatação em um paiz quasi todo intertropical não é igual para todos os troncos. O negro resiste melhor ao calor do que o branco; o indígena se deve considerar como um termo media entre esses dois extremos. [...] (MAGALHÃES, 1874, p. 113).

²¹⁸ A temática relativa ao grau de fertilidade da união entre raças diferentes está inserida em um debate sobre a “genealogia humana” que remonta ao século XVII (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 188). Essa debate costuma ser dimensionado em dois polos: monogenistas, os quais (entre bases bíblicas e científicas) se amparavam na ideia de que os humanos derivam todos de um ancestral comum e, por isso, seriam da mesma espécie; e poligenistas, os quais pregavam a hipótese de que os humanos derivariam de múltiplos centros de criação e, por isso, se dividiriam em espécies distintas (SCHWARCZ, 1993; LÓPEZ-BELTRÁN, 2004; YOUNG, 2005). Ainda que consagrado em torno do monogenista Charles Darwin (1809-1882), ao menos no que se refere a espécie humana, pois em relação à canina apontou origens múltiplas, de lobos, chacais e coiotes (WORBOYS, STRANGE, PEMBERTON, 2018, p. 161-162), a emergência do paradigma evolucionista acabou impulsivando os argumentos de ambos os polos (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 188-190).

²¹⁹ Em certo momento, sugeriu que “raças mestiças não apresentam inferioridade alguma intellectual; talvez a proposição contraria seja verdadeira, se levarmos em conta que os mestiços são pobres, não recebem educação, e encontram nos prejuizos sociaes uma barreira forte contra a qual tem de lutar antes de fazer-se a si uma posição” (MAGALHÃES, 1874, p. 115). Seguiu: “Tendo em conta estas causas que impedem a educação pela pobreza, que obstem a riqueza pela perturbação profunda do trabalho á aquelles que, para adqueril-a, não têm senão seus braços, pôde-se por ventura afirmar, que as raças mestiças no Brasil apresentam inferioridade de caracteres intellectuaes e moraes aos da raça branca? Creio que não”, sugeriu Couto de Magalhães (1874, p. 116), “a Bahia é das provincias do imperio aquella em que a raça branca mais intimamente se cruzou com a negra; o desenvolvimento intellectual n'essa provincia é um dos mais intensos do Imperio”.

A raça branca pura, na terceira ou quarta geração, sobretudo nas cidades do litoral, dá apenas descendentes magros e nervosos, ou gordos, de carnes e musculação flácidas, e de temperamento lymphatico; se, sem robustez physica a intelligencia não é sã - à raça branca não póde conservar sua superioridade sem estes cruzamentos providenciaes que, no decurso do tempo, lhe hão ele communicar esse gráo de força de que elle necessita para resistir a acção deleteria do clima de nossa terra.

Os estudos a este respeito têm descido já a grandes minuciosidades, e sabe se hoje, que o melhor mestiço é aquelle que resultar do tronco branco, no qual se haja infiltrado um quinto de sangue indígena.

Não devemos conservar pois apprehensões e receios a respeito dos futuros habitantes do Brasil. Cumpre apenas não turbar, partindo de prejuizos de raças, o processo lento, porém sabio, da natureza. Nosso grande reservatorio de população é a Europa; não continuamos a importar africanos; os indigenas, por uma lei de selecção natural, hão de cedo ou tarde desaparecer; mas, se formos previdentes e humanos, elles não desaparecerão antes de haver confundido parte do seu sangue com o nosso, communicando-nos as immuidades para resistir a acção deleteria do clima intertropical que predomina no Brasil. (MAGALHÃES, 1874, p. 114)

O “coquetel” e sua dosagem rumam para o centro, nesse caso, sob a quantidade de um quinto de “sangue indígena” e quatro quintos de “branco”. Se para o autor a superioridade associada à “raça” *branca* seria inviabilizada pela “ação deletéria do clima de nossa terra”, a virtual “aclimatação” proporcionada pela assimilação de um quinto de “sangue indígena” tornaria possível sua conservação. Refutando o ingresso de populações africanas no país e especulando sobre o desaparecimento de indígenas por força da “selecção natural”, dos quais acreditava que permaneceriam apenas as “imuidades” para resistir a ação deletéria do clima que predominaria por aqui, Couto de Magalhães defendeu a imigração de europeus e a constituição de uma população branca aclimada aos trópicos. De modo análogo a J. A. P. de Magalhães, que trabalhou com objetivo de criar um “pointer modificado”, Couto de Magalhães estava em busca de um “branco modificado”, por assim dizer. Essa virtual modificação permitia que, retoricamente, o autor acomodasse a leitura de uma população “mestiça” à possibilidade de continuidade da civilização branca e europeia no país. Apesar de essencialmente política, essa operação foi apresentada como um “processo lento, porém sábio, da natureza”.

Diante do mesmo falso problema, Sylvio Romero (1851-1914), nascido em Lagarto (Sergipe, Brasil) e graduado pela Faculdade de Direito de Recife em 1873 (SCHWARCZ, 1993; ABL, 2022a), ofereceu soluções parcialmente distintas. Em *“História da literatura brasileira”*, publicada pela primeira vez em 1888, ano de assinatura da Lei Áurea, Romero (1902, p. 8) se propôs a escrever “uma história natural de nossas letras”, quando estudou “as condições de nosso determinismo litterario, as applicações da geologia e da biologia ás crêações do espirito”, e propôs uma cronologia das “épocas” ou “períodos” de formação e desenvolvimento de uma literatura “brasileira”. Sem pretensões de adentrar no terreno da literatura,

interessa sublinhar apenas como, no primeiro livro do Tomo I, Romero decretou o declínio da produção letrada “romântica” e recorreu a um arcabouço teórico-conceitual de orientação evolucionista, positivista e social-darwinista²²⁰ a fim de amparar sua teoria da literatura no que considerava as particularidades geográficas e raciais do Brasil. Nele, Romero (1902; 1903) forneceu uma leitura sobre o passado, o presente e o futuro do “povo brasileiro”:

A estatística mostra que o povo brasileiro compõe-se actualmente de brancos arianos, índios tupis-guaranyes, negros quasi todos do grupo bantú e mestiços destas tres raças, orçando os últimos certamente por mais de metade da população. O seu numero tende a augmentar, ao passo que os índios e negros puros tendem a diminuir. Desapparecerão n'um futuro talvez não muito remoto, consumidos na lucta que lhes movem os outros ou desfigurados pelo cruzamento. (ROMÉRO, 1902, p. 54)

Sabe-se que na mestiçagem a selecção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o typo da raça mais numerosa, e entre nós das raças puras a mais numerosa, pela immigração européa, tem sido, e tende ainda mais a sê-lo, a branca. [...]

Quasi não temos mais familias estremamente arianas; os brancos presumidos abundam. Dentro de dois ou tres séculos a fusão ethnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterisado.

Os mananciaes negro e caboclo estam estancados, ao passo que a immigração portugueza continua e a ella vieram juntar-se a italiana e a allemã. O futuro povo brasileiro será uma mescla africo-indiana e latino-germanica, se perdurar, como é provável, a immigração allemã, ao lado da portugueza e italiana. (ROMÉRO, 1902, p. 55)

[No passado] Ao passo que o indio tornava-se improductivo, fugia, esphacelava-se e morria, durante mais de tres séculos foram chegando levas e levas de africanos robustos, ágeis e domaveis, e foram fundando as fazendas e engenhos, as villas e as cidades, e permanecendo no seio das familias coloniaes.

O indio, em geral, foi um ente que se viu desequilibrado e feneceu; o negro um auxiliar do branco que prosperou.

[...]

O proprio facto da escravidão serviu para ainda mais vincular os pretos aos brancos.

As escravas, e raro era o colono que não as tinha, viviam no seio das familias ao serviço doméstico. Dahi o cruzamento natural; appareciam os mestiços e novos laços se creavam.

Os negros trabalhavam nas roças, produzindo o assucar, o café e todos esses generos chamados coloniaes, que a Europa consumia. Só pelos tres factos da escravidão, do cruzamento e do trabalho, é fácil aquilatar a immensa influencia que os africanos tiveram na formação do povo brasileiro. A escravidão, apesar de todos os seus vicios, operou como factor social, modificando nossos hábitos e costumes. Habilitou-nos por outro lado a arrotear as terras e supportar em descanso as agruras do clima. Desenvolveu-se como força economica, produzindo as nossas riquezas, e o negro foi assim um robusto agente civilizador. O cruzamento

²²⁰ Decretando o declínio do romantismo, o que “não se restringe ao que poderíamos entender por literatos tão somente (até porque não havia aí nenhuma especialização), como Gonçalves de Magalhães, Gonçalves Dias e José de Alencar, mas a toda produção letrada desenvolvida a partir da década de 1830” (TURIN, 2005, p. 25), Sylvio Romero discrimina o aporte teórico que, segundo ele, estaria inspirando uma “reação seguida e forte contra o velho romantismo transcendental e metaphysico” no Brasil: “O positivismo philosophico francez, o naturalismo litterario da mesma procedencia, a critica realista allemã, o transformismo darwiniano e o evolucionismo de Spencer” (ROMÉRO, 1902, p. 9). De modo geral, “malgrado o reconhecimento de ganhos estéticos e metodológicos, o romantismo será sempre utilizado em seus textos como um parâmetro daquilo que não deve ser” (TURIN, 2005, p. 26). Disse Romero (1903, p. 3): “Que é um livro romântico? É um livro phantastico, eivado de miragens, de encantamentos, como o Ashavérus de Quinet. Que é um heróe romântico? É um ente raro, miraculoso, uma especie de archetypus em contraste com o mundo positivo, vivendo d’uma vida ideal”.

modificou as relações do senhor e do escravo, trouxe mais doçura aos costumes e produziu o mestiço, que constitue a massa de nossa população, e em certo gráu a belleza de nossa raça. Ainda hoje os mais lindos typos de nossas mulheres são essas moças ágeis, fortes, vividas, de tez de um doce amorenado, de olhos negros, cabellos bastos e pretos, sadias jovens, em cujas veias circulam, por certo já bem diluidas, muitas gottas de sangue africano.

O trabalho escravo foi todo o nosso passado.

O negro influenciou toda a nossa vida intima e muitos de nossos costumes nos foram por elle transmittidos.

Não foi provavelmente isto um grande bem; mas é um factio irrecusável. Muitos de nossos bailados, danças e musicas populares, uma litteratura inteira de canções ardentes, tem esta origem.

[...]

De tudo que fica dito é fácil tirar a conclusão. Dos tres povos que constituíram a actual população brasileira, o que um rastro mais profundo deixou foi por certo o portuguez; segue-se-lhe o negro e depois o indígena. Á medida, porém, que acção directa das duas ultimas tende a diminuir, com a internação do selvagem e a extinção do trafico dos pretos, a influencia européa tende a crescer com a immigração e pela natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil. O mestiço é a condição dessa victoria do branco, fortificando-lhe o sangue para habilitar-o aos rigoros de nosso clima. (ROMÉRO, 1902, p. 90-91)

Apesar de ir na contramão do indianismo romântico de Couto de Magalhães e enfatizar a contribuição do elemento africano, Romero apresentou um prognóstico parecido, no qual o desejado “branqueamento” era explicado pela predominância numérica de europeus viabilizada pela imigração, a redução de indígenas e negros e em uma suposta “natural propensão para prevalecer o mais forte e o mais hábil”. Se estendendo do corpo às ideias, do fenótipo à literatura, Romero esperava que essa “fusão étnica” estaria completa em até dois ou três séculos, quando o “futuro povo brasileiro” se caracterizaria como uma “mescla africo-indiana e latino-germânica”. Mais de duas décadas depois, como registrado na coluna “*Notas sociaes*” veiculada pelo *O Imparcial: Diario Illustrado do Rio de Janeiro* em 22 de dezembro de 1913, Romero definiu esse processo como uma “selecção demographica, operada pela colonização com gentes validas européas” (O IMPARCIAL, 1913, edição 00383, p. 5). Apesar de, diferente de Couto de Magalhães, partir do princípio poligenista de que “raças” seriam fenômenos primordiais e não resultado do meio²²¹, Romero (1902, p. 49) também defendeu que a relação entre esses aspectos era um importante problema político e científico a ser considerado na interpretação do Brasil²²². De Couto de Magalhães a Sylvio Romero, deles

²²¹ Romero (1902, p. 30) acreditava que “a diversidade destas é já de si originaria e primordial, isto é, surgiu com ellas mesmas desde o seu primeiro aparecimento”. Defensor da hipótese poligênica, Romero (1902, p. 60) julgava “um exagero, dictado por uma velha preocupação orthodoxa, reduzir todas as raças humanas a uma só origem avita primitiva”. “Pela lei darwinista da transformação dos seres”, ponderou, “as raças despontaram differentes em climas differentes também”, ainda que seus efeitos tivessem o poder de “conservar e fortalecer as predisposições nativas” (ROMERO, 1902, p. 31).

²²² Nas suas palavras: “Se o clima não creou as raças que constituem nossa população, composta de gentes para aqui immigradas, elle as pôde modificar e modifica effectivamente. Hoje que este factio empírico está descoberto e estudado, cumpre-nos não caminhar ás cegas como hordas selvagens. A política e a sciencia brasileiras têm ahi diante um problema a solver e a dirigir.” (ROMERO, 1902, p. 49)

aos caçadores e cinófilos apresentados nos **Capítulos 5 e 6**, a especificidade do que se dizia “nacional” em relação a pessoas e cães passava pela “raça” e pelo meio, em particular pelo acento dado à “mestiçagem” e à teórica possibilidade de “aclimatação” que ela ofereceria.

No entanto, nem todos que escreveram sobre “raça” no Brasil ao longo da segunda metade do século XIX concordavam com essa possibilidade de “aclimatação”, a exemplo de Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Nascido em Vargem Grande (Maranhão), Nina Rodrigues estudou medicina entre a Faculdade de Medicina da Bahia e do Rio de Janeiro. Se formou pela primeira em 1887, onde mais tarde também assumiu como professor. Ao longo de sua trajetória profissional, escreveu livros e artigos²²³ em periódicos como *Gazeta Médica da Bahia*, *Revista Médico-Legal*, *O Brasil Médico* e a *Revista Médica de São Paulo*, em parte teorizando sobre “raças” humanas e uma suposta predisposição destas para o cometimento de crimes e a incidência de patologias. Em sintonia com os debates de sua época, na obra *“Mestiçagem, degenerescência e crime”* (2008 [1899]), Nina Rodrigues tratou de antropólogos, médicos, filósofos e temas populares em teorias raciais e racistas do século XIX²²⁴. Amparado em teses do darwinismo social e da antropologia criminal, Nina Rodrigues condenou a “mestiçagem” no Brasil, segundo ele sinônimo de “degenerescência física e psíquica” (Ibidem, p. 1155). Divergindo de “criadores de animais”, Nina Rodrigues discordou da suposição de que o cruzamento entre “raças” distintas, se referindo particularmente à branca com outra considerada “inferior” (negra ou indígena), poderia fornecer à primeira a possibilidade de uma “aclimatação lenta e progressiva” aos trópicos:

É preciso ainda acrescentar à influência da condição degenerativa do cruzamento simples a que resulta da não adaptação de uma das raças puras ao habitat físico no qual os produtos mestiços são destinados a viver, como no Brasil.

Um erro no qual sempre incorremos é o de supor que o cruzamento de raças diferentes, especialmente o da raça branca com uma raça inferior, pode oferecer a uma delas a força da resistência que ela precisa para enfrentar o clima inóspito dos trópicos. Creio que essa ilusão é causada por uma indução não fundamentada, proveniente dos cruzamentos artificiais preconizados para os criadores de animais que conseguiram, através de uma intervenção constante e inteligente, manter entre os mestiços algumas qualidades úteis ou rendosas.

Seja permanecendo pura em relação a qualquer cruzamento, seja aliando-se às raças nativas, a raça branca degenera e se extingue quando limitada a viver nos climas tropicais.

Vemos, sem grande esforço, entre os brancos do norte do Brasil, que em geral não obtêm seus meios de subsistência de rudes trabalhos agrícolas, uma raça que perece e se apaga. Seguindo uma família algo numerosa durante algumas gerações,

²²³ Redigiu, entre outros, textos como *“Mestiçagem, degenerescência e crime”* (1889), *“Memória Histórica”* (1895), *“Os Mestiços Brasileiros”* (1890), *“As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil”* (1894), *“Epidemia de Loucura Religiosa no Brasil”* (1898), *“O animismo fetichista dos negros baianos”* (1900) (ANM, 2022a).

²²⁴ Como a “questão da unidade ou da multiplicidade da espécie humana, do monogenismo e do poligenismo”, da “origem natural ou sobrenatural, do transformismo ou da criação divina” (NINA RODRIGUES, 2008 [1899], p. 1151), das “grandes proporções” da mestiçagem no Brasil e na América Latina que, segundo o autor, teriam se tornado um “exemplo obrigatório, lembrado por todos nesse debate”, como Gobineau, Quatrefages, Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807-1873), Gustave Le Bon (1841-1931) e Augustus Henry Keane (1833-1912) (Ibidem, p. 1153), entre outros.

descobre-se sem dificuldades sinais evidentes de degenerescência mórbida que se acentuam. E se comparamos os brancos do norte do país, inteligentes, mas pálidos, anêmicos, com um desenvolvimento físico frágil, com os habitantes do sul, robustos, vigorosos, sadios e rosados, o contraste será chocante. Pois bem, o elemento branco que se mistura não deixa de se extinguir, não cria uma causa menor de degenerescência. Conheço inúmeros casos nos quais os mestiços, ainda que de segundo ou de terceiro sangue, tendo recebido uma dose nova de sangue branco, continuam a degenerar ao invés de regenerar.

[...]

Não pretendo discutir a não - adaptação da raça branca aos climas tórridos nem a dos negros aos climas frios. Permitam-me, no entanto, lembrar que os holandeses, que ocuparam o norte do Brasil durante quase trinta anos, não deixaram outros vestígios de sua linhagem que não alguns nomes de família, ao passo que as colônias alemãs do extremo sul, nas quais os negros decrescem numericamente, estão em plena prosperidade. Quatrefages²²⁵, monogenista notável e partidário decidido da unidade da espécie humana, pode escrever: “É verdade que o europeu branco transportado abaixo da linha [do Equador] ou às regiões intertropicais definha e perece freqüentemente sem deixar posteridade, ou essa se extingue ao fim de um pequeno número de gerações. É verdade que o negro africano emigrado para a Europa freqüentemente morre de tísica. É também verdade que na nossa colônia da Argélia a mortalidade dos adultos, e sobretudo a das crianças, é bastante superior à que observamos na mãe pátria. Mas de que perspectiva podem essas verdades ser invocadas a favor do poligenismo? A raça, como vimos, é antes de tudo um produto do meio. Formada sob o império de certas condições de existência e encontrando-se bruscamente sob novas condições de existência, é surpreendente que ela sofra e às vezes sucumba na luta entre o organismo e o mundo exterior? Ao contrário, a aclimação imediata em tais condições é que seria inexplicável a partir das idéias que defendemos”.

Esta eliminação das raças inadaptáveis se dá naturalmente por processos de degenerescência que têm como mediadores os estados anormais ou mórbidos cuja freqüência entre os mestiços brasileiros nos parece abundantemente demonstrada neste estudo.

Eis por que afirmo há muito tempo que a população do norte do país está fatalmente destinada a se diferenciar mais e mais da população do sul num sentido desfavorável, primeiro pela raridade, e em seguida pela completa extinção do elemento branco.

As questões que se vinculam à aclimação são muito complexas, mas ninguém poderá afirmar que a mestiçagem, de fato, cumpre as condições necessárias para a aclimação lenta e progressiva.

Na mestiçagem, o elemento não adaptável encontra assim, bruscamente, novas condições de existência; ele degenera, enfraquecendo-se gradualmente pela sobrevivência dos mais adaptáveis, isto é, daqueles nos quais predomina o sangue indígena. (NINA RODRIGUES, 2008 [1899], 1164-1166)

Para ele, a suposta “degeneração” causada pelo clima seria inevitável, com ou sem “mestiçagem”, que por si só já supunha danosa. Sua conclusão contrariou Couto de Magalhães, para quem o mesmo Quatrefages foi decisivo. Diagnosticada a inadaptação da “raça” *branca* aos climas quentes e *negra* aos climas frios e a sobrevivência dos “mais adaptáveis, isto é, daqueles nos quais predomina o sangue indígena”, a projeção era pessimista: não haveria solução para o “problema étnico” no Brasil. Para Nina Rodrigues, o acréscimo de uma “dose nova de sangue branco” não teria o poder de frear a suposta “degeneração” causada pelo clima e conduzir à “regeneração”.

²²⁵ Quatrefages, L'unité de l'espèce humaine, Paris, 1861, p. 368.

Essa possibilidade foi retoricamente restituída por outro médico do período, João Baptista de Lacerda (1846-1915). Nascido em Campos (Rio de Janeiro), Lacerda se doutorou em Medicina pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1870 (BENCHIMOL, 1999; ANM, 2022b). Em 1876, ele ingressou no Museu Nacional²²⁶, onde permaneceu até sua morte em 1915. Nesta instituição, foi subdiretor da seção de “*Antropologia, zoologia geral e aplicada, anatomia comparada e paleontologia animal*” (SÁ, et al, 2008, p. 200), subdiretor do laboratório de *Fisiologia Experimental* (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA, 1882, edição 00001) e diretor geral entre 1895-1915.

De modo geral, os interesses de Lacerda se estendiam do estudo de “raças” (sobre tudo aquelas ditas indígenas²²⁷), anatomia e fisiologia humana, incluindo temas como herança, *mestiçagem*, *aclimação*, mono ou poligenismo²²⁸ (VERGARA, 2005), à fisiologia do clima e das doenças humanas e animais (BENCHIMOL, 1999). Em ambos os temas, Lacerda se notabilizou por certa sanha experimental. Além de participar de discussões sobre o agente etiológico da febre amarela, beribéri, desenvolvimento da vacina anticarbunculosa para bovinos, para citar alguns, Lacerda fez pesquisas sobre venenos de anfíbios e répteis, tendo concluído com êxito experimentos sobre a ação do permanganato de potássio como antídoto ao veneno de cobras e serpentes em 1881 (BENCHIMOL, 1999; VERGARA, 2005; ANM, 2022b). A descoberta foi apresentada ao Imperador Dom Pedro II, ao ministro dos negócios da agricultura, comércio e obras públicas e outros no mesmo ano, como noticiado pelo *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, RJ) publicado em 13 de julho de 1881, sob título de “*Antídoto contra o veneno das cobras*” (JORNAL DO COMMERCIO, 1881, edição 00193, p. 1). Como descreveu Jayme Larry Benchimol (1999):

Na manhã de 11 de julho de 1881, quando d. Pedro II adentrou o salão principal do laboratório de fisiologia, estavam já a postos os elementos com que Lacerda encenaria a descoberta. Três cães fortes e sadios foram amarrados a mesas, em torno das quais perfilavam-se os ajudantes e serventes. Uma pequena cápsula continha o veneno extraído de duas Bothrops. As seringas estavam armadas das

²²⁶ Fundado em 1808 com objetivo de estimular os estudos de botânica e zoologia, o Museu Nacional ganhou projeção no final do século XIX, justamente quando contou com a administração de figuras como Ladislau Netto (entre 1874-1893) e o próprio João Baptista de Lacerda (entre 1895-1915) (SCHWARCZ, 1993, p. 92).

²²⁷ A leitura feita por Lacerda das “raças da América”, porém, divergia bastante daquela proposta por Couto de Magalhães. Se Couto de Magalhães (1974, p. 108) chegou a falar em “perfectibilidade humana”, conceito-chave da obra de Jean-Jacques Rousseau e sua tradição humanista, na *Exposição Antropológica* organizada pelo Museu em 1882 Lacerda tratou sobre os *botocudos*, os quais “sob o ponto de vista moral e intelectual” acreditou serem “a expressão de uma raça humana no seu maior grão de inferioridade” (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA, 1882, edição 00001, p. 2).

²²⁸ Como sugere a literatura dedicada ao assunto, Lacerda participou do início das “atividades regulares relacionadas à pesquisa e ao ensino em antropologia física” (SÁ, et al, 2008, p. 200-201). O primeiro curso foi ministrado por ele em 1877 (SANTOS, 2019). Com duração de dois anos e assuntos comuns à época, seu programa incluía, no primeiro, o estudo da “anatomia e fisiologia humana”, e no segundo, o “estudo das raças humanas, principalmente das raças da América, tocando incidentalmente nas questões de herança, mestiçagem e aclimação”, bem como nas “grandes questões gerais de monogenismo, poligenismo e transformismo” (LACERDA, 1877 apud VERGARA, 2005, p. 520).

respectivas agulhas, e a solução de permanganato de potássio acabara de ser depositada num frasco de cristal. O Imperador foi cortejado pelos circunstantes, apertou a mão de Lacerda, e quando este lhe comunicou que ia, primeiro, demonstrar num cão o efeito letal do veneno, disse: 'Dispensou (...) não há necessidade de sacrificar sem proveito a vida de um animal'. O cientista não insistiu e deu início à experiência. Injetou na veia safena um centímetro cúbico da solução do veneno. Um minuto depois, injetou na mesma veia igual quantidade da solução de permanganato. O animal teve violenta convulsão e enrijeceu. Sua respiração tornou-se imperceptível e o coração quase parou. Lacerda repetiu as injeções do antídoto, mas a morte parecia iminente. O Imperador aproximou-se da mesa, olhou para o cão inerte e ordenou: 'Este (...) não conte mais com ele. Prepare outra experiência'. Para grande alívio do subdiretor do laboratório, a convulsão cessou, o coração e os pulmões voltaram a pulsar e, cinco minutos depois, o animal saiu trotando porta afora. D. Pedro, que conversava a um canto com um ministro, não conseguiu dissimular a admiração. Lacerda fez, depois, uma experiência pública, igualmente bem-sucedida. (BENCHIMOL, 1999, p. 181)

No lugar de doses de “sangue”, são doses calculadas de veneno de serpente e da solução de permanganato de potássio que rumam para o centro dessa cena, na qual cães são alçados ao status de objetos de experimentação. Aos poucos o permanganato de potássio passou a ser adotado por clínicos e permaneceu em uso até o desenvolvimento da soroterapia, quando da difusão de soros antiofídicos iniciada no começo do século XX (BENCHIMOL, 1999; VERGARA, 2005). O mérito recebido por essa descoberta²²⁹ talvez tenha aumentado a confiança de Lacerda para abordar outros tipos de problemas, a exemplo da desestruturação do sistema escravocrata no Brasil e as ansiedades latentes na elite econômica em relação à composição da força de trabalho livre. Durante a *Exposição Antropológica* organizada pelo Museu Nacional²³⁰ no ano de 1882, Lacerda se valeu de um dinamômetro e realizou testes fisiológicos a fim de mensurar e comparar a resistência e a força muscular de cinco homens indígenas (três *xerentes* e dois *botucudos*) e um número não relatado de, nas suas palavras, “indivíduos civilizados da raça branca, de musculatura medíocre, e que já mais se tinham entregado a trabalhos braçais” (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA, 1882, edição 00001, p. 6). Com base nos resultados obtidos no experimento, Lacerda especulou que as “raças indígenas” teriam menor resistência e força muscular do que a “branca” e “negra”²³¹, dando particular ênfase à segunda:

²²⁹ Antes de ser suplantada, essa descoberta rendeu premiações e reconhecimento público (nacional e internacional) para Lacerda. Seus resultados foram submetidos à Academia das Ciências de Paris por Quatrefages e aprovados em 1882, reforçando “a ideia de construção de uma ciência nacional que deveria ser realizada por cientistas brasileiros” (VERGARA, 2005, p. 517; BENCHIMOL, 1999).

²³⁰ No mesmo ano a exposição foi retratada em forma de revista, a *Revista da Exposição Antropológica Brasileira* (1882), cujo acesso é possível por meio do acervo da Biblioteca Nacional Digital (BND). Com contribuições de diferentes autores, como o próprio Lacerda, Ladislau Netto, Couto de Magalhães, Mello Moraes Filho, Pedro Eunápio da Silva Deiró, J. Serra, entre outros, a revista reúne artigos, vocabulários e poemas reveladores da percepção dos envolvidos.

²³¹ Ao menos na *Exposição Antropológica* e sua revista, foi apenas no âmbito do “problema” relativo à força de trabalho no pós-abolição que Lacerda e muitos colegas de Museu Nacional falavam sobre a presença africana no país, “lacuna” reconhecida por envolvidos na própria exposição, como J. Serra. Exceções me parecem ser

Poder-se-hia antes admittir que o musculo indigena fatiga-se mais depressa que o musculo da raça branca civilisada. Ao menos esta interpretação hypothetica estaria de accordo com facto reconhecido da inaptidão dos nossos selvagens para os trabalhos penosos e prolongados. Trazidos para o meio civilisado, elles continuam a revelar a mesma inaptidão. A consequencia importante desse facto seria - que o nosso indigena, mesmo civilisado, não poderia produzir a mesma quantidade de trabalho útil, no mesmo tempo, que os individuos de outra raça, especialmente da raça negra.

[...]

Reduzindo o problema physiologico a estes termos, facil é comprehender-se o seu alcance no aproveitamento das forças indigenas do paiz para os arduos trabalhos da lavoura. O indio não poderia substituir o negro como instrumento de trabalho; a sua producção seria descontínua, necessitando intervallos maiores de repouso.

Eis ahi como de um problema anthropologico deduz-se um problema economico e industrial, o que mais uma vez demonstra que a anthropologia não é uma sciencia meramente especulativa, mas que ella é susceptivel de ter applicações praticas e uteis. (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA, 1882, edição 00001, p. 7)

Mesmo “civilizados”, relativizou Lacerda, seus limites seriam os limites do corpo, da força muscular e, por conseguinte, de produtividade. Baseado nisso, ele concluiu que o “índio não poderia substituir o negro como instrumento de trabalho”. Para Lacerda, essas conclusões ilustrariam como “de um problema antropológico deduz-se um problema econômico e industrial”. Essa perspectiva e as possíveis “aplicações práticas e úteis” da antropologia de que falava Lacerda estiveram à disposição do governo brasileiro quando de sua participação no *Congresso Internacional das Raças* realizado entre 26 e 29 julho de 1911 na cidade de Londres, na Inglaterra. Ele, então diretor, e Edgar Roquette-Pinto²³² (1884-1954), colega de Museu Nacional (SOUZA, 2011), foram os dois representantes do Brasil enviados pelo governo do militar Hermes da Fonseca (1910-1914) a fim “de ampliar a propaganda cultural e científica do Brasil na Europa” (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 755).

Na sexta sessão do congresso, Lacerda apresentou a comunicação “*The Métis of Brazil*” (em tradução livre, “*Os mestiços do Brasil*”). Sem me deter no exame de seus detalhes²³³, convém observar alguns dos principais argumentos tratados na comunicação²³⁴. Fazendo jus a

pequenas passagens escritas por Ladislau Netto em dois textos, “*Do atavismo*” (REVISTA DA EXPOSIÇÃO ANTHROPOLOGICA BRAZILEIRA, 1882, edição 00001, p. 4-5) e “*Do corte artificial dos dentes*” (Ibidem, p. 46-47), e de J. Serra em “*A linguagem popular*” (Ibidem, p. 75-76), no qual denuncia justamente essa predileção.

²³² Nascido no Rio de Janeiro, se graduou pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro em 1905 (ABL, 2022b) e assumiu como professor assistente da cadeira de Antropologia, Arqueologia e Etnografia do Museu Nacional (SOUZA; SANTOS, 2012, p. 756) em 1906 e, entre 1915 e 1936, como Diretor (ABL, 2022b).

²³³ Para as quais aconselho a leitura de Souza e Santos (2012) para obter informações sobre presentes, contextos, temas e debates, e Schwarcz (1993; 2011) para conhecer Lacerda, o Museu Nacional e uma crítica mais apurada de seu conteúdo em si.

²³⁴ Para isso, consultei: (i) a tradução da mesma feita com base na versão transcrita e publicada em francês (LACERDA, 1911) e oferecida por Lilia Moritz Schwarcz em artigo publicado quando de seu centenário (LACERDA, 2011 [1911]); (ii) texto no qual, em 1912, um ano depois do congresso, Lacerda comenta sua participação, o assunto e responde algumas das críticas recebidas (LACERDA, 1912, p. 85), e (iii) o resumo submetido ao evento (UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, p. 13).

seu título, Lacerda tratou do que definiu como a “questão dos mestiços” (LACERDA, 2011 [1911], p. 234). Baseado na leitura dissimulada, delirante e racista que fez do passado colonial e escravocrata do Brasil, Lacerda sugeriu que, diferente do “Anglo-Saxão, mais zeloso da pureza de sua linhagem” quando da ocupação do território norte-americano, o “português não temia se misturar com o negro e constituir uma descendência” (Ibidem, p. 237). Na comunicação, Lacerda sugeriu que esse histórico teria deixado resultados paradoxais.

Por um lado, representaria “a desgraça do Brasil”, pois produzira “uma raça de mestiços, hoje dispersa por uma grande parte do país” (Ibidem, p. 237). No congresso, Lacerda foi bastante explícito ao defender a suposta superioridade de *brancos* se comparado a *indígenas* e *negros*²³⁵. Chegou a falar, por exemplo, em “triste herança que nós recebemos da raça negra”, que “envenenou a fonte das gerações atuais; [...] aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos” (Ibidem, p. 237). Por outro lado, em sintonia com aquilo mais tarde colocado pelo deputado Bento de Miranda na sessão legislativa da Câmara de 1915 que abre essa seção, essa particularidade foi usada por Lacerda como forma de vender uma “solução” menos dramática para o “problema étnico” no Brasil do que rogavam as projeções mais pessimistas para os Estados Unidos da América, cuja segregação racial, privação de direitos básicos e atos de violência foram denunciados por William Edward Burghardt Du Bois no mesmo congresso e sessão, com a comunicação “*The Negro Race in The United States*”²³⁶ (UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, p. 12-13). Se o diagnóstico feito por Lacerda em relação aos norte-americanos era de que a população negra aumentava em quantidade e em organização, se tornando “um perigo futuro que poderá desencadear um cataclismo social formidável, com uma luta renhida e sangrenta entre as duas raças” (LACERDA, 1912, p. 22), no Brasil acreditava reinar o “perfeito contraste”: com a

²³⁵ Abordando o histórico escravocrata e de “mestiçagem” no país, Lacerda sugeriu que, nesse percurso, “os vícios do negro foram inoculados na raça branca e na mestiça. Vícios de linguagem, vícios de sangue, concepções errôneas sobre a vida e a morte, superstições grosseiras, fetichismo, incompreensão de todo sentimento elevado de honra e de dignidade humana, baixo sensualismo: tal é a triste herança que nós recebemos da raça negra. Ela envenenou a fonte das gerações atuais; ela irritou o corpo social, aviltando o caráter dos mestiços e abaixando o nível dos brancos” (LACERDA, 2011 [1911], p. 236-237). Essa passagem não é exceção, mas a regra do tom descaradamente racista que Lacerda adota ao falar sobre a “raça negra” em sua comunicação. Segundo ele, sua presença influenciou não apenas o “caráter da população” do Brasil, que “ressentiu os defeitos e os vícios da raça inferior importada”, como “exerceu uma influência nefasta sobre o progresso deste país”, posto que “retardou por muito tempo seu desenvolvimento material, e tornou difícil o emprego de suas imensas riquezas naturais” (Ibidem, p. 242).

²³⁶ Nessa exposição, Du Bois argumentou que, apesar da teórica liberdade conquistada pela população negra nos Estados Unidos, restrições produzidas por dispositivos legais e pelo costume tornavam esse status relativo. Dando ênfase à situação daqueles que residiam na metade Sul do país (destacando restrições civis básicas, injustiças e violências), defendeu que, para a população negra, “a emancipação intelectual deveria ocorrer de mãos dadas com a independência econômica” [Original: “*that intellectual emancipation should proceed hand-in-hand with economic independence.*”] (UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, p. 12-13, tradução livre).

desorganização, o abandono e a progressiva mestiçagem, “o problema da raça negra resolve-se sem esforço e sem dificuldade” (Ibidem, p. 99).

Nesse ponto mais “nós interespecíficos” parecem inteligíveis: pessoas e cães no Brasil estavam sendo lidos pela chave explicativa da “mestiçagem”, e em ambos os casos simultaneamente como *problema e solução*. Mas como explicar esse paradoxo e modular o status da “mestiçagem” de *degeneração a regeneração*? Para preservar hierarquias raciais há muito estabelecidas no país, Lacerda buscou adaptar sua interpretação a termos evolucionistas. A opção do autor, nesse caso, foi relativizar o caráter “absoluto” da “superioridade ou inferioridade das raças” e sugerir que “no mundo só existem raças adiantadas e atrasadas, devendo ser atribuídas essas diferenças às condições do meio physico e social em que o homem evoluiu” (Ibidem, p. 90). Embora isso não inibisse Lacerda de insistir em hierarquias e defender que o “contacto entre duas raças, uma atrasada, outra adiantada, venha com o tempo fazer adquirir á raça adiantada muitos dos vícios e defeitos da raça atrasada”, essa relativização abria margem para especular que “o mulato e o mestiço podem a muitos respeitos revelar-se superiores a qualquer individuo da mais pura raça branca” (Ibidem, p. 90-91). Estava pavimentada a brecha retórica para inversão da correlação entre “pureza racial” e superioridade, sem com isso contestar a relação entre branquitude e superioridade. Se sua leitura sobre o negro foi sólida em desprezo, a do “mestiço” foi ambivalente²³⁷: inferior a “raças mais fortes do tronco ariano”, mas “física e intelectualmente bem superiores aos negros, que entraram como elemento étnico de sua formação”²³⁸ (LACERDA, 2011 [1911], p. 238).

Antes de, a partir dessa brecha, apresentar suas “indicações quanto ao futuro dos mestiços no Brasil” à plateia, Lacerda (2011 [1911], p. 234-235) achou conveniente esclarecer uma

²³⁷ Em sua comunicação, Lacerda descreveu uma série de características físicas, intelectuais e morais que considerava representar o elemento “mestiço”, todas vagas e estereotipadas. Forma e cor do cabelo, dos olhos, da pele, dentição, lábios, índice cefálico e nasal, musculatura e grau de “resistência às doenças”, se somam a considerações sobre “instintos”, “tom indolente” e “ligeiramente arrastado da voz”, qualidades como “habitualmente, corajosos, cheios de audácia, inteligentes, bem falantes e dotados de uma imaginação muito viva”, ainda que, segundo ele, do “ponto de vista moral” não se pudesse “confiar cegamente em sua lealdade ou em sua probidade” (LACERDA, 2011 [1911], p. 237). Entre críticas, alguns elogios surgem de forma pontual. Inferior para trabalhos no campo, comerciais ou indústrias, o elemento “mestiço” era considerado superior ao “negro” em inteligência, capacidades literárias, científicas, políticas, técnicas e profissionais. Para ecoar essa superioridade, o “mestiço” é inserido como partícipe de momentos históricos-chave para a formação da suposta identidade nacional, como a abolição da escravidão, a guerra do Paraguai e a instauração da República “sobre as ruínas do Império”, quando nas suas palavras “os preconceitos de raça e de cor, que nunca foram muito enraizados no Brasil, como sempre vimos entre as populações da América do Norte, perderam ainda mais força” (Ibidem, p. 238).

²³⁸ Para ele, se os mestiços “não podem rivalizar em outras qualidades com as raças mais fortes do tronco ariano; se, como estas últimas, elas não têm um instinto de civilização muito acabado, não restam dúvidas de que não se pode mais colocar esses mestiços no nível de raças realmente inferiores: que eles são física e intelectualmente bem superiores aos negros, que entraram como elemento étnico de sua formação” (LACERDA, 2011 [1911], p. 238).

“questão antropológica” em particular: “se é possível considerar os Brancos e os Negros como duas raças ou duas espécies”. Segundo ele,

[...] Os poligenistas os tomam como duas espécies do gênero “Homo”, baseando-se na diferença de características físicas que separam o Negro do Branco e que, segundo eles, é mais profunda do que aquelas que existem entre muitas das espécies do reino animal. Esses que argumentam deste modo esquecem-se, contudo, que a mesma diferença de características físicas se observa entre raças da mesma espécie, como, por exemplo, na espécie de “*Canis familiaris*”, e em algumas espécies de pássaros nas quais a seleção natural ou artificial produziu uma diversidade de raças cujas características físicas de cor, forma e estatura são mais diferenciadas ainda do que aquelas que diferenciam o homem branco do negro. A ciência não possui ainda um critério infalível para distinguir as raças das espécies, e o único meio que permite estabelecer essa diferença sobre certa base é a fecundidade ou infecundidade dos descendentes do cruzamento de duas supostas espécies. *Se seus descendentes continuam a se reproduzir em gerações sucessivas, seus reprodutores constituem uma raça; se, ao contrário, esses descendentes mantêm-se estéreis, seus reprodutores que efetuaram o cruzamento constituem uma espécie.*

Aceitando esse critério, que me parece mais fisiológico e natural do que todos os outros, não tenho nenhuma dificuldade em admitir que o homem branco e o negro formam duas raças, e não duas espécies, visto que ninguém ignora que os mestiços, descendentes do cruzamento do branco com o negro, são fecundos durante uma longa sucessão de gerações.

Se, no entanto, o branco e o negro isoladamente conservam por tempo indefinido os caracteres próprios de sua raça – o que constitui a fixidez –, isso não é o mesmo para o produto do cruzamento deles, os mestiços. Estes não formam uma raça verdadeira em função da falta de fixidez de muitas características físicas que estão sujeitas a variar a cada cruzamento novo, tendendo ora ao tipo branco, ora ao tipo negro.

Essa tendência inata do mestiço, privando-o de qualidades próprias de uma raça fixamente constituída, tem um valor considerável nas transformações que sofrem, durante o curso dos anos, as populações misturadas, nas quais os cruzamentos não obedecem a regras sociais precisas; nas quais os mestiços têm toda a liberdade de se unir aos brancos, criando produtos que se aproximam cada vez mais do branco que do negro.

E é essa, precisamente, a condição atual das populações mistas do Brasil. (LACERDA, 2011 [1911], p. 235, *grifo original*)

Nessa passagem, cães e pássaros são usados como exemplo da diversidade fenotípica e racial contida no âmbito de uma mesma espécie. Se a variedade seria ainda maior entre “raças caninas” do que entre supostas “raças humanas”, por que a diversidade de características físicas como “cor, forma e estatura” deveriam indicar se tratarem de espécies distintas? De *bons para experimentar*, Lacerda fazia de cães *bons para pensar* sobre “raças humanas”. Se valendo de um expediente recorrente em discursos sobre “raças caninas”, Lacerda associou raça “pura” à “fixidez” (capacidade de conservar “por tempo indefinido os caracteres próprios”) e “mestiços” à oscilação (“características físicas que estão sujeitas a variar a cada cruzamento novo”). Mais que isso, o autor ofereceu o diagnóstico de que, no Brasil, de geração em geração, as uniões estariam “criando produtos que se aproximam cada vez mais do branco que do negro”, se não em relação a qualidades morais e afetivas, em relação às físicas e intelectuais, cuja natureza da transmissão hereditária Lacerda (2011 [1911], p. 237) comparou

com “deduções de Galton sobre as raças mestiças de animais”²³⁹. Suas projeções²⁴⁰ tornadas públicas no *Congresso Internacional das Raças* previam que

[...] o completo desabrochar das raças superiores, formadas por elementos imigrados de países europeus, deveria, no espaço de um século, dar um aspecto bem diferente do atual à população total do Brasil; quando isso se realizar, os mestiços e o negro terão desaparecido, deixando lugar ao branco; os indígenas terão submergido como aqueles da Austrália, consecutivamente à invasão dos Anglo-Saxões; os descendentes de portugueses, cruzados com italianos e alemães, formarão uma população de aparência toda europeia, modificada pela ação do clima tropical: população vigorosa, inteligente, amiga do progresso, plena de ardor ao trabalho, que sabe se utilizar de todas as conquistas da civilização para melhorar as condições de sua existência. No Brasil, a população encontrar-se-á então vis-à-vis aos povos latinos da Europa, nas mesmas condições que os Estados Unidos da América do Norte vis-à-vis aos povos Anglo-Saxões do Velho Continente. (LACERDA, 2011 [1911], p. 240)

Um futuro brilhante está reservado ao Brasil, ele tornar-se-á a estação principal onde a raça latina virá se reanimar, rejuvenescer-se na América do Sul, como os Estados Unidos o foram na América do Norte para a raça saxã. (LACERDA, 2011 [1911], p. 242)

“Amiga do progresso”, mas inimiga da igualdade! Como avaliou Schwarcz (2011, p. 228), “a tese era abusada: em um século, e após três gerações, seríamos brancos”. Baseado em dados demográficos e um diagrama²⁴¹ fornecido pelo colega de viagem Edgar Roquette-Pinto²⁴² (LACERDA, 1912), ele sugeriu que o suposto declínio da população *negra, indígena e mestiça* coincidiria com a crescente chegada de imigrantes europeus ao país. Para Lacerda (2011 [1911], p. 239), a “seleção sexual contínua aperfeiçoa sempre ao subjugar o atavismo e

²³⁹ Para justificar a possibilidade de um futuro eugênico para uma população considerada majoritariamente “mestiça”, Lacerda questionou publicamente aquele que ajudou a edificar suas bases. Lacerda (2011 [1911], p. 237) sugeriu que “as deduções de [Francis] Galton sobre as raças mestiças de animais não podem ter uma aplicação completa na mestiçagem do homem”, pois nele, “a hereditariedade das qualidades morais e intelectuais não obedece a regras fixas, absolutas”. Deixando de lado a hereditariedade de aspectos físicos, dos quais não tinha dúvida sobre sua possibilidade, vide o quadro “*A redenção de Cam*” de Modesto Brocos (1852-1936) e a legenda que o acompanha (No original em francês: “*Le Nègre passant au blanc, à la troisième génération, par l’effet du croisement des races*”, ou “*A passagem do negro ao branco, na terceira geração, por efeito do cruzamento das raças*”, em tradução livre) na abertura de seu opúsculo (LACERDA, 1911), Lacerda argumenta que, por meio de uma “força obscura, desconhecida” e não elaborada no curso da comunicação, a “mestiçagem” tinha o paradoxal efeito de fazer “florir neles uma inteligência capaz de atingir um desenvolvimento que não foi apanágio de nenhum de seus ascendentes”, “sem elevar entretanto o sentimento ou as qualidades morais e afetivas próprias aos indivíduos das duas raças cruzadas” (LACERDA, 2011 [1911], p. 237).

²⁴⁰ Sugeriu que, em 2012, a “constituição ethnologica da população do Brasil” seria 80% de brancos, 17% de índios, 3% de mestiços e 0% de negros. O dado de 17% de índios é considerado “ilusório” por Lacerda, quem sugeriu que “o indígena semicivilizado não se cruza com a população branca, e mui difficilmente se adapta elle ás condições do meio civilizado” e projetou que, “quanto mais se diffundir a civilização no paiz, tanto mais intensa será a redução da raça indigena, a qual, estou certo, desaparecerá com os negros daqui a um século” (LACERDA, 1912, p. 98).

²⁴¹ Talvez materializada de forma manual no papel que consultei em sua versão digitalizada, vide sua imperfeição e aparente transbordamento entre categorias, a escolha pelas cores e categorias parece espelhar, metaforicamente, a teoria defendida por Lacerda e Roquette-Pinto. Roquette-Pinto e Lacerda usaram cores primárias (amarelo, azul e vermelho) para descrever raças consideradas primárias (respectivamente, *brancos, negros e índios*) e uma cor secundária para identificar um grupo cujo objetivo é abrigar raças em tese secundárias (de rótulo “mestiços”), ou seja, fruto da união de outras fontes teoricamente primárias.

²⁴² Como relatado por Lacerda (1912, p. 96-101), Schwarcz (2011, p. 228), Souza e Santos (2012, p. 756).

purga os descendentes de mestiços de todos os traços característicos do negro”. Apesar de em outros momentos ser menos enfático sobre a possibilidade de represar por completo o atavismo²⁴³, que retratou como “esforço ancestral de retrocesso para denunciar através os séculos uma origem longínqua já apagada” (LACERDA, 1912, p. 100), Lacerda defendeu que a seleção permitiria reduzir gradualmente a contribuição hereditária de uma “raça”, ou nos seus termos, uma “redução étnica” (LACERDA, 2011 [1911], p. 239). Lembrando a relevância de permanecer atento à temporalidade no discurso sobre “raças”, seja em relação a pessoas ou cães, Lacerda acreditava que essa redução viabilizada pela “mestiçagem” rejuvenesceria a “raça” latina, à forma do que ocorreria com a saxã nos EUA.

Se comparado a Paulo Santos Cruz e seus seguidores no contexto da raça *fila brasileiro*, para quem o acréscimo do “europeu” colocava em risco aquilo considerado “nacional”, para J. A. P. de Magalhães e também Couto de Magalhães, Romero e Lacerda, o “nacional” precisava ser cada vez mais “estrangeiro” (precisamente europeu) para, por esse caminho, se fazer “nacional”. Se Paulo Santos Cruz, em particular, chegou a rejeitar publicamente a possibilidade de, pela reprodução seletiva, atenuar características (físicas e mentais) de outra “raça” e obter um *fila brasileiro* “puro por cruza”, esses nomes convergiam em defender o potencial de, por esses meios, fazer “raça”, ainda que conforme o argumento de J. A. P. de Magalhães o tipo resultante de sua criação não se confundisse com os que lhe deram origem e, para parte dos juristas e médicos citados, a intenção fosse fazer prevalecer uma parte desta origem, em especial aquela considerada “branca”.

Dezoito anos depois, o cenário parecia ganhar contornos diferentes, ao menos segundo leitura de Edgard Roquette-Pinto. “O problema das raças não existe no Brasil”, sugeriu ele em comunicação apresentada no 1º Congresso Brasileiro de Eugenia realizado na cidade do Rio de Janeiro entre 1 e 7 de julho de 1929 e que presidiu (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 138). Para Roquette-Pinto, a reprodução entre pessoas de “raças” distintas não seria necessariamente disgênica, pois dariam “sempre typos normaes, a menos que os progenitores não sejam portadores de herança mórbida” (Ibidem, p. 136). Se o número de “indivíduos somaticamente deficientes” se mostrava alto em certas regiões do país,

²⁴³ Um ano depois, em 1912, Lacerda escreveu o que entendia por atavismo e usou como exemplo a influência árabe na Itália para explicar seus efeitos no caso do Brasil, dessa vez menos convicto sobre essa possibilidade de subjugação: “Uma vez desaparecida a raça negra do Brasil, é preciso contar ainda com a influencia do Atavismo, esse esforço ancestral de retrocesso para denunciar através os séculos uma origem longínqua já apagada. Centenares de annos são passados depois que se extinguiu o dominio arabe nas regiões meridionaes da Italia; entretanto os signaes do atavismo arabe apparecem bem patentes em muitos individuos nascidos na Sicilia e nas regiões meridionaes da Italia. Assim succederá também no Brasil; e ainda daqui a alguns séculos certos signaes negroides hão de apparecer nas populações desses tempos, assignalando uma descendência remota dos negros e dos mestiços.” (LACERDA, 1912, p. 100)

exclamou Roquette-Pinto, não seria “por conta de qualquer factor de ordem racial”, mas “de causas pathológicas cuja remoção na maioria dos casos independe da anthropologia. É questão de política sanitaria e educativa” (Ibidem, p. 146). No entanto, nem todos os presentes concordavam com isso, a exemplo do secretário geral do Congresso, o eugenista, médico e farmacêutico Renato Ferrz Kehl (1889-1974). Com a conferência “*A Eugenia no Brasil (Esboço historico e bibliographico)*”, Kehl manteve a “regeneração” no horizonte, mas insistiu em conceber a eugenia como remédio “contra o abastardamento”:

Em todas as épocas o problema da regeneração humana preocupou os grandes espiritos. Desde tempos immemoriaes se proclama a necessidade de preservar os homens da degeneração, entevando os factores perniciosos; premunindo, emfim, a familia e a sociedade contra o abastardamento. [...] (Ibidem, p. 45)

A idéa da regeneração humana pelas medidas eugenicas propagou-se em todos os paizes, entre todas as esferas politicas e administrativas mais adiantadas, tornando-se dia a dia, mais séria a preocupação de salvação nacional pelas medidas ditadas pela nova e victoriosa doutrina de Galton. (Ibidem, p. 50)

7.2. O “PEDIGREE HUMANO”

[...] o homem, se bem que seja o primeiro animal da criação e se orgulhe de sua origem excepcional, preocupa-se muito menos do melhoramento de sua propria especie, do que do das especies inferiores. Entretanto, não se pôde generalisar este conceito, porque remoutando-se na historia da civilisação, vê-se que o principio de nobreza sempre mereceu aos homens a mais inteira fé. Os stud book, e os herd book, relativos à reproducção dos animaes, são copiados dos animaes humanos.

A nobreza e constancia de raças nos animaes selectos se perpetuão, como nas familias humanas de alta linhagem, por casamentos ininterruptos entre os individuos mais distintos das raças. A recompensa é - a transmissão continua das qualidades selectas. A punição, em caso de desvio a esta regra, - será o rebaixamento da nobreza ou abastardamento do sangue.

A selecção é, pois, um processo de reproducção essencialmente garantidor da pureza das raças. (JORNAL DO COMMERCIO, 1891, edição 00311, n. p.).

Escrita pelo engenheiro agrônomo e auxiliar técnico da diretoria da agricultura e indústrias do estado do Rio de Janeiro (Brasil) Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho e veiculada pelo *Jornal do Commercio* (Rio de Janeiro, RJ) em 1891, essa passagem retrata “nós intrespecíficos” na relação entre nobreza, parentesco e “raça”. De modo geral, seu artigo trata de rudimentos de zootecnia, conceitos e aplicações práticas. Nesse fragmento, em particular, Ricardo relativiza a avaliação de que o homem (sinônimo de humano) se preocuparia menos com o “melhoramento” da própria espécie do que de outras. Recorrendo à “história da civilização” e a fé depositada no “princípio de nobreza”, Ricardo sugeriu que os próprios livros de registro genealógico usados como referência para seleção e reprodução de animais seriam “copiados dos animais humanos”. Segundo ele, tal como ocorreria nas “famílias humanas de alta linhagem”, a “nobreza e constância de raças nos animais seletos” poderiam ser

perpetuadas por meio de “casamentos ininterruptos entre os indivíduos mais distintos das raças”²⁴⁴. A “recompensa” por seguir esse *script* seria a “transmissão continua das qualidades seletas”, enquanto a “punição” em caso de “desvio”, o “rebaixamento da nobreza ou abastardamento do sangue”. Apoiado nessas convicções, Ricardo defendeu que a seleção (escolha dos indivíduos considerados ou não distintos) seria o “processo de reprodução garantidor da pureza das raças”.

No cotidiano de seu ofício, criadores escolhem quais cães e cadelas procriar, mantêm os filhotes que querem, provocam a morte (como tornou público J. A. P. de Magalhães) ou dão novos destinos (comercializam ou doam) aqueles que não desejam manter e seguir reproduzindo. Com base em ideias sobre herança, sangue e grupos genealógicos (família, linhagem e raça), a escolha de “quem procria com quem” costuma ser considerada uma decisão com potencial para melhorar ou comprometer o “patrimônio hereditário” e o porvir próximo ou distante do grupo. A procura por “bom estoque” através da criação seletiva e do encorajamento ou da obstrução de determinadas uniões, inspirado em uma retórica de *aperfeiçoamento* ou *melhoramento*, consiste em um objetivo comum entre a criação de animais “de raça” e a “eugenia”, conceito forjado pelo inglês Francis Galton no ano de 1883 e de significado *eu: boa* e *genus: geração* (SCHWARCZ, 1993, p. 78-79). Não por acaso, no contexto relativo à raça *fila brasileiro* entre 1970 e 1980 (**Capítulo 6, Seção 3**) o termo “eugenia” foi utilizado tanto por Procópio do Valle, quanto por Paulo Santos Cruz, que a despeito de discordarem dos termos para essa *boa geração* para essa raça, não divergiam da premissa eugênica em si.

Na história euro-americana, a ideia de “aperfeiçoar” o ser humano e fazer isso de modo análogo a como se fazia com espécies animais e vegetais é antiga. Porém, foi sobretudo com o “endurecimento progressivo da noção de herança biológica” a partir do século XIX que a ideia de uma “engenharia social como chegou a ser a eugenia adquiriu uma poderosa

²⁴⁴ Essa conexão é antiga, podendo ser rastreadas no século XIII. Segundo os historiadores Maaik van der Lugt e Charles de Miramon (2008), a classificação de aves de rapina e cães entre “nobres” e “não nobres” pode ser encontrada na literatura zoológica e cinogética do período medieval. Em “De naturis rerum” (1225–1241), por exemplo, o frade Thomas de Cantimpré (1201-1272) dividiu variedades de cães por ordem de nobreza: lévriers, chien courant e chiens roturiers de garde (algo como “cães de guarda plebeus”, em tradução livre) (Ibidem, p. 21). Para eles, a “analogia entre cães e homens nobres insere-se no desenvolvimento da ideia de uma dimensão biológica e hereditária da nobreza”, cuja marca mais proeminente teria sido o “aparecimento do conceito de sangue nobre” entre os séculos XIII e XIV (Ibidem, 2008, p. 2; 6-7, tradução livre). Um exemplo é a obra “La Chasse” (“A caçada”, em tradução livre), escrita entre 1481 e 1490, pelo senescal Jacques de Brézé (cerca de 1440-1494), na qual descreve em forma de poema uma caçada ao veado junto de Anne de Beaujeu (1461-1522), duquesa de Bourbon e filha mais velha de Luís XI e Charlotte de Savoie, respectivamente rei e rainha da França (BRÉZÉ, 1858). Entre outros aspectos, Jacques de Brézé (1858, p. 18) enfatiza uma suposta dimensão hereditária da nobreza e das virtudes relacionadas à caça: “Aux nobles doit venir de race” (“aos nobres devem vir de raça”, em tradução livre).

racionalidade prática” (LÓPEZ-BELTRÁN, 2004, p. 115, tradução livre). Na avaliação de Michel Foucault (1988),

[...] a análise da hereditariedade colocava o sexo (as relações sexuais, as doenças venéreas, as alianças matrimoniais, as perversões) em posição de ‘responsabilidade biológica’ com relação à espécie; não somente o sexo podia ser afetado por suas próprias doenças mas, se não fosse controlado, podia transmitir doenças ou criá-las para as gerações futuras; ele aparecia, assim, na origem de todo um capital patológico da espécie. Daí o projeto médico, mas também político, de organizar uma gestão estatal dos casamentos, nascimentos e sobrevivências; o sexo e sua fecundidade devem ser administrados. A medicina das perversões e os programas de eugenia foram, na tecnologia do sexo, as duas grandes inovações da segunda metade do século XIX. (FOUCAULT, 1988, p. 111-112)

Ainda que forjada em torno de temas-chave como administração da hereditariedade, seleção social e racismo, a eugenia tem percursos e nuances particulares em diferentes contextos nacionais e históricos. Enquanto a concepção mendeliana de genética marcou a eugenia em países anglo-saxônicos, que se estruturou mais sobre “seleção e genética que de reforma da saúde pública” (STEPAN, 2004, p. 345), eugenistas latino-americanos e brasileiros também seguiam ideias neolamarckianas, cujas concepções se apoiavam na possibilidade da transmissão de caracteres adquiridos (SOUZA, 2007, p. 515). Se caracteres adquiridos em vida fossem transmitidos de gerações ascendentes à descendentes, políticas públicas de promoção da saúde também poderiam ser canalizadas para alcançar uma população eugenicamente saudável (WEGNER, 2017, p. 82). Essa orientação científica fez com que a tradição do sanitarismo e do higienismo no Brasil mantivesse “cooperação intrínseca” com propostas eugênicas (STEPAN, 2004, p. 349). Congressos e conferências sobre seleção de casais e matrimônio, importância da análise genealógica, saúde materna, puericultura e bem-estar infantil, saneamento, controle de doenças infecciosas, problemas mentais, migrações e tipos raciais, entre outros temas, marcaram sua trajetória no Brasil (Ibidem, p. 345).

Curioso sobre como discursos e práticas ligados à criação de plantas e animais, especialmente cães, se relacionavam com interpretações eugênicas veiculadas publicamente em periódicos publicados entre o século XIX e XX, em junho de 2021 me debrucei sobre o acervo mantido pela Biblioteca Nacional Digital (BND) e examinei quarenta e duas edições do *Boletim de Eugenia*²⁴⁵ (1929-1933), de direção, propriedade e custeio do eugenista, médico e farmacêutico Renato Ferrz Kehl²⁴⁶ (1889-1974), mais tarde compartilhando sua direção com Octavio Domingues (1897-1972) e Salvador de Toledo Piza Junior (1898-1988), ambos professores da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), o primeiro de

²⁴⁵ Inicialmente sediado no Rio de Janeiro, depois rumando para Piracicaba (São Paulo), o *Boletim de Eugenia* foi publicado entre os anos de 1929 e 1933 (até 1931, mensalmente, e depois, trimestralmente) e editado em propaganda do *Instituto Brasileiro de Eugenia*.

²⁴⁶ Para conhecer sua história pessoal e intelectual, ver Souza (2006) e Academia Nacional de Medicina (2021).

zootecnia e o segundo de zoologia. A nova fase do *Boletim*, quando da companhia de Domingues e Pisa, seguiu “a norma dos que lutam para subsistir” e o “propósito de difundir ainda mais os ensinamentos de Galton, firmando no país a ‘consciência eugênica’ ou ‘consciência da responsabilidade geradora’, único recurso para a melhoria genética, somato-psíquica e consequente elevação da estrutura média do contingente humano” (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00037, p. 3). Na concepção defendida por Renato Kehl, a “eugenia” seria a

[...] sciencia da protecção e da selecção das sementes humanas [em referência à espermatozoides e óvulos]. A sua finalidade, em relação ás sementes, é a defesa da especie pela manutenção e multiplicação das boas linhagens. No seu ponto de vista pratico constitue uma verdadeira arte ou hominicultura, que se propõe a cultivar os bons especimen, segundo as regras da hereditariedade.

[...]

A eugenia é a sciencia do aperfeiçoamento physico, psychico e mental do genero humano, tendo em conta as disposições hereditarias da semente e as medidas que a beneficiem atravez das gerações. (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00008, p. 1)

Não obstante essa perspectiva geral, a “concepção de um eugenista sobre como a hereditariedade poderia ser melhorada dependia de seu entendimento da natureza da hereditariedade” (STEPAN, 2004, p. 344). Interessados no estudo da eugenia no Brasil indicam que, como resultado da maior ou menor aderência às teorias de herança lamarckistas ou mendelianas e às ideologias raciais e racistas, diferentes nuances podem ser reconhecidas no movimento eugênico da primeira metade do século XX. Os diretores do *Boletim de Eugenia* são exemplares dessas nuances. Enquanto Renato Kehl oscilou entre o lamarckismo e a genética mendeliana²⁴⁷, Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza Junior se apoiaram, cada qual a sua forma, em ideias mendelianas (CASTAÑEDA, 2003, p. 913-914; STEFANO; DAS NEVES, 2007, p. 452). No que se referia às teorias raciais, apesar de oscilar entre a aceitação das hipóteses mono e poligenista, Salvador de Toledo Piza Junior foi explicitamente contrário às uniões inter-raciais²⁴⁸ (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00041,

²⁴⁷ Apesar de tratar o lamarckismo e a genética mendeliana como variações de uma mesma ciência da hereditariedade (STEPAN, 2004, p. 347), no início de sua carreira Renato Kehl seguiu ideias de Lamarck, ao longo dos anos se aproximando do mendelismo (WEGNER, 2017).

²⁴⁸ Em “*A hereditariedade da cor da pele no casamento branco-preto*”, especialmente sua “conclusão” publicada na edição número 41 de 1932 do *Boletim de Eugenia*, Toledo Piza sugere que, “sob o ponto de vista antropológico, a união do branco com o preto tem o mesmo significado dessas uniões esporádicas que de quando em vez se operam na natureza entre indivíduos pertencentes a espécies diferentes” (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00041, p. 11). Ponderando sobre a origem da humanidade, sugeriu que, caso a origem única fosse confirmada, o “cruzamento” entre raças distintas “irá de encontro às tendências naturais”, no entanto, “si dermos a cada uma, uma origem distinta, devemos convir que tendo cada qual mantido através de milênios os seus traços étnicos inconfundíveis, é porque os dois grandes grupos raciais que representam vêm seguindo, desde o início, uma evolução paralela, sem a mínima propensão para se encontrarem” (Ibidem, p. 12). Sua conclusão, porém, parece desestimular esse tipo de relação inter-racial, sugerindo que, “debaixo do ponto de vista antropológico, as uniões de branco com preto não são naturais”, enquanto que, “através do prisma social, o

p. 11), enquanto Renato Kehl e Octavio Domingues viram na “mestiçagem” a possibilidade de um futuro mais eugênico, desde que “branco”.

Ainda que tenha caracterizado o histórico de “mestiçagem dos typos brancos, pretos e índios” como um mal²⁴⁹, no artigo “*Questões de raça*” Renato Kehl defendeu que a “solução” para o “problema racial” no Brasil passava pelo “advento de uma nacionalidade mestiça com predominância do elemento branco” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00006-07, p. 4). A receita para o que chamou de “futura consolidação ethnica” e a melhora do “estado geral da população” seguiu os moldes daquilo tratado na seção anterior, articulando a “diminuição progressiva dos índios e dos negros” que iriam “desaparecendo, pela morte e pelo cruzamento”, à imigração de “brancos” de origem europeia (portugueses, italianos, alemães e poloneses) (Ibidem, p. 3-4). Apesar de maior otimismo e algumas diferenças em seu argumento, Octavio Domingues também defendeu que a “mestiçagem” permitia o progressivo branqueamento da população brasileira, acrescentando sua contribuição para uma necessária “aclimação”²⁵⁰. Como zootecnista, Octavio Domingues imaginava isso para pessoas e animais, como respectivamente indicam as duas passagens que se seguem:

[...] é essa predisposição, é essa pre-adaptação - para falar a linguagem biogenetica - que passa [do negro] ao producto do mestiçamento com o ariano, o que lhe permite prolongar a civilização occidental debaixo do Equador, quiçá, talvez, permittir-lhe-á realizar, futuramente, outro typo de civilização. (VIDA DOMÉSTICA, 1935, edição 00203, p. 56)

O mestiçamento é inegavelmente uma fonte de diversificação de biotipos; então devemos concluir que será ele um processo favoravel á aclimação. « É fato biologicamente demonstravel: na mestiçagem de varias estirpes é que a natureza encontra o maior numero de biotipos de eleição » (O. Domingues) [...]

Cruzando-se animais assim aclimados, possuidores de caracteres pre-adaptativos para esse clima, com os animais da raça importada, obter-se-á uma descendencia, onde abundarão, certamente, biotipos que reúnem - de um lado, as qualidades nobres da raça importada, e de outro, os caracteres ou possibilidades de adaptação da raça natural, isto é, sua rusticidade.

casamento do branco com o preto, quaisquer que sejam as vantagens que disso advenham para o individuo ou para a comunidade, deve ser considerado, na situação presente, como uma união repugnante” (Ibidem, p. 12).

²⁴⁹ Mais aqueles classificados como “mulatos” (“mestiços” de “branco” e “preto”) do que como “mamelucos” (“mestiços” de “indio” e “branco”). Enquanto os primeiros são descritos por Kehl como feios, fracos, portadores de “vicios dos seus ancestraes”, instabilidade de caráter e “perturbadores do progresso nacional, sob o ponto de vista ethnico e social” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00006-07, p. 3), os segundos são considerados fisicamente mais conformados e mais fortes, psiquicamente muito inteligentes, caráter equilibrado, enfim, “superiores aos mulatos” (Ibidem, p. 3). Ainda assim, ambos são considerados: indisciplinados, impacientes, incoerentes, de “conduta” instável, “zig-zagueiante, irregular, descontinua e imprevista”, como sugeriu ao citar Oliveira Vianna (Ibidem, p. 3).

²⁵⁰ A esse respeito, qualificando a teoria de Lamarck como “pueril” para quem nasceu depois de Darwin, Domingues separou eugenia de eutecnia: “Os bons fatores geneticos ou hereditarios, que constituem o patrimonio biologico da raça ou da especie, precisam, na verdade, de estimulantes externos, daí esse conjunto de medidas de ordem eutecnica, destinadas a prepararem um ambiente sadio, apropriado, para que o individuo seja bem concebido, bem nascido, bem criado, bem educado fisica, intelectual e moralmente.” (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00037, p. 7). Em agosto de 1929, com o artigo “Eugenia e eugenismo”, Kehl sugeriu algo semelhante, entendendo “Eutechnia” como “tudo que directa ou indirectamente possa ser utilizado para auxiliar os propositos da Eugenia” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00008, p. 1).

O cruzamento, portanto, com os animais naturais da região, é um processo perfeitamente justificado, que permite agir com certa segurança e abreviar a aclimação, tornando-a viável. (DOMINGUES, 1935, p. 202-203)

Apesar das diferenças entre escritos de Kehl e Domingues, aspecto que me abstenho de discutir nesta pesquisa, ambos os autores pareciam concordar com a relevância da “seleção” e a necessidade de “não esquecer que a geração futura, se é produto da geração presente, também o é da geração passada”, como escreveu Octávio Domingues (1940, p. 363), princípio que, ao conectar diferentes temporalidades, confere centralidade ao imperativo eugênico de examinar a genealogia de um indivíduo e seu potencial para “transmitir boas qualidades de sua linhagem ou da sua família”. Ideias nesse sentido podem ser encontradas já na primeira edição do *Boletim de Eugenia* publicada em 1929, no artigo “*Do meu e do alheio: quatro razões para o estudo do pedigree humano*”, assinado por “K”, no que me parece referência a Renato Kehl. Preocupado com o “melhoramento racial” das “camadas superiores da sociedade”, Kehl elencou quatro razões para o estudo do “pedigree humano”, à moda do que era feito com animais:

- 1) - Organizar a arvore genealogica da familia, como motivo de orgulho, mostrando a descendencia de ilustres antepassados e tendo como finalidade dar os parentescos de familia, de tão grande utilidade medica, social e comercial.
- 2) - Julgar os caracteres juvenis dos individuos e suas possibilidades quando adultos. Isto é feito avaliando as capacidades especificas e as limitações dos antepassados, precisando a herança de cada qualidade e determinando a sua presença no individuo pelas precoces manifestações de reacções naturaes. Traços aproveitaveis de educação e de vocação de maior sucesso, devem, tambem, ser annotados.
- 3) - Procurar as fontes e traçar a origem e 're-combination' das qualidades naturaes, tanto mentaes como phisicas e intellectuaes. Este, aliás, é o grande fim biológico de todos os estudos genealogicos nas plantas e animaes, e deve ser tambem o dominante na genealogia humana.
Uma organização cuidadosa de cada registro torna possivel o conhecimento da hereditariedade, que é a base de todas as construções geneticas e eugenicas.
- 4) - Avaliar num dado casamento, as forças hereditarias dos paes em relação aos traços principaes. Isto constitue o aspecto pratico.
Entre as camadas superiores da sociedade, tal pesquisa deve orientar os esforços conscienciosos para o melhoramento racial. (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00001, p. 3)

Nesse artigo, Kehl considerou o “conhecimento da hereditariedade” proporcionado pela organização da genealogia familiar a “base de todas as construções genéticas e eugênicas”. Por possibilitar o registro e a análise de capacidades e limitações de indivíduos e seus ancestrais, esse conhecimento permitiria traçar a origem e, pela seleção, conduzir a recombinação de qualidades físicas e mentais “naturais”, o que considerava “o grande fim biológico de todos os estudos genealógicos nas plantas e animais” e estimava ser “também o dominante na genealogia humana”. Não bastaria ser “bem-nascido”, possuir um bom *pedigree*, sendo importante também conhecer e selecionar as relações como forma de melhorar aquilo tido

como “natural”. Pela centralidade atribuída ao grupo genealógico em detrimento dos indivíduos, parte dos artigos veiculados pelo *Boletim* que consultei representaram o indivíduo como um “depositário efêmero” de seu “patrimônio” hereditário, ainda que, paradoxalmente, fosse responsável pelo seu zelo e perpetuação, como sugeriu Renato Kehl em “*Linagens: pais e avós*” publicado em 1930 na décima quarta edição do *Boletim*:

Lembre-se, então, que você representa um anel de uma longa cadeia hereditária; que os caracteres físicos, psíquicos e mentais que lhe são próprios, tais como o talhe, a corpulência, a cor dos cabelos e olhos, a vivacidade espiritual, as aptidões, a inteligência, são transmitidos segundo leis fixas e que diversos caracteres, normalmente correlativos ou ligados nas linhagens puras, podem, misturando-se à linhagens bastardas ou degeneradas, formar combinações disharmonicas, dando nascimento a entes feios, desequilibrados ou doentes; - lembre-se então de que compete a cada um de nós zelar pelo nosso patrimônio, do qual somos apenas depositários efêmeros, pois que eles pertencem, em última análise, a uma das muitas linhagens que constituem o gênero humano e de que somos um simples anel. (BOLETIM DE EUGENIA, 1930, edição 00014, p. 1).

Temendo a suposta “degeneração” de “linhagens puras”, Kehl incentivou seus leitores a examinar a vida de seus pais, “como são ou foram fisicamente; quais os caracteres que nelles mais se destacam ou destacavam” em termos físicos e mentais, valendo o mesmo exame para avós, bisavós, tataravós “e assim por diante” (Ibidem, p. 1). O escrutínio do passado deveria oferecer as bases para o futuro, pois como sugeriu Kehl, “toda política deve ser essencialmente uma política do futuro, uma política biológica” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 50). Inspirado por Amade M'charek e Charis Thompson, passei a me interrogar sobre os modos pelos quais parentesco, temporalidades e materialidades estavam se imbricando nesses e mais escritos. Dois textos amplificaram minhas interrogações. Primeiro, encontrei o artigo “*Conferencias escolares sobre eugenia*” publicado na primeira edição do *Boletim* em 1929 com autoria de Albert Govaerts, à época professor da *Faculté de Médecine et de l'Institut Supérieur d'Education Physique de l'Université Libre de Bruxelles*. Afirmando que as características fisiológicas, morfológicas e morais se repetiam entre gerações familiares, Govaerts sugeriu que “nós somos os confinantes de nossos antepassados”, ou “como se diz muitas vezes de uma maneira pittoresca, ‘nascemos velhos’” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00001, p. 4). Mais tarde, me deparei com o texto “*A história da família e genealogia*”, um fragmento extraído do livro “*Inquiries into human faculty*” (1883) de Francis Galton que foi publicado na décima sexta edição do *Boletim* de 1930²⁵¹:

A expressão [‘laço de família’] parece despertar a idéia de que o individuo é, num sentido real, um prolongamento de todos os seus antepassados. Seu vigor, seu caráter e suas anomalias derivam principalmente delles; muitas vezes suas faculdades são a mistura de qualidades ancestrais; mas, com mais frequência são

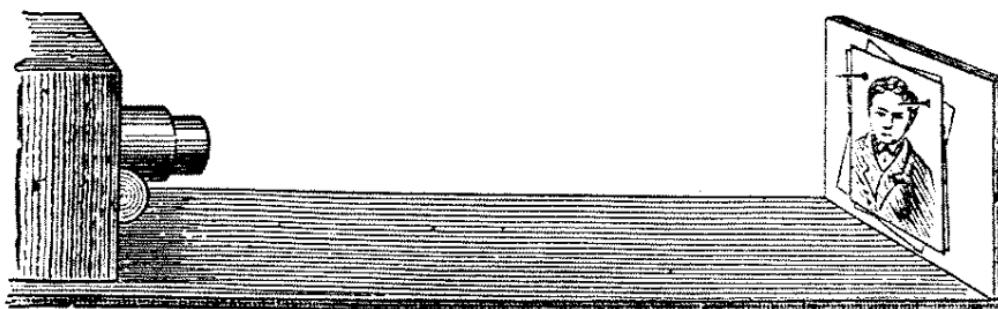
²⁵¹ Também disponível em: <<https://galton.org/essays/1880-1889/galton-1882-fort-rev-photographic-chronicles.pdf>>. Último parágrafo da página 6.

mosaicos, pedaços de semelhança com um ou outro, revelando-se aqui alli, hoje ou amanhã.

As histórias da vida de nossos ancestraes são prophcias de nosso proprio futuro. São muitos mais instructivas do que as da vida de extranhos, muito mais convenientes para nos encorajar e nos levar avante. (Ibidem, 1930, edição 00016, p. 1)

As ideias de um *passado confinado no presente* e de *ancestrais como profecias do futuro* me deram a sensação de um tempo suspenso ou sobreposto entre ascendentes e descendentes de um grupo familiar, ainda que não soubesse bem como lidar com isso analiticamente. No entanto, o próprio Francis Galton forneceu pistas úteis para análise dessa sensação. Em discurso na *Anthropological Subsection of the British Association for the Advancement of Science* em agosto de 1877, Galton falou sobre o método “*composite portraiture*”, ou “retratos compostos”²⁵² em tradução livre. Assim como Herbert Spencer (1820-1903), com quem relatou ter discutido sobre o assunto, Galton estava interessado em revelar supostas “características típicas”²⁵³ de grupos de pessoas, como criminosos, “raças” e famílias (GALTON, 1878, p. 97, tradução livre). Ambos os autores concordavam que sobrepor imagens de indivíduos e aceitar seu “resultado agregado” era um caminho adequado para isso, porém, enquanto Spencer sugeriu que isso poderia ser realizado através de desenhos feitos em folhas transparentes depois empilhadas, Galton optou por sobrepor retratos em uma mesma chapa fotográfica²⁵⁴ (Ibidem, p. 97).

Figura 35 - Ilustração de parte do procedimento divulgada pelo próprio Francis Galton



Fonte: Galton (1878, p. 97)

²⁵² Termo que prontamente me fazia lembrar de Millais e suas pesquisas, cujo uso conceitual talvez se explicasse pelo diálogo com e a inspiração em Galton (ver **Capítulo 4, Seção 3**)

²⁵³ No original: "what sure method is there of extracting the typical characteristics from them?" (p. 97)

²⁵⁴ Como o próprio Galton (1878, p. 98) relatou, essa ideia ganhou contornos quando o resolveu aplicar aquilo que fazia com mapas e vestígios meteorológicos ao acervo de retratos de condenados por homicídio e outros crimes que recebia de Edmund Frederick Du Cane (1830-1903), à época diretor geral de prisões do Império britânico. Relacionando fenótipos à suposta tendência para criminalidade, ele acreditava que seus retratos compostos poderiam representar “não o criminoso, mas o homem que está sujeito a cair no crime” [not the criminal, but the man who is liable to fall into crime.] (Ibidem, p. 98, tradução livre).

Galton descreveu e ilustrou os instrumentos, as técnicas e os procedimentos necessários para isso em palestras, artigos e cartas. Para começar, ele obtinha e ajustava a escala de retratos de pessoas que lhe soassem “semelhantes em atitude e tamanho”²⁵⁵ (Ibidem, p. 97, tradução livre). Dois furos eram feitos no topo de cada fotografia, de forma a possibilitar seu encaixe em um par de alfinetes fixados numa superfície vertical. Tendo como referência o nível dos olhos, Galton alinhava e pendurava os retratos uns sobre os outros (**Figura 35**). Feito isso, Galton direcionava uma câmera fotográfica para eles e, controlando o tempo de exposição de cada retrato, registrava um a um sobre a mesma chapa fotossensível. Além de acreditar que a imagem-produto dessa composição representava a “média” daqueles retratos sobrepostos, Galton sugeriu as faixas borradas ou desfocadas que esse procedimento produziria permitiriam medir “a tendência dos componentes de se desviarem do tipo comum” (Ibidem, p. 97, tradução livre²⁵⁶).

Comentando sobre as possibilidades desse método, Galton ressaltou sua potencialidade para o estudo da “transmissão hereditária” em um grupo de familiares (Ibidem, p. 100, tradução livre). Nesses casos, ele atribuía “pesos” distintos (cuja influência na imagem-produto seria aumentada pelo maior tempo de exposição de cada retrato) a depender do grau de parentesco: ele deveria ser maior para pais, mães e irmãos e menor para avós, primos/as, tios/as e outros/as cuja influência hereditária entendia ser menor. Enquanto isso, parentes que julgasse dessemelhantes eram desconsiderados e excluídos do procedimento. A figura que se segue, apresentada por Carlos Ginzburg (2017), oferece um exemplo do resultado desse procedimento:

²⁵⁵ No original: "similar in attitude and size" (p. 97).

²⁵⁶ No original: "*amount of blur, will measure the tendency of the components to deviate from the common type*".

Figura 36 – “Retrato composto dos membros de uma família”



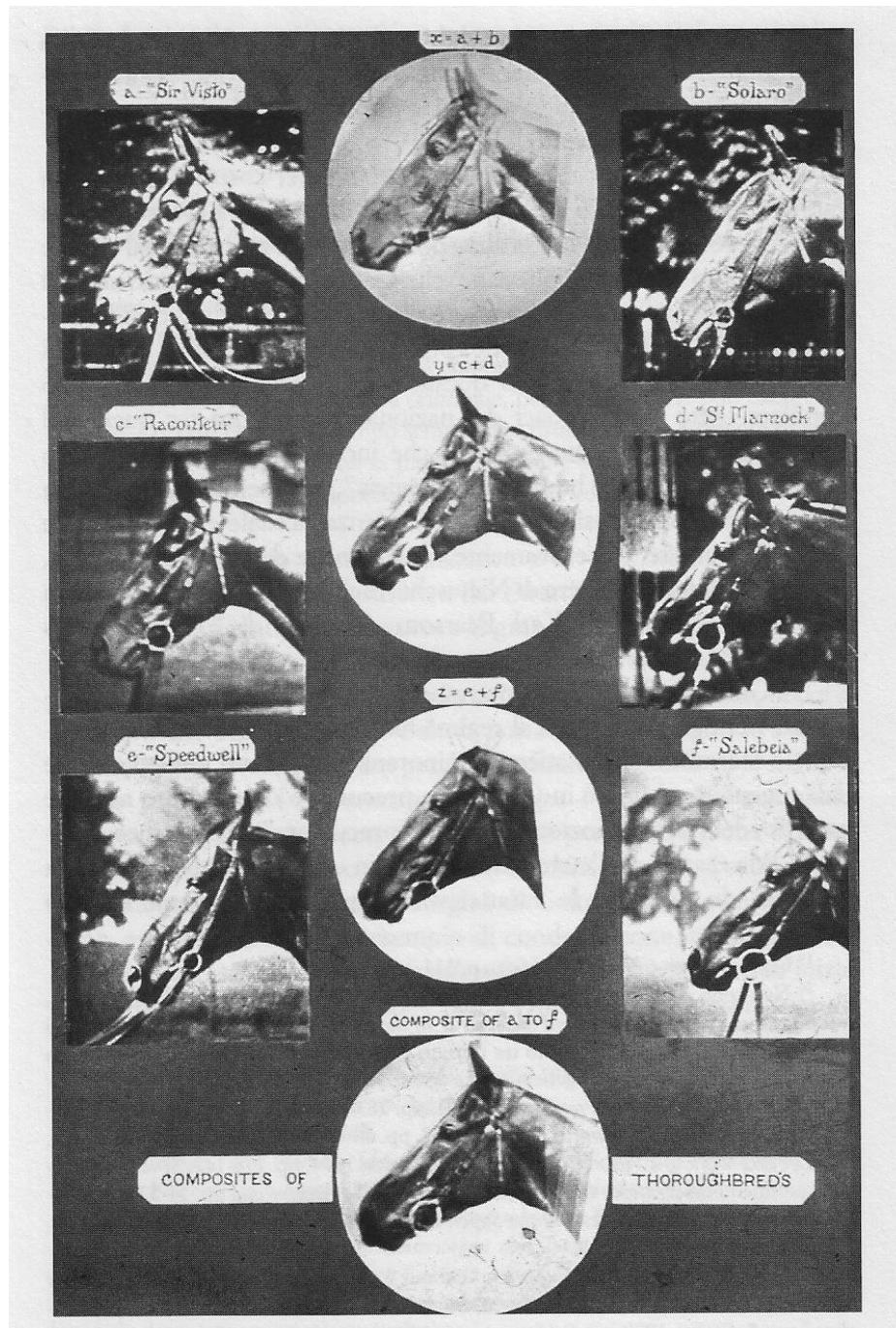
Fonte: Ginzburg (2017, p. 114, tradução livre)

Nesse caso, Galton escolheu e sobrepôs retratos de parte dos membros de uma mesma família (GINZBURG, 2017, p. 114). A imagem é organizada de cima para baixo, de ascendentes a descendentes, em três camadas. Na primeira, retratos de *irmão do pai*, *pai* e *mãe* compõe o topo da imagem. A baixo, *sobrinho do pai*, dois *filhos* e duas *filhas*. Na terceira e última camada, um *composto de homens* e um *composto de mulheres* nas laterais divide espaço com um *co-composto* destituído de sexo e centralizado. Carlo Ginzburg (2017, p. 114, tradução livre) considerou essa imagem “inquietante e fantasmagórica”. Enquanto Galton (1878, p. 100, tradução livre) sugeriu que seu método “ajudaria os criadores de animais a julgar os resultados de qualquer união proposta melhor do que são capazes de fazer no presente”²⁵⁷, Ginzburg

²⁵⁷ No original: “aid the breeders of animals to judge of the results of any proposed union better than they are able to do at present”.

(2017, p. 115) indicou que a inspiração para o próprio procedimento teria vindo da criação e reprodução de cavalos:

Figura 37 – “Retratos compostos de exemplares de sangue puro”



Fonte: Ginzburg (2017, p. 115, tradução livre)

Seja “inspirado em” ou “fonte de inspiração para”, esse método proposto por Galton e as imagens resultantes capturaram minha atenção por, como sugeriu Carlo Ginzburg (2017, p. 115, tradução livre), promover a “compressão de uma sequência cronológica (distintas

gerações de uma família, por exemplo) em uma mesma imagem, convertendo, dessa forma, o tempo em espaço ou (como diriam os linguistas) diacronia em sincronia”. Ainda que o resultado dos procedimentos conduzidos por Galton tenham sido usados como justificativa para todo tipo de preconceito²⁵⁸, xenofobia e racismo, tive a sensação de que o que ele estava fazendo através de retratos, câmeras fotográficas e mais, José Azevedo Pinto de Magalhães estava fazendo através de outros tipos de tecnologias e procedimentos, como registros genealógicos, avaliações morfológicas, temperamentais e funcionais de um indivíduo e seus ancestrais, seleção e reprodução “em ascendência” (promoção de acasalamentos entre cães e cadelas aparentados) que, na prática, sobrepõem indivíduos de diferentes gerações de uma família em busca de um mosaico que representasse as qualidades médias estimadas para criação e continuidade da “raça” *braco de JAPMA*. Da imagem fantasmagórica produzida por Francis Galton com base em fotografias, me peguei olhando para as fotografias de YORK, DARK, NOÉ e outros exemplares ou “compósitos” de carne e osso que, conforme apresentadas nas edições da revista *Fauna* (São Paulo, SP), chegaram a ser matéria, encorpando a “raça”, linhagens e suas diferentes camadas de temporalidade. Ao condensar nome e sobrenome de criador e seus ascendentes, a identificação “JAPMA” atribuído à raça canina criada por J. A. P. de Magalhães parecia, simbolicamente, coroar esse compósito familiar feito na carne.

Essa afinidade não me parecia algo excepcional. Para parte daqueles que escreveram para o *Boletim*, como Sebastian Recasens, da Faculdade de Medicina de Madrid, no artigo “*Eugenia e procriação*” publicado na quarta edição de 1929 do *Boletim de Eugenia*, o *pedigree* e a reprodução seletiva também seriam “aplicáveis à espécie humana”, mesmo quando entre parentes:

A Inglaterra, que está na vanguarda nestas experiências, conseguiu criar raças de cães, cavallos e outros animais, nas melhores condições possíveis, e completamente adaptados aos gostos e necessidades do homem [...]

Estas práticas selectivas são applicaveis á especie humana. Está provado que os cruzamentos entre raças superiores dão typos superiores, e vice-versa. [...]

É evidente que podem vir de raças puras elementos melhores, e cabe uma seleção que redima paulatinamente a humanidade de taras hereditarias.

Apresenta-se neste ponto a questão da consanguinidade.

²⁵⁸ No *Boletim de Eugenia*, o próprio Renato Kehl fez afirmações nesse sentido. No artigo “*Herança e crime: os caracteres moraes são hereditarios?*”, Kehl relatou investigação de três mil “criminosos ingleses” a fim de responder essa questão. “Com o auxilio do coeficiente de correlação de Galton, o Dr. Goering organizou os indices de semelhança entre os criminosos ligados por parentesco, chegando á conclusão de que a hereditariedade exerce um papel preponderante na transmissão destes caracteres” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00005, p. 3). Isso, inferiu, evidenciaria “o perigo de casamentos com individuos, mesmo normaes, porem originarios de familias onde existe a diathese criminosa” (Ibidem, p. 3). No tom do neolamarckismo presente em sua concepção da natureza da hereditariedade, sugeriu não haver “duvida de que a educação e a vida n’um meio são, podem attenuar ou mesmo fazer desaparecer o máu caracter familiar recessivo” (Ibidem, p. 3).

Vi tres surdos-mudos, filhos de primos irmãos, nos quaes a herança acumulou as taras ancestraes. Não obstante, é preferivel o matrimonio entre individuos de familias aparentadas, sãs, á união com individuos desconhecidos.

[...] A carta genealógica de família seria de grande valor eugênico. Os cavalos têm. Deve isto, entretanto, realizar-se mediante um processo de cultura, em que cada individuo sinta a responsabilidade do matrimonio no futuro da raça. (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00004, p. 2)

Avaliações semelhantes também podem ser encontradas no artigo “*Eugenia: hereditariedade e meio*” escrito pelo à época diretor dos Institutos de Eugenia e de Biologia Racial de Upsala (Suécia) Herman Lundborg e publicado pelo *Boletim de Eugenia* em 1930:

Individuos de descendencia igual pelo lado paterno e materno são de regra harmoniosamente desenvolvidos; os genes, unidades hereditarias, sobre os quaes repousa a estrutura dos orgãos e o seu systemas somatico são mutuamente bem adaptados. Casamentos na familia ou na mesma linhagem são preferiveis, em regra. Sómente nas familias degeneradas resultam más consequencias desses matrimonios. Também são proveitosas as misturas raciaes entre povos proximos, de boas aptidões.

Combinações, porém, de raças mui diversas trazem em resultado certa confusão, uma desharmoniosa proporção dos genes entre si, o que se manifesta sob a fórmula de má constituição. Essa prole será inferior. Isso pôde ser verificado não só nas plantas e animaes, como também no homem. [...]

No mundo animal notamos a mesma disposição. O "street-dog" com suas proporções grosseiras, más qualidades internas, é um exemplo terrivel de degradação genotypica. Tal producto surge depois de poucas gerações, quando por exemplo, um cão de raça tem occasião de acasalar com outros cães quaesquer e quando essa promiscuidade se repete em algumas gerações. (BOLETIM DE EUGENIA, 1930, edição 00017, p. 4).

Toda capacidade civil e espiritual, toda criação, emfim, todo valor social de um homem cresce sobre a base das disposições herdadas da família, linhagem e raça. Todo exercicio e educação, por mais importante que seja, tem nas condições hereditarias o seu ponto de partida e o seu fim. Essa capacidade herdada pôde perder-se. Muitos povos de alta cultura caíram de sua eminencia e desapareceram porque a sua organização para conservação da força racial não foi eficiente.

De conformidade com o Dr. Siemens, podemos formular a seguinte these: “A questão que decide o futuro de um povo não é: quem educará a nova geração? mas sim esta: quem parirá as novas gerações?” (Ibidem, p. 5).

Nessas passagens, Lundborg atribuiu todo valor ao grupo genealógico, que justamente por isso precisaria ser preservado através da regulação e da orientação da reprodução. Apesar da reprodução entre parentes ser um tema controverso²⁵⁹, o que também foi e é a

²⁵⁹ No que se refere particularmente à interpretação dos diretores do *Boletim de Eugenia*, Domingues foi “contrário às uniões consanguíneas” entre pessoas, “mesmo em se tratando de raças diferentes, [...] porque produziam com maior frequência as ‘más heranças’” (STEFANO; DAS NEVES, 2007, p. 453). Renato Kehl, também contrário, de modo geral, comentou justamente aquilo que falado sobre animais “de raça”: “Encarei o assumpto sob o ponto de vista biologico, chegando á conclusão de que « a consanguinidade tanto serve para exaltar as boas qualidades, o que é raro no genero humano, como para multiplicar as más, o que é a regra ». Não havendo um criterio seguro para consentir ou deixar de consentir no casamento entre parentes, julguei sabia a lei que inibe essas ligações, concluindo pela manutenção do artigo e paragrapho referido.” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 54) Em “*Consanguinidade*”, apresentado por Newton Belleza no Congresso de Eugenia, sugeriu-se que: “Nos animaes domesticos e nas plantas, os observadores vêm secularmente topando com os mesmos resultados contradictorios da reprodução consanguinea. Raças especializadas de primeira ordem foram obtidas por esse meio, emquanto outras tentativas identicas se frustraram nas primeiras

tônica em relação a cães e outros animais “de raça”, a expectativa de que o “futuro” de uma “raça” passava pela organização para sua conservação²⁶⁰ e pela escolha de “quem parirá as novas gerações”, nem tanto. Se por um lado “raças de cães” foram consideradas exemplares da premissa eugênica de que a seleção e “os cruzamentos entre raças superiores dão tipos superiores”, por outro, presumiu-se que o “street-dog” (“cão de rua”, em tradução livre) seria modelar da “degradação genotypica” oriunda da ausência dessa organização e seleção. Se em relação a criação de cães e cadelas “de raça” registrada em associações de canis isso envolvia procedimentos e perícias que regulavam desde a ancestralidade e escolha do acasalamento ao exame e certificação de conformidade racial da ninhada, a exemplo do protocolo exigido pela Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães (SPCPA) mencionado no **Capítulo 5, Seção 5.2**, em relação a pessoas essa expectativa recaía sobre médicos, exames e atestados pré-nupciais²⁶¹.

O artigo “*Consulta matrimonial*” escrito por Cunha Lopes e publicado no *Boletim de Eugenia* em 1932 ilustra bem esse aspecto. Para Cunha Lopes, o casamento demandaria “inexcedível cuidado, porquanto das proles sadias é que advirá o surgimento, a regeneração da raça²⁶², a formação de fenótipos higidos, o aperfeiçoamento, enfim, das futuras gerações” (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00037, p. 4). Para ele, essa consulta consistiria em um “juízo pericial” sobre “a aptidão dos candidatos antes do casamento”, ou seja, avaliar “além dos antecedentes morbidos e o estado presente, os patrimônios hereditários das famílias que se enlaçam”, e decidir “se em vista da disposição hereditária pode tais pretendentes contar com valiosa, prospera, sadia, descendência” (Ibidem, p. 4-5). Segundo ele,

Falta[ria], contudo, a popularidade ao exame pre-nupcional. Urge fazer a propaganda de suas insofismáveis vantagens. Muitas são as nações que o têm como obrigatório e exigem os certificados comprobatorios de sanidade e aptidão para que se realize a cerimonia contratual do casamento.

A objeção de que nossos conhecimentos são ainda insuficientes para dar decisiva resposta pratica a certos quesitos da idiopatologia não mais subsiste. Na grande maioria dos casos a previsão da expectativa de determinadas doenças tem sido verificada com bastante regularidade nas investigações genealogicas. As leis de

investidas. Na indecisão interpretativa desses phenomenos quase todos os cientistas resolveram de um modo geral condemnar esse processo de reproducção em familia. E arraigou-se profundamente no espirito publico a certeza dos maleficios dahi decorrentes.” (Ibidem, p. 295)

²⁶⁰ A necessidade de “organização para conservação da força racial” lembra discussões e ao investimento material feito na raça *fila brasileiro* desde a década de 1970 (vide CAFIB, Paulo Santos Cruz, Francisco, entre outros) e em 2012 (vide Silva)

²⁶¹ A atenção em torno desses temas recaía nos casais, mais sobretudo à mulher, “pois era por intermédio da educação, dos conselhos morais e da higiene sexual feminina que se poderia garantir uma prole saudável e uma ‘nação eugênica’” (SOUZA, 2007, p. 517). Sexo, gênero, raça e nação se entrecruzam e condensam “preocupações em torno da higiene, decadência, saúde e eficiência orgânica” (HARAWAY, 2004b, p. 264-265, tradução livre).

²⁶² A ideia era que, “para se agir em favor da raça é preciso muita vez sacrificar-se o individuo”, como sugeriu Alberto Farani no artigo “Como evitar as proles degeneradas?” veiculado em outubro de 1931, pois “desaconselhar o casamento a um tuberculoso, não deixa de ser um sacrificio para ele” (BOLETIM DE EUGENIA, 1931, edição 00034, p. 3).

herança, embora de ardua verificação, parece reproduzirem-se com impressionante determinismo. (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00037, p. 5)

Na perspectiva daqueles que escreviam no periódico, as inspirações para essas perícias e certificados vinham justamente de criações de animais “de raça” e culturas vegetais. São muitos os exemplos nesse sentido. No texto “*A esterilização dos grandes degenerados e criminosos*”, publicado na segunda edição do *Archivos Brasileiros de Hygiene Mental* (1925, edição 00002, p. 70), Renato Kehl sugeriu que, por ser a “sciencia da bôa geração”, o exame pré-nupcial se imporia à eugenia “como á agricultura se impõe, principalmente, a selecção e protecção das sementes, como á zootechnia se impõe, inicialmente, a escolha dos reproductores e a segregação dos que não conveem”. Kehl argumentou que um agricultor não joga as sementes de forma despreocupada, mas “escolhe as melhores, selecciona-as”, algo seguido de lamentações sobre a aceitação de que “a semente humana seja lançada ao acaso, julgando-se immoral seleccional-a e protegel-a, como se faz ás das plantas e animaes” (Ibidem, p. 70). Esse sentimento se mostrou algo recorrente em outros artigos, como, por exemplo, e respectivamente, “*A seleção dos bem-dotados*” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00010, p. 1) escrita pelo membro da *Société Belge d’Eugénique* Ovide Decroly (ROSA, 2005, p. 150); “*O animal homem*” assinado por E. R. (sem explicitação de nome completo) (BOLETIM DE EUGENIA, 1930, edição 00016, p. 4); e “*Da eugenia*”, de H. de Varigny, com tradução e anotações de Octavio Domingues (Ibidem, 1931, edição 00025, p. 1):

Esta concepção [seleção dos bem-dotados] é fundada em bases experimentaes bem estabelecidas, que demonstram poder ter o problema uma solução. Conhecemos os procesos utilizados pelos criadores para melhorar as especies vegetaes e animaes. Da rosa silvestre conseguiu-se a rosa dos jardins, do pomo acido chegou-se, por selecção, á soborosa maçã. Existem hoje numerosas variedades de raças de pombos, galinhas, cavallos, que correspondem a condições e caracteristicos fixados pelo homem.

Estes factos mostram claramente que ha meios de seleccionar os individuos, de criar, desenvolver e manter raças.

Sob o ponto de vista humano esta idéa de selecção não é, actualmene, tão facil de realizar. Por sua natureza, o homem não gosta de ser considerado, em igualdade de condições, a uma planta ou a um animal. Entre nisso o amor próprio, que, aliás, corresponde a um sentimento moral inteiramente legitimo. [...] (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00010, p. 1)

Seleccionando as sementes, antes de as plantar; fazendo cruzamentos inteligentes, obtem-se plantas magnificas; seleccionando reproductores, cruzando-os convenientemente, obtemos raças bellas e fortes. Por que não fazer e mesmo na especie humana? Qual o motivo de escrupulo que só teem concorrido para a degradação da humanidade? Porque tanto orgulho, se a grande maioria de nossos semelhantes não passam de doentes e de degenerados? De que nos vale estar collocados no primeiro plano na escala zoologica, se não cooperamos para o nosso melhoramento, no mesmo gráo dos resultados obtidos entre animaes domesticos e entrem as plantas? (BOLETIM DE EUGENIA, 1930, edição 00016, p. 4)

[...] Demais é preciso reconhecer que os methodos da eugenica animal ou vegetal não são agradaveis á maioria. Que fazem os criadores ou horticultores, com

efeito? Suprimem pura e simplesmente os animaes ou vegetaes que não apresentam em grau sufficiente os caracteres da raça em elaboração. Destróem-nos simplesmente. De outro lado, para intensificar e fixar os caracteres que fazem elles? Presidem ás uniões. Fazem a escolha dos casaes; impõem os connubios (BOLETIM DE EUGENIA, 1931, edição 00025, p. 1)

Essas passagens me parecem indicar ao menos duas questões relevantes. Primeiro, havia uma estreita conexão entre as ideias, embora não as práticas, da criação de animais com a reprodução humana. Segundo, que essa aplicabilidade de bases experimentais análogas aquelas realizadas com vegetais e animais (seleção, condução dos acasalamentos, fixação e melhoramento) em humanos teria encontrado freios em um sentimento moral de exaltação da superioridade humana. Hierarquias entre reinos, gêneros, espécies e “raças” vão se entrelaçando. Abordando o conceito de “espécie” na antropologia e citando nomes como Lévi-Strauss e sua inspiração em Jean-Jacques Rousseau, o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro (2013, n. p.) atribui ao primeiro intelectual a sagaz advertência de que “a relação entre racismo e especismo não é de descontinuidade, e sim de continuidade”, de modo que o “especismo antecipa e prepara o racismo”. Ainda que antecipe e prepare o racismo, essas e outras edições do *Boletim de Eugenia* deixam transparecer certo incomodo pelo especismo tornar certas ideias e práticas algo moralmente inadequado, retardando aquilo que os redatores desses artigos pregavam. Com o artigo “*Um programa para a eugenia*”, veiculado na última edição do *Boletim de Eugenia* em 1933, Salvador de Toledo Piza Junior, professor de zoologia e um dos diretores do periódico, seguiu a mesma linha:

Não se pode dizer que a Eugenia seja a Genetica humana. A genetica é uma ciencia experimental cujas bases acentam nos fenomenos da reprodução. Embora se interesse ela e muito pela genese dos gametas e pelos fenomenos correlatos, tem o seu objetivo primacial no acasalamento dos seres. A genetica é por assim dizer a ciencia do acasalamento. Toda a sorte de conubios lhe interessam e sobretudo aqueles que a sociedade mais condena: os conubios entre irmãos, entre pai e filhas ou entre filhos e mãi. Bem se vê que não podemos falar de uma genetica humana... A sociedade prohiibe que se toque nas questões sexuais, como pois pensar numa genetica de homens?...

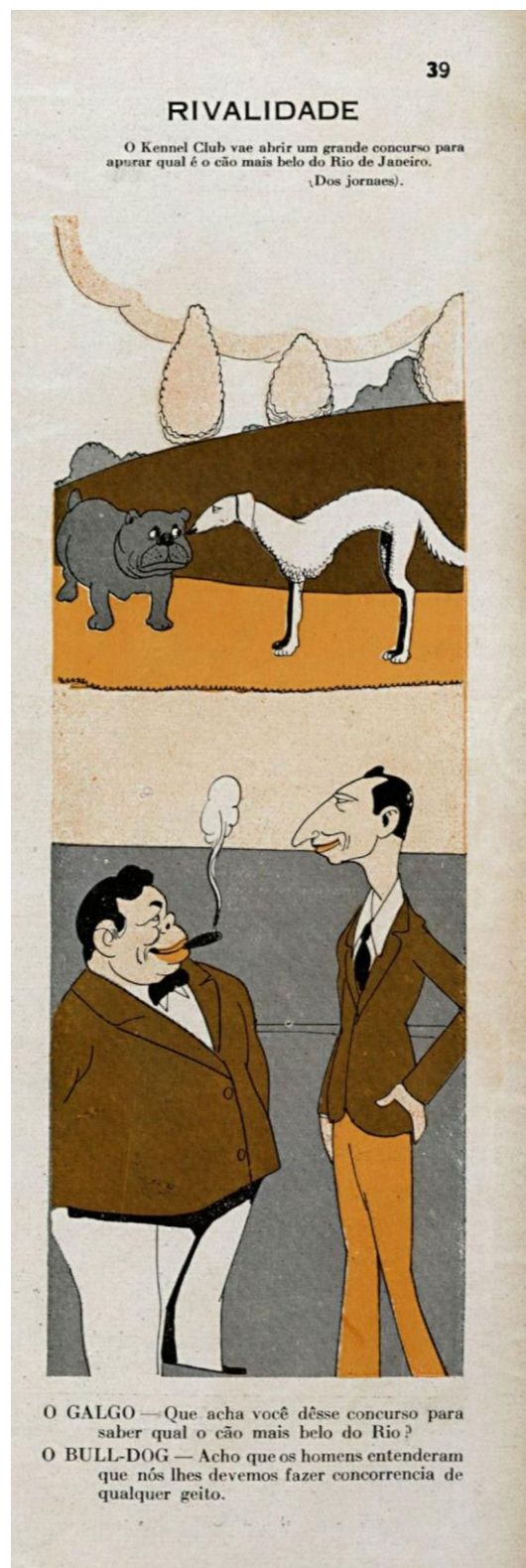
A Eugenia não é a genetica humana porque lhe falta sobretudo a parte experimental. É, porem, a ciencia que tem por escopo aplicar ao homem os principios uteis que a Genetica recolhe de sua continua experimentação com os animais. Assim concebida, a Eugenia é uma ciencia aplicada; é uma verdadeira « Zootecnia » humana. A zootecnia visa melhorar economicamente os animais domesticos, criando-os á luz dos ensinamentos promanados da genetica; a Eugenia pretende a melhoria social do homem, conduzindo-o á mesma luz. Porem, enquanto a Zootecnia progride a largos passos, alcançando resultados os mais surpreendentes, a Eugenia a partir de Galton só tem conseguido resultados literarios, sem nenhum progresso palpavel no dominio da utilidade. E porque? - Porque o homem, que dominados os animais, aplicando-lhes os preceitos melhoradores com o mais absoluto rigor, não tem siquer o dominio de si proprio. Nega-se a conhecer-se, nega-se a submeter-se e burlando as leis que ele mesmo legislou, pensar enganar aos outros enganando-se a si mesmo. [...] (BOLETIM DE EUGENIA, 1932, edição 00042, p. 16).

Ainda assim, não faltaram tentativas de estender aquilo proposto para animais a pessoas. À moda de como jornais e revistas veiculados ao longo do século XX apresentavam exposições caninas, o mesmo ocorreu no primeiro ano do *Boletim de Eugenia*. No artigo “*Pelo aperfeiçoamento da nacionalidade: a 1ª brasileira eugenizada*”, Renato Kehl noticiou a realização de um “Concurso de Eugenia” em São Paulo, com promoção da Sociedade de Medicina e do Serviço Sanitário deste estado em 1929 (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00005, p. 1). Como sugeriu Kehl, o concurso respondia a “um dos mais importantes problemas da sciencia de Galton”: a “selecção dos «bem dotados», isto é, na escolha dos melhor prendados physica, psychica e mentalmente” (Ibidem, p. 1). Orgulhoso, ele vendia essa atividade como uma “valiosa prova de eugenia pratica” (Ibidem, p. 2). Meninas e meninos de 3 a 5 anos participaram do concurso, sendo fichados e examinados em relação a “enfermidades” físicas e mentais, suas e de seus ascendentes. Segundo Kehl,

[...] evidenciou-se o alto interesse dos paes, que se preocupavam em discernir as possibilidades de victoria apresentadas pelos filhos: pesando os elementos individuaes e hereditarios com que contavam os filhos para o concurso; discutindo, em familia, os «prós» e os «contra»; estudando os antepassados, procedendo a uma devassa na vida de cada um, orgulhando-se ou revoltando-se contra as suas qualidades ou defeitos physicos, psychicos e mentaes. (Ibidem, p. 1)

O julgamento dos cerca de setenta participantes, feito em rodadas eliminatórias, ficou a cargo de uma “comissão” formada por cinco médicos, os quais segundo Kehl dispensaram o “maximo rigor na selecção dos concorrentes inscriptos” (Ibidem, p. 1). Conforme Kehl relatou no *1º Congresso Brasileiro de Eugenia*, o objetivo do concurso era “premiar tres crianças brasileiras que mais se approximassem do typo eugenico ideal” (CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA, 1929, p. 57). Coube justamente a Kehl a entrega do prêmio “destinado á primeira brasileirinha considerada oficialmente eugenizada”, o que afirmou “vale[r] por um titulo sem par na nobiliarchia galtoniana” (BOLETIM DE EUGENIA, 1929, edição 00005, p. 1-2). A vencedora foi a menina Adenir, de três anos, mas os méritos de sua vitória foram estendidos a seus oito irmãos, seis tios maternos e sete paternos, “todos sadios” (Ibidem, p. 1). A cena de uma comissão e julgamentos comparativos entre indivíduos e a luz de certo “tipo ideal” como caminho para selecção e “melhoramento racial” parecia espelhar esse concurso e exposições de cães e cadelas “de raça”. Similar a jornais que ao longo do século XX noticiavam a realização de exposições caninas e destacavam cães e cadelas vitoriosos, Adenir também foi retratada em fotografia na capa do *Boletim de Eugenia* (Ibidem, p. 1). Nós interespecíficos pareciam justos demais... Se foi em parte por uma charge com pretensões humorísticas que esse capítulo ganhou corpo, por outra chega ao fim.

Figura 38 - Charge publicada em 11 de julho de 1936



Fonte: *Careta* (1936, edição 1464, p. 39)

7.3. ENTRE NÓS

Ao longo da minha pesquisa em acervos públicos de bibliotecas digitais, busquei seguir categorias, pessoas e periódicos que me permitissem conhecer e relacionar o contexto e o discurso racista e eugênico no Brasil do final do século XIX e início do século XX com elementos tratados nos **Capítulos 5 e 6**. Estudando discursos e práticas de lugares e épocas distintas cuja reunião devo a dobras proporcionadas pela metáfora “coquetel das raças”, pude observar uma série de aproximações e distanciamentos.

Em ambos os contextos percebi que a abordagem genealógica e tipológica-racial adotada para retratar a diversidade humana e canina seguia, entre outros aspectos, a premissa de que uma “raça” equivalia a um grupo de indivíduos ligados pela origem (familiar e/ou nacional) e pela partilha de um conjunto de características físicas e mentais transmissíveis e distintas de outro grupo. Essa expectativa pela partilha de certos modos de ser e se comportar estava assentada em uma representação simbólica do “sangue” desses grupos como líquido que, através da reprodução, traça genealogias, vertendo virtudes e defeitos de geração em geração. Enquanto a suposta “pureza” desse “sangue” foi associada à “fixação” e à homogeneidade, o que forneceria sua constância ou capacidade de se repetir semelhante de geração em geração, a dita “mestiçagem” foi vinculada à oscilação e à heterogeneidade. Digno de nota como em ambos os contextos me encontrei tanto com definições e expectativas em relação ao “atavismo” e à avaliação de que a presença de uma característica considerada “fora de lugar” poderia fornecer indicativos ou provas sobre a origem impura de uma “raça”, quanto com uma leitura ambivalente sobre a reprodução entre parentes “consanguíneos”, se revelando não apenas fonte de “tipicidade racial” e caminho para alcançar a desejada uniformidade, mas também um potencial risco ligado à saúde e à hereditariedade.

Entre aquilo que se dizia “puro” ou “mestiço”, vigoravam preocupações em relação à continuidade e à melhoria de grupos raciais e tentativas mais ou menos organizadas de regular e gerir a reprodução. Para isso, além da organização em associações de canis e sociedades de eugenia, práticas como registro e análise genealógica; realização de exposições; exames e seleção de possíveis casais para, através da orientação de uniões consideradas eugenicamente adequadas, alcançar o melhoramento da constituição física e mental do grupo racial se mostraram convergências de destaque. Como parte dos juristas, médicos, antropólogos, zootecnistas e zoólogos citados, tanto J. A. P. de Magalhães, quanto figuras proeminentes no contexto da raça *fila brasileiro*, pareciam amparar suas propostas de “melhoramento” em um evolucionismo competitivo nos moldes de Herbert Spencer: ambos defendiam que as escolas (fossem feitas por cinófilos ou médicos) em perícias ou exposições (seleção)

identificariam os melhores indivíduos para reprodução (sobrevivência), permitindo conciliar continuidade com “melhoras” graduais ao longo do tempo (evolução).

No Brasil, em particular, pessoas e cães foram, cada qual com sua “ficção dirigente” (FANON, 2008 [1952], p. 179), lidos sob o signo da heterogeneidade e da “mestiçagem”. Em ambos os contextos, no entanto, variava a interpretação se a homogeneidade era algo possível ou não, e se sim, se já seria algo feito e passível de preservação ou um objetivo por concretizar. Em todo caso, vigorou uma leitura do elemento “mestiço” como simultaneamente “problema” e “solução”. Enquanto cães no Brasil foram identificados como “mestiços” de tipos ou “raças” de origem europeia, ainda que se discutisse quais e a extensão de sua influência, pessoas foram retratadas como um misto de europeus, africanos e indígenas, os dois últimos inferiorizados pelo discurso racista hegemônico. Se alguns interpretes teimaram que “mestiçagem” equivalia a “degeneração”, outros modularam o argumento da ciência racial e racista e, apesar da aceitação da existência de diferenças essenciais, da “pureza” como valor e a defesa de hierarquias raciais, especularam que a seleção (ora retratada como “natural”, ora como “social”) e o cruzamento entre tipos locais e europeus poderia gerar “mestiços de primeira ordem”, me valendo de expressão usada pelo criador e caçador Geraldo da S. Furtado.

Em relação a pessoas, sob forma de genocídio de populações negras, indígenas e uma extensa variedade de tipos considerados “intermediários”, figuras como Couto de Magalhães, Sylvio Romero, João Baptista Lacerda, Octavio Domingues e Renato Kehl defenderam que a “mestiçagem” fornecia a teórica possibilidade de aclimatar e embranquecer a população brasileira, ainda que divergissem sobre a temporalidade para sua concretização, de um a três séculos. Em relação a cães, enquanto a formação da “raça” *bravo de JAPMA* foi contada por J. A. P. de Magalhães em primeira pessoa, como lembrança da prática material de acasalar cães e cadelas considerados de raças ou tipos distintos a fim de adaptar física e animicamente um cão perdigueiro à topografia, ao clima e ao estilo de caça vivido entre 1920 e 1960, na raça *fila brasileiro* foi contada e disputada em terceira pessoa, como narrativas de origem cuja extensão ia de um a quatro séculos. Enquanto essas duas raças caninas foram valorizadas por reunir predicados dos “tipos” ou “raças” que lhe deram origem, mas não se reduzir a elas, nas teses em defesa do suposto branqueamento o objetivo era diluir os demais no elemento branco do “coquetel”, modulação que parecia se dever não apenas à presença de ancestrais considerados “inferiores”, que por isso demandariam uma “redução étnica” para citar categoria de João Baptista de Lacerda, mas à defesa da branquitude como valor.

Em todo caso, do final do século XIX ao final do século XX, pude notar a presença de inspirações relacionais: se por um lado princípios e práticas de criação animal e vegetal foram lembrados como justificativa e fonte de inspiração para a construção de teorizações e modelos de “melhoramento racial” para pessoas, ainda que, sobretudo entre aqueles que escreviam para o *Boletim de Eugenia*, a moral e a suposição de superioridade humana tenham sido lembrados como esteio para o aprimoramento da própria natureza; por outro, interpretações sobre supostas “raças humanas” também ampararam ideias e práticas relativas a cães e cadelas de “raça”, vide as correlações feitas no contexto da *raça fila brasileiro* entre as décadas de 1970 e 1980 pelo advogado e criador Paulo Santos Cruz e o médico e criador Procópio do Valle. Quando uma vinha à tona, a outra vinha a reboque.

Colocando a relação entre antropologia e cinofilia em perspectiva, pude perceber que a preocupação em relação à continuidade de “raças” se apresentou de outra forma. Enquanto na passagem dos séculos aqueles que fazem antropologia tenham buscado descontinuar muitos dos elementos da ciência racial e racista na qual figuras proeminentes de seu *pedigree* disciplinar tiraram recursos teóricos-conceituais, como os citados Couto de Magalhães, Nina Rodrigues e Lacerda, o mesmo não pode ser dito daquilo que foi escrito publicamente sobre cães e cadelas “de raça”, que do final do século XIX ao final do XX parece ter sustentado de forma mais estável princípios e práticas retratadas neste capítulo. Interessante como, ao falar de Octávio Domingues em sua pesquisa sobre bois “de elite”, Natacha Leal (2014, 273) tenha sugerido que a zootecnia resolveu “antes” o “problema” relativo à “raça” se comparado a outras ciências como a antropologia, e isso não porque fez um movimento autocrítico sobre o discurso e as práticas da ciência racial e racista, e sim “porque em nenhum momento de sua história negou seu compromisso com a eugenia”²⁶³ (Ibidem, p. 273). Ao menos nas fontes consultadas e no período retratado, o mesmo parece valer para a cinofilia. Na Parte III que se segue, estendo a percepção dessa continuidade para o relato de experiências vividas em exposições caninas e palestras antes dessa pesquisa histórica, entre 2019 e 2020.

²⁶³ Falando no presente etnográfico de sua pesquisa, Leal (2014, p. 274) sugeriu que “a zootecnia pode falar de melhoramento, apoiada em leituras de genealogias, da transmissão de traços hereditários através de genes e de sangue, da influência do meio e do clima, sobre a ‘prepotência’ de raças, orientação de acasalamentos e também sobre mestiços, sem qualquer dilema ético. Pode tratar de purezas e misturas, de sangues que se repelem, e de outros, que, ao se mesclarem, fortalecem as raças”.

PARTE III - O INÍCIO E O FIM: EVENTOS E DOBRAS

Como seu título denuncia, essa terceira e última parte aproxima o início e o fim da presente pesquisa. O “início” pois, entre as experiências e materiais que amparam a redação dos capítulos que conduzem ela para seu “fim”, consta meu primeiro contato com eventos dedicados a cães e cadelas, quando entre o final de 2019 e início de 2020, antes da pandemia de COVID-19, pude acompanhar três exposições caninas, uma fora e duas dentro do circuito da criação registrada. A emergência e o agravamento da pandemia fizeram com que exposições como essas fossem adiadas e canceladas, o que exigiu uma revisão nos rumos dados à pesquisa. Como explicado na introdução, além de examinar documentos e acompanhar palestras online promovidas por associações de canis, desde então passei a analisar livros, jornais e revistas publicados entre os séculos XIX e XX que estivessem disponíveis para consulta em bibliotecas digitais. No curso e após essas pesquisas, passei a reler e revisar anotações que fiz sobre minhas vivências presenciais. Nesse entretempo e nessa releitura, algumas situações ganharam a textura de “desdobramentos” (*unfold*), para seguir na ideia de “dobra” (*fold*) proposta por M’charek (2014), permitindo reconhecer a presença de discursos e práticas de épocas e lugares que estava estudando em uma perspectiva histórica no que era o meu “aqui e agora”. Isso é contado através de dois capítulos, aos quais se soma um terceiro e último com considerações finais.

8. ENTRE ESTÉTICA E ÉTICA, O EXÓTICO

Tenho um animal peculiar, meio gatinho, meio cordeiro. É uma herança dos bens do meu pai, mas que só se começou a desenvolver no meu tempo, dantes era mais cordeiro que gatinho, agora, porém, tem mais ou menos o mesmo dos dois. Do gato cabeça e garras, do cordeiro tamanho e forma, dos dois os olhos, bruxelantes e doces, o pelo é macio, uma penugem rente ao corpo, os movimentos, tanto um saltitar como escapular-se, ao sol no parapeito enrosca-se e ronrona, pelos campos corre como louco e mal se consegue apanhar, foge de gatos, gosta de atacar cordeiros, em noites de luar a goteira o telhado é o caminho preferido, miar não sabe e tem horror às ratazanas, pode estar horas a fio à espreita junto à capoeira das galinhas, mas nunca aproveitou uma oportunidade para matar, alimento-o com leite doce, é o que melhor lhe faz, suga-o em longos tragos e engole-o por entre os dentes de fera. Claro que é um grande espetáculo para crianças. Ao domingo de manhã é a hora da visita, seguro o animalzinho no regaço e as crianças de toda a vizinhança põem-se à minha volta. Fazem-se então as mais estranhas perguntas, a que ninguém consegue responder. Por mim, também não me esforço, dou-me por satisfeito por mostrar o que tenho, sem mais explicações. Por vezes, as crianças trazem gatos, uma vez até trouxeram dois cordeiros; mas, ao contrário das suas expectativas, não houve cenas de reconhecimento, os animais olham-se com toda a calma nos seus olhos de animais e parece que aceitaram reciprocamente as suas existências como facto divino.

No meu regaço o animal não conhece o medo nem o prazer da perseguição. Aninhado em mim é como se sente melhor. Está ao lado da família que o criou. Isto

não é uma qualquer fidelidade fora do vulgar, é, sim, o instinto certo dum animal que tem, de facto, sobre a terra inúmeros parentes por afinidade, mas talvez nenhum próximo, do seu sangue, pelo que a proteção que encontrou junto de nós lhe é sagrada. Por vezes não posso deixar de rir quando me anda a farejar à volta, abre caminho por entre as minhas pernas e nada o consegue separar de mim. Não basta que seja cordeiro e gato, quase quer ainda por cima ser também cão. Eu creio algo de semelhante, a sério. Tem a agitação dos dois em si, a do gato e a do cordeiro, por muito diferentes que sejam. Mas por isso é que a pele lhe é demasiado estreita. Talvez a faca do carnicheiro fosse a salvação do animal, mas tenho de lhe recusar, como peça herdada que ele é. (KAFKA, 2016a, p. 131-133).

Esse pequeno, mas denso e instigante conto apresentado na íntegra, de título “*Um cruzamento*” (*Eine Kreuzung*), foi escrito por Franz Kafka (1883-1924) em 1917, mas publicado postumamente em 1931. Narrado em primeira pessoa, ele retrata a relação entre o narrador e esse extraordinário meio gatinho, meio cordeiro, com pretensões de cão, herdado de seu pai e considerado parte da família, se não de “sangue”, por afinidade. Descrições de sua aparência, modos de ser e se comportar ao longo do tempo desarmam expectativas de uma classificação precisa, pois se antes mais cordeiro que gato, aos poucos se tornou algo entre ambos, meio herbívoro maior e meio carnívoro menor, meio presa e meio predador (SUMMERS, 2015).

Li esse conto durante o isolamento social exigido pela pandemia de COVID-19 em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Esse extraordinário companheiro e a cena de sua exibição às crianças me fez lembrar uma experiência vivida em 31 de agosto de 2019, quando visitei a 42ª Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários (EXPOINTER) realizada no Parque Estadual de Exposições Assis Brasil, em Esteio (Rio Grande do Sul)²⁶⁴. Contrariando seu regulamento, que falava na mostra de bovinos, ovinos, equinos, bubalinos, caprinos, coelhos, chinchilas e aves (EXPOINTER, 2019, p. 3), fui ao evento com objetivo de acompanhar duas exposições centradas em cães: uma exposição da raça *ovelheiro gaúcho* promovida pela Associação dos Criadores de Ovelheiro Gaúcho (ACOG) e a 2ª *Expocani*, que anunciava a realização do *Campeonato Internacional de Canicross* entre cães e cadelas “de raça” ou não.

Em uma manhã de sábado marcada por muita chuva e temperaturas amenas, me desloquei de Porto Alegre a Esteio por meio do sistema público de ônibus e de trem urbano. Na parte externa do parque de exposições, vendedores ambulantes e em bancas fixas ofertavam roupas, alimentos, bebidas e guarda-chuva. Sem conhecer bem o local e a estrutura organizada para o evento, logo que ingressei no parque procurei seu centro de informações.

²⁶⁴ A EXPOINTER costuma ser realizada anualmente. Em 2019 ela foi realizada entre os dias 24 de agosto e 01 de setembro em promoção da Secretaria Estadual da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural (SEAPDR), da Federação da Agricultura do Rio Grande do Sul (FARSUL) e do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA).

Munido de orientações, busquei inicialmente o local onde se daria a exposição dedicada à raça *ovelheiro gaúcho*. Dei prioridade a ela por, ao menos conforme o anúncio de sua realização no site da EXPOINTER, se enquadrar melhor no objeto de pesquisa que vinha desenhando: a criação e a exposição de cães e cadelas acrescidos daquilo que se diz “de raça”. Contudo, ao chegar no local marcado me deparei com um estranho vazio. Apreensivo, aguardei alguns minutos antes de buscar mais informações com colaboradores/as (organizadores/as, agentes dedicados à limpeza e comerciantes) e expectadores/as. Todos/as pareciam surpresos/as com minhas dúvidas e, apesar da gentileza, não sabiam me informar sobre a realização de uma exposição de cães e cadelas.

Em um *pet shop* instalado no parque, fui aconselhado a procurar no Pavilhão do Gado Leiteiro. O conselho me levou a 2ª *Expocani*. Enquanto observava e conversava com os presentes fui percebendo que, diferente daquilo anunciado previamente pela EXPOINTER, além do campeonato de *canicross* realizado no turno da tarde, mais atividades estavam sendo oferecidas ao público expectador nesse dia. Shows de adestramento guiados por um profissional da “*Ponto do cão*”, com truques de obediência e memória de uma cadela de raça *pug* viáveis graças a uma dose elevada de petiscos como reforço positivo, eram intercaladas de hora em hora com desfiles de cães e cadelas anunciados como “de raça”. Esses desfiles, em particular, capturaram minha curiosidade. Nesse dia, três canis participaram: *Chateaux de France*, dedicado à criação de cães e cadelas da raça *bulldogue francês*; *Dolci Cani*, das raças *boiadeiro bernês* e *golden retriever*; e Von Bocão Malinois, da raça *pastor belga malinois*, o qual na figura de seu proprietário levou ao público animadas demonstrações de obediência. Enquanto isso, cartões e flyers que visavam promover os serviços dessas e mais atrações eram distribuídos, incluindo o site “BuscaFilhote”, que anunciava criadores “de todo Brasil” e “mais de 800 filhotes” de “40 raças diferentes”. Curioso com o evento, passei o dia observando e tentando conversar com criadores, organizadores/as e curiosos/as.

A estrutura organizada para o evento refletia essas atividades. Além de uma pista para a realização do campeonato de *canicross* que contornava o pavilhão e um palco para apresentação dos shows de adestramento, o local também contava com uma pista em formato de “t” feita a partir de fitas elásticas que delimitavam o espaço dedicado ao desfile de cães e cadelas “de raça” daquele reservado ao público, e um “camarim”, onde esses exemplares, proprietários e pessoas que auxiliavam no cuidado e no desfile aguardavam e se preparavam. Em um clima amistoso e sem formalidades, expectadores/as podiam circular por todos os espaços do evento, do camarim às pistas. Ainda que o local estivesse parcialmente coberto,

protegendo contra a forte chuva que caía, havia poucos expectadores/as no início da manhã, o que mudou ao longo do dia, atingindo seu ápice por volta das 14 horas.

Tentando entender melhor a dinâmica do evento e de suas atrações, busquei contato com um senhor de colete verde, adereço que identificava a condição de organizador e divulgava os patrocinadores do evento, sobretudo empresas do ramo de alimentos para cães e gatos. Se tratava de Leandro, criador de cães e cadelas da raça *husky siberiano* e, à época, diretor de exposições do Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS), clube eclético vinculado à Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) e à Federação Cinológica Internacional (FCI). Gentil e receptivo, Leandro contou que, nesse dia, estava apenas auxiliando na organização, que contava com a promoção da *Vai Totó Corrida e Caminhada Beneficente*. A *Vai Totó*, ali representada por Maurício, com quem pude conversar, era uma ação da empresa *Age! Comunicação*, que oferecia serviços de assessoria de imprensa, marketing digital e relações institucionais. Inspirado pelas dificuldades que enfrentou com o falecimento de seu pai, Maurício sublinhou a importância de cães e da religião cristã para promoção da saúde física e mental de pessoas. Quando da realização do evento, ele era Vice-Presidente da Associação de Dirigentes Cristãos de Empresa (ADCE), o que culminou com seu envolvimento na *Vai Totó* e a possibilidade de, por ela, promover o *canicross*.

De forma resumida, o termo *canicross* se refere à corrida em um circuito de pequenos obstáculos (como saltar uma barra, um aglomerado de feno, contornar marcações na pista) que devem ser superados por duplas compostas por pessoas e cães. Para tal, as duplas permaneciam ligadas por uma guia de material elástico presa na cintura dos primeiros e em um colete que cobria o tórax dos segundos. Segundo Maurício, a atividade era menos focada na vitória ou na competição, e mais na relação e no ganho proporcionado pelo prazer de enfrentar desafios em conjunto. Para ele, todos cães poderiam participar, “de raça” ou não, desde que liberados pelo veterinário – esquecendo, porém, de citar a importância de consultas médicas para pessoas interessadas em se aventurar na atividade. A forte chuva que caía no dia do evento parece ter atrapalhado um pouco a realização do *canicross*, atividade que por si só já demandava um bom nível de envolvimento físico. Talvez pelo clima ou pela curiosidade com expectadoras/es, muitos dos cães e cadelas que participavam da corrida deixavam transparecer certa desatenção e desinteresse com a atividade, alguns precisando ser dissuadidos/as ou carregados/as no colo por seus/suas parceiros/as.

Para quem, como eu, dava os primeiros passos em uma pesquisa sobre a criação e a exposição de cães e cadelas “de raça” e estava cheio de curiosidade sobre o assunto, a breve conversa com Leandro foi bastante instrutiva. Leandro contou ter se envolvido neste evento

de última hora. Maurício ligou e perguntou se ele poderia ajudar na organização. Ele não apenas aceitou, como levou sua filha e genro para colaborar. Perguntado sobre a 2ª *Expocani*, Leandro comentou aspectos gerais sobre a cinofilia, a FCI, a CBKC e seu clube afiliado no Rio Grande do Sul, o KCRGS. Contou também ser economista de formação e, à época, empresário, levando a criação e a atividade no KCRGS como *hobby*. Em nossa conversa, ele foi enfático ao diferenciar o tipo de exposição que acontecia na EXPOINTER daquelas “profissionais” promovidas pelo KCRGS. Para amparar essa afirmação, citou diferenças em termos de estrutura, número de expositores/as, dinâmica e rigidez nos horários, nos lucros obtidos pelos condutores que acompanham os cães em pista (chamados *handlers*) e em exigências colocadas para participação. Com ares apaixonados, Leandro falou sobre atividades em que cães podem ser empregados (pastoreio, guarda, companhia, etc.) e, em especial, sobre a raça canina que criava, *husky siberiano*.

Perguntado sobre comercialização, Leandro disparou: “Não vendo, doo”, para complementar, “chego para o interessado e digo, gastei isso, isso, aquilo, esse é o preço das vacinas, esse é o preço daquilo, então esse é o preço do cão”. Trazer cães e cadelas à vida e os certificar como “de raça” tem custos relativos à alimentação, vacinação, prevenção contra parasitas, assistência veterinária, material de limpeza, água, energia elétrica, anuidade, registro e taxas cobradas por associações de canis, entre outros investimentos, embora eles variem consoante à “raça”, tamanho do plantel e estrutura. Para Leandro, o preço de venda seria um ressarcimento do investimento que era feito na criação. Afirmou, inclusive, que não vendia para qualquer um, para deixar nos fundos da casa ou como vigia de portão. Contou dar preferência para quem tivesse interesse em participar de exposições caninas e seguir criando, a fim de manter os exemplares dentro do circuito da criação registrada. Nossa conversa me colocou a pensar que, de modo análogo ao que ocorre em redes de resgate e encaminhamento para adoção de cães e gatos abandonados, alguns criadores também faziam triagens de possíveis compradores, como Judoth Aro (2003, p. 142, tradução livre) registrou em sua pesquisa etnográfica sobre a criação de cães e cadelas “de raça” ao citar um criador de Montreal (Canadá): “somos cuidadosos com quem escolhemos”.

Nosso assunto sobre venda e valores suscitou Leandro a comentar sobre críticas que segundo ele recaem sobre a criação comercial de cães e cadelas. Para tratar do assunto, ele citou Luisa Mell²⁶⁵ e comentou seu incômodo com “ativistas” que, na sua opinião, criticavam toda a classe de criadores por parte dela seguir práticas de criação que considerava antiéticas

²⁶⁵ Auto identificada como “ambientalista e ativista animal. presidente do instituto Luisa Mell, que defende cuidados e proteção animal e ambiental. vegana”, como constava em sua página do Instagram em 2019.

e criminosas. Exaltando existirem “criadores e criadores”, de forma a ressaltar a diversidade que certas críticas podem ofuscar, sugeri, como contraponto, que pessoas dedicadas ao resgate de cães e cadelas na rua por vezes também os manteriam em condições duvidosas, as quais, a despeito das boas intenções, em alguns casos não poderiam ser comparadas às condições oferecidas por criadores apaixonados e éticos. Na sua opinião, tanto quem resgata animais na rua, quanto criadores de cães e cadelas “de raça”, podem fazer suas atividades de forma adequada e ética ou não. Seu incômodo recaia sobretudo no que julgava desinteresse e desconhecimento de parte das pessoas sobre como se dava a criação registrada. Sugeri, inclusive, que a 2ª *Expocani* era como um ensaio, um “experimento” cujo objetivo era promover e aproximar as pessoas da criação. Isso me parecia analiticamente pertinente: estava chegando em um evento em que, ao menos em parte, o objetivo era promover a criação e a exposição de cães e cadelas “de raça” fora do círculo “profissional” da cinofilia. Essa experiência, portanto, dava uma mostra de como essa atividade era apresentada para o público em geral.

Após alguns minutos, Leandro precisou seguir suas atividades na organização do evento, mas indicou que eu poderia acessar o “camarim” em que parte dos cães e cadelas repousavam entre suas aparições públicas, fazer carinho e tirar fotografias. Ali, me encontrei com quatro exemplares da “raça” *bulldogue francês*, dois cães e duas cadelas. Seu criador era Alexandre, veterinário e proprietário do canil *Chateaux de France*. Em um dia chuvoso e em um local cheio de barro, Alexandre vestia um jaleco branco e mantinha um estetoscópio pendurado no pescoço. Sua inesperada e quase teatral estética de médico-veterinário chamava atenção. Como ocorre com cães e cadelas, quando pessoas se esforçam para marcar diferenças (relacionais, contingentes e frágeis) também parecia necessária a coordenação de certos elementos e performances (M'CHAREK, 2010). Contudo, o cuidado, a preparação e a apresentação de seus cães e cadelas em pista ficaram a cargo de dois ajudantes, um deles criador da raça *american pit bull terrier* e presente no evento apenas por um pedido feito pelo amigo Alexandre.

Enquanto cães e cadelas de Alexandre desfilavam, tudo de forma bastante descontraída, com paradas para receber carinho de expectadores/as, o locutor do evento se apoiava em um registro feito à mão para apresentar publicamente o canil, criador e criaturas. Por meio de alto-falantes, o canil *Chateaux de France* foi anunciado como especializado em cores “exóticas” da raça *bulldogue francês*, as quais, “a despeito de não serem aceitas para exposições, de forma alguma desmerecem a criação”. No evento, não tive a oportunidade de conversar com Alexandre. Curioso sobre seu canil e essa inesperada ressalva, no dia seguinte ao evento

procurei mais informações em seu site e redes sociais, como *Facebook*. À época escrevi em meu diário de campo que o discurso do locutor da 2ª *Expocani* reproduzia aquilo publicado no site do canil:

Nós do Canil *Chateaux de France* somos pioneiros na criação de Buldogues Francês com as cores exóticas. Apesar das cores exóticas serem um sucesso mundial, carregando as melhores linhas de sangue, atualmente a pelagem exótica não é aceita para show, o que não desmerece a criação, que é respeitada mundialmente pela excelência na criação de buldogues francês exóticos.

Somos pioneiros no exemplar da raça Bulldogue Francês na cor Blue Tan Merle no Brasil e continuamos investindo em novas importações, agregando as melhores linhagens a nossa criação, possibilitando ao público brasileiro adquirir aqui filhotes de padrão internacional.

Disponibilizamos filhotes nas cores azul, merle, blue fawn, blue sable, entre outros, com a mesma qualidade encontrada na Europa e Estados Unidos.

Nossos cães recebem muito amor e carinho e são todos tratados como animais de estimação. Recebem a melhor alimentação e tem assistência médica veterinária 24 hs, sendo a saúde nossa principal preocupação.

Buscamos sempre o aprimoramento genético e satisfação de seus proprietários.

Analisamos cada acasalamento minuciosamente, buscando saúde, a beleza e o temperamento da raça.

Entregamos em todo Brasil filhotes direcionados a quem os deseja para companhia ou para criação. Disponibilizamos ainda matrizes, padreadores e inclusive sêmen, para aqueles que desejam iniciar uma criação. (CANIL CHATEAUX DE FRANCE, 2019, n. p.)

Nessa passagem, Alexandre promove seu canil como aquele que cria e comercializa cães e cadelas da raça com cores “exóticas”, como azul (*blue*), *merle*, *blue fawn*, *blue sable*, entre outras. Promessas de atenção à saúde, seleção de acasalamentos e busca por aprimoramento genético vinham acompanhadas da oferta de filhotes e sêmen para venda, e matrizes e padreadores para arrendamento. Seu objetivo comercial era alcançar tanto aqueles que buscavam um companheiro para o dia a dia, quanto interessados em investir na criação e reprodução da raça. Para isso, além de seu site, Alexandre usava a página pública do canil no *Facebook* para fazer postagens que ofereciam cães e cadelas com promessas de entrega para todo o Brasil: “*Lola Chateaux de France! 6 meses. DNA excepcional. Disponível para quem busca qualidade, estrutura e genética*”, “*Linda Fêmea Blue fawn merle, oportunidade única possível portadora tan*”, “*Machinho disponível*”, entre outros.

Tanto no anúncio sobre a realização da 2ª *Expocani* feito na página virtual do jornal *Correio do Povo* (Porto Alegre, RS) em 31 de agosto de 2019, quanto nas palavras do locutor do evento, o destaque recaía sobre um cão em especial: *Alan Blue Tan Merle*, retratado na fotografia que se segue (**Figura 39**). Alan possuía uma pelagem caracterizada por manchas de pigmento diluído (CLARK, et al. 2006) que lembravam a coloração de pedras de mármore (MANGOLIN, et al, 2020). No âmbito da genética, essa pelagem conhecida como “merle” é considerada uma determinação do gene M, responsável por “codificar a distribuição aleatória de cores” na pelagem, olhos e nariz (MANGOLIN, et al, 2020, p. 113), e suas variações

m, Mc, Mc+, Ma, Ma+ e Mh (LANGEVIN; SYNKOVA; JANCUSKOVA; PEKOVA, 2018). De acordo com um ajudante de Alexandre com que pude conversar, Alan, importado da Polônia pelo valor de aproximadamente R\$ 20 mil, seria o “pai” dos outros três exemplares levados à exposição, dos quais dois me pareciam ser da cor castanho escuro e um de tom mais claro, o que apenas mais tarde descobri se tratarem, respectivamente, das cores *blue* e *blue fawn*. Saí da 2ª *Expocani* intrigado com a reiterada afirmação de que Alan, símbolo de “exótico” oferecido como *padreador* e fornecedor de sêmen para gerar futuros exemplares de raça *bulldog francês*, não era aceito em exposições caninas.

Figura 39 - Alan, cão do Canil *Chateaux de France*, aguardando no “camarim” antes de desfilarmos.



Fonte: Acervo do autor.

Conheci mais sobre a raça canina *bulldog francês* quando, com o início da pandemia de COVID-19, fiz ajustes no rumo da pesquisa e, entre outros materiais, comecei a me debruçar sobre documentos e artigos técnicos produzidos por associações de canis, entre as quais as já citadas FCI e CBKC. Relatórios anuais sobre as atividades da CBKC indicam que, nos últimos anos, essa raça pode ser considerada uma das mais populares entre seus canis associados. Enquanto em 2017 e 2018 ela foi a primeira entre todas as raças em quantidade de filhotes registrados, com respectivamente 22.481 de um total de 148.946 cães e cadelas de diferentes raças (CBKC, 2017a, p. 9) e 21.830 de 143.314 (CBKC, 2018a, p. 11), em 2019 e 2020 ela foi a segunda, com respectivamente 15.715 de 120.634 (CBKC, 2019, p. 12) e 14.072 de 128.832 (CBKC, 2020a, p. 90-94). O cenário não parecia muito diferente nos estados, a exemplo do Rio Grande do Sul. De 2017 a 2020, essa raça foi a segunda com mais registros junto ao KCRGS: 1.027 de um total de 7.809 em 2017 (CBKC, 2017a, p. 18), 1.056 de 7.495

em 2018 (CBKC, 2018a, p. 21), 797 de 6.934 em 2019 (CBKC, 2019, p. 20-21) e 807 de 7.243 em 2020 (CBKC, 2020, p. 25).

A expectativa era de que os cães e cadelas de carne e osso por trás desses números incorporassem o design estabelecido no padrão da raça sob responsabilidade do Club du Bouledogue Français (CBF), conveniado à Société Centrale Canine (SCC) da França e, por extensão, à FCI. No entanto, para minha surpresa, Alan e família contrariavam essa expectativa. O “*Padrão FCI nº 101*” (FCI, 2015) seguido no Brasil pela CBKC e KCRGS regulamenta que as cores aceitas para exemplares da raça seriam “fulvo, tigrado ou não, com ou sem manchas brancas” (CBKC, 2015, p. 6), enquanto o documento “*Julgando o Buldogue Francês*” (CBKC, 2017c, p. 9) produzido pelo Conselho de Árbitros da CBKC a fim de subsidiar o trabalho de juízes de exposições “profissionais” indica que a coloração *merle* deveria ser considerado uma “falta desqualificante” – que, conforme o regulamento de exposições da CBKC, deveria ser atribuída a aqueles que não correspondam ao “tipo exigido pelo padrão da raça” em termos físicos, comportamentais e/ou quando sua “saúde está ameaçada” (incluindo “anormalidades” testiculares, mandibulares, albinismo e mais) (CBKC, 2018b, p. 24). Ou seja, ao menos em termos normativos, para registro e participação em exposições “profissionais”, essa coloração indicava uma inadequação ao padrão da raça. Em texto e ilustrações em seu site, o Club du Bouledogue Français (CBF) indicou que essa inadequação se estendia para qualquer cor não descrita no padrão:

Figura 40 – Alerta do *Club du Bouledogue Français* (CBF) contra cores ditas “raras”



Fonte: CBF (2023)

Em um primeiro momento, o protagonismo concedido a Alan parecia contrariar minha percepção de que, sem uma rede de mediações técnicas e administrativas que a sustenta, incluindo a adequação a padrões preestabelecidos, registros, certificados e perícias, a ideia de “raça” como experimentada em associações de canis perderia seu efeito. Tive a sensação de que, ao menos fora do círculo e do calendário de exposições “profissionais” de associações de canis, critérios para criação e exposição poderiam ser deixados de lado em nome do espetáculo. Ou, em outras palavras, da mesma forma que existiam “criadores e criadores”, como

sugeriu Leandro em nossa conversa, pareciam existir “exposições e exposições”. Um cão promovido publicamente como “de raça” poderia prescindir da semelhança esperada entre congêneres e ser valorizado por características distintas daquelas idealizadas e padronizadas sem que isso comprometesse seu status como “de raça”. Aos poucos percebi que essa relação entre o que seria “padrão” ou “exótico” era mais um eco da política canina. Cerca de dois anos antes da 2ª *Expocani*, Alexandre se valeu de sua página pública na plataforma *Facebook* para se posicionar contra o CBKC e em defesa da “liberdade de escolha”:

O Estados Unidos da América, a Europa a Ásia e todos os países do Continente Europeu já se renderam aos Buldogues Franceses Exóticos, que possuem qualidade, estrutura, genética, DNA, do que há de melhor no mercado internacional, enfim estamos falando de cães lindos e fofos que fazem a alegria do seu lar. O Brasil também quer entrar nessa luta. Diga sim a modificação e a diversidade genética, estamos no terceiro milênio época de muitas mudanças e melhorias que o homem aprendeu e se capacitou com muitos anos de estudo. Diga não aos invejosos de plantão, que não tem capacidade nem competência para adquirir ou reproduzir um verdadeiro buldogue francês com qualidade e perfeição.

Essa luta é contra a liberdade e o preconceito. *Tome uma atitude, chega de irmos no CBKC e registrar nossas maravilhas com cores diversas que são ditas padrão. Temos o direito de chegar lá e dizer meu buldogue é exótico da cor azul. Vamos registrar nossas ninhadas com as cores verdadeiras, não precisamos nos esconder. Tenha orgulho do seu pet azul, merle, chocolate, lilac, black and tan. Eu levanto essa bandeira com competência de quem sabe o que diz médico veterinário e advogado formado pela UFRGS, buscando sempre o aprimoramento genético.* Custa mais caro? Claro que sim, pois são anos de dedicação pesquisa e estudo procurando o que podemos fazer e ter de melhor. Os buldogues franceses exóticos vieram pra ficar e que não me venham sem a menor capacidade científica dizer falar ao contrário. Inveja e incompetência mata. Não me venham falar em problemas de pele, etc., isso já é típico e característico da raça. Cuide bem do seu exótico com uma boa ração, vermífugos e vacinação em dia. Impossível resistir a essa raça maravilhosa. Braquicefálicos são especiais só que tem sabe, aquele ronco quando ganha um carinho não tem preço.

Palavra de médico veterinário regularmente inscrito no CRMV/RS [Conselho Regional de Medicina Veterinária do estado do Rio Grande do Sul] [...].

Pode confiar na hora de adquirir seu pet tenha liberdade de escolher o que você acha melhor, a cor não discrimina, com olho azul, verde são todos pets maravilhosos. DIVULGUE ESSA CAUSA!!!

Eu amo meu Buldogue Francês Exótico. (CANIL CHATEAUX DE FRANCE, 2017, n. p., *grifo nosso*)

Sob a rubrica do “aprimoramento genético”, Alexandre faz críticas à padronização e aos limites que ela colocaria para o registro de exemplares considerados “exóticos” junto ao CBKC. Clamando para que seus seguidores digam “sim” para “a modificação e a diversidade genética” e “liberdade de escolher” suas cores, Alexandre defendeu o “direito” de proprietários de cães e cadelas dessa raça com cores “exóticas” em registrar suas ninhadas junto ao serviço genealógico do CBKC sem omitir essas cores e, em seu lugar, informar alguma das aceitas em seu padrão racial. O objetivo parecia ser ajustar certo desequilíbrio em relação ao *design*, já que enquanto o *design* material de seus cães e cadelas seguiam o caminho daquilo dito “exótico”, os registros certificavam o *design* padrão para a raça. Pelo que seriam idiossincrasias em relação à coloração da pelagem e dos olhos, ele parecia reivindicar o alargamento

da diversidade fenotípica delimitada para a raça, isto é, que o rótulo de “exótico” fosse absorvido como parte do que se pode dizer “padrão”.

“Divulgue essa causa”, bradou Alexandre de forma enfática, para que não houvesse “preconceito”. Contudo, apesar do dito “preconceito” e do selo de “exótico” que parecia remeter a algo pouco comum ou extraordinário, o elevado número de anúncios comerciais de filhotes e de reprodutores nessas colorações em sites de canis (como fazia o próprio Alexandre), páginas e grupos de discussão públicos no *Facebook*²⁶⁶, empresas dedicadas ao comércio virtual²⁶⁷ e à gestão comercial de canis²⁶⁸, parecia indicar justamente o contrário. Pesquisas nessas plataformas apresentavam ninhadas inteiras, com pais e mães de cores *merle*, *blue fawn*, *blue platinum*, *lilac*, *black and tan*, entre outras, sendo oferecidos como “exóticos”, a exemplo de anúncios de “belíssima fêmea de *bulldog francês*, *blue merle* disponível para reserva, ótima genética” de pai e mãe merle, de um “*bulldog francês blue merle* olhos azuis exóticos”, de uma “matriz com grandes nomes no sangue” e um “macho padreador de Bulldog Francês disponível para coberturas”, alguns requerendo “apenas inseminação” e outros “monta natural ou inseminação”, com e sem *pedigree*.

Afora o rótulo “exótico”, essa presença massiva de anúncios não soava estranha. Se quando busquei registros históricos sobre a criação nos séculos XIX e XX esbarrei em algumas centenas de anúncios dedicados à procura e oferta de cães e cadelas em jornais e revistas, sobretudo na parte relativa a “classificados”, o cenário não parecia muito diferente no tempo presente desta pesquisa. No entanto, diferente de páginas de jornais e revistas que acessei por meio de versões digitais disponibilizadas pela Biblioteca Nacional Digital (BND), nesse

²⁶⁶ Em páginas de canis e em grupos de discussão criados no *Facebook* para venda de cães e cadelas “de raça”, anúncios com fotografias vem acrescidas de texto contendo descrição, valor e local para concretização do negócio ou do acasalamento arranjado, tudo a despeito de a plataforma considerar essas transações “conteúdo proibido” (FACEBOOK, 2023)

²⁶⁷ A exemplo de empresas como *Mercado Livre* e *OLX (Online Exchange)*, que seguem o modelo *peer-to-peer*, no qual a transação que ocorre entre vendedor e comprador se dá em seus sites ou aplicativos (MANSUR, 2018, p. 9).

²⁶⁸ A exemplo da *SistemaPET*, empresa que oferece sistemas de gestão administrativa, financeira e comercial para veterinários, hotéis para pets, pet shops, espaços de banho e tosa, criadores de cães e gatos “de raça”. Para os últimos, pacotes incluem a sistematização de dados e informações sobre o plantel (com fotos, observações, identificações do sexo, *pedigree* das últimas cinco gerações), ninhadas e vendas; dados de manejo (exames, vacinação, vermifugação, ectoparasitas, banhos, controle de peso); recursos para construir e editar o próprio site sem depender de outras plataformas para comercializações, como redes sociais; espaço de relacionamento com clientes; promoção por meio de anúncios em sites de pesquisa como *Google*, etc. (SISTEMAPET, 2022). Além de manter um blog e promover “lives” concernentes à criação (SISTEMAPET, 2023), a empresa gere o *BuscaFilhote*, site que reúne e oferece comercialmente filhotes de canis e gatis que contratam seus serviços (BUSCAFILHOTE, 2023) e que recebi um cartão na 2ª *Expocani*. Nele, possíveis consumidores podem procurar cães e gatos por “raça”, estado, sexo e coloração. Pequenos anúncios codificados trazem informações como o sexo dos irmãos de ninhada (com cores de fundo azul para cães e rosa para cadelas), identificação da “raça”, data de nascimento, canil, estado e município. Acessando os anúncios, o consumidor pode ter mais informações sobre um exemplar em particular, incluindo fotografia, dados do *pedigree* (com gerações ascendentes não ou apenas parcialmente preenchidas), disponibilidade para aquisição e meios para contatar criadores/as por meio de *WhatsApp* e *Facebook*.

caso eram não apenas páginas digitais que faziam a vez de “classificados”, como parecia haver muito mais conteúdo crítico sobre comerciantes, incluindo desde reclamações publicadas em sites como *ReclameAqui*²⁶⁹ - como denúncias a vendedores/as com identidade fictícia ou fraudulenta que atrasam ou não entregam filhotes ou seu *pedigree*, que omitem ou mentem sobre seu estado de saúde - até processos contra empresas de comércio virtual - a exemplo de associações para proteção animal que ajuizaram no Tribunal de Justiça de São Paulo ação civil pública com objetivo de impedir a *OLX* e o *Mercado Livre* de comercializar animais, “proibindo a postagem e vetando a circulação de anúncios desta natureza”²⁷⁰ (ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA OS ANIMAIS IMPORTAM, et al, 2023, p. 32).

Entre outros caminhos que a pesquisa tomou com a chegada da pandemia, esses assuntos voltaram à tona quando passei a acompanhar palestras promovidas pelo KCRGS de forma virtual. Se valendo da plataforma *YouTube* e a colaboração do *SistemaPET*, o KCRGS passou a promover “lives” sobre aspectos ligados à saúde, nutrição, genética, reprodução e raças caninas. A primeira palestra promovida foi “*A genética da coloração da pelagem em cães*”, em 28 de junho de 2020, com exposição de Fabiana Michelsen de Andrade Biol, doutora em genética e biologia molecular pela UFRGS (KCRGS, 2020a). Apresentando elementos básicos de genética, Fabiana tratou de aspectos relativos à coloração da pelagem em cães e cadelas e, de forma resumida, apresentou alguns dos genes mais comuns para sua determinação. Além de promover o site *Genética Canina* criado por ela e colaboradoras/es como parte de um projeto de extensão do curso de Medicina Veterinária do Centro Universitário Ritter dos Reis (Uniritter, Porto Alegre, RS) entre 2016 e 2017 (BIOL et al, 2017), Fabiana tratou sobre o padrão *merle* e exemplares considerados “padrão” ou “exóticos”, temas que marcaram minha experiência acompanhando a 2ª *Expocani*.

O referido projeto de extensão respondia a um diagnóstico nada otimista de Fabiana e colaboradores/as: venda de um grande número de cães e cadelas provenientes de canis clandestinos, médicos-veterinários e criadores registrados em associações de canis com conhecimentos mínimos de genética e um público consumidor “desinformado” que,

²⁶⁹ Site que oferece espaço para reclamações, consulta da reputação e tentativa de mediação pública entre quem compra e quem vende.

²⁷⁰ Nesse caso, a *Associação Filantrópica Os Animais Importam*, a *Agência de Notícia de Direitos Animais*, a *Ampara Animal*, o *Fórum Nacional Proteção e Defesa Animal*, a *Sinergia Animal* e a *S.O.S. Animais e Plantas* argumentam que, além de “a possibilidade de pesquisa de ofertas por raça e/ou faixa de preço desejados” arrastar animais para a “cultura consumista e materialista característica da contemporaneidade” (ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA OS ANIMAIS IMPORTAM, et al, 2023, p. 7), o aumento da oferta de animais e sua precária ou escassa fiscalização contribuiriam para o aumento de “criadores amadores” que, “via de regra, não se atentam aos requisitos e parâmetros” exigidos por lei para criação (Ibidem, p. 10), ameaçando a “integridade física e psíquica tanto dos animais vendidos, quanto daqueles apenas utilizados para fins de reprodução” (Ibidem, p. 7). Alimentação insuficiente, ausência de cuidado médico-veterinário e manejo sanitário, superlotação das habitações, reprodução forçada, entre outros aspectos entram no rol de denúncias.

articulados, fomentavam um “mercado com péssima qualidade”, o “aumento de ocorrências de doenças com influência genética em todas as raças” e o “abandono de animais” (BIOL et al, 2017, p. 67). Pensado como ferramenta para “difusão de conhecimento” e “dados científicos” sobre a criação de cães e cadelas “de raça”, o site foi criado para apresentar “noções de genética animal para auxiliar o comprador a encontrar o criador que trabalha com foco no melhoramento genético voltado para a saúde e o bem-estar animal” (Ibidem, p. 67). Para tal, além de vender serviços de aconselhamento genético, o site reúne e disponibiliza publicamente artigos e palestras (presenciais ou virtuais, via *YouTube* e *Facebook*) conduzidas por integrantes da equipe.

Sem defender mais “liberdade de escolher”, como bradou Alexandre, o objetivo declarado era fornecer bases para a tomada de decisão. Para esse fim, o site elenca aspectos que interessados em adotar ou adquirir um cão²⁷¹ e criadores deveriam observar. Além de incentivar uma autoavaliação entre interessados em comprar ou adotar cães, tentando conciliar desejos com condições psicológicas, financeiras e materiais²⁷², suas páginas também orientam o que considerar quando da escolha de uma raça, canil e cão ou cadela em particular²⁷³ (GENÉTICA CANINA, 2019a). Quem visita o site pode escolher entre vinte e seis raças caninas e ter acesso não apenas às doenças de transmissão genética mais prevalentes em cada uma, incluindo descrição e estatísticas de incidência, como informações sobre “a disponibilidade de testes de DNA e outros exames necessários para a escolha correta de reprodutores [que] estão disponíveis para auxiliar o processo de escolha do criador” (BIOL et al, 2017, p. 67). A ideia é preparar o consumidor para avaliar e escolher criadores/as que, com base na análise de *pedigree*, seleção de reprodutores, avaliações clínicas e laboratoriais, radiografias e testes

²⁷¹ Versão adaptada e traduzida para o português de “10 steps to buying a puppy” produzido pelo site *The Puppy Contract* (2023).

²⁷² A luz das particularidades do tipo ou da raça que se busca, leitores são convidados a se perguntar sobre as condições psicológicas, financeiras e materiais necessárias para atender as necessidades e o bem-estar dos exemplares, incluindo aspectos como infraestrutura familiar, alimentação, higiene, estilo de vida, lazer e possibilidade de envolvimento em atividades físicas, capacidade de lidar com os problemas de saúde que podem ocorrer, cuidado veterinário, vacinação, controle de parasitas (vermes, carrapatos, pulgas e mosquitos), castração, brinquedos e acessórios (camas, casinhas, coleiras, guias, entre outros). Sem fazer objeções, a ideia é provocar uma autoavaliação que equacionasse possibilidades e desejos (GENÉTICA CANINA, 2019a).

²⁷³ Como critério básico, o site aconselha a procura por um canil credenciado em uma associação de canis, em especial a CBKC, e isso a despeito da ressalva de que “ser filiado não é garantia de qualidade de criação”. Compradores são informados sobre o custo médio de um *pedigree* e de um filhote (algo acrescido de alertas de que um valor muito baixo poderia ser um indicativo ruim), aconselhados a contatar criadores/as e solicitar cópias dos *pedigrees* de seus pais (incluindo alertas sobre o risco do excesso de consanguinidade e sugestões para proceder com a análise do *pedigree*), pedir fotografias, vídeos e certificados de exposições a fim de conhecer mais os ancestrais (tentando conhecer o “padrão da linhagem” e predizer características como tamanho, cor, comportamento e temperamento do filhote desejado), visitar o canil, avaliar a condição sanitária de suas instalações, procurar indicativos de problemas de saúde visíveis, perguntar sobre protocolos de vacinação e, sob justificativa de que “são bastante raras as raças que não necessitam de exames de saúde para determinar se um cão pode ou não ser reproduzido”, solicitar a cópia de laudos de exames “dos pais e dos avós do filhote” (GENÉTICA CANINA, 2019a).

genéticos, fizessem suas escolhas buscando “diminuir a possibilidade de nascimentos de filhotes com as doenças mais comuns” (GENÉTICA CANINA, 2021), incluindo problemas de coluna, displasia coxofemoral e de cotovelo, doenças neurológicas como mielopatia degenerativa, braquicefalia excessiva, cardiomiopatia dilatada, atrofia progressiva da retina, catarata hereditária, entre outras.

No site (GENÉTICA CANINA, 2023a; 2023b) e na palestra conduzida sob promoção do KCRGS (2020a), Fabiana seguiu essa perspectiva para tratar do gene M, suas variações e a coloração *merle*. Na sua concepção, o nascimento de um filhote *merle* seria possível pela herança do gene “M” de algum genitor, pai ou mãe. Na esteira da teoria mendeliana, o acasalamento entre exemplares *merle* (Mm) e outro de “cor sólida” (mm) poderia gerar uma ninhada com aproximadamente metade da prole *merle* (Mm) e metade de cor sólida (mm). No entanto, quando do cruzamento de dois progenitores que sejam portadores deste gene (Mm), cerca de 25% da ninhada poderia caracterizar o que se considera um duplo *merle* (MM), levando ao nascimento de filhotes predominantemente brancos, os quais, pela baixa quantidade de pigmento na região dos olhos e ouvidos, estariam mais propensos não apenas ao desenvolvimento de doenças²⁷⁴ oftalmológicas²⁷⁵ e auditivas²⁷⁶ de transmissão hereditária, como a casos de infertilidade e epilepsia.

Além disso, Fabiana também alertou sobre casos de “*merle críptico*”, “*merle fantasma*” ou “*merle oculto*”, quando exemplares são caracterizados pela coloração e detalhes *merle* muito leves, quase ou efetivamente imperceptíveis no fenótipo. Apesar de portarem esse gene, cães ou cadelas sem aparência *merle* podem ser registrados em associações de canis (conscientemente ou não) com outra coloração *não merle*. Quando um criador seleciona esse exemplar para reprodução, ele correria o risco de acasalar um exemplar *merle fantasma* com um *merle* visível, podendo produzir uma progênie duplo *merle* mais vulnerável à incidência das condições citadas. Por isso, Fabiana realçou a importância da prevenção por meio da análise de

²⁷⁴ Veterinárias/os e geneticistas estimam existir mais de quinhentas doenças genéticas em cães de “raça pura” (ARMAN, 2007; BINNS, 2007). Exemplos da relação entre “raças” e predisposições para o desenvolvimento de condições ou patologias incluem deficiência de adesão leucocitária canina (*setter irlandês*), lipofuscinoze ceróide (*border collie e bulldogue*), cegueira noturna congênita estacionária (*pastor de brie*), neutropenia cíclica (*collie de pelo longo e curto*), catarata hereditária (*boston terrier e staffordshire bull terrier*), atrofia progressiva da retina (*cão esquimó americano, pastor australiano, bullmastiff, welsb corgi cardigan, chesapeake bay retriever, cocker spaniel inglês, boiadeiro de entlebuch, setter irlandês, daschund miniatura, poodle miniatura, schnauzer miniatura*, etc.), imunodeficiência combinada severa (*basset hound, welsb corgi*), entre outras (BINNS, 2007, p. 21-22). O modo de transmissão e os efeitos dessas condições variam sobremaneira e sua exploração está fora do escopo da presente pesquisa.

²⁷⁵ Como microftalmia, cataratas, coloboma, membrana pupilar persistente, epitélio pigmentar da retina, corectopia, luxação de cristalino e displasia da retina (CLARK, et al. 2006; O DEA, 2014; MANGOLIN, et al, 2020).

²⁷⁶ Como surdez congênita leve, moderada ou severa, um efeito da degeneração do suprimento sanguíneo coclear em 3-4 semanas de vida causada pela supressão dos melanócitos gerada pelo gene *merle* (CLARK, et al. 2006; O DEA, 2014; MANGOLIN, et al, 2020).

pedigree, seleção assertiva de reprodutores e testes genéticos capazes de identificar a presença do gene M e suas variações (KCRGS, 2020a).

Diferente da literatura sobre esse assunto, que de modo geral tomam como base raças em que a coloração *merle* é aceita como parte de seu padrão²⁷⁷ (CLARK, et al. 2006; O DEA, 2014; MANGOLIN, et al, 2020), em sua palestra Fabiana foi mais além e demonstrou preocupação com a extensão desse gene e sua possível bagagem para outras raças. Para meu interesse, isso foi tratado no âmbito da “polêmica” entre cães “padrão” (para ela, “aquele cão que tem a cor determinada, descrita, no padrão da raça”) e aqueles vendidos como “exóticos” (na sua opinião, aqueles “fora do padrão”), a qual, entre outros exemplos, abordou justamente o caso da raça *bulldog francês* (KCRGS, 2020a). Amparada na fotografia de um cão *merle* vendido em uma empresa de comércio virtual, Fabiana comentou:

A gente tem aqui um “bulldog francês”, entre aspas, com a pelagem merle. Ele é chamado de exótico. Por quê? Porque quando a gente olha o padrão da raça, essa pelagem não está descrita no padrão da raça, certo? E porque será que não está descrito? Gente, simplesmente não está descrito porque todos os [cães e cadelas] *bulldog francês* são ‘mm’, ou seja, eles não são merle. O gene *merle* não faz parte da constituição genética da raça... Ah, mas como é que eu sei disso? Por registros históricos, pela formação inicial da raça. Não se utilizou nunca um cão *merle* para determinar a raça. E é por isso que um *bulldog francês* puro, ele não tem *merle*. Quando a gente vê isso aqui, a gente vê um grau de mistura em algum momento, certo?! (KCRGS, 2020a)

Diferente do instigante conto de Franz Kafka que abre o presente capítulo, Fabiana deu a entender que não havia mistério sobre a origem dessas criaturas consideradas “exóticas”: resultavam de “mistura”, termo pelo qual se referiu à reprodução entre cães e cadelas de “raças” consideradas distintas. Para que uma pelagem de coloração *merle* ocorresse em um exemplar considerado *bulldog francês*, Fabiana especulou a realização de acasalamentos entre exemplares dessa raça com cães e cadelas de raça *dachshund* ou outras nas quais a presença do gene M e suas variações fosse parte de sua “constituição genética”. Em tom de denúncia, sugeriu que entre os cães e cadelas nascidos desses acasalamentos inter-raciais, criadores/as escolheriam para seguir reproduzindo aqueles com aspectos morfológicos associados à raça *bulldog francês* que também possuísem as cores associadas ao padrão *merle*, descartando os que penderiam mais para uma raça do que para a outra. Para “acelerar” o processo de homogeneização desse novo padrão (fora do padrão), Fabiana especulou que criadores/as insistiriam na “consanguinidade fechada”, ou seja, no acasalamento de “filhotes da ninhada entre si” (KCRGS, 2020a). Embora essas práticas me lembrassem José Azevedo Pinto de Magalhães e os processos seguidos para criação da raça *braco de JAPMA* (**Capítulo 6, Seção**

²⁷⁷ Como *shetland sheepdog*, *australian shepberd*, *cardigan welsh corgi*, *dachshund*, *dogue alemão*, *cataboula leopard dog*, *bergamasco sheepdog*, *pyrenean shepberd* (CLARK, et al. 2006)

2) ou na história da raça *fila brasileiro* como contada por Procópio do Valle (**Capítulo 6, Seção 3**), Fabiana tratou disso como produção de “mestiços” e qualificou a prática como “antiética”, sob pena de, em busca de certo padrão estético, arrastar para essa ou mais raças doenças de transmissão hereditária recorrentes em outras raças (KCRGS, 2020a).

Ao revisar os capítulos anteriores a partir de minhas anotações sobre a palestra de Fabiana, senti a textura de um desdobramento. Se segundo M'charek (2014) pesquisar como o tempo e o espaço se tornam visíveis ou permanecem dobrados pode ajudar a entender as políticas que eles articulam, nesse caso, foi mais um eco de sua política que me permitiu aproximar e justapor diferentes épocas e lugares. Em um contexto diferente, me vi próximo de um conjunto de questões semelhantes àquelas tratadas nos **Capítulos 6, Seção 3** em meus estudos sobre a raça *fila brasileiro* e os dissensos das décadas de 1970 e 1980: opiniões distintas sobre as cores consideradas ideais para uma raça canina, preocupações com a “mistura” de raças distintas e registros genealógicos não condizentes com o vínculo biogenético de parentesco, e o peso simbólico e prático atribuído a histórias de formação das raças caninas como forma de explicar e regular elementos do corpo (genes e aparência) e tomar decisões sobre o destino do indivíduo e do grupo racial.

Ainda que os argumentos de Fabiana fossem no mesmo sentido daqueles evocados em relação à raça *fila brasileiro*, buscando respostas sobre o presente e o futuro da raça em versões sobre seu passado, essa aproximação inesperada também revelou pontos de inflexão importantes. No caso de cães e cadelas *merle*, eram preocupações com a saúde e o bem-estar que rumavam para o centro dos debates relativos à sua eugenia, e não elementos de tradição e nacionalidade como na raça *fila brasileiro*. O “exótico”, o dessemelhante, ainda que valorizado como atração pública e objeto de consumo, foi encarado na palestra de Fabiana como potencial risco, origem de um capital patológico para o grupo racial, que, por isso, deveria ser objeto de regulação e administração. Ainda assim, Alexandre, seus cães e cadelas foram parte importante do espetáculo da 2ª *Expocani*, representavam a variação de cores e estilos forjadas sob o crivo racial, de tal forma que por volta do meio dia, apareceram ao vivo no *Programa Jornal do Almoço* da RBSTV, afiliada da Rede Globo de Televisões no estado do Rio Grande do Sul, na cobertura que fazia da EXPOINTER.

Por volta das 11:00h da manhã o jornalista Josmar Leite chegou ao local do evento na presença de um *cameraman* e auxiliares. Curioso com a presença e o interesse da RBSTV no evento, busquei ficar próximo de Josmar, tentando ouvir a entrevista ou mesmo compreender que tom ele daria à exposição e à entrevista que se preparava para fazer com Alexandre ao vivo. A veloz, para não dizer instantânea, entrevista com Alexandre começou com uma

curiosa menção feita por Josmar: “*A gente está, Dani [apresentadora no estúdio que estava em comunicação com o mesmo], na Expocani... A gente está acostumado a ver, né, o gado, acostumado a ver máquinas, mas tem uma exposição muito legal de cães hoje aqui na Expointer. Olha só, o Alex vai mostrar, são raças exóticas desfilando aqui para gente, veterinário Alexandre, que raças são essas?*”, Alexandre, um tanto hesitante e aparentemente nervoso, responde “*Temos várias raças aqui, raças exóticas, buldogue francês, golden retriever...*”, Josmar interrompe e diz “*são muito dóceis né...*”, e Alexandre complementa, “*são raças que fazem parte da família, dentro do seu lar, então dentro da EXPO-INTER pela primeira vez, agradecemos a oportunidade de estar aqui*”, encerrando a meteórica participação. De cães e cadelas com cores “exóticas”, a mensagem pública ganhou contornos de “raças exóticas” que faziam sua primeira aparição na EXPOINTER, e isso mesmo se tratando de uma das raças mais criadas no circuito registrado no país e no estado. Como a história de exposições caninas na Grã-Bretanha e no Brasil indicam, raças caninas andam a reboque de outros animais em busca de igual prestígio. Nesse caso, no entanto, a atenção pública parece ter vindo em virtude do “exótico”, daquilo que associações de canis costumam não endossar.

9. A MATÉRIA DA RAÇA

Depois de acompanhar a 2ª *Expocani*, dediquei os últimos três meses de 2019 priorizando atividades e avaliações exigidas no final de semestre de todo pós-graduando. Em fevereiro de 2020, passei a procurar em sites e páginas públicas na plataforma *Facebook* por associações de canis e exposições dentro do circuito cinófilo agendadas em Porto Alegre. Decidi seguir a pesquisa acompanhando duas em particular: uma exposição de criação agendada para 07 de março de 2020 e organizada por um clube especializado na raça *pastor alemão*, a Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães (SGCCPA), e exposições de conformação de inúmeras raças agendadas para dia 14 e 15 do mesmo mês, mas organizadas por um clube eclético, o Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS). No dia seguinte, 16 de março, as atividades de associações passaram a ser suspensas em razão da pandemia de COVID-19. Tentando seguir a pesquisa em tempos de quarentena e entender aspectos que havia conhecido *in loco*, me dediquei à análise de documentos produzidos pelas associações de canis com as quais SGCCPA e KCRGS mantinham convênio nacional e internacional. Esse percurso é contado em duas seções nas quais tento explorar suas lições pensando a partir da “sobreposição de significados” do termo “material” observada por Anna Tsing

(2019, p. 141), considerando tanto a matéria de corpos e aquilo que se encontra ao redor, quanto discursos e práticas que foram material para análise nos capítulos anteriores.

9.1. “OS PAIS DA PRÓXIMA GERAÇÃO”

Muito já foi escrito sobre a história da raça *pastor alemão*, seja por historiadores (SKABELUND, 2008; 2011; TENNER, 2017), seja por associações de canis envolvidas com sua criação (CBPA, 2023a; SV, 2023a). Todas as versões voltam ao nome de Max Emil Frederick von Stephanitz (1864-1936) e à associação de canis que encabeçou, a *Verein für Deutsche Schäferhunde* (SV) e V., fundada em 22 de abril de 1899 com sede em München, na Alemanha. No **Capítulo 5** desta pesquisa escrevi um panorama sobre a introdução de associações de canis no Brasil do início do século XX, em especial do eclético Brasil Kennel Club (BKC), e algumas das querelas ocasionadas pela emergência de novas associações ecléticas e especializadas ao longo do século, quando apresentei a Sociedade Paulista de Cães Pastores Alemães (SPCPA) e a Sociedade Brasileira de Criadores de Cães Pastores Alemães (SBCCPA). Sem pretensões de retomar uma história geral desta raça ou associações dedicadas à sua promoção na Alemanha ou no Brasil, nessa seção apresento lições que aprendi ao acompanhar uma exposição de criação promovida pela Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães (SGCCPA) e analisar documentos disponibilizados para consulta pública pelo Clube Brasileiro do Pastor Alemão (CBPA) em seu site, incluindo regulamentos, circulares, artigos técnicos, relatórios e mais.

Fundada no estado Rio Grande do Sul (Brasil) em 18 de setembro de 1960, a Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães (doravante SGCCPA) trabalha com objetivo de promover o “desenvolvimento da raça Pastor Alemão” (SGCCPA, 2020a). Quando da redação desta seção, a SGCCPA mantinha convênio nacional com Clube Brasileiro do Pastor Alemão (CBPA), fundado em 20 de maio de 2006, e por extensão, à internacional Weltunion der Vereine für Deutsche Schäferhunde (WUSV)²⁷⁸. A SGCCPA era um entre outros sessenta e cinco núcleos do CBPA espalhados pelo país (CBPA, 2023b). Como o CBPA (2021a) sugere em seu “*Regulamento de criação e registro*”²⁷⁹, esses vínculos sinalizam um “alinhamento técnico-político-administrativo” entre diferentes escalas de associações de canis e criadores/as dedicados a raça. Quando de meu primeiro contato com essa sociedade,

²⁷⁸ Inicialmente Europa-Union der Vereine für Deutsche Schäferhunde (EUSV), criada em 1968, mas reformulada como “união” com pretensões mundiais entre 1974 e 1975 (WUSV, 2022)

²⁷⁹ Consultei o “*Regulamento de criação e registro*” vigente no CBPA algumas vezes desde 2020. Desde então, o documento passou por alterações pontuais aprovadas pelo Conselho de Juizes de Criação do clube, como em março e abril de 2021, agosto e dezembro de 2022.

o convênio com associações especializadas como o CBPA e a WUSV não impedia sua vinculação com as ecléticas Confederação Brasileira de Cinofilia (CBKC) e a Federação Cinológica Internacional (FCI). Isso mudou em março de 2021, quando CBPA e CBKC se afastaram, em mais um dos muitos capítulos da “política canina”²⁸⁰.

Conheci a SGCCPA enquanto procurava em sites e páginas no *Facebook* por associações de canis e exposições que fossem realizadas em Porto Alegre. À moda de jornais e revistas publicadas ao longo do século XX que tive a oportunidade de consultar através da BND nos anos que se seguiram à pandemia, eram esses sites e páginas de associações de canis em redes sociais que informavam sobre suas atividades, incluindo exposições, sua programação e resultados, procedimentos administrativos e de registro, confraternizações, etc. A página mantida pela SGCCPA no *Facebook*, em particular, divulgava circulares que formalizavam exposições, *flyers* que promoviam sua realização (com indicação de local, como se inscrever, data, horário, juiz responsável e patrocinadores), fotografias de troféus, cães e criadores premiados, anúncios de atividades e cursos, ofertas da sede da sociedade para treino de filhotes, entre outros aspectos. Informado por essa página, decidi visitar a 231ª *Exposição de Criação* promovida pela SGCCPA, agendada para o dia 07 de março de 2020, um sábado, a partir das 09:30h da manhã.

Para quem ainda estava tateando sobre o tema e conhecendo os tipos de exposições caninas que eram realizadas por associações de canis, o título “*Exposição de criação*” não me dava muitas pistas sobre aquilo que teria a oportunidade de acompanhar. Como em todo início de pesquisa, experienciei o evento sem entender bem tudo que se passava, mas nem por isso menos empolgado, curioso e atento. Após descrever minhas experiências e conversas em um diário de campo e, entre 2020 e 2021, consultar documentos públicos produzidos e veiculados pelo CBPA em seu site, entendi ter observado três diferentes provas nesse dia: de conformação, de sensibilidade ao tiro e de proteção. Conforme preconizava o CBPA e, por extensão, a SGCCPA, essas provas eram parte do processo exigido a associados para selecionar cães e cadelas para reprodução, trazer à vida e certificar filhotes como “da raça” *pastor alemão*.

O evento foi realizado na sede da SGCCPA, localizada no bairro Belém Novo, na zona sul de Porto Alegre, em um dia de sol e calor que beirava 35 graus. O acesso era público,

²⁸⁰ O motivo tornando público pelo CBPA foi o veto da CBKC quanto à possibilidade deste clube especializado celebrar convênios com associações que não façam parte do sistema CBKC/FCI, como a WUSV. Na figura de seu presidente à época, José Carlos da Silveira, em 19 de março de 2021 o CBPA acusou a CBKC de internalizar uma disputa entre FCI e WUSV, afirmando que “a Diretoria Executiva do CBPA e seus associados não abrem mão de integrar” essa união, que “detém sua total primazia e excelência técnica na condução das regras e controles da raça” (CBPA, 2021b, p. 1).

sem custos e sem necessidade de inscrição prévia. Bastava chegar, se acomodar e assistir. Com objetivo de me prevenir contra o atraso de uma viagem com duas linhas de ônibus da zona norte à zona sul e, especialmente, a fim de acompanhar a chegada de expositores/as, cães, juiz e expectadores/as, sai o mais cedo possível de casa e acabei sendo um dos primeiros a chegar no local. Aguardei na parte externa por alguns minutos e, quando da chegada de mais pessoas, ingressei na sede da SGCCPA. A entrada pelo seu portão dava acesso a um grande espaço à céu aberto usado como estacionamento e duas casas de cor verde e branco. Uma, à direita, permaneceu fechada ao longo do dia. A outra, à esquerda, ligava o estacionamento a um campo de grama no qual, mais tarde, a exposição foi realizada, mantendo um banheiro social e um pequeno altar onde eram expostos registros da história dessa sociedade, como um livro com a relação de sócios e endereços, um livro de registro de ninhada, um livro de seleção, atas e premiações (medalhas e troféus).

Ainda sem conhecer bem o local e a dinâmica de entrada no evento, me apoiei em uma cerca de madeira que separava o estacionamento do campo e aguardei alguns minutos. Nesse momento pude observar como o espaço estava organizado e acompanhar a chegada de participantes e expectadores/as. No campo, fitas coloridas, uma vermelha e outra amarela, chamaram minha atenção. Alinhadas, elas davam contornos a uma pista de formato oval que delimitava o trajeto que cães e condutores deveriam seguir no curso da exposição. A escolha pelas cores não me parecia um acaso, já que eram duas das três cores da bandeira nacional da Alemanha. No estacionamento, pude observar o ingresso de uma significativa quantidade de automóveis de grande porte (tipo picape) ou, quando não, acrescidos de partes extras acopladas, as quais tornavam possível transportar cães e cadelas em caixas usadas para esse fim. Pelo tamanho que cães e cadelas jovens ou adultos da raça *pastor alemão* alcançam, um carro de porte comum teria dificuldades para acomodar os mesmos na logística que a participação em exposições exige. Depois de estacionar e cumprimentar amigos/as presentes, expositores/as colocavam a guia e liberavam cães e cadelas de suas caixas de transporte para um primeiro momento de reconhecimento e alívio ao urinar.

Enquanto observava esse momento de chegada, fui buscado por Gilberto, à época presidente da SGCCPA. Após me apresentar e contar sobre a pesquisa em curso, ele me convidou para ingressar no campo de exposições pela casa sede e me acomodar nas arquibancadas para acompanhar o evento. Além de arquibancadas com três andares disponibilizadas a expectadores/as, o evento também contava com bancos fixos e cadeiras de praia trazidas pelas famílias de criadores/as e curiosos/as que iam se posicionando para assistir ao certame. No momento em que procurava um lugar nas arquibancadas que fosse próximo ao

campo e me permitisse um ângulo de visão favorável para assistir à exposição, fui procurado por Darci, à época vice-presidente da SGCCPA. Conversamos brevemente sobre o evento e o motivo da minha presença. Além de me entregar o catálogo da exposição, documento impresso que registra e lista as categorias e os participantes inscritos, incluindo informações como a identificação de criadores/as, proprietários/as, cães e cadelas²⁸¹, Darci contou que a SGCCPA guardava um acervo de fotografias e registros históricos sobre a raça *pastor alemão*, incluindo sua participação nas duas grandes guerras mundiais, “dos dois lados”, disse. Depois dessa breve conversa de apresentação, Darci seguiu suas atividades no evento e eu segui observando e buscando expectadores/as que quisessem conversar.

Tanto entre expositores/as, quanto entre expectadores/as, pude perceber um clima amistoso e em grande medida familiar, com muitas crianças presentes. Conversas descontraídas e roupas confortáveis e frescas (como bermudas, camisetas, chinelos e sapatos de verão) davam o tom, à exceção de Milton, juiz escalado para o evento, que não apenas estava vestido de modo menos casual, usando uma calça caqui, camisa, blazer (que não durou muito tempo no corpo) e um boné agregado ao *look* em virtude do forte sol e calor que marcou o dia do evento, como recebia um tratamento mais formal ou protocolar dos presentes. Apesar de se tratar de uma competição, havendo pontuação e disputa por colocação no “ranking gaúcho” da raça, não tive a impressão de excesso de competitividade entre concorrentes ou mesmo recepções negativas das avaliações que eram feitas pelo juiz, em pista ou nas arquibancadas. Antes o contrário, aplausos, brincadeiras e piadas apoiadas em temas como times e jogadores de futebol, preparo físico, envelhecimento, entre outros, suscitavam risadas e descontração entre participantes e expectadores/as. Parecia, inclusive, que muitos dos presentes já se conheciam de outros eventos, o que em parte explicava a curiosidade de alguns com a minha presença e perguntas como “és tu que estás fazendo pesquisa?”.

Muitas pessoas com quem pude conversar disseram se tratar de um evento vazio se comparado a outros. A explicação era a proximidade da data com um evento promovido pelo *Núcleo Pelotas* do CBPA na sede de um sindicato rural da cidade de Pelotas (RS) em 29 de fevereiro de 2020. No evento que acompanhei na zona sul de Porto Alegre, em particular, estavam inscritos trinta e três cães e cadelas, de dezessete criadores/as e dezoito proprietários/as - categorias que podem ou não ser ocupadas pela mesma pessoa. Entre esses, apenas quatro proprietárias e duas criadoras concorriam, sendo que uma delas dividia esse status com outro criador. Ainda que entre expectadores a diversidade fosse a tônica, criadores,

²⁸¹ Como data de nascimento, nomes de “pai” e “mãe” dos inscritos, número de registro junto ao CBPA e do microchip, informações relativas ao “Raio-X” (por meio de seus códigos, “HD/N” e “ED/N”), tipo de “seleção” e *pedigree*, elementos tratados ao longo da presente seção.

proprietários e *handlers* (que conduziam cães e cadelas em pista) nessa exposição eram, em sua grande maioria, homens. A ausência de alguns cães e cadelas inscritos (uma ou outra justificada publicamente, caso de uma cadela em que a data da exposição coincidiu com seu período de cio) tornaram o número de participantes ainda menor e, por conseguinte, a exposição ainda mais curta, sendo encerrada por volta das 15h.

Além de afixo (registro do canil²⁸²) e inscrição no prazo estabelecido por circulares, para que um cão ou cadela possa participar dessas e outras exposições semelhantes exige-se registro no “Stud Book” do CBPA (ou associação conveniada) e posse de Certificado de Autenticidade da Raça (CAR) (CBPA, 2021d, p. 3). Como informado pelo catálogo que recebi de Darci, as seis categorias adotadas pela CBPA para suas exposições foram apresentadas na *231ª Exposição de criação* da SGCCPA, todas divididas por sexo (ao menos quando havia cães e cadelas inscritos) e organizadas conforme a idade dos participantes na data de realização do evento: 6ª categoria ou “filhotes” (de quatro a menos de seis meses de vida), 5ª categoria ou “novíssimos A” (de seis a menos de nove meses), 4ª categoria ou “novíssimos B” (de nove a menos de doze meses), 3ª categoria ou “muito jovem” (de doze a menos de dezoito meses), 2ª categoria ou “jovem” (de dezoito a menos de vinte e quatro meses) e 1ª categoria ou “cães de trabalho” (de vinte e quatro meses em diante) (CBPA, 2021e). Nessa exposição, as categorias de cães e cadelas mais jovens tinham mais inscritos, mas mesmo entre aquelas em que havia apenas um/a inscrito/a (como na 4ª categoria da variedade pelo longo²⁸³ e na 1ª categoria de “machos”), foram seguidos os mesmos ritos para sua avaliação, à exceção da comparação entre os concorrentes.

O início formal da exposição ficou a cargo de um locutor. Falando do campo por meio de um microfone conectado a caixas de som situadas na sede, ele anunciou a categoria e convocou a entrada de condutores/as e exemplares inscritos. O evento começou pela sexta categoria e seguiu até a primeira. Ao ingressarem no campo, cães e cadelas eram submetidos a rápidos “exames preliminares” (CBPA, 2021e, p. 9) ou “inspeções veterinárias” conduzidas por um colaborador, sob justificativa de avaliar suas condições de saúde e “verificar possíveis faltas com relação ao padrão racial” (CBPA, 2020a, p. 2). Nesse momento, desconformidades na aparência, possíveis problemas dentários (como prognatismo superior ou inferior, falta de dentes, etc.), testiculares (ausência de um ou os dois testículos) ou outros (como albinismo) podem levar à desqualificação (CBPA, 2021e, p. 19). Feita essa rápida inspeção, um

²⁸² Registro que identifica o canil junto à CBPA e, ao compor o nome de filhotes nascidos, sua “origem” (CBPA, 2021c, p. 2).

²⁸³ Cães com pelo longo, considerados uma variedade à parte pela CBPA e tendo inclusive seu acasalamento com cães de pelo curto proibido (CBPA, 2021a, p. 8), são apresentados em classe particular.

dispositivo de reconhecimento sem fio (com mais ou menos 15 cm) era passado sobre as costas dos cães e cadelas buscando um microchip ou nanochip inserido sob a pele, cuja função era confirmar se eles seriam, de fato, eles mesmos. Alguns pareciam ser mais difíceis de conferir que outros, demandando mais tempo para seu reconhecimento. O veterinário e responsável técnico pelo evento aconselhava que se procurasse do lado esquerdo do corpo, padrão adotado a fim de tentar facilitar a leitura desse dispositivo de identificação individual.

Milton, juiz da exposição, acompanhava esses procedimentos de perto. Como previa o “*Regulamento de exposição de criação*” (CBPA, 2021e, p. 8), o julgamento começa “desde o momento em que os animais adentrem ao campo”. De fato, quando cães e cadelas iam chegando na companhia de seus condutores, todos também individualmente identificados por um colete numerado, a observação e a avaliação de Milton já eram notórios. Seu olhar percorria todo o corpo de cães e cadelas, alternado com olhares para sua prancheta e anotações rápidas, já sendo capturado novamente pelos exemplares e seus movimentos. Desde a conferência do microchip e da preparação, o juiz observava, perguntava a idade e outros detalhes. Feitas as avaliações preliminares, as duplas eram convidadas a dar algumas voltas na pista de fitas organizada no campo de exposições, num ritmo mais ou menos intenso, a depender do estímulo feito por Milton. Comentários como, “deixa ela andar, deixa ela fluir”, “dá um trote”, ditavam o ritmo. Brincadeiras e piadas (sobre o desempenho, peso e condição física) entre amigos/as que assistiam geravam risadas e respostas esbaforidas de condutores, que pareciam cansar mais rápido do que cães e cadelas. Roupas confortáveis e apropriadas para a realização de atividades físicas, como bermuda, camisetas e tênis esportivo, pareciam não apenas adequadas, mas necessárias em razão do esforço físico que era exigido dos condutores.

Para minha surpresa, as duplas que participavam da exposição não estavam à própria sorte. Como forma de estimular os exemplares em pista, uma ou duas pessoas (como cônjuges, filhos/as, amigos/as, etc.) corriam mais ou menos quinze metros à frente da dupla e, empenhados com mais ou menos ânimo e potência vocal, tentavam chamar a atenção de cães e cadelas. Para isso, chamavam pelo nome, se valiam de apitos e tentavam seduzir cães e cadelas com algum brinquedo ou objeto querido, como uma bola murcha, uma galinha de borracha, um pedaço grosso de corda, entre outros. Condutores trotando no mesmo ritmo que os cães e cadelas que seguravam pelas guias também gritavam e gesticulavam para esses estimuladores, pedindo mais ênfase e dedicação.

Curioso com essa participação coordenada entre pessoas, cães e objetos que me parecia uma coreografia em favor da atenção e do movimento, perguntei a respeito para um

senhor que assistia à exposição ao meu lado e com quem conversava de forma descontraída desde o início do certame. Ele, que pediu para não ser identificado na pesquisa, contou trabalhar como adestrador de cães desde 1989. Na sua avaliação, esse esforço de condutores e estimuladores buscava sim manter cães e cadelas em movimento, mas mais do que isso, era também uma forma de tentar manter eles com uma boa postura, orelhas levantadas, um olhar interessado, curioso e vivaz para análise do juiz. O objetivo, sugeriu, era tentar evitar que possíveis pontos fracos na estrutura ou no comportamento de cães e cadelas que eram avaliados fossem acentuados aos olhos do juiz por uma posição de desinteresse ou de desatenção em pista.

De tempo em tempo, Milton solicitava que os concorrentes cessassem seu trote. Cada dupla se postava ao lado dos demais competidores, permitindo que o juiz procedesse com avaliações individuais e comparativas. Condutores seguravam cães e cadelas à sua frente, com firmeza, bem próximo de seu corpo e pernas. Cães e cadelas precisavam ficar parados, com as pernas afastadas e com uma postura retilínea, sendo mostrados de perfil para avaliação de Milton. Alguns ficavam parados com mais facilidade, enquanto outros se mostravam um tanto agitados ou desacostumados à demanda, o que exigia a contenção ou o preparo manual do condutor para que permanecessem na posição considerada adequada, para isso mudando a posição de apoio das pernas traseiras e dianteiras e erguendo a cabeça de cães e cadelas por meio do levantamento da guia. Milton olhava os competidores com atenção, tomando notas numa ficha fixada em sua prancheta e, por vezes, pedia algo como “mais um trote, por favor”, tudo a fim de agregar elementos complementares em sua avaliação. Estimuladores acompanhavam esses procedimentos à distância, observando e aguardando se sua participação seria necessária.

Na perspectiva do CBPA, “as exposições de criação consistem em um instrumento para os criadores e expositores aferirem a adequação de seus exemplares” ao “‘ideal’ da raça, qualificando-os e classificando-os conforme aproximem-se mais ou menos do ‘standard’ (padrão racial)” (CBPA, 2020a, p. 2). Julgamentos como esses de Milton avaliavam se e, se sim, quanto se comparado a outros, os exemplares estariam em conformidade com o arquétipo da “raça” descrito em seu documento de padrão²⁸⁴ (CBPA, 2022a) sob responsabilidade da *Verein für Deutsche Schäferbunde* (SV) e V, da Alemanha, e adotado pelo WUSV, CBPA e

²⁸⁴ Como parece uma constante em documentos do tipo, esse padrão é dividido em "breve resumo histórico", "relações dimensionais importantes" (altura da cernelha e comprimento do tronco), "característica" (temperamento e disposição), "cabeça" (proporção comprimento do crânio e focinho, aspecto, maxilares, lábios, nariz, denteição, olhos, orelhas), "pescoço" (angulação, pele), "tronco" (linha superior, dorso, lombo, garupa, peito), "cauda", "membros" anteriores e posteriores e suas angulações, "pele", "pelagem" (pelo, cor), "altura/peso" e, por fim, "faltas", "faltas graves" e "faltas eliminatórias" (CBPA, 2022a).

associações conveniadas como SGCCPA. Aspectos como tamanho, peso, pelagem, estrutura e proporção dos ossos, musculatura, dorso, angulação nos membros anteriores e posteriores, cotovelos, jarretes, garupa, cabeça, olhos, maxilar, dentição, expressão (se vivaz, amistosa, nobre, etc.), “índole”, “controle de nervos”, movimentação, entre outros, eram objeto de escrutínio. Para o clube, “os melhor qualificados” deveriam “ser aqueles que apresentam uma maior tipicidade racial, com adequado temperamento e uma melhor cobertura de terreno com menor gasto de energia” (CBPA, 2020a, p. 2).

Feita a análise de todos os inscritos em cada categoria, Milton empunhava o microfone e explicava a expositores/as e expectadores/as presentes os aspectos técnicos que subsidiaram a escolha dos primeiros e últimos colocados. Termos elogiosos como “muito bom tipo”, “cernelha bem pronunciada”, “bom comprimento de garupa”, “boa estrutura”, “ótima linha superior”, “bem construída”, “se movimentou bem”, “corretas em seus aprumos”, “muito expressiva”, eram alternados com considerações mais críticas, como, por exemplo, “orelha para trás, que tira um pouco sua nobreza”, “posterior um pouco frouxa para a idade”, “não se mostrou muito vivaz”, “um pouco pesado”, “tímida”, entre outros. Um bom desempenho em apenas um ou outro aspecto não parecia suficiente para garantir uma boa qualificação²⁸⁵. Julgando a terceira categoria, por exemplo, Milton sugeriu que, apesar de possuir uma excelente morfologia, uma das competidoras precisava de um “treinamento de socialização” para “se comportar bem”, pois, na sua análise, esteve “pouco à vontade” em pista. A despeito do esforço de seu condutor, essa postura lhe rendeu o quarto lugar entre quatro competidoras, sendo decisiva para sua avaliação. “Cão é contexto, não só texto”, exclamou um criador da raça nas arquibancadas, em uma lição instrutiva sobre como atributos físicos, comportamentais e de desempenho precisavam ser coordenados na prática, sob pena de gerar uma avaliação inconsistente. Após a exposição pública da avaliação de Milton, era feita uma pausa rápida para registros fotográficos de cães e cadelas vencedores, seus condutores, estimuladores e/ou proprietários. Para isso, cães e cadelas eram novamente estimulados por meio de seus brinquedos e objetos queridos, como forma de fixar, na fotografia, aquilo performado em pista e diante do juiz.

Apesar do interesse que tive pela rede de pessoas e objetos que me pareciam tornar essas performances possíveis, percebi que Milton fazia ela ausente ao anunciar seu juízo, se limitando a falar do corpo, do comportamento e do desempenho dos exemplares. Em parte, a literatura antropológica sobre o tema já tinha me prevenido a esse respeito. Analisando

²⁸⁵ Àqueles inscritos da sexta à quarta categoria cabe as qualificações “mini ouro”, “mini prata” e “mini bronze”, enquanto da terceira à primeira, “excelente”, “muito bom”, “bom”, “insuficiente” ou “desqualificado”.

exposições de conformação promovidas pelo eclético KCRGS, nas quais apenas condutores (chamados de *handlers*) são requeridos, a antropóloga Ivana Teixeira (2016, p. 111) deu um passo adiante e sugeriu que “é menos o animal e mais a relação do cão com o seu respectivo humano” que está sob escrutínio nesses eventos-rituais. Contudo, apesar de sagaz em deslocar a atenção analítica para a relação e suas performances, acompanhar a exposição de criação promovida pela SGCCPA me fez perceber que tanto Milton, quanto Teixeira, faziam ausente outros tipos de relacionamentos que transcendem viventes e são igualmente importantes nesse processo. Não apenas a relação humano-animal, o corpo, o comportamento e a movimentação de ambos estão sob exame e importam nesses eventos, mas também materialidades dentro e fora da pele de cães e cadelas cuja presença me parecia crucial para sua certificação como “de raça”, fossem eles exigidos de todos, como chips, ou escolhidos pelo afeto situado, como brinquedos e objetos queridos. A matéria da raça parecia transcender a materialidade corporal para incluir objetos dentro e ao redor dos cães e cadelas em pista.

A importância dessas e mais materialidades soaram ainda mais relevantes nas provas exigidas daqueles inscritos na terceira e na primeira categoria da exposição. Do único cão inscrito na terceira, relativa a cães e cadelas que possuíssem entre doze e dezoito meses de idade, foi exigida a realização de uma “prova de tiro” (CBPA, 2021e, p. 13). Buscando avaliar aspectos como comportamento, temperamento e caráter, a prova se propõe a testar a reação e a sensibilidade de cães e cadelas ao tiro. A uma distância aproximada de quinze passos do exemplar, que deve estar com a “guia frouxa” junto ao condutor, o juiz efetua dois disparos consecutivos com uma “pistola esportiva”, “devendo o animal reagir de forma indiferente ou controlada, seja em atenção ou latindo” (CBPA, 2021d, p. 6-13). Apesar das dificuldades de Milton em se habituar com o manejo da pistola, destravar e fazer os disparos necessários, a realização da prova foi rápida como uma bala. O cão avaliado não apresentou temor ou qualquer reação, arrancando aplausos de todos.

Na primeira categoria, paradoxalmente a última a ser realizada nesse dia, três cadelas foram submetidas à “prova de proteção”. Com base na reação de cães e cadelas durante a simulação de um “assalto de surpresa” (CBPA, 2021d, p. 6), o objetivo desta atividade é avaliar aspectos como coragem, autoconfiança e espírito de luta (CBPA, 2021e). Espera-se que, ao serem surpreendidos pelo “figurante” que interpreta um agressor, cães e cadelas respondam ao comando do condutor, corram e ataquem o agressor com uma mordida no braço. Sua realização, no entanto, exigia novos objetos e uma nova organização do espaço. Em lados opostos do campo da exposição, a uma distância média de cinquenta passos, foram instalados dois biombos de mais ou menos 2m de altura, de modo a servir de esconderijo

para que o figurante pudesse surpreender a dupla de participantes durante a realização da prova. Enquanto os organizadores do evento distribuíam e ajeitavam esses biombos no gramado, o figurante Willian foi apresentado ao público. Foi um momento de bastante empolgação e aplausos. Sobre uma camiseta do Sport Club Internacional (algo que suscitou piadas entre expectadores, em especial sobre como exemplares de torcedores do rival Grêmio poderiam reagir a isso), Willian vestia um “macacão de proteção” com um braço revestido e com preenchimento reforçado. Em mãos, o figurante trazia um “bastão esportivo” cuja função era dar duas “batidas” pré-programadas no dorso das cadelas enquanto filavam seu braço (CBPA, 2021d, p. 6). As batidas devem ser moderadas, e algum exagero pode gerar mal-estar entre expositores e figurantes.

A uma distância de 30m ou mais, condutores e cadelas se posicionavam e aguardavam o início da prova. Ao surgir de um bimbo, Willian ia de encontro à dupla de participantes fazendo sons e movimentos ameaçadores com seu bastão, algo sucedido pelo comando de voz do condutor e o arranque das cadelas, que saltaram, morderam e ficaram agarradas no estofado braço do figurante. Isso foi repetido duas vezes para cada uma das três duplas concorrentes, primeiro quando Willian surgia do biombo à esquerda, depois, daquele situado à direita. Era “desejável, mas não obrigatório”, que as cadelas soltassem o braço do figurante sob comando do condutor (CBPA, 2021d, p. 6). A primeira e mais empolgante dupla obteve êxito sem maiores dificuldades. A cadela atacou de forma precisa e soltou o figurante assim que reconheceu o forte grito de comando que seu condutor entoou à distância. Na segunda dupla, por sua vez, um movimento de ataque igualmente empolgante foi parcialmente atenuado pelo fato de a cadela não responder à ordem de liberar o braço do figurante. Foi preciso que seu condutor fosse até ela e a convencesse a soltar de forma mais direta, se valendo do próprio corpo e de ordens mais enérgicas. No terceiro caso, por fim, antes de começar a prova o próprio condutor previu que sua cadela não largaria o braço do figurante, o que se confirmou depois de arranques, saltos e mordidas também bem-sucedidas²⁸⁶. O fim da prova deu início à explanação pública da avaliação feita pelo juiz Milton, mais rodadas de fotografias, conversas descontraídas e o encerramento do evento.

Pouco a pouco os presentes foram se despedindo e se dispersando. Cães e cadelas foram conduzidos/as de volta para suas caixas de transporte e todos partiram. Iniciei minhas

²⁸⁶ Essas provas de sensibilidade ao tiro e de proteção parecem dar continuidade a formas de avaliação que remetem às origens da raça no final do século XIX, em especial quando, ao vincular “tradições agrárias, conceitos militares de autoridade e preocupações burguesas com a proteção da propriedade”, as expectativas sobre seu emprego funcional foram reorientadas de pastor à protetor (TENNER, 2017, p. 112-113, tradução livre). Max von Stephanitz, em particular, não nutria muito entusiasmo com elas, dado o risco de confundir um cão em situações concretas nas quais um possível agressor não usasse as roupas e os objetos de proteção (Ibidem, p. 108, tradução livre).

anotações sobre essa experiência ainda durante a viagem de duas linhas de ônibus que me levaram para casa, o que se seguiu domingo e ao longo da semana. No final de semana seguinte, acompanhei exposições de conformação promovidas pelo Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS), como conto na próxima seção. Minha inserção em campo cessou em seguida, com a chegada definitiva da pandemia de COVID-19 no estado do Rio Grande do Sul. Ainda em 13 de março de 2020, a SGCCPA replicou em sua página no Facebook a decisão da CBKC e da CBPA (até então conveniadas) de, por precaução, suspender suas atividades (SGCCPA, 2020b). Nos dias que se seguiram isso foi reafirmado. De tempo em tempo a SGCCPA tentou retomar sua rotina, oferecendo a sede para sócios treinarem aos sábados e agendando novas exposições de criação. Mesmo que muitas exposições tenham sido canceladas ou adiadas em virtude do agravamento da pandemia, outras foram levadas adiante, embora restritas a expositores/as, juiz, organizadores e levadas apenas parcialmente ao público através de pequenas transmissões síncronas possibilitadas pela plataforma *Facebook*.

Depois de algumas semanas tentando digerir os efeitos da pandemia, tanto na vida pessoal, quanto em relação aos rumos que daria à pesquisa, passei a investir na análise de documentos disponibilizados publicamente pelo Clube Brasileiro do Pastor Alemão (CBPA) em seu site, como regulamentos, artigos técnicos, relatórios, formulários, fichas utilizadas por juízes e mais. O objetivo era conhecer aspectos normativos e procedimentos exigidos pelo clube e associações de canis e criadores/as conveniados/as. Entre esses materiais, um em especial me ajudou a conectar as lições que vinha tirando dessa análise com aquilo que conheci ao acompanhar a 231ª *Exposição de criação* da SGCCPA: o artigo “*Melhoramento Genético e Pressão Seletiva na raça Pastor Alemão*” (CBPA, 2021f) escrito pelo criador e associado Humberto Gautério (Canil Matilha dos Bravos). Segundo Humberto:

Para entender melhor como funciona o melhoramento genético e a pressão seletiva, é importante ter em mente o funcionamento da seleção artificial. Esta consiste na seleção de indivíduos com determinadas características desejáveis, promovendo o cruzamento entre estes, usando a mesma lógica de seleção nas gerações seguintes. Isso faz com que os genes responsáveis pelas características selecionadas tenham sua frequência aumentada, fixando características e formando tipos uniformes.

Focar em melhoramento genético significa manter critérios rígidos na seleção dos indivíduos que serão os formadores das gerações subsequentes, direcionando a criação para um patamar mais elevado em termos de qualidade total da população. Basicamente tudo começa com a decisão de quais animais de uma geração irão tornar-se os pais da próxima geração. Ou seja, pode se entender a seleção como sendo a decisão de permitir que os melhores indivíduos de uma geração sejam os pais da geração subsequente. Pode-se afirmar que o melhoramento genético começa a acontecer permitindo com que os melhores animais se reproduzam mais, e que estes deixem maior prole.

Já a pressão de seleção, ou pressão seletiva, consiste na definição de critérios mínimos de desempenho para nortear a criação, exercendo uma pressão sobre a população reprodutiva, focando os acasalamentos nos indivíduos (reprodutores e

matrizes) considerados mais aptos. Ou seja, quanto maior for a pressão de seleção, mais satisfatoriamente se alcançará o melhoramento genético.

É importante destacar que, para existir um melhoramento genético consistente em uma raça canina, se faz necessário um trabalho de direcionamento de longa duração, com uma pressão de seleção bem definida, a qual seja capaz de alcançar sucessivas gerações.

Todavia cabe destacar que na criação canina, a seleção artificial é feita, em última instância, por cada criador, a sua livre escolha. Ou seja, a formação dos pares que serão os responsáveis pelo nascimento das próximas gerações são [sic] de livre arbítrio dos donos dos cães, via de regra, dos donos das fêmeas (matrizes) as quais irão formar par com os reprodutores.

Então como direcionar o melhoramento genético de toda uma raça canina satisfatoriamente? (CBPA, 2021f, p. 1)

Dessa passagem, gostaria de sublinhar a expressão “os pais da próxima geração”. Por suscitar as mesmas preocupações da afirmação “quem parirá as novas gerações” atribuída a Herman Lundborg e inserida no *Boletim de Eugenia* (1930, edição 00017, p. 5) analisado no **Capítulo 7**, essa expressão me parecia ajudar a realçar a dimensão eugênica dos modos pelos quais o clube buscava “melhorar” as condições gerais da população da “raça”: se a busca pelo “melhoramento genético” passaria pela proibição de reprodutores considerados inadequados²⁸⁷ e pela eleição dos “melhores” e “mais aptos” cães e cadelas como “os pais da próxima geração”, para que “se reproduzam mais” e “deixem maior prole” ao longo de “sucessivas gerações”, como lidar com o fato de que na criação canina essa escolha caberia aos criadores/as, em especial a proprietários/as de “matrizes”? Em outras palavras, como sincronizar escolhas individuais e aquelas “de toda uma raça canina”? Buscando assegurar e orientar o que foi chamado de “pressão de seleção”, o CBPA impõe “critérios obrigatórios para uso dos cães na reprodução” a seus associados (CBPA, 2021f, p. 1).

De acordo com seu “*Regulamento de criação e registro*”, além de atender à idade mínima (vinte e quatro meses para cães e vinte para as cadelas) e possuir Certificado de Autenticidade da Raça (CAR), cães e cadelas criados por seus associados precisariam estar certificados como “habilitado para reprodução”. Para obter essa certificação, criadores/as precisam submeter seus exemplares a provas de conformação, de tiro e de proteção e, sob justificativa de tentar precaver futuros descendentes contra displasia²⁸⁸, apresentar radiografias da articulação

²⁸⁷ De acordo com o “*Regulamento de criação e registro*” do CBPA, alguns acasalamentos são encarados como “proibidos”. O clube veda a seus sócios procriar exemplares com outros que por ventura estejam “registrados em entidades não reconhecidas pelo CBPA, nascidos a partir de 20/03/2021” (quando, como eco da política canina, cessou o vínculo com a CBKC), aqueles com acentuada “consanguinidade” (em especial “até o 2º grau”, como de “pais com filhos, irmãos com irmãos, 1/2 irmãos com 1/2 irmãos”), exemplares de pelagem curta com cães de pelagem longa (por serem considerados “variedades distintas”), e aqueles diagnosticados como portador de “defeitos” como “temperamento fraco, insegurança e fraqueza de nervos”, displasia coxofemoral ou de cotovelos moderada ou grave, problemas testiculares, “orelhas deformadas ou caídas”, “malformações”, “falhas” de “pigmento”, problemas dentários e “deficiências no maxilar ou na mandíbula” (prognatismo ou mordedura em torquês) (CBPA, 2022b, p. 4-5).

²⁸⁸ O termo displasia caracteriza uma alteração no desenvolvimento da articulação, nesse caso articulações do quadril (POVERENE, 2022) e de cotovelos (BOOS, 2012).

coxofemoral e de cotovelos realizadas a partir de 12 meses de vida junto de laudo com classificação “A” (considerado normal, quase normal ou ainda permitido) emitido por veterinário credenciado pelo clube. Essa habilitação para reprodução pode ser de dois tipos, “permitido” e “selecionado”²⁸⁹, cuja diferença reside em parte dos requisitos exigidos para concessão, no número de acasalamentos que ela autoriza e na qualificação do juiz que pode fazer a avaliação e conceder a certificação (CBPA, 2022b).

De modo geral, enquanto a avaliação “bom” em prova de conformação e o êxito na prova de tiro conduzida por um juiz “de criação” ou “de seleção”²⁹⁰ habilita um cão a realizar até três acasalamentos por ano, a avaliação “muito bom” e o sucesso nas provas de tiro e de proteção faculta a realização de até dez acasalamentos para um cão habilitado como “permitido” (CBPA, 2022b, p. 2). Para cadelas, os critérios são os mesmos daqueles que permitem até três acasalamentos por ano para cães, ainda que sua autorização tenha validade indeterminada e precise respeitar o máximo de três ninhadas dentro do período de vinte e quatro meses a contar da data de nascimento da primeira (CBPA, 2022b, p. 3).

Além dos requisitos colocados para concessão da habilitação “permitido”, para obter a habilitação “selecionado” cães e cadelas também precisam ser submetidos à avaliação de

²⁸⁹ Os dados sobre essas habilitações podem ser consultados em relatório produzido pela Direção de Criação do CBPA. De 2019 a 2021, o número de cães e cadelas registrados junto ao clube variou de 3.586 em 2019, 3.631 em 2020 a 4.802 em 2021 (CBPA, 2021g, p. 1). Em 2021, 254 exemplares (43 cães e 211 cadelas) foram avaliados e considerados “permitidos para a reprodução”, enquanto 223 (75 cães e 148 cadelas) “selecionados para a reprodução” (Ibidem, p. 2; 4). No “*Relatório das atividades de criação*” de 2021, constam desde reprodutores com cinco ninhadas e 35 filhotes até aqueles com 31 ninhadas e 163 filhotes registrados (Ibidem, p. 7-8). A pandemia de COVID-19 não arrefeceu o trabalho e o crescimento do clube e de canis associados, já que, conforme o referido relatório, “entre 2020 e 2021 houve um crescimento de 18,22% no número de canis ativos, de 29,85% no número de ninhadas e de 9,90% na média de ninhadas por canil” (Ibidem, p. 10)

²⁹⁰ De acordo com o “*Regulamento para ingresso e evolução na carreira de juiz de criação*” do CBPA (2021h), assinado pelo Conselho de Juízes de Criação do CBPA em 28 outubro 2017, a carreira de um juiz possui quatro níveis: *estadual, nacional, de seleção, de criação e seleção internacional*. Para ingressar no cargo, é preciso requerer a posição junto ao Conselho de Juízes de Criação e comprovar através de registros documentais que é sócio do clube há pelo menos cinco anos, que é criador há pelo menos dez anos, que registrou ao menos vinte ninhadas (sendo cinco nos últimos dois anos do requerimento), que tem formação em nível superior, que tem o apoio da “comunidade pastoreira de sua localidade”, que goza de “bom nome” e não desempenha “atividades profissionais remuneradas no meio pastoreiro, tais como prestar os serviços de treinamento de cães, apresentação em exposições, intermediação de negócios de compra e venda de animais, e outros afins” (Ibidem, p. 3). A progressão de carreira exige que se atenda a mais critérios e performances. Para ser juiz estadual, é preciso atuar como assistente de juiz durante dois anos, o que inclui ser bem avaliado pelo mesmo em “aspectos técnicos e comportamentais”, continuar criando cães da raça (alcançando ao menos cinco ninhadas nesse período) e “realizar a prova de admissão ao quadro de juízes de criação do CBPA como juiz estadual” (Ibidem, p. 4). Para passar de juiz de criação *estadual* para *nacional*, por sua vez, seria preciso criar ao menos três ninhadas, compor a *Comissão de Criação* do CBPA da sua região, julgar pelo menos três *exposições de criação* como essa que acompanhei *in loco* e submeter relatório escrito sobre cada uma ao presidente do Conselho de Juízes de Criação. Depois de dois anos nessa posição, é possível reivindicar o nível *juiz de seleção*. Para isso, além de ter criado pelo menos três ninhadas, é preciso “apresentar um trabalho escrito e relevante sobre a criação nacional, focando a situação da criação no território nacional, os principais reprodutores e linhas de sangue, bem como recomendações para sua evolução” (Ibidem, p. 5). Para alcançar o último estágio, por fim, passados dois anos como *juiz de seleção*, é preciso ter julgado pelo menos três exposições nacionais e cinco cães diferentes em *provas de seleção*, além de demandar apreciação e concessão do cargo junto ao Conselho de Juízes de Criação.

um juiz “de seleção” e obter aprovação em Avaliação Básica de Aptidão ao Trabalho (BREVET) ou pelo *Internationale Gebrauchsbunde Prüfungsordnung*²⁹¹ (IGP) (CBPA, 2021d). Passados vinte e quatro meses desde essa avaliação, um exemplar com a habilitação “selecionado” precisaria ser submetido a um exame de “re seleção”, cujo objetivo é tanto avaliar seu desenvolvimento, quanto “observar” se ele “não transmitiu qualidades indesejáveis aos seus descendentes nos dois anos anteriores de uso na reprodução” (CBPA, 2022c, p. 2). Uma vez habilitados, os exemplares recebem um “Certificado de Seleção” que, de modo geral, replica a “Ficha de Seleção para a Reprodução”²⁹² preenchida pelo juiz responsável por sua avaliação (CBPA, 2021i). Com esse procedimento e certificação o clube espera reunir dados relativos a identificação, análises físicas, temperamentais, cinéticas e de desempenho cujo objetivo é permitir “ao proprietário manejar da melhor forma possível a utilização do exemplar na reprodução” (CBPA, 2022c, p. 2). A utilidade prática desse acúmulo de dados é sintetizada no item “*Recomendação para uso na Reprodução*” incluído nesse certificado, no qual

[...] o juiz selecionador recomenda o uso do exemplar, se para contribuir para a correção, manutenção ou melhoria de determinadas qualidades (proporções, tamanho, angulações, movimentação, firmeza de ligamentos, ossatura, vitalidade, espírito de luta, etc.) ou faz restrições ao uso para os casos em que se verifique defeitos semelhantes aos reportados, em exemplares a serem acasalados com o exemplar ora selecionado. (CBPA, 2022c, p. 1)

A exemplo da 231ª *Exposição de criação* da SGCCPA julgada por Milton, materialidades e performances em exposições pareciam se revestir de alta importância nas escolhas que moldam essa “pressão sobre a população reprodutiva”: uma avaliação inconsistente ou generosa parece contribuir para interditar, reduzir ou aumentar a expectativa em relação ao potencial reprodutivo de um cão ou uma cadela. Mais do que isso, como a necessidade de um exame de “re seleção” insinua, se ninhadas não correspondem ao padrão da “raça” ou às expectativas geradas por seus ascendentes, padreador e matriz podem ter seu status e valor como reprodutores questionados, de modo que não apenas o desempenho de um indivíduo em uma exposição, mas também a avaliação feita de seus descendentes, pode desfazer uma certificação obtida no passado e gerar efeitos sobre seu futuro como reprodutor. Dentro do campo de possibilidades circunscritas pelo clube, escreveu o criador e à época Diretor de Criação²⁹³ Carlos Vianna Neto (Canil Vale dos Barris, na Bahia),

²⁹¹ *Regulamento de Prova Internacional de Cão de Utilidade.*

²⁹² Usada para *seleção*, *re-seleção* ou *correção de seleção*, a “ficha de seleção para reprodução” se divide entre aspectos com preenchimentos pré-determinados que variam apenas em grau ou intensidade (a exemplo da avaliação dos “nervos” de um exemplar, que podem ser considerados *firmes*, *algo ansioso* e *suficientemente firmes*) e avaliações descritivas (no geral, percepções sobre qualidades, defeitos e recomendações ou restrições para reprodução) (CBPA, 2021i).

²⁹³ Segundo o próprio: “A diretoria de criação tem, entre outras atribuições previstas estatutariamente, a de analisar e interpretar os resultados advindos das exposições, exames de seleção e permitidos para a reprodução.

Aos criadores cabe planejar suas crias procurando evitar ao máximo a repetição de defeitos, não somente ao considerar a aparência dos reprodutores, machos e fêmeas, envolvidos, mas através de uma análise cuidadosa de seus ancestrais, e se possível, de irmãos destes, verificar suas anatomias, caráter e temperamento, e sobretudo, quanto aos seus descendentes com referência, tanto às qualidades positivas, como também às negativas que transmitem. Nesta análise, deve-se reunir o máximo de informações possíveis, para que se possa fazer uma comparação visando eliminar ou reduzir a probabilidade da existência de combinações que possam somar características indesejáveis.

Esta é a primeira parte da análise, a segunda leva em conta as qualidades positivas, as quais podem ser reforçadas por afinidades fenotípicas, quando as mesmas qualidades positivas são encontradas, tanto nos indivíduos envolvidos, como em ambos os lados de suas ascendências, ou por consanguinidade, quando um mesmo indivíduo e/ou irmãos inteiros aparecem entre os ancestrais de ambos os lados [do pedigree] uma ou mais vezes. Trata-se de uma forma de criação que visa reforçar e imprimir determinadas características, como correções anatômicas, de temperamento, espírito de luta, etc., mas que também possibilita o reforço de características indesejáveis, sendo, portanto, uma forma de criar na qual deve-se ter o maior cuidado. Não basta reunir em consanguinidade exemplares de destaque somente por esta razão. Todos os reprodutores, machos e fêmeas, transmitem características positivas e negativas, alguns mais positivas do que outros. Deve-se, portanto, quaisquer que sejam os reprodutores envolvidos em consanguinidades, observar com atenção e ponderar os riscos e as vantagens. (CBPA, 2020b, p. 1-2)

Como é sabido, as consanguinidades estreitas (mínimo permitido 3-3) permitem a fixação de qualidades desejadas, assim como falhas indesejáveis. Necessário aquilatar as vantagens e desvantagens desta opção de cruzamento, para que determinadas faltas de hereditariedade acentuada, não sejam intensificadas no ambiente da criação. É, portanto, recomendável o uso desta modalidade de criação por quem possua um bom conhecimento dos antepassados, dos indivíduos a serem usados, se são ou não verdadeiros representantes das linhas a que pertencem, o que estes transmitem em termos de qualidades e defeitos, se de forma marcante ou se em determinadas combinações, ou recomendada por alguém qualificado para tal, experiente e de boa visão do contexto geral da raça, e sobretudo do plantel local. (CBPA, 2020c, p. 2)

Algumas ferramentas disponíveis são de extrema importância [nessa análise]. O CAR do CBPA (Certificado de Autenticidade da Raça - Pedigree) e da grande maioria dos demais clubes especializados da raça Pastor Alemão espalhados pelo mundo, por exemplo, é um documento no qual, não estão somente registrados os nomes dos pais, avós, bisavós e trisavós, é também uma fonte importantíssima de informações que ajudam na condução da criação, seja por parte dos criadores ou dos técnicos do clube (Diretor de Criação, Juízes, Diretores de Criação dos núcleos e sociedades e membros das comissões de criação destas). Nele, pode-se obter informações sobre os graus de consanguinidades do cão portador do documento, assim como, as referentes à coloração e tipo de pelagem deste e dos irmãos de ninhada, súmulas de seleção para a reprodução dos pais e avós, laudos oficiais de RX [Raio X] de cotovelos e quadris e grau de adestramento de todos os ancestrais presentes no CAR. São informações de grande importância na avaliação de

Nestes identificar os problemas que eventualmente estejam a se repetir, as qualidades positivas mais frequentes, para dessa forma ter uma visão global da criação. É como ter a visualização do cão médio criado no âmbito da criação. A precisão das informações prestadas por juízes nos relatórios das exposições, nas súmulas de seleção para a reprodução e também nas informações e observações das fichas de permitidos para a reprodução, por juízes e/ou Diretores de Criação e comissões de criação dos núcleos e sociedades, são fundamentais para subsidiar a análise e interpretação dos dados coletados, para daí se construir uma orientação adequada com vistas às correções de rumo e projeção da evolução na qualidade média dos indivíduos envolvidos na criação como um todo. É, portanto, um trabalho executado em conjunto, por todos ligados à criação, criadores, manejaadores de machos reprodutores, juízes, diretores de criação, locais e nacional e membros de comissões de criação.” (CBPA, 2020b, p. 2)

uso de indivíduos na reprodução, e portanto, ferramentas de direcionamento da criação. (CBPA, 2020b, p. 2)

Essas passagens caracterizam a seleção para reprodução conduzida pelos criadores/as como um processo que envolve a avaliação das características (físicas, temperamentais e funcionais “desejadas” ou “indesejadas”) de cães e cadelas (bem como, de seus ascendentes e descendentes) e um cálculo dos riscos e vantagens de sua combinação, incluindo escolhas baseadas na “afinidade fenotípica” e na “consanguinidade”. Por reunir informações estéticas, de saúde e desempenho de distintas gerações familiares de um cão e uma cadela, certificados como de “Autenticidade da Raça” (CAR) e “de Seleção” são valorizados pela possibilidade de amparar criadores/as na escolha dos “pais da próxima geração” que permitem a continuidade material e o “melhoramento” da raça. Para garantir que os “filhos da geração anterior” ingressem no circuito da criação registrada, desde o acasalamento ao nascimento de uma ninhada é exigido que criadores atendam aos procedimentos e às perícias necessárias para concessão de um CAR, incluindo comunicação de acasalamento e de nascimento, verificação da ninhada, respectivo laudo e registro²⁹⁴ que muito lembram aquelas retratadas no **Capítulo 5, Seção 2**, desta pesquisa. Entre quatro e menos de seis meses de idade, cães e cadelas de criadores associados já podem participar de exposições de criação como a 231ª exposição promovida pela SGCCPA, na sexta categoria ou “filhotes”, ingressando no longo e negociado processo que envolve a escolha dos “pais da próxima geração”.

Esses dados e essas gerações são registradas em um arquivo genealógico digital com acesso público (CBPA, 2021j). Baseado em critérios como nome (de indivíduo e ascendentes), canil, números de identificação (do microchip, da tatuagem²⁹⁵, do registro na CBPA), data de nascimento e tipo de habilitação para reprodução, é possível pesquisar e acessar uma “ficha técnica” de cada cão e cadela, incluindo “dados” do exemplar (nome, sexo,

²⁹⁴ A contar da data do acasalamento, proprietários/as ou arrendatários/as de um cão tem quinze dias para preencher um formulário e fazer a “comunicação de acasalamento” ao CBPA. Em até quinze dias após o nascimento da ninhada, responsáveis pela cadela devem fazer a “comunicação de nascimento” (CBPA, 2022b, p. 4). Entre quarenta e cinco e sessenta dias após o nascimento, o protocolo exige que agentes do CBPA e conveniados façam a “verificação” da ninhada “nas dependências em que se encontra a fêmea com os seus filhotes” (Ibidem, p. 6). Nessa perícia, agentes buscam examinar e assinala ou não a “presença das características da raça”, sua “uniformidade”, condição dos testículos de cães, tipo de “mordedura”, pelagem, coloração, “correspondência entre as características de desenvolvimento e a idade declarada” e “se os chips foram implantados corretamente” (Ibidem, p. 7). Cabe ao agente “emitir o laudo de verificação de ninhada” que pode liberar toda ou apenas parte ninhada para registro genealógico, sendo permitida ainda uma reanálise para aqueles/as não liberados (Ibidem, p. 7). Para requerer a inscrição junto ao Stud Book e a emissão de Certificados de Autenticidade da Raça (CAR), esse laudo é incorporado no “registro da ninhada” submetido CBPA e conveniadas (Ibidem). Como indicado pelas cores com que são emitidos, o CAR concedido pode ser de três tipos, a depender da habilitação para reprodução de seus ascendentes, se “permitido” ou “selecionado”: branco para filhotes de pais e mães “permitidos”, rosa para “selecionados” e azul para um ascendente “permitido” e outros “selecionado” (Ibidem, p. 10-11).

²⁹⁵ Desde 2016 a identificação dos filhotes por tatuagem não é mais aceita, apenas microchip.

nascimento, cor, pelagem) e parentes, informações sobre adestramento, laudos radiográficos e “estatísticas” que consideram o número de acasalamentos e de filhotes. Comentários feitos pelos juizes no processo da seleção e re seleção dividem espaço com árvores genealógicas (apresentadas da esquerda à direita, de descendentes à ascendentes, e conectada por linhas e cores, com azul para cães e rosa para cadelas) que retrata quatro gerações de antepassados de um cão ou cadela. É possível clicar em cada um desses e rastrear as mesmas informações, retrocedendo até décadas²⁹⁶. Outrora manuseados no cotidiano de associações de canis e criadores, livros de registro de ninhada, de seleção e as atas expostas na sede da SGCCPA pareciam descansar como peças de acervo em um fazer cada vez mais digital. Embora difiram em sua materialidade, de páginas de papel à infraestrutura física necessária para formação de sua versão virtual, “vidas examinadas” permaneciam abertas à revista (HARAWAY, 2008, p. 115).

9.2. TREMOR À VISTA

Como parte dos festejos em comemoração ao aniversário de 75 anos de sua fundação, o Kennel Clube do Rio Grande do Sul (KCRGS) programou exposições de conformação para 14 e 15 de março de 2020, um sábado e um domingo. Embora fosse uma data especial, o site e a página do clube na plataforma *Facebook* nas quais me informei sobre o evento deixavam dúvidas sobre sua realização. O aumento expressivo de casos de COVID-19 na Ásia e Europa repercutia nos meios de comunicação ao mesmo tempo em que, nas primeiras duas semanas de março, casos passavam a ser diagnosticados no Brasil. Sua realização foi sustentada, ainda que acrescida de ressalvas, como divulgado por meio de texto e ilustração em sua página no *Facebook* (**Figura 41**). Apesar de antecipar a presença de máscara que marcou os anos que se seguiram, sua utilização ainda não era requerida ou comum nesse momento de crescente apreensão. Sugeria-se apenas abster-se de contatos físicos, entre pessoas e cães, fossem cumprimentos ou o toque necessário para análise da mordedura e dentição de cães e cadelas que precedia a performance deles/as e *handlers* (condutores/as) em pista.

²⁹⁶ Há casos de exemplares com registros parciais, com antepassados não identificados, e há aqueles com tudo registrado, com ancestrais e cento e sessenta filhotes espalhados pelo Brasil. Há aqueles em que os ancestrais não se repetem no pedigree, e aqueles no qual se repetem em ambos os genitores, incluindo ninhadas na qual um cão é simultaneamente bisavô (por parte de pai) e tataravô (por parte de mãe) e uma cadela que é bisavó (por parte de mãe) e tataravó (por parte de pai).

Figura 41 – Imagem que sugere a flexibilização de condutas em razão da pandemia de COVID-19



Fonte: página do KCRGS na plataforma *Facebook*

Ansioso para seguir acompanhando exposições de cães e cadelas “de raça”, suprimi meu receio com a pandemia que se avizinhava e decidi ir ao evento. Se expositores/as precisavam arcar com taxas de inscrição e cumprir prazos preestabelecidos, para expectadores/as como eu bastava comparecer ao Estádio Cinófilo do KCRGS, situado na avenida Costa Gama, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul). Após viagens de ônibus programadas previamente, cheguei ao local alguns minutos depois do início das atividades de sábado pela manhã, em um dia de muito sol e temperaturas que beiravam os 40°C. Foi fácil reconhecer o local. Logo que descí da segunda linha de ônibus, pude avistar um prédio de alvenaria em tons de azul e branco cercado por um gramado verde. O nome do clube e a reprodução de seu logotipo (convenientemente ilustrado à baixo e à direita na **Figura 41**) na fachada do prédio não dava margem para erros.

Fora do estádio, o espaço usado como estacionamento e chegada e saída de carros por aplicativo precedia uma área com pequenas bancas comerciais que ofereciam acessórios para cães e cadelas (roupas, guias, etc.), lanches e bebidas. Dentro, o espaço se dividia entre um vasto piso térreo e um mezanino de menor extensão. No mezanino, além de salas que pareciam de uso administrativo, estavam dispostas decorações, mesas e cadeiras que, na noite anterior, 13 de março, tinham sido utilizadas em um jantar organizado em comemoração ao aniversário do clube. As atividades dos dias 14 e 15 se concentraram no piso térreo. Logo que ingressei nele dei de cara com um pequeno estúdio, com um púlpito, iluminação e

decorações com alusões ao clube e ao evento, no qual expositores/as podiam registrar fotografias na companhia de seus cães e cadelas. Após observar alguns registros, me encaminhei para as arquibancadas, que contava com três andares de alvenaria cobertas por assentos de madeira. Ali, pessoas, cães e cadelas compartilhavam um ambiente tranquilo, mas dinâmico, que se renovava constantemente com a chegada e a saída de expectadores/as. Enquanto amigos/as, parentes, curiosos/as e aqueles/as que trabalhavam no evento assistiam as exposições, colaboradores/as do KCRGS distribuíam edição do “O guri”, jornal patrocinado pelo clube que reunia matérias sobre a criação e anúncios comerciais de canis²⁹⁷.

Atrás e em paralelo às arquibancadas, tinha começo um espaço reservado aos bastidores ou camarim das exposições, no qual cães e cadelas aguardavam e eram preparados pela equipe de suporte ou expositores/as antes de sua aparição pública. Esse espaço costeava a área destinada às arquibancadas até se conectar e se estender a uma área de igual ou maior tamanho às pistas em que ocorriam as exposições. Em seu regulamento de exposições, a CBKC chama esse espaço de “acampamentos”, onde o clube que organiza a exposição oferece a “estrutura básica para expositores e para a preparação dos cães, com iluminação, disponibilidade de energia elétrica e fornecimento de água” (CBKC, 2018b, p. 10). Nessa área, cães e cadelas permaneciam em suas caixas de transporte ou em cercados de alumínio enquanto, acudidos por ventiladores, aguardavam para serem preparados e ingressar em pista. Diferente da 2ª *Expocani* e sua informalidade, o acesso a essa área era restrito a organizadores/as, expositores/as e assistentes, embora tudo estivesse à vista. A preparação incluía escovação, secagem e aparo da pelagem (que se identifica como *trimming* e *grooming*), para os quais assistentes se valiam de aparatos que não tinha visto na exposição promovida pela SGCCPA, como secadores de cabelo, pentes, tesouras e toda sorte de instrumentos que buscavam embelezar participantes do certame, ou ao menos aquelas raças cujo padrão ou tipo de pelagem exigia esse cuidado antes de sua aparição pública.

À frente das arquibancadas ficava o espaço reservado às exposições. Estruturas brancas de metal ou alumínio de tipo sanfonado com mais ou menos 40 cm de altura, mesas, cadeiras e vasos com plantas dividiam sua área em três “pistas” numeradas. Cada pista contava com duas mesas: enquanto uma amparava garrafas de água, uma flor vermelha, álcool em gel, papeis para possível registro de comentários, súmulas, regulamentos da CBKC/FCI, padrões raciais, canetas, “medidores e balança” (CBKC, 2018b, p. 10), a outra estava

²⁹⁷ Incluindo artigos sobre saúde (piodermites, controle de verminoses em canis, diferença entre o coronavírus em cães e aquele que preocupava pessoas), dicas de criação em geral, apresentação de raças em especial (caso de *beagle*), comentários, fotografias em comemoração ao aniversário do KCRGS e anúncios comerciais de canis. Disponível em: <<https://www.calameo.com/read/0060068600efddba74090>>. Acesso em: 20 ago 2021.

destinada à avaliação de exemplares de porte pequeno erguidos para que o juiz pudesse avaliar sua estrutura e conformação. O fundo da pista era composto pelas portas de um corredor que conectava os bastidores às pistas e uma grande moldura que trazia os dizeres “75: *Eu estive no ano do Jubileu de Brilhante do KCRGS, 1945-2020*”, em dourado, sustentado por duas penas também douradas. Ao centro, um pequeno palanque montado para as premiações dos primeiros colocados estava ao lado de uma mesa com troféus que mais tarde seriam entregues aos vencedores. Entre as arquibancadas e as pistas circulavam fotógrafos/as cujo objetivo era capturar os melhores ângulos e imagens do evento, cães, cadelas e condutores/as, ingressando nas pistas apenas nos momentos de premiação dos vencedores.

Por se tratar de um evento promovido por um clube eclético e não especializado em uma só raça canina, sabia que muitas raças seriam expostas, mas desconhecia como isso aconteceria. Dividido em dois dias, sábado e domingo, o evento apresentou exposições de conformação²⁹⁸ especializadas e gerais²⁹⁹. Enquanto sábado pela manhã foram realizadas exposições especializadas de nove raças (*australian cattle dog, old english sheepdog, boiadeiro barnês, dogo argentino, spitz alemão, bulldogue francês, chihuahua, bulldogue campeiro* e *ovelheiro gaúcho*), sábado à tarde e domingo nos dois turnos foram realizadas exposições de raças de grupos adotados pela CBKC em convênio com a FCI³⁰⁰.

²⁹⁸ Para mais informações sobre esses e outros tipos de exposição, ver CBKC (2018b). Além das exposições de conformação, as exposições certificadas pelo CBKC podem ser de dois tipos: “Agility” e “Trabalho e Adestramento” (CBKC, 2018b). Cada tipo é julgado por árbitros especializados vinculados à CBKC e à FCI. Respondendo aos requisitos colocados pelo clube (ensino médio completo, carta de recomendação de clube filiado à CBKC, histórico de envolvimento na cinofilia, tempo de experiência como auxiliar de pista nas exposições e, a depender do tipo de habilitação para julgar, experiência como árbitro) e processos seletivos específicos (avaliação psicológica, exame escrito, oral, treinamento e prova prática), qualquer associado de clubes vinculados à CBKC pode pleitear admissão no quadro no seu Quadro de Árbitros. Para detalhes, ver CBKC (2017b).

²⁹⁹ O Capítulo IV do “*Relatório Anual de Atividades Cinófilas*” de 2019 (CBKC, 2019, p. 61-64) informa (detalhado por estados e clubes) que 674 exposições (especializadas e gerais) foram promovidas neste ano. O cenário muda em 2020, sobretudo como resposta à redução - inicialmente restrição, depois flexibilização - de exposições em virtude da pandemia de COVID-19. Segundo o “*Relatório Anual de Atividades Cinófilas*” de 2020, apenas 53 exposições foram realizadas neste ano (CBKC, 2020a, p. 115), número que parece ter crescido em 2021. A quantidade de exposições que um mesmo clube pode promover reflete o número de filhotes registrados no ano anterior. Quanto mais cães registrados por um clube, maior sua possibilidade em promover exposições (CBKC, 2018b, p. 7).

³⁰⁰ Até junho de 2022, a FCI contava com 354 raças caninas reconhecidas e organizadas (por função ou tipo) em dez grupos: (1) cães pastores e boiadeiros (exceto os suíços); (2) cães do tipo pinscher e schnauzer, molossos e boiadeiros suíços; (3) terriers; (4) dachshunds; (5) cães do tipo spitz e do tipo primitivo; (6) cães do tipo sabujo e rastreadores; (7) cães de aponte; (8) cães levantadores, recolhedores e de água; (9) cães de companhia; e (10) lebréis (CBKC, 2013a; FCI, 2021b). A CBKC ainda conta com um 11º grupo denominado “Não reconhecidas pela FCI”, que “reúne as raças não reconhecidas ou em processo de reconhecimento” pela FCI (CBKC, 2018c). Nas exposições gerais, sábado concorreram cães e cadelas do grupo 1, incluindo *australian cattle dog, border collie, collie de pêlo longo, old english sheepdog, pastor de shetland, welsh corgi pembroke*; do grupo 2, *boiadeiro bernês, boxer, bulldog, bullmastiff, cane corso italiano, cimarron uruguayo, dobermann, dogo argentino, dogue alemão preto/arlequin, fila brasileiro, pinscher miniatura, rottweiler, schnauzer*; do grupo 4, *dachshund*; do grupo 6, *basset bound, beagle, dálmata, rhodesian ridgeback*; do grupo 7, *pointer inglês e weimaraner pêlo curto*; e do grupo 10, *afghan bound, pequeno lebril italiano e whippet*. Domingo concorream aqueles/as do grupo 3, como *airedale terrier, american staffordshire terrier, bull terrier, bull terrier miniatura, jack russell terrier, lakeland terrier, norwich terrier, terrier brasileiro, terrier escocês, welsh terrier e yorkshire terrier*; do grupo 5, incluindo *akita, basenji, cirneco dell etna, husky siberiano, shiba, spitz alemão, xoloitzcuintle sem pelo*; grupo 8,

Quase trezentos cães e cadelas estavam inscritos no evento, com criadores/as e proprietários/as de estados como Rio Grande do Sul, São Paulo, Paraná e Santa Catarina, e em menor medida, do Rio de Janeiro, Goiás, Minas Gerais, Ceará, Paraíba, Rio Grande do Norte e Tocantins. Nem todos estavam presentes ao mesmo tempo, obviamente. Para que não fosse um evento interminável, as exposições aconteceram de forma simultânea em duas ou três pistas, com raros momentos em que apenas uma era ocupada, como por volta das 12h. O número de inscritos em cada classe variou de um a dezoito cães e cadelas³⁰¹. Algumas raças pareciam mais populares, contando com mais inscritos, como *bulldogue francês*³⁰², *american staffordshire terrier*, *bull terrier*, *spitz alemão*, *golden retriever*. Nesses dias, cinco juízes de países diferentes (Austrália, Brasil, Estados Unidos, México e Porto Rico) foram responsáveis pelas avaliações de múltiplas raças. Todos estavam acompanhados por um ou mais auxiliares, a depender da quantidade de concorrentes inscritos, cuja missão era registrar a avaliação feita pelos juízes, orientar e se comunicar com condutores/as.

As exposições tiveram início às 9h da manhã, se estendendo sábado até as 19h e domingo até as 16h. Mesmo ocorrendo em dias que beiravam quase 40°C de calor em Porto Alegre, juízes, condutores/as e assistentes estavam em sua grande maioria vestidos de maneira formal. Entre juízes e condutores, homens usavam calça, camisa social, blazer e gravatas, ainda que alguns usassem camisas polo e calças jeans. De maneira geral, mulheres se vestiam de modo menos formal. Vestidos, saias, camisetas e jeans davam um ar mais confortável e fresco. Condutores/as eram identificados por juízes e seus auxiliares por meio de numeração impressa em uma faixa presa à parte superior do braço. Cintos, casacos ou calças com bolsos permitiam que condutores/as guardassem não apenas brinquedos e objetos queridos (bola de tênis, espiga de material plástico, etc.), como petiscos acionados tanto na performance em pista, quanto em fotografias no pódio, quando, à semelhança do que vi na exposição de criação promovida pela SGCCPA, embora sem estimuladores/as, tentava-se fixar na fotografia aquilo performado em pista e diante do juiz.

cocker spaniel inglês, golden retriever, labrador retriever e springer spaniel inglês; grupo 9, bichon havanais, boston terrier, bulldogue francês, cão de crista chinês, chihuahua, lhasa apso, poodle toy, pug, shih tzu; e grupo 11, american pit bull terrier, biewer terrier, bulldogue campeiro e ovelheiro gaúcho.

³⁰¹ Juízes e raças expostas nesse dia eram tornados públicos previamente em site e redes sociais do clube, ainda que detalhes de expositores e cães estivessem disponíveis apenas no catálogo impresso que era oferecido pela organização do evento – que aliás, deve ser oferecido por força de regulamento (CBKC, 2018b, p. 13) –, no qual constavam as raças em questão, o local/país que detém o controle sobre seu padrão racial, o sexo, o nome do cão, seu “RG/SPE”, data de nascimento e idade em meses, nome de seu pai, mãe, criador e proprietário (que pode ou não ser a mesma pessoa), número do microchip e local de onde vinham.

³⁰² Nesse evento, a raça *bulldogue francês* se destacou como aquela que contava com o maior número de inscritos, com exposições agendadas para sábado e domingo.

Nos bastidores, as vestimentas eram mais diversas. Mesmo que ficassem sem aparecer na pista enquanto se dedicavam para uma cansativa e laboriosa preparação que começava na viagem, transporte dos equipamentos e exemplares, cuidado e preparação, alguns assistentes também usavam calça, blazer e gravata, enquanto outros, chinelos, bermuda e camisas de manga curta. Semelhante ao que ocorria entre pessoas, cães e cadelas também sofriam com o excessivo calor, estivessem nos bastidores, arquibancadas ou pistas. Nos bastidores, cães e cadelas aguardavam em frente a ventiladores, e potes de água eram acrescidos com gelo. O calor era tamanho que, sábado, um chamado via alto-falante solicitou a presença dos responsáveis por dois cães da raça *bulldog francês* considerados excessivamente ofegantes no corredor que conectava os bastidores à pista, o que gerou preocupação. Poucos minutos depois, os alto-falantes anunciaram que a exposição da raça tinha sido adiada pelo “calor” em “demasia”, sendo julgada no dia seguinte às 9h da manhã.

Apesar das diferentes políticas de criação e registro³⁰³, as exposições organizadas pelo eclético KCRGS pareciam seguir um expediente semelhante à exposição promovida pela especializada SGCCPA que acompanhei uma semana antes, em particular a prova “de conformação”. Em termos gerais, estando de acordo com todas prerrogativas para ser associado em clubes de canis vinculados à CBKC e considerados aptos, microchipados, inscritos e dentro da pista de exposições, cães e cadelas eram conduzidos pelo/a proprietário/a, criador/a ou profissionais chamados/as de *handlers* e apresentados aos juízes presentes. Em exposições de conformação como essas promovidas pelo KCRGS, o objetivo é “selecionar e classificar os melhores exemplares das raças caninas, em conformidade ao Padrão” (CBKC,

³⁰³ Digno de nota como essas provas de conformação organizadas pelo KCRGS não eram consideradas condição *sine qua non* para habilitar um cão ou cadela de determinada raça à reprodução, para o que bastaria estar em dia com o pagamento da anuidade do registro do canil (afixo), escolher dois exemplares com *pedigree* que não “irmãos inteiros” (CBKC, 2021b, p. 1) e submeter o formulário de “comunicação de acasalamento” a um clube filiado (CBKC, s/d-a). A concessão de *pedigree* também segue outros ritos em clubes ecléticos associados à CBKC, não sendo requerida a “verificação da ninhada” ou a apresentação de exames e laudos. Bastaria preencher um “mapa de registro de ninhada” e apresentar ele na secretaria de clubes como o KCRGS (2023) junto do *pedigree* dos genitores. Ao reunir dados de identificação de proprietários, reprodutores e filhotes, como raça, variedade, nome, sexo, cor e número de microchip (CBKC, s/d-b), esse mapa fornece informações para emissão do *pedigree* dos filhotes, que a FCI chama de “certidão de nascimento” (FCI, 2013, p. 9) e a CBKC de “certificado de registro de origem” (CBKC, 2021b, p. 1), e cujo propósito é “garantir o vínculo de parentesco” (FCI, 2013, p. 9, tradução livre). Como sugeriu o à época presidente do Kennel Club de São Paulo (KCSP) Mauro Atalla na Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Venda de Animais conduzida na Assembleia Legislativa do estado de São Paulo em 2019, “[...] o Kennel Club é um cartório, e como todo cartório, nós fazemos exclusivamente registros. A forma de registrar um cão não difere muito da forma de registrar uma criança. Nascer uma criança, no próprio hospital ou nos escritórios do cartório é levada uma documentação e, através dessa documentação, essa criança é registrada. [...] o Kennel Club trabalha em cima de um documento fornecido pelo criador, único e exclusivo responsável por aquela informação de uma ninhada que está nascendo. Como no caso de nascimento de uma criança, não é crível que um oficial do cartório vai na residência dessa criança saber se ele está sendo bem cuidado, se tem maus-tratos ou coisa parecida. No Kennel Club se dá a mesma coisa. O Kennel Club registra e nem por isso ele pode designar um dirigente ou um abnegado qualquer para visitar o canil, saber se o cachorro está tendo o tratamento que deve ser” (ALESP, 2019, p. 155).

2018b, p. 3) convencionado para cada uma das 354 raças reconhecidas pela FCI. De modo geral, os juízes devem avaliar a maior ou menor adequação de cada participante a essa descrição do “arquetipo de uma raça” (FCI, s/d, p. 1, tradução livre) e em comparação aos concorrentes de sua classe (divididas por raça, sexo³⁰⁴, idade, individual ou coletiva³⁰⁵), atribuindo qualificações³⁰⁶ e designando os primeiros e últimos colocados.

Não há como ou porque restituir a ordem e os detalhes de todas as exposições que acompanhei nesses dois dias. Classe por classe, cães e cadelas ingressavam na pista na companhia de seus condutores/as. Os juízes se aproximavam e examinavam um a um, primeiro parados e depois em movimento. Semelhante ao que ocorreu na exposição de criação organizada pela SGCCPA, condutores/as trabalhavam para manter cães e cadelas em frente a suas pernas, parados, postados com as pernas afastadas e uma postura retilínea. Para isso, usavam suas mãos para, de forma contínua e dinâmica, ajustar a posição de apoio de suas pernas traseiras e dianteiras e depois erguer a ponta do rabo e a guia ao redor de seu pescoço. Enquanto isso, após uma primeira análise frente a frente com cães e cadelas, fitando sua dentição, mordedura e face, o juiz passava a observar os exemplares de perfil, quando procedia com a análise do corpo, examinando e apalpando. Isso ocorria sobre a mesa em se tratando de exemplares de porte pequeno e no chão quando de médio e grande.

A seguir, condutores/as e exemplares eram convidados a se movimentar, primeiro andando cerca de cinco passos em linha reta, dando meio volta e regressando, depois dando voltas na pista de exposição. Petiscos, brinquedos queridos e a própria guia eram novamente fundamentais para essa coreografia em favor da atenção e do movimento, ainda que, em instruções técnicas oferecidas pelo Conselho da Árbitros do CBKC, juízes fossem aconselhados a se precaver contra possíveis “excessos de handling” (CBKC, 2017d, p. 13) no qual condutores/as buscam “uma ‘forma’ mais atraente para chamar sua atenção e possivelmente, tentar esconder alguma falta” no exemplar exposto³⁰⁷ (CBKC, 2017f, p. 2). Após serem

³⁰⁴ Segundo o “Regulamento de exposições”, deveria ser julgado inicialmente machos, depois fêmeas (CBKC, 2018b, p. 30).

³⁰⁵ São elas as classes (i) “grupo de criação”, onde são avaliados de três a cinco cães de “mesma raça e variedade” criados por um mesmo criador, e (ii) “progênie”, quando um cão e uma cadela são apresentados com de três a cinco “crias” de “primeira geração” (CBKC, 2018b, p. 30)

³⁰⁶ Elas variam entre “excelente”, “muito bom”, “bom”, “suficiente”, “desclassificado” (que não pode ser julgado) e “desqualificado” (“falhas eliminatórias” que não recomendam um cão ou uma cadela para reprodução) (CBKC, 2018b, p. 23).

³⁰⁷ Convém citar um exemplo. Ao explicar a posição ideal do ombro para melhor estrutura, equilíbrio e desempenho da raça *basset hound*, bem como, os melhores modos para levar seu julgamento adiante, essas instruções sugerem que “quando a montagem do ombro é muito para a frente, um handler esperto pode posicionar as pernas e pés de modo a dar uma falsa ‘correta’ impressão ao árbitro, a qual entretanto desaparecerá quando o cão for movimentado e o peito parecerá afundar atrás das duas pernas dianteiras que avançam”, e isso deveria ser observado na medida em que, para o Conselho de Árbitros, a “colocação incorreta do ombro acarretará um peso enorme a ser suportado pelas pernas, que, com o tempo cederão sob a tensão e esse exemplar terá problemas” (CBKC, 2017e, p. 10).

analisados individualmente, todos participantes eram dispostos lado a lado de perfil para o juiz, e depois convidados a circular em fila pela pista. Em alguns casos os juízes alteravam a posição dos competidores na fila, em outros não. Enquanto circulavam, o juiz escolhia os vencedores e definia a colocação dos concorrentes. Sua decisão era comunicada a condutores/as e auxiliares, que registravam tudo nas fichas de avaliação e, quando necessário, forneciam instruções aos competidores. Avaliações públicas como acompanhei na exposição promovida pela SGCCPA cediam espaço para opiniões reservadas e inicialmente restrita a competidores/as e documentos. Ao saberem do resultado, condutores/as cumprimentavam juízes e adversários que (e se) ali estavam. Alguns preteriram o aperto de mão e optaram pelo toque de cotovelos.

Tudo isso ocorria com bastante rapidez, e nem sempre ficava claro para expectadores/as que assistiam quem tinha vencido cada certame. Tão logo encerrava uma exposição, outra se iniciava. Entre as muitas exposições que acompanhei nesses dias, aquelas dedicadas às raças *bulldogue francês* e *boiadeiro bernês* foram as que mais me chamaram atenção: a primeira pela diversidade fenotípica dos concorrentes, a segunda pela semelhança. Enquanto os concorrentes da raça *bulldogue francês* se notabilizavam por diferentes cores de pelagem, os da raça *boiadeiro bernês* ostentavam todos uma pelagem de coloração preta, sólida, com marcações brancas na barriga, peito, garganta, focinho e testa, com tons castanhos ou avermelhados. A despeito da pouca diferença de altura entre cães e cadelas, as diferenças pareciam ficar por conta de condutores/as, seja na aparência de homens e mulheres entre vinte e cinco a sessenta anos, seja em relação à performance de cada um. A sensação era de que, como provocou Donna Haraway (2003b, p. 113), cães e cadelas da raça pareciam “clones”. Quando tentei fixar em fotografia aquela semelhança apresentada em pista e diante do juiz e de expectadores, o resultado foi a produção de uma imagem trêmula que apenas replicou a visão que meus olhos oferecem (**Figura 42**).

Figura 42 - Fotografia de exposição especializada na raça *boiadeiro bernês*, sábado pela manhã.



Fonte: Acervo do autor.

Notei e refleti sobre as implicações dessa fotografia apenas quando já durante o auge da pandemia de COVID-19 conciliava a análise de jornais e revistas veiculados no século XIX e XX com a revisão do material que registrei sobre o evento, incluindo fotografias, vídeos e lembranças escritas em forma de diário de campo. Minhas lembranças sobre o evento e essa imagem trêmula ganharam a textura de um desdobramento. Enquanto essa semelhança parecia encarnar o desejo e os investimentos práticos a fim de “fixar” características e formar “tipos uniformes” que em todos níveis e momentos marcou meu contato com o tema desta pesquisa, minha fotografia trêmula de um evento cujo objetivo era avaliar o grau de adequação desses indivíduos de carne e osso às expectativas fixadas em forma de “padrão” aproximava, num piscar de olhos, o “aqui e agora” que vivia com o racismo científico do século XIX. Apesar desfocada graças ao tremor da minha mão no registro, essa fotografia aproximava Francis Galton, como discutido no **Capítulo 7**, em especial os experimentos que chamou de “retratos compostos”, nos quais o objetivo era não apenas sobrepor retratos de frente e de perfil buscando criar “características típicas” de grupos de pessoas, fossem criminosos, raças ou famílias, como, através das faixas borradas ou desfocadas que essa metodologia produzia, tentar medir a tendência de indivíduos de se desviarem do “tipo comum”. Imagens que conheci e que produzi aproximavam um mesmo conjunto de preocupações de inspiração eugênica: produzir não apenas tipologias, mas corpos e formas de aferir e regular sua adequação.

O certo é que, já no evento e desde então, a pandemia de COVID-19 borrava as perspectivas para o futuro, tanto do lazer e do trabalho daqueles que se engajavam com as exposições, quanto da pesquisa que estava começando. Entre outras pessoas que conheci e conversei no evento, está Lucas, natural do estado do Paraná à época com dezenove anos. De calça e camisa social cinza, Lucas parecia muito contente com a presença no evento, ainda que cansado e com calor. Conversamos durante seu intervalo, quando ele se sentou ao meu lado na arquibancada para assistir as exposições. Ele, que já havia trabalhado como mecânico, contou viajar pelo país trabalhando como assistente de um criador que se dedicava à criação e exposição por *hobby*, atividade que aprendeu com seus irmãos, que faziam o mesmo. Orgulhoso, se vangloriou de alguns dos cães com que trabalha descenderem de campeões nacionais e internacionais. Afirmou, inclusive, ter desejo de um dia se tornar criador, embora ainda carecesse de recursos para isso. Temendo perder sua renda, falou com preocupação sobre a possibilidade de cancelamento das exposições por dois meses, podendo chegar a dez a depender do aumento de casos de COVID-19.

Até o momento não havia nenhum decreto público indicando alguma restrição sanitária ou mesma posição oficial de clubes a respeito, apenas recomendações para que se evitasse aglomerações como o evento que acompanhávamos, mas o receio de Lucas me preparou para essa possibilidade. Em 16 de março de 2020 seu temor se concretizou. Nesse dia a CBKC anunciou a "suspensão temporária de todos os eventos cinófilos em território nacional" sem "prazo de validade" (CBKC, 2020d). Em 19 de Março de 2020 o KCRGS seguiu essa linha e informou o "fechamento da secretaria" do clube e suas atividades (KCRGS, 2020b). Uma semana depois o KCRGS comunicou que daria continuidade a alguns serviços, como submissão do mapa de registro de ninhadas, transferências e homologação de títulos através de e-mail e WhatsApp, desde que no futuro esses documentos fossem entregues presencialmente, sob pena de não estarem habilitados para receber o *pedigree* e outros retornos (KCRGS, 2020c). Pouco a pouco, mais atividades promovidas pela CBKC e KCRGS passaram a ser realizadas de forma virtual, como congressos, palestras e "lives". Minha pesquisa acompanhou esse movimento, seguindo tudo que era feito público. O que já no início parecia o fim da pesquisa de campo, representou o início de pesquisas em jornais, revistas e uma série de eventos virtuais cujo acesso era possível em tempos de pandemia.

9.3. O INÍCIO PELA PERSPECTIVA DO FIM

Ao escrever esse capítulo e ordenar cronologicamente minhas experiências, articulando eventos, coisas e viventes, aprendi que a matéria da raça depende de uma série de fatores retóricos, materiais e operacionais que precisam ser coordenados para sustentar, no interior uma rede contínua de efeitos, os vínculos que permitem trazer à vida, certificar e continuar a raça *pastor alemão* e outras de geração em geração. Entendi isso quando, indo além da relação entre condutores/as, estimuladores/as e cães, o corpo, o comportamento e a movimentação de ambos, trouxe para o primeiro plano da descrição a “ordenação espaço-temporal de componentes díspares” que tornam essas performances possíveis (M'CHAREK; SCHRAMM; SKINNER, 2014a, p. 461, tradução livre). Para entender como raças caninas estavam sendo “feitas” na prática foi preciso também levar em conta o efeito relacional de automóveis de grande porte ou com partes extras acopladas, caixas de transporte, chips e dispositivos para reconhecimento, coletes ou faixas presas ao braço de condutores/as, materiais que delimitavam a pista de exposições (fitas ou estruturas brancas de metal ou alumínio de tipo sanfonado), petiscos, brinquedos ou objetos queridos usados ao longo de exposições de conformação, revólveres e munições de festim para prova de tiro, macacão de proteção, bastão esportivo, biombos para a realização da prova de proteção da raça *pastor alemão*, toda sorte de equipamentos para realização de exames radiográficos, laudos, certificados, formulários, perícias e dispositivos para registro individual e genealógico, documentos de padrão racial e mais.

Em vez de anteriores a isso tudo, as raças caninas, cães e cadelas assim certificados me pareciam estar sendo moldados, para o presente e o futuro, na coordenação entre essas materialidades, performances e escolhas. Considerando que “cortes na rede” (STRATHERN, 2017 [1996]) são uma possibilidade permanente, aprendi também que ideias de pertencimento, continuidade e “melhoramento” precisam ser constantemente negociadas nesses eventos e em todas as práticas que, direta ou indiretamente, tornam ela possível. Inadequações em radiografias e laudos sobre a saúde articular, expressão de critérios proibitivos para reprodução como deficiências, determinado grau de consanguinidade, inadequações físicas ou temperamentais ao padrão racial, um desempenho ruim em exposições, ausência de chips ou de verificação da ninhada, impossibilidade de arcar com o preço de cada procedimento (como associação, exames, laudos, registros, participação em exposições e outras atividades e procedimentos exigidos³⁰⁸), entre outros, podem não apenas criar uma fronteira de

³⁰⁸ No momento de realização da presente pesquisa, esse ciclo tem custos financeiros que precisam ser considerados pelos/as criadores/as e proprietários/as. Para ser sócio do CBPA, por exemplo, um criador precisa custear cerca de R\$ 200 de anuidade, R\$ 30,00 para carteirinha de identificação e R\$ 165,00 para registro de afixo. A obtenção de um CAR, qual seja a qualificação (*ambos pais selecionados, um dos pais selecionados, pais com apto* e suas respectivas identificações cromáticas, *rosa, azul e branco*) custa entre R\$ 50,00 e R\$ 175,00 por filhote, ao

pertencimento no presente, dividindo cães e cadelas que pertencem ou não a uma “raça” nos termos colocados pelas associações de canis retratadas nessas duas seções, mas também no futuro, habilitando ou não um ou outro exemplar a ser escolhido para gerar mais ou menos potenciais pertencentes, continuar e “melhorar” uma raça canina.

que deve ser acrescido R\$ 160,00 em casos de mudanças de um para outro. Atividades como a realização da verificação de ninhada, por sua vez, custa R\$ 50,00, enquanto a validação da seleção nacional, R\$ 100,00 e a realização de provas de trabalho, R\$ 50,00. Anotações em registros (no pedigree e relativas aos processos de *seleção* e *re seleção*) variam entre R\$ 50,00 e 60,00. É preciso também considerar o custo de amostras de DNA (para arquivo e análise) que vão de R\$ 70,00 a R\$ 570,00, laudos radiográficos da articulação coxofemoral e de cotovelos com médicos indicados pelo clube que variam de R\$ 75,00 a R\$ 100,00, ou mesmo laudos internacionais que beiram os R\$ 720,00 e devem ser remunerados em dólar. Serviços como nacionalização de *pedigree* ou emissão de *pedigree* para exportação custam R\$ 155,00, e conforme o clube, “todos os valores para não associados são cobrados em dobro” (CBPA, 2022d).

10. À GUISA DE CONCLUSÃO: O PALIMPSESTO DA RAÇA

No mundo em que me encaminho, eu me recrio continuamente. (FANON, 2008 [1952], p. 189)

Em sua concepção, a presente pesquisa se propôs um estudo antropológico e histórico sobre a criação de cães e cadelas “de raça” nas regiões sul e sudeste do Brasil. Foram muitas as dúvidas que orientaram sua realização: como e em que contextos a categoria “raça” foi utilizada para designar e criar parte da diversidade da espécie canina no Brasil entre 1820 e 2020? O que fazia e faz cães e cadelas serem considerados “de raça”? Seriam propriedades do seu corpo (aparência ou genes)? Seriam propriedades herdadas de seus antepassados? Seriam registros e certificados de acasalamentos e pedigrees fornecidos por associações destinadas a regular e gerir sua criação? Seria tudo isso e algo mais? Embora essas perguntas não tenham sido reunidas e apresentadas de forma explícita até esse momento da pesquisa, elas me acompanharam em todo seu percurso. Amparado por uma revisão da literatura antropológica e histórica sobre o tema e inspirado em estudos produzidos na interface da antropologia da ciência, do parentesco e das relações multiespécies, percebi que as respostas para essas perguntas não passavam por apenas um ou outro aspecto citado, mas da coordenação deles e outros cuja presença ou relevância oscilava de contexto para contexto, raça para raça, associação para associação. Em vista disso, escolhi estudar a diversidade dos modos pelos quais essa coordenação acontecia como objetivo de pesquisa.

Para isso, conduzi uma pesquisa qualitativa que, levando em consideração os limites e as adequações necessárias para um estudo em tempos de pandemia, combinasse lições tiradas da observação de eventos, palestras, conversas informais, cartas, jornais, revistas, boletins, livros, artigos, mapas, leis, decretos, relatórios, regulamentos, formulários, certificados, sites, blogs e redes sociais. Construída a partir da análise de discursos e práticas que vão do século XIX ao presente, o desenvolvimento e os resultados da pesquisa foram apresentados em forma de histórias ilustrativas sobre associações de canis, raças caninas e criadores situados nas regiões sul e sudeste do Brasil. Esse percurso foi organizado de maneira fragmentada em três partes, dez capítulos e muitas seções. Embora cada fragmento possa ser lido de forma isolada, por terem sido dispostos com o propósito de ir preparando o terreno para aquele que se seguia (fosse ele “antes” ou “depois” em termos cronológicos), é em sua conexão que adquirem relevância.

Além de introduzir problemas e categorias importantes para o estudo do tema (**Capítulo 2**), a **Parte I** retratou alguns dos autores, discursos e práticas que, do século XVIII ao XX, da França (**Capítulo 3**) ao Reino Unido (**Capítulo 4**), forneceram o pano de fundo

histórico e intelectual que tornou possível “falar em” e materializar raças caninas, associações de canis e seus dispositivos. Depois de introduzir a emergência, o funcionamento e a política de associações de canis no Brasil entre 1920 e 1980 (**Capítulo 5**), a **Parte II** tratou tanto de maneiras pelas quais a categoria “raça” foi utilizada para designar e criar cães e cadelas no Brasil desde 1820 e durante essa institucionalização (**Capítulo 6**), quanto de suas relações com discursos raciais e racistas sobre pessoas entre 1870 a 1950 (**Capítulo 7**). A partir da observação de exposições caninas fora (**Capítulo 8**) e dentro do circuito da criação registrada (**Capítulo 9**) entre 2019 e 2020, a **Parte III** não apenas apresentou aspectos retóricos, materiais e operacionais combinados com objetivo de sustentar os vínculos exigidos para trazer à vida, certificar e continuar raças caninas, como sinalizou a continuidade de certos discursos e práticas estudados nas partes que a antecedem.

Apesar de a **Parte I** ter sido fundamental para entender e conseguir interrogar muitos aspectos que se seguiram, foi especialmente ao longo das **Partes II e III** que me senti mais perto de alcançar o objetivo da presente pesquisa. Ora enfatizando associações de canis (**Capítulo 5 e Capítulo 9**), ora raças caninas (**Capítulo 6 e Capítulo 8**), procurei identificar aspectos como modos de ser, de se comportar, histórias de origem, desempenho em exposições, perícias, certificados, tatuagens, chips, brinquedos, petiscos, radiografias, laudos... e estudar de que maneiras eram relacionados para configurar uma raça canina. A partir de épocas e lugares distintos, tentei sublinhar como, embora certos aspectos retóricos, dispositivos e práticas perdurassem, havia pontos de inflexão importantes tanto de raça para raça, vide as distintas políticas de criação e registro entre associações de canis ecléticas (**Capítulo 5, Seção 1; Capítulo 9, Seção 2**) e especializadas na raça *pastor alemão* (**Capítulo 5, Seção 2; Capítulo 9, Seção 1**), quanto em relação a uma mesma raça, vide disputas sobre a raça *fila brasileiro* (**Capítulo 6, Seção 3**). Tentei demonstrar também como mesmo em casos de inadequações em relação à aparência física ou da ausência da rede de mediações técnicas e administrativas regulada por associações de canis, um cão pode não apenas ser considerado “de raça”, como assumir protagonismo em páginas de jornais e exposições públicas cujo finalidade era, ao menos em parte, promover o circuito da cinofilia (**Capítulo 8**).

Embora seja comumente reconhecido que a ideia de “raça” e processos de racialização se baseiem em configurações de diferenças e semelhanças, Amade M’charek (2022, p. 4) sugeriu que, na literatura sobre o tema, a maior ênfase em relação às diferenças teria contribuído para a ideia de que elas seriam produzidas enquanto as semelhanças seriam dadas. Na contramão dessa tendência, a pesquisa conduzida me permite argumentar que a semelhança valorizada e pretendida na criação de cães e cadelas “de raça” também exige um trabalho

natural-cultural permanente de produção, regulação e continuidade sem o qual uma raça canina corre risco de se esvaír (**Capítulo 5; Capítulo 6; Capítulo 9**). Mesmo quando o “exótico” ou o dessemelhante em relação à imagem padrão de uma raça ganhou relevo, estimou-se que, sob justificativa de alcançar e repetir de geração em geração os marcadores que amparavam seu caráter exótico (como a coloração *merle*), seria preciso lançar mão do mesmo conjunto de práticas (seleção para reprodução e acasalamentos entre parentes próximos) que prefigurou a possibilidade de “uniformizar” e garantir a consistência de uma raça (objetivo capturado pela ideia de “fixidez”) (**Capítulo 8**).

Para conduzir a pesquisa e descrever esse trabalho natural-cultural, senti necessidade de me afastar de certa tradição no discurso dominante entre quem escreve sobre raças caninas, de modo geral essencialista. Ao menos na maioria dos momentos que presenciei e nos materiais que consultei foi comum raças caninas receberem o status de entidades, sendo identificadas com letras maiúsculas e interpretadas como uma realidade estável, embora também fosse frequente me encontrar com temores e tentativas de policiar fronteiras, precaver ou remediar possíveis transbordamentos que pudessem comprometer essa estabilidade. Por opção teórica e analítica, conduzi minha pesquisa identificando raças com letras minúsculas e tentando contar histórias sobre como eram e são contínua e diferentemente constituídas. Fazendo isso, me percebi tentando “escovar a história a contrapelo”, como escreveu Walter Benjamin (2016, p. 13). Na esteira do que recomendou Edward Said (2005, p. 16), acabei seguindo “mais um espírito de oposição do que de acomodação”, embora isso não tenha significado fazer “oposição por oposição”, antes trabalhar para

[...] colocar questões, estabelecer distinções, recuperar a memória de todas aquelas coisas que tendem a ser desprezadas ou deixadas no limbo, na ânsia de um julgamento e uma ação coletivos. Quanto ao consenso de uma identidade de grupo ou nacional, o dever do intelectual é mostrar que o grupo não é uma entidade natural ou divina, e sim um objeto construído, fabricado, às vezes até mesmo inventado, com uma história de lutas e conquistas em seu passado, e que algumas vezes é importante representar. [...] (SAID, 2005, p. 44)

Foi imbuído desse espírito que não apenas apresentei modalidades de classificação de tipos, variedades ou raças de cães e cadelas no Brasil desde o século XIX e discussões sobre a possibilidade de criar raças consideradas “brasileiras” (**Capítulo 6, Seção 1**), como tentativas concretas nesse sentido, casos da raça *braco de JAPMA* (**Capítulo 6, Seção 2**) e *fila brasileiro* (**Capítulo 6, Seção 3**). Estudar essas duas raças me permitiu colocar dois retalhos da diversidade de coreografias ontológicas em perspectiva. Se na primeira a prática experimental do criador na invenção da raça foi valorizada por contornar elementos naturais considerados diferenciadores e produzir algo genuíno e adaptado, na segunda, a naturalização da raça foi mobilizada com objetivo de represar experimentos e defender o que se julgava

autêntico e já adaptado. Se na primeira o elemento “estrangeiro” pôde ser assimilado e tornado “nacional”, na segunda, argumentou-se que deveria ser mantido afastado, já que uma nova gota de sangue “estrangeiro” poderia representar a dissolução do elemento “nacional”. Se na primeira o consenso em torno do que deveria ser a raça não foi decisivo para garantir sua continuidade no tempo, na segunda, a ausência de consenso e as diferenças na condução de sua criação parecem ter colaborado para sua preservação. Em ambos os casos, princípios e práticas de criação, registro e exposição apresentados nos capítulos que antecederam e sucederam essas seções foram presença garantida, embora o envolvimento de pessoas, objetos e ideias distintas tenham entrado em cena e feito duas histórias sobre parentesco e “mestiçagem” ganharem contornos particulares.

As lições aprendidas ao longo desse capítulo me estimularam a procurar possíveis aproximações e pontos de inflexão com o discurso racial e racista sobre pessoas entre 1870 e 1950 no Brasil (**Capítulo 7**). Não há porque restituir os resultados dessa comparação, já sistematizados no desenvolvimento da tese (**Capítulo 7, Seção 3**). Na medida em que, como sugeriu Harriet Ritvo em mesa redonda sobre raças animais, parece ser um pouco mais fácil deixar as coisas escaparem quando se fala de outros animais do que quando se fala diretamente sobre pessoas (DERRY; HARAWAY; LANDRY; RITVO; SWART; 2018, p. 20), realçar essa conexão me parecia uma possibilidade instrutiva para não perder de vista ou pormenorizar o fardo do imperativo eugênico da criação de cães e cadelas “de raça”. A luz disso, no desenvolvimento da **Parte III**, fui convidado a pensar como esse fardo se entrelaçava com preocupações presentes e futuras com a saúde, o bem-estar e uma ética de cuidado nas relações multiespécie que envolve cães e cadelas de carne e osso (**Capítulo 8; Capítulo 9**). O que fazer com esse fardo diante de um cão com dores crônicas causadas por uma displasia cuja prevenção incluía radiografias e seleção dos reprodutores? Como lidar analiticamente com isso? Como escreveu Donna Haraway (2021a, p. 106), minha sensação era de que a “indigestão ao reconhecer de onde tudo isso vem terá que ser suportada, e não aliviada”. Mas isso não significa suportar calado ou sem ação. Para digerir assuntos de difícil trato, parece necessário seguir investindo no estudo de todo tipo de histórias multiespécies e suas controvérsias.

Durante meu percurso de pesquisa, devo muitas das perguntas e lições aprendidas a bibliotecas virtuais, especialmente a Biblioteca Nacional Digital (BND). Tanto pela extensão e riqueza de seu conteúdo, quanto por ter me apresentado raças caninas, criadores, entusiastas e associações de canis, a consulta desses acervos me ajudou a compreender a importância de jornais e revistas para a história da cinofilia no Brasil. À sua forma, esses periódicos

parecem ter servido como plataforma pública para promover a cinofilia e suas atividades, como exposições e eventos de todo tipo, comercialização de ninhadas e reprodutores, de convicções pessoais sobre o que seria ideal ou não para cães, associações e raças caninas, de discordâncias, críticas e reivindicações (cujo termo “política canina” tentou capturar), algo semelhante àquilo que parece ocorrer atualmente em sites e em redes sociais como *Facebook*, *Instagram* e outras páginas de associações de canis, criadores e entusiastas. Por isso, longe de perceber a imprensa periódica no Brasil ao longo dos séculos XIX e XX, bem como, tecnologias e plataformas de comunicação virtual deste primeiro quartel do século XXI, apenas como veículos de ideias, informações ou registros de acontecimentos, prefiro vê-las como parte de forças sociais, políticas, históricas e econômicas das quais simultaneamente dependem de e vislumbram novas condições de possibilidade para associações de canis, criadores, raças, cães e cadelas.

Ao conhecer as posições públicas de quem não apenas viveu e vive nos meandros da cinofilia brasileira, atuando para sua promoção, como escreveu e escreve sobre cães e cadelas, sua criação e utilização, aprendi que histórias sobre criadores e raças não são apenas sobre criar cães, mas criar relações e conhecimentos. História sobre história, contexto sobre contexto, texto sobre texto, a sensação era de um palimpsesto. União de “palim” (de novo) e “psestos” (raspar) do grego e de significado “raspado novamente”, o termo palimpsesto remete a manuscritos feitos e refeitos sobre erva papiro ou pergaminhos de pele de animal (CAMARGO, 2006, p. 3). Por sua superfície espessa, um pergaminho costumava ser reutilizado, “apagado ou lavado com leite e farelo de aveia, branqueados com gesso e cal, gerando novo meio material ou camada para que fosse acrescentado um novo texto escrito sobreposto nesta camada, sobre texto anterior, que permanecia encoberto” (Ibidem, p. 3). Entre supressões e fragmentos persistentes revelados ao acaso, sua superfície se tornava um “local de encontro e cruzamento de textos co-existent e pré-existent, ocultos ou emergentes, justapostos” (Ibidem, p. 4).

Ao procurar, escrever e falar sobre o tema que escolhi para a presente pesquisa, me senti ingressando nesse local de encontro. No entanto, enquanto em palimpsestos os fragmentos de camadas sobrepostas pudessem ser reveladas ao acaso, no palimpsesto da raça para o qual contribuí empilhando texto sobre texto, contexto sobre contexto, história sobre história, ele dependia das “tecnologias de visão” que empreguei para a pesquisa (HARAWAY, 1995; M'CHAREK, 2020), já que aquilo que fiz presente ou tornei ausente está diretamente relacionado com os conhecimentos, as teorias, as ideologias, as possibilidades e as tecnologias de que dispunha para sua produção. Ainda assim, embora dependa dessas

“tecnologias de visão” e da minha perspectiva parcial, esse palimpsesto da raça também me escapava.

Em 19 de janeiro de 2023 recebi um e-mail de Vitor, jornalista da *BBC News Brasil* (acrônimo para “*British Broadcasting Corporation*”), no qual me convidava para conversar tendo em vista a redação de uma reportagem sobre como cães da raça *poodle* estariam “desaparecendo” no Brasil. Recebi o gentil convite com surpresa. Além de nunca ter concedido uma entrevista para um jornal ou revista, físico ou digital, o estudo e minha contribuição para o tema se limitava ao período de minha formação junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) da UFRGS e à publicação de dois escritos, um em revista e outro acompanhando uma comunicação apresentada e discutida em grupo de trabalho na Reunião Brasileira de Antropologia. Após uma breve contextualização do tema, incluindo dados sobre a população e a idade de exemplares da raça no país fornecido por associações de canis e empresas dedicadas a cães e gatos, Vitor me submeteu perguntas sobre cinco tópicos: (1) interesse humano por raças e sua história; (2) fatores que influenciariam para uma raça entrar ou sair da “moda”; (3) se um desaparecimento semelhante poderia acontecer com outras raças; (4) se redes sociais influenciam nas preferências por determinadas raças e se isso seria também uma questão de status; e o (5) papel do mercado pet na mudança de preferência por raças caninas. Respondi sobre essas questões em forma de comentários.

Apesar de se identificar como jornalista da *BBC News Brasil*, quando da publicação da matéria em 28 janeiro 2023 (TAVARES, 2023), notei que ela foi veiculada na íntegra por muitos outros periódicos (*Globo, Terra, UOL...*) e páginas. Além de mim, para composição da reportagem Vitor também conversou com criadoras e tutores/as de cães e cadelas de raça *poodle*. Para quem estava conduzindo uma pesquisa em jornais e revistas do século XIX e XX, fiquei com a sensação de, mesmo que minimamente, ingressar na formação discursiva sobre raças caninas em meios de comunicação. Ao ler a reportagem, senti algo mais. Na medida em que aquilo que partilhei com Vitor foi selecionado e retocado, percebi que uma vez inscrito no palimpsesto da raça, estava submetido às suas condições, podendo minhas considerações serem suprimidas, rasuradas, reescritas e combinadas com outras vozes também parcialmente presentes. Resta acompanhar novas rasuras e reescritas que virão e, dentro do possível, contribuir para uma perspectiva crítica que interroge “raça” em suas diferentes manifestações.

REFERÊNCIAS

Bibliografias

ABINPET. Associação Brasileira da Indústria de Produtos para Animais de Estimação. **Informações gerais do setor Pet**. Disponível em: <http://abinpet.org.br/infos_gerais/>. Acesso em: 05 dez 2021.

ABL. Academia Brasileira de Letras. **Biografia: Sílvio Romero** (1851-1914), 2022a. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/academicos/silvio-romero/biografia>>. Acesso em: 19 dez 2022

_____. **Biografia: Edgar Roquette-Pinto** (1884-1954), 2022b. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/abl/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm%3Fsid%3D198/biografia>>. Acesso em: 14 dez 2022.

ABU EL HAJ, Nadia. The Genetic Reinscription of Race. **Annual Review of Anthropology**, n. 36, p. 282- 300, 2007.

AMVERJ. Academia de Medicina Veterinária no estado do Rio de Janeiro. **Antônio Barone Forzano - Minibiografia - Patrono da cadeira nº 20**. Publicado em 09 de agosto 2010. Disponível em: <<https://amverj.blogspot.com/2010/08/antonio-barone-forzano-mini-biografia.html#comment-form>>. Acesso em: 02 jan 2022.

ANDERMANN, Jens. Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882. **Topoi** (Rio de Janeiro), v. 5, n. 9, p. 128-170, 2004.

ANM. Academia Nacional de Medicina. **Renato Ferraz Kehl**, 2021, Disponível em: <<http://www.anm.org.br/renato-ferraz-kehl/>>. Acesso em: 29 jul 2021.

_____. **Raimundo Nina Rodrigues** (1862-1906), 2022a. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/raimundo-nina-rodrigues/>>. Acesso em: 29 nov 2022.

_____. **João Baptista de Lacerda** (1846-1915), 2022b. Disponível em: <<https://www.anm.org.br/joao-baptista-de-lacerda/>>. Acesso em: 04 dez 2022.

ARAÚJO, Alberto Filipe; RIBEIRO, Cláudia Maria. “O banho de Diana”: corpos mitológicos, imaginário e mitocrítica. In: SILVA, Kelly da; FERRARI, Anderson; SOUZA, Marcos Lopes (Org.). **Tecer e entretecer a vida**. Editora UEMG: Belo Horizonte, 2017, p. 125-142.

ARMAN, Koharik. A New Direction for Kennel Club Regulations and Breed Standards. **The Canadian Veterinary Journal**, 48.9, p. 953–965, 2007.

ARMSTRONG, John. Breeding schemes. **The Canine Diversity Project**, 1997. Disponível em: <<http://www.dogenes.com/essays/breed.html>>. Acesso em 04 out 2021.

_____. Significant Relationships. **The Canine Diversity Project**, 1998. Disponível em: <<http://www.dogenes.com/essays/relation.html>>. Acesso em 04 out 2021.

ARO, Judoth. **Gone to the Dogs: an ethnography breeding and rearing registered dogs within the Montreal area**. Dissertation (Masters) – Concordia University, Montreal, Canada, Department of Sociology and Anthropology, 2003. 205 p.

- ASDAL, Kristin. Contexts in Action - And the Future of the Past in STS. **Science, Technology, & Human Values**, 37 (4), p. 379-403, 2012.
- BALDIN, Damien. **Histoire des animaux domestiques**, XIXe-XXe siècles, Paris, Seuil, 2014.
- BARAD, Karen. Performatividade pós-humanista: para entender como a matéria chega à matéria. Tradução de Thereza Rocha. **Revista Vazantes**, v. 1 n. 1, p. 6-34, 2017.
- BARRETO, Eric Silveira Batista. **Por dez vacas com cria eu não troco meu cachorro**: as relações entre humanos e cães nas atividades pastoris do pampa brasileiro. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Pelotas Pelotas (UFPel), 2015, 130 p.
- BASTIDE, Roger. Dusky Venus, Black Apollo. **Race & Class**, n. 3, p. 10-18, 1961.
- BENCHIMOL, Jaime Larry. **Dos micróbios aos mosquitos**: febre amarela e a revolução pasteuriana no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Editora UFRJ, 1999, epub.
- BÉNION, Adolphe. **Les races canines**. Paris: Librairie agricole de la Maison Rustique, 1867.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. Tradução Sérgio Paulo Rouanet; prefácio Jeanne Marie Gagnebin. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- _____. **O Anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.
- BERGHAUS, Heinrich. **Geographische Verbreitung der Menschen-Rassen**, 1848. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~1547~160079:Geographische-Verbreitung-der-Mense?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no#>. Acesso em: 01 dez 2021.
- BESEN, Lucas Riboli. (Neo)materializando o sexo: uma jornada pelos estudos sociais da ciência e da tecnologia a partir dos processos de retificação de nome civil e de gênero. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 11 & 13TH WOMEN'S WORLDS CONGRESS (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017. Disponível em: <http://www.en.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1503869452_AR-QUIVO_LucasRiboliBesen_MM_FG.pdf>. Acesso em: 10 ago 2021.
- _____. Uma questão de Estado: performando o sexo através de provas judiciais em processos de retificação do registro civil de pessoas travestis e trans. In: Encontro Anual da ANPOCS, 44, GT38 - Sexualidade e gênero: política, agenciamentos e direitos em disputa, 2020. Disponível em: <<https://www.anpocs2020.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BULFVSZPIjtzOjQ6IjQ0ODkiO3oiO3M6MToiiaCI7czoMjoiZTkyMTY1NjU5MTJINmYwZTRkMzJmNTUxZWY2YjY3NzciO30%3D>>. Acesso em: 10 ago 2021.
- BEVILAQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander. Introdução. In: BEVILAQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander (Orgs). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EdUFScar, 2016, p. 11-49.

BEZERRA, Luís Ernesto Arruda; BEZERRA, Gustavo Arruda. Darwin, Charles, Questões sobre a reprodução de animal, com introdução do sir Gavin de Beer. **Revista Helius**, v. 3, p. 1299-1323, 2020.

BEZERRA, Karina Oliveira. Ártemis. **Das Questões**, [S. l.], v. 5, n. 5, 2018.

BINNS, Matthew. Triagem genética em cães. **Veterinary Focus**, v. 17, n. 2, p. 18-24, 2007.

BIOL, Fabiana Michelsen de Andrade; NUNES, J. M. S.; STORTTI, F. F.; SANTOS, M. S.; CARDOSO, J. N. O melhoramento genético na criação de cães: educação do tutor para uma aquisição bem-sucedida. **Revista de Educação Continuada em Medicina Veterinária e Zootecnia do CRMV-SP**, v. 15, n. 3, p. 67-67, 1 mar. 2017.

BLPL. Biblioteca Digital de Literatura de Países Lusófonos. **Joaquim de Paula Souza** (1833-1887). Disponível em: <<https://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autos/?id=16505>>. Acesso em: 29 ago 2022.

BND. Biblioteca Nacional Digital; BRASIL, Bruno. **A Época** (Rio de Janeiro, 1912), 2014. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/a-epoca/>>. Acesso em: 26 jan 2022.

_____; **Jornal do Commercio**, 2015a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-commercio-rio-de-janeiro/>>. Acesso em: 01 fev 2022.

_____; **Jornal do Brasil**, 2015b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/jornal-do-brasil/>>. Acesso em: 26 jan 2022.

_____. **Correio da Manhã**, 2020a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/artigos/correio-da-manha/>>. Acesso em: 10 set 2020.

_____. **Perguntas e respostas**, 2021a. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/perguntas-e-respostas/>>. Acesso em: 10 de nov 2021.

_____; MOREL, Marco. **Imprensa periódica no século XIX**, 2021b. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/dossies/rede-da-memoria-virtual-brasileira/imprensa/imprensa-periodica-no-seculo-xix/>>. Acesso em: 14 de nov 2021.

BNF. Bibliothèque Nationale De France. **Adolphe Bénion** (1833-1880). Disponível em: <https://data.bnf.fr/fr/10345318/adolphe_benion/>. Acesso em: 26 julho 2021

BOOS, Mariana Zacouteguy. **Displasia de cotovelo em cães**. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Medicina Veterinária) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Veterinária. Curso de Medicina Veterinária, Porto Alegre, 2012.

BORGES, Luiz Carlos. Ciência, natureza e território em Viagem ao Araguaia: expedições científicas e exploração do Império do Brasil no século XIX. In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

BORGES, Luiz Carlos; MEDINA, Manuela Brêtas de; MONTEIRO, Livia Nascimento. Ciência, imaginário e civilização em Couto de Magalhães. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 250-266, jul/dez, 2012.

BORNEMAN, John. Race, Ethnicity, Species, Breed: Totemism and Horse-Breed Classification in America. **Comparative Studies in Society and History**, Vol. 30, No. 1, p. 25-51, 1988.

BOUQUET, Mary. Family Trees and Their Affinities: The Visual Imperative of the Genealogical Diagram. **The Journal of the Royal Anthropological Institute**, v. 2, n. 1, p. 43-66, 1996.

BRAGG, Jeffrey. Purebred dog breeds into the twenty-first century: achieving genetic health for our dogs. **The Canine Diversity Project**, 1996. Disponível em: <<http://www.seppalakennels.com/articles/purebred-dog-breeds-21st-century1.htm>>. Acesso em 04 out 2021.

BREZÉ, Jacques de. **Le livre de la Chasse du Grand Seneschal de normandye et les ditz du bon chien Souillard**. Paris: Aug. Aubry Editeur, 1858. Disponível em: <<https://archive.org/details/lelivredelachas00pichgoog/page/n6/mode/2up>>. Acesso em: 12 dez 2022.

BUFFON, Georges-Louis Leclerc comte de. **Histoire Naturelle Générale et Particulière**, avec la description du Cabinet du Roi, Tome I. Paris: De L'Imprimerie Royale, 1749a. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k10672243/f20.double>>. Acesso em: 06 jul 2022.

_____. « Variétés dans l'espèce humaine ». In: **Histoire Naturelle Générale et Particulière**, avec la description du Cabinet du Roi, Tome III. Paris: De L'Imprimerie Royale, 1749b, p. 371-530. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1067228r/f9.item>>. Acesso em: 20 jun 2022.

_____. **Histoire Naturelle Générale et Particulière**, avec la description du Cabinet du Roi, Tome V. Paris: De L'Imprimerie Royale. 1755. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k10672406/f340.vertical.r=Histoire%20naturelle,%20générale%20et%20particulière>>. Acesso em: 29 jun 2022.

_____. **Historia natural, general y particular**. Tomo IX. 2ª Edición. Traducida por D. Joseph Clavijo y Faxardo. Madrid. Imprenta de la Hija de Ibarra, 1806.

BUTLER, Judith. O não-pensamento em nome do normativo. In: BUTLER, Judith. **Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015, p. 197-232.

CALMON DE OLIVEIRA, Samantha Brasil. **Sobre homens e cães: um estudo antropológico sobre afetividade, consumo e distinção**. Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia). IFCS/ PPGSA, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

CAMARGO, Robson Corrêa. A pantomima e o teatro de feira na formação do espetáculo teatral: o texto espetacular e o palimpsesto. **Fênix: Revista de História e Estudos Culturais**, v. 3, n. 4, 2006.

CARDOSO, Elizangela Barbosa. Entre o tradicional e o moderno: os femininos na revista Vida Doméstica. **Revista Gênero**. v. 9, n. 2, p. 103-134, 2009.

CARNEIRO, Maristela; GOTTWALD JUNIOR, Luis Alberto. “O Selvagem” de Nicolina Vaz de Assis: síntese identitária do Brigadeiro Couto de Magalhães. **Aedos**, Porto Alegre, v. 7, n. 17, p. 387-409, 2015.

CARTON, Yves; DAVID, Jean R. Georges-Louis Leclerc, comte de Buffon (1707-1788): un homme d'influence au siècle des Lumières. **Med Sci** (Paris), 23 (11), p. 1057-1062, 2007.

CASSIDY, Rebeca. "Introduction: domestication reconsidered". In: CASSIDY, Rebeca; MULLIN, Molly (orgs.). **Where the Wild Things are Now: Domestication Reconsidered**. New York: Berg, 2007, p. 1-26.

CASTANEDA, Luzia Aurelia. Eugenia e casamento. **Hist. cienc. saude-Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 901-930, 2003.

CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **La hybris del punto cero: ciencia, raza e ilustración en la Nueva Granada (1750-1816)**. 1ª ed. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana, 2005.

CLARK, Leigh Anne; WAHL, Jacquelyn M.; REES, Christine A.; MURPHY, Keith E. Retrotransposon insertion in *SILV* is responsible for merle patterning of the domestic dog. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, 103 (5), p. 1376-1381, 2006.

CONGRESSO BRASILEIRO DE EUGENIA. Rio de Janeiro, 1929. **Actas e trabalhos**. Rio de Janeiro: s. n., 1929. v.1. 342 p. 613.94 C76. reg. 8328/06 ex.3. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/docreader.aspx?bib=AceBibCOC_R&pasta=Actas%20e%20trabalhos%20do%20Congresso%20de%20Eugenia&pesq=&pagfis=9788>. Acesso em: 27 abril 2023.

COMAROFF Jean; COMAROFF, John. Ethnography on an awkward scale Postcolonial anthropology and the violence of abstraction. **Ethnography**, 4, 147-179, 2003.

CORBETTA, F.; CIVELLI, Giuseppe; BEZZERA, Paolo. **Prospetto di tutte le razze del globo e loro fogge di vestire**, 1853. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~301075~90071814:Tab-V--Prospetto-di-tutte-le-razze-?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no#>. Acesso em 01 dez 2021.

COSTA, Rosely Gomes. Mestiçagem, racialização e gênero. **Sociologias**, n. 21, p. 94-120, 2009.

COUPAYE, Ludovic. Cadeia operatória, transectos e teorias: algumas reflexões e sugestões sobre o percurso de um método clássico. In: SAUTCHUK, Carlos E. (Org.). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, p. 475-494.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Fundação Getúlio Vargas. **João Francisco de Paula Souza**, 2022. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/SOUSA,%20João%20Francisco%20de%20Paula.pdf>>. Acesso em: 05 jan 2022.

CUNHA, Heitor Xavier Pereira da. **Viagens e caçadas em Matto-Grosso**. Tres semanas em companhia de Th. Roosevelt. Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Livraria Francisco Alves, 1922. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/82380#page/121/mode/1up>>. Acesso em: 26 jun 2022

DA MATTA, Roberto. Digressão: a fábula das três raças, ou o problema do racismo à brasileira. In: DA MATTA, Roberto. **Relativizando: uma introdução à antropologia social**. Petrópolis: Vozes, 1981.

DALZIEL, Hugh. **British dogs: their varieties, history, characteristics, breeding, management and exhibition**. London, "The Bazaar" Office, 1879. Disponível em:

<<https://www.biodiversitylibrary.org/item/60065#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 22 out 2021

_____. **Diseases of dogs: their pathology, diagnosis, and treatment to which is added a complete dictionary of canine "Materia Medica"**. London, Upcott Gill, 1881. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/109101#page/1/mode/1up>>. Acesso em: 22 out 2021

DEL CONT, Valdeir. Francis Galton: eugenia e hereditariedade. **Scientiae Studia** [online], v. 6, n. 2, p. 201-218, 2008.

DEMGOL. **Dicionário etimológico da mitologia grega**, 2013. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/409973/mod_resource/content/2/demgol_pt.pdf>. Acesso em: 14 fev 2023

DERRY, Margaret; HARAWAY, Donna; LANDRY, Donna; RITVO, Harriet; SWART, Sandra. Roundtable on Breed. **Humanimalia**, v. 10., n. 1, 2018. Disponível em: <<https://humanimalia.org/article/view/9591/10126>>. Acesso em: 27 maio 2021.

DETURCHE, Jeremy. As vacas da discórdia: gestão e raça do rebanho entre os criadores de vacas montbéliardes na Haute-Savoie, França. Tradução de Fabiana Maizza. **Ilha**, v. 14, n. 2, p. 139-169, jul./dez. 2012.

_____. A 'genética' do cotidiano: seleção e reprodução na criação de vacas Montbéliarde (França). In: SAUTCHUK, Carlos E. (Org.). **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017, p. 379-400.

DIAS, Julian de Moura. **Variação Fenotípica na raça Fila Brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Zootecnia). Instituto de Zootecnia, Departamento de Reprodução e Avaliação Animal, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2012.

DIGARD, Jean-Pierre. A biodiversidade doméstica, uma dimensão desconhecida da biodiversidade animal. Tradução: Bernardo Almeida e Guilherme Moura Fagundes. **Anuário Antropológico**, v. 37, n. 2, p. 205-223, 2012.

DOGGIE DRAWINGS. **Dogs of the World and their countries of origin**, de Lili Chin. 2019, Disponível em: <<https://www.doggiedrawings.net/map>>. Acesso em: 25 ago 2021

DOMINGUES, Octavio. Modalidades e concepção genética da aclimação. **Revista de Agricultura**, v. 10, n. 6-7-8, p. 195-203, 1935. Disponível em: <<http://www.fealq.org.br/ojs/index.php/revistadeagricultura/article/viewFile/3732/3532>>. Acesso em: 27 abril 2023.

_____. Noção de espécie e raça em zootecnia. **Revista de Agricultura: publicação bimensal de ensinamento thorico e pratico**. set/out, v. 15, n. 9-10, p. 351-364, 1940.

DUARTE, Larissa Costa; BESEN, Lucas Riboli. Entrevista com Amade M'charek. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, n. 47, p. 383-399, 2017.

_____. **"A AIDS tem um rosto de mulher"**: discursos sobre o corpo e a feminização da epidemia. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (Porto Alegre, RS), 2018.

EDWARDS, Sydenham. **Cynographia Britannica: consisting of coloured engravings of the various breeds of dogs existing in Great Britain, drawn from the life, with observations**

on their properties and uses. London: C. Whittingham, 1800. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/bibliography/178254>>. Acesso em 19 jan 2022.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer**: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota [1940]. São Paulo: Perspectiva, 2005.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas** [1952]. Tradução de Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008, 194 p.

FARIAS, Yaci Maria Marcondes; SEPULVEDA, Cláudia. Clémence Royer e as relações entre evolucionismo, raça e gênero no século XIX. In: 17º SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA E DA TECNOLOGIA. UNIRIO, 23 a 27 de novembro, 2020.

FAUSTO-STERLING, A. Dualismos em duelo. **Cadernos Pagu**, Núcleo de Estudos de Gênero-Pagu/Unicamp, p. 9-79, 2001-02.

FELIPE-SILVA, A. S.; KUABARA, M. Y.; COELHO, E. G. A.; et al. Evaluation of the genetic structure of the Brazilian Fila dog with microsatellites. In: **ISAG MEETING**, 31, 2008, Amsterdam. Proceedings... Amsterdam: ISAG, 2008. p. 81.

FERREIRA, Hugo Fernandes. **A caça no Brasil**: panorama histórico e atual. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

FONSECA, Cláudia. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Revista Estudos Feministas**, v. 12, n. 2, p. 13-34, 2004.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves, 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1987a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis: Vozes, 1987b.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Resumo dos Cursos do Collège de France** (1970-1982). Tradução de Andréa Daher. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

_____. **Genealogia del racismo**. Traducción de Alfredo Tzveibel. Buenos Aires: Caronte Ensayos, 1998.

FOUILLOUX, Jacques (1519-1580). **La Vénerie** de Jacques du Fouilloux, gentilhomme, seigneur dudit lieu, pays de Gastine, en Poitou... avec plusieurs receptes et remèdes pour guérir les chiens de diverses maladies (Quatrième édition) / . Plus L'Adolescence de l'auteur. A Poitiers, par les de de Marnefz et Bouchetz, 1568. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k1510944x.image>>. Acesso em: 12 dez 2022

FRANÇA, José Edson Galvão de. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Kellen de Sousa. **Manual de boas práticas na criação de animais de estimação**: cães e gatos. Goiânia: Dedicatória, 2019. 98 p.

FRANCO NETO, Mauro. A Revista Brasileira (1895-1899) e o espaço letrado finissecular: experiência do tempo e os desafios da ciência evolucionista no Brasil. **Sæculum – Revista de História**, v. 40, n. 40, p. 43-62, 2019.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** [1968]. 4ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

GALFIONE, María Verónica. Historia natural y temporalización: consideraciones sobre la Historia natural de Buffon. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 3, jul./set., p. 813-829, 2013.

GALTON, Francis. Composite Portraits made by combining those of many different persons into a single figure. **Nature**, 18, 97-100, 1878. Disponível em: <<https://galton.org/essays/1870-1879/galton-1878-nature-composite.pdf>>. Acesso em 17 ago 2021

GAUER, Viviane Hippmann. **O animal de companhia e a proteção animal urbana: pensando relações interespecíficas a partir da etnografia em Porto Alegre/RS**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas** [1973]. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GINZBURG, Carlo. Anomalias conjuntivas: una reflexión sobre los hombres lobo. **Revista de Estudios Sociales**, v. 60, p. 110-118, 2017.

GODINHO, Paulo Roberto. **Cães e gente**. Livraria Freitas Bastos, 1983.

_____. **Fila Brasileiro: um presente das estrelas**. Rio de Janeiro: Atto Comunicação Gráfica, 2013, 448 p.

GODOI, Marco Antonio Abrantes de Barros. O hino à Diana de Catulo (poesia 34), a construção de uma divindade. **PRINCIPIA**, Ano 21, nº. XXXVI, p. 68-74, 2018.

GRANDJEAN, Dominique; VAISSAIRE, Josée; VAISSARE, JEAN-PIERRE. **Enciclopédia do cão**, Royal Canin. Tradução de Alexandra Marques. Paris: Éditeur Aniwa Publishing, 2001.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. **Historiografia e nação no Brasil: 1838-1857**. Tradução de Paulo Knauss e Ina de Mendonça - Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

HAIBARA, Alice; SANTOS, Valéria Oliveira. As técnicas do corpo. In: **Enciclopédia de Antropologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, Departamento de Antropologia, 2016. Disponível em: <<http://ea.fflch.usp.br/obra/técnicas-do-corpo>>. Acesso em: 02 out 2019.

HARAWAY, Donna J. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial [1988]. **Cadernos Pagu** (5), p. 07-41, 1995.

_____. **The companion species manifesto: dogs, people, and significant otherness**. Chicago: Prikly Paradigm Press, 2003a.

_____. For the love of a good dog: webs of action in the world of dog genetics. In: GOODMAN, Alan H.; HEATH, Deborah; LINDEE, M. Susan. **Genetic nature/culture: anthropology and science beyond the two-culture divide**. University of California Press: Berkeley and Los Angeles, California. 2003b, p. 111-131

_____. Cyborgs to Companion Species: Reconfiguring Kinship in Technoscience. In: HARAWAY, Donna J. **The Haraway Reader**. Routledge: New York and London, 2004a, p. 295-320.

_____. Raza. Donantes universales en una cultura vampira: todo queda en familia... Categorias de parentesco biológico en los Estados Unidos del siglo veinte. In: HARAWAY, Donna J. **Testigo Modesto@Segundo Milenio.HombreHembra@_Conoce_Onco-ratón** ®: Feminismo y tecnociencia [1997]. Barcelona: Editorial UOC, 2004b.

_____. Examined lives: practices of love and knowledge in purebred dogland. In: HARAWAY, Donna J. **When species meet**. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2008, p. 95-132.

_____; AZERÊDO, Sandra. Companhias multiespécies nas naturezaculturas: uma conversa entre Donna Haraway e Sandra Azerêdo. In: MACIEL, Maria Esther (Org.). **Pensar/escrever o animal: ensaios de zoopoética e biopolítica**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011b. p. 389-417.

_____. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Tradução Pê Moreira, revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. 1º ed., Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021a.

_____; FELINTO, Marilene; CAVALIERI, Cecília; FAUSTO, Juliana. Donna Haraway explica por que se deve fazer parentescos em vez de bebês. **Species: panfleto de antropologia especulativa**, 2021b. Disponível em: <<https://speciesnae.files.wordpress.com/2021/08/panfleto-species-0-donna-haraway-com-marilene-felinto-cecilia-cavali-eri-e-juliana-fausto.pdf>>. Acesso em: 16 set 2021.

HARPER, Douglas. Etymology of mastiff. **Online Etymology Dictionary**, 2022a. Disponível em: <<https://www.etymonline.com/word/mastiff>>. Acesso em 16 nov 2022.

_____. Etymology of mongrel. **Online Etymology Dictionary**, 2022b. Disponível em: <<https://www.etymonline.com/word/mongrel>>. Acesso em 16 nov 2022.

HARRIS, Marvin. **Vacas, porcos, guerras e bruxas: os enigmas da cultura** [1974]. Rio de Janeiro (RJ): Editora Civilização Brasileira, 1978.

HAUDRICOURT, André-Georges. Domesticação de animais, cultivo de plantas e tratamento do outro [1962]. **Série Tradução**, Vol. 01, Brasília: DAN/UnB, 2011.

_____. Natureza e cultura na civilização do iname: a origem dos clones e dos clãs [1964]. **Ilha – Revista de Antropologia**, v. 21, n. 2, p. 208-227, 2019.

ITAÚ CULTURAL. **Jean Ferdinand Denis** (verbete da enciclopédia). In: Enciclopédia Itaú Cultural de Arte e Cultura Brasileira. São Paulo: Itaú Cultural, 2022. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa19503/ferdinand-denis>>. Acesso em: 25 out 2022.

HUDSON, Nicholas. From “Nation” to “Race”: The Origin of Racial Classification in Eighteenth-Century Thought. **Eighteenth-Century Studies**, v. 29, n. 3, p. 247-264, 1996.

HURN, Samantha. Anthrozoology: an important subfield in anthropology. In: HARTUNG, G., HERRGEN, M. (Eds.) **Interdisziplinäre Anthropologie**. Springer VS, Wiesbaden, 2015, p. 179-188.

INGOLD, Tim. Humanidade e animalidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. São Paulo, v. 10, n. 28, p. 1-15, 1995.

_____. From trust to domination: an alternative history of human–animal relations. In: INGOLD, Tim. **The Perception of the Environment: Essays on livelihood, dwelling and skill**. Routledge: London and New York, 2000, p. 61-76.

_____. **Líneas: una breve historia**. Barcelona: Editorial Gedisa, 2015.

_____. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Educação**, Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, set./dez., 2016.

JERÓNIMO, Nuno Amaral. **Humor na sociedade contemporânea**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Universidade da Beira Interior, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Covilhã, 2015, 256 p.

JINZENJI, Mônica Y. Leitura e escrita femininas no século XIX. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 38, p. 367-394, jan/jun, 2012.

KAFKA, Franz. “Um cruzamento” [1917/1931]. In: _____. **Bestiário de Kafka**. Antologia de textos selecionados e organizados por Álvaro Gonçalves. Tradução de J. Born, et al. Lisboa: Bertrand Editora, 2016, p. 129-133.

LACERDA, João Batista de. **Sur le métis au Brésil**. Premier Congrès Universel des Races, 26-29 Juillet. Paris: Imprimerie Devouge, 1911. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/35>>. Acesso em: 27 out 2022.

_____. Sobre os mestiços no Brasil [1911]. In: SCHWARCZ. Lilia Moritz. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 225-242, jan./mar., 2011.

_____. **O Congresso Universal das Raças reunido em Londres** (1911): apreciação e commentarios. Rio de Janeiro: Papelaria Macedo, 1912. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/handle/doc/16>>. Acesso em: 27 out 2022.

LANGEVIN, Mary; SYNKOVA, H.; JANCUSKOVA, T.; PEKOVA, S. Merle phenotypes in dogs – SILV SINE insertions from Mc to Mh. **PLOS ONE**, v. 13, n. 9, 2018.

LEACH, Edmund. Aspectos antropológicos da linguagem: categorias animais e insulto verbal [1964]. In: DA MATTA, Roberto (org). **Edmund Leach**. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1983. p. 170-198.

LEAL, Natacha Simeí. **Nome aos bois**. Zebus e zebuzeiros em uma pecuária brasileira de elite. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2014.

_____. *O **début** do touro Ranchi: uma celebração da pecuária de gado de elite*. In: BEVILAQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander (Org). **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016, p. 77-102.

LESSA, Clado Ribeiro de. **Vocabulário de caça**: contendo os têrmos clássicos portu-guêses de cinegética geral, os relativos à falcoaria, e os vocábulos e expressões de uso pecu-liar ao Brasil. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1944. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/325/1/239%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 29 out 2021.

- LÉVI-STRAUSS, Claude. A estrutura dos mitos [1955]. In: LÉVI-STRAUSS, Claude. **Antropologia estrutural**. São Paulo: Cosac Naify, 2008c, p. 221-248.
- _____. A lição de sabedoria das vacas loucas [2001]. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 23, n. 67, p. 211-216, 2009.
- LEWGOY, Bernardo; SORDI, Caetano; PINTO, Leandra. Domesticando o Humano: para uma antropologia moral da proteção animal. **Ilha: Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 17, n. 2, p. 75-100, dez. 2015.
- _____. Crítica da Ração Impura: o repto naturalista na alimentação animal. In: BEVILACQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander (Org). **Parentes, vítimas, sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais**. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016, p. 223-241.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória** [1977]. Tradução de Bernardo Leitão et al, 7ª ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.
- LIBERMAN, Anatoly. **The Oxford Etymologist Looks at Race, Class and Sex (but not Gender), or, Beating a Willing Horse**. OUPblog, Oxford University Press's, 2009. Disponível em: <<https://blog.oup.com/2009/04/race-2/>>. Acesso em: 09 ago 2021
- LÓPEZ-BELTRÁN, Carlos. **El sesgo hereditario**. Ámbitos históricos del concepto de herencia biológica. Universidad Nacional Autónoma de México: México, 2004.
- LSE. The London School of Economics and Political Science. **Professor Charis Thompson**. Disponível em: <<https://www.lse.ac.uk/sociology/people/charis-thompson>>. Acesso em: 14 fev 2023.
- LUPINACCI, Ludmila. “Da minha sala pra sua”: teorizando o fenômeno das lives em mídias sociais. **Galáxia (São Paulo)** [online], n. 46, p. 1-17, 2021.
- M'CHAREK, Amade. Fragile differences, relational effects: stories about the materiality of race and sex. **European Journal of Women's Studies**, v. 17, n. 4, p. 307-322, 2010.
- _____. Beyond fact or fiction: on the materiality of race in practice. **Cultural Anthropology**, Washington, v. 28, n. 3, p. 420-442, 2013.
- _____. Race, time and folded objects: the HeLa error. **Theory, Culture & Society**, London, v. 31, n. 6, p. 29-56, 2014.
- _____; SCHRAMM, Katharina; SKINNER, David. Technologies of Belonging: The Absent Presence of Race in Europe. **Science, Technology, & Human Values**. 39 (4), p. 459-467, 2014a.
- _____; _____. Topologies of Race: Doing territory, population and identity in Europe. **Science, Technology, & Human Values**, 39(4), 468-487, 2014b.
- _____. Data-Face and Ontologies of Race. **Society for Cultural Anthropology, Theorizing the Contemporary**, Fieldsights, March 24, 2016. Disponível em: <<https://culanth.org/fieldsights/data-face-and-ontologies-of-race>>. Acesso em: 04 set 2023.
- _____; SCHRAMM, Katharina. Encountering the face—Unraveling race. **American Anthropologist**, 122(2), 321-326, 2020.

_____. Race and sameness: on the limits of beyond race and the art of staying with the trouble. **CMS (Comparative Migration Studies)** 10, 13, 2022.

MACHADO, Alzemi. **A Imprensa catarinense no Século XIX**: catálogo descritivo e Ilustrado do acervo de jornais raros da Biblioteca Pública de Santa Catarina. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura Edições, 2020, 112 p. Disponível em: <http://hemeroteca.ciasc.sc.gov.br/A_Imprensa_Catarinense_ebook.pdf>. Acesso em: 03 ago 2021.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria, 1839-1908. **Memórias Póstumas de Brás Cubas**. São Paulo: Abril, 2010, 336 p.

MACIEL, Maria Esther. Poéticas do inclassificável. **Aletria**, v. 15, 2007.

_____. **Literatura e animalidade**. 1ª Edição, Rio De Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. 176 p.

_____. Ficções caninas em Clarice Lispector e Machado de Assis. **Journal of Lusophone Studies**, v. 2, n. 2, p. 38-55, 2017.

MAGALHÃES, Jose Vieira Couto de. **Ensaio de anthropologia: região e raças selvagens do Brasil**: memoria onde se estuda o homem indigena debaixo do ponto de vista physico e moral, e como elemento de riqueza, e auxiliar para acclimatação do branco nos climas intertropicais. Rio de Janeiro: Typ. de Pinheiro, 1874, 158 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182904>>. Acesso em: 20 out 2022.

_____. **O selvagem**. Rio de Janeiro: Typ. da Reforma, 1876, 194 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/182909>>. Acesso em: 24 out 2022.

MALINOWSKI, Bronislaw. A procriação e a gravidez, segundo as crenças e os costumes dos nativos [1929]. In: MALINOWSKI, Bronislaw. **A vida sexual dos selvagens**, 1983, p. 181-219.

MANGOLIN, Letícia Fornel; FERREIRA, Nalva de Fátima; CAMINHAS, Maria Margareth Theodoro. Efeitos pleiotrópicos do gene merle em cães – Revisão. **Nucleus**, v. 12, n. 2, p. 111-118, 2020.

MANSUR, Rafael Bayeh. **Economia compartilhada e os desafios da regulação**: um estudo de caso da OLX. Trabalho de Conclusão de Curso (Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

MARTIN, D.; SPINK, M. J.; PEREIRA, P. P. G. Corpos múltiplos, ontologias políticas e a lógica do cuidado: uma entrevista com Annemarie Mol. **Revista Interface**, 22 (64): 295-305, 2018.

MATOS, Liziane G. **Quando a “ajuda é animalitária”**: um estudo antropológico sobre sensibilidades e moralidades envolvidas no cuidado e proteção de animais abandonados a partir de Porto Alegre-RS. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, 2012, 125 p.

MAUSS, Marcel. Esboço de uma teoria geral da magia [1904]. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003, p. 47-181.

_____. As técnicas do corpo [1934]. In: MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Cosac Naify, 2003. p. 399-422.

MBEMBE, Achille. **Crítica da Razão Negra**. Tradução de Marta Lança. Lisboa, Antígona, 2014.

MICHAELIS. Dicionário online de Português: “crioulo”, 2022a Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/crioulo/>>. Acesso em: 05 jan 2022.

_____. Dicionário online de Português: “bastardo”, 2022b. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/bastardo/>>. Acesso em: 26 ago 2022.

_____. Dicionário online de Português: “decantação”, 2023. Disponível em: <<https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/decantacao/>>. Acesso em 02 março 2023.

MILLAIS, Everett. **The Theory and Practice of Rational Breeding**. London: The “Fanciers Gazette”, 1889. Disponível em: <<https://archive.org/details/theorypracticeof00millala/page/n5/mode/2up>>. Acesso em: 14 abril 2021.

MIRAROM, Charles de. Noble dogs, noble blood: the invention of the concept of race in the late middle ages. In: ELIAV-FELDON, Miriam; ISAAC, Benjamin; ZIEGLER, Joseph (edit). **The origins of racism in the West**. New York: Cambridge, 2009, p. 200-216.

MIRAMON, Charles de; van der LUGT, Maaïke. Sang, hérédité et parenté au Moyen Âge: modèle biologique et modèle social. Albert le Grand et Balde. **Annales de Démographie Historique**, 1, p. 21-48, 2019.

MOL, A. Política ontológica. Algumas ideias e várias perguntas [1999]. In: NUNES, J. A.; ROQUE, R. (org.). **Objectos impuros**. Experiências em estudos sociais da ciência. Tradução de Gonçalo Praça. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 63-75.

_____; LAW, J. Embodied Action, Enacted Bodies. The Example of Hypoglycaemia. **The Body and Society**, 10: (2-3), p. 43-62, 2004.

_____. Mind your plate! The ontionorms of Dutch dieting. **Social Studies of Science**, v. 43, n. 3, p. 379-396, 2013.

MOREY, Darcy. **Dogs: domestication and the development of a social bond**. Cambridge University Press, 2010.

MORGAN, Lewis Henry. **The American beaver and his works**. Philadelphia: JB Lippincott, 1868.

MUNIZ, Tatiane Pereira. **Processos de materialização da raça e do racismo no campo da saúde: uma etnografia das práticas e narrativas profissionais**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021.

MURATORE, Eliane. **Um filete de vozes: a narrativa oral na formação do conto literário brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

NASCIMENTO, Evando. **Derrida e a Literatura: “notas” de literatura e filosofia nos textos de desconstrução**. Niterói: EdUFF, 1999.

NMAAHC. National Museum of African American History & Culture. **“The Hunted Slaves” (1862), de Richard Ansdell**. Disponível em: <https://nmaahc.si.edu/object/nmaahc_2009.34ab>. Acesso em: 20 set 2022.

NÓBREGA, Maria do Socorro. A criação do Folhetim de Imprensa no Brasil: os textos de Francisco Otaviano. In: 6º ENCONTRO NACIONAL DA REDE ALFREDO DE CARVALHO, Associação Brasileira de Pesquisadores de História da Mídia (ALCAR), 2008. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/alcar/encontros-nacionais-1/encontros-nacionais/6o-encontro-2008-1/A%20criacao%20do%20Folhetim%20de%20Imprensa%20no%20Brasil%20os%20textos%20de.pdf>>. Acesso em: 07 abril 2022.

NOMURA, Hitoshi. Eurico Santos (1883-1968) e a divulgação científica no Brasil. **SITI-ENTIBUS Série Ciências Biológicas**, v. 9, n. 1, p. 71–85, 2009.

NIEUW WIJ. **Interview with Amade M’charek**: “We moeten onszelf als wetenschappers opnieuw uitvinden”, 19 de agosto de 2022. Disponível em: <<https://www.nieuwwij.nl/interview/amade-mcharek-we-moeten-onszelf-als-wetenschappers-opnieuw-uitvinden/>>. Acesso em 14 fev 2023.

O DEA, Clodagh. **The prevalence of ocular and auditory abnormalities in Merle dogs** (Review of literature). Thesis (Doctorate) - Szent István University, Budapest, Hungary, Department for Veterinary Genetics and Animal Breeding, 2014. 33 p.

O IMPERIO DO BRAZIL NA EXPOSIÇÃO UNIVERSAL DE 1876 EM PHILADELPHIA. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875. 558 p. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242450>>. Acesso em: 02 maio 2023.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2ª ed., 1986.

OSÓRIO, Andréa. Mãe de gato? Reflexões sobre o parentesco entre humanos e animais de estimação. In: BEVILAQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander. (Org). **Parentes, vítimas, sujeitos**: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016, p. 53-75.

_____. Conversões e predisposições à proteção de animais de rua: vocações, sensibilidades e moralidades. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, p. 253-274, 2017.

_____. Ecofeminismo, teorias do *care* e as críticas a protetoras de animais de rua. **Revista Estudos Feministas**, v. 26, p. 1-20, 2018a.

_____. Dádiva e antiprofissionalização na proteção a animais de rua. **Ambivalências**, v. 5, p. 105-137, 2018.

PASTORI, Erica Onzi. **Perto e longe do coração selvagem**: estudo etnográfico numa pet shop de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2012..

_____. **Doces companheiras indispensáveis**: um estudo antropológico sobre abelhas e habitabilidade. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre (RS), 2017.

PEMBERTON, Neil. Bloodhounds as Detectives: Dogs, Slum Stench and Late-Victorian Murder Investigation. **Cultural and Social History**, 10 (1), p. 69–91, 2013.

_____; WORBOYS, Michael. The invention of the basset hound: breed, blood and the late Victorian dog fancy, 1865–1900, **European Review of History**, n. 22, v. 5, p. 726-740, 2015.

_____; STRANGE, Julie-Marie; WORBOYS, Michael. Breeding and breed. In: KEAN, Hilda; HOWELL, Philip. **The Routledge companion to animal-human history**. New York, NY: Routledge, 2018, p. 393-421.

PELLEGRINI, Patricia. De l'idée de race animale et de son évolution dans le milieu de l'élevage. **Ruralia** [En ligne], 05/1999, mis en ligne le 25 janvier 2005. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/ruralia/112>>. Acesso em: 09 set 2019.

PIETTE, Albert. Entre l'homme et le chien. **Socio-anthropologie** [En ligne], 11, 2002, mis en ligne le 15 novembre 2003. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/socio-anthropologie/141>>. Acesso em: 09 set 2019.

PINTO, Leandra. **Resgatando afetos: um estudo antropológico sobre redes urbanas de proteção animal**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PINTO, Izabella Cavalcanti. **Análise das capas da Revista Careta e a representação de Getúlio Vargas nos extremos iniciais e finais do Estado Novo**. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco, Programa de Pós-Graduação em Design, Recife, 2017.

PORTAL VIÉS. Patrícia Tabane. **Cães de raça x Vira-latas**, 2011. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/vies/vies/caes-de-raca-x-vira-latas/>>. Acesso em 12 fev 2019.

POVERENE, M. M. Selección contra displasia de cadera canina en el ovejero alemán. **BAG. Journal of basic and applied genetics**, v. 33, n. 2, p. 45-53, 2022.

POVOA, Luiz César. In memoriam: Prof. José Procópio Rodrigues do Valle. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia** [online]. v. 52, n. 7, p. 1201, 2008.

PRATT, Mary Louise. Ciência, consciência planetária, interiores. In: _____. **Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação**. Bauru: EDUSC, 1999, p. 41-125.

PRIOR, Tamara. Eugenia: a mente sob os desígnios da hereditariedade. **Jornal de Psicanálise**, São Paulo, v. 48, n. 89, p. 171-186, 2015.

PROSPERI, Adriano. Desde el antijudaísmo cristiano al antisemitismo: La expulsión de los judíos de España en 1492. **Prohistoria**, Año XXII, núm. 31, p. 5-18, 2019.

RADCLIFFE-BROWN, Alfred Reginald. On Joking Relationships. **Africa: Journal of the International African Institute**, v. 13, n. 3, p. 195-210, 1940.

RAMOS, Jair de Souza. Dos males que vêm com o sangue: as representações raciais e a categoria do imigrante indesejável nas concepções sobre imigração da década de 20. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 59-82.

RICHARD, Trim. **Metaphor networks: the comparative evolution of figurative language**. London: Palgrave Macmillan, 2007.

RITVO, Harriet. **Pride and Pedigree: The Evolution of the Victorian Dog Fancy.** *Victorian Studies*, v. 29, n. 2, p. 227-253, 1986.

_____. **The animal estate: the English and other creatures in the Victorian Age.** Cambridge: Harvard University Press, 1987.

ROCHA, Zeferino. O amigo, um outro si mesmo: a *Philia* na metafísica de Platão e na ética de Aristóteles. **Psyche**, São Paulo, 10 (17), p. 65-86, 2006.

RODRIGUES, Raimundo Nina. Mestiçagem, degenerescência e crime [1899]. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos**, v. 15, n. 4. p. 1151-1180, 2008.

ROHDEN, Fabíola. Considerações teórico-metodológicas sobre objetos instáveis e ausências presentes: analisando processos de materialização do desejo feminino. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos. **Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida.** Porto Alegre: UFRGS, 2018, p. 135-158.

ROMÉRO, Sylvio. **Historia da Litteratura Brasileira.** Tomo I. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor. 1902. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d592b722-45a6-4cba-8a5c-baa173eeffa4>>. Acesso em: 19 dez 2022

_____. **Historia da Litteratura Brasileira.** Tomo II. Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro-Editor. 1903. Disponível em: <<https://bibdig.biblioteca.unesp.br/items/d592b722-45a6-4cba-8a5c-baa173eeffa4>>. Acesso em: 20 dez 2022

ROSA, João Guimarães. Manuelzão e Miguilim (**Corpo de baile**). 11ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001. *Epub*.

ROSA, Alessandra. **Quando a Eugenia se distancia do Saneamento:** as idéias de Renato Kehl e Octávio Domingues no Boletim de Eugenia (1929-1933). Dissertação (Mestrado em História das Ciências da Saúde) – Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ, Rio de Janeiro. 2005.

ROSE, Nikolas. A biomedicina transformará a sociedade? O impacto político, econômico, social e pessoal dos avanços médicos no século XXI. **Psicol. Soc.** [online]. v. 22, n. 3, p. 628-638, 2010.

RUSSELL, Nicholas. **Like engend'ring like.** Hereditary and animal breeding in early modern England. Cambridge University Press: New York, 1986.

SÁ, Guilherme José da Silva e, et al. Crânios, corpos e medidas: a constituição do acervo de instrumentos antropométricos do Museu Nacional na passagem do século XIX para o XX. **História, Ciências, Saúde-Manguinhos** [online], v. 15, n. 1, p. 197-208, 2008.

SAHLINS, Marshall. A preferência de comida e o tabu nos animais domésticos americanos. In: SAHLINS, Marshall. **Cultura e razão prática.** Rio de Janeiro: Zahar, 1979, p. 190-199.

SAID, Edward W. **Representações do intelectual:** as Conferências Reith de 1993. Tradução de Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

_____. **Orientalismo:** o Oriente como invenção do Ocidente. Tradução Rosaura Eichenberg. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

_____. **Cultura e imperialismo**. Tradução de Denise Bottmann. 1ª ed. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. **Voyage dans les provinces de Rio de Janeiro et de Minas Geraes**. Tome Premier. Paris: Grimbert et Dorez, Libraires, 1830.

_____. **Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goyaz**. Tomo II. Tradução e notas de Clade Ribeiro de Lessa. Companhia Editora Nacional: São Paulo, 1937. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/150/4/78%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 19 ago 2022.

_____. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Geraes**. Tomo I. Tradução e notas de Clade Ribeiro de Lessa. Companhia Editora Nacional: São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre, 1938. Disponível em: <<https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/208/1/126%20%20T1%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>>. Acesso em: 21 nov 2021.

_____. **Segunda viagem a São Paulo e quadro histórico da Província de São Paulo**. Tradução e introdução de Afonso de E. Taunay. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002, 238 p.

SAINT-HILAIRE, Étienne Geoffroy; CUVIER, Georges-Frédéric. **Histoire naturelle des mammifères**. Avec des figures originales enluminées, dessinées d'après des animaux vivantes. Paris: C. de Lasteyrie, 1819. Disponível em: <<https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/btv1b2300295r/f1.item#>>. Acesso em: 10 nov 2022.

SANTOS, Jaqueline Martinho dos. **Palmares: o mito bandeirista no romance esquecido de Joaquim de Paula Souza (1833-1887)**. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

SANTOS, Pedro. Algumas questões relativas ao encaminhamento de cães e gatos para adoção. **Revista de Antropologia da UFSCar**, v. 7, n. 1, p. 230-247, jan./jun. 2015.

SANTOS, Ricardo Ventura; MAIO, Marcos Chor. Qual "retrato do Brasil"? Raça, biologia, identidades e política na era da genômica. **Mana**, v. 10, n. 1, p. 61-95, 2004.

SANTOS, Ricardo Ventura; BORTOLINI, Maria Cátira; MAIO, Marcos Chor. No fio da navalha: raça, genética e identidades. **Revista USP**, [S.l.], n. 68, p. 22-35, 2006.

SANTOS, Rita de Cássia Melo. Um antropólogo no museu: Edgar Roquette-Pinto e o exercício da antropologia no Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Horizontes Antropológicos**, v. 25, n. 53, p. 283-315, jan. 2019.

SANTOS, Vanessa Costa dos. **É preciso ler (os romances) de novo: um estudo sobre a formação do regionalismo no romance brasileiro a partir de Ferdinand Denis e Sílvio Romero**. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), São José do Rio Preto, 2019.

SÃO PAULO. Governo do estado de São Paulo, Secretaria de Orçamento e Gestão. **Biografia: José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898)**. Disponível em: <<http://icaa.tom.arquivoestado.sp.gov.br/ica-atom/index.php/jose-vieira-couto-de-magalhaes:isad>>. Acesso em: 24 out 2022

SAUTCHUK, Carlos E. Introdução: técnica e/em/como transformação. In: SAUTCHUK, Carlos E. **Técnica e transformação: perspectivas antropológicas**. Rio de Janeiro: ABA Publicações, 2017. p. 11-33.

_____. Os antropólogos e a domesticação: derivações e ressurgências de um conceito. In: SEGATA, Jean; RIFIOTIS, Theophilos (Orgs.). **Políticas etnográficas no campo da ciência e das tecnologias da vida**. Porto Alegre: UFRGS, 2018, p. 85-108.

SARMENTO, Caroline Silveira. Os casos de Luiza e Adriana. In: SARMENTO, Caroline Silveira. **“Por que não podemos ser mães?”: tecnologias de governo, maternidade e mulheres com trajetória de rua**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020, p. 90-116.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. O animismo fetichista dos negros baianos. **Revista de Antropologia**, [S. l.], v. 50, n. 2, p. 881-886, 2007.

_____. Previsões são sempre traiçoeiras: João Baptista de Lacerda e seu Brasil branco. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.18, n.1, p. 225-242, jan./mar., 2011.

SEGATA, Jean. **Nós e os outros humanos, os animais de estimação**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012a.

_____. Parecidos, o suficiente: Nós e os outros humanos, os animais de estimação. **R@S**, v.4, n.1, jan./jun., p. 207-234, 2012b.

_____. Os cães com depressão e os seus humanos de estimação. **Anuário Antropológico**, v. 37 n. 2, p. 177-204, 2012c.

_____. O Que Faz um Animal de Estimação na Antropologia? **Novos Debates**, v. 1, p. 123-130, 2014.

_____. Gatos Fidalgos, Cálculos Renais e as Humanidades de Animais de Estimação. **Vivencia** (UFRN), v. 1, p. 85-104, 2015.

_____. Quando o animal dura mais que a estimação. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 3, p. 831-856, 2016.

_____. El mosquito-oráculo y otras tecnologías. **Tabula Rasa: revista de humanidades**, v. 32, p. 103-125, 2019.

SEYFERTH, Giralda. A estratégia do branqueamento. **Ciência Hoje**, v. 5, n. 25, 1986.

_____. A invenção da raça e o poder discricionário dos estereótipos. **Anuário Antropológico**, n. 93, p. 175-203, 1995.

_____. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In: MAIO, Marcos C.; SANTOS, Ricardo V. (orgs). **Raça, ciência e sociedade**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ; CCBB, 1996, p. 41-58.

SHAW, Vero Kemball. **The Illustrated Book of the Dog**. Cassell, Fetter, Galpin & Co.: London, Paris & New York, 1881. Disponível em: <<https://archive.org/details/illustrated-book00shawrich>>. Acesso em: 16 nov 2022.

SCHIMMING, Bruno Cesar; SILVA, José Ricardo de Carvalho Pinto e. Craniometria em cães (*Canis familiaris*). Aspectos em crânios mesaticéfalos. **Brazilian Journal of Veterinary Research and Animal Science**, v. 50, n. 1, p. 5-11, 2013.

SIGAUT, François. Critique de la notion de domestication. **L'Homme**, tome 28 n°108, Les Animaux: domestication et représentation, p. 59-71, 1988.

SILVA, Anibal Souza Felipe da. **Caracterização genética, andrológica e congelabilidade do sêmen em cães da raça Fila Brasileiro**. Tese (Doutorado em Ciência Animal) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

SILVA, Carolina Mostaro Neves da. O ensino profissional entre “especialistas” e “produtores”. **Educação em Foco**, ano 24, n. 44, p. 34-58, 2021.

SILVA, Marcia C. et al. Neuropatologia da cinomose canina: 70 casos (2005-2008). **Pesquisa Veterinária Brasileira** [online], v. 29, n. 8, p. 643-652, 2009.

SILVA E SILVA, Fernando. Posfácio: Uma filosofia multiespécie para a sobrevivência terrestre. In: HARAWAY, Donna J. **O manifesto das espécies companheiras: cachorros, pessoas e alteridade significativa**. Tradução Pê Moreira, revisão técnica e posfácio Fernando Silva e Silva. 1º ed., Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021a, p. 177-184.

_____. "Tudo está conectado a algo: o programa teórico e político de Donna Haraway. Entrevista especial com Fernando Silva e Silva", por Ricardo Machado, 2021b. **Instituto Humanitas Unisinos**. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/612843-tudo-esta-conectado-a-algo-o-programa-teorico-e-politico-de-donna-haraway-entrevista-especial-com-fernando-silva-e-silva>>. Acesso em: 15 nov 2021.

SIMS, Joseph P. **Dog Map of the World**, 1933. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~290358~90061904:Dog-Map-of-the-World?sort=Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No&qvq=q:dog;sort:Pub_List_No_InitialSort%2CPub_Date%2CPub_List_No%2CSeries_No;lc:RUMSEY~8~1&mi=47&trs=48>. Acesso em: 25 ago 2021.

SKABELUND, Aaron Herald. Breeding racism: The imperial battlefields of the “German” shepherd dog. **Society and Animals**, 16, p. 354–371, 2008.

_____. **Empire of dogs: canines, Japan, and the making of the modern imperial world**. Cornell University Press, 2011.

SORDI, Caetano. **Presenças Ferais: Invasão biológica, javalis asselvajados (*Sus Scrofa*) e seus contextos no Brasil Meridional em perspectiva antropológica**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

_____; LEWGOY, Bernardo. Javalis no Pampa: invasões biológicas, abigeato e transformações da paisagem na fronteira brasileiro-uruguaia. **Horizontes Antropológicos**, v. 23, p. 75-98, 2017.

_____. Criação animal, ideologia zootécnica e contrato domesticatório. In: FLORIT, Luciano Félix et al (Orgs.). **Ética socioambiental**. Barueri: Manole, 2019, p. 306-328.

SOUZA, Ricardo Alexandre Santos de. **Agassiz e Gobineau: as ciências contra o Brasil mestiço**. Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2008.

- _____. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. **Revista Brasileira de História da Ciência**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan./jun., 2013.
- SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Em nome da raça: a propaganda eugênica e as idéias de Renato Kehl nos anos 1910 e 1920. **Revista de História Regional** 11(2), p. 29-70, 2006.
- _____. A hora da eugenia: raça, gênero e nação na América Latina. **Cadernos de Pesquisa** [online], v. 37, n. 131, p. 515-518, 2007.
- _____. **Em busca do Brasil**: Edgard Roquette-Pinto e o retrato antropológico brasileiro (1905-1935). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz, Porto Alegre, 2011.
- _____; SANTOS, Ricardo Ventura. O Congresso Universal de Raças, Londres, 1911: contextos, temas e debates. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 7, n. 3, p. 745-760, 2012.
- STEFANO, Waldir; DAS NEVES, Márcia. Mestiçagem e eugenia: um estudo comparativo entre as concepções de Raimundo Nina Rodrigues e Octavio Domingues. **Filosofia e História da Biologia**, v. 2, p. 445-456, 2007.
- STEPAN, Nancy Leys. Eugenia no Brasil, 1917-1940. In: HOCHMAN, G.; ARMUS, D., orgs. **Cuidar, controlar, curar**: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2004, p. 330-391.
- STRATHERN, Ann Marilyn. **Reproducing the future**: essays on anthropology, kinship and the new reproductive technologies. Manchester: Manchester University Press, 1992.
- _____. **O gênero da dádiva**: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia. Tradução de André Villalobos. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- _____. A Relação: acerca da complexidade e da escala [1994]. In: STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradução Iracema Dullely, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Ubu Editora, 2017, p. 225-258.
- _____. Cortando a rede [1996]. In: STRATHERN, Ann Marilyn. **O efeito etnográfico e outros ensaios**. Tradução: Iracema Dullely, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini. São Paulo: Ubu Editora, 2017. p. 259-285.
- SUMMERS, Sandra. Kafka in a Nutshell: A Close Reading of "Eine Kreuzung". **Andererseits**, v. 4, p. 89-98, 2015.
- SWART, Sandra. Dogs and Dogma: A Discussion of the Socio-Political Construction of Southern African Dog 'Breeds' as a Window on Social History. **South African Historical Journal**, 48 (1), p. 190-206, 2003.
- TAUSZ, Bruno. **Dicionário de cinologia**. São Paulo: Nobel, 1997.
- TEIXEIRA, Ivana dos Santos. **A Terapia Assistida por Animais como uma forma de associação**: um estudo antropológico sobre a relação humano-animais na promoção da saúde humana, no Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.
- _____. A relação entre homens e animais no mundo da Cinofilia: Uma análise antropológica. In: BEVILAQUA, Ciméia; VELDEN, Felipe Vander (Org). **Parentes, vítimas**,

sujeitos: perspectivas antropológicas sobre relações entre humanos e animais. Curitiba: Ed. UFPR; São Carlos, SP: EdUFSCar, 2016, p. 103-117.

TENNER, Edward. Constructing the German shepherd dog. **Raritan: A Quarterly Review**, v. 36, n. 3, p. 90-115, 2017.

THOMAS, Keith. **O homem e o mundo natural:** mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais (1500-1800) [1983]. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

THOMPSON, Charis. Strategic naturalizing: kinship in an infertility clinic. In: FRANKLIN, Sarah; MCKINNON, Susan. **Relative values:** reconfiguring kinship studies. Durham & London: Duke University Press, 2001, p. 175-202.

_____. **Making parents:** the ontological choreography of reproductive technologies. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2005.

_____. Race Science. **Theory, Culture & Society**, 23 (2-3), p. 547-549, 2006.

TORRES, Alcides Di Paravicini. Valor das raças puras. **Brazilian Journal of Agriculture/Revista de Agricultura**, v. 9, n. 5-6, p. 204-207, 1934.

TORRES, Max S. Hering. “Raza”: variables históricas. **Revista de Estudios Sociales**, n. 26, p. 16-27, 2007.

TSING, Anna Lowenhaupt. Unruly Edges: Mushrooms as Companion Species: for Donna Haraway. **Environmental Humanities**, 1 (1), p. 141-154, 2012.

_____. Provocation. Nine Provocations for the Study of Domestication. In: SWANSON, Heather Anne; LIEN, Marianne Elisabeth, WEEN, Gro B. (Eds.). **Domestication Gone Wild:** politics and practices of multispecies relations. Duke University Press, 2018, p. 231-251.

_____. **Viver nas ruínas:** paisagens multiespécies no antropoceno. Edição Thiago Mota Cardoso, Rafael Victorino Devos. Brasília: IEB Mil Folhas, 2019.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro:** Sívio Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

UNIVERSAL RACES CONGRESS. First Universal Races Congress pamphlet, 1911. **W. E. B. Du Bois Papers (MS 312)**. Special Collections and University Archives, University of Massachusetts Amherst Libraries. Disponível em: <<http://credo.library.umass.edu/view/full/mums312-b007-i068>> Acesso em: 07 dez 2022

VALLE, Procópio Rodrigues do. **O grande livro do fila brasileiro:** quatro séculos de história. São Paulo: Nobel; Rio de Janeiro: Brasels-Wallace, 1981.

VAN DER LUGT, Maaïke; MIRAMON, Charles de. Penser l'héritage au Moyen Âge: une introduction. Em: VAN DER LUGT, Maaïke; MIRAMON, Charles de. **L'héritage entre Moyen Âge et Époque moderne.** Perspectives historiques. Sismel - Edizioni del Galluzzo, 2008, p. 3-37.

VARGAS, Elisa. **Mosquitos, armadilhas e vírus:** etnografia de uma política pública de controle ao *Aedes aegypti*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

VERGARA, Moema de Rezende. Medicina e ciências sociais no Brasil: o caso de João Batista de Lacerda. **Cadernos Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 13 (2), p. 511-252, 2005.

VERNE, Jules. **Da terra à lua: viagem direta em 97 horas e 20 minutos** [1865]. Tradução de Henrique de Macedo. Disponível em: <https://memoria.etc.com.br/sites/_porta-lebc2014/files/atoms/files/-da_terra_a_lua_-_julio_verne.pdf>. Acesso em: 18 ago 2021.

_____. **À roda da lua** [1869]. Centaur Editions, 2013.

VIANNA, Adriana. Etnografando documentos: uma antropóloga em meio a processos judiciais. In: CASTILHO, Sergio R. R.; LIMA, Antonio C. S.; TEIXEIRA, Carla C. (Orgs.) **Antropologia das práticas de poder: reflexões etnográficas entre burocratas, elites e corporações**, 2014, p. 43-70.

VICART, Marion. L'homme et le chien à table: deux modalités d'être présents. **Revue Horizon Sociologique** [en ligne], n° 2, 2009. Disponível em: <<http://www.revue-sociologique.org/sites/default/files/7%20-%20Marion%20Vicart%20-%20L%20homme%20et%20le%20chien%20à%20table.pdf>>. Acesso em: 16 set 2019.

VINCENT, Julien. « Un Dogue de forte race » : Dupont de Nemours, ou la physiocratie réincarnée (1793-1807). **La Révolution française**, 14, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/lrf/2005>>. Acesso em 10 nov 2022

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Algumas reflexões sobre a noção de espécie. **E-misférica** 10(1), 2013. Disponível em: <<http://hemi.es.its.nyu.edu/hemi/pt/e-misferica-101/viveiros-de-castro>>. Acesso em 11 set 2021.

WADE, Peter. Raça: natureza e cultura na ciência e na sociedade. In: HITA, Maria Gabriela (Org.). **Raça, racismo e genética: em debates científicos e controvérsias sociais**. Salvador: EDUFBA, 2017, 47-79.

WALLEN, Martin. Foxhounds, curs, and the dawn of breeding the discourse of modern human-canine relations. **Cultural Critique**, Vol. 79, p. 125-151, 2011.

WALSH, John Henry. **The Dogs of the British Islands** [1867]. Fourth Edition. London: Horace Cox, 1882. Disponível em: <<https://archive.org/details/dogsofbritishisl00wals-rich/page/n7/mode/2up>>. Acesso em 20 dez 2021.

_____. **The dogs of Great Britain, America, and other countries**. Their breeding, training, and management in health and disease, comprising all the essential parts of the two-standard works on the dog. New York, Orange Judd company, 1879. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/93578#page/9/mode/1up>>. Acesso em: 25 mar 2022

WEGNER, Robert. Dois geneticistas e a miscigenação. Octavio Domingues e Salvador de Toledo Piza no movimento eugenista brasileiro (1929-1933). **Varia História**, v. 33, n. 61, p. 79-107, 2017.

WEIGEL, Moira; HARAWAY, Donna. Uma enorme e pretensiosa ninhada: Donna Haraway sobre verdade, tecnologia e resistência à extinção. Tradução de Gabriel Martins, Maria Clara Parente e Pê Moreira. **Revista Garrafa**, v. 20, n. 57, p. 20-40, 2022.

WELTMAN, Wanda Latmann. **A educação do Jeca: ciência, divulgação científica e agropecuária na Revista Chácaras e Quintais (1909-1948)**. Rio de Janeiro: s. n., 2008.

WOLTMANN, Lucas. **Desenvolvimento sustentável e políticas públicas**: uma análise do Projeto de Incentivos à Conservação das Pastagens Naturais do Cone Sul da América do Sul. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

_____. **From USA, with love**: desenvolvimento, extensão rural e gênero. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

_____. Notas sobre cinofilia, raças caninas e origens. **Revista Ñanduty**, v. 9, n. 13, p. 200–225, 2021.

WORBOYS, Michael; STRANGE, Julie-Marie; PEMBERTON, Neil. **The invention of the modern dog**: breed and blood in Victorian Britain. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2018.

_____. Inventing Dog Breeds: Jack Russell Terriers. **Humanimalia**, v. 10, n. 1, 2018. Disponível em: <<https://www.depauw.edu/humanimalia/issue%2019/worboys.html>>. Acesso em: 27 maio 2021.

_____. Dog breeds are mere Victorian confections, neither pure nor ancient. **Aeron**, 2019. Disponível em: <<https://aeon.co/ideas/dog-breeds-are-mere-victorian-confections-neither-pure-nor-ancient>>. Acesso em: 27 maio 2021.

YAGGY, Levi Walter. **Climatic Chart of the World, Showing the Distribution of the Human Race and the Animal and Vegetable Kingdoms**, 1893. Disponível em: <https://www.davidrumsey.com/luna/servlet/detail/RUMSEY~8~1~295910~90066825:Climatic-Chart-of-the-World,-Sho-win?sort=pub_list_no_initialsort%2Cpub_date%2Cpub_list_no%2Cseries_no>. Acesso em 01 dez 2021.

YOUATT, William. **The Dog [1845]**. London, Longman, 1854. Disponível: <<https://www.biodiversitylibrary.org/item/73259#page/10/mode/1up>>. Acesso: 05 set 2021.

YOUNG, Robert J. C. **Desejo colonial**: hibridismo em teoria, cultura e raça. São Paulo: Perspectiva, 2005.

Material hemerográfico, iconográfico e jornalístico em geral

A EPOCA. Rio de Janeiro, RJ: Sociedade Anonyma A Epoca, 1912-[1919?]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/epoca/720100>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

A CONSTITUINTE: orgam liberal, diário. São Paulo, SP: Typ. da Constituinte, 1879-. 53,5 x 38,5 cm. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/constituante/709646>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

A MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1925-1954. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/manha/116408>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

A TRIBUNA. Santos, SP: A Tribuna de Santos Jornal e Ed, 1894-. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=153931>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ARCHIVOS BRASILEIROS DE HIGIENE MENTAL: orgao official da Liga Brasileira de Higiene Mental. Rio de Janeiro, RJ: Liga Brasileira de Higiene Mental, 1925- . Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=160369>>. Acesso em: 5 nov. 2021.

BOLETIM DE EUGENÍA. Rio de Janeiro, RJ: Instituto Brasileiro de Eugenia, 1929-1932. Disponível em: <<http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/Boletim-de-Eugenia/159808>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

CARETA. Rio de Janeiro, RJ: Kosmos, 1908-[1983?]. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm>. Acesso em: 14 out. 2021.

CHACARAS E QUINTAIS. São Paulo: Casa Editora de Publicacoes Agrícolas Brasileiras, 1910-1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=214957>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

CORREIO BRAZILIENSE. Brasília, DF: [s.n.], 1960-2014. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=028274>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-manha/089842>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

CORREIO MERCANTIL: e instructivo, politico, universal. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-mercantil-instructivo-politico-universal/217280>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

CORREIO PAULISTANO. São Paulo, SP: [s.n.]. il., retr ; 47x32,5. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/correio-paulistano/090972>>. Acesso em: 22 out. 2021.

CORREIO DO POVO. “Bulldog Francês exótico participa de campeonato na EXPOINTER”. Publicado em 31 de agosto de 2019. Disponível em: <<https://www.correiodo-povo.com.br/noticias/rural/expointer/bulldog-francês-exótico-participa-de-campeonato-na-expointer-1.362645>>. Acesso em: 24 jan 2021.

DIARIO CARIOCA. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1928-1983. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-carioca/093092>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

DIÁRIO DA MANHÃ. Ipatinga, MG: [s.n.], 1979. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Diario-da-Manha/849111>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

DIARIO DE MINAS. Ouro Preto, MG: [s.n.], 1892. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario/376523x>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

DIARIO DA NOITE. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1930-1973. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-noite/221961>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

DIARIO DE NOTICIAS. Porto Alegre, RS: [s.n.], 1936 - 1970. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=093726>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

DIÁRIO DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro, RJ: Typografia do diário, [1821-1878]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/diario-rio-janeiro/094170>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

DIÁRIO DO PARANÁ: órgão dos diários associados. Curitiba, PR: [s.n.]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/diario-do-parana/761672>>. Acesso em: 24 mai. 2022.

DIARIO MERCANTIL. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Emile Seignot-Plancher e Comp., 1830- . 30x20 cm. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=772852>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

FAUNA: revista mensal de caça, pesca, cães, tiro e aventuras em geral. São Paulo, SP: Sítios e Fazendas, 1942. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=099961>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

FON-FON: semanário alegre, político, crítico e esufiante. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1907-1945. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_anos.htm>. Acesso em: 16 dez. 2021.

FRU FRU: magazine mensal ilustrado. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1931. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Fru-Fru/410160>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

JORNAL DE CAXIAS: do "Correio Riograndense". Caxias do Sul, RS: [s.n.], 1973-1989. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/jornal-de-caxias/882470>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

JORNAL DO AGRICULTOR: principios praticos de economia rural. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Carioca, 1879- . Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/jornal-agricultor/709778>>. Acesso em: 22 jun. 2021.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=030015>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

JORNAL DO COMMERCIO: edição da tarde. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1909 a 1922. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DocReader.aspx?bib=111988>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

KOSMOS: revista artistica, scientifica e litteraria. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Kosmos, 1904- . il., estampas, mapas, retr. partit., fotogr.; 31x25 cm. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/kosmos/146420>>. Acesso em: 25 abr. 2022.

MANCHETE. Rio de Janeiro, RJ: Bloch, 1952- . Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=004120>>. Acesso em: 25 nov. 2021.

MUSEO UNIVERSAL: jornal das familias brasileiras. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Imperial e Constitucional de J. Villeneuve e comp., 1837-1844. il, 28x20 cm. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/museo-universal/339369>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

O CAMPO: revista mensal ilustrada de lavoura, criação, industria, commercio. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1930- . Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=083291>>. Acesso em: 28 out. 2021.

O CRIADOR PAULISTA: Revista de Pecuaria. São Paulo, SP: [s.n.], 1908 a 1933. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=186082>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

O CHRONISTA. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Commercial, de Silva e Irmaos, 1836-1839. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/chronista/702811>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, PR: Typ. Paranaense, de Candido Martins Lopes, [1854-1890]. 33x22. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/Dezenove-de-Dezembro/416398>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

O DIA: orgao do Partido Republicano Catharinense. Florianópolis, SC; Santa Catarina: [s.n.], 1901- .il. ; 50x37 cm. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=217549>> Acesso em: 6 jul. 2021.

O IMPARCIAL: Diario Illustrado do Rio de Janeiro (RJ) - Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1912 a 1919. Disponível em: <<https://bndigital.bn.br/acervo-digital/imparcial/107670>>. Acesso em: 29 Jul. 2023

O JORNAL. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], 1919-1974. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=110523>>. Acesso em: 22 out. 2021.

O PORTUGUEZ, ou Mercurio: politico, commercial e litterario. Londres [Inglaterra]; Inglaterra: Impresso por W. Lewis, 1814-1826. 23x15. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/portuguez/898015>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

O PUBLICADOR. Parahyba do Norte [Paraíba]: Typ. dos Herdeiros de J.R. da Costa, 1862-1886. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/publicador/215481>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

PHAROL. Juiz de Fora, MG: [s.n.], 1870-1933. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/pharol/258822>>. Acesso em: 4 nov. 2021.

REVISTA BRAZILEIRA: jornal de ciencias, letras e artes. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Universal de Laemmert, 1857-1861. (1ª Fase); Typ. J.D. de Oliveira, 1879-1881 (2ª Fase); Imprensa Nacional, 1895- (3ª Fase). Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/revista-brazileira/139955>>. Acesso em: 31 out. 2021.

REVISTA da Exposicao Anthropologica Brasileira. Rio de Janeiro, RJ: Typ. de Pinheiro e C., 1882. il., retr., 31x22. Possui indice. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DOCREADER/DOCREADER.ASPX?BIB=718653>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

RUMSEY, David. David Rumsey Map Collection. About. Disponível em: <<https://www.davidrumsey.com/about/about>>. Acesso em: 12 dez 2021a.

VIDA DOMESTICA. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.]. Disponível em: <<http://bndigital.bn.gov.br/acervo-digital/vida-domestica/830305>>. Acesso em: 6 jul. 2021.

SCIENCIA para o Povo: seroes instructivos. Rio de Janeiro, RJ: Typ. Lombaerts, 1881. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/sciencia-para-povo/349313>>. Acesso em: 29 Jul. 2023.

Legislações e materiais processuais

ALESP. Assembleia Legislativa do estado de São Paulo. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída com a finalidade de “apurar irregularidades na venda de animais por canis, pet shops e demais estabelecimentos clandestinos, inclusive por meios eletrônicos, no estado de São Paulo”. Diário Oficial da Assembleia Legislativa, São Paulo, 29 de novembro de 2019. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivo-Web/com/com6692.pdf>>. Acesso em 20 fev 2023.

ASSOCIAÇÃO FILANTRÓPICA OS ANIMAIS IMPORTAM, et al. AÇÃO CIVIL PÚBLICA - Tribunal de Justiça de São Paulo - nº 1017769-92.2023.8.26.0100. Disponível em: <<https://esaj.tjsp.jus.br/pastadigital/abrirDocumentoParaConferencia.do?instancia=PG&cdDocumento=248963475&cdProtocolo=&cdProcesso=2S001NSRA0000&nuProcesso=1017769-92.2023.8.26.0100&cdForo=100&nmAlias=PG5JM&flOrigem=P&tpOrigem=2&origemDocumento=P>>. Acesso em: 20 fev 2023

BRASIL. Anais da Câmara dos Deputados. **Sessões de 1 a 13 de novembro de 1915**. Volume XVI. Imprensa Nacional: Rio de Janeiro, 1917. Disponível: <[http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq="typo%20ethnico"&pasta=ano%20191&hf=memoria.bn.br&pagfis=63255](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=060917_03&pesq=)>. Acesso em: 16 out 2022

BRASIL. Lei nº 4.716, de 29 de junho de 1965. **Dispõe sobre a organização, funcionamento e execução dos registros genealógicos de animais domésticos no País**. Brasília, 29 de junho de 1965. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1950-1969/14716.htm>. Acesso em 31 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 66.331, de 17 de março de 1970. **Altera a redação do artigo 2º do Decreto nº 58.984, de 3 de agosto de 1966**. Brasília, 17 de março de 1970. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1970-1979/D66331.htm#art1>. Acesso em 31 maio 2022.

BRASIL. Decreto nº 84.763, de 3 de junho de 1980. **Altera a redação do art. 2º do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 58.984, de 3 de agosto de 1966**. Brasília, 03 de junho de 1980. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-84763-3-junho-1980-433890-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 31 maio 2022.

Blogs, sites e redes sociais

BHOC. Basset Hound Owners Club. The basset hound, a short history: **The Origins**. Disponível em: <<http://www.bassethoundowners.org.uk/breedhistory1.html>>. Acesso em 26 dez 2021^a

_____. The basset hound, a short history: **The Foundation of the Modern Hound**. Disponível em: <<http://www.bassethoundowners.org.uk/breedhistory3.html>>. Acesso em 26 dez 2021^b.

BUSCAFILHOTE. **Quem somos**, 2023. Disponível em: <<https://www.buscafilhote.com.br/quemsomos/>>. Acesso em: 11 jan 2023.

CAFIB. Clube de Aprimoramento do Fila Brasileiro. **Histórico do CAFIB**. 2021. Disponível em: <<http://www.cafibbrasil.com/historico.html>>. Aceso em: 06 set 2021.

_____. "**Padrão da Raça Fila Brasileiro**". 2023. Disponível em: <<http://www.cafibbrasil.com/padrao.html>>. Acesso em: 28 março 2023.

CANIL CHATEAUX DE FRANCE. **Site (página inicial)**. Disponível em: <<https://chateauxdefrance.com.br>>. Acesso em: 02 set 2019.

_____. **Página no Facebook**, 08 dez 2017. Disponível em: <<https://www.facebook.com/canilchateauxdefrance/>>. Acesso em 05 maio 2022.

CBF. Club du Bouledogue Français. **Mise en garde**. 2023. Disponível em: <https://www.cbf-asso.org/img/couleurs_hors_standard.jpg>. Acesso em: 27 jan 2023.

CBKC. Confederação Brasileira de Cinofilia. **Informativo CBKC, nº 40**, 2012.

_____. **Manual de Estrutura e Dinâmica do Cão**. Conselho Cinotécnico da CBKC. 4ª Edição, 2013a. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/noticias/pdf-noticias_9.pdf>. Acesso em: 19 maio 2020.

_____. **Informativo CBKC, nº 45**, 2013b.

_____. "**Padrão FCI**", **raça buldogue francês**, 2015. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/padroes/padrao-raca_184.pdf>. Acesso em 21 maio 2020.

_____. **Relatório Anual de Atividades Cinófilas**, 2017a. Disponível em: <<https://cbkc.org/cbkc/estatisticas/2017>>. Acesso em: 09 fev 2021.

_____. **Regimento para Admissão ao Quadro de Árbitros da CBKC**, 2017b. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/regulamentos/regulamentos_3.pdf>. Acesso em: 09 fev 2021

_____; Conselho de Árbitros da CBKC. **Julgando o Buldogue Francês**, 2017c. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/noticias/pdf-noticias_13.pdf>. Acesso em: 24 maio 2021.

_____; Conselho de Árbitros da CBKC. **Julgando o Dogue Alemão**, 2017d. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/noticias/pdf-noticias_18.pdf>. Acesso em: 04 mar 2021.

_____; Conselho de Árbitros da CBKC. **Julgando o Basset Hound**, 2017e. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/noticias/pdf-noticias_17.pdf>. Acesso em: 11 fev 2021.

_____; Conselho de Árbitros da CBKC. **Julgando o Pastor Alemão**, 2017f. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/noticias/pdf-noticias_23.pdf>. Acesso em: 04 mar 2021.

_____. **Relatório Anual de Atividades Cinófilas**, 2018a. Disponível em: <<https://cbkc.org/cbkc/estatisticas/2018>>. Acesso em: 09 fev 2021.

_____. **Regulamento de exposições**, 2018b. disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/regulamentos/regulamentos_15.pdf>. acesso em: 09 fev 2021

_____. **Fique por dentro: saiba mais sobre Grupos Cinófilos**. 2018c. Disponível em: <https://cbkc.org/artigos/ler/fique_por_dentro_saiba_mais_sobre_grupos_cinofilos>. Acesso em: 20 maio 2020.

- _____. **Relatório Anual de Atividades Cinófilas**, 2019. Disponível em: <<https://cbkc.org/cbkc/estatisticas/2019>>. Acesso em: 09 fev 2021.
- _____. **Relatório Anual de Atividades Cinófilas**, 2020a. Disponível em: <<https://cbkc.org/cbkc/estatisticas/2020>>. Acesso em: 07 set 2021.
- _____. **Raças**, 2020b. Disponível em: <<https://cbkc.org/racas>>. Acesso em: 27 jan. 2020.
- _____. **“Padrão FCI”, raça rastreador brasileiro**, 2020c. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/padroes/padrao-raca_224.pdf>. Acesso em 03 ago 2021.
- _____. **Comunicado veiculado em 16 de março de 2020**. 2020d. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/imagens/avisos/aviso-pop-cbkc-co-vid19_mar2020.jpg>. Acesso em 16 mar 2020.
- _____. **Regulamento de Criação de Cães**, 2021a. Disponível: <https://cbkc.org/regulamentos/abrir/regulamento_de_criacao_de_caes>. Acesso em: 30 maio 2021
- _____. **Regulamentação de criação**. 2021b. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/regulamentos/regulamentos_10.pdf>. Acesso em: 06 set 2021.
- _____. **Formulário para comunicação de acasalamento**. Sem data-a. Disponível: <https://cbkc.org/application/views/docs/forms/forms-comunicado_acasalamento.pdf>. Acesso em: 18 set 2021
- _____. **Mapa de registro de ninhada**. Sem data-b. Disponível em: <https://cbkc.org/application/views/docs/forms/forms-mapa_ninhadas.pdf>. Acesso em: 22 set 2021.
- CBPA. Clube Brasileiro do Pastor Alemão. Humberto Gautério de Souza e Cláudio Roberto Rosa Burck. **O que é uma exposição de criação da raça Pastor Alemão**. 2020a. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/artigos/o-que-e-uma-exposicao-de-criacao-513.pdf>>. Acesso em 20 set 2020.
- _____. **O direcionamento da criação e o papel da diretoria de criação e dos criadores**. 2020b. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/artigos/o-direcionamento-da-criacao-o-e-o-papel-da-diretoria-de-criacao-o-20.pdf>>. Acesso em: 01 out 2020.
- _____.; NETO, Carlos Vianna. **E o nosso Pastor Alemão? Segue no rumo certo?** 2020c. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/artigos/e-o-nosso-pastor-alemao-no-rumo-certo-609.pdf>>. Acesso em: 01 out 2020.
- _____. **Regulamento de criação e registro**. 2021a. Revisado em 01 de abril de 2021. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/regulamento-de-criacao-revisado-em-01-04-2021-155.pdf>>. Acesso em 12 abril 2022.
- _____. **Clube Brasileiro do Pastor Alemão encerra convênio com CBKC**, 2021b. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/comunicados/carta-a-cbkc-2-976.pdf>>. Acesso em: 08 abril 2021.

_____. **Regulamento de criação e registro**. 2021c. Revisado em 24 de março de 2021. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/regulamento-de-criacao-revisado-em-24-03-2021-907.pdf>>. Acesso em 12 abril 2022.

_____. **Regulamento para exames de seleção para a reprodução**. 2021d. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/regulamento-de-selecao-revisado-em-05-03-2021-82.pdf>>. Acesso em 12 abril 2022.

_____. **Regulamento de exposição de criação**. Revisado em setembro de 2021. 2021e. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/regulamento-de-exposicoes-revisado-092021-987.pdf>>. Acesso em 12 abril 2022.

_____; GAUTÉRIO, Humberto. **Melhoramento Genético e Pressão Seletiva na raça Pastor Alemão**. Publicado em 02 jun 2021f. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/artigos/detalhes/35>>. Acesso em 25 junho 2021.

_____; Diretoria de Criação (Carlos Vianna Neto). **Relatório das atividades de criação**, 2021g. Disponível: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/comunicados/relatorio-da-diretoria-criacao-2021-106.pdf>>. Acesso em: 31 mar 2022.

_____. **Regulamento para ingresso e evolução na carreira de juiz de criação**. 2021h. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/reg-carreira-juiz-728.pdf>>. Acesso em 14 abril 2022.

_____. **Ficha de seleção para reprodução**. 2021i. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/formularios/formulario-de-selecao-v012022-395.pdf>>. Acesso em 20 abril 2022.

_____. **Banco de dados**. 2021j. Disponível em: <<https://cbpadocs.clubepastoralemao.com.br/banco-de-dados/caes>>. Acesso em: 09 jun 2021.

_____. **Padrão racial**, 2022a. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/padrão>>. Acesso em: 27 abril 2022.

_____. **Regulamento de criação e registro**. Revisado em 07 de dezembro de 2022. 2022b. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/admin/assets/upload/regulamentos/regulamento-de-criacao-revisado-em-07-12-2022-224.pdf>>. Acesso em: 17 fev 2023.

_____; NETO, Carlos Vianna. **A importância da seleção para a reprodução**. Publicado em 09 de março de 2022. 2022c. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/artigos/detalhes/37>>. Acesso em 20 abril 2022.

_____. **Tabela de serviços do CBPA (em reais)**. 2022d. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/servicos>>. Acesso em 24 maio 2022.

_____. **História**. 2023a. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/historia>>. Acesso em 03 jan 2023.

_____. **Núcleos**, 2023b. Disponível em: <<https://clubepastoralemao.com.br/nucleos>>. Acesso em: 14 jun 2023.

EXPOINTER. Exposição Internacional de Animais, Máquinas, Implementos e Produtos Agropecuários. **Regulamento da exposição de animais**, 2019. Disponível em:

<<https://expointer.rs.gov.br/upload/arquivos/201907/11112046-regulamento-expointer-2019-exposicao-de-animais.pdf>>. Acesso em: 18 nov 2020.

FACEBOOK. **About**, 2021. Disponível em: <<https://about.fb.com/br/company-info/>>. Acesso em: 02 abril 2021.

_____. **Termos e políticas**: conteúdo proibido. 2023. Disponível em: <https://www.facebook.com/policies_center/commerce/animals>. Acesso em: 07 jan 2023.

FCI. Federação Cinológica Internacional. **Modelo de Estándar FCI**. Sem data. Disponível em: <<http://www.fci.be/medias/FCI-REG-RGT-STA-MOD-ANN-006-es-11327.doc>>. Acesso em: 20 maio 2020.

_____. **Reglamento internacional de Cría de la FCI**, 2013. Disponível em: <<http://www.fci.be/medias/ELE-REG-es-10993.pdf>>. Acesso em 28 jan 2020.

_____. **Standard FCI N° 101: Bouledogue Francais**. 2015. Disponível em: <<http://www.fci.be/Nomenclature/Standards/101g09-fr.pdf>>. Acesso em: 27 jan 2023.

_____. **Estatutos de la FCI**. 2018. Disponível em: <<http://fci.be/medias/FCI-REG-STA-es-9180.pdf>>. Acesso em: 06 abril 2021.

_____. **Principais atividades da Secretaria**. 2019. Disponível em: <<http://www.fci.be/es/Actividades-principales-del-Secretaria-de-la-FCI-3.html>>. Acesso em: 23 ago 2019.

_____. **Presentación de nuestra organización**, publicado em 06 abril 2021, 2021a. Disponível em: <<http://www.fci.be/es/Presentacion-de-nuestra-organizacion-4.html>>. Acesso em: 26 out 2021.

_____. **Nomenclature**, 2021b. Disponível em: <<http://www.fci.be/en/Nomenclature/Default.aspx>>. Acesso em: 29 dez 2021.

GENÉTICA CANINA. **Genética Canina**: a escolha de um cão. Porto Alegre/RS, 2019a. Disponível em: <<https://www.geneticacanina.com>>. Acesso em: 26 set 2019.

_____. **Raças**. Porto Alegre/RS. Disponível em: <<https://www.geneticacanina.com/raças>>. Acesso em: 25 nov 2021.

_____. **Merle**. 2023a. Disponível em: <<https://www.geneticacanina.com/merles>>. Acesso em: 24 jan 2023.

_____. BIOL, Fabiana Michelsen de Andrade; NUNES, Jean Marcelo Schoingele. **Problemas associados à pelagem merle**. 2023b. Disponível em: <<https://www.geneticacanina.com/problemas-merles>>. Acesso em: 13 fev 2023.

INSTAGRAM. **Luisa Mell**. disponível em: <<https://www.instagram.com/luisa-mell/?hl=pt-br>>. acesso em: 02 set 2019.

KCRGS. Kennel Clube do Rio Grande do Sul. **Estatuto**. 2019a. Disponível em: <<http://www.kcrgs.com.br/uploads/pdf/estatuto.pdf>>. Acesso em: 23 ago 2019.

_____. **Localização**. 2019b. Disponível em: <<https://www.kcrgs.com.br/index.php?page=localizacao>>. Acesso em: 23 ago 2019.

_____. **A genética da coloração da pelagem em cães.** KCRGS no YouTube. 1 vídeo (2:18:49), 28 de junho de 2020. 2020a. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PjVG_1SmjiU>. Acesso em 28 jun 2020.

_____. **Comunicado veiculado em 19 de março de 2020.** 2020b. Disponível em: <https://www.kcrgs.com.br/index.php?page=noticias&post_id=70>. Acesso em: 08 abril 2020.

_____. **Comunicado veiculado em 26 de março de 2020.** 2020c. Disponível em: <https://www.kcrgs.com.br/index.php?page=noticias&post_id=71>. Acesso em: 08 abril 2020.

_____. **Criadores,** 2021. Disponível em: <<https://www.kcrgs.com.br/index.php?page=criadores>>. Acesso em: 06 dez 2021.

_____. **Como registrar um filhote no KCRGS/CBKC/FCI e obter o seu Pedigree.** 2023. Disponível em: <https://www.kcrgs.com.br/index.php?page=registro_ninhadas>. Acesso em: 23 jun 2023.

META. Termos de serviços. Disponível: <<https://www.facebook.com/terms.php/>>. Acesso em: 15 julho 2022

OFB. Original Fila Brasileiro. **Página no Facebook.** Reprodução do artigo "O FILA", de João Laraya e Benedito Faria de Camargo, publicada em 14 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.facebook.com/photo/?fbid=2437741266375379&set=pcb.2437742663041906&locale=pt_BR>. Acesso em: 27 março 2023.

PELTIER DE QUEIROZ, Francisco. **Site Fila Brasileiro:** história documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de fila brasileiro. 2021a. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br>>. Acesso em: 12 dez 2021.

_____. **Blog Fila Brasileiro:** história documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de fila brasileiro. 2021b. Disponível em: <<https://filabrasileirochicopeltierblog.wordpress.com>>. Acesso em: 12 dez 2021.

_____. Blog do Fila Brasileiro por Chico Peltier. Post nº 3 - Ainda o APR II, de 15 de agosto de 2012. 2022 [2012]. Disponível em: <<https://filabrasileirochicopeltierblog.wordpress.com/2012/08/15/post-no-3-ainda-o-apr-ii-enviado-em-220112/>>. Acesso em 02 junho 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Carta enviada por Paulo Santos Cruz a Francisco Peltier de Queiroz em 23 de junho de 1976.** 2022 [1976a]. Disponível em: <http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/5-Registro-Inicial-FILA-BRASILEIRO/5_5/materia.html>. Acesso em 31 maio 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Carta enviada por Paulo Santos Cruz a Francisco Peltier de Queiroz em 17 de julho de 1976.** 2022 [1976b]. Disponível em: <http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/5-Registro-Inicial-FILA-BRASILEIRO/5_14/materia.html>. Acesso em 31 maio 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Animais & Veterinária**, edição 23: “R. I. do Fila”, por Paulo Santos Cruz, 1977. 2022 [1977a]. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/5-Registro-Inicial-FILA-BRASILEIRO/5-19.jpg>>. Acesso em 31 maio 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Animais & Veterinária**, edição 24: "O pedigree", de Paulo Santos Cruz. 2022 [1977b]. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/6-Docmentos-de-1977/6-6.jpg>>. Acesso em 31 maio 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Recorte de publicação no O Estado de S. Paulo em 29 de dezembro de 1977 (“A despeito dos filas preto”)**. 2022 [1977c]. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/7-Cao-Preto-x-Fila-Puro/7-6.jpg>>. Acesso em 14 set 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). “**Animais & Veterinária**, edição 30: ‘Cão de Fila Brasileiro’, de Francisco Peltier de Queiroz”; “**Comentários...**”. 2022 [1977d]. Disponível em: <http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/6-Docmentos-de-1977/6_17/materia.html>. Acesso em 02 junho 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Recorte de publicação na revista Animais & Veterinária em 1977**. 2022 [1977e]. Disponível em: <http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/7-Cao-Preto-x-Fila-Puro/7_2/materia.html>. Acesso em 14 set 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Carta aberta de Londres**, de 03 de agosto de 1978. 2022 [1978]. Disponível em: <http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/8-Docmentos-de-1978/8_14/materia.html>. Acesso em 31 maio 2022

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Entrevista de Francisco Peltier de Queiroz no jornal Estadão de 04 de outubro de 1979, de título “Criador revela antigo acordo”**. 2022 [1979a]. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/9-Docmentos-ate-1979/9-24.jpg>>. Acesso em 01 junho 2022.

_____. História documentada sobre a preservação e aprimoramento do cão de Fila brasileiro (Acervo pessoal de Francisco Peltier de Queiroz). **Recorte de publicação da revista O Fila, ano I, nº 7, de junho de 1979**. 2022 [1979b]. Disponível em: <<http://www.filabrasileirochicopeltier.com.br/7-Cao-Preto-x-Fila-Puro/7/materia.html>>. Acesso em 14 set 2022.

_____. Blog do Fila Brasileiro por Chico Peltier. **Post 734 – “A nova experiência, nova teoria e nova invenção do novo tipo de cachorro denominado “fila”-OFB completa 2 anos de lançamento sem responder 80 simples perguntas...”**, de 01 de outubro de 2020. 2023 [2020]. Disponível em: <<https://filabrasileirochicopeltierblog.wordpress.com/2020/09/26/tio-chico-informa-n-279-a-nova-experiencia-nova-teoria-e-nova-invencao-do-novo-tipo-de-cachorro-denominado-fila-ofb-completa-2-anos-de-lancamento-sem-responder-80-simples-perguntas/>>. Acesso em 17 março de 2023.

SISTEMAPET. **Página inicial**, 2022. Disponível em: <<https://www.sistemapet.com/criador.html>>. Acesso em: 17 abril 2022.

_____. **Vídeos**, 2023. Disponível em: <<https://www.youtube.com/@SistemaPET/videos>>. Acesso em: 07 fev 2023.

SGCCPA. Sociedade Gaúcha de Criadores de Cães Pastores Alemães. **Site - Página inicial**. Disponível em: <<http://www.sgccpa.com.br>>. Acesso em: 09 mar 2020.

_____. **Página SGCCPA no Facebook**. 2020b. Disponível: <<https://pt-br.facebook.com/sgccpa/>>. Acesso em: 17 mar 2020.

SV. Verein für Deutsche Schäferhunde (SV) e. V. **Geschichte**, 2023a. Disponível em: <<https://www.schaeferhunde.de/der-verein/struktur/geschichte>>. Acesso em: 03 jan 2023

_____. **Zucht und Aufzucht**, 2023b. Disponível: <<https://www.schaeferhunde.de/der-deutsche-schaeferhund/zucht-und-aufzucht>>. Acesso em: 03 jan 2023.

TAVARES, Vitor. Da popularidade ao ‘sumiço’: o que aconteceu com os poodles no Brasil? **BBC News Brasil**, São Paulo, 28 janeiro 2023. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/geral-64407900>>. Acesso em 30 jan 2023.

THE PUPPY CONTRACT. **10 steps to buying a puppy**. Disponível em: <<http://puppycontract.org.uk/puppy-buyer/10-steps-buying-puppy>>. Acesso em: 17 fev 2023.

WUSV. Weltunion der Vereine für Deutsche Schäferhunde. **Über die WUSV**, 2022. Disponível em: <<https://www.wusv.org/weltunion/>>. Acesso em: 12 abril 2022.